



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO E DOUTORADO
EM EDUCAÇÃO**

ALESSANDRA VIEGAS JOSGRILBERT

**OS ESPAÇOS ESCOLARES NA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO
NA REGIÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ (1943-1961): UM
ASPECTO DA CULTURA ESCOLAR**

DOURADOS - MS

2020



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO E
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

ALESSANDRA VIEGAS JOSGRILBERT

**OS ESPAÇOS ESCOLARES NA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO
NA REGIÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ (1943-1961): UM
ASPECTO DA CULTURA ESCOLAR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Eurize Caldas Pessanha.

DOURADOS - MS

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

J83e Josgrilbert, Alessandra Viegas

OS ESPAÇOS ESCOLARES NA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO NA
REGIÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÁ (1943-1961) : UM ASPECTO DA
CULTURA ESCOLAR [recurso eletrônico] / Alessandra Viegas Josgrilbert. -- 2020.

Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Eurize Caldas Pessanha.

Tese (Doutorado em Educação)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2020.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Espaços Escolares. 2. Ensino Secundário. 3. Cultura Escolar. 4. Arquitetura Escolar. I.
Pessanha, Eurize Caldas. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

ALESSANDRA VIEGAS JOSGRILBERT

**OS ESPAÇOS ESCOLARES NA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO
NA REGIÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ (1943-1961): UM
ASPECTO DA CULTURA ESCOLAR**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Eurize Caldas Pessanha – Orientadora e presidente da banca
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Prof. Dr. Agustín Escolano Benito – Membro externo
Centro Internacional de la Cultura Escolar (CEINCE)

Prof.^a Dr.^a Silvia Helena Andrade de Brito – Membro externo
Universidade Federal de Mato Grosso SUL (UFMS)

Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz – Membro interno Universidade Federal da
Grande Dourados (UFGD)

Prof.^a Dr.^a Kênia Hilda Moreira – Membro interno Universidade Federal da Grande
Dourados (UFGD)

DOURADOS – MS

2020

Dedico este trabalho a Maria Ivanete Nonato Gonsalves (*in memoriam*) que se tornou amiga no mestrado e nos deixou muito rapidamente, sem conseguir alcançar o que mais desejava, ser mestra.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Agustín Escolano Benito, por compartilhar seu vasto conhecimento de forma muito espontânea, por me receber no CEINCE, por me colocar em contato com outros pesquisadores europeus, mas, principalmente, por sua amizade. Os momentos na Europa, no segundo semestre de 2018 jamais sairão da minha memória.

A Eurize Caldas Pessanha pela parceria e orientação nesta pesquisa, pela interlocução durante todo o processo de elaboração deste texto, por me inserir na temática do ensino secundário, pelo apoio na preparação de toda a documentação para o Doutorado Sanduíche da CAPES.

À CAPES que proporcionou uma estada de seis meses na Espanha, nos quais pude realizar um estudo profundo sobre cultura escolar e estar em contato com vários pesquisadores em encontros, seminários e debates.

A Antonio Viñao Frago, Justino Magalhães e Gabriela Ossenbach Sauter por dispenderem parte de seu tempo para trocar ideias sobre este trabalho e me indicar leituras pertinentes.

Ao Professor Ademir Gebara por enxergar a pesquisadora, quando eu só via a trabalhadora, e me reintroduzir ao mundo acadêmico.

Aos professores Silvia Helena Andrade Brito, Paulo Roberto Cimó Queiroz e Kênia Hilda Moreira pelo diálogo, pelas proposições e pela avaliação, tanto na qualificação quanto na defesa, desta tese.

À Professora Alessandra Cristina Furtado pela presença acadêmica constante em toda minha formação, tanto no mestrado quanto no doutorado.

Aos meus pais, por serem meu porto seguro, meus parceiros de jornada, mas em especial, à minha mãe Maria de Fátima Viegas Josgrilbert, pela paciência e parceria nas leituras desta pesquisa e pelo seu companheirismo tanto profissional como pessoal, você foi fundamental durante este processo.

À minha filha Isadora Josgrilbert Fittipaldi Arêas pela ajuda nas tarefas paralelas, pela compreensão e paciência; e até pela sua atitude de distanciamento nos últimos quinze dias finais da escrita final, isto ajudou muito.

A Maria de Lourdes Moraes Cavalheiro por cuidar tão bem de mim e da minha casa durante todo o mestrado e o doutorado.

Ao professor Juarez José Tuchinski dos Anjos pelo auxílio com a pesquisa no INEP.

Aos pesquisadores Abigail Ferreira Alves Astofe, Andréa Natalia Silva, Camila de Brito Quadros Lara, Cintia Medeiros Robles Aguiar, Eliane Maria Amaro e Luciano Primo da Silva pela atenção e pelo compartilhamento de fontes, vocês ajudaram bastante.

A Raissa Araújo Gomes, pelo trabalho realizado na Câmara Municipal de Dourados.

Aos senhores Akira Sano, Geraldo Cogorno e Homero Carpes e a senhora Neila Montiel por conceder entrevistas que ajudaram na composição deste texto.

Aos funcionários do Arquivo Público de Mato Grosso por realizarem suas atividades de forma a incentivar a pesquisa e facilitar o trabalho no arquivo.

Ao Sr. Marcelino Nunes de Oliveira, pelas contribuições relevantes relativas a Ponta Porã.

Ao Sr. Krugerson Mattos pelas valiosas informações sobre Bela Vista.

Aos professores do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, por criarem espaços propícios ao debate e ao aprendizado durante o curso.

A Luciene Cléia da Silva e Adriana Valadão, colegas de turma, pelas trocas de experiência, pelas horas de conversas, pelo apoio e pela paciência nas horas de desabafo.

A todos que eu esqueci de mencionar, mas que tiveram um papel importante para que este estudo tenha chegado ao fim.

Enfim, a todos, o meu muito obrigada de coração.

RESUMO

A arquitetura é a materialidade que mais se destaca, é a primeira a ser vista, é a que dá “rosto” às instituições. Por este motivo, o tema desta tese são os espaços escolares no processo de implantação do ensino secundário na região em que foi instituído o Território Federal de Ponta Porã, entre 1943 e 1961. Merece atenção o fato desse território ter existido somente durante três anos, 1943-1946, e ter sido extinto com o fim do Estado Novo. O ano de 1943 foi elencado como o início do recorte, por se tratar do ano de criação do Território Federal de Ponta Porã e também por ter sido o primeiro ano de aplicação da Lei Orgânica do Ensino Secundário, Decreto-lei nº 4.244 de abril de 1942, no conjunto conhecido como Reforma Capanema; o recorte é finalizado em 1961, com a promulgação de Lei 4.024/61, que estabelecia Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). O recorte espacial é composto pelos municípios que faziam parte desse Território: Ponta Porã, Bela Vista, Nioaque, Maracaju, Dourados, Miranda e Porto Murtinho. O objetivo geral desta tese é analisar a implantação do ensino secundário na região do Território Federal de Ponta Porã por meio dos edifícios que abrigaram essas instituições, no período de 1943 a 1961, levando em conta que, pelo referencial da cultura escolar, os edifícios fazem parte do processo educativo. Como objetivos específicos, procura-se compreender o ensino secundário brasileiro e mato-grossense no recorte proposto, verificando como era a legislação referente aos espaços escolares para esse nível; compreender como os espaços escolares compõem a cultura escolar e como se desenvolveram historicamente; e identificar as escolas de ensino secundário criadas na região estudada, analisando sua criação e seus espaços escolares como indícios das suas culturas escolares para chegar a um perfil dessas instituições. O referencial teórico-metodológico está ancorado em Ginzburg, Certeau e nos conceitos de cultura escolar, enunciados, principalmente, por Escolano Benito e Viñao Frago. O texto foi elaborado baseado em uma pesquisa documental, bibliografia e em entrevistas. As entrevistas ajudaram na recuperação das plantas arquitetônicas originais com base em plantas recentes e na memória dos atores que utilizaram o espaço. Como não foi encontrada uma metodologia específica para recuperar essas plantas, foram criados procedimentos para alcançar este fim. As conclusões demonstram que o “rosto” das instituições analisadas por meio de uma média entre eles era o seguinte: um ginásio com planta em forma de “U”, com oito salas (quatro de cada lado), com circulação aberta e coberta, com a entrada, a secretaria e a diretoria posicionadas na base do “U”; com laboratórios, biblioteca, área livre para prática de Educação Física (mas sem recreio coberto) e instalações sanitárias adequadas. Na verdade, ele ainda não estava completamente definido, se apresentava em construção ou em reforma, tentando se adaptar à legislação vigente e só conseguindo sobreviver com subvenção pública.

Palavras-Chave: Espaços Escolares; Ensino Secundário; Cultura Escolar; Arquitetura Escolar.

ABSTRACT

Architecture is the materiality that stands out the most, it is the first to be seen, it is the one that gives "face" to the institutions. For this reason, the theme of this thesis is the school spaces in the process of implementing secondary education in the region where the Federal Territory of Ponta Porã was established, between 1943 and 1961. It deserves attention that this territory existed only for three years, 1943-1946, and was extinguished with the end of the "Estado Novo". The year 1943 was listed as the beginning of the cut, as it was the year of creation of the Federal Territory of Ponta Porã and also because it was the first year of application of the Organic Law of Secondary Education, Decree-Law No. 4244 of April 1942, in the set known as "Reforma Capanema"; the cut was finalized in 1961, with the enactment of Law No. 4241/61, which established Guidelines and Bases of National Education (LDB). The spatial cutout is composed of the municipalities that were part of this Territory: Ponta Porã, Bela Vista, Nioaque, Maracaju, Dourados, Miranda and Porto Murtinho. The general objective of this thesis is to analyze the implementation of secondary education in the region of the Federal Territory of Ponta Porã through the buildings that housed these institutions, from 1943 to 1961, taking into account that, by the reference of school culture, the buildings are part of the educational process. As specific objectives, it is to understand the Brazilian and Mato Grosso secondary education in the proposed cutout, verifying how the legislation regarding the school spaces for this level was; to understand how the school spaces compose the school culture and how they developed historically; and to identify the secondary schools created in the studied region, analyzing their creation and their school spaces as indications of their school cultures to reach a profile of these institutions. The theoretical-methodological framework is anchored in Ginzburg, Certeau and in the concepts of school culture, enunciated mainly by Escolano Benito and Viñao Frago. The text was elaborated based on documentary research, bibliography and interviews. The interviews served to recover original architectural plans based on recent plans. As no specific methodology was found to recover these plans, procedures were created to achieve this purpose. The conclusions demonstrate that the "face" of the institutions analyzed by means of an average among them was the following: a gymnasium with a "U" shaped plan, with eight rooms (four on each side), with open and covered circulation, with the entrance, secretariat and management positioned at the base of the "U"; with laboratories, library, free area for Physical Education practice (but without covered recreation) and adequate sanitary facilities. In fact, it was not yet completely defined, it was under construction or under reform, trying to adapt to the current legislation and only managing to survive with public subsidy.

Keywords: School Spaces; Secondary Education; School Culture; School Architecture.

RESUMEN

La arquitectura es la materialidad que más destaca, es la primera que se ve, es la que da "cara" a las instituciones. Por eso, el tema de esta tesis es los espacios escolares en el proceso de implantación de la enseñanza secundaria en la región donde se estableció el "Território Federal de Ponta Porã", entre 1943 y 1961. Merece atención que este territorio existió sólo durante tres años, 1943-1946, y se extinguió con el fin del "Estado Novo". El año 1943 fue catalogado como el inicio del corte, por ser el año de la creación del "Território Federal de Ponta Porã" y también por ser el primer año de aplicación de la Ley Orgánica de Enseñanza Media, Decreto-ley nº 4.244 de abril de 1942, en el conjunto conocido como la "Reforma de Capanema"; el corte se concretó en 1961, con la promulgación de la Ley nº 4241/61, que estableció las Directrices y Bases de la Educación Nacional (LDB). El recorte espacial está compuesto por los municipios que formaban parte de este Territorio: Ponta Porã, Bela Vista, Nioaque, Maracaju, Dourados, Miranda y Porto Murtinho. El objetivo general de esta tesis es analizar la implantación de la enseñanza secundaria en la región del Territorio Federal de Ponta Porã a través de los edificios que albergaron estas instituciones, de 1943 a 1961, teniendo en cuenta que, por referencia a la cultura escolar, los edificios forman parte del proceso educativo. Como objetivos específicos, trato de entender la educación secundaria brasileña y de la de Mato Grosso en el recorte propuesto, comprobando cómo fue la legislación relativa a los espacios escolares para este nivel; entender cómo los espacios escolares conforman la cultura escolar y cómo se desarrollaron históricamente; e identificar las escuelas secundarias creadas en la región estudiada, analizando su creación y sus espacios escolares como evidencia de sus culturas escolares para llegar a un perfil de estas instituciones. La referencia teórico-metodológica está anclada en Ginzburg, Certeau y en los conceptos de la cultura escolar, enunciados principalmente por Escolano Benito y Viñao Frago. El texto se elaboró sobre la base de investigaciones documentales, bibliografía y entrevistas. Las entrevistas sirvieron para recuperar planos arquitectónicos originales basados en planos recientes. Como no se encontró una metodología específica para recuperar estos planes, se crearon procedimientos para lograr este propósito. Las conclusiones muestran que la "cara" de las instituciones analizadas mediante un promedio entre ellas fue la siguiente: un gimnasio con planta en forma de "U", con ocho salas (cuatro a cada lado), con circulación abierta y cubierta, con la entrada, la secretaría y la dirección situadas en la base de la "U"; con laboratorios, biblioteca, zona libre para la práctica de la Educación Física (pero sin recreo cubierto) e instalaciones sanitarias adecuadas. De hecho, todavía no estaba completamente definido, estaba en construcción o en reforma, tratando de adaptarse a la legislación vigente y sólo logrando sobrevivir con el subsidio público.

Palabras clave: Espacios Escolares; Educación Secundaria; Cultura Escolar; Arquitectura Escolar.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa do Brasil incluindo o Território Federal de Ponta Porã, 1945.....	17
Figura 2 – Mapa dos municípios do Território Federal de Ponta Porã	18
Figura 3 – Esquema do ensino médio brasileiro durante a Reforma Capanema.....	47
Figura 4 – Perspectiva do Ginásio Tipo "I"	57
Figura 5 – Planta baixa do Ginásio Tipo "I".	58
Figura 6 – Gráfico de matrículas gerais no ensino médio - Mato Grosso - 1947,1953, 1954.	68
Figura 7 – Inspetorias Seccionais do Ensino Secundário para Cuiabá e Campo Grande.	76
Figura 8 – Modelo de sala de aula para o ensino mútuo, elaborado por Catalá, Joaquín (1821).	101
Figura 9 – "Infant School" no modelo de Wilderspin, 1840.	102
Figura 10 – " <i>Pupil Teacher System</i> " ou Sistema Inglês, Narjoux, 1877.....	104
Figura 11 – " <i>Pupil Teacher System</i> " ou Sistema Inglês, Narjoux, 1877.....	105
Figura 12 – Planta de uma escola com duas " <i>recitation rooms</i> ", Brubacher, John S. (1947).	106
Figura 13 – Planta baixa da <i>Akron Sunday School</i> (Brubacher, 1947).	107
Figura 14 – Uma das oito Escolas do Imperador, a Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Glória (atual Colégio Estadual Amaro Cavalcanti), inaugurada em 1875.	119
Figura 15 – Planta Baixa das escolas tipo “Oscar Thompson”.	122
Figura 16 – Fachada das escolas tipo “Oscar Thompson”.	122
Figura 17 – Foto do Palácio da Instrução de Cuiabá, em 1914.....	124
Figura 18 – Fachada da Escola Rep. da Argentina, no Rio de Janeiro, modelo de Escola Tipo “Platoon” de 25 classes.....	127
Figura 19 – Croqui original de Niemeyer.	129
Figura 20 – Implantação do Maria Leite, projeto de Oscar Niemeyer, década de 1950.	129
Figura 21 – Ficha de classificação do Ginásio São Francisco de Assis de Ponta Porã, 1956.	135
Figura 22 – Mapa de Dourados, 1952.	148
Figura 23 – Planta Ginásio Estadual "Presidente Vargas" - 1º pav.....	152
Figura 24 – Ginásio Estadual “Presidente Vargas” - Planta baixa 1º pav. – sem escala.	153
Figura 25 – Fachada principal do Ginásio Estadual Presidente Vargas – sem escala.	153
Figura 26 – Ginásio Estadual “Presidente Vargas” - Planta baixa 2º pav. – sem escala.	154
Figura 27 – Ginásio Estadual "Presidente Vargas" - Fachada Lateral - sem escala....	154
Figura 28 – Fachada do Ginásio Estadual "Presidente Vargas".....	155
Figura 29 – Foto da turma inaugural do Presidente Vargas em 1958.	156
Figura 30 – Avenida Marcelino Pires, em 1958.....	159
Figura 31 – Construção do Patronato de Menores de Dourados em 1952.	161
Figura 32 – Filial do Patronato no antigo Salão Paroquial.....	162

Figura 33 – Filial do Patronato em 1958.	163
Figura 34 – Patronato de Menores de Dourados, 1954.	164
Figura 35 – Planta do 1º pavimento do Instituto Educacional de Dourados, 1960.	167
Figura 36 – Planta do 2º pavimento do Instituto Educacional de Dourados, 1960.	168
Figura 37 – Fachada do Instituto Educacional de Dourados.	170
Figura 38 – G. E. Joaquim Murtinho, local onde começou o Ginásio Osvaldo Cruz.	172
Figura 39 – Segunda sede do Ginásio Osvaldo Cruz.	173
Figura 40 – Reforma da sede do Ginásio Osvaldo Cruz, conforme projeto de 1968.	174
Figura 41 – Sede definitiva do Ginásio Osvaldo Cruz, antes da reforma.	175
Figura 42 – Planta do Ginásio Osvaldo Cruz.	176
Figura 43 – Fachada do Osvaldo Cruz proposta pelo engenheiro Sérgio Tor Iguma em 1968.	178
Figura 44 – Mapa de Ponta Porã.	180
Figura 45 – Primeira sede do Ginásio São Francisco de Assis, 1955. Alunas com o Diretor Professor Antonio Teophilo da Cunha.	182
Figura 46 – Ginásio São Francisco de Assis em Ponta Porã.	184
Figura 47 – Comitiva para encampação do Ginásio São Francisco de Assis, composta pelo Professor Isaac Borges Capilé, Edevaldo Carpes, Acioli de Deus, Homero Carpes, Valter Freire e outros.	186
Figura 48 – Primeira sede da Escola Paroquial São José.	189
Figura 49 – Fachada da Escola Paroquial São José, onde se instalou o Ginásio São José.	191
Figura 50 – Quadra de esportes Ginásio São José.	192
Figura 51 – Esboço da planta da Escola Paroquial São José na Av. Brasil.	193
Figura 52 – Início das obras do Ginásio São José, na Rua Tiradentes, 1961.	196
Figura 53 – Fachada do Colégio São José, 1980.	196
Figura 54 – Planta do Colégio São José, década de 1960.	197
Figura 55 – Mapa atual da cidade de Bela Vista.	201
Figura 56 – Centro Histórico de Bela Vista.	201
Figura 57 – Centro Histórico de Bela Vista.	202
Figura 58 – Fachada do Grupo Escolar Generoso Ponce/Ginásio Bela Vista.	204
Figura 59 – Planta do Grupo Escolar Generoso Ponce e Ginásio Bela Vista, sem escala.	204
Figura 60 – Primeiros alunos matriculados no Ginásio Bela Vista - 17 set. 1950.	205
Figura 61 – Prédio onde funcionou o Santo Afonso, no detalhe a base da primeira coluna da esquerda para a direita com a data da construção.	209
Figura 62 – Grupo Escolar tipo "Arthur Neiva" proposta por Mauro Camargo, na década de 1920.	210
Figura 63 – Esquema de salas e circulações Colégio Santo Afonso.	211
Figura 64 – Entrada do Colégio Santo Afonso.	212

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Subvenções do Governo Federal destinadas ao Magistério nos vários graus.	72
Quadro 2 – Estabelecimento de nível médio em Mato Grosso, 1961.....	73
Quadro 3 – Inspetorias Seccionais de Campo Grande e Cuiabá.....	74
Quadro 4 – Finalidades do Liceu Cuiabano conforme seus regulamentos.....	77
Quadro 5 – Instituições de ensino secundário na região do antigo Território Federal de Ponta Porã.....	86
Quadro 6 - Pontuação para avaliação dos estabelecimentos de ensino secundário, em anexo a Portaria nº 501 de 19 de maio de 1952.....	134
Quadro 7 – Comparativo entre a Portaria nº 501 de 1952 e o Relatório de Inspeção Prévia do Ginásio São Francisco de Assis de Ponta Porã de 1956.	136
Quadro 8 – Salas de aula do Ginásio São José em 1966.....	197
Quadro 9 – Estrutura física dos ginásios analisados.....	219
Quadro 10 – Estrutura física dos ginásios analisados em 1961.	221

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- A.C. – Acervo Cartográfico do Arquivo Público de Mato Grosso
- APMT – Arquivo Público de Mato Grosso/Superintendência de Arquivo Público
- CADES – Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário
- CALDEME – Campanha do Livro Didático e dos Manuais de Ensino
- CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CBPE – Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
- CDR – Centro de Documentação Regional da UFGD
- C.E. – Caixas de Educação, do Arquivo Público de Mato Grosso, ainda não tratadas
- CEINCE – *Centro Internacional de la Cultura Escolar*
- CNEC – Campanha Nacional de Escolas da Comunidade
- CNEG – Campanha Nacional de Educandários Gratuitos
- CILEME – Campanha de Levantamentos e Inquéritos para o Ensino Médio e Elementar
- CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
- D.E.S. – Diretoria de Ensino Secundário
- D.E.C. – Departamento de Educação e Cultura
- D.O. – Diário Oficial
- FGV – Fundação Getúlio Vargas
- GEM – Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória
- INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
- IP – Instrução Pública
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MEC – Ministério da Educação e Cultura
- MT – Mato Grosso
- OEA – Organização dos Estados Americanos
- PDSE – Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior
- SECS – Secretaria de Educação e Cultura e Saúde
- UCDB – Universidade Católica Dom Bosco

UDN – União Democrática Nacional

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I – O ENSINO SECUNDÁRIO	36
1.1 O ensino secundário no Brasil	41
1.2 O ensino secundário em Mato Grosso	62
1.2.1 Instituições públicas em Mato Grosso	77
1.2.2 Instituições privadas em Mato Grosso	80
CAPÍTULO II - OS ESPAÇOS ESCOLARES COMO INTEGRANTES DA CULTURA ESCOLAR	88
2.1 Os espaços escolares	88
2.2 A história dos espaços escolares	99
2.3 A história dos espaços escolares no Brasil	114
2.3.1 Os espaços escolares de ensino secundário na legislação brasileira	130
CAPÍTULO III – OS ESPAÇOS ESCOLARES NA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO NA REGIÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ	138
3.1 Dourados	147
3.1.1 O Ginásio Estadual “Presidente Vargas”	148
3.1.2 O Ginásio “Nossa Senhora da Conceição” – Instituto Educacional de Dourados..	160
3.1.3 O Ginásio “Osvaldo Cruz”	171
3.2 Ponta Porã	179
3.2.1 O Ginásio “São Francisco de Assis”	180
3.2.2 O Ginásio “São José”	189
3.3 Bela Vista	200
3.3.1 O Ginásio “Bela Vista”	202
3.3.2 O Colégio “Santo Afonso”	208
CONSIDERAÇÕES FINAIS	214
REFERÊNCIAS	225
FONTES	236
APÊNDICES	243
ANEXOS	360

INTRODUÇÃO

Projetos são elaborados, espaços são desenhados, mas depois esses espaços conformam as ações dos seus usuários. Atualmente, a arquitetura vem se dedicando ao estudo do impacto do ambiente no ser humano por meio da neuroarquitetura¹ e um dos programas que mais tem chamado a atenção desses estudiosos é a escola², pois ela impacta o ser por vários anos, desde a infância até a adolescência, conformando atitudes, influenciando relações, desenvolvendo competências e habilidades, incorporando tecnologias. As experiências passadas servem de base para projetar o futuro, por isso é fundamental saber como eram os espaços escolares para o ensino secundário, na ocasião em que foram implantados: improvisados, adaptados ou construídos?

Frente a esta dúvida, a pesquisa começou a se delinear, mas seria necessário definir tempo e espaço. A região onde vivo é fronteira e foi território federal por três anos, este foi o motivo da definição do recorte espacial.

O Território Federal de Ponta Porã foi criado em 13 de setembro de 1943, pelo Decreto-lei nº 5.812 (BRASIL, 1943), e, segundo Centeno (2007), funcionou como desdobramento da Marcha para Oeste e parte da política de colonização do Governo Vargas. Apesar de sua curta existência, de três anos, o Território Federal de Ponta Porã trouxe um avanço educacional consistente para a região. Nessa época, o número de escolas aumentou consideravelmente:

As 53 escolas que funcionavam ao tempo de Mato Grosso sendo que dessas, 24 eram mantidas pelos municípios para atender a uma população de cerca de 20.000 crianças, permitindo que apenas doze por cento desses brasileiros recebessem instrução, foram aumentadas para 223, todas mantidas pelo Território.

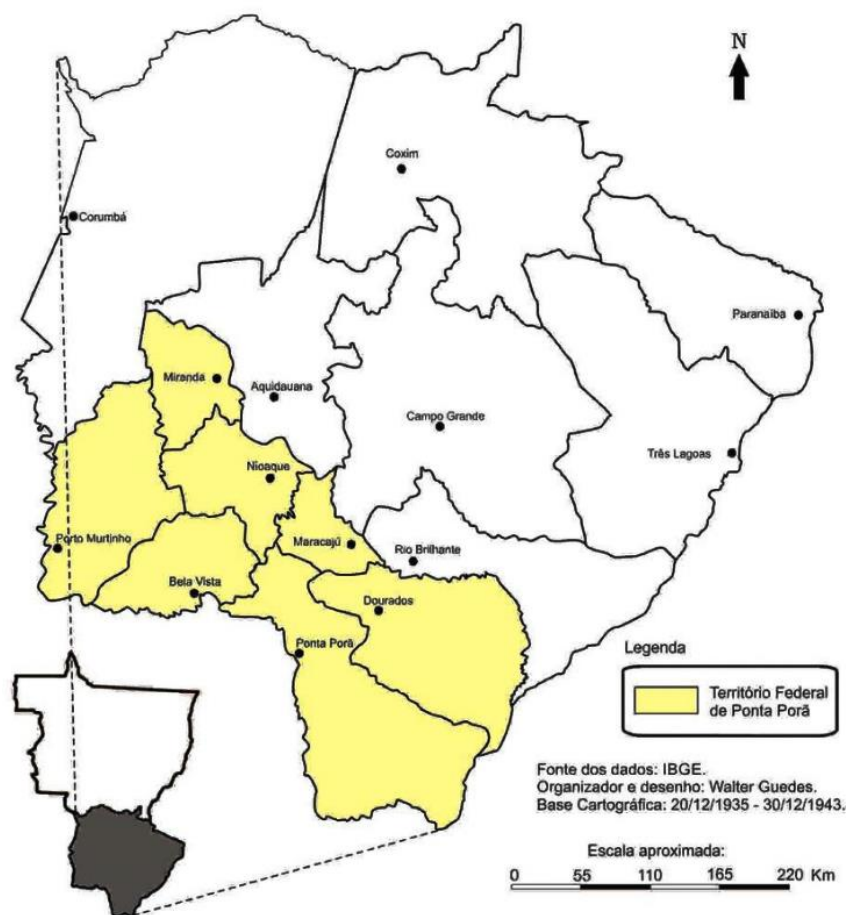
Dentre as escolas criadas figuravam um Curso Normal Regional, onze Cursos Populares Noturnos, iniciativa das mais promissoras para a região. (REIS, 2005, p. 9-10).

Sobre a extinção do Território, Melo e Silva (1989, p. 105) pondera que a Assembleia Constituinte votou em 1946 pelo seu desaparecimento, deixando

¹ Nomes como os de Marvin Malecha da *New School* e John Eberhard da *Academy of Neuroscience for Architecture* se destacam nesse ramo da arquitetura.

² Um trabalho que trata desse tema é a dissertação de Cagil Kayan “Neuro- architecture: Enriching healthcare environments for children”, Disponível em: <https://odr.chalmers.se/bitstream/20.500.12380/142385/1/142385.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2020.

Figura 2 – Mapa dos municípios do Território Federal de Ponta Porã



Fonte: SILVA, W.G. (2016, p. 36).

Como aponta Hennessy (1978), cada sociedade fronteiriça foi forjada nas relações estabelecidas de acordo com a sua produção e a construção da identidade de cada país se deu pela construção de símbolos nacionais fortes. A sociedade dessa região de fronteira entre Brasil, Paraguai criou elos comerciais e identitários. Quanto aos comerciais, o Brasil, o Paraguai e a Argentina estavam interligados a exploração, transporte e comércio da erva; quanto aos identitários, nas rodas de tereré⁴ brasileiros e paraguaios se reuniam, e se reúnem até hoje, para longas conversas.

O recorte temporal, de 1943 a 1961, foi selecionado em virtude de dois fatos importantes que impactaram a região na década de 1940: Ponta Porã se tornou sede de Território Federal em 1943 e, no mesmo ano, foi criada a CAND, Colônia Agrícola Nacional de Dourados - duas ações do governo federal para povoar o interior do então

⁴ Bebida típica da região, feita com a infusão da erva-mate (*Ilex paraguariensis*) em água fria. Os habitantes se reúnem e compartilham a mesma nas rodas de tereré.

Estado de Mato Grosso. A data inicial também coincide com o primeiro ano de aplicação da Lei Orgânica do Secundário, Decreto-lei nº 4.244 de abril de 1942 (BRASIL, 1942), conhecida como Reforma Capanema, em vigor até a promulgação de Lei nº 4.024/61 (BRASIL, 1961), que estabelecia Diretrizes e Bases da Educação Nacional, data final do recorte.

Definidos espaço e tempo, surgiu a questão de pesquisa: como eram os espaços escolares para o ensino secundário na região do Território Federal de Ponta Porã entre 1943 e 1961? Para respondê-la, tornou-se necessário traçar um caminho que parte da expansão do ensino secundário no Brasil e em Mato Grosso; avançando para a compreensão do espaço escolar e sua evolução histórica, para, com base nesses conceitos, traçar o perfil dos espaços escolares de ensino secundário na região.

Para tratar da temática do ensino secundário, organizei os trabalhos referidos no projeto “Ensino Secundário no Brasil em perspectiva histórica e comparada (1942-1961)” (PESSANHA, 2016). Foram localizadas 47 instituições no Brasil, com pesquisas sobre ensino médio; em Mato Grosso do Sul, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) se destaca com 16 trabalhos e a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) com 3 trabalhos. As temáticas abordadas foram outro foco de análise; sendo selecionadas as mais recorrentes: 19 são sobre história do ensino secundário, 67 tratam de instituições escolares, 35 sobre história das disciplinas escolares, 6 sobre impressos; 32 combinam instituições escolares e história das disciplinas, 6 combinam impressos com história das disciplinas; 1 não possui referência. 14 tratam de outros assuntos ou combinam outros temas. Quanto à localização das pesquisas, das 180 teses e dissertações analisadas, 2 dissertam sobre Mato Grosso e 15 sobre Mato Grosso do Sul, somente são citadas as cidades de Campo Grande e Corumbá. Dos 92 artigos analisados, 4 situam-se em Mato Grosso do Sul, desses quatro artigos, dois concentram seus estudos em Campo Grande e dois em Corumbá. A análise completa dessas teses e dissertações encontra-se no apêndice A.

A temática foi estudada para auxiliar a construção do objetivo geral desta tese: analisar a implantação do ensino secundário na região do Território Federal de Ponta Porã por meio dos edifícios que abrigaram essas instituições, no período de 1943 a 1961, levando em conta que, para a cultura escolar, os edifícios fazem parte do processo educativo; afinal conhecer seus espaços possibilita enxergar os reflexos da cultura escolar neles implícita. São objetivos específicos: analisar o ensino secundário brasileiro e mato-grossense no recorte proposto, verificando como era a legislação referente aos espaços

escolares para esse nível; compreender como os espaços escolares compõem a cultura escolar e como se desenvolveram historicamente; e identificar as escolas de ensino secundário criadas na região, analisando sua criação e seus espaços escolares como aspectos das suas culturas escolares para chegar a um perfil dessas instituições.

A questão condutora da pesquisa ficou definida com base em três pontos de interesse: o primeiro referente ao lugar onde moro e atuo como arquiteta e educadora, o segundo em continuidade à dissertação de mestrado, defendida em 2015, "O processo de escolarização na fronteira Brasil Paraguai: 1901-1927"(JOSGRILBERT, 2015) na qual encontrei rica documentação para o estudo da escolarização nessa região; e o terceiro pela parceria com minha orientadora, que coordena um projeto nacional intitulado "Ensino Secundário no Brasil em perspectiva histórica e comparada". Afinal a temática alia arquitetura e educação.

A região também pertence a minha história de vida, pois cheguei a ela ainda criança e a educação foi tema recorrente em toda minha adolescência, uma vez que acompanhei o empenho de meus pais, que fundaram uma pequena escola, do maternal à quarta série. A escola se expandiu e hoje conta com todos os níveis de ensino, inclusive o ensino superior. Vivi dentro da escola e cresci acompanhando sua expansão, hoje sou Diretora de dois cursos: Direito e Administração.

Distanciei-me de Ponta Porã durante o período em que fui cursar Arquitetura na Universidade Federal do Rio de Janeiro, mas me aproximei da investigação científica, pois fui convidada a participar de um grupo de pesquisa orientado pela Profa. Sandra Alvim⁵ que cursava doutorado na Sorbonne. Ao retornar, a educação falou mais forte e decidi cursar Pedagogia.

Meu interesse pela história de educação da região surgiu meramente por acaso, quando buscava material para realização de um trabalho sobre educação em Ponta Porã, no curso de especialização. Fui ao Museu da Erva Mate e, no fundo de uma estante da secretaria do museu, encontrei um livro considerado raro, de autoria de Pedro Ângelo da Rosa (1922), *Annaes Pontaporenses*; que descrevia a sociedade pontaporanense nas primeiras décadas do século XX e contava algumas passagens envolvendo professores, fiquei fascinada e comecei a coletar material para um possível mestrado. Durante as pesquisas para a dissertação de mestrado, sob a orientação do Prof. Dr. Ademir Gebara, resolvi estudar os primórdios do processo de escolarização na fronteira Brasil Paraguai,

⁵ Professora do Curso de Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na década de 1980.

compreendendo como as crianças fronteiriças tiveram acesso à educação das primeiras letras. Para o Doutorado, orientada pela Profa. Dra. Eurize Caldas Pessanha, fui inserida no projeto intitulado “Ensino Secundário no Brasil em perspectiva histórica e comparada (1942-1961)”. (PESSANHA, 2016).

Participar do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior – PDSE, financiado pela CAPES, sob a orientação do Prof. Dr. Agustín Escolano Benito, uma das maiores referências em cultura escolar, me proporcionou agregar ao tema o viés pelo qual analisaria a implantação do ensino secundário: os espaços escolares. Afinal consegui conjugar minhas duas formações: arquitetura e educação. Conectando o vínculo pessoal com a proposta de investigação, também conectei o referencial teórico metodológico a minha experiência do Doutorado Sanduíche na Espanha.

A metodologia proposta para o desenvolvimento deste trabalho foi bibliográfica e documental. A parte documental foi fundamentada pelos documentos encontrados no INEP, no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), e nas Câmaras Municipais dos municípios elencados para aprofundamento do tema: Dourados, Ponta Porã e Bela Vista; abrangendo as três instâncias governamentais. A escolha dos municípios para o aprofundamento dos estudos foi feita com base na análise populacional do Censo do IBGE de 1950, uma vez que a demanda por educação está vinculada ao número de habitantes.

Como, em alguns municípios, a documentação sobre os espaços escolares é bem escassa também recorri a entrevistas para a elaboração do capítulo relacionado aos mesmos, aliás não encontrei uma metodologia específica para recuperar plantas arquitetônicas por meio de entrevistas, então estabeleci procedimentos para alcançar este fim que foram detalhados no capítulo III.

Como referencial teórico-metodológico, busquei Ginzburg, Certeau e, especialmente, os conceitos da cultura escolar, enunciados principalmente por Escolano Benito e Viñao Frago. Carlo Ginzburg (1991, p. 232) alerta que o “nosso conhecimento do passado é um empreendimento necessariamente desconexo, cheio de lacunas e incertezas, alicerçado em fragmentos e ruínas.” Para tentar preencher algumas lacunas se pretende investigar os indícios que, conforme estabelecido pelo paradigma indiciário de Ginzburg, permitam reconstituir a trajetória da implantação do ensino secundário no território no período demarcado e a configuração de seus espaços escolares.

Ginzburg (1989) em seu texto “Sinais: Raízes de um paradigma indiciário” vincula, num sentido amplo, o paradigma aos textos de Morelli, Arthur Conan Doyle

(autor de Sherlock Holmes) e Freud. Morelli propunha um novo método para a atribuição de autoria de quadros antigos, criando uma maneira de distinguir os originais das cópias, ele se concentrava nos pormenores mais negligenciáveis e menos influenciados pelas características dos pintores, ele se concentrava nas orelhas, nas unhas, nos dedos das mãos e em muitos outros detalhes. Arthur Conan Doyle resolvia os casos de Sherlock Holmes com detalhes que passavam despercebidos para a maioria das pessoas. Freud tratava os dados marginais como reveladores; dados triviais ou sem importância poderiam fornecer “a chave para aceder aos produtos mais elevados do espírito humano.” (p. 150). Nesses três casos as “pistas infinitesimais permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível. Pistas: mais precisamente, sintomas (no caso de Freud), indícios (no caso de Sherlock Holmes), signos pictóricos (no caso de Morelli).” (p. 50). Ginzburg alerta que o que caracteriza esse saber é “a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar uma realidade complexa não experimentável diretamente.” (p. 152).

Uma das questões de Ginzburg (1989) nesse texto é se o paradigma indiciário pode ser rigoroso. A esse respeito, afirma que:

só a linguística conseguiu, no decorrer deste século, subtrair-se a esse dilema, por isso pondo-se como modelo, mais ou menos atingido, também para outras disciplinas. Mas vem a dúvida de que este tipo de rigor é não só inatingível mas também indesejável para as formas de saber mais ligadas à experiência cotidiana [...] o rigor inflexível (se nos for permitido o oxímoro) do paradigma indiciário mostra-se ineliminável. [...] Ninguém aprende o ofício de conhecedor ou de diagnosticador limitando-se a pôr em prática regras preexistentes. Nesse tipo de conhecimento entram em jogo (diz-se normalmente) elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição. (GINZBURG, 1989, p. 178-179).

Ao analisar um documento, de acordo com Ginzburg, deve-se estar atento às evidências, que o autor nomeia como “anomalias que afloram na documentação”, mas que podem servir “a lançar luz sobre uma série documental mais ampla.” (GINZBURG, 2007, p. 263).

Certeau também conduz os trabalhos sobre a análise documental e adverte que é importante considerar sempre a maneira como o documento foi produzido, pois

Na verdade, a produção é seu princípio de explicação quase universal, já que a pesquisa historiadora se apossa de todo documento como sintoma daquilo que o produziu. A bem dizer, não é tão fácil apreender do próprio produto a ser decifrado e ler o encadeamento dos atos produtores. (CERTEAU, 1982, p. 22-23).

Certeau (1982) ainda orienta que além de analisar seus produtores deve-se ter em mente que a história política é baseada em estratégias, e essas estratégias estarão presentes na produção de dados, arquivos e documentos. Outro fator que deve ser considerado, sob a orientação de Certeau (1982) é que, ao analisar documentos, faz-se uma leitura do passado com olhos do presente, “em função de problemáticas impostas por uma situação. Elas são conformadas por premissas, quer dizer, por ‘modelos’ de interpretação ligados a uma situação presente”.

O saber histórico foi modificado, de acordo com Le Goff (1990, p. 12), quando se tomou consciência da construção do fato histórico e dos processos de manipulação de documentos, revelando “os contínuos êxitos no desmascaramento e na denúncia das mistificações e das falsificações da história”.

Quanto aos procedimentos de pesquisa, todos os documentos encontrados foram escaneados e analisados. Quanto ao trabalho com as atas das câmaras municipais, foram lidas todas as atas encontradas, de 1943 a 1961; deve-se recordar que durante o Estado Novo, a Carta Constitucional de 1937 dissolveu a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais, com o fim do regime ditatorial de Vargas, essas instituições foram reestabelecidas após 1946.

A documentação camarária exige a leitura atenta das seções registradas. Para esta pesquisa a leitura das atas foi orientada pela procura dos descritores “Ginásio”, “Escola” e “Colégio”, quando algum deles foi encontrado, os parágrafos que continham o tema foram transcritos, posteriormente o material de cada câmara municipal foi compilado em um relatório, para facilitar a análise.

Os espaços escolares da região foram analisados de duas maneiras: uma segundo as recomendações do MEC para os edifícios de ginásios estaduais, gerando uma análise mais quantitativa; e outra tendo a cultura escolar como chave de análise desses espaços, gerando uma análise qualitativa. Afinal Vidal (2009, p. 39) nos convida a enxergar a escola pelas lentes da cultura escolar, pois ela nos permite “não apenas ampliar nosso entendimento sobre o funcionamento interno da instituição como nos provoca a rever as relações estabelecidas historicamente entre escola, sociedade e cultura”.

Entretanto, para se falar de espaço escolar, primeiramente devo buscar a conceituação de espaço. Para Certeau (1998, p. 202), a existência do espaço está sempre vinculada a vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo, o espaço “é o efeito produzido pelas operações que o orienta, o circunstanciam, o temporalizam e

o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais”. Em resumo é o lugar praticado, conseqüentemente o espaço escolar é a escola, é parte integrante da sua cultura escolar.

Os estudos sobre a escola, de acordo com Pessanha e Silva (2006), reconhecem a existência de uma cultura própria das instituições escolares que, de forma particular, é conformada por uma prática social única e própria, uma vez que:

a escola é uma instituição da sociedade, que possui suas próprias formas de ação e razão, construídas no decorrer da sua história, tomando por base os confrontos e conflitos oriundos do choque entre as determinações externas a ela e às suas tradições, que se refletem na sua organização e gestão, nas suas práticas mais elementares e cotidianas, nas salas de aula e nos pátios e corredores, em todo e qualquer tempo, segmentado, fracionado ou não. (PESSANHA e SILVA, 2006, p. 109).

A origem do termo, de acordo com Viñao Frago (2002), está vinculada à origem da escola como instituição, mas a criação dos sistemas educativos reforçou as relações dessa cultura com os níveis articulados da educação, com o processo de formação de professores e com os conteúdos das disciplinas ministradas; transformou a relação das reformas governamentais com a escola, sistematizou e padronizou aspectos curriculares e organizacionais.

Um dos primeiros pesquisadores a utilizar o conceito de cultura escolar foi Dominique Julia, na década de 1990. Para ele, a cultura escolar é constituída por um conjunto de normas que estipulam "conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas”. Mas, também amplia sua conceituação quando busca identificar “modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimentos e de habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização.” (JULIA, 2001, p. 10-11).

Como nos lembra Faria Filho *et al.* (2004, p. 145), outro precursor nos estudos sobre cultura escolar foi Chervel que fundamentou sua compreensão da dimensão histórica da cultura escolar: “tanto no que ela se apropriava das circunstâncias sociais, quanto no que interferia na sociedade.” Chervel introduziu a noção de que a escola transmitia à sociedade dois aspectos contraditórios: traduzia os resultados esperados pelo programa oficial mas também “revelava efeitos imprevisíveis, engendrados independentemente pelo sistema escolar”. Esses autores chamam a atenção para o fato do

trabalho de Chervel ter influenciado Julia, mas apontam diferenças nas duas acepções de cultura escolar:

Chervel parecia afirmá-la de maneira mais contundente como original e se interessava principalmente pela construção dos saberes escolares. Julia fazia a ênfase da análise recair particularmente sobre as práticas escolares, o que o levava a distinguir entre uma cultura escolar primária e uma cultura escolar secundária. (FARIA FILHO *et al.*, 2004, p. 146).

Depois de Julia, ou concomitante a ele, a expressão foi utilizada, conforme Viñao Frago (2002), para apontar as diferenças entre as culturas da escola de uma só classe e da escola graduada, e explicar os mecanismos de transmissão das práticas escolares. Dessa perspectiva, se depreende que cultura escolar institucionalizada seria o conjunto de teorias e práticas sedimentadas no seio da instituição escolar ao longo do tempo; ela serviu também para constatar o poder gerador dessa cultura e seu caráter relativamente autônomo em relação às disciplinas. Nesse sentido, não é a cultura global disseminada pela escola, mas uma cultura específica da escola em seus modos de disseminação, em sua origem, em sua gênese e em sua configuração, pois a escola não se limita a reproduzir o que está fora, mas adapta, transforma e cria um saber e uma cultura próprios.

Para desvendar o que acontece dentro das sala de aula, muitos pesquisadores se utilizaram do termo “caixa preta”, tomado de empréstimo da aviação⁶, como: Julia (2001); Dams, Depaepe e Simon (1999); Escolano Benito (2006, 2008, 2010); Faria Filho *et al.* (2004); Vidal (2009). Na escola, desvendar a “caixa preta”, significa tentar compreender, por registros escritos, testemunhos orais ou objetos, as práticas e as relações dentro da sala de aula. Viñao Frago (2002) nos aconselha, como historiadores da educação, a desvendar o cotidiano das instituições escolares.

Inclusive a expressão é título do livro “*The Black box of schooling: a cultural history of the classroom*” organizado por Braster, Grosvenor e Mar del Pozo (2011), no qual afirmam que a expressão começou a ser utilizada, nesse sentido, em 1970 por Lacey e depois recuperada por Depaepe e Simon, vinte e cinco anos mais tarde.

Escolano Benito (2017, p. 139) declara que, em conversas com Marc Depaepe, em 2010, no *Centro Internacional de la Cultura Escolar* (CEINCE), o mesmo afirmou que na escola coabitam duas “gramáticas”: uma propriamente pedagógica que “afetaria os aspectos mais instrumentais ou materiais das organizações educativas, examinados

⁶Na aviação, a “caixa preta” serve para o registro de dados mensuráveis do voo e de todas as comunicações entre os pilotos e a torre de comando e auxilia para desvendar possíveis causas de acidentes.

ainda sob uma ótica influenciada pelo neobehaviorismo” e outra moral “que se relacionaria com as interações sociais e éticas operadas na própria realidade escolar, principalmente no desenvolvimento do currículo e nos comportamentos dos atores que convivem nas salas de aula”. Essas duas “gramáticas” seriam interdependentes na escola.

O termo cultura escolar foi sendo elaborado por outros pesquisadores. Vidal (2009) comenta a existência de termos como: “forma escolar”, utilizado por Guy Vincent, Bernardo Lahire e Daniel Thin em um texto publicado em 2001; e “gramática da escola” utilizados por David Tyack e Larry Cuban em 1999; até se chegar na “cultura escolar” utilizado por André Chervel, em publicação de 1990, e Dominique Julia em publicação de 2001.

Viñao Frago (2000) aponta uma semelhança entre os conceitos de cultura escolar e gramática escolar (termo que, conforme o autor, foi utilizado por pesquisadores como Tyack y Cuban). Para Viñao Frago (2000), a gramática da escola seria o conjunto de tradições e “regularidades institucionais” sedimentadas ao longo do tempo que governam a prática do ensino e da aprendizagem; os modos de fazer e de pensar – comportamentos e mentalidades – transmitidos por gerações pelos professores, aprendidos pela experiência docente, que constituem a regra do jogo e os pressupostos compartilhados, não postos em questão, que permitem aos professores organizar a atividade acadêmica, tomar a classe e, dada a sucessão de reformas ininterruptas que surgem do poder político e administrativo, adaptá-las, transformando-as, às exigências que derivam da dita "gramática" e pressões externas.

Ao que parece, o conceito de gramática da escola está concentrado no professor e o de cultura escolar é mais amplo, pois engloba todos os sujeitos envolvidos no processo e as mediações entre eles. Para Escolano Benito (2010) a “gramática” da escola viria configurar um código invisível, mas regulado, que faz com que a cultura da escola seja, pelo menos em parte, uma ordem sistêmica relativamente coesa e de duração estável, expressão das diretrizes estruturantes que modelam o *habitus* profissional dos professores, e que são um reflexo dos estereótipos em que os sujeitos foram socializados.

Grosvenor, Lawn e Rousmarie (1999) afirmam que era difícil acreditar que existiram poucas tentativas de reconstruir a sala de aula, sua cultura e as relações que se estabelecem dentro dela; e, como esses pontos não foram sistematicamente explorados, criaram-se lacunas, ou nas palavras dos autores “*great silences*” – grandes silêncios – sobre a sala de aula. Para que esse silêncio fosse “quebrado” era necessário começar a reconstruir a cultura desses espaços sociais comuns nas escolas. Após vinte anos dessa

publicação, percebo um crescente aumento do interesse de pesquisadores, em congressos e publicações, sobre o tema, como será demonstrado no estado do conhecimento apresentado no interior dos capítulos.

O que se observa é que, ao longo das últimas décadas, conforme Escolano Benito (2008), a historiografia da educação está verificando uma mudança paradigmática baseada em novos modos de produção intelectual, nos quais as práticas historiográficas e os discursos que as fundamentam se aproximam dos enfoques etnológicos e hermenêuticos; para a conformação de um novo campo intelectual para reconfigurar o conjunto da disciplina. Esta mudança parte de dois âmbitos de reflexão. O primeiro entre a comunidade acadêmica que estuda a interação educação-sociedade-cultura, com a necessidade de desvendar os “silêncios” da historiografia e descobrir o que acontece dentro da sala de aula, encarando a cultura escolar como uma nova maneira de escrever a história da educação, desvelando a cultura da escola com base na Antropologia e na Etnologia, sem excluir outras perspectivas, incluindo ainda as opções hermenêuticas da memória para racionalizar os processos de interpretação, comunicação e rejeição/apropriação. O segundo, se situa na educação e suas dimensões fenomenológicas, partindo da prática pedagógica, da prática discursiva, com o objetivo de integrar uma espécie de processo de investigação-ação que se propõe a “aprender do passado” para confrontar com inteligência e sentido “cultural”, as inovações e reflexividade sobre as mesmas ações; este tipo de demanda revaloriza a História da Educação como disciplina formativa e como campo intelectual vinculado à preparação de professores e pedagogos.

Aliás, Viñao Frago (2002, p. 68) afirma que é conveniente falar, não de cultura escolar mas, de culturas escolares, pois ele considera a cultura escolar como um conjunto de aspectos institucionalizados, com várias modalidades ou níveis. Sugere algumas formas de analisar a cultura escolar: como a de um determinado estabelecimento docente em contraste com outros de mesma tipologia, ou trabalhar com uma perspectiva individual, grupal, organizativa ou institucional de algum aspecto da cultura escolar. Por conjunto de aspectos institucionalizados, compreende todas as práticas, condutas, modos de vida, hábitos (a história do cotidiano escolar), objetos (uso, função, distribuição no espaço, materialidade física, simbologia, introdução, transformação, desaparecimento), modos de pensar, assim como significados e ideias compartilhadas. Além disso, cada instituição tem uma cultura própria e específica, com características peculiares que a diferenciam das demais.

Para Escolano Benito (2008, 2010, 2017), a cultura escolar é composta por três dimensões: uma para tentar controlá-la e regulamentá-la por meios de dispositivos legais (cultura política); uma que tenta interpretar e modelar com base em saberes acadêmicos (cultura acadêmica); e uma que trata do que realmente acontece dentro da sala de aula (cultura empírica). Essas dimensões “operam como em um tabuleiro no qual interagem retóricas de comunicação, jogos dialéticos de poder e relações de influência entre umas e outras”. (2017, p. 120). A cultura política é elaborada em conjunto com os discursos e normas e está expressa nas leis, nos regulamentos e em todos os documentos legais produzidos pelos governos, nos quais expressam seu conteúdo em linguagens ideológicas e jargões técnicos cuja semântica transmite uma certa cultura. A cultura acadêmica, ou científica, é configurada em torno do saber que moldou o conhecimento especializado, especialmente a partir da incorporação da pedagogia e da ciência relacionada à educação às instituições de formação de professores e universidades; essa cultura foi parcialmente compartimentada na academia e desvalorizou a cultura empírica, que qualificou como prática ingênua para desacreditá-la. A cultura empírica é constituída pelas práticas que os professores inventaram e disseminaram no exercício de sua profissão e que vieram a moldar a memória corporativa da profissão docente; essa cultura também inclui as diretrizes nas quais os alunos foram treinados em atividades de aprendizado e formação; nesse sentido a escola é um local de produção de cultura e não somente um aparelho de reprodução cultural exterior a ela. Essas culturas – política, a acadêmica e a empírica – se desenvolvem de forma autônoma e seguem uma lógica própria, dando origem a uma tradição.

Na verdade, para Escolano Benito (2008), a cultura empírica responderia à lei da necessidade ou à razão prática e seria expressa materializando-se nos centros de memória ou em exposições; a cultura acadêmica obedeceria aos regimes de produção do discurso, objetivando-se nos textos que ensaiam interpretações teóricas e científicas sobre a escola; e a cultura política se constituiria a partir da lógica de controle social e das burocracias e isso se refletiria nos dispositivos que a administração pública implementou, desde que assumiu o poder escolar, para regular o funcionamento dos sistemas educacionais. (ESCOLANO BENITO, 2008, p. 136-137).

Conforme Viñao Frago (1995), a cultura escolar comporta toda a vida escolar: fatos e ideias, mentes e corpos, objetos e condutas, modos de pensar, dizer e fazer; mas destaca que existem alguns aspectos que são mais relevantes que outros, pois conformam

e definem os sujeitos; dentre esses aspectos destaca o espaço e o tempo. Para Viñao Frago (2002), os elementos mais visíveis que conformam a cultura escolar são:

- os atores (alunos, professores, funcionários administrativos e pais), destacando os professores como personagens relevantes na conformação da cultura escolar, gerando especial interesse na sua formação, nos modos de seleção, na carreira acadêmica, categorias, status, idade, sexo, ideias e representações mentais, entre outros;
- os discursos, linguagens, conceitos e modos de comunicação do mundo escolar, ou seja, o léxico ou vocabulário, as fórmulas e orientações linguísticas, as expressões e frases mais usadas, os jargões, e o respectivo peso do oral, do escrito, do gestual e do icônico na sala de aula, fora dela e nos modos de avaliação;
- os aspectos organizativos e institucionais, destacando-se as práticas e rituais da ação educativa (a graduação e classificação dos alunos, a divisão e hierarquização das disciplinas, a ideia da aula como um espaço-tempo gerenciado por um só professor, a distribuição e o uso do espaço e do tempo, os critérios de avaliação e promoção de alunos, entre outros); a marcha, ou cadência da classe, ou seja, os modos disciplinares e instrutivos, de relação e comunicação didática em sala de aula entre professores e alunos e entre alunos; e a organização formal (direção, pátio, secretaria, etc.); e informais (tratamentos, saudações, atitudes, grupos, preconceitos, formas de comunicação, etc.) para funcionar e interagir na escola. Enfim esse conjunto de cenários e práticas ritualizadas, que tem um caráter cerimonial;
- a cultura material da escola, com seus objetos e espaços físicos.

Escolano Benito (2008) aponta como elementos componentes da cultura escolar:

- os cenários que abrigam o mundo da escola; afinal a arquitetura é a materialização física da escola como instituição e não pode ser considerada como neutra pois seu desenho comporta teorias e práticas implícitas e sua materialidade institui um poder disciplinador e um sistema de valores e símbolos que definem uma determinada cultura e uma certa relação ecológica com seu entorno;
- os sujeitos que atuam na “cena” escolar, destacando o papel de professores e alunos; os professores com seus perfis socioprofissionais e como inventores

de boa parte dos conteúdos e diretrizes da cultura da escola. Eles próprios, criam as práticas empíricas que conformam os dispositivos de seu *habitus* profissional e os transmitem como códigos de ofício entre os membros da instituição; a criança e sua transformação em aluno(a) mas aplicando tudo num conjunto de dispositivos “*paidológicos, antropométricos, pedagógicos y disciplinarios*”, que, na verdade envolvem a invenção de um novo sujeito;

- o programa curricular que se desenvolve nesses espaços pelos atores da vida escolar – o currículo constituído pelo conjunto de conhecimentos e valores que se articulam em torno das disciplinas escolares, encarado como verdadeiras formações sócio históricas concebidas no interior do universo educacional, a partir de práticas e discursos que os atores da educação idealizaram;
- as mediações com as quais se instrumentaliza a ação – cultura material, (manuais e textos, modos e métodos de educação); no instrumental, (as mediações criadas pela escola, ou adaptadas do exterior por esta, para a colocação em prática de sua cultura também são construções históricas); a arqueologia do material, (que afetaria o equipamento das escolas), que inclui vários setores que vão desde os móveis criados para acomodar os sujeitos de acordo com os critérios antropométricos e ergonômicos vigentes em cada época até os recursos funcionais da escola e as tecnologias inventadas pelos próprios atores da vida institucional ou as materialidades transferidas do exterior para o mundo da escola;
- os dispositivos de organização da escola como sistema – tempos, organização institucional, regime e disciplina, avaliação e acreditação. A cultura da escola deve incluir o conhecimento dos dispositivos sistêmicos da escola como uma organização regulada por controles internos e externos. Os tempos longos e curtos da escola (duração e estrutura da escolaridade, curso, trimestre, semana, dia, hora...) também são construções sócio históricas.

Como foi mencionado por Viñao Frago e Escolano Benito a arquitetura, com seus cenários, é componente intrínseco da cultura escolar, colocando o tema deste trabalho no cerne da cultura escolar. Aprofundando o conhecimento sobre os espaços escolares do passado, é possível refletir sobre os cenários criados e observar as mediações por eles – os espaços – proporcionados, com suas tradições e inovações.

Aliás, Viñao Frago (2002) afirma que a análise da cultura escolar ajuda a compreender a mistura de continuidades e mudanças, de tradições e inovações que compõem as instituições escolares e oferece ferramentas para analisar:

- como, partindo do mundo acadêmico, se aplicam e adotam as reformas educativas;
- como e porque determinados aspectos são incorporados à vida escolar;
- como outros aspectos são rejeitados, ritualizados, modificados, retrabalhados ou distorcidos a partir desses modos de fazer e pensar sedimentados ao longo do tempo, daquelas regularidades institucionais que regem a prática de ensinar e aprender e a vida nas escolas;
- como se pode gerar uma mudança educativa e uma inovação escolar nas instituições;
- como são as combinações de continuidades e mudanças, uma combinação sujeita à lógica das ditas regularidades e à pressão de aspectos externos a ela, mas configuradores nela;
- como essa cultura escolar é um produto histórico, portanto mutável, que goza de uma relativa autonomia para gerar formas próprias de pensar fazer e, por consequência, produtos específicos em relação ao ensino e a aprendizagem, entre os quais se encontrariam as disciplinas escolares, formas de organização do espaço, tempo e comunicação em sala de aula, exames e formas de acreditação;
- como a sociedade valorizou os modos de fazer e pensar próprios da cultura escolar, lhes atribuiu um valor social e os adotou em outros contextos formativos, independentemente do sistema de educação formal.

O estudo da sala de aula, ou da própria escola, deve possibilitar, conforme Grosvenor, Lawn e Rousmarie (1999), múltiplos modos de conhecer e múltiplos conjuntos de significados: confrontando o ordinário e o extraordinário; o lugar-comum com o fora do lugar; o (seria) hegemônico com o contra hegemônico; o regado com o indisciplinado, os detentores do poder com os sujeitos do poder; os definidores de margem com os marginalizados; os definidores de limite com os fora-de-limites, os fabricantes de norma com o 'anormal', o dominando com o dominado. Esses confrontos devem proporcionar uma leitura mais clara do interior das instituições escolares, pois para rastrear os efeitos desses confrontos, é necessário descobrir a intenção e analisar a

realização do que foi feito. Um tipo leitura do espaço similar a esse, mas de mais fácil observação e compreensão, é proposto por Viñao Frago (2016), cerne das análises realizadas no capítulo III desta pesquisa.

Vidal (2009, p. 39) considera a cultura escolar como uma ferramenta teórica importante para analisar o passado e o presente da escola em sua relação com a sociedade e a cultura, “no jogo tenso das lutas de poder que perpassam o escolar e expressam nele as contradições sociais”.

Mogarro e Namora (2015), fundamentados em Viñao Frago, Fernandes, Chervel e Julia, afirmam que o conceito de cultura escolar se tornou fundamental para a interpretação do objeto de estudo, partindo de uma perspectiva polissêmica, para recobrir múltiplas dimensões da vida escolar e dos seus traços materiais que chegaram até os dias de hoje. Se pensado dessa maneira, o espaço escolar pode ser considerado um documento palpável, material.

Essa ferramenta teórica tem auxiliado os historiadores da educação na tentativa de compreender o que se passava e se passa no interior da escola. Para tanto, a história cultural da educação, conforme Escolano Benito (2010), voltou sua atenção aos objetos, imagens, textos e vozes que compõem o patrimônio material e imaterial da escola, bem como na socialização desses conteúdos que compõem a história e a memória educacional e seus ambientes de relacionamento, entre os sujeitos que incluem em suas narrativas de vida e nas suas experiências de treinamento. A arquitetura pode ser considerada o maior patrimônio material da escola.

Afinal, a escola é considerada, de acordo com Escolano Benito (2015), como uma construção sócio histórica que funciona como um sintetizador cultural, surgindo do cruzamento da memória, na qual sua cultura material é objetivada, com os rituais que transmitem, perpetuam e governam os processos da educação formal; sob o substrato dessas duas mediações foi se configurando uma cultura que se manifesta como uma realidade empírica – nas práticas, como campo intelectual – nos discursos e como dispositivo de regulação da vida em sociedade – as normas.

De acordo com Viñao Frago (2012), em se tratando de educação, coexistem as memórias de professores, alunos, objetos e das instituições; cada centro docente constrói sua própria memória e com ela vão sendo construídas as memórias de quem passa por ele, essa memória é conformada e conforma a cultura institucional. Cultura essa expressa em rituais, rotinas, atos institucionais, documentos escritos, uniformes, distintivos,

escudos e outros objetos e, também, em comportamentos, hábitos e fórmulas sociais, em maneiras de falar, de vestir, de se relacionar e interagir.

A cultura material escolar trabalha da mesma forma que a Arqueologia, fazendo “falar” os objetos para que eles nos “contem” parte das interações do cotidiano escolar. Mas vale ressaltar, como nos lembra Viñao Frago (2012), que os objetos não falam por si só, não se obtém resultados significativos apenas descrevendo-os ou enumerando-os; perceber a existência de uma série de objetos não significa associá-los ou compará-los. Seu interesse não deriva de sua condição de objetos, mas dos sentidos, significados, conexões e relacionamentos, que o historiador estabelece entre eles e seus contextos de produção, recepção, apropriação e interpretação.

Viñao Frago (2012) ainda acrescenta que, para conferir um sentido ao estudo dos objetos, é necessário que os mesmos sejam integrados e contextualizados, mediante enfoques teóricos e conceituais mais amplos, ligados a noções de cultura escolar e gramática da escola, ou às continuidades e mudanças no ensino, ou ao estudo dos processos socioeducativos de escolarização ou à profissionalização de professores, entre outros, e, finalmente, a uma narrativa específica ou discurso interpretativo.

Para Escolano Benito (2015), qualquer objeto da escola pode ser considerado como fonte para entender e interpretar a funcionalidade das práticas que estão associadas a ele, os discursos que fundamentam essas ações e as regras de governança que são cumpridas com seu uso em sala de aula. O autor afirma que:

toda essa cultura material, registro visível e tangível do universo escolar no passado, faz parte também da cultura empírica da educação referida nesse capítulo, a qual tem muito a ver com as invenções articuladas aos modos de educação popular forjados na experiência cotidiana. (ESCOLANO BENITO, 2017, p. 136).

O prédio pode ser considerado como um objeto, portanto fonte de compreensão e interpretação das práticas a ele relacionadas. Se conseguirmos estabelecer o “rosto” dos edifícios de ensino secundário da região estudada, é possível fundamentar futuras pesquisas que pretendam trabalhar outros objetos ou outras mediações neles inseridas.

Segundo Bencostta e Souza (2013, p. 15), o conceito de cultura material auxilia na construção dos sujeitos, dos objetos e da cultura, pois a cultura material integra a relação entre sujeitos e objetos, “é a relação física entre os objetos e os sujeitos que faz a cultura”. Os objetos, além de suas características físicas, exercem funções sociais, estéticas e simbólicas, pois os sujeitos não são receptores passivos frente à mensagem

comunicada pelo objeto, “ao contrário, ele constrói a significação graças a um processo ativo de percepção”.

Escolano Benito (2010) nos orienta que os sinais e vestígios dos objetos que compõem o patrimônio da escola são também sinais indicativos da cultura a que estão ligados, e sua decodificação pode ser a partir de um exame hiperanalítico dos fatos estratégicos, seguindo processos dedutivos que se baseiam na lógica da suspeita para interpretar os dados.

Retomando o que já foi dito anteriormente, esses vestígios e sinais, considerados por Ginzburg (1989, p. 152), dados aparentemente negligenciáveis, são ferramentas para recompor uma “realidade complexa não experimentável diretamente”. Eles, os sinais, são pistas que permitem captar uma realidade mais profunda, “de outra forma inatingível”.

Como já citado anteriormente Ginzburg (1991, p. 232) alerta que o “nosso conhecimento do passado é um empreendimento necessariamente desconexo, cheio de lacunas e incertezas, alicerçado em fragmentos e ruínas”. Os artefatos da cultura material escolar são alguns desses fragmentos, que podem ajudar os pesquisadores a recompor parte do que aconteceu dentro da escola e, nesse estudo, servir de instrumento para tentar compreender a implantação do ensino secundário, por meio dos espaços escolares.

De acordo com Gonçalves (1999), os espaços construídos refletem o que os homens de um tempo almejam para si, o que aspiram para o futuro e para seus filhos. Os espaços escolares, que serão tratados neste estudo, espelham a cultura de uma época e auxiliarão a compreensão como foram constituídos através dos tempos, para chegar aos espaços destinados ao ensino secundário na região do Território Federal de Ponta Porã.

Para compreender os espaços escolares do ensino secundário após a criação do Território Federal de Ponta Porã, esta tese se estrutura em três capítulos. O primeiro capítulo versa sobre ensino secundário, analisando a trajetória do ensino secundário no Brasil, e na sequência em Mato Grosso, lócus da pesquisa. Esse item é embasado na bibliografia referente à temática e na legislação sobre ensino secundário encontrada no “Repositório da Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971), elaborado por Pessanha e Assis (2015); em documentos encontrados no INEP e no CPDOC da FGV; nas mensagens presidenciais do Estado de Mato Grosso, localizadas no GEM da UFMT; nos documentos encontrados no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT); e nas Câmaras Municipais de Ponta Porã, Maracaju e Dourados.

O segundo capítulo apresenta os espaços escolares como componentes da cultura escolar e demonstra como os espaços escolares foram se constituindo nos vários períodos

da história, e finaliza com a trajetória dos espaços escolares no Brasil e no Estado de Mato Grosso. Esse capítulo utiliza a bibliografia recomendada pelos professores com os quais tive contato durante o período do doutorado sanduíche realizado no CEINCE - *Centro Internacional de la Cultura Escolar* sob a orientação do Professor Agustín Escolano Benito, entre eles posso destacar Antonio Viñao Frago, Justino Magalhães e Gabriela Ossenbach Sauter; e na bibliografia que vem sendo referência no desenvolvimento do projeto “Ensino Secundário no Brasil em perspectiva histórica e comparada (1942-1961)”. (PESSANHA, 2016) ao qual esta tese está vinculada.

O terceiro capítulo apresenta um estudo dos trabalhos localizados sobre as instituições escolares de ensino secundário da região analisada, encontradas no repositório da Universidade Federal da Grande Dourados, nos documentos do Arquivo Público de Mato Grosso e das Atas das Câmaras Municipais de Ponta Porã e Dourados. Devido à escassez de fontes em alguns municípios, recorri a entrevistas, com o intuito de recuperar as plantas, ou, pelo menos, os esquemas dos prédios escolares.

As considerações finais trazem o movimento de implantação do ensino secundário na região, por meio da criação desses ginásios/colégios e dos edifícios que os abrigaram, no período de 1943 a 1961, relacionando as forças políticas e sociais envolvidas nessa implantação; e uma síntese das análises dos edifícios analisados, estabelecendo o “rosto” da instituição secundarista da região, demonstrando os conexões dos edifícios com a cultura escolar.

CAPÍTULO I – O ENSINO SECUNDÁRIO

Para tentar responder à questão norteadora desta pesquisa sobre como foi a implantação do ensino secundário na região do antigo Território Federal de Ponta Porã, tenho que verificar como esse nível de ensino foi estruturado no Brasil e também em Mato Grosso.

A elaboração deste capítulo foi construída com base na historiografia do ensino secundário, e também na pesquisa documental realizada basicamente em três locais: primeiramente no site do INEP para compreender a educação no Brasil e também a relação educacional do Governo Federal com o Governo Estadual; no Arquivo Público de Mato Grosso, que por ser a sede do Governo Estadual arquivou documentos e relatórios estaduais sobre educação e também nas Câmaras de Vereadores dos municípios estudados para tentar localizar as ações municipais em relação aos ginásios.

Com o intuito de elaborar uma verificação dentre os trabalhos *stricto sensu* analisados sobre o ensino secundário produzidos entre 1967 e 2015 que seriam pertinentes ao tema deste capítulo, selecionei os que coincidiam com o lócus da pesquisa.

Brito (2001), na tese “Educação e sociedade na fronteira oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954)”⁷, analisou a educação pública e privada, na fronteira de Corumbá com a Bolívia, entre 1930 e 1954, durante os governos de Vargas e Dutra.

Adimari (2005) em “Escola e cidade: os sentidos dos espaços no Maria Constança, Campo Grande/MS (1954-2004)” analisou as relações entre a sociedade e o espaço escolar, enfatizando a relevância da escola para a cidade sob três aspectos: a escola como lugar de educação formal, a cidade como espaço de viver coletivo e a cultura escolar como mediador entre as práticas cidadinas e as escolares.

A dissertação de Souza, R. S. (2010) “O ensino secundário em Corumbá, sul do Estado de Mato Grosso: o Ginásio Maria Leite (1918-1937)”, tinha como objetivos: verificar como as reformas nacionais consolidaram o ensino secundário; investigar como se deu o embate político na implantação desse nível de ensino em Corumbá; e analisar o papel desempenhado pelo Ginásio Maria Leite no processo de implantação do ensino secundário em Corumbá.

⁷ . Esta tese já serviu de referência em meus estudos de mestrado e agora passa também a ser referência para o doutorado por estar vinculada a um lócus dentro do atual estado de Mato Grosso do Sul, antigo Mato Grosso, coincidente com a proposta deste estudo e com o período proposto.

Rocha (2010), na dissertação “O ensino secundário no sul do Estado de Mato Grosso no contexto das reformas educacionais: o Ginásio Osvaldo Cruz (1927-1949)” analisou o processo de implantação desse nível de ensino no sul do estado, por meio da criação do Ginásio Osvaldo Cruz, em Campo Grande, investigando seu processo de reconhecimento e sua organização e definindo algumas razões da presença do setor privado nesse grau de ensino. “Os resultados mostram que na região sul do Estado de Mato Grosso, diante da ausência de ginásios públicos, a iniciativa privada implantou em 1927, em Campo Grande, o Instituto Osvaldo Cruz.” Neste texto o autor apresentou o processo de implantação do ensino secundário em Campo Grande, ponto que pode contribuir para a análise da implantação desse nível de ensino no Território de Ponta Porã.

Britez (2014), na dissertação “A representação da educação secundária em Campo Grande nas fontes da historiografia regional e memorialística (1920-1960)” analisou o ensino secundário dentro de um contexto educacional do sul de Mato Grosso. A autora caracterizou a educação secundária como sendo a fase do processo educacional pós-estudos primários e composta pelos ensinos: secundário, normal e profissional; destaca que esse nível de ensino demonstrou relevância no desenvolvimento educacional e social do sul de Mato Grosso, no período de 1920 a 1960. Observou que sete instituições secundárias obtiveram reconhecimento social: o Instituto Pestalozzi, o Instituto Osvaldo Cruz, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, o Ginásio Dom Bosco, a Escola Normal Joaquim Murinho, o Colégio Barão do Rio Branco e o Ginásio Estadual Campograndense. Essa autora apresentou uma ampliação na caracterização do ensino secundário, tema que auxiliou na construção do objeto a ser estudado.

Na tese de Oliveira (2014), “Implantação e organização do curso ginásial no Sul de Mato Grosso: expressões de um projeto de modernização (1917-1942)” também se encontra vasta informação sobre as origens do ensino secundário, tanto no Brasil como em Mato Grosso. Um ponto bastante relevante dessa tese é o destaque sobre o ensino confessional no estado, vinculado à Igreja Católica.

Quanto à pesquisa documental, a do INEP foi feita com o auxílio do Prof. Dr. Juarez T dos Anjos⁸ que me enviou uma listagem de documentos que não se encontravam disponíveis na plataforma Atom, nessa lista destaquei dois documentos importantes: correspondência entre o INEP/MEC e a escola Normal Regional “Princesa Isabel”,

⁸ Juarez José Tuchinski dos Anjos é Professor de História da Educação Brasileira da Faculdade de Educação na Universidade de Brasília e também membro do corpo de editores da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP-INEP).

localizada no Território Federal de Ponta Porã, contendo questionário a respeito da situação do prédio, suas instalações e respectivo corpo docente; e estatística escolar do ensino em geral do Brasil – 1943, principais resultados, segundo as categorias do ensino e as unidades da federação (estados: Mato Grosso e Goiás; Distrito Federal) (1943). Mas posteriormente não consegui acesso a esses documentos.

No fundo histórico do site do INEP existe um conjunto documental denominado “Campanha de Construções Escolares”, disponíveis no link: <http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/campanha-de-construcoes-escolares>, no qual se encontram 435 documentos, dos quais foram analisados 44 documentos, descritos no apêndice B.

No Arquivo Público de Mato Grosso, em Cuiabá, o trabalho foi iniciado em março de 2020 e finalizado devido à pandemia de corona vírus⁹ que obrigou vários países do mundo a incentivar e depois decretar isolamento social. No arquivo foram consultados os seguinte fundos: Acervo Cartográfico, Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Instrução Pública (IP), Secretaria de Educação e Cultura e Saúde (SECS), Departamento de Educação e Cultura (DEC), e ainda caixas de documentos não tratados (separados somente por ano e com o título Educação). Vale ressaltar que a busca foi realizada somente por documentos que contivessem estabelecimentos do recorte espacial proposto, embora nesses documentos também apareçam ginásios ou colégios de outras regiões do Estado.

Quanto ao Acervo Cartográfico, a pesquisa foi realizada, a priori, no site da instituição; nos diários oficiais foi utilizada a busca por assunto utilizando os descritores (Ensino Secundário, Ginásio, Colégio, construção, obra) entre os anos de 1943 e 1961. Nos fundos IP e SECS foi feita uma leitura dos conteúdos descritos e selecionados os livros do período de interesse. A título de informação no fundo IP selecionei os seguintes livros: 12 IP-003-013 Informações 1946; 18 IP-003-0 19 Registro de informações recebidas e expedidas pela instrução pública 1945/46; 63 IP-003-067 Registro de informações da secretaria da instrução pública 1943/1944; 76 IP-003-080 Registro das portarias de licença concedidas pela Interventoria Federal 1939/1946; 117 IP-003-121 Cópias dos ofícios expedidos pela Instrução Pública 1944/1946; 120 IP-003-124 registro de portarias da Diretoria Geral da Instrução Pública, 1933/1947 (a partir da página 66 ano

⁹ O coronavírus (COVID-19) é uma doença infecciosa, altamente contagiosa, causada por um vírus, surgido na China no final do ano de 2019, causando: tosse, febre e problemas respiratórios.

1947, Diretoria Geral do Departamento de Educação e Cultura), 129 IP-003-135 Registro de informações de processos da Secretaria da Instrução Pública 1945, 150 IP-003-632 Registro de decretos numerados- aposentadoria, criação de escolas-adicional 1939/1946, 190 IP-003-701 Registro de protocolo geral da instrução Pública 1948/1949.

Verifiquei o conteúdo de todas as 51 caixas de Educação, ainda sem tratamento, do recorte temporal proposto: 1943 (1 caixa), 1944 (1 caixa), 1945 (2 caixas), 1946 (3 caixas), 1947 (2 caixas), 1948 (1 caixa), 1949 (1 caixa), 1950 (2 caixas), 1951 (2 caixas), 1952 (1 caixa), 1953 (2 caixas), 1954 (3 caixas), 1955 (1 caixa), 1956 (2 caixas), 1957 (2 caixas), 1958 (3 caixas), 1959 (1 caixas), 1960 (11 caixas), 1961 (10 caixas).

O fundo Departamento de Educação e Cultura (DEC) foi analisado parcialmente, em função do fechamento do arquivo, já mencionado anteriormente. A tabulação de alguns documentos encontrados no arquivo encontra-se no apêndice C.

Merece destaque, para a compreensão deste capítulo, a definição do que era considerado ensino secundário na época. Pessanha e Brito (2014) apontam uma dificuldade na determinação da identidade desse nível de ensino, pois a historiografia brasileira apresenta como sinônimos educação secundária, ensino secundário e ensino médio; embora sejam destacados diferentes sentidos e formas das iniciativas de escolarização “pós-primária”. As autoras ainda expressam a existência de uma discussão sobre a definição dos lugares do ensino técnico, normal e secundário até os anos de 1960. Esse tema é retomado por Pessanha, pois essas discussões

diziam respeito ao seu caráter de fase intermediária de escolarização; as várias etapas em que foi desdobrado e as respectivas estruturas organizacionais; sua equiparação com outras formas de escolarização, entendidas ou não como correlatas – os ensinos técnico e normal e sobre a inclusão dos ensinos secundário, normal e profissionalizante numa categoria mais abrangente, o ensino médio que vai ser definido na LDB de 1961. (PESSANHA, 2016, p. 8).

Já Nunes (1979) afirma que ensino médio reunia tipos de ensino técnico profissional (industrial, agrícola, comercial) com o ensino secundário (formador das elites, por meio de cultura geral e humanística).

Outro assunto que merece atenção para a escrita deste capítulo é a situação dos prédios escolares para o ensino primário na região, afinal sem o primário não existiria o ensino secundário. Em uma publicação do INEP intitulada “Novos Prédios Escolares para o Brasil” baseada em uma mensagem do Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra apresentada ao Poder Legislativo, em 15 de março de 1948, que tratava

principalmente da escola primária, pontuava os grandes problemas desse nível de ensino e evidenciava seu maior problema: os prédios escolares inadequados; o documento também descrevia a situação das escolas na fronteira:

A ausência de uma eficiente rede escolar nos limites brasileiros e a existência de escolas de outras nacionalidades, determinam uma atração natural das populações ali fixadas para outras escolas, provocando, [...], a desnacionalização das novas gerações nesses núcleos marginais. (BRASIL, 1949)

Nesse documento o INEP considerou a região de fronteira como problema especial e o Ministério da Educação recebeu autorização do governo para localizar 355 novos prédios escolares nos municípios limítrofes: “O problema da fronteira, as zonas de colonização exigem do Governo Federal maior e mais imediata atenção”, pois nas regiões de fronteira se manifestam uma acentuada carência de recursos educacionais. Por esse motivo o plano de renovação educacional, elaborado pela administração federal, não poderia esquecer as peculiaridades da grande fronteira brasileira. A situação fronteiriça ganhou, oficialmente, especial atenção, mas a situação local pareceu não ter se modificado muito durante o início da década de 1950.

Para compreender a criação de espaços escolares de ensino secundário na região, é interessante observar como esse nível de ensino foi se estruturando no Brasil e, mais especificamente no estado de Mato Grosso. É preciso levar em consideração que a expansão desse nível de ensino, no século XX, não aconteceu somente no Brasil, como se pode observar nas palavras proferidas por Guillermo Nanneti, na palestra de abertura do *Seminario Interamericano de Educación Secundaria*, em 1954 na cidade de Santiago do Chile: “*La educación primaria universal, gratuita y obligatoria fue lema redentor en la segunda mitad del siglo XIX. La educación secundaria universal, gratuita y obligatoria es el lema del siglo XX.*”¹⁰ (OLIVEROS, 1981, p. 37). Em termos gerais, na primeira metade do século XX, segundo críticos da época, como Jayme Abreu e Anísio Teixeira, o ensino secundário tinha características academicistas e possuía um currículo bastante unificado. Os sistemas educativos seguiram com seu claro papel na formação das elites e na garantia de ascensão social para as classes médias, conservando sua estrutura tradicional e concentrando pouca atenção à educação rural, situação pouco similar a do

¹⁰ A educação primária universal, gratuita e obrigatória foi lema redentor na segunda metade do século XIX. A educação secundária universal, gratuita e obrigatória é o lema do século XX. (Tradução minha).

Brasil. Portanto, este capítulo pretende elucidar as características desse nível de ensino no Brasil e em Mato Grosso, por esse motivo apresenta duas divisões.

Assim, parto para uma abordagem historiográfica imbricada numa visão de conjunto que tangencia os planos macro e micro e se aprofundou numa microanálise, quando se propõe a analisar os espaços escolares das instituições educativas de nível secundário na região do território, assunto do terceiro capítulo; afinal, como propõe Magalhães (2004, p. 165), “a instituição afeta a comunidade envolvente, pela relação com os públicos, muito particularmente com o público alvo, mas também é afetada pelas culturas, expectativas e influências do meio local”. Essa microanálise, conforme Ginzburg (1991, p. 6), é uma abordagem que se procede a partir “de casos bem delimitados mas cujo estudo intensivo revela problemas de ordem mais geral, que põem em causa ideias feitas sobre determinadas épocas”.

Voltando aos conceitos de Ginzburg (1991), sobre centro e periferia posso, com essa análise mais ampla, verificar o local de produção dos ideais de ensino secundário propostos na época a ser analisada e situar Mato Grosso e o Território Federal de Ponta Porã em relação às ideias produzidas sobre ensino secundário.

1.1 O ensino secundário no Brasil

O ensino destinado aos jovens brasileiros, que conduzia aos cursos superiores, recebeu inúmeras denominações no Brasil. Conforme Pessanha, Assis e Silva (2017), ele foi nomeado como: instrução secundária, ensino secundário, educação secundária, curso ginásial, curso secundário fundamental. As instituições destinadas a esse nível de ensino também possuíram várias denominações: Liceu, Colégio e Ginásio.

O Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 (BRASIL, 1834) atribuía às Assembleias Provinciais, em seu artigo 10, a capacidade de legislar sobre a instrução pública. Essa situação foi característica no Brasil, de acordo com Rodrigues (2010), desde o Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 até a década de 1930. Desse modo, durante esse período, a legislação educacional ficou a cargo das Províncias e posteriormente dos Estados.

Em se tratando da educação secundária brasileira, segundo Nagle (2009), desde a Proclamação da República, ocorreram reformas sucessivas:

- a) Benjamin Constant (1890) – Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890 (BRASIL, 1890) – para tentar organizar a anarquia em que se encontrava o

ensino secundário, essa reforma criou os exames de madureza (para a entrada em cursos superiores) para servir de instrumento de melhoria para esse nível de ensino, mas ela não chegou a entrar em vigor.

- b) Epitácio Pessoa (1901) – Decreto nº 3.890 de 1º de janeiro de 1901 (BRASIL, 1901) – objetivava “consolidar o regime de equiparação generalizada (estabelecimentos estaduais, municipais, e particulares) com o Ginásio Nacional (Colégio Pedro II)”; também implantou um regime de estudos seriados (curso ginásial) substituindo os exames preparatórios parcelados, mas seus dispositivos foram adulterados por avisos e ofícios contraditórios.
- c) Rivadávia Correa (1911) – Decreto nº 8.659 de 5 de abril de 1911 (BRASIL, 1911) – criou um sistema de “amplas autonomias” e estabeleceu um exame de admissão ao ensino superior, caracterizando o secundário a um ensino livre, diversificado e flexível, gerando grande confusão; também depôs a função de modelo do Ginásio Nacional e desapareceu com a padronização do currículo.
- d) Carlos Maximiliano (1915) – Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915 (BRASIL, 1915) – constituiu uma autonomia relativa, retornou à função de modelo do Colégio Pedro II. Retomou o modelo imperial no que tangia aos exames preparatórios e manteve o exame para o acesso ao nível superior. Pedagogicamente, esse decreto restabeleceu “a duplicidade de regime do ensino secundário: o seriado para os alunos do Colégio Pedro II e dos ginásios equiparados e o parcelado para os alunos dos estabelecimentos particulares”. (NAGLE, 2009, p. 163).
- e) João Luis Alves (1925) – Decreto nº 16.782 de 13 de janeiro de 1925 (BRASIL, 1925) – estipulou a seriação do curso secundário e a conceituação de série, proibiu o acesso a um ano sem a aprovação do ano anterior; alterou de 5 para 6 anos, a duração do ensino secundário. Essa reforma redefiniu a finalidade do secundário e reestruturou seu currículo, no que tange à equiparação, ela se configurou como um instrumento federal de uniformização dos ginásios estaduais. “tais medidas representaram inovações [...] e, do ponto de vista qualitativo, desempenharam, em conjunto, o papel de condições facilitadoras para posterior desenvolvimento desse ramo escolar”. (NAGLE, 2009, p. 170).

Nagle (2009, p. 165) concluiu que, de 1890 a 1920, o poder público nacional se concentrava somente na manutenção do estabelecimento padrão, o Colégio Pedro II,

modelo para todos os estabelecimentos de ensino secundário no país. Com o auxílio de dados estatísticos, o autor afirmou que a iniciativa particular era a responsável por ministrar a educação secundária no país, e o pequeno número de estabelecimentos destinados a esse nível de ensino configurava a sua seletividade. Dallabrida (2009) destacou que o ensino secundário não observava a atuação efetiva dos poderes públicos federal e estaduais, e que esse nível de ensino, até a década de 1920 foi dominado pelas instituições privadas, especialmente as vinculadas à Igreja Católica; os colégios confessionais, mesmo sem exigência da legislação, já utilizavam a seriação de seus cursos secundários.

Nagle (2009) afirmou que, ainda nesse período, os planos de estudos se centralizam nas disciplinas tradicionais: línguas, matemáticas, ciências, conhecimentos geografia e história. As disciplinas do ginásio eram isoladas, com programas “extensos e sobrecarregados de assuntos, conhecimentos, informações, nomenclaturas e bibliografias”.

Para Nagle (2009, p. 173), depois de 1925, foi observado um interesse pela propagação do ensino secundário e a reorganização desse nível vai se constituir como um núcleo que orientou os rumos do ensino secundário. Em contraste com os debates da época, as soluções para a educação secundária eram relativamente modestas, pois possuíam uma tendência de continuidade, “pois essa instituição se mantinha isolada dos outros tipos de escola de nível médio; permanecia como o núcleo que sustentava a dualidade do sistema escolar brasileiro”, tendendo a ser consolidada pela perpetuação da estrutura social que lhe serviu de sustentáculo. Nesse contexto, as características da escola secundária brasileira permaneceram inalteradas e as mudanças de natureza técnico-pedagógica melhoraram somente em alguns aspectos internos.

Para Dallabrida (2009, p. 185), a chamada “Reforma Francisco Campos” (1931) instaurou oficialmente em todo o país “a modernização do ensino secundário brasileiro, conferindo organicidade à cultura escolar do ensino secundário” criando uma série de medidas, como: o aumento do número de anos do curso secundário e sua divisão em dois ciclos, a seriação do currículo, a frequência obrigatória dos alunos às aulas, a imposição de um detalhado e regular sistema de avaliação discente e a reestruturação do sistema de inspeção federal. Essas medidas tinham por objetivo desenvolver “estudantes secundaristas autorregulados e produtivos”, em sintonia com a sociedade brasileira dos anos de 1930. A Reforma Francisco Campos, dessa forma, marcou “uma inflexão

significativa na história do ensino secundário brasileiro, pois ela rompe com estruturas seculares nesse nível de escolarização”.

A Reforma Francisco Campos, ou Decreto-lei nº 19.890 de 1931 (BRASIL, 1931), foi a primeira legislação focada no ensino secundário na República, que o direcionava a alunos com, pelo menos, 11 anos, composto por dois cursos: fundamental e complementar e estabelecia que o mesmo seria ministrado no Colégio Pedro II e em estabelecimentos sob regime de inspeção oficial. O curso fundamental seria ministrado em cinco anos e o complementar, para alunos que se destinavam ao ensino superior, ministrado em dois anos; esse curso complementar variava de conteúdo, de acordo com o curso escolhido: curso jurídico, cursos de medicina, farmácia e odontologia; engenharia e arquitetura. De acordo com o Art. 8.º do referido decreto: “O regulamento da Faculdade de Educação, Ciências e Letras discriminará quais as matérias do curso complementar que serão exigidas para a matrícula de seus cursos.” (BICUDO, 1942, p. 10).

Souza, R. F. (2019) destacou a alteração da fisionomia social do ensino secundário devido à acelerada expansão desse tipo de ensino a partir da década de 1930, pressionando uma mudança de currículo e deixando de lado sua função seletiva e acadêmica.

O Decreto nº 24.439, de 21 de junho de 1934, dispunha sobre os serviços de fiscalização dos Institutos de Ensino Superior e dos Estabelecimentos de Ensino Comercial e Secundário e estabelecia a competência da Diretoria Nacional de Educação. Quando dispunha sobre a organização da Diretoria, apontava para a distinção entre o ensino secundário e o ensino profissional:

- a) pelo gabinete do diretor;
- b) por uma secção administrativa [...];
- c) por uma secção técnica, que terá a seu cargo os estudos dos assuntos e a elaboração dos atos educacionais relacionados com o ensino universitário, superior, comercial e secundário, fundamental e complementar;
- d) por uma secção técnica, que se incumbirá dos assuntos educacionais relativos ao ensino primário, normal, profissional – técnico e emendativo, bem como dos problemas atinentes à educação física, à biotipologia e à orientação profissional. (BRASIL, 1942).

Vale destacar que na organização proposta por esse decreto, o ensino secundário não incluía o ensino comercial, o ensino normal e o ensino profissional.

Para Dallabrida (2009, p. 187), o novo desenho de ensino secundário proposto pela Reforma Francisco Campos “alinha o Brasil aos países ocidentais mais

desenvolvidos, que, no mínimo desde fins do século XIX, modernizaram o ensino secundário também pela criação de dois ciclos”.

A Lei Orgânica do Ensino Secundário, Decreto-lei nº 4.244 de abril de 1942 (BRASIL, 1942), faz parte de um conjunto de leis, as Leis Orgânicas, que ficou conhecido como Reforma Capanema. Compunham a referida reforma:

- Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, (BRASIL, 1942) que organizou o ensino industrial;
- Decreto-lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942 (BRASIL, 1942), que organizou o ensino secundário em dois ciclos: o ginásial, com quatro anos, e o colegial, com três anos;
- Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943 (BRASIL, 1943), que reformou o ensino comercial.
- Decreto-lei nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946 (BRASIL, 1946), que organizou o ensino normal;
- Decreto-lei nº 9.613 de 20 de agosto de 1946 (BRASIL, 1946), que organizou o ensino agrícola.

Segundo o Decreto-lei nº 4.144, o ensino secundário seria ministrado em dois ciclos: o primeiro em um curso de quatro anos, o ginásial; e o segundo compreendido por dois cursos paralelos de três anos, o clássico e o científico. O curso científico era voltado para o estudo das ciências, enquanto o clássico, objetivava uma formação intelectual voltada para a filosofia e estudos de “letras antigas”. A tipologia dos estabelecimentos de ensino também se dividia em dois: o ginásio, destinado ao primeiro ciclo; e o colégio, destinado ao ginásio e aos dois cursos do segundo ciclo.

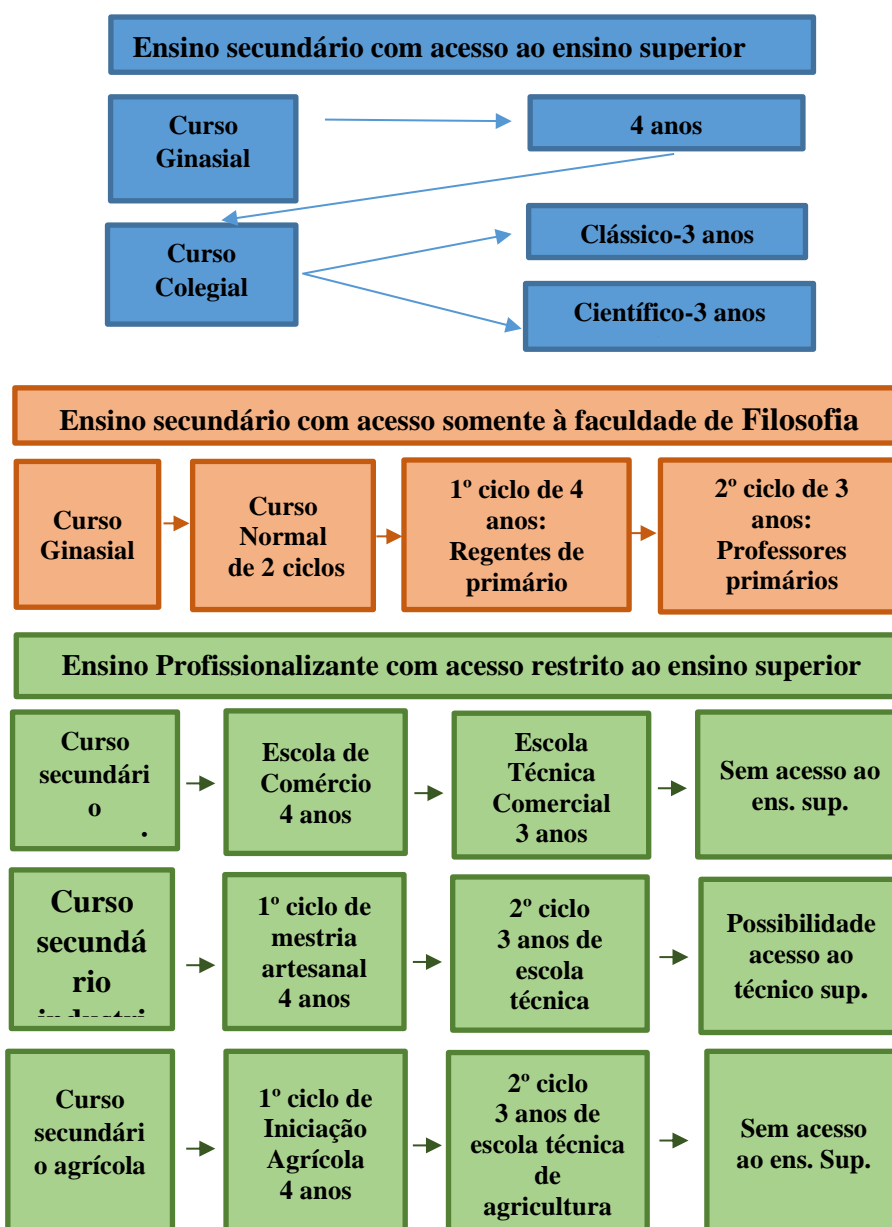
Segundo Abreu (1955, p. 27), a Lei Orgânica do Ensino Secundário, de 1942, tinha como objetivos formar “a personalidade integral do adolescente, desenvolvendo-lhe a consciência patriótica e humanista, propiciando-lhe a cultura geral, como base para estudos superiores”. Para Zotti (2005, p. 30) o objetivo pedagógico do ensino secundário era proporcionar uma “cultura geral”, que se vinculou, até certa época, ao currículo das humanidades clássicas e foi se modificando como resposta às novas exigências socioeconômicas, incorporando os estudos das ciências e das humanidades modernas, mas com caráter desinteressado e intelectualista, como meio de acesso ao ensino de nível superior. Britez (2014, p. 57) destacou o objetivo da Reforma Capanema de organizar o sistema nacional de educação, “propondo a reestruturação do sistema educacional pela

divisão econômico-social do trabalho. A educação serviria aos interesses, habilidades e mentalidades de acordo com as diversas classes sociais”.

Pessanha e Silva (2013, p. 1026) afirmavam que as reformas modificavam, principalmente a concepção do ensino secundário, pois “não se trata mais de educar o indivíduo, mas conduzir as massas”. Com essa finalidade criou um sistema federal de regulação e controle das instituições e estipulou currículos mínimos, incluindo conteúdos nacionais ou “nacionalistas” e criou livros didáticos.

Freitas e Biccas (2009) asseveram que as Leis Orgânicas de Ensino tinham como principal tema a padronização, tanto na organização curricular, quanto no método de ensino, passando também pela arquitetura e incluindo, ainda: atividades de recreação, a utilização de uniformes e a verificação do asseio dos alunos. Também fixaram o funcionamento das caixas escolares e bibliotecas. Entretanto, o ensino de nível médio adquiriu mobilidade horizontal e vertical, de acordo com o direcionamento do seu público; conforme esquema da figura 3.

Figura 3 – Esquema do ensino médio brasileiro durante a Reforma Capanema.



Fonte: Elaborado pela autora, baseado em Freitas e Biccias (2009).

Sobre espaços escolares, a Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942 (BRASIL, 1942), mencionava em seu artigo 84 que as construções deveriam seguir as normas pedagógicas estabelecidas pelo Ministério da Educação; mas a Portaria Ministerial 228 de 27 de agosto de 1942 (BRASIL, 1942) estipulava que, para autorização de estabelecimentos de ensino secundário, um dos quesitos requeridos era ter alcançado, pelo menos, 80% no item 5 da ficha de classificação, referente as salas especiais, organizada nos termos da portaria ministerial de 15 de abril de 1932 (BRASIL, 1932), que serão analisadas no capítulo II, quando se tratar de espaços escolares no Brasil.

Tanto as Reformas de Francisco Campos como a Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942 caracterizavam como função desse nível de ensino:

O reforço do papel do ensino secundário como formador daqueles que conduziriam o país, nas mais distintas esferas da vida social e que, em função disso, necessitavam de uma formação o mais ampla possível [...] Essa finalidade, claramente exposta nas duas legislações, justificava o currículo voltado às disciplinas de formação geral [...] (PESSANHA E BRITO, 2014, p. 245).

De acordo com Astofe (2019) e Holanda (1977), uma ação, que começou aparentemente despretensiosa, ganhou abrangência nacional e se tornou bastante importante para a expansão do ensino secundário em todo o Brasil foi a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos – CNEG, que a princípio se chamou Campanha do Ginásio Pobre, surgida em 1943 e que posteriormente passou a se chamar Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC.

A CNEG¹¹ se originou da vontade de estudantes pernambucanos de criar um curso ginásial para crianças sem condições financeiras. Felipe Tiago Gomes foi o idealizador, principal fundador, superintendente nacional e presidente da Campanha Nacional – em 1960. Um ano após sua criação, foi fundado o Ginásio Castro Alves em Salvador. Embora seu reconhecimento pelo Ministério de Educação tenha sido bastante difícil, essas dificuldades deram popularidade aos “moços do Recife” no Rio de Janeiro, na época Distrito Federal; as dificuldades transitavam entre a falta de recursos e a falta de conhecimento da legislação vigente. Esse ginásio funcionava em horário noturno, nas instalações do colégio particular de mesmo nome.

Holanda (1977) afirmou que o trabalho para o reconhecimento ou autorização do Ginásio "Castro Alves" pelo Ministério da Educação durou dois anos e meio. Essa experiência do Ginásio “Castro Alves” chamou atenção e, depois do encontro entre Felipe Tiago Gomes e o Ministro da Educação Clemente Mariani, em 1947, para a apresentação de um plano de criação de ginásios gratuitos em todo o território nacional, ganhou força, tanto que, em 1948, a campanha nacional foi iniciada.

Para Astofe (2019, p. 59), a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos surgiu para possibilitar o acesso de pessoas sem condições financeiras ao ensino secundário “um problema presente em todo o Brasil, visto que o Estado não conseguia atender as necessidades educacionais”.

¹¹ Neste texto utilizo a nomenclatura CNEG, pois foi a nomenclatura da campanha durante o recorte temporal proposto para a pesquisa.

Astofe (2019) afirmou que, com o apoio financeiro do Ministério da Educação e com a aproximação de Gomes a pessoas influentes no Ministério, a campanha ganhou força nacional. De acordo com Holanda (1977) a CNEG teve um crescimento espantoso e em 10 anos de funcionamento já estava espalhada por todos os estados brasileiros contando com: com 42 ginásios, 13 colégios, 498 turmas, 20.311 alunos e 1.094 professores. Conforme Astofe (2019, p. 63) esse crescimento foi atribuído ao apoio do governo federal, principalmente no governo de Juscelino Kubistchek, pois ele acreditava que o ensino secundário seria “uma importante possibilidade para os ganhos sociais e consequente avanço no setor econômico, ao propiciar o acesso ao ensino superior”. Holanda (1977) asseverou que, no final da década de 1950, já figurava nas estatísticas o aumento do número de instituições cenevistas – ligadas à CNEG – em comparação ao número de instituições de caráter privado, ligadas ao ensino secundário; o autor cita que, em 1959, a CNEG mantinha cerca de 300 ginásios e colégios, que acolhiam cerca de 30.000 alunos.

Nunes (1979, p. 40) postulou que, no IX Congresso Brasileiro de Educação, ocorrido em 1945, foi elaborada a Carta Brasileira de Educação Democrática, com conteúdo voltado para a cooperação internacional e para a fraternidade humana, com a proposta de flexibilização dos currículos de ensino médio para uma educação democrática baseada na liberdade e respeito ao ser humano. Esse currículo não deveria conter somente disciplinas de caráter obrigatório e optativo, “mas também apresentar plena articulação e caracterizar-se pela equivalência dos cursos”. A transformação da escola secundária e a ideia de fortalecer o ensino técnico ganhou força, a partir de 1945, nos encontros nacionais e internacionais.

O ensino secundário era visto como um problema internacional, na medida em que sua expansão, a mudança de sua clientela e a necessidade de reorientação de seus programas de estudos nos países capitalistas periféricos tornaram-se fatores marcantes pela exigência do desenvolvimento da industrialização que neles ocorria. (NUNES, 1979, p. 41).

Também em 1945, Nunes (1979) destacou a assinatura do primeiro acordo, com relação a programas de ensino, entre Brasil e Estados Unidos, que tinha por objetivo aperfeiçoar técnicas agrícolas. Um segundo acordo, de 1946, era em relação ao ensino industrial. E um terceiro em 1956, voltado, entre outras ações, para a criação de um centro piloto de aperfeiçoamento de “professores-especialistas em ensino secundário”, para a implantação de um programa flexível de ensino secundário de 6 anos, e para elaboração

e publicação de material de ensino. A autora apontou para a existência de outros acordos firmados posteriormente.

Araújo (2019) apresentou dados estatísticos produzidos pela Divisão de Ensino Secundário em 1945 e publicados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos

Nos 20 Estados federativos e no território do Acre, existiam, mais ou menos, 827 instituições nível secundário: 538 ginásios e 289 colégios, com um pouco mais de 200 mil alunos secundaristas. São Paulo colocava-se à frente com 230 instituições em nível secundário (139 com curso ginásial e 91 com cursos de ginásio e colégio); Minas Gerais (100 e 37=137); Distrito Federal (43 e 4=92); Rio Grande do Sul (61 e 14=75); Pernambuco (20 e 17=37); Paraná (12 e 16=28); Ceará (20 e 7=27); Bahia (17 e 11=28) e Rio Grande do Norte (8 e 1=9). Pela quantidade de instituições de ensino secundário recenseadas no Rio Grande do Norte, é possível perceber que os dados estavam incompletos. (ARAÚJO, 2019, p.64).

Conforme os números apresentados, mais da metade das instituições de nível secundário estavam concentradas em São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal, não existindo uma distribuição igualitária de entidades pelos estados brasileiros; além disso, nos estados os estabelecimentos estavam concentrados nas capitais.

A Constituição de 1946 (BRASIL, 1946) atribuía à União a reponsabilidade sobre a educação nacional. Segundo Freitas e Biccás (2009), o Ministro da Educação e Saúde, entre 1947 e 1948, nomeou uma equipe para elaborar um projeto de lei de diretrizes e bases da educação. Essas discussões se prolongaram por treze anos, originando a Lei 4.024/61 (BRASIL, 1961). Com isso os estados tiveram que se reestruturar legalmente.

Freitas e Biccás (2009) relacionavam os problemas do ensino praticado nas escolas públicas com a forma que o discurso modernista adquiriu pois:

Não se trata de buscar no passado exemplos comprobatórios de uma modernização "atrapalhada" pela presença desestabilizadora da "mentalidade oligárquica". As muitas faces que a modernização dos serviços públicos começou a exibir não foram "atrapalhadas" por forças locais de feição autoritário; foram sim feitas em conluio com elas, ao sabor de seus caprichos e em franca concordância com o fato de que o país deveria, sempre, "reservar o melhor, aos melhores". (FREITAS e BICCAS, 2009, p. 127).

Nunes (1979) chamou a atenção para o processo de modernização do ginásio, empreendido no Brasil, entre as décadas de 1950 e 1960, que buscava alterar completamente esta etapa em: sua estrutura, seus objetivos, sua organização, seu funcionamento e seus conteúdos, enfim em sua cultura escolar. Entre as ações empreendidas pela Diretoria do Ensino Secundário (D.E.S.) do Ministério da Educação e

Cultura, destacou a criação da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário – CADES, pelo Decreto nº 34.638 de 17 de novembro de 1953 (BRASIL, 1953).

Para verificar a atuação da CADES no Brasil, localizei os documentos de sua criação no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Os documentos analisados estão em uma pasta da Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura, chamada de Documentário 1 e datada de janeiro de 1954. Nesta pasta estão sete documentos:

- notas taquigráficas da oração do Ministro da Educação e Cultura, Dr. Antônio Balbino, ao empossar o Prof. Armando Hildebrand no cargo de Diretor do Ensino Secundário;
- discurso proferido pelo Dr. Paulo Acioli de Sá ao transmitir ao Prof. Armando Hildebrand a direção do Ensino Secundário;
- discurso do Prof. Armando Hildebrand ao assumir a direção do Ensino Secundário, em 26 de agosto de 1953;
- orientação e plano de trabalho da Diretoria do Ensino Secundário;
- exposição de motivos que acompanhou o projeto de decreto relativo à instituição da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário;
- Decreto nº 34.638, de 17 de novembro de 1953;
- primeiras iniciativas da CADES.

A apresentação desse documento, em sua versão número 1, anunciava o desejo de se tornar, com as próximas publicações, um repositório de acontecimentos referentes à educação secundária para esclarecimento da opinião pública sobre “a importância do ensino secundário, a magnitude dos seus problemas, e as iniciativas com que se pretende encaminhar as soluções reclamadas”. (BRASIL, 1954).

O documento intitulado “Orientação e plano de trabalho da Diretoria do Ensino Secundário” (BRASIL, 1954) era uma exposição apresentada pelo Diretor do Ensino Secundário ao Ministro. O documento apresentava a real situação desse nível de ensino no começo de 1954:

- o ensino secundário era um empreendimento caro;
- 80% das escolas secundárias brasileiras eram particulares;
- os professores eram mal remunerados e sobrecarregados de trabalho;

- operava dentro de uma tradição acadêmica e verbalista;
- era inoperante e desestimulador ao governo federal, com controle excessivo;
- em suma: “anêmico, verbalista, desajustado às reais necessidades”.

Para tentar sanar o problema, a diretoria elaborou os seguintes planos de trabalho:

1. Assistência financeira ao ensino particular – principalmente aos do interior e de zonas pobres do país. Auxílio financeiro para aquisição de mobiliário, de material escolar, de montagem e manutenção de oficinas, construção e adaptação de prédios escolares; financiamentos e empréstimos aos colégios particulares; facilidades para aquisição e importação de material didático; concessão de bolsas de estudos; participação direta do governo na manutenção dos estabelecimentos a serem abertos, para atuar no sentido da criação de escolas e na manutenção de elevado nível pedagógico, sem agravar as despesas dos pais de alunos.

2. Medidas destinadas ao conteúdo do ensino secundário – para torná-lo menos acadêmico, mais objetivo e diminuir a desistência, que estaria em torno de 80%; reduzir as matérias do currículo; incluir e valorizar atividades práticas ligadas às artes industriais, à agricultura, ao comércio, à economia doméstica etc.

3. Orientação pedagógica e assistência técnica ao ensino secundário - como a rede cresceu bastante, houve uma queda no padrão de qualidade. A diretoria deveria amparar as instituições com assistência técnica e pedagógica, mas o documento enfatizava a necessidade de amparo com verbas, recursos humanos e organização. Dentre as ações descritas como ajuda técnica estão: promoção de cursos e estágios, tanto no Brasil quanto no exterior; cooperação com os estabelecimentos de ensino para projetos de construção e compra de material; cooperação para organização de instituições extraclasse, como bibliotecas, clubes recreativos, exposições educativas, entre outros; orientação para o ensino de várias disciplinas; elaboração, publicação e distribuição de material didático; elaboração e cooperação com os estados e instituições particulares para elaboração de avaliações; divulgação das atividades ligadas à ciência da educação vinculadas ao ensino secundário e intercâmbio entre escolas e educadores nacionais e internacionais.

4. Estudo para o planejamento e coordenação do crescimento da rede escolar e para a elevação do nível do ensino secundário – o documento apontava que as decisões mais importantes desse nível de ensino deveriam ser elaboradas pela

D.E.S. Para tentar solucionar o problema a D.E.S. realizava, em conjunto com o INEP e outras entidades, vários estudos.

5. Preparo da D.E.S. e do sistema escolar em geral para a Lei de Bases e Diretrizes da Educação Nacional¹² – a lei básica da educação que deveria ser descentralizadora e abrir oportunidades à educação, incitar o poder público participar mais ativamente no ensino para a mudança da realidade. Para atingir esse objetivo a D.E.S. deveria preparar a si mesma, os órgãos estaduais de educação, e os colégios para a nova lei.

6. Aumento da eficiência dos serviços de controle do ensino – por meio da descentralização em dois planos: na Diretoria (atribuindo mais responsabilidades aos subordinados); e no território nacional (com a criação de inspetorias seccionais nos estados, atribuindo mais responsabilidades aos inspetores federais e aos diretores e secretários das instituições para o cumprimento da lei. Nesse sentido seria necessária a imposição de duas medidas: alteração da legislação e realização de capacitação para inspetores federais, diretores e secretário de colégios.

O documento (BRASIL, 1954) afirmava a necessidade de recursos para a implementação das medidas necessárias, para conseguir recursos sugeria:

- Dinamização da diretoria.
- Criação de um fundo especial para o programa de assistência financeira ao ensino secundário, medida destacada como urgente.
- Criação de uma Campanha de Aperfeiçoamento do Ensino Secundário, para a elevação da qualidade de ensino custeada com verbas destinadas às Campanhas Extraordinárias de Educação e com verbas do Fundo Nacional do Ensino Secundário.
- Criação da Fundação do Ensino Secundário para permitir a participação governamental na criação e manutenção de estabelecimentos particulares desse nível de ensino, organizados sob a forma de sociedades civis mas com a cooperação de quem desejasse participar “dessa obra de interesse de todos e que somente com a cooperação de todos poderá ser realizada, que é a educação da juventude”, pois assim a educação não se tornaria “tão cara para

¹² A lei só seria aprovada em 1961, após mais de dez anos de tramitação no Congresso Nacional. Por esse motivo existia a preparação em 1954;

o govêrno, como a ministrada nas escolas públicas, nem para os pais, como a ministrada atualmente nas escolas particulares”.

Essa última afirmação merece ser problematizada pois tirava custos do governo mas não garantia o barateamento das mensalidades escolares nos estabelecimentos particulares.

O documento também apresentava o Decreto nº 34.638 de 17 de novembro de 1954 (BRASIL, 1954) que criava a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário – CADES, para promover a elevação desse nível de ensino em todo o país e tinha por finalidade: o ajuste da educação secundária à realidade para tornar o ensino mais eficaz e com mais sentido social; e possibilitar maior acesso ao secundário. Como ações propostas, a CADES deveria: promover cursos e estágios para todo o pessoal envolvido, conceder e incentivar a concessão de bolsas de estudos aos professores para especialização e aperfeiçoamento; colaborar com a implantação ou reorganização de estabelecimentos de ensino secundário; promover estudos dos programas de curso e métodos de ensino para ajustá-los ao interesse dos alunos e às necessidades do meio; criar e promover a elaboração de material didático (especialmente audiovisual); providenciar ações para melhoria e barateamento do material didático; organizar missões para dar assistência a estabelecimentos do interior; avaliar o rendimento escolar; incentivar a orientação educacional nas escolas secundárias; elaborar plano de concessão de bolsas a alunos com bom rendimento e sem recursos; cooperar com os estabelecimentos para a implantação de novos prédios, oficinas escolares e laboratórios; realizar, em cooperação com outros órgãos, levantamentos das necessidades e possibilidades do interior quanto a localização de escolas; divulgar ações de interesse do ensino secundário; e promover, junto à opinião pública, as vantagens da boa educação secundária.

Para custear a campanha, o Decreto-lei afirmava que haveria um fundo especial, constituído da seguinte forma: contribuições de entidades públicas e privadas; donativos, contribuições e legados de particulares; contribuições previstas nos orçamentos da União, dos Estados, dos Municípios e de entidades paraestatais sociedade de economia mista; renda eventual do patrimônio da Campanha; e renda eventual de serviços da Campanha.

Aqui um parênteses deve ser aberto para enfatizar que, embora se observasse uma tentativa do Governo Federal para elevar o nível do ensino secundário brasileiro, Souza, R. F. (2019, p. 31) assevera que o ensino secundário brasileiro foi considerado, em meados do século XX, “um dos mais graves problemas educacionais do Brasil problematizado na imprensa de circulação nacional e regional [...]”

O documento também apresentava as primeiras iniciativas da CADES: curso de especialização e estágio na D.E.S., durante quatro semanas; curso de orientação, também durante 4 semanas, para aproximadamente 600 professores que iriam participar de exames de suficiência.

Devo aqui abrir um parêntese, em uma busca no Google Acadêmico sobre a CADES, encontrei dois números da revista “Escola Secundária”, publicada pela CADES. A revista, de publicação trimestral, contava com alguns artigos sobre Didática Geral, outros sobre orientação educacional, atividades extraclasse e orientações por cada disciplina, com planos de aulas e exercícios resolvidos. Este estudo não se propõe a trabalhar com fontes desse tipo, cogitei a possibilidade de não a utilizar, mas um artigo não posso deixar de comentar, pois é tema desta pesquisa. No quesito Portarias e Instruções Ministeriais, foi apresentado o “Colégio tipo A”, como sugestão elaborada pela Seção de Prédios e Aparelhamento Escolar do Ministério de Educação e Cultura para escolas secundárias. Os dados técnicos do projeto do “Colégio Tipo A” foram apresentados na Revista “Escola Secundária” número 10 de setembro de 1959, entretanto uma busca no site do Inep foi encontrado um projeto da Seção de Prédios e Aparelhamento Escolar da Diretoria do Ensino Secundário de 1958 para o “Ginásio Tipo I” assinado pelo chefe da seção Tarcísio Tupinambá Gomes e pelo arquiteto L. A. D’Escragnolle Filho, nesse projeto são apresentados os seguintes dados técnicos:

1. O Projeto do Ginásio Tipo I. refere-se a um externato misto com capacidade para 200 alunos, tendo sido observado um programa de acomodações, medidas e áreas de acordo com as disposições da legislação em vigor.
2. O partido adotado, permite a utilização de qualquer das faces do prédio como fachada principal, de acordo com a orientação e medidas do terreno.
3. A orientação ideal para um ginásio, localizado na zona central do país é jogar as salas de aula para o noroeste. Para a zona sul, a melhor orientação será o nordeste. Para a zona norte, não temos outra solução, senão abri-las para o sudeste, convém, nos casos particulares, observar incidência dos ventos dominantes.
4. O projeto que ora apresentamos, foi estudado com a preocupação primordial de permitir futuros acréscimos. Desde que o terreno o admita.
5. Quanto à circulação, o partido adotado é o mais simples possível. Todas as galerias internas abrem-se para pátios e jardins, permitindo constante aeração, as medidas foram estudadas de acordo com a incidência de alunos, facilitando ao mesmo tempo, a fiscalização e a rápida movimentação.
6. Foram projetadas 4 salas de aula a fim de suprir a eliminatória prevista na legislação em vigor. Preferimos a área de 50 m², prevendo o acréscimo de matrícula, admitindo-se, no caso, o máximo previsto de

50 alunos à razão de 1 m² por aluno, a medida 8.20 x 6.10 foi estabelecida tendo-se em vista a proporção ideal de 2/3 a 3/4 da largura sobre o comprimento.

7. A sala de aula especial poderá ser de Desenho, Línguas Vivas, Geografia ou Ciências. A instalação das 3 primeiras é simples, basta que nela se instale o material didático. Já a sala de ciências requer instalações especiais, será construída, de preferência, em forma de anfiteatro e deverá possuir mesa de laboratório, dispositivo para escurecer a sala, instalação de gás ou equivalente, epidiascópio, mesa para microscópio, capela, etc.

8. A existência da biblioteca é considerada de grande importância no ginásio. A sala que lhe destinamos tem uma área pequena, dêste modo, torna-se conveniente aos responsáveis (dirigentes ou grêmio dos alunos) estabelecer um sistema de "leitura em casa". A biblioteca dos professores pode ser instalada na própria sala destes.

9. Incluímos no projeto, se bem que não conste das instruções, uma sala destinada à guarda do material didático das salas especiais não instaladas. No caso de este material ser guardado nas próprias salas de aula ou noutro local, poder-se-á destinar aquela sala ao gabinete médico-biométrico. Não seria, outrossim, desaconselhável, ampliar a sala da biblioteca a expensas da sala em questão.

10. A área livre, localizada entre o recreio coberto e a galeria de circulação das salas de aula, foi projetada de modo a permitir a sua utilização como local para a prática de Educação Física.

11. A área coberta, ou seja, o recreio coberto, dispõe de medidas que poderiam ser menores, para atender ao nosso esquema de ginásio acessível. Justificamos essa decisão explicando o nosso intuito de tornar tal área capaz de sofrer as mais variadas adaptações, consoante as tendências do estabelecimento.

Entre outras adaptações que só os responsáveis estarão aptos a efetivar, vislumbramos,

- Plano A) - sala de trabalhos manuais (55 m²). Cantina (15 m²), gabinete médico-biométrico (20 m²). Sala especial (50 m²).
- Plano B) - ginásio (210 m²).
- Plano C) - auditório e palco (150 m²).
- Plano D) - oficina (150 m²)

Uma observação a fazer, o recreio coberto só não é exigido quando a sua área se transformar em ginásio, nos demais casos devem ser respeitado, não podendo medir menos de 60 m².

12. Localizamos numa das extremidades da área coberta uma bateria de 6 bebedouros, preocupando-nos também em instalá-la em local de fácil acesso aos alunos.

13. As instalações sanitárias, quanto ao número de aparelhos, satisfazem a capacidade do estabelecimento.

14. As dependências da administração do estabelecimento, situadas em local de fácil acesso para o público, permitem, outrossim, uma fiscalização constante e eficiente por parte dos administradores e professores.

Tanto a sala da diretoria, como a secretaria e sala de professores são servidas por sanitários próprios, situados nas proximidades das demais instalações, ocasionando grande economia na construção.

15. É necessário prever a instalação de uma caixa d'água própria, com capacidade de 3000 litros, bem como reservar local de fácil acesso para os extintores de incêndio.

16. Cada uma das salas de aula comportara no máximo 50 carteiras individuais ou 25 carteiras duplas, de preferência ajustáveis e dispostas de maneira que a entrada de luz natural se faça pela esquerda do aluno. Em cada sala haverá ainda uma mesa para o professor, poltrona, armário embutido e quadro-negro com área mínima de 2 m².

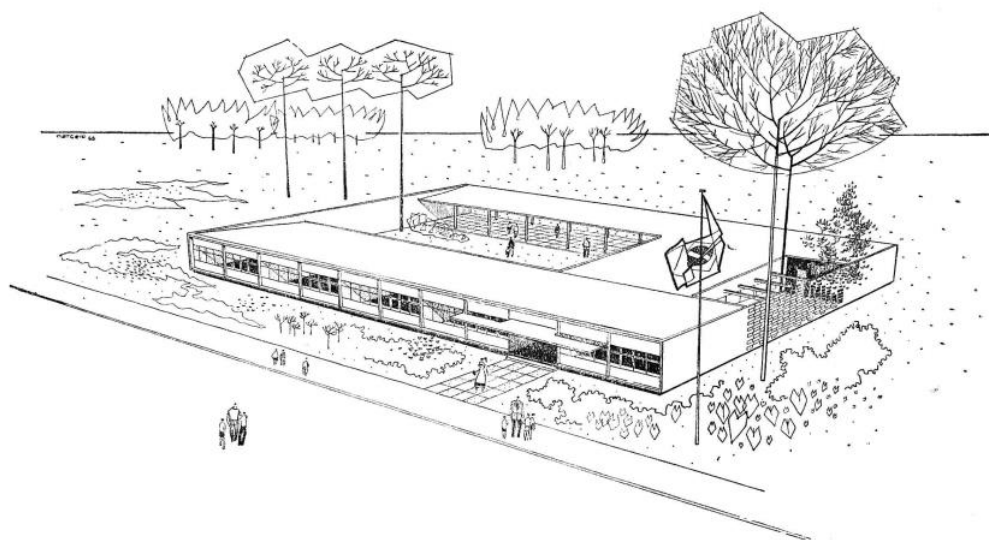
A sala de administração deve dispor de armários, cadeiras, mesas, máquinas de escrever, arquivos de aço, mimeógrafo etc.

A sala dos professores deve apresentar mesas, cadeiras, armários.

Para a diretoria, recomendamos instalação semelhante a sala dos professores. (BRASIL, INEP, 1958).

Na sugestão de modelo de ginásio tipo “I”, os projetistas afirmavam que o projeto não constituía um rígido catecismo, apresentado como flexível e capaz de ser adaptado ao local. As sugestões eram extremamente minuciosas e se estendiam ao tipo de material a ser empregado em todos os detalhes da construção, chegando a especificar a soleira das portas; inclusive o documento apresentava a planta e a perspectiva de colégio, conforme as figuras 4 e 5.

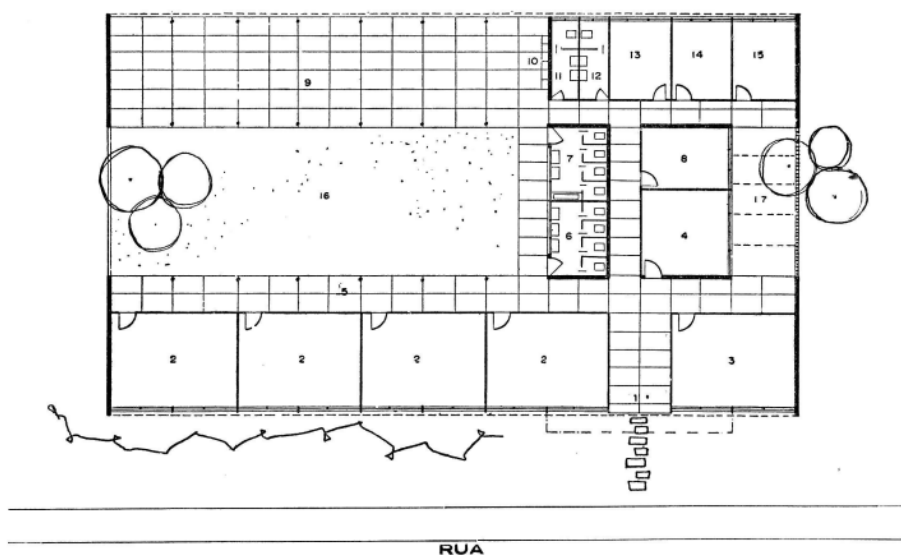
Figura 4 – Perspectiva do Ginásio Tipo "I".



Fonte: BRASIL, INEP¹³, 1958.

¹³ Disponível em: http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/9/1/9/9190b724c7dc793481fabbc7b68e10396f0be5e0abc863e1311f4767d067662d/CAMPANHAS-DE-CONSTRUCOES-ESCOLARES_m039p01_SecaoDePrediosEAparelhamentoEscolar_1958.PDF. Acesso em: 05 abr. 2020.

Figura 5 – Planta baixa do Ginásio Tipo "I".



LEGENDA								
1 ENTRADA	5,50 x 4,00	26,00 M2	8 DEP. MAT. DIDÁTICO	6,00 x 4,35	26,00 M2	15 SALA PROFESSORES	5,00 x 4,00	20,00 M2
2 SALA DE AULA	8,20 x 6,10	50,00 M2	9 RECREIO COBERTO	29,00 x 7,25	210,00 M2	16 ÁREA LIVRE	27,00 x 13,00	351,00 M2
3 SALA ESPECIAL	8,20 x 6,10	50,00 M2	10 BEBEDOUROS	6 UNIDADES		17 JARDIM	10,00 x 4,00	40,00 M2
4 BIBLIOTECA	6,00 x 8,00	48,00 M2	11 SANITÁRIOS H.	5,00 x 1,90	9,50 M2	TESTADA		46,50 ML.
5 GALERIA	46,00 x 2,40	210,00 M2	12 SANITÁRIOS M.	5,00 x 1,90	9,50 M2	PROFUNDIDADE		29,50 ML.
6 SANIT. FEMININO	6,40 x 3,80	24,30 M2	13 DIRETORIA	5,00 x 4,00	20,00 M2	ÁREA DE CONSTRUÇÃO		968,00 M2
7 SANIT. MASCULINO	6,40 x 3,80	24,30 M2	14 SECRETARIA	5,00 x 4,00	20,00 M2			

Fonte: BRASIL, INEP, 1958.

Analisando as informações e desenhos posso afirmar que o projeto não é muito flexível, pois não trabalha parcialmente com as condições climáticas, tão diferentes devido à extensão territorial do Brasil, também não contempla características arquitetônicas locais, para gerar a noção de pertencimento no aluno. O projeto só pode ser considerado flexível, no sentido de contemplar ampliações e poder ser girado no terreno para aproveitar a melhor insolação. Também posso afirmar que, com a utilização desse tipo de projeto, quando ele é posicionado para uma melhor iluminação, nem sempre se tem uma melhor ventilação, ponto importantíssimo no Brasil, pois é um país de clima quente e na época não era comum a utilização de ar-condicionado nas salas de aula.

Como essas especificações fizeram parte do detalhamento de um projeto elaborado pelo MEC, utilizo esses 16 pontos elencados nele para elaborar um dos tipos de análises dos prédios da região do Território Federal de Ponta Porã.

Fechando o parêntese, Freitas e Biccas (2009, p. 145) afirmam que, durante o período de elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, foi criada, mais precisamente em 1951, a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, da qual Anísio Teixeira foi Secretário Geral, entre 1952 e 1964, época em que foi também diretor do Instituto Nacional de Ensinos Pedagógicos – INEP, “um

lugar destinado a congregar forças diferentes, com o objetivo de atacar problemas estruturais da educação brasileira”.

Ainda segundo Freitas e Biccás (2009, p. 146), uma das primeiras campanhas elaboradas pelo INEP foi a Campanha de Levantamentos e Inquéritos para o Ensino Médio e Elementar – CILEME, para fornecer dados das deficiências dos processos de escolarização frente ao processo de expansão de vagas. Outra campanha também mereceu destaque, a Campanha do Livro Didático e dos Manuais de Ensino – CALDEME, que objetivava o oferecimento de material didático qualificado aos professores de ensino secundário, iniciou “um processo que pretendia costurar consenso em meio à diversidade, [...] que, mesmo com uma ação fortemente sujeita à diversidade, um tom de ‘unidade nacional’ pudesse ser percebido na forma de trabalhar do professor brasileiro”.

A Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar – C.I.L.E.M.E.¹⁴, instituída pelo Ministro de Estado da Educação e Saúde, tendo em vista a aprovação dada pela Sr. Presidente da República à Exposição de Motivos nº 833, de 21 de julho de 1952, tinha como objetivo “medir e avaliar a situação real do ensino médio e do ensino elementar em todo o país”, e o diretor do INEP também era o diretor dessa campanha. Dentre os campos de ação de cada um dos setores técnicos da CILEME, existia um dedicado ao ensino médio que tinha por determinação elaborar levantamentos, inquéritos e estudos sobre: o ensino de grau médio em seus diversos ramos (com exclusão do normal), no qual estavam incluídas as instalações; aperfeiçoamento dos professores de ensino médio; os alunos; sistemas estaduais de educação; currículos, programas e métodos de ensino das matérias. Enfim, cabia a CILEME o detalhamento desse nível de ensino.

Um dos nomes de destaque da educação brasileira na segunda metade do século XX foi Anísio Teixeira. Ele acreditava na possibilidade de “acelerar o tempo e ajustar nossa história à história do ocidente, convocando a educação a protagonizar a liderança nesse processo de reconstrução”. Para que esses objetivos se concretizassem, a ação da UNESCO foi relevante, pois “teve um papel fundamental na reformulação das ciências sociais e da pesquisa educacional no Brasil”. (FREITAS e BICCAS, 2009, p. 148), principalmente devido a dois fatos: a nomeação de Arthur Ramos, em 1949, para a direção

¹⁴ Disponível em: http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/4/4/c/44c2df6cb9a797fd2979c48201f097fe11ab0a9330e0fdcdad3437941be097f6/CILEME_m06p05_ProgramasdeTrabalhoeAtividades_AnalisesdaEstruturaOrganizacional.PDF. Acesso em 05 abr. 2020.

do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO; e a aproximação de Anísio Teixeira com especialistas internacionais, os quais merecem destaque Charles Wagley, Jacques Lambert, Otto Klineberg, Andrew Pearse e Bertram Hutchinson.

Para Anísio Teixeira, conforme Freitas e Biccás (2009), os diagnósticos desfavoráveis em relação aos problemas educacionais historicamente acumulados, passavam pelo excesso de centralização e pela falta de flexibilidade da educação brasileira; e, a diferença cultural brasileira passou a ser a marca das iniciativas de pesquisa, consagrando-se no principal desafio teórico e investigativo, para a resolução do problema.

Na equipe de Anísio Teixeira no Inep, estava Jayme Abreu, outro nome marcante na política educacional brasileira, que atuava no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – CBPE, que operava com o objetivo de aperfeiçoar profissionais ligados à educação e realizava pesquisas ligadas às ciências sociais, necessárias à elaboração das políticas educacionais.

Jayme Abreu (1955, p. 28), elaborou em 1955, um relatório sobre a educação secundária no país para enviar ao Seminário Interamericano de Educação Secundária, no Chile. Como característica da educação secundária brasileira, destacava a tendência de “instituição conservadora, apenas transmissora da herança social e não reconstrutora dos ideais da cultura”, apresentando um desajuste entre uma escola voltada para a classe dominante e a incorporação das camadas populares. Outro ponto de destaque era que menos de 20% dos alunos conseguia concluir o curso secundário. Essa estratificação levou a uma crise devido ao “desajuste de suas práticas em relação aos interesses e necessidades dominantes em sua população discente, advinda quase exclusivamente da concentração demográfica urbana produzida pela industrialização do país”.

Segundo Abreu (1955, p. 31), no ensino secundário a frequência era obrigatória, a idade mínima para o ingresso era de onze anos, a escola era leiga (com ensino religioso facultativo), e o regime de coeducação era admitido por lei; funcionava como preparatória para exames e apresentava pouca efetividade nos cuidados “com a saúde física, objetivos cívico-sociais de preparação para a cidadania e para o trabalho construtivo em cooperação, para o inteligente emprego de horas de lazer, para a formação de critérios de apreciação de valores econômicos como consumidor etc.”, e ainda acrescentava que, como instituição, a escola secundária brasileira era “restrita em finalidade e pobre em conteúdo”.

Abreu (1955, p. 37) apresentava dados estatísticos de 1954, nos quais demonstrava que no Brasil existiam 1.771 estabelecimentos, com 535.775 alunos matriculados na escola secundária, e se comparada com a expansão de matrículas entre 1933 e 1953, cresceu em torno de 490%. Para o autor, anteriormente os Estados mantinham em suas capitais apenas um ginásio, os municípios não atuavam no setor e a União mantinha somente um “ginásio padrão”, o Colégio Pedro II; “recentemente essa situação começou a evoluir no sentido da expansão do ensino secundário através de estabelecimentos públicos”. O estado passou a ser o grande mantenedor da escola secundária e o Ministério da Educação começou a atuar no sentido de tentar controlar essa expansão e, nesse sentido, duas tendências surgiram: a expansão da rede escolar oficial; e a expansão da rede escolar secundária por meio de auxílios do poder público, (bolsas a alunos, suplementação do salário de professores, cursos de aperfeiçoamento, auxílios e subvenções a estabelecimentos secundários particulares, estímulo à instituição de "Fundações" mantenedoras de escolas secundárias, com a conjugação de recursos públicos e particulares).

O estudo de Abreu (1955, p. 42) destacou a preferência dos alunos brasileiros pela escola secundária e não pelos outros ramos do ensino médio em função do ilusório prestígio das profissões liberais ou da função pública “com o equívoco de que elas ainda concedem aos seus titulares os mesmos níveis de vida do passado, quando aquelas situações de privilégio decorriam de condições de fortuna pessoal e não dos diplomas possuídos”.

No sentido de explicar a razão da evasão escolar nesse nível de ensino, Abreu (1955) destacava duas razões: o desajuste funcional dessa escola em relação à realidade social e problemas de ordem econômica.

Segundo Abreu (1955, p. 48), as normas de funcionamento da escola secundária nacional foram estabelecidas pela Lei 1.920 de 25 de julho de 1953, que além de desmembrar o Ministério da Educação e Saúde, criando o Ministério da Educação e Cultura, criou várias diretorias, dentre elas a Diretoria de Ensino Secundário (D.E.S.) que iria ser responsável pela supervisão do funcionamento das 1771 escolas secundárias espalhadas pelo Brasil, e todas deveriam funcionar segundo um modelo elaborado na capital, desconsiderando as condições regionais. Tratando da realidade, o autor afirma que “obviamente não funciona nem essa mal posta fiscalização nem o modelo único de escola, salvo nas aparências do formalismo legal, que é a forma usual de contrafação decorrente da irrealista abstração legal”.

De acordo com Abreu (1955, p. 50), como tudo era rigidamente prescrito, as leis federais aprisionavam o ensino secundário em moldes rígidos, uniformes e particularizados, no qual “tudo é rigidamente prescrito, imposto e estereotipado em termos impeditivos do desejável sentido de autonomia e responsabilidade dos educadores locais que deveria existir e conduzir a uma vivificante emulação construtiva e renovadora”.

Pessanha e Silva (2014, p. 71) asseveram que a legislação, a partir de 1930, com as Reformas Francisco Campos até a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 4.024, promulgada em 1961 e vigente até 1971, “permitiu a aproximação com o protagonismo deste nível de ensino no delineamento de propostas de progresso moral e intelectual da juventude brasileira”. As autoras afirmam que o ensino secundário se propagou lentamente desde o Império e “foi se expandir sistematicamente na década de 1950, consolidando sua estruturação como curso apenas com a Reforma Francisco Campos, em 1931.” (PESSANHA e SILVA, 2013, p. 1024).

O recorte temporal previsto para essa pesquisa termina com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 (BRASIL, 1961).

Souza, R. F. (2008, p.145) caracteriza o período entre 1930 e 1960 como de “consolidação e ao mesmo tempo de redefinição da educação secundária no Brasil” e afirma que as bases para a expansão do ensino secundário brasileiro estavam fundamentadas na organicidade, na racionalidade e na padronização.

Para compreender a implantação do ensino secundário na região do Território Federal de Ponta Porã, além da necessidade de entender o ensino secundário no Brasil, é preciso verificar como esse nível de ensino foi tratado em Mato Grosso pois, como já mencionado, após sua extinção, toda a administração da região passou a ser, novamente, de responsabilidade do estado.

1.2 O ensino secundário em Mato Grosso

Além das iniciativas do poder público, a implantação do ensino secundário em Mato Grosso surgiu das iniciativas particulares, confessionais e não confessionais e da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos. Para verificar esse movimento de implantação no Estado, este subitem será estruturado, primeiramente, a partir da legislação estadual sobre educação e, em seguida, apresentará as instituições criadas pelo poder público e, posteriormente, as instituições criadas pela iniciativa privada.

A legislação mato-grossense, no quesito educacional, foi iniciada, de acordo com Xavier (2006) com a Lei Provincial nº 8, de 5 de maio de 1837, foi, em resposta ao processo de descentralização administrativa em relação à Corte.

Sá e Siqueira (2006, p. 127) afirmam que deveria existir, em todas as províncias do Império, uma homogeneização mínima, “através dos quais as linhas mestras do sistema seriam garantidas”; as principais linhas mestras eram baseadas: nos métodos de ensino; nos compêndios didáticos; nas modernas práticas punitivas; e na coeducação. O entendimento sobre a escola foi se ampliando à medida que o projeto moderno operava transformações sociais e a estrutura social passava a reclamar diferentes modalidades: a escola normal; o ensino secundário; o ensino profissional; o curso noturno.

Em Mato Grosso, conforme Siqueira (2000, p. 179), as atenções do governo provincial eram dirigidas ao ensino primário, mas seus administradores manifestavam um pequeno interesse em investir no secundário. O presidente da província Francisco José Cardoso Júnior classificava, em 1872, esse nível de ensino como “último remate à obra começada na infância”, entretanto nenhuma ação foi efetivada nesse sentido.

Conforme Santos e Sá (2006, p. 157), o primeiro regulamento mato-grossense do período republicano, o Decreto nº 10 de 7 de novembro de 1891 determinava que o Estado seria responsável pelo “estudo leigo, gratuito e obrigatório nos dois níveis de ensino - o primário e o secundário, com uma particularidade: apenas nas localidades que possuísse uma população, em idade escolar de no mínimo vinte alunos”; decreto que não conseguiu ser efetivado pela baixa densidade demográfica do Estado, e também pela falta de professores qualificados.

Segundo Rocha (2010), o início do período republicano também foi marcado por várias reformas em Mato Grosso, na tentativa de organizar a instrução pública, mas toda a legislação mato-grossense do período tratava mais do ensino primário que do secundário. Oliveira (2014, p. 101) afirma que “boas instalações e número suficientes de escolas públicas eram símbolos do desenvolvimento e do progresso próprios do século XX, mas que contrastavam com a realidade do estado.” E descreve as problemáticas características da educação mato-grossense da época: a falta de investimentos, de instituições, de prédios, de professores formados, aliados a uma vasta área territorial com baixa densidade demográfica. Para tentar minimizar esses problemas o governo estadual apoiava financeiramente instituições privadas, por meio de subsídios e bolsas de estudos para alunos carentes.

De acordo com Rocha (2010), até a década de 1930 não havia a organização de um sistema educacional nacional. Para Oliveira (2014, p. 87), no mesmo período, continuava em Mato Grosso o debate sobre a oferta pública de vários ramos do ensino secundário, quando foi decidido unificar um curso complementar para admissão na Escola Normal e outro preparatório para o exame de admissão ao Liceu Cuiabano, “o objetivo era certamente a economia de investimentos, como assinalado, criava-se um curso ‘dois em um’, nem muito enciclopédico, caracterizando um curso secundário desinteressado, nem muito pedagógico, caracterizando um curso normal”.

Brito (2001) demonstrou o crescimento geral das matrículas em Mato Grosso entre 1935, com 943 alunos matriculados, e 1942, com 2.206 alunos para esse nível, também demonstra, em gráfico, que o número de estabelecimentos cresceu de 11, em 1935, para 23 em 1942.

Nas caixas de Educação de 1946 do Arquivo de Mato Grosso, existe um documento do Departamento de Educação e Cultura, de 16 de outubro de 1946 que propunha a nomeação de uma comissão para modificação do Regulamento do Colégio Estadual de Mato Grosso (antigo Liceu Cuiabano) a fim de enquadrar o ensino secundário do Estado nos moldes do Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, uma vez que o mesmo ainda era regulamentado pelo Regulamento do Liceu Cuiabano, Decreto nº 133, de 21 de janeiro de 1938 (MATO GROSSO, 1938), pois o mesmo não satisfazia “as exigências da administração do ensino e não condiz com as altas finalidades visadas pela Lei Orgânica do Ensino Secundário no país”. Este documento pode dar uma noção de como a implantação das leis demorava a chegar de fato a prática. Afinal, depois de 4 anos da promulgação do Decreto-lei nº 4.244, o Estado de Mato Grosso ainda continuava sob a égide de leis anteriores.

Em 1944, o Diretor Geral da Instrução Pública, por meio da Portaria nº 3, de 24 de junho de 1944 (MATO GROSSO, 1944, p. 64) determinou que a denominação de Ginásio e Colégio eram privativas de estabelecimentos destinados ao ensino secundário. Este fato é relevante pois instituições que usavam essa denominação antes de 1944 poderiam não oferecer ensino secundário.

Foi publicado no Diário Oficial de Mato Grosso em 4 de dezembro de 1946, o Decreto nº 273 de 29 de novembro de 1946 (MATO GROSSO, 1946), que baixa o Regulamento do Departamento de Educação e Cultura do Estado que atribuiu ao Departamento de Educação e Cultura do Estado a orientação e fiscalização do ensino pré-primário, primário, secundário, normal, técnico comercial e profissional do Estado, dos

municípios e particulares; uma das atribuições do Diretor Geral desse departamento era determinar o registro de estabelecimentos de ensino particular; vinculava a Secretaria do Departamento de Educação e Cultura do Estado a incumbência dos serviços administrativos do ensino Secundário; e instituía o Conselho Estadual de Educação composto por 8 membros incluindo o Diretor do Colégio Estadual de Mato Grosso e um professor catedrático do ensino secundário; que tinha como alguns de seus objetivos contribuir com sugestões para a melhor eficiência do ensino em todos os seus aspectos e sugerir medidas para que o ensino tivesse a desejada eficiência.

A Constituição Estadual de 1947 (MATO GROSSO, 1947), em seu Título VII, da educação e da cultura, permitia, em seu Artigo 124, a cobrança de mensalidades nas instituições públicas de ensino médio, uma vez que a gratuidade só estava estabelecida para o ensino oficial primário e profissional, mas seria gratuito também aos alunos secundaristas que provarem insuficiência de recursos. O Artigo 126 estipulava que o Estado e os Municípios, deveriam dar bolsas de estudos aos estudantes pobres desde que eles tivessem bom rendimento escolar; esse artigo determinava a reserva de “pelo menos a vigésima parte da cota estipulada no artigo 169 da Constituição Federal”. O Artigo 169 da Constituição Federal estipulava que “Anualmente, a União aplicará nunca menos de dez por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino”. Dessa forma, o governo estadual também financiava a expansão desse nível de ensino, tanto nas instituições públicas, quanto nas privadas, por meio de subsídios e bolsas de estudo.

A situação do ensino secundário em Mato Grosso, em 1947, foi apresentada pelo Governador do Estado de Mato Grosso em mensagem à Assembleia Legislativa, lida em junho de 1948:

O ensino secundário foi ministrado, durante 1947, nos seguintes estabelecimentos:

Estaduais (Oficiais): Colégio de Mato Grosso – Cuiabá, Ginásio Campo Grandense – Campo Grande, Ginásio Maria Leite- Corumbá, Colégio D. Bosco- Campo Grande.

Particulares: Ginásio Osvaldo Cruz- Campo Grande, Ginásio 2 de Julho- Três Lagoas, Ginásio São Gonçalo – Cuiabá, Ginásio Coração de Jesus – Cuiabá, Ginásio Imaculada Conceição – Corumbá, Ginásio Maria Auxiliadora – Campo Grande, Ginásio Cândido Mariano – Aquidauana.

O Ginásio 2 de Julho, de Três Lagoas, foi encampado pelo Governo do Estado, por Decreto-lei n.º 903, de 10 de Julho de 1947, sendo que o ato do encampamento foi marcado para 1 de Janeiro de 1948.

O Instituto 11 de Março, de Cáceres, foi igualmente encampado pela Lei n.º 37 de 22 de Outubro de 1947, sendo criado por lei n.º 46, da mesma data, o Ginásio 11 de Março, cuja instalação foi providenciada. Ensino Técnico Comercial: - Vem funcionando com toda a regularidade, no prédio do Palácio da Instrução sito a Praça da República, a Escola Técnica de Comércio de Cuiabá. [...]

Aquele departamento tem em mira promover a instalação das duas Escolas Normais em 1948, as quais funcionarão em concordância com o artigo 9 da Lei Orgânica, acima citada, isto é, em curso intensivo de dois anos, de 2 ciclo. Esta resolução é determinada pela premência que o Estado possui de preparar para o início de uma nova fase no sistema do ensino primário. Em Campo Grande funcionou a Escola Normal anexa ao Ginásio Maria Auxiliadora sob a orientação das Rev.^a Irmãs Filhas de Maria, e cuja outorga foi concedida pelo Governo do Estado, sob fiscalização oficial. (MATO GROSSO, 1948).

Em 6 de agosto de 1948, foi sancionado o Decreto nº 519 (MATO GROSSO, D.O. 11.ago. 1948) com o regulamento aos estabelecimentos de ensino secundário do Estado e estipulava que o ensino secundário teria por finalidade “ministrar sólida instrução fundamental que os habilite a desempenhar cabalmente os deveres de cidadãos”. O ensino e os programas deveriam ser os adotados no Colégio Pedro II. O Regulamento não determinava nada sobre os edifícios, e somente em seu Artigo 64, alínea “O” proibia expressamente os alunos de “danificar de qualquer modo as paredes e utensílios do estabelecimento, ou os de outrem”.

O Governo Federal estabelecia parcerias com os Estados para construção de espaços escolares, como comprovava a ordem 22926 de 05 de outubro de 1948 (MATO GROSSO, 05 out. 1948), na qual o INEP remetia à Instrução Pública ofício contendo um acordo assinado entre o Estado de Mato Grosso e o Ministério da Educação e Saúde para a construção de mais de 36 unidades escolares e informando a transferência de Cr\$ 720.000,00 referentes à primeira parcela.

Brito (2001) descreveu, em nota, a existência de projetos, em 1949, para a expansão do ensino secundário no estado. Com verba do Ministério da Educação e Saúde, seriam construídos prédios escolares nas cidades de Maracaju e Guiratinga. Posteriormente seriam abertas instituições em Rosário Oeste, Poconé, Poxoréu e Paranaíba. A autora levantou a possibilidade de o projeto ter sido abandonado em função da prioridade de expansão do ensino primário e do combate ao analfabetismo. A autora comentou também a existência de um convênio firmado com a União para a construção de dois edifícios destinados a escolas normais rurais em Ponta Porã e Bela Vista, mas esse projeto também foi inviabilizado.

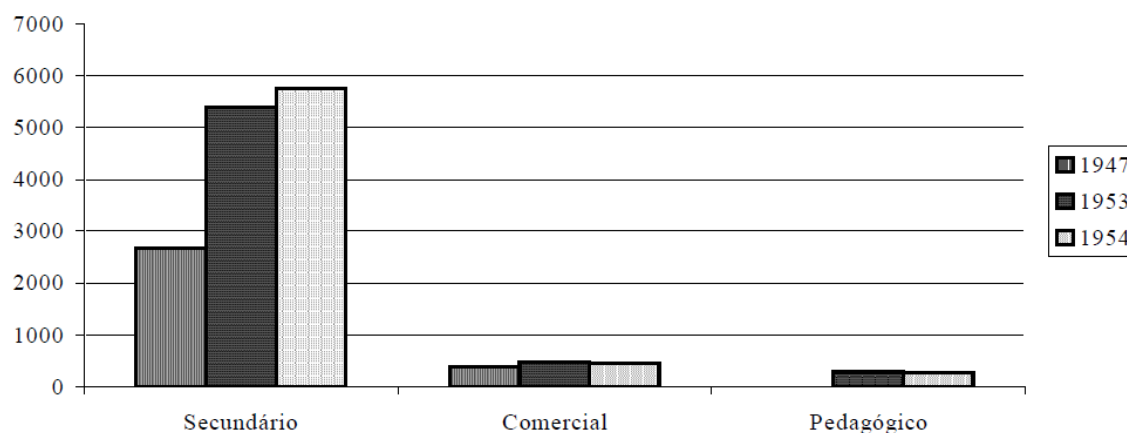
Foram encontrados no Arquivo de Mato Grosso os termos de contrato das obras (MATO GROSSO, 1950) da Escola Normal Rural de Ponta Porã e do Ginásio de Maracaju. No contrato de construção da Escola Normal Rural de Ponta Porã, de maio de 1950, com o Engenheiro Joaquim Teodoro de Faria, o contratante se obrigava a apresentar a escritura de doação do terreno por parte da municipalidade; no contrato de construção do Ginásio de Maracaju, também de maio de 1950, estipulava que a Municipalidade deveria transferir ao Estado uma área mínima de 250.000 m² para a construção e que o prédio não poderia ultrapassar Cr\$ 600.000,00, assinavam o Prefeito de Maracaju, Francisco Bernades Ferreira e o Professor Ulisses Cuiabano, Diretor do Departamento de Educação e Cultura do Estado.

A construção da Escola Normal Rural de Ponta Porã foi concluída, pois existe um ofício do Departamento de Educação e Cultura, de 27 de janeiro de 1951 (MATO GROSSO, C.E. 1951), que informava o envio de seis fotografias dos prédios das Escolas Normais Rurais de Ponta Porã e Bela Vista para “aquilatar da sua construção e, caso esteja dentro das cláusulas contratuais, solicitamo-vos a remessa do numerário para pagamento da 2^a. Prestação”. Foi feita uma busca no Arquivo mas as fotografias não foram encontradas. Esse edifício foi cedido para ser sede do Ginásio São Francisco de Assis, que será analisado no capítulo III.

Sobre a construção do Ginásio de Maracaju, pelo menos no que tangia à doação do terreno, foi encontrada uma solicitação do Executivo Municipal à Câmara de Vereadores de Maracaju para “compra de terrenos destinados a construção, nesta cidade de um Ginásio Rural”, em 09 de dezembro de 1950, que obteve parecer favorável (MARACAJU, 1950, f. 39-40). Em 10 de dezembro de 1950, foi assinada a Resolução que autoriza o Executivo a adquirir o terreno (MARACAJU, 1950, f. 41).

É notório o aumento no número de matrículas do ensino secundário, entre 1947 e 1954, conforme a figura 6, entretanto, na mesma época, o ensino comercial e o pedagógico permaneceram estagnados.

Figura 6 – Gráfico de matrículas gerais no ensino médio - Mato Grosso - 1947,1953, 1954.



Fonte: Brito (2001, p. 175).

Brito (2001) destacou o afunilamento existente tanto no sistema educacional nacional quanto no estadual, demonstrando que, em Mato Grosso, apenas 33,8% dos alunos que iniciaram a escola primária em 1941, chegaram ao ensino médio.

Em um relatório enviado ao Secretário do Interior, Justiça e Finanças, em 12 de junho de 1950, (MATO GROSSO, C.E. 1950) referente ao ano findo sobre ocorrências e realizações no Departamento de Educação e Cultura do Estado existem informações sobre o ensino secundário em 1949 – os estabelecimentos de ensino secundário oficiais registraram 1330 matrículas de alunos de ambos os sexos, conforme os seguintes números: Colégio Estadual de Mato Grosso (575 matriculados), Ginásio Campograndense (370), Ginásio Maria Leite (195), Ginásio 2 de julho (131), Ginásio 11 de março (59). O relatório ainda citava os seguintes estabelecimentos particulares: Ginásio S, Gonçalo (Cuiabá), Ginásio Coração de Jesus (Cuiabá), Ginásio Cândido Mariano (Aquidauana), Ginásio Imaculada Conceição (Corumbá), Colégio D. Bosco (Campo Grande), e Ginásio Oswaldo Cruz (Campo Grande). A título de curiosidade o ensino técnico comercial era ministrado para um total de 190 alunos, em Cuiabá e Corumbá; o ensino normal nas Escolas Normais “Pedro Celestino” (Cuiabá) e “Joaquim Murtinho” (Campo Grande); as matrículas atingiram 115 alunos no curso regional e no ensino normal. O relatório mencionava a existência de duas escolas normais da Congregação Salesiana funcionando em Campo Grande e Corumbá e outorgava para funcionamento a Escola Normal “Jango de Castro” e a conversão do Ginásio Maria Leite em Colégio, anunciava o convênio entre o Estado e a União para a construção de três Escolas Normais (Bela Vista, Ponta Porã e Cuiabá). Dois pontos chamam a tenção: o

ensino secundário possuía cerca de 81% do total de matriculados; o outro é a falta de ginásios na área desta pesquisa, sendo que o Ginásio Bela Vista começou suas atividades entre 1949 e 1950.

Ainda sobre o assunto convênios ligados ao ensino secundário foram encontrados mais dois no Arquivo Público de Mato Grosso, um de 1955 e outro de 1956.

O primeiro é o Termo de Convênio Geral celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e o Governo do Estado de Mato Grosso para aplicação de recursos do fundo Nacional do Ensino Médio referente ao exercício de 1955 (MATO GROSSO, 1957a). Na Cláusula primeira estipulava que o montante geral dos recursos do convênio é de Cr\$ 970.667,00 sendo que $\frac{3}{4}$ eram recursos do governo federal e $\frac{1}{4}$ era a quota de contribuição de Mato Grosso. Esse montante foi distribuído para os seguintes estabelecimentos: Colégio Estadual Campograndense – Campo Grande – equipamentos – Cr\$ 320.000,00; Colégio Estadual Maria Leite – Corumbá – equipamentos – Cr\$ 330.667,00; Colégio Estadual de Mato Grosso Cr\$ 320.000,00. A cláusula segunda especificava que a aplicação de recursos deveria ser objeto de um Convênio Especial que contivesse especificações dos projetos de obras e descrição da aquisição de equipamentos. Interessante ressaltar que esse termo é datado de abril de 1957.

O segundo é o Termo de Convênio Geral celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e o Governo do Estado de Mato Grosso para aplicação de recursos do fundo Nacional do Ensino Médio referente ao exercício de 1956 (MATO GROSSO, 1957b) também era datado de abril de 1957 e contava com um montante de Cr\$ 837.334,00 distribuído da mesma maneira que no termo de 1955: $\frac{3}{4}$ eram recursos do governo federal e $\frac{1}{4}$ era a quota de contribuição de Mato Grosso. Para o ano de 1956, os recursos foram distribuídos da seguinte maneira: Ginásio Estadual Dois de Julho – Três Lagoas – Equipamento – Cr\$ 280.000,00; Ginásio Estadual de Bela Vista – Equipamento – Cr\$ 277.334,00; Ginásio Estadual 11 de Março – Cáceres – Cr\$ 280.000,00. Os dois convênios englobavam todos os estabelecimentos de ensino secundário governamental existentes na época e as verbas foram distribuídas de forma relativamente equânime, sendo que os colégios estavam presentes no primeiro termo e receberam cerca de Cr\$ 50.000,00 a mais por possuírem maior número de classes.

Como já mencionado no item anterior, Lopes e Souza (2014) evidenciaram atividades da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário – CADES, vinculada à Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura no Sul de Mato Grosso para capacitar docentes. O primeiro curso, em janeiro de 1957, foi

direcionado a professores de Matemática, Português e Francês. Findadas as aulas, os professores foram submetidos aos exames de suficiência. O curso da CADES em Campo Grande se repetiu em 1958 e ampliou o número de disciplinas trabalhadas: Matemática, Português, Latim, Francês, Inglês, História, Geografia e Desenho. Já em 1959, os cursos foram para as disciplinas Matemática, Física, Português, Inglês, História, Geografia, Ciências Naturais História Natural e Desenho, contando com a presença de 70 candidatos. E, apesar da existência do curso em 1960, os autores comentaram a falta de registros detalhados sobre ele. Na região do recorte espacial, merece destaque, de acordo com Furtado e Moreira (2015), a atuação de José Pereira Lins – proprietário do Ginásio Osvaldo Cruz – na difusão das ações da CADES, no tocante ao ensino secundário, pois foi orientador pedagógico do Curso de Treinamento Básico para Professores do Curso Médio da referida campanha e também trabalhou na orientação e assistência pedagógica prescrita pela CADES aos professores leigos mato-grossenses.

Foram encontrados no Arquivo Público de Mato Grosso alguns relatórios das décadas de 1950 e 60 que pontuavam a situação do ensino secundário no Estado. O relatório de 1950 já foi descrito anteriormente. No Relatório Geral do Departamento de Educação e Cultura apresentado em 3 de maio de 1952 ao Governador do Estado (MATO GROSSO, C.E. 1952) existia a seguinte definição “Educação é a preparação para a vida”, o relatório apresentou uma descrição da população de Mato Grosso informando que a população rural era de 70,22%, o relatório utilizava palavras atribuídas ao Diretor do INEP, Murilo Braga, afirmando:

[...] o processo de industrialização veio agravar consideravelmente os desajustes existentes nos padrões de vida, entre a zona rural e urbana. [...] A distância que separa essas duas partes, poderá criar, com o decorrer do tempo, um verdadeiro abismo entre o nível, tipo e estilo de existência da primeira e da segunda camada da população brasileira. [...] se não forem tomadas a tempo, providências enérgicas, essa evolução poderá um dia ameaçar sèriamente a própria unidade nacional e cultural do país”. (MATO GROSSO, C.E. 1952).

O documento chamava para a educação a responsabilidade de instruir, educar e preparar para a vida. Quanto ao ensino secundário, destacava que era a primeira vez que exigiam relatórios periódicos de todos os estabelecimentos de ensino médio existentes no Estado; mas ele se concentrava, basicamente, no ensino primário e na formação de professores. Quanto aos prédios escolares, apontava para o acordo com o INEP para a

construção de prédios para escolas rurais e grupos escolares; no qual foram acordados Cr\$ 12.560.000,00 para a construção de escolas rurais; Cr\$ 2.500.000,00 para grupos escolares; Cr\$ 4.000,00 para escolas normais rurais; Cr\$ 320.000,00 para equipar escolas rurais; mais Cr\$ 20.380.000,00 em 1950 para mais dois grupos escolares. Destacava que a verba possibilitaria a construção de 214 escolas rurais e que o departamento ainda estaria elaborando um levantamento para a atualização dos processos de construção. Em um documento de 33 páginas, somente 11 linhas estão voltadas para o ensino médio como um todo e comunicava que em 1951 nenhum novo estabelecimento de ensino médio foi criado.

Em uma das caixas de Educação de 1960 (MATO GROSSO, C.E. 1960), existe um documento com papel timbrado da Secretaria de Educação, Cultura e Saúde no qual faltam páginas, inclusive a primeira e a última, motivo pelo qual não se permite saber, de imediato, sua natureza, autoria ou data; pela leitura se constata que seria um relatório de 1960 de autoria do Diretor do DEC. Nesse, como em outros documentos, se observa que algumas instituições compartilhavam o mesmo edifício; situação já verificada também em Josgrilbert (2015). O Documento afirmava que as Escolas Normais precisavam ser desmembradas dos Colégios Estaduais. Quanto ao ensino secundário, esse relatório criticava o corpo docente que atuava no ensino médio, afirmando que a maioria dos professores não possuíam as exigências mínimas para o cargo; e afirmava que o governo tinha que conceder muitas bolsas de estudo para suprir a inexistência de ginásios. Sobre prédios escolares para esse nível de ensino, só destacava a péssima situação do Colégio Estadual da capital: “apresentando uma tapéira”. Também apresentava um quadro com o número de estabelecimentos oficiais para esse nível: 5 Colégios Estaduais; 8 Ginásios Estaduais, 5 Escolas Normais e 3 Escolas Técnicas de Comércio. Contabilizando um total de 21 estabelecimentos; enquanto, no ensino primário existiam 1913 estabelecimentos.

Não existe numeração de páginas nesse relatório, algumas das páginas finais do documento parecem desordenadas; nas últimas páginas presumi que se tratava da reunião de governadores, pois a descrição do plenário assim o permitiu, foi apresentada a aprovação de várias matérias; para o ensino secundário o documento propunha: a reestruturação das inspetorias seccionais e que o MEC deveria se comprometer com cursos de aperfeiçoamento e especializações de professores e administradores e bolsas de estudos; Construção, equipamento e preparação de professores do Ginásio Industrial em Corumbá; auxílio à Escola Industrial Salesiana de Cuiabá. Não existe um fechamento desse documento.

Quadro 1– Subvenções do Governo Federal destinadas ao Magistério nos vários graus.

	Valores	Percentual
Alfabetização de adultos	C\$ 75.000.000,00	7,80 %
Formação de professores primários	C\$ 348.500.000,00	36,25 %
Ensino Técnico	Cr\$ 320.000.000,00	33,28 %
Ensino Secundário*	Cr\$ 50.000.000,00	5,20 %
Ensino Superior	Cr\$ 150.000.000,00	15,60 %
Serviço de assistência Educacional	Cr\$ 18.000.000,00	1,87 %
TOTAL GERAL	Cr\$ 961.500.000.000,00	

Fonte: Elaborado pela autora, baseado em relatório, de 24 de junho de 1961, referente às subvenções a serem destinadas para setor do Magistério nos vários graus (MATO GROSSO, 1961).

Também foi encontrado no arquivo um relatório de 24 de junho de 1961 (MATO GROSSO, 1961), referente às subvenções destinadas para o setor do Magistério nos vários graus, pelo governo federal descreve brevemente as necessidades de cada setor. Descreve o ensino secundário como “a base fundamental do ensino”, e classifica como “imprescindível e inadiável uma assistência real ao mesmo”. Interessante verificar que apesar de inadiável e imprescindível, a subvenção destinada ao ensino secundário é referente a 5,2% do montante total, como demonstrou o quadro 1.

A soma total parece estar com mais três zeros, na verdade a soma é de Cr\$ 961.500.000,00. A subvenção para o ensino secundário foi dividida da seguinte maneira: concessão de auxílios para suplementação de remuneração aos professores secundários – Cr\$ 15.000.000,00; equipamentos diversos – Cr\$ 20.000.000,00; material didático – Cr\$ 10.000.000,00; bolsas de estudo – Cr\$ 5.000.000,00.

Em uma comunicação do Departamento de Educação e Cultura, datada de julho de 1961 foi apresentado o quadro do magistério primário e secundário em exercício. O documento ressalta que os dados foram obtidos no “fichário imperfeito e precário deste Departamento, ora em adiantada fase de organização”. Com esse quadro foi possível listar todos os Ginásios, Colégios e Escolas Técnicas oficiais em funcionamento no ano de 1961:

Quadro 2 – Estabelecimento de nível médio em Mato Grosso, 1961.

Instituição	Local
Colégio Estadual de Mato Grosso	Cuiabá
Escola Normal “Pedro Celestino”	Cuiabá
Escola Técnica de Comércio	Cuiabá
Colégio Estadual “Maria Leite”	Corumbá
Escola Técnica de Comércio de Corumbá	Corumbá
Colégio Estadual Campograndense	Campo Grande
Escola Normal “Joaquim Murtinho”	Campo Grande
Ginásio Estadual “2 de Julho”*	Três Lagoas
Escola Normal “D. Aquino Corrêa”	Três Lagoas
Escola Técnica de Comércio de Três Lagoas	Três Lagoas
Ginásio Estadual “Cândido Mariano”**	Aquidauana
Escola Normal “Jango de Castro”	Aquidauana
Escola Normal de Ponta Porã	Ponta Porã
Ginásio Estadual “Onze de Março”	Caceres
Ginásio Estadual “Wladislau Garcia Gomes”	Paránaibá
Ginásio Estadual de Bela Vista	Bela Vista
Escola Normal de Bela Vista**	Bela Vista
Ginásio Estadual “Estevão de Mendonça”	Guiratinga
Ginásio Estadual “Presidente Vargas”	Dourados
Ginásio Estadual “7 de Setembro”	Poxoreu
Ginásio Estadual “Bel. Ribeiro de Arruda”	Poconé
Ginásio Estadual “D. Aquino”	Amambai
Ginásio Estadual de Maracaju	Maracaju
Ginásio Estadual de Barra do Graças**	Barra do Graças
Ginásio Estadual de Varzea Grande**	Varzea Grande

Obs: * Elevado à categoria de Colégio.

** Estabelecimento criado, mas sem atividade na data do documento.

Fonte: Elaborada pela autora, com a grafia original e com base no documento de remessa do Diretor Geral do Departamento de Educação e Cultura, datado de julho de 1961. (MATO GROSSO, C.E. 1961).

Analisando o quadro 2, pode-se observar que dos 26 estabelecimentos de nível médio existentes do Estado, somente 6 estão localizados na região do recorte espacial desta pesquisa, lembrando que o município de Amambai foi criado em 28 de setembro de

1948 e faz parte do recorte espacial. Destaco que o Ginásio São Francisco de Assis de Ponta Porã já havia sido encampado pelo governo e não aparece nesse documento.

Também foi localizado um memorando sobre uma Reunião de Governadores que aconteceu em Cuiabá em 1961. Nesse documento existia menção sobre a impraticabilidade da solução encontrada pelos governadores, então o documento indicou como melhor opção:

para o desenvolvimento e aprimoramento do Ensino Médio em nosso Estado, criar mais uma Inspeção Seccional de Ensino Secundário, para melhor atender as regiões Centro e Leste do Estado, estão abandonadas sem nenhum Inspetor de Ensino, pois os três (3) Inspectores lotados no Estado, residem em Campo Grande onde está a Inspeção Seccional de Cuiabá [sic]. (MATO GROSSO, C.E. 1960).

O memorando propunha que os cursos oferecidos pela CADES fossem ministrados ora em Cuiabá, ora em Campo Grande ou talvez em Corumbá (dada a sua posição geográfica), para evitar impasses. “Corumbá, seria o centro catalizador e homogeneizante dos problemas referentes à política educacional e social do Estado”. Esse memorando apresentava os Inspectores Federais do Ensino Secundário lotados no Estado: Amélio Carvalho Baís, Henrique Carregal e Rui Alvino Allegretti. Também demonstrava a organização das inspeções seccionais do ensino Secundário em Campo Grande e Cuiabá, conforme quadro 3.

Quadro 3 – Inspeções Seccionais de Campo Grande e Cuiabá.

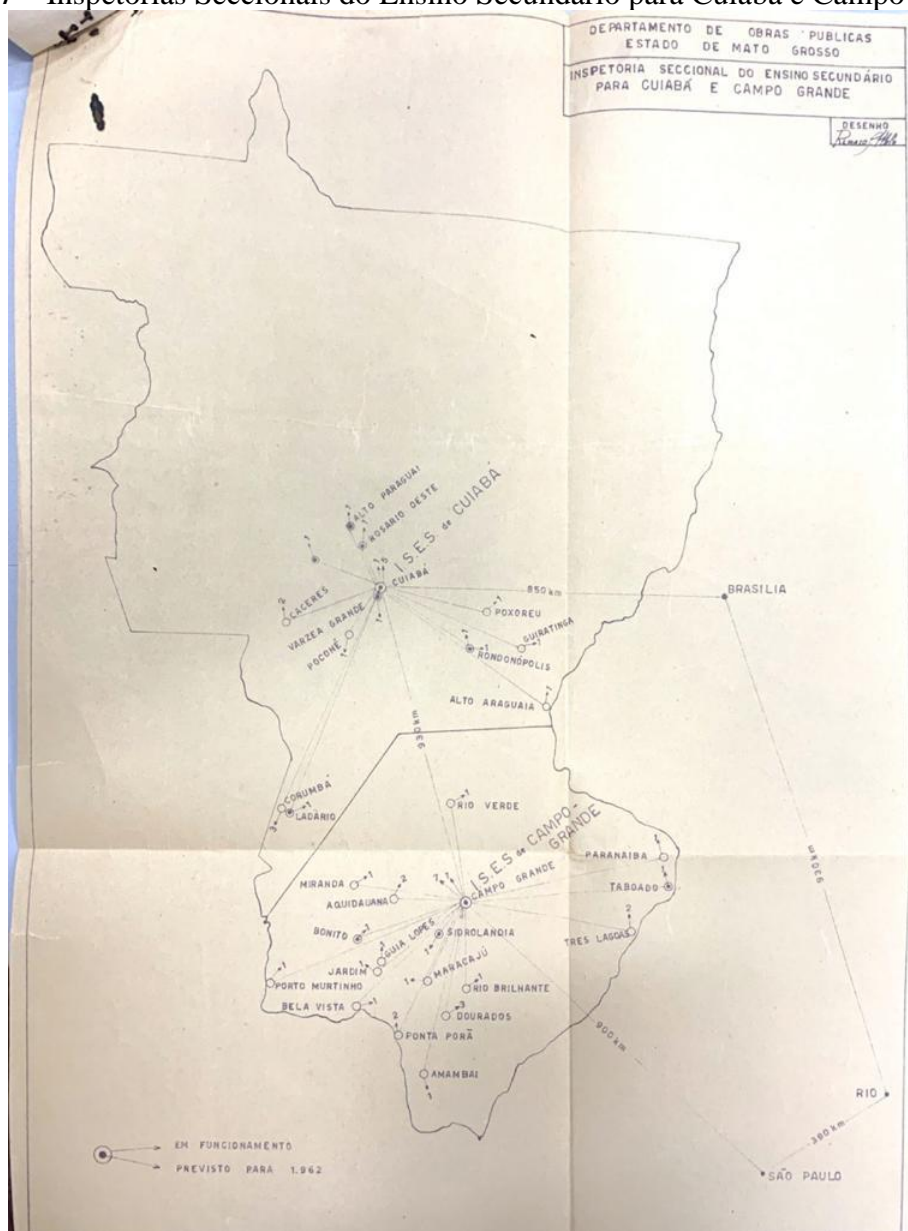
Inspeção Seccional do Ensino Secundário – Campo Grande		
	Em funcionamento	Previsto para 1962
Campo Grande	7	1
Três Lagoas	2	-
Paranaíba	1	-
Aparecida do Taboado	-	1
Rio Brilhante	1	-
Dourados	3	-
Ponta Porã	2	-
Amambai	1	-
Bela Vista	1	-
Jardim	1	-
Guia Lopes	1	-
Bonito	-	1
Maracaju	1	-
Sidrolândia	-	1
Aquidauana	2	-
Rio Verde	1	-

Miranda	1	-
Porto Murinho	1	-
TOTAL	26	4
Inspetoria Seccional do Ensino Secundário – Cuiabá – Norte-Leste		
	Em funcionamento	Previsto para 1962
Cuiabá	5	1
Várzea Grande	-	1
Poconé	1	-
Cáceres	2	-
Corumbá	3	-
Ladário	-	1
Poxoréu	1	-
Rondonópolis	1	1
Alto Araguaia	1	-
Guiratinga	1	-
Barra do Bugres	-	1
Alto Paraguai	-	1
Rosário Oeste	-	1
TOTAL	15	7

Fonte: Memorando nº 041/61 – MEC, Reunião de Governadores que aconteceu em Cuiabá em 1961 (MATO GROSSO, C.E. 1960).

Existe, em anexo ao memorando 041/61 – MEC o mapa das inspetorias, figura 7, localização dos municípios em relação as sedes das inspetorias, demonstrando que a Inspetoria de Campo Grande possuía uma abrangência muito maior, no quesito de número de municípios.

Figura 7 – Inspetorias Seccionais do Ensino Secundário para Cuiabá e Campo Grande.



Fonte: Memorando nº 041/61 – MEC, Reunião de Governadores que aconteceu em Cuiabá em 1961. (MATO GROSSO, C.E. 1960).

Observando os números do quadro 3 e o mapa da figura 7, verifico uma atividade muito maior da Inspetoria Seccional do Ensino Secundário de Campo Grande demonstrando o crescimento desse nível de ensino no sul do Estado.

A década de 1950 foi marcante para o desenvolvimento do ensino secundário em Mato Grosso, com um processo de implantação de vários Ginásios. No decorrer dessa década, mas principalmente no final, se intensificaram os investimentos por parte do governo estadual para a instalação de novas unidades públicas, o governo federal também contribuiu para essa expansão por meio do INEP. Esses investimentos foram direcionados

à construção de novos prédios, a instalações de estabelecimentos em várias cidades e à instalação do científico em algumas dos ginásios existentes.

1.2.1 Instituições públicas em Mato Grosso

Conforme Oliveira (2014), em 1848, em Mato Grosso foi criado oficialmente o Lyceu Cuyabano¹⁵, consolidado legalmente em 1850, mas até 1880 não havia sido realmente implantado.

Brito (2001) destacou que o estabelecimento público mais antigo de Mato Grosso, o Liceu Cuiabano, foi instalado em 1880 e permaneceu por décadas como a única instituição de ensino secundário público do estado, situação que se modificou somente em 1937, com a encampação do Ginásio Municipal Maria Leite em Corumbá.

Como o Liceu Cuiabano foi a instituição de referência do ensino secundário em Mato Grosso, é conveniente verificar as modificações das finalidades dessa instituição constantes em seus Regulamentos, apresentadas no quadro 4.

Quadro 4 – Finalidades do Liceu Cuiabano conforme seus regulamentos.

1880	Preparar para o ingresso nas academias do Império
1896	Preparar com cultura intelectual para desempenhar qualquer profissão, inclusive a de funcionário público
1903	Formar o cidadão e preparar para o ensino superior
1912	Proporcionar cultura geral de caráter prático e aplicável a vida
1916	Ministrar sólida instrução formal para desenvolver o cidadão e passar no rigoroso exame de admissão de qualquer academia
1920	Ministrar sólida instrução para prestar exames em qualquer curso superior da República

Fonte: Elaborada pela autora, baseada nos estudos de Oliveira (2014).

De acordo com Oliveira (2014), após o Regulamento de 1916, em conformidade com o Decreto Federal de 1915, as finalidades do ensino secundário constantes nos futuros regulamentos, federais e estaduais, tinham como características principais: ministrar sólida instrução geral e formar cidadãos.

Segundo Brito (2001), o regulamento do Liceu Cuiabano foi modificado em 1935, devido às reformulações propostas na Reforma Francisco Campos. Em 1938, as diretrizes para o Liceu Cuiabano foram estendidas para as outras escolas públicas de ensino

¹⁵ De acordo com Oliveira (2014) essa era a grafia original da instituição.

secundário. Em 1942, os nomes das instituições mato-grossenses desse nível de ensino passaram de liceu para colégio e em 1943 passaram a ser chamados de colégios estaduais.

Quanto à equiparação do Liceu Cuiabano ao Ginásio Nacional – Colégio Pedro II –, a autora destacou que a mesma ocorreu em 1905; mas foi perdida em 1917, e, que, apesar de não estarem claras as causas da perda de equiparação na mensagem do Presidente do Estado D. Aquino Corrêa à Assembleia Legislativa, o mesmo constatou que questões políticas prejudicaram a educação do Estado. Em 1920 o Liceu foi novamente equiparado.

Oliveira (2014) destacou o alto número de reprovações do Liceu Cuiabano; em 1911, ano em que as reprovações, de 49 alunos, superaram as aprovações, de 33 alunos. O Presidente do Estado, Pedro Celestino, atribuiu três motivos para essas reprovações: os professores interinos, a falta dos professores e a pouca fiscalização. Segundo a autora, o Regulamento de 1916, apresentava as finalidades do Liceu Cuiabano enquanto instituição de ensino secundário, que deveria habilitar seus alunos a desempenhar seus deveres de cidadãos e capacitá-los a prestar exame de admissão em qualquer academia. A autora constatou que, no final da década de 1920 o Liceu Cuiabano ainda apresentava baixo índice de aprovações. Em relatório, o diretor da instituição, Isác Póvoas comentou que, entre 1926 e 1929, o Liceu formou 10 bacharéis.

Brito (2001) pontuava que o Ginásio Maria Leite, localizado em Corumbá, foi encampado pelo governo em 1937. Pessanha e Silva (2006) destacaram a instalação, em 1939, do Liceu Campo-Grandense, o primeiro ginásio público de Campo Grande, por influência política da Professora Maria Constança Barros. Seu nome foi alterado para Ginásio Estadual Campograndense, posteriormente para Colégio Estadual Campo-Grandense, para finalmente receber o nome de sua fundadora. Quanto à sua primeira localização, Pessanha e Arruda (2008) afirmam que funcionou anexo ao Grupo Escolar Joaquim Murinho, na Rua Afonso Pena; em 1954, foi transferido para local próprio, projetado de Oscar Niemeyer. Aliás, Pessanha e Silva (2013, p. 1030) destacaram, na década de 1950, duas inovações que afetaram “profundamente a configuração de alunos e professores: a criação do segundo ciclo do curso secundário (científico) e a mudança para a sede própria, um edifício projetado por Oscar Niemeyer que se tornou um marco na arquitetura da cidade.”. O projeto de Niemeyer será apresentado no capítulo II.

O Ginásio Bela Vista, filiado a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, secção Mato Grosso foi encampado, sem ônus, pelo governo pela Lei nº 416 de 14 de

setembro de 1951 (MATO GROSSO, D.O. 8 nov. 1951); assunto que será aprofundado no capítulo III.

Pela Lei nº 427 de 2 de outubro de 1951 (MATO GROSSO, D.O. 5 out. 1951), o Estado criou ginásios nas cidades de Poxoréu, Rosário do Oeste, Guiratinga, Dourados e Paranaíba, e estipulou que eles adotariam o programa dos cursos secundários do país. A referida lei nomeou os estabelecimentos da seguinte maneira: de Poxoréu, Ginásio “Sete de Setembro”; de Rosário Oeste, “Cel. Artur Borges”; de Dourados “Presidente Vargas”; de Paranaíba “Wladislau Gracia Gomes”.

A Lei nº 1.246 de 24 de agosto de 1959 (MATO GROSSO, D.O. 27 ago. 1959) criou um Ginásio na cidade de Maracaju e estabeleceu os seguintes cargos: 1 de Diretor, 1 de Secretário e 15 de professor, aumentados nas respectivas carreiras, 1 de Escriurário, 1 Inspetor de Alunos, 1 Preparador de Gabinete e 1 de Porteiro.

Pela Lei nº 1.510 de 14 de julho de 1961 (MATO GROSSO, D.O. 26 jul. 1961) foram criados três Ginásios Estaduais: Alto Paraguai, Rondonópolis e Jardim e criados os seguintes cargos: 3 de Diretor, 3 de Secretário e 45 de professor, aumentados nas respectivas carreiras, 3 de Escriurário, 3 de Inspetor de Alunos, 3 de Porteiro, 3 de Contínuo.

A Lei nº 1.607 de 20 de outubro de 1961 (MATO GROSSO, C.E. 1961), autorizou o poder executivo a criar um Ginásio em Rio Brillhante, mas a informação mais importante sobre essa criação está no Art. 2 que estabeleceu o seu funcionamento no prédio do grupo escolar local, desde que fossem respeitados os horários do curso primário.

No início da década de 1960, o poder público estadual além de criar vários estabelecimentos também encampou várias instituições de ensino secundário da região estudada: Lei nº 1.384 de 2 de julho de 1960 (MATO GROSSO, D.O. 13 jul. 1960), autorizava a encampar o Ginásio Dom Aquino Corrêa, de Amambai; Decreto Legislativo nº 379 de 28 de outubro de 1960 (MATO GROSSO, D.O. 8 nov. 1960), autorizava a encampar o Ginásio Rui Barbosa¹⁶, de Porto Murtinho e o Decreto nº 2 de 7 de fevereiro de 1961 (MATO GROSSO, D.O. 9 fev. 1961) encampa o mesmo ginásio; Decreto nº 136 de 17 de junho de 1961 (MATO GROSSO, D.O. 20 jun. 1961) encampava o Ginásio “São Francisco de Assis”, pertencente à Sociedade educadora de Ponta Porã.

¹⁶ A grafia do nome desse ginásio varia nos documentos citados: no Decreto Legislativo nº 379 de 28 de outubro de 1960 (MATO GROSSO, D.O. 9.fev. 1961) está escrito Ginásio Rui Barbosa, já no Decreto nº 2 de 7 de fevereiro de 1961 está escrito Ginásio Ruy Barbosa.

Também foi encontrado o ofício nº 87 de 18 de janeiro de 1960 (MATO GROSSO, C.E. 1960), que descrevia a distribuição de créditos do ensino secundário do orçamento vigente:

- I - Colégio Estadual Campograndense de Campo Grande (total de Cr\$ 322.700,00);
- II - Colégio Estadual “Maria Leite” de Corumbá (total de Cr\$ 62.700,00);
- III - Ginásio Estadual “2 de Julho” de Três Lagoas (total de Cr\$ 36.700,00);
- IV - Ginásio Estadual de Bela Vista (total de Cr\$ 42.700,00);
- V - Ginásio Estadual “11 de Março” de Cáceres (total de Cr\$ 138.700,00);
- VI - Ginásio Estadual “Estevão de Mendonça” de Guiratinga (total de Cr\$ 67.200,00);
- VII - Ginásio Estadual “Candido Mariano” de Aquidauana (total de Cr\$ 401.700,00);
- VIII - Ginásio Estadual “Wladislau Garcia Gomes” de Paranaíba (total de Cr\$ 26.200,00)
- IX - Ginásio Estadual “Presidente Vargas” de Dourados (total de Cr\$ 37.700,00);
- X - Ginásio Estadual “Bel. Ribeiro de Arruda” de Poconé (total de Cr\$ 29.200,00);
- XI - Ginásio Estadual “7 de Setembro” de Poxoréu (total de Cr\$ 29.200,00).

Dessa distribuição de verbas, destaco que alguns estabelecimentos receberam mais dinheiro em função de seu aparelhamento (equipamentos, móveis, máquinas, utensílios, laboratórios e bibliotecas) como o caso Ginásio Estadual “11 de Março” de Cáceres e o Ginásio Estadual “Candido Mariano” de Aquidauana (total de Cr\$ 401.700,00).

O Estado investiu não só na implantação de ginásios estaduais mas também auxiliou as instituições privadas, tanto na sua implantação como também na sua manutenção para tentar sanar o déficit existente no setor, como apresentado no próximo item.

1.2.2 Instituições privadas em Mato Grosso

Sá e Siqueira (2006) afirmaram que a primeira instituição de ensino secundário de Mato Grosso foi criada pela Igreja Católica, o Seminário Episcopal da Conceição. A construção do prédio do seminário contou com o apoio financeiro do governo imperial, com repasses de verbas anuais, e também com os esforços e influências da elite política

da província. Segundo Lopes (2006,), o Bispo de Cuiabá, José Antonio dos Reis, benzeu a pedra fundamental da construção do Seminário da Conceição em 1858, o sistema de funcionamento desse seminário era misto, pois integrava alunos seminaristas e não seminaristas. Como instituição secundária, foi a única no estado até 1880, data da instalação do Liceu Cuiabano.

Segundo Oliveira (2014), a parceria educacional entre a iniciativa privada e o estado de Mato Grosso foi consolidada com a chegada dos Salesianos a Cuiabá, em 1894, ano em que começaram a ministrar aulas do ensino elementar e um curso com aulas de ensino secundário para sete alunos meio-internos e internos, na Paróquia São Gonçalo, onde seria instalado no ano seguinte, o Liceu de Artes e Ofícios São Gonçalo. Quatro anos mais tarde, abriram um curso profissional com oficinas de alfaiataria, ferraria, carpintaria e curtimento de couro. [...] Ao lado da missão técnica de educação, na capital, os Salesianos mantinham o curso secundário. (OLIVEIRA, 2014, p. 94-95).

Demonstrando a hegemonia católica no campo educacional mato-grossense, Oliveira (2014) apresentou a fundação do Colégio Salesiano Santa Teresa em Corumbá, em 1899 e do Colégio Imaculada Conceição, também em Corumbá, em 1904, pelas irmãs Filhas de Maria Auxiliadora. Brites (2014) complementou que a falta de instituições secundárias no sul de Mato Grosso começou a ser suprida por iniciativa privada, com a implantação, em 1918, da Sociedade de Instrução Corumbaense, sob a orientação da professora Maria Leite Pedroso de Barros, que iniciou aulas avulsas de secundário; essa instituição foi transformada em 1928, com a criação do Ginásio Maria Leite. Também por iniciativa privada, foi criado por Arlindo de Andrade Gomes, o Instituto Pestalozzi, em 1917, na cidade de Aquidauana, para fornecer instrução elementar, mas quando foi transferido para Campo Grande passou a oferecer cursos de educação secundária, preparatórios e profissionalizantes mantidos pela municipalidade. Até a metade da década de 1920, a educação secundária era mantida, em Mato Grosso, principalmente, por instituições privadas, entre as quais merecem destaque: o Liceu Salesiano “São Gonçalo” e Colégio “Mato Grosso”, na capital; o Ginásio Corumbaense e o Colégio “Santa Teresa”, em Corumbá; o Instituto Mirandense, em Miranda; e o Instituto Pestalozzi, em Campo Grande.

Foi encontrado no Arquivo Público de Mato Grosso, o Processo 485 (MATO GROSSO, 1944) de abril de 1944, no qual o Sr. José Maria Castanho, professor particular em Miranda, pediu autorização para o funcionamento de um Colégio denominado “S. José”, encaminhando toda a documentação com exceção das fotografias e plantas do

prédio, enfim tudo que demonstrasse a situação do local onde se realizariam as aulas. O Diretor Geral da Instrução Pública Antonio Corrêa da Silva Pereira respondeu que, como se tratava de pessoa bastante conhecida e de responsabilidade, “o deferimento do seu pedido, independente do documento que falta, está em condições de mérito. Registrada, encaminhe-se à Secretaria Geral do Estado”; este fato apontou indícios de que as instalações não tinham muita importância na década de 1940 no Estado de Mato Grosso.

No final da década de 1940, como dito anteriormente, a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos – CNEG chegou a Mato Grosso e instituiu vários ginásios gratuitos na região. Em meio a expansão nacional, já mencionada anteriormente, Astofe (2019) destacou a atuação dessa entidade no Estado. Conforme a autora, a CNEG se instalou em Mato Grosso, em 1949, no seu período de expansão, incentivada pelo poder público por meio de doações e subvenções, para suprir a falta de escolas secundárias.

Astofe (2019) afirmou que, para a instalação da CNEG em Mato Grosso, Felipe Tiago Gomes procurou pessoas ligadas à educação e contou com a parceria da professora Oliva Enciso para sua instalação na cidade de Campo Grande. Segundo a autora, o jornal “A Noite” afirmou que a campanha foi organizada em poucos dias em Mato Grosso no ano de 1950, pois contou com a colaboração da Sociedade Miguel Couto dos Amigos do Estudante, sendo fundado em Campo Grande, em 12 de novembro, o primeiro curso de admissão para o Ginásio Barão do Rio Branco. Esse mesmo jornal divulgou a criação do Ginásio Bela Vista, na cidade de mesmo nome, destacando que foi um evento de destaque na cidade, e que na primeira semana de inscrição para os exames de admissão, já havia mais de 100 alunos.

Enciso (2003, p. 132) destacou a dificuldade dos primeiros anos do Ginásio Barão do Rio Branco, que primeiramente foi instalado junto a uma “escolinha particular” de Ana Luisa Prado Bastos, depois foi transferido para a escola de Simpliciana Corrêa, e ainda para o Grupo Escolar Joaquim Murtinho, até se fixar em sede própria na Avenida Afonso Pena. A primeira diretora do ginásio foi Maria Constança Barros Machado, que repartia seu tempo entre a direção do Colégio Estadual Campograndense, da Escola Normal do Estado e do Ginásio Barão do Rio Branco.

O agente fundador da CNEG em Bela Vista foi o Deputado Rubem Alberto Abbot de Castro Pinto que em conjunto com seu irmão o Deputado Estadual da UDN, Júlio Mário elaboraram um projeto de lei que concedia uma subvenção anual de Cr\$ 100.000,00 ao ginásio.

Os ginásios da CNEG em Mato Grosso foram criados com o auxílio de políticos da UDN, pois Oliva Enciso, que implantou a campanha no estado foi vereadora e deputada federal por esse partido, Rubem Alberto A. C. Pinto (Bela Vista) foi Deputado Estadual, também pela UDN e Edson Britto Garcia (Porto Murtinho) foi deputado estadual e federal por esse partido, demonstrando que a campanha se utilizava de políticos para o seu desenvolvimento e, em contrapartida, os políticos se utilizavam da campanha para promoção. Astofe (2019, p. 102) afirmou que a CNEG se constituía “como um braço do Estado no que tange à oferta da educação”, se adaptando ao discurso assistencialista para angariar recursos, existem indícios que apontam para a utilização da educação como meio de divulgação política, assunto que merece um estudo mais aprofundado.

Para Astofe (2019), o ginásio Guia Lopes, foi fundado em 1959, na cidade de Guia Lopes da Laguna, por influência da professora Salomé de Melo Rocha, do Sr. Adair Carneiro e do Dr. Reinaldo de Arruda. A escola foi denominada “Grupo Escolar Visconde de Taunay” e foi mantida pela Seção Estadual da Campanha de Educandários Gratuitos, levando a conclusão de que o Ginásio Guia Lopes funcionava nas instalações do grupo escolar. A escola enfrentou problemas financeiros, segundo a autora, como o enfrentado pelas demais instituições da CNEG. Já o Ginásio Rui Barbosa, fundado em Porto Murtinho, em 1960, teve a “ação patriótica do ex-Deputado Estadual e ex-Deputado Federal Dr. EDSON BRITTO GARCIA [...]”. (ENCISO 2003, p.135).

Astofe (2019) pontuou que, em discurso à Assembleia Legislativa em 1959, Oliva Enciso declarou que a campanha recebeu do Ministério da Educação e Cultura 55 milhões de cruzeiros para os seus 257 estabelecimentos. A autora identificou, por meio de jornais, diários oficiais da união e ementários de leis, o recebimento de 17 auxílios em dinheiros para a CNEG em Mato Grosso, dos quais 16 eram para Ginásio Barão do Rio Branco e um para o Ginásio Bela Vista. Também identificou que nos primeiros dois anos do funcionamento da Campanha não houve apoio financeiro pelo poder público. A autora listou os ginásios fundados pela CNEG em Mato Grosso: Ginásio Barão do Rio Branco, Ginásio Bela Vista, Ginásio Guia Lopes, Ginásio Dom Aquino Corrêa, Ginásio Ruy Barbosa, Ginásio Industrial 13 de Junho e Ginásio Agrícola de Rio Verde, todos fundados entre os anos de 1949 a 1963.

Não foi somente a CNEG que contou com uma parceria entre público e privado para o auxílio na implantação e manutenção dos estabelecimentos privados de ensino secundário na região do antigo Território Federal de Ponta Porã. Foram encontrados no

Arquivo de Mato Grosso os seguintes atos para o fornecimento de verbas às instituições privadas do recorte espacial:

- Lei nº 170 de 10 de outubro de 1951 (MATO GROSSO, D.O. 13.out. 1951) que autorizava o executivo a auxiliar o Ginásio São Francisco de Assis em Cr\$ 100.000,00, da cidade de Ponta Porã que seria usada uma parte na construção de prédio próprio e a outra para ampliação do laboratório de Ciências Físicas e Naturais.
- Lei nº 201, de 27 de outubro de 1951. (MATO GROSSO, D.O. 31 out. 1951), autorizava o Executivo a auxiliar os estabelecimentos de ensino. Ficava o Poder Executivo autorizado a conceder auxílios anuais de: Cr\$ 36.000.000,00 ao “Colégio Dom Bosco”, ao Ginásio “Oswaldo Cruz”, de Campo Grande e ao “Liceu de Artes e Ofícios São Gonçalo”, de Cuiabá e de Cr\$ 6.000,00 anuais ao “Colégio Sant`Ana”, de Paranaíba; escola primária Professora Matilde dos Anjos, de Cuiabá, pagos em duodécimos.
- Lei nº 537 de 29 de outubro de 1952 (MATO GROSSO, D.O. 5 nov. 1952) estabelecia subvenção de Cr\$ 100.000,00 ao Ginásio Bela Vista, filiado a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos [...] e um auxílio de Cr\$ 60.000,00 ao Ginásio Brasil desta Capital para a sua instalação e aquisição de materiais e moveis escolares.
- Lei nº 590 de 05 de outubro de 1953 (MATO GROSSO, D.O. 7 out. 1953) concedia auxílio à Sociedade Instrutiva de Ponta Porã Ltda, mantenedora do Ginásio São Francisco de Assis, no valor de Cr\$ 40.000,00.
- Nota de empenho de 06 de novembro de 1957 em favor do Ginásio Oswaldo Cruz, da cidade de Dourados referente ao auxílio de Cr\$ 50.000,00(MATO GROSSO, C.E. 1957a).
- Nota de empenho de 22 de novembro de 1957 para o Colégio de N. S. Das Graças das Irmãs Franciscanas de Porto Murtinho, referente ao auxílio de Cr\$20.000,00 (MATO GROSSO, C.E. 1957b).
- Nota de empenho de 02 de dezembro de 1957 para a Sociedade Educadora de Ponta Porã, mantenedora do Ginásio São Francisco de Assis referente ao auxílio de Cr\$ 50.000,00. (MATO GROSSO, C.E. 1957d).

- Nota de empenho de 04 de dezembro de 1957 para a Sociedade Educadora de Ponta Porã, mantenedora do Ginásio São Francisco de Assis referente ao auxílio de Cr\$ 30.000,00. (MATO GROSSO, C.E. 1957e).
- Lei nº 1.463 de 12 de novembro de 1960 (MATO GROSSO, D.O. 16 nov. 1960) abria crédito especial ao Ginásio Oswaldo Cruz, de Dourados de Cr\$ 150.000,00 destinado a auxiliar na aquisição de um conjunto para o fornecimento regular de luz e energia elétrica, durante o funcionamento do curso noturno
- Informação nº 262 do Processo nº 220/1135 (MATO GROSSO, C.E. 1961), recebida em 28 de março de 1961 na qual Constantino do Monte (Pe.) Diretor do Ginásio Estadual de Maracaju, requereu uma verba orçamentária de Cr\$ 150.000,00 para a instalação do referido ginásio para compra de máquina de escrever, moveis, carteiras, papéis etc. Em resposta, a informação declarou que foi remetida ao Ginásio, em 16 de março, o valor de Cr\$ 41.740,00 para suprir suas necessidades; quanto aos Cr\$ 150.000,00 se tornaria necessário a criação de uma verba especial, deixando a decisão da criação da verba para uma autoridade superior.
- Lei nº 1.650 de 9 de novembro de 1961 (MATO GROSSO, D.O. 6 dez. 1961) concedia uma subvenção ordinária anual de Cr\$ 180.000,00 ao Ginásio Oswaldo Cruz da cidade de Dourados, paga em duodécimos, a partir de 1962.

O que se pode observar é que a década de 1950 foi muito importante para a expansão do ensino secundário no mundo, pelas ações dos organismos internacionais, como a OEA e a UNESCO, e como um período de consolidação do ensino secundário no Brasil, cuja estruturação em âmbito nacional foi iniciada com as reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema, nas décadas de 1930 e 1940. Na região, composta pelos municípios que fizeram parte do Território Federal de Ponta Porã, não posso dizer que houve expansão e sim a implantação desse nível de ensino, pois em 1950 se tem notícia da criação do Ginásio Bela Vista, implantado pela CNEG. Vale ressaltar que existem indícios de que anteriormente existiam algumas classes isoladas ministradas por particulares, como é o caso apontado em Josgrilbert (2015), encontrado em 1920:

Collegio Antonio João

Graças á iniciativa louvabilissima do dr. Emygdio de Sá, vae ser creada uma casa de educação nesta cidade.

Nenhum emprehendimento se nos afigura mais vantajoso que a fundação do Collegio Antonio João no qual a moc dade deste Municipio

encontrará quem lhe ministre ensinamentos dos cursos primario e secundario, por preços modicos e offerecendo facilidades inestimaveis. O programma que nos foi dado ler é de molde a merecer a attenção de todos, e muito se espera da competencia do seu director que conta, alem do mais, com o concurss de auxiliares de grande valimento para a consecução do seu nobre desideratum. (JORNAL O PROGRESSO, 26 dez. 1920, p. 2).

Não se teve mais notícias sobre esse colégio, principalmente por quanto tempo funcionou em Ponta Porã. Também existe, como já mencionado no Arquivo Público de Mato Grosso, no Processo 485 de 1944 (MATO GROSSO, 1944), requerimento do Sr. José Maria Castanho, professor particular em Miranda, pedindo autorização para o funcionamento de um colégio denominado “S. José”.

A atuação da Diretoria do Ensino Secundário foi bastante contundente, no sentido de tentar padronizar as ações para o secundário, com a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário, chegando ao detalhamento do material a ser utilizados nas construções. A tentativa pode ter sido válida, mas na realidade ainda contava com professores despreparados e espaços escolares inadequados.

A vinda da CNEG para o Mato Grosso teve papel de destaque para o aumento no número de estabelecimentos de ensino secundário na região deste estudo, afinal, das 7 instituições implantadas, 3 contavam com o aval da campanha.

De acordo com a bibliografia e os documentos consultados, foram encontradas 15 instituições de ensino secundário, de acordo com o quadro 5.

Quadro 5 – Instituições de ensino secundário na região do antigo Território Federal de Ponta Porã.

Instituição	Local	Data	Fonte
Colégio “S. José”	Miranda	1944	MATO GROSSO, APMT, 63 IP-003-067
Ginásio Bela Vista	Bela Vista	1950	Astofe (2019)
Ginásio São Francisco	Ponta Porã	1951	Documento de verificação prévia de dez. 1956; encontrado na Escola Estadual Adê Marques de Ponta Porã
Ginásio Oswaldo Cruz	Dourados	1954	Moreira e Rodrigues (2017).
Ginásio Estadual Getúlio Vargas	Dourados	Criado em 1951, Funcionamento em 1958	MATO GROSSO, APMT, D.O. 5 out. 1951 Marques (2014)
Colégio de N. S. Das Graças das Irmãs	Porto Murtinho	Não tenho informação da data de	MATO GROSSO, APMT, C.E. 1957c

Franciscanas de Porto Murinho		criação, mas existe uma nota de auxílio financeiro do governo estadual em 1957	
Ginásio Guia Lopes	Guia Lopes da Laguna	1959	Astofe (2019)
Ginásio e Escola Paroquial N. S. do Carmo	Miranda	Sem informação da data de criação	MATO GROSSO, APMT, C.E. 1959
Ginásio Estadual de Maracaju	Maracaju	1959	MATO GROSSO, APMT, D.O. 27 ago. 1959
Ginásio Ruy Barbosa	Porto Murinho	1960	Astofe (2019)
Ginásio Dom Aquino Corrêa	Amambai	Não se tem a data de criação, encampado em 1960	MATO GROSSO, APMT, D.O. 13 jul. 1960
Ginásio Paroquial “São José”,	Ponta Porã	1959	Diocese de Dourados ¹⁷
		1961	Silva, A.N. (2008)
Colégio Santo Afonso	Bela Vista	Não se tem a data de criação mas existem duas remoções de professoras em 1961.	MATO GROSSO, APMT, 63 SECS-003-595 Registro de atos e portarias 1961. Portarias 1305 e 1306
Instituto Educacional de Dourados (vinculado ao Imaculada Conceição)	Dourados	1961	Amaro (2018)
Ginásio	Rio Brillante	1961	MATO GROSSO, APMT, D.O. 27 out. 1961
Ginásio	Jardim	1961	MATO GROSSO, APMT, D.O. 26 jul. 1961

Como o objetivo principal desta investigação é analisar a implantação do ensino secundário, a partir de seus espaços escolares na região do Território federal de Ponta Porã, o Capítulo II é dedicado aos espaços escolares, como estes integram a cultura escolar e como foram se constituindo historicamente.

¹⁷ Documento da Diocese de Dourados em comemoração aos 25 anos, 1957-1982.

CAPÍTULO II - OS ESPAÇOS ESCOLARES COMO INTEGRANTES DA CULTURA ESCOLAR

Por considerar que os edifícios que abrigaram os ginásios e os colégios são elementos integrantes da cultura material e um objeto pouco explorado na região do Território Federal de Ponta Porã, o objetivo deste capítulo é a compreensão dos espaços escolares como integrantes da cultura escolar e como foram configurados durante o processo histórico, no exterior, no Brasil e em Mato Grosso. Este texto foi estruturado com base na bibliografia recomendada por autores europeus que escrevem sobre cultura escolar¹⁸ como Escolano Benito, Viñao Frago, Justino Magalhães e Gabriela Ossenbach Sauter.

2.1 Os espaços escolares

*Cualquier actividad humana precisa un espacio y un tiempo determinados. Así sucede con la de enseñar y aprender, [...] la educación, posea una dimensión espacial y de aquí que, asimismo, el espacio sea, junto con el tiempo, un elemento básico, constitutivo, de la actividad educativa*¹⁹. (VIÑAO FRAGO, 1993-94, p. 17).

A escolha do espaço escolar como objeto, de acordo com Dórea (2013, p. 161), institui-se como “uma possibilidade de diálogo entre a Arquitetura e a Educação, ambas responsáveis pela organização e ocupação do espaço físico da escola, bem como com a sua utilização, além de tudo, como espaços educativos”. Essa possibilidade de diálogo entre Arquitetura e Educação foi, como dito na introdução deste trabalho, o que me impulsionou a trabalhar com o tema, afinal conjuga minhas duas formações; pois faço minhas as palavras do prólogo de Miguel Angel Santos Guerra, em Heras Montoya (1997)

¹⁸ Em seminários e discussões de que participei durante o estágio de doutorado sanduíche com bolsa do Programa PSDE da CAPES, no segundo semestre de 2018, no CEINCE sob a supervisão do Prof. Dr. Escolano Benito.

¹⁹ Qualquer atividade humana requer um espaço e tempo específicos. Isto é o que acontece com o ensinar e aprender, [...] a educação, possui uma dimensão espacial e, portanto, o espaço é, junto com o tempo, um elemento básico, constitutivo da atividade educativa.

“Nosotros construimos el espacio y éste nos configura a nosotros. Somos el resultado de aquellos espacios que habitamos.”²⁰

Burke (2011) afirma que os historiadores da educação sugeriram que a escola em geral e as salas de aula em particular podem ser vistas e interpretadas como sítios arqueológicos onde os objetos e traços da prática passada podem ser expostos através de atenção cuidadosa aos estratos de detritos que ficam sedimentados ao longo do tempo. Essa visão é compartilhada por Escolano Benito. Para Burke (2011), qualquer escola ou sala de aula, de acordo com esse ponto de vista, pode ser considerada como um local onde os encontros e antagonismos passados podem ser identificados, classificados, registrados e revelados por meio de objetos materiais organizados, substituídos, removidos ou construídos como características permanentes.

Vários historiadores, como Viñao Frago, Escolano Benito, consideram espaço e tempo dois componentes importantes da cultura escolar e também dois registros empíricos da memória, pois a lembrança é constituída a partir de um espaço e um tempo específicos, com objetivos e propósitos identificáveis. Como o tempo é intangível e o espaço é concreto, é o espaço que dá suporte à memória. “No es el tiempo lo que recordamos, sino los espacios que llevan dentro de sí, comprimido, el tiempo”. (VIÑAO FRAGO, 2016, p. 27).

De acordo com Viñao Frago (1995), o espaço, o tempo e a linguagem afetam o ser humano em todos os seus pensamentos e atividades de modo individual, grupal e em relação ao meio ambiente; esses três elementos conformam mentes e ações e, por consequência, conformam e são conformados pelas instituições educativas. A meu ver as mediações deveriam estar incluídas no hall de elementos conformadores das mentes e ações, uma vez que influenciam na maneira de agir e interagir; pois as ações mudam dependendo de pessoas com as quais nos relacionamos.

No que diz respeito à educação, Viñao Frago (2006 e 2012) afirma que, juntamente com a memória dos alunos, os professores e os objetos, podem se incluir a dos estabelecimentos e a das instituições de ensino. Cada centro de ensino, com o passar do tempo, constrói sua própria memória e, com ela, a daqueles que passam por suas salas de aula.

Para Escolano Benito (2017, p. 187), os prédios escolares estão impregnados de conteúdos e valores de memória e são “indutores de influências duradouras, nas

²⁰ Nós construímos o espaço e esse nos configura, nós somos o resultado dos espaços que habitamos. (Tradução Minha).

lembranças dos atores que viveram sob o abrigo de seus muros”. A arquitetura escolar exerce sobre os sujeitos que frequentaram esse espaço²¹, uma influência de grande poder de impregnação.

Segundo Rockwell (1995), é dentro dos espaços definidos pela construção das escolas, que professores e alunos são agrupados de acordo com determinadas categorias, esses agrupamentos influenciam o tipo de experiência escolar que terão. A estrutura da escola se comunica com os parâmetros de classificação da população, não necessariamente coincidindo com a capacidade de aprender.

Para Escolano Benito (2017, p. 202), desde o surgimento da escola graduada e obrigatória, a “cultura e seus esquemas de sociabilidade passaram a fazer parte de nossa memória individual e coletiva”, todos os componentes da cultura escolar (os componentes curriculares, as maneiras de administrar as relações intersubjetivas e os processos de ensino aprendizagem, os dispositivos das mediações com as quais se executa a ação educativa, os esquemas das estruturas institucionais, o comportamento dos atores envolvidos nos processos escolares) fazem parte de nossa memória social e individual. Segundo Escolano Benito (2000), a arquitetura (espaço) e o calendário escolar (tempo) definem o meio físico educativo e o curso da escola, são as duas coordenadas básicas que guiam as vidas do alunos, pois atribuir espaços e tempos à infância, ocupando as suas disponibilidades, é outorgar determinada ordem de cultura e sociabilidade a sua espontaneidade, é transformar a criança em aluno, transformação essa denominada por Faria Filho como metamorfose do sujeito escolar, pois:

Ao destituir a criança como sujeito no interior da escola e, no mesmo movimento, instituir o(a) aluno(a) como categoria básica do sistema de ensino, o que está ocorrendo como estamos vendo, não é apenas uma mudança de natureza semântica. Muito mais importante que isso, esse movimento denota força de uma das principais características da cultura escolar, qual seja, de buscar destituir de sentido e valor todos os outros processos de formação humana que se dão no interior das práticas populares não escolares. (FARIA FILHO, 2014, p. 189).

Faria Filho (2014, p. 191-192) ainda acrescenta que uma das finalidades da escola seria se apropriar “do corpo e em consequência, da própria identidade das crianças para recriá-los, através de exercícios físicos e mentais, para adequá-los a funções pré-

²¹ Durante as entrevistas para elaboração das plantas do Colégio São José, percebi que a arquitetura impacta algumas pessoas muito mais que outras, pois guardamos na memória o que mais nos impactou.

estabelecidas”. Enfim, condicionar a criança a padrões previamente estabelecidos para transformá-la no aluno “desejável”.

Os espaços e os tempos são construções culturais que formam parte das tradições corporativas que regulam os modos de relação dos atores que intervêm em um determinado âmbito. O tempo e o espaço, para Escolano Benito (2000), são elementos estruturantes da realidade escolar, mas são também os modos de organização pedagógica, os meios técnicos e os sistemas de disciplina e controle. Neles, tempo e espaço, se materializam as teorias e métodos de ensino que se articulam como formas de cultura escolar. Faria Filho *et al.* (2004) também reconhecem o espaço e tempo como princípios conformadores da cultura escolar.

Tanto Viñao Frago como Escolano Benito (2000) concordam que nem o espaço, nem o tempo são neutros no processo que se desenvolve dentro da escola, não meros esquemas formais; são na realidade uma forma de currículo oculto que constitui um sistema de valores, um conjunto de esquemas corporais e uma semiologia que envolve símbolos estéticos, culturais e ideológicos.

Justino Magalhães (2004, p. 35) afirma que a educação se concretiza num tempo, num espaço e numa ação, elementos que constituem uma instituição, “esta atitude instituinte da relação e do projeto educativo envolve a existência de estruturas que confirmam estabilidade às transformações em curso e a existência de instâncias de enquadramento, orientação e superação de eventuais resistências”.

Nem sempre as escolas contaram com um lugar especificamente projetado para elas. Aliás, o habitual era a instalação em locais não pensados como escola, mas que se adaptaram a esse fim. Muitas vezes, as escolas estavam vinculadas a outro tipo de poder – municipal ou religioso. Funari (2005, p. 142) acrescenta que, no caso das escolas, os discursos de poder estruturam a arquitetura escolar e a organização do espaço “ao materializarem-se nas estruturas físicas as relações sociais que existem no interior da sociedade”; fazendo com que a arquitetura se converta em uma ferramenta que “organiza, classifica, ordena e hierarquiza as pessoas em seu interior”.

Para analisar o espaço escolar é necessário recorrer a alguns conceitos. Pela orientação de Viñao Frago (1995), o espaço é uma construção social, o espaço físico é espaço apropriado (território) e espaço organizado e habitado (lugar). A ocupação do espaço e sua utilização constituem o lugar, o espaço se projeta ou se imagina, o lugar se constrói. O espaço fala por si e se comunica, por conseguinte, educa e mostra, a quem sabe lê-lo, o uso que o ser humano faz dele. O espaço escolar, enquanto lugar, de acordo

com Viñao Frago (2007, p. 29), socializa e educa, é parte do currículo escolar, e como parte desse currículo é um elemento ao mesmo tempo desejado (o espaço proposto, pensado), prescrito (o espaço legislado, programado), real (o espaço físico, objetivo) e vivido (o espaço psicológico, percebido ou subjetivo). Conforme Escolano Benito (1993-94), o espaço escolar é um tipo de discurso que institui em sua materialidade todo um sistema de valores.

Viñao Frago (2016), inspirado em Edward Hall e Dominique Picard, afirma que os espaços escolares, como dimensão oculta do currículo, atribuem significados aos sujeitos que regulam, guiam e socializam, da seguinte forma:

- por meio de hierarquias e precedências sociais – ordenação, posição ou posturas a adotar, tamanho do território ocupado, entre outros;
- pelo contato corporal – consigo mesmo, com os outros e com os objetos;
- pelas distâncias interpessoais – íntima, pessoal, social, pública;
- pelos espaços subjetivos percebidos – o próprio corpo, a área de extensão do mesmo por meio de gestos simples, a área apreendida com o olhar, o território designado em cada lugar e momento, a casa, o bairro, a cidade, a região, o espaço de nossos projetos futuros etc;
- pelos modos de interação e comunicação entre os seres humanos.

Conforme Escolano Benito (2000, p. 84), deve-se enxergar o espaço como uma construção cultural que expressa e reflete, além de sua materialidade, certos discursos. A escola-espaço é também uma mediadora cultural em relação à gênese e à formação dos primeiros esquemas comportamentais, ou seja, um elemento significativo do currículo, uma fonte de experiência e aprendizado. Ainda de acordo com Escolano Benito (1993-94), os espaços educativos, como lugares que abrigam a liturgia acadêmica, são dotados de significados e transmitem uma quantidade importante de estímulos, conteúdos e valorações do chamado currículo oculto, ao mesmo tempo em que impõem suas leis como organizações disciplinares. O prestígio da escola varia segundo o local onde está instalada, suas dimensões, seu estilo arquitetônico e sua limpeza; e este modelo vai influenciar, depois, na casa da criança, que buscará, no futuro, melhorar a qualidade de seu lar; pois respondem a padrões culturais e pedagógicos que a criança internaliza e aprende. Não é somente o espaço escolar, mas também a sua localização na malha urbana da cidade, que pode ser encarada como elemento curricular; a produção de um espaço escolar no tecido urbano pode gerar uma imagem de centro de excelência como, da

mesma forma, uma instituição marginal e excluída. Devo advertir, que na região estudada por esta pesquisa, essa localização nem sempre se vincula ao seu prestígio; algumas instituições de importância se instalaram em lugares distantes do centro da cidade pois receberam terrenos ou prédios doados, ou pelo governo ou por particulares, como é o caso do Instituto Educacional de Dourados (vinculado ao Imaculada Conceição).

Pode-se visualizar e analisar o espaço objetivo, conforme Viñao Frago (2007), ou uma representação ou reconstrução desse espaço, mas, para conhecer o espaço vivido, deve-se recorrer a outros tipos de fontes: histórias de vida, histórias escolares, narrativas ou desenhos, cadernos escolares, entre outras, e considerar que esse espaço que é chamado de vivido e que nos chegou de forma testemunhal é, em geral, um espaço reconstruído através da memória: o produto, enfim, de uma reelaboração mental apoiada na lembrança e, até mesmo, mediada para outras representações, por exemplo, aquelas oferecidas pelo espaço escolar por livros didáticos. Por isso, a referida reconstrução pode variar, para o mesmo espaço e tempo, de uma pessoa para outra.

Assim, para Burke e Grosvenor (2008), os desenhos dos edifícios escolares, tanto a fachada exterior como a ordenação interior dos espaços e mobiliário, estão numa relação simbiótica com as ideias sobre infância, educação e comunidade de uma determinada época.

Viñao Frago (2016) afirma que o espaço possui uma dialética interna que tem origem na interação entre:

- o interno e o externo - o espaço que delimita o que está dentro do que está fora: os limites e o contorno;
- o fechado e o aberto - o grau de porosidade ou permeabilidade visual, continuidades e discontinuidades;
- o visível, o transparente e o oculto - fundamental em termos de controle e vigilância;
- o pequeno e o grande - como medida ou proporção;
- curvo, angulado e retilíneo - como estético, com significado e em relação ao controle e vigilância;
- próprio, estrangeiro e comum - como um espaço ou território social e fonte de identidade;
- as ordens hierárquicas superiores ou inferiores - para cima, para baixo;
- o que está à frente e o que está por trás - o que precede, precede ou prepara e o que não é visível ou não está diretamente acessível;

- o próximo e o distante - a sensação de distância, o acessível e o remoto;
- o que fica de um lado ou de outro - esquerdo, direito, dianteiro;
- porosidade diáfana ou segmentada;
- análoga e diferente - comparação como um modo de compreensão e assimilação ou estranhamento e distinção.

A análise a que se propõe este trabalho não será aquela descrita por Viñao Frago como a do espaço vivido (de forma testemunhal) mas a que analisa essa dialética do próprio espaço e a relação dele com os outros espaços da cidade por meio de fotos, esquemas e plantas. Por conseguinte, é necessário verificar como alguns temas são tratados pelos pesquisadores, com foco nos seguintes pontos: localização, implantação, fachada, disposição e distribuição interna, e a sala de aula.

A escola enquanto lugar situado no espaço, segundo Viñao Frago (1993-94), possui uma determinada dimensão espacial e pode ser analisada por essa perspectiva; mas o espaço escolar também educa, desta forma possui uma dimensão educativa. O arquiteto é um educador, mas todo educador pode ser arquiteto, quando decide modificar as características do local, seja quando decide modificar a decoração ou quando decide reorganizar o mobiliário para determinada atividade. O que se deve ter em mente é que o espaço sempre educa. Para Escolano Benito(2000), a organização do espaço e a sua configuração como lugar, constituem um elemento significativo do currículo. Essa organização supõe uma certa distribuição e atribuição de funções e usos de alguns espaços também determinados; existem organizações do espaço, configurações adequadas ou não, segundo o modelo de organização educativa, o método de ensino e o clima institucional desejado, incluindo a imagem que se quer demonstrar. Outro ponto a se considerar é que todo espaço é um lugar percebido, levando-se em conta de que a percepção é um processo cultural, cheio de significados e representações.

Para analisar a dimensão espacial das instituições escolares, primeiramente se deve verificar, de acordo com Viñao Frago (1993-1994), a projeção espacial do edifício e as relações com o seu entorno, sua área de captação e influência. A extensão da área de captação depende do nível e do tipo de ensino oferecido, desde a educação para a infância até o nível universitário, do meio físico, das redes viárias ou de comunicação, do prestígio da instituição e da idade, sexo e nível econômico dos alunos. Depois de se observar a sua relação com outros espaços e lugares, passa-se para o lote ou território ocupado e a sua implantação – zonas edificadas e não edificadas – e pela distribuição interna – em nos usos desses espaços, observando as áreas de transição.

Conforme Viñao Frago (1993-94), a aceitação da necessidade de um espaço e um edifício próprios, especificamente projetado e construído para a escola foi o resultado da confluência de diversas forças ou tendências pedagógicas; algumas mais amplas, de ordem social, e outras mais específicas, de âmbito educativo. O edifício escolar devia ser configurado de modo próprio e definitivo, independentemente de qualquer outro, em um espaço também adequado. Isso implicaria no seu isolamento ou separação e também sua identificação arquitetônica como tal – com signos próprios; e, no fundo, repensar as relações entre o externo e o interno. O edifício escolar se destacaria dos demais edifícios públicos, civis ou religiosos, mas também da casa, local com que a escola conservaria uma relação ambígua, de proximidade ou rejeição.

Quanto aos espaços utilizados com fins educativos, existem instituições que foram instaladas em espaços projetados para ela e outras instaladas em prédios adaptados,

Numa e noutra dessas circunstâncias, não podem deixar de ser considerados aspectos como localização, projeção e plano arquitetônico, processo de licenciamento, enquadramento paisagístico e urbanístico e tipo de construção, organização de espaços, estado de conservação, adaptações arquitetônicas e espaciais. A implantação do edifício na paisagem física e humana, os acessos e formas de isolamento e/ou de relação refletem, condicionam ou estimulam a relação com a comunidade envolvente. (MAGALHÃES, 2004, p. 142).

A localização da escola, agora como instituição “desvinculada” de outro poder na malha urbana é um fator que deve ser analisado com atenção. A localização da escola, conforme Escolano Benito (1993-94) é uma variável decisiva do programa cultural e pedagógico que comportam o espaço e a arquitetura escolar. O discurso urbano, em Escolano Benito (2000), se inter-relaciona de forma construtiva com seus cidadãos e contextualiza a arquitetura das escolas e a sua função educativa; o urbanismo e a arquitetura oferecem assim uma completa cobertura ao serviço de finalidades da educação, passando a formar parte do programa pedagógico.

Tanto para Viñao Frago como para Escolano Benito, além da arquitetura da escola, dos elementos que condicionam as finalidades da educação e dos elementos que integram o programa pedagógico da instituição, a sua localização também deve ser analisada, pois o entorno também é uma condicionante do currículo. Felgueiras (2007, p. 38) ainda complementa que a “própria localização do edifício no tecido urbano revela a importância que socialmente lhe é atribuída ou o seu estatuto marginal, quando relegado a periferia”.

A localização de um edifício escolar, para Viñao Frago (2016), não é produto do acaso, mas o resultado - consciente ou não, planejado ou deixado para o livre jogo das forças sociais que o determinam - de um processo específico de construção social desse tipo de espaço.

Aliás, segundo a orientação de Viñao Frago (1993-94), a localização da escola começa a ser pensada a partir de dois fatos: a necessidade de possuir um edifício próprio e projetado para tal fim e o crescimento das cidades, com a tentativa de regulação do espaço urbano. O primeiro fator urbanístico a ser considerado devia ser a higiene (lugar seco, bem arejado e iluminado, de preferência com luz natural); outro fator seria o moral, longe de tabernas, cemitério, quartéis, estábulos, locais de shows, fossas e esgotos, prisões, arenas de touros (lembrando que Viñao é espanhol), casas de jogos, bordéis. O terceiro ponto deveria levar em conta a segurança dos alunos. Conforme a escola graduada foi ganhando força, outros critérios foram sendo acrescentados.

A fachada e a entrada principal constituem a imagem que se deseja transmitir ao público em geral. É por meio dela que se transmite a mensagem que a instituição quer passar para a comunidade, pode se dizer que ela é o “rosto” da escola. Fachadas monumentais simbolizam o *status* de uma instituição conceituada e digna de respeito, mas podem afastar os menos favorecidos por gerar um grande distanciamento do seu lugar de origem.

Escolano Benito (2000) afirma que a arquitetura desempenha um papel simbólico na vida social, e o prédio da escola se distingue como uma construção especializada, caracterizada pela chamada arquitetura institucional, impregnado de uma força semântica, por meio dos signos e símbolos que emprega. A função pragmática da arquitetura adquire assim uma dimensão semântica, tornando-se um ponto de referência para todo um modo de vida e de civilização.

Viñao Frago (1993-94) afirma que a arquitetura escolar normalmente combinou o fechado com a ostentação de um edifício sólido, no qual as paredes constituíam o limite com o exterior ou que foi separado dela por uma área mais ou menos ampla do campo da escola e um muro ou portão que marcava os limites do espaço. O autor comenta a possibilidade de tipologias:

- grande edifício no meio urbano, com a fachada direta na rua e pátios internos fechados e invisíveis do exterior; fachadas imponentes, majestosas e sólidas, estruturas simétricas com grandes alas retilíneas;
- edifícios majestosos e sólidos, separados do exterior por muros ou portões;

- edifícios com fachadas na rua, de dimensões e arquitetura mais modestas, mas acessíveis por uma rua perpendicular que permitiam a sua visão total;
- edifícios acessados por um pátio interior no qual se entra por uma zona de transição, no caso de pórticos que marcam os limites com o exterior;
- edifícios em que alguma das fachadas pode dar ou não diretamente ao exterior, mas que se acessa por uma zona ajardinada e que dispõe de ambos os lados, de asas que acolhem e cercam aqueles que tentam penetrá-los.

Segundo Viñao Frago (2016), a dialética dentro-fora e aberto-fechado não termina na tipologia utilizada mas também nas relações entre os diferentes espaços construídos. Reavaliação, distribuição e uso de espaços não construídos levantam a questão de sua interação ou relação com os construídos, assim como com o exterior. Quando existem vários blocos de construções dentro de um mesmo terreno também deve-se observar as possíveis interações entre eles.

Outra forma de análise possível dos espaços escolares seria encará-los como objetos sociais, para tanto, de acordo com Markus (*apud* VIÑAO FRAGO, 2005, p. 44)., seria necessário verificar três aspectos básicos: “sua forma ou estrutura morfológica; sua função e as atividades que neles se realizam; e sua organização espacial ou relação dos espaços entre si no seio de uma determinada estrutura arquitetônica”. O espaço escolar possui uma lógica social derivada da sua condição de lugar e de território “ocupado, demarcado, desenhado, construído e utilizado para uma finalidade ou função determinada.” A análise dos três aspectos propostos por Markus teria por objetivo apresentar como “essa morfologia e essa organização refletem ideias ou concepções determinadas sobre a natureza, a importância e o papel das funções ou usos atribuídos a cada espaço concreto”.

Quanto ao prédio deve-se observar também: a implantação, as dimensões, a forma, custo dos materiais utilizados, os elementos simbólicos e os referenciais incorporados ou percebidos.

Para Viñao Frago (1993-94), a distribuição interna permite reconhecer o valor ou papel atribuído aos espaços de convivência, da direção, da casa do professor, do ginásio, da biblioteca, da capela, entre outros. Primeiro por sua existência, depois por sua localização dentro do prédio, a disposição de todos os elementos revela a sua importância dentro do conjunto. A distribuição interna dos espaços, usos e funções requer uma análise geral e também permite uma análise específica de cada um de seus componentes; como tendência geral pode-se perceber a fragmentação e diferenciação – um espaço para cada

atividade –, o incremento dos espaços exigidos e a crescente regulamentação da arquitetura – de acordo com tipos, critérios e módulos estabelecidos. Segundo Viñao Frago (2006, p. 19), a “inexistência indicaria, em cada caso, a consideração de tal tarefa como não necessária ou a escassa importância a ela destinada. Sua existência, sensu contrário, seria um bom indicador da sua relevância”.

Souza, R. F. (1999, p. 173) afirma que o estudo da composição do espaço escolar é fundamental para que seja compreendido o “impacto que a arquitetura possui nas atividades desenvolvidas nos ambientes com funções educativas”, para se observar suas influências tanto nas atividades, quanto nas relações existentes e apropriação do local. Atualmente, esse impacto da arquitetura tem merecido uma atenção especial dos arquitetos dedicados aos estudos da neurociência e da neuroarquitetura; a utilização de óculos virtuais e de instrumentos capazes de medir ondas cerebrais consegue avaliar as reações em função da exposição do indivíduo a luzes, ruídos, cores e materiais.

Segundo Felgueiras (2007, p. 38) os lugares funcionais “codificados, vigiados, úteis, que implicam uma posição e uma interrelação espaço-disciplina. Pela posição cada um é distribuído e circula numa rede de posições hierárquicas e ordenadas a que o corpo se submete ou resiste”; o espaço conforma impondo regras, as vezes visíveis e as vezes invisíveis. Viñao Frago (1993-94), indica ser necessário também analisar a tipologia, de cada época e lugar, dos modelos propostos, dos modelos aprovados, e dos modelos propriamente construídos, assim como futuras modificações.

A sala de aula é, para Viñao Frago (1993-94), o núcleo da atividade educativa, na qual a sua análise histórica mostra a relação entre a disposição das pessoas e objetos e o método de ensino empregado. A sala também pode ser analisada na perspectiva espacial e arquitetônica, do ponto de vista higiênico-pedagógico, analisando a ventilação, a calefação, a insolação, a iluminação, as mudanças de critérios a contemplar, o contraste entre teoria, legalidade e realidade ou a relação de tudo isso com o discurso médico e psicopedagógico.

Da ampla gama de questões levantadas por esta relação entre a sala de aula e a metodologia ou estratégias organizacionais usadas, Viñao Frago (2016) destaca: o sistema das escolas jesuítas, o ensino monitorial ou mútuo, o ensino simultâneo, os modelos graduados de ensino, escolas ao ar livre, ou no campo do movimento da Nova Escola, agrupamentos flexíveis e o modelo de escola de escolha múltipla que serão aprofundados no subitem a seguir.

Tendo em mente como os elementos arquitetônicos se articulam para compor um edifício e as mensagens que as várias composições desses elementos arquitetônicos impregnam nas pessoas que utilizam e se educam nesses espaços, no próximo tópico será demonstrado como os espaços educacionais foram se constituindo ao longo do tempo. Afinal, para Escolano Benito (2000, p. 202), “*el espacio educativo, su diseño y sus usos, es un sector esencial de la cultura de la escuela, esto es, de los patrones que contextualizan la práctica de la profesión docente y la vida cotidiana reglada de los alumnos*”²².

2.2 A história dos espaços escolares

Para uma análise mais profunda dos espaços escolares, é necessário compreender quando a arquitetura escolar começa a ganhar importância e quando ela passou a se tornar parte do processo pedagógico, pois concordo com Esteban e López Martins (1993-94) quando afirmam que a história da escola é identificada, quando não é paralela, com a história da cultura de qualquer país. Concentrarei este relato nos séculos XVIII, XIX e XX; pois a arquitetura escolar que surge neste contexto é:

ao mesmo tempo, inovadora e reprodutora dos modelos escolares já existentes. Inova, em primeiro lugar, ao destacar-se de outros edifícios públicos ou religiosos, ao atender os princípios de higiene e sanidade física, nas tipologias das fachadas, etc. Mas, conserva a ideia da sala de aula como unidade base da organização: um quadro central (como nos claustros) ao redor do qual se distribuem as salas que separam os alunos do mundo e, dentro delas, separa-os entre si por idade e grau de instrução nas classes. (GONÇALVES, 2011, p. 52-53).

O século XVIII, de acordo com Díaz Lopez (2008), foi considerado o século pedagógico, no qual se destacam as seguintes características: desenvolvimento da educação estatal; começo da educação universal, gratuita e obrigatória; e a laicidade, com a substituição do ensino religioso pela educação moral e cívica.

Conforme Burke e Grosvenor (2008), a educação para crianças da classe trabalhadora ampliou muito final do século XVIII, devido ao crescimento urbano e da industrialização e inspirado na ideia de que a natureza humana poderia ser transformada

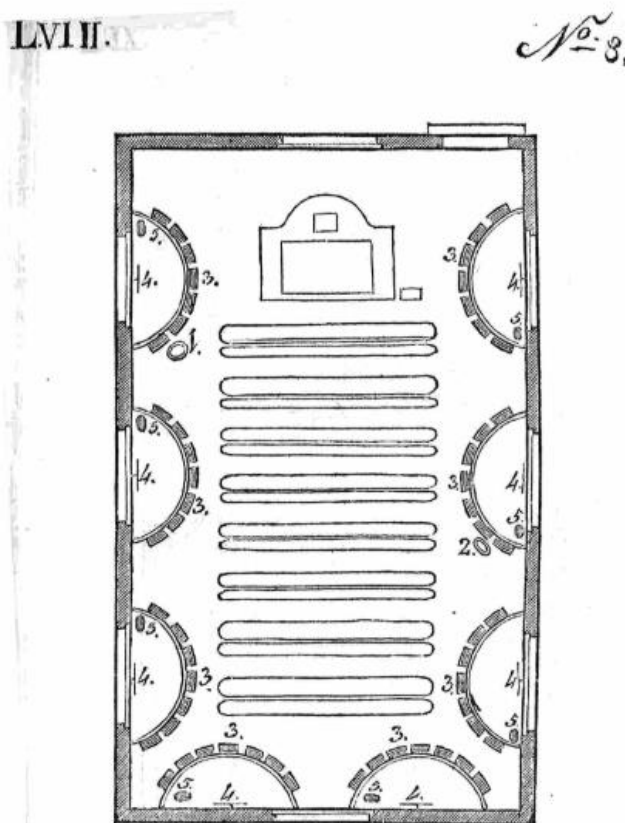
²² O espaço educacional, seu desenho e seus usos, é um setor essencial da cultura escolar, ou seja, dos padrões que contextualizam a prática da profissão docente e o cotidiano regulado dos alunos. (Tradução minha).

na infância; o surgimento do sistema de monitoramento respondia às necessidades dessas demandas. Esse sistema mudou bastante o *design* da sala de aula.

De acordo com Trilla (2000) o sistema de monitoramento, ou método de ensino mútuo, idealizado pelos ingleses Andrew Bell – 1752-1832 – e Joseph Lancaster – 1778-1832 –, permitia que um professor, auxiliado por monitores, instrísse muitos alunos. O ensino era ministrado em uma grande sala, a qual, às vezes, possuía até cem grandes bancos com capacidade para dez alunos cada um.

Quanto ao espaço escolar do sistema de monitoramento, Burke e Grosvenor (2008) descrevem que o plano de Lancaster, elaborado em 1811, orientava a construção de uma única sala medindo 70 x 32 pés – ou seja 21,33 x 9,75 metros – para acomodar 320 alunos. Essa sala deveria conter vinte filas de carteiras, dispostas de maneira a encarar o professor que estaria numa plataforma elevada e disposta de maneira a permitir que os monitores se movessem facilmente entre as fileiras. O espaço lateral da sala de aula ficava livre para permitir que as crianças ficassem em semicírculos de frente para as paredes, exemplificado na figura 8, sobre as quais eram pendurados os painéis de lições. Esse plano desaconselhava a inclusão de um teto na sala de aula, porque, por causa da acústica, poderia ampliar os altos níveis de ruído causados pelos monitores que questionam as crianças em seus grupos. A escola deveria ser equipada com banheiros alojados em um pequeno pátio do lado de fora. Os autores, embasados em Thomas Dunning, afirmam que esse sistema não promoveu, necessariamente o aprendizado dos alunos mais capazes. Em entrevista a Bencostta, Anne-Marie Châtelet (BENCOSTTA, 2011, p. 212) afirma que o método mútuo foi fundamental para controlar “centenas de alunos que eram chefiados por um mestre e assistidos pelos melhores alunos[...]. Pela determinação precisa do espaço e a localização dos móveis, os comportamentos das crianças eram, em parte, induzidos e a vigilância facilitada”.

Figura 8 – Modelo de sala de aula para o ensino mútuo, elaborado por Catalá, Joaquín (1821).



Fonte: Museo Virtual de la História de la Educación. Disponível em: <https://www.um.es/muvhe/espacios-edificios/plano-del-aula-con-los-alumnos-en-los-semicirculos-catala-10131/?prev=10130&next=10132>. Acesso em 08. abr. 2019.

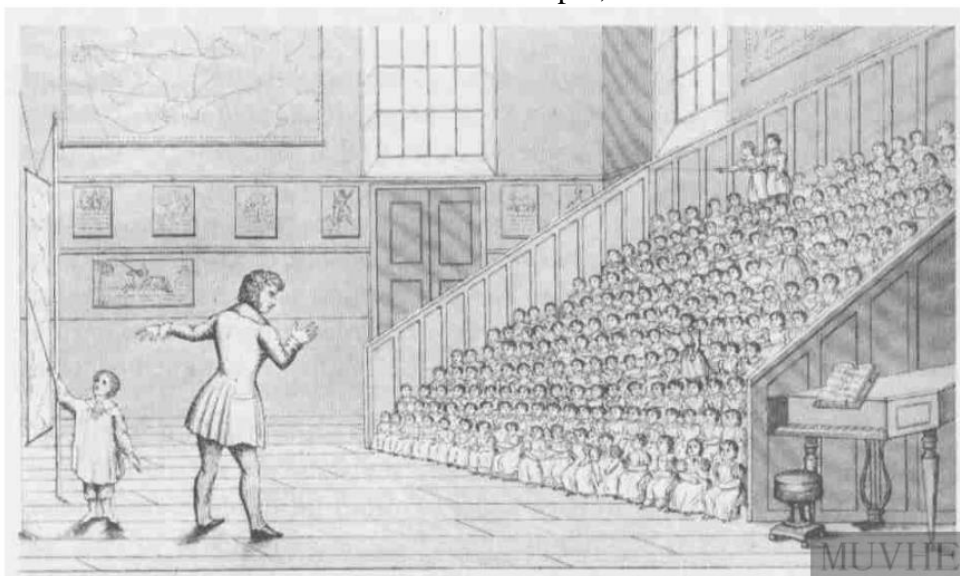
Aliás, Viñao Frago (2016) comenta que, no que tange aos espaços escolares, depois da publicação de *“Hints and Directions for Building, Fitting up, and Arranging School-rooms on the British System of Education”*²³, em 1811 por J. Lancaster, muitos outros livros surgiram sobre o tema na Inglaterra, Estados Unidos e França, na primeira metade do século XIX.

O sistema monitorial, conforme Burke e Grosvenor (2008), foi modificado pela influência de Samuel Wilderspin, e David Stow nas décadas de 1820 e 1830. Wilderspin introduziu uma sala separada para a “lição” de crianças, diferente da sala de aula, o mestre podia ensinar cada turma por vez, em um espaço separado, enquanto uma instrutora supervisionava as outras crianças; essa divisão do espaço permitiu também a evolução pedagógica e o aparecimento do “método simultâneo”, no qual um professor ensinava várias crianças, numa mesma sala, ao mesmo tempo. Para desenvolver seu método

²³ Sugestões e instruções para construção, instalação e organização de salas escolares no sistema britânico de educação. Tradução minha.

Wilderspin elaborou várias tentativas para o posicionamento das crianças no espaço, primeiramente posicionava-as no final da sala, depois desenhava linhas paralelas no chão para que as mesmas se sentassem nelas, depois pedaços de corda foram posicionados para auxiliar o posicionamento dos alunos no espaço; esses esforços não se mostraram eficazes, vários tipos de assentos foram testados, por fim, ele chegou à construção de uma arquibancada, na qual os alunos mais jovens ocupavam os degraus inferiores.

Figura 9 – "Infant School" no modelo de Wilderspin, 1840.



Fonte: Museo Virtual de la Historia de la Educación. Disponível em: <https://www.um.es/muvhe/espacios-edificios/clase-en-las-gradas-de-una-infant-school-wilderspin-10520/?prev=10519&next=10516>. Acesso em 08 abr. 2019.

Ainda segundo Burke e Grosvenor (2008, p. 39), a arquibancada de Wilderspin, figura 9, foi aperfeiçoada por David Stow, na década de 1830, quando introduziu uma para acomodar toda a escola, em Glasgow. Essa disposição permitia que "as crianças fixassem mais facilmente o olho no mestre" e que "o mestre observasse e dirigisse mais perfeitamente cada movimento das crianças". Para Wilderspin e Stow, a ordem, a disciplina e a formação de hábitos eram ensinadas por meio do design; e isso se estendia até ao parquinho, pois o playground também poderia funcionar como um campo de treinamento moral. O parquinho era, portanto, tanto um espaço de autocontrole quanto um local de exposição dos êxitos e dos fracassos dos alunos.

Viñao Frago (1993-94, p. 69) afirma que a organização, no método simultâneo, das pessoas e objetos na sala de aula era um dispositivo mecânico, preciso como um relógio, aplicado a seres vivos num espaço reduzido e fechado, na verdade "não era, porém, uma máquina que imitava ou substituía um ser vivo – o robô ou autômato, o ensino

programado – mas uma engrenagem composta de objetos e seres vivos que imitavam máquinas”. Escolas projetadas para desenvolver o sistema monitorado de ensino, a disciplina, e a organização sistemática do tempo do aluno também apareceram no Canadá, Suécia, Rússia, Holanda, África do Sul e Venezuela. Escolas Lancasterianas surgiram na Filadélfia, Nova York e Baltimore, a última estabelecida pelo próprio Lancaster.

A partir do século XIX, a escola passou a ter relevância política e social na maioria dos países ocidentais, e ela passou a ser, também, dominante na vida das crianças. Forjadas, conforme Souza, R. F. (1999), no processo de criação dos sistemas nacionais de ensino, elas ganharam uma nova organização administrativa e pedagógica. Tiana Ferrer (1992) afirma que a constituição dos sistemas educativos nacionais foi elaborada para sistematizar e dar instrução à maioria da população.

Segundo Díaz Lopez (2008), a necessidade de atender às crianças menos favorecidas nas grandes cidades e os avanços nas ideias pedagógicas promoveram, no século XIX, um grande investimento, de vários países, na escola pública.

Viñao Frago (2006) destaca o desenvolvimento do movimento higienista que se difundiu pela Europa no século XIX, e tinha por objetivo criar um ambiente higiênico, no qual novos hábitos e estilos de vida levassem a uma vida mais saudável. A higiene se tornava assunto obrigatório de regulamentos escolares.

Na primeira metade do século XIX, nas palavras de Burke e Grosvenor (2008), ainda não existia um padrão de escola, a escolarização acontecia em vários espaços como em quartos de casas e prédios particulares, em partes de edifícios de igrejas, em edifícios ligados a fábricas e em grandes salas de aula; esses locais possuíam poucos sinais externos que indicavam a presença de uma escola. Com o desenvolvimento do aparato estatal, os sistemas de educação foram criados para administrar uma mudança geral da escola baseada nas igrejas e no empreendimento voluntário para um sistema em que o Estado controlava cada vez mais a educação da criança. O movimento em direção à escola estatal estimulou o projeto e a construção de grandes edifícios municipais, que foram considerados símbolos de modernização e orgulho urbano. Além disso, foram os políticos, os reformadores educacionais e sociais e os arquitetos da segunda metade do século XIX que deram a essas escolas uma presença física e identidade visual na paisagem social.

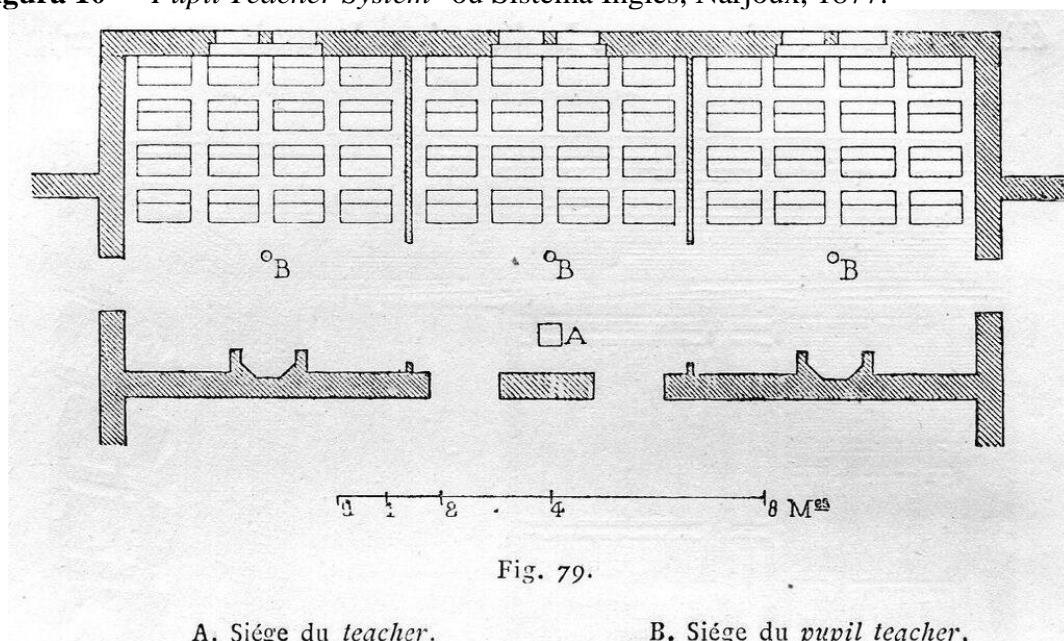
As escolas, de acordo com Burke e Grosvenor (2008), tanto na Inglaterra como no Estados Unidos, possuíam semelhanças no início do século XIX, elas se localizavam ou nos porões das igrejas, ou em um dos quartos de uma casa; as escolas eram geralmente

construções simples de madeira, com uma variedade de mobiliário como, bancos, cadeiras e escrivaninhas para as crianças, uma mesa de professor na frente com uma lousa, as janelas eram pequenas ou inexistentes, geralmente, dificultando a entrada de luz e ar. Situação semelhante a das escolas de “improvisado”, descritas por Faria Filho e Vidal (2000), comuns na primeira metade do século XX em todo o interior brasileiro, inclusive na região estudada; melhor exemplo disso é a segunda sede do Ginásio Osvaldo Cruz de Dourados.

Segundo Viñao Frago (2016), existiram três diferentes organizações do espaço escolar, que merecem destaque, pois funcionaram como uma espécie de transição da escola de uma só classe até a escola graduada: “pupil teacher system” (sistema professor-aluno), a “recitation room” e a “Akron plan”.

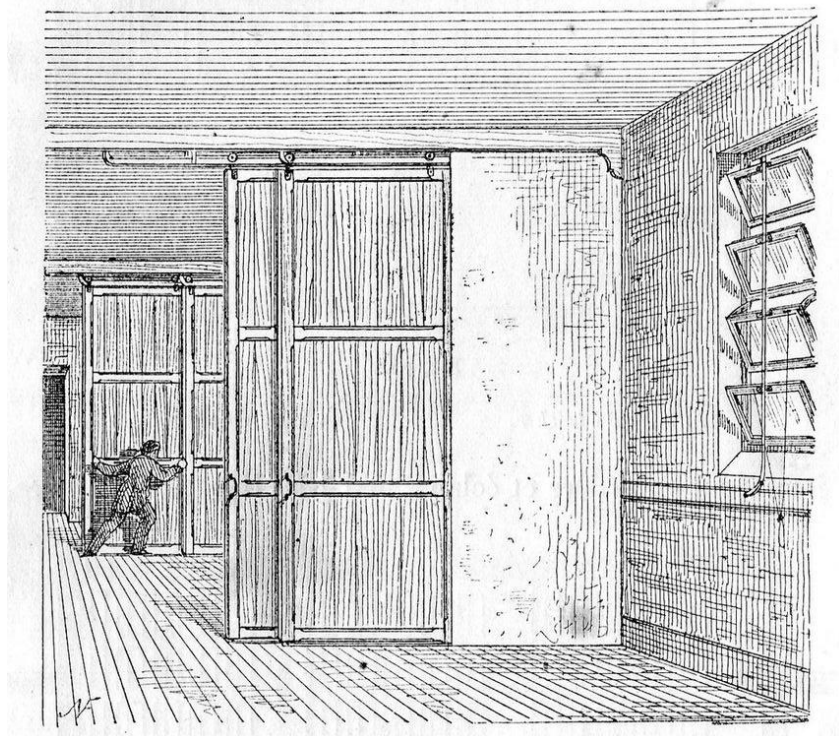
O “pupil teacher system”, figuras 10 e 11, de acordo com Viñao Frago (2016), foi introduzido em Glasgow, em 1826, por David Stow, como um método de organizar a sala de aula com um professor e um número elevado de alunos. Tendo como base o ensino mútuo e recorrendo à sua organização, utilizava bancos corridos nas laterais para escrita e classificava os alunos, separando-os em uma ou duas salas de aula adjacentes, cada uma com suas arquibancadas, regidas por alunos mais adiantados orientados pelo professor; mas modificava o espaço introduzido por Lancaster ao criar novas salas de aula conectadas à sala principal. Uma sala grande, de forma retangular ou em “L” era dividida em três ou mais espaços, por cortinas ou divisórias corrediças.

Figura 10 – “Pupil Teacher System” ou Sistema Inglês, Narjoux, 1877.



Fonte: Barnard, 1854. In: Viñao Frago (2016, p. 51).

Figura 11 – "*Pupil Teacher System*" ou Sistema Inglês, Narjoux, 1877.

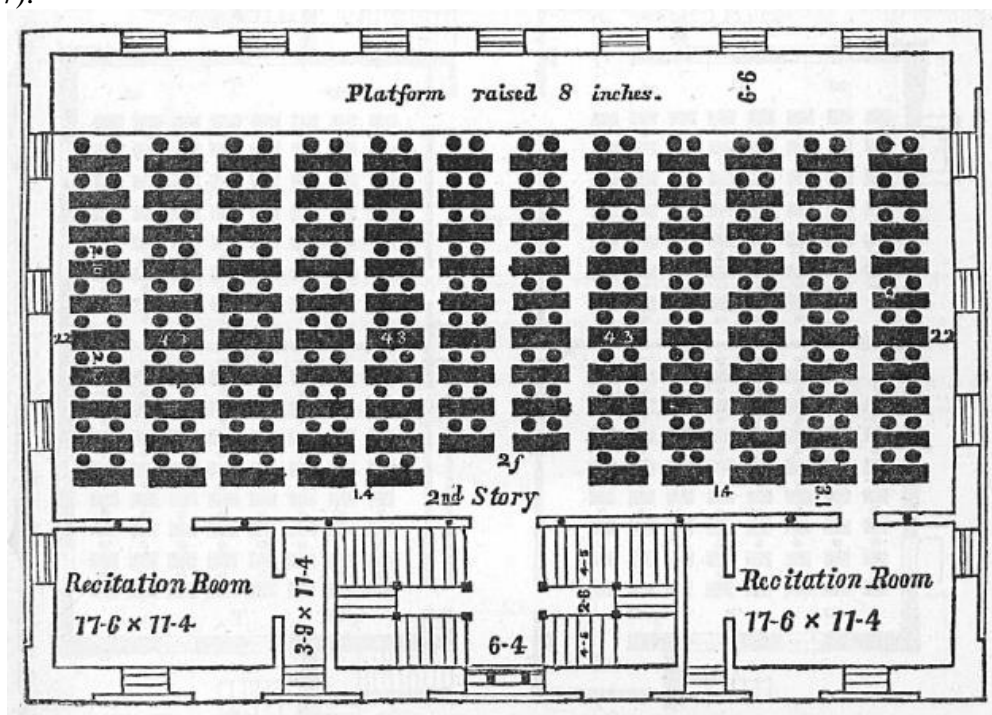


Fonte: Barnard, 1854. In: Viñao Frago (2016, p. 52).

Viñao Frago (2016) afirma que outro exemplo de divisão do espaço escolar foi desenvolvido nos Estados Unidos, a partir de 1840, foi a “recitation room”²⁴. Nos primeiros exemplos dessa tipologia, alguns lugares eram reservados perto da mesa do professor e de um lado da sala de aula (“lugares de recitação”) para a referida atividade, mas logo surgiu a necessidade de uma ou mais salas em anexo, separadas da “sala de recitação”, dedicadas a outros assuntos ou atividades, como leitura, gramática, aritmética, geografia e cursos diferentes; suas dimensões indicavam que esses espaços eram utilizados por apenas uma parte dos alunos junto a professores auxiliares ou a alunos mais velhos, para manter a ordem e a continuidade nas tarefas marcadas enquanto o professor principal permanecia na sala de aula de recitação, como se pode observar na figura 12.

²⁴ Para Viñao Frago (2016, p. 52) O termo “recitação” tem vários significados: a) ato de recitar; b) repetição de alguma memória, especialmente de maneira formal ou pública; c) resposta oral de um estudante ou alunos a um professor de uma aula preparada; d) um tempo específico de instrução em sala de aula; e) o enunciado oral de uma peça em verso ou prosa, sem texto, diante de uma audiência; e f) uma peça em verso ou prosa assim recitada ou a ser recitada oralmente. E alarga a possibilidade do termo indicando que o mesmo abrange uma variedade de “formas pedagógicas”; incluindo, em vários momentos, práticas ou significados como a recitação “simultânea”, a “classe” da recitação, a recitação “socializada” ou a “individual”.

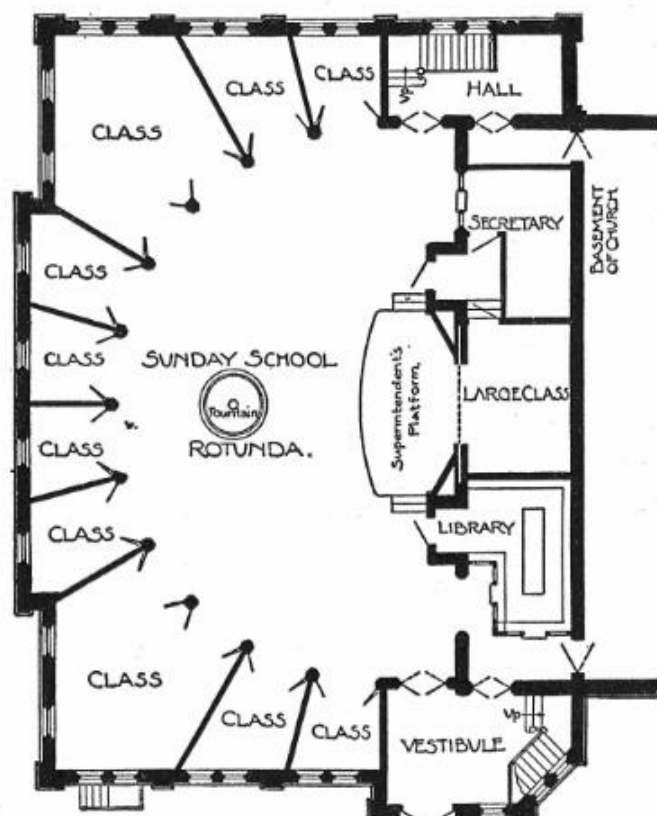
Figura 12 – Planta de uma escola com duas "recitation rooms", Brubacher, John S. (1947).



Fonte: Museo Virtual de la Historia de la Educación. Disponível em: <https://www.um.es/muvhe/espacios-edificios/aula-de-transicion-desde-la-ensenanza-mutua-a-la-escuela-graduada-estados-unidos-10352/?prev=10351&next=10353>. Acesso em: 08 abr. 2019.

O terceiro exemplo citado por Viñao Frago (2016) foi a “Akron plan”, figura 13, surgida nos Estado Unidos, em 1869, inspiradas nas escolas dominicais metodistas. Esse nome foi utilizado devido a uma escola desse tipo existente na cidade de Akron (Ohio), uma grande sala de aula, ligada à igreja metodista, a qual funcionava, ao mesmo tempo, como escola e como espaço para atos religiosos ou convivência comunitária. Esse modelo, com alguma variante, constituiria o modelo seguido pelas abundantes "escolas do santuário" construídas nos Estados Unidos de 1870 a 1920 ao lado de igrejas de diferentes confissões evangélicas. É uma reminiscência tardia do ensino mútuo ou monitorial, tornou-se uma forma de disposição e uso do espaço, com propósitos religioso-educacionais, que antecederam o grande auditório ou auditório panóptico, suscetível de ser utilizado, como projeto arquitetônico, em espaços fechados para fins escolares, religiosos ou socioculturais.

Figura 13 – Planta baixa da *Akron Sunday School* (Brubacher, 1947).



Fonte: Museo Virtual de la Historia de la Educación. Disponível em: <https://www.um.es/muvhe/espacios-edificios/planta-baja-de-la-akron-sunday-school-ohio-usa-10353/>. Acesso em: 08 abr. 2019.

Na Inglaterra, como em vários outros lugares, conforme Burke e Grosvenor (2008); os espaços escolares foram se adaptando à medida que mais auxiliares foram sendo contratados para ajudar o professor, esses, muitas vezes, trabalhavam em salas adjacentes à grande sala de aula onde os alunos recitavam suas lições. Administradores e reformadores educacionais, como Horace Mann e Henry Barnard, fizeram campanha para a introdução de um sistema de instrução graduado baseado no método prussiano²⁵ de educação e para a substituição da estrutura de madeira por projetos mais eficazes.

Burke e Grosvenor (2008) destacam o trabalho de Henry Barnard, chefe das escolas públicas de Rhode Island – Estados Unidos, que escreveu “*School Architecture*”, na metade do século XIX. O livro criticava os espaços escolares existentes. Segundo ele, as escolas estavam geralmente mal localizadas, expostas a barulho, poeira, eram desinteressantes e repulsivas tanto em sua aparência externa quanto interna. Ele defendia uma escola modelo de uma sala nas áreas rurais, baseada em um projeto de Mann, em

²⁵ Modelo de escolarização, iniciado no século XVII, baseado em financiamento público-estatal, com controle escolar do Estado e estabelecimento de conteúdo de aprendizagem centrado nos interesses desse. Esse modelo escolar prussiano foi predominante na conformação dos Estados nacionais.

que as janelas se alinhavam em duas paredes, a mesa do professor era colocada na frente no centro, em uma plataforma elevada, e as crianças se sentavam em filas e em mesas individuais. Essas escolas, tanto nos Estados Unidos quanto na Inglaterra, eram dirigidas por professores, que solicitavam uma licença e ofereciam catecismo luterano e leitura para crianças pobres. No final da década de 1820, escolas públicas de ensino básico foram criadas para crianças pobres. Os métodos de Bell e Lancaster foram encarados como necessários à Inglaterra, por causa do nível de educação da população, mas considerados inadequados pelas escolas prussianas. A solução foi a opção por um sistema de ensino que fosse aplicado da mesma maneira a todas as crianças, do mais novo ao mais velho, um sistema que envolvia aulas separadas em salas separadas.

Díaz Lopez (2008) destaca o caso da Junta das escolas de Londres – a *London School Board*, criada por ata em 1870, na qual se estabelecia o compromisso público com a construção de prédios escolares. Viñao Frago (2016) detalha um pouco mais o trabalho da *London School Board*, que decidiu seguir o “modelo prussiano”, e destaca a criação da primeira escola graduada de Londres, a *Ben Jonson School*, construída em 1872, com oito salas de aula. Conforme Díaz Lopez (2008), E. Robson foi o primeiro arquiteto dessa Junta. Em 1874, após a realização de alguns trabalhos e de suas viagens pela Europa (Suíça, Alemanha, Áustria, França, Bélgica e Holanda) e América, publicou o livro “*School Architecture*”, em 1874, sobre planejamento e montagem de escolas, no qual detalha os conhecimentos adquiridos com sua experiência. O livro, de acordo com Burke e Grosvenor (2008), tinha por objetivo demonstrar várias possibilidades para melhorar a higiene, o conforto, um ensino eficiente, e como as partes de um prédio escolar podiam se encaixar de uma forma harmoniosa. Vários outros arquitetos, como Felix Narjoux e Karl Hintrager, saíram em excursões pela Europa para conhecerem os prédios escolares.

Os autores, Burke e Grosvenor (2008) chamam atenção para o livro de Robinson, porque descrevia a situação dos edifícios escolares já existentes, expunha as ideias sobre *design* que estavam surgindo no mundo moderno, nas décadas de 1860 e 1870, mas também mapeava pensamentos e ideias de um período de mudanças sociais e políticas importantes. Robinson comenta que, nos Estados Unidos, existia uma “preferência” por utilizar os projetos escolares alemães – com prédios de vários andares, com várias salas de aula idênticas.

Em seu retorno à Inglaterra, segundo Burke e Grosvenor (2008, p. 49-50), Robinson utilizou inspiração do passado para compor um modelo de arquitetura escolar, inspirado na época da Rainha Anne, e reconheceu na arquitetura simples de tijolos, a

melhor possibilidade. Em se tratando da planta da escola, a grande sala de aula, utilizada pelos métodos simultâneo e lancasteriano, evoluiu para um hall comunitário, e foram incorporados ao projeto várias salas de aula e playgrounds, nesse momento os arquitetos escolares tiveram que começar a entender a interrelação complexa e em multicamadas entre sujeito e objeto. O arquiteto tinha que reconhecer que o edifício produzido teria que atender a crianças de várias idades, tamanhos, e gênero; que as crianças deveriam ser envolvidas "às vezes em estudo e às vezes em recreação"; que "saúde e sucesso em estudo" exigiam ar livre para exercícios diários, boa ventilação e temperaturas controladas; que assentos e mesas deveriam ser projetados com o conforto em mente "simetria de forma, qualidade de visão e até mesmo duração da vida" não fossem afetadas; e que as crianças eram impressionáveis e seus hábitos, moral, hábitos de ordem, limpeza e pontualidade, temperamento, amor ao estudo e à escola seriam afetados pela exposição prolongada da 'situação atraente ou repulsiva, aparência, conveniência externa e conforto interno' do lugar.

Robinson, ainda de acordo com Burke e Grosvenor (2008), detalhou também como era o processo para construção de uma escola, que apesar de diferenças locais e nacionais, seguia um padrão geral: a administração pública nomeava um arquiteto ou realizava um concurso para eleger o melhor projeto; depois a obra era licitada para a escolha do empreiteiro, durante a obra o arquiteto supervisionava todas as etapas do projeto; Robinson chama a atenção para o fato do arquiteto ter que frear seu poder criativo, em função: dos regulamentos, da economia, da eficiência, da tradição e do conhecimento das questões educacionais. A conclusão da obra de uma nova escola era um grande evento, geralmente envolvendo uma abertura oficial, uma reunião pública, visitas de residentes e pais locais e notícias na imprensa. O governo brasileiro também tentou usar modelos padrão para ginásios e colégios estaduais, na década de 1950, inclusive a região estudada possui um ginásio construído por um desses projetos padrão, o Ginásio Estadual Presidente Vargas; o maior problema dessa padronização é a desconsideração das condições climáticas e culturais fundamentais em um projeto arquitetônico, principalmente em um país de dimensões continentais como o Brasil.

Châtelet (2006, p. 8) afirma que "arquitetura das escolas tornou-se um tema de predileção no final do século XIX, por meio dos manuais consagrados a um tipo específico de edifício"; quando a criação de escolas era uma das pautas preferenciais de todas as democracias. Portanto as experiências empregadas nos centros de referência dos Estados Unidos e Europa passaram a ser reproduzidas em outros locais.

Na América Latina, conforme Ossenbach Sauter (2008), no século XIX, o ensino secundário se tornou uma importante via para a criação de novas elites nacionais e provinciais e contribuiu para a formação das classes médias urbanas; a criação de colégios foi parte fundamental para essa expansão. Alguns exemplos desses colégios, tão determinantes no panorama cultural da época, foram criados nas capitais dos países, como, por exemplo: o Instituto Nacional no Chile (fundado em 1813 e em 1843 se tornou modelo para os demais liceus chilenos); o Colégio Nacional de Buenos Aires (1863); a Escola Preparatória no México (1843); o Liceu de Costa Rica em São José (1887); o Instituto Nacional “Mejía” de Quito (1897). Florentín (2009) aponta para a criação do Colégio Nacional no Paraguai, em 1876, como a mola propulsora da formação secundária paraguaia. No Brasil, o Colégio Pedro II, de acordo com Pessanha (2015), foi concebido para ser o centro difusor das ideias educacionais e tornou-se modelo e pauta do currículo para as demais instituições desse nível de ensino. Segundo Rodrigues (2010) esse colégio foi criado no Município Neutro da Corte, em 1837, atual cidade do Rio de Janeiro, na Rua Larga de São Joaquim.

Em Portugal, segundo Alegre (2010), do final do século XIX até a década de 1930, a construção de prédios escolares se destinava aos Liceus, seguindo modelos franceses e alemães e com preocupações funcionais e de ordem pedagógica. É uma época em que são experimentadas novas configurações para o edifício escolar, abandonando o volume compacto empregado nos antigos modelos escolares. A autora afirma que os projetos se desenvolviam baseados no ensino experimental e na prática de exercícios físicos. Além das salas de aula, os projetos contavam com: laboratórios, anfiteatros, piscina (em alguns exemplos), gabinete médico, “balneários”, e recreio coberto. Sobre o estilo das construções dos Liceus portugueses, a autora assim os descreve:

Exibindo um sentido de monumentalidade, reflectindo na imagem e na projecção exterior dos lugares onde se implantaram, transitam de uma expressão eclética dominada pela Beaux Arts, embora com forte sobriedade decorativa, passando pela influência do gosto geometrizado do Art Déco até a afirmação da linguagem modernista. (ALEGRE, 2010, p. 9-10).

Na última metade do século XIX e no século XX, houve o surgimento de várias correntes pedagógicas que influenciaram os espaços escolares, foi nessa época que a arquitetura escolar ganha *status* na educação, surgem novas concepções do espaço escolar; destaco as ideias de Fröebel, Dewey, Montessori, e de Loris Malaguzzi para a região de Reggio Emilia, na Itália. Embora a maioria dessas teorias fossem dedicadas à

educação infantil, elas se tornaram importantes para este trabalho à medida que tratam do espaço escolar como parte integrante do currículo, aliás Malaguzzi considera o espaço como o terceiro professor.

Díaz Lopez (2008) apresenta o sistema de Fröebel²⁶ como o primeiro a sistematizar, na primeira metade do século XIX a educação pré-escolar; Fröebel não só influencia os fundamentos teóricos da pedagogia infantil, como também as concepções do espaço escolar e os objetos da prática escolar. Burke e Grosvenor (2008) descrevem o *Kindergartens*²⁷ de Fröebel como um local para educar crianças entre os 3 e os 6 anos de idade; seus preceitos valorizavam o ensino de música, estudos da natureza, de histórias e brincadeiras para promover o aprendizado. As ideias de Fröebel foram difundidas em vários países da Europa, América do Norte, Oriente Médio, Ásia e Austrália.

Conforme Díaz Lopez (2008), Fröebel estudou Arquitetura na Universidade de Jena, na Alemanha junto com outros estudos de Filosofia, Mineralogia; abandonou esses estudos para se dedicar à educação, mas seu conhecimento sobre o assunto influenciou tanto sua concepção do modelo arquitetônico da escola, como nos materiais projetados para o jogo. Fröebel dedicou seus estudos ao jardim de infância. De acordo com Lahoz Abad (1991), o “jardim de infância” de Fröebel é um conjunto arquitetônico composto de três elementos: jardim – espaços abertos; pátio – espaços de transição; e o edifício escolar – espaço fechado. Na obra de Fröebel, a escola deveria possuir as seguintes características: caráter familiar (aspecto doméstico) e caráter naturalista (transição harmônica do edifício ao jardim). As ideias de Fröebel, conforme Díaz Lopez (2008), influenciaram as obras de arquitetos como Wright, Kandinsky e Le Corbusier.

Para Viñao Frago (2016), a progressiva revalorização dos espaços não edificados, muito marcante nos jardins de infância froebelianos, ganhou diversos usos e objetivos: educação física e esportes, jardins para jardinagem e agricultura, áreas recreativas. Sua importância é valorizada, por exemplo, no papel relevante que lhes é dado nos álbuns de propaganda postal publicados por algumas escolas durante boa parte do século XX.

Para Alvares (2016), a proposta de John Dewey, conhecida como “Escola Nova” ou “Escola Progressista”, se baseava em uma escola com ambientes organizados com o intuito de proporcionar experiências valiosas, preparando os alunos para viver em uma sociedade. O programa educativo de Dewey se baseava em dois preceitos: num ambiente

²⁶ Existe diferença na grafia do nome desse pesquisador, em Díaz Lopes (2008) e Lahoz Abad (1991) observei Fröebel e em Burke e Grosvenor (2000) Frobel.

²⁷ Jardim de infância em alemão.

escolar particular no qual pudessem ser realizadas experiências exemplares de vida social; e na formação democrática que demandaria o confronto do indivíduo com alguns conteúdos específicos.

Díaz Lopes (2008) afirma que, para tentar sintetizar uma tendência da escola europeia da primeira metade do século XX, seria necessário recorrer aos princípios pedagógicos elaborados por Ferrière, fundador do Escritório Internacional de Novas Escolas, que levou em conta as experiências realizadas em diferentes Escolas Europeias. Viñao Frago (2002) afirma que, a partir dos postulados individualistas da Escola Nova, Ferrière, em um texto publicado em 1915, manifestou-se em favor do sistema de classes móveis, isto é, os agrupamentos de acordo com a capacidade de cada sujeito. Em sua opinião, o sistema preferível era aquele em que as crianças podiam estar em certo grau em um assunto e em outro grau em outro, como um passo intermediário em direção ao sistema de horas individuais que consideravam o mais perfeito, o que mais bem adaptada às necessidades individuais de cada criança. Díaz Lopez (2008) afirma que o edifício ideal para Ferrière seria uma construção de três andares no meio de um amplo terreno por causa de seu estilo; todas as salas de aula terminariam em um corredor interrompido às vezes por nichos e saliências para exposições; as salas deveriam contar com grandes janelas das quais se vissem aquários e flores; existiria um corredor coberto para aulas ao ar livre; o piso superior seria coberto por um telhado plano que proporcionaria às crianças mais velhas a possibilidade de observar o céu.

De acordo com Gomes (2017), a difusão dos princípios higienistas e da necessidade de condições de higiene e salubridade, no início do século XX vão dar origem à tipologia conhecida como escola ao ar livre; dentro desses preceitos foi construída em 1904 a “*Waldschulen*”, ou Escola na Floresta. Com princípios arquitetônicos baseados na construção de sanatórios, essas escolas foram projetadas utilizando os seguintes preceitos: orientação solar mais favorável, preocupação com o aquecimento, iluminação e ventilação dos espaços. Para Viñao Frago (2007), as escolas ao ar livre geraram uma expansão do conceito de espaço escolar, que ocorreu ao introduzir novas formas de distribuição de objetos e pessoas na sala de aula ou novos tipos de mobiliário. Foram, talvez, experiências ou práticas pouco difundidas, mas com conceitos consistentes que poderiam se constituir em um modelo.

A Pedagogia Montessori, conforme Alvares (2016, p.31), foi concebida pela médica italiana Maria Montessori (1870-1952). Ela acreditava que o espaço físico escolar funcionava como um “meio educador”, considerava que a criança “deve agir por si e

receber estímulos e solicitações do ambiente e não do adulto”; todo o “equipamento escolar e os materiais de autoeducação devem ser projetados para a criança, de modo que ela possa manuseá-los, manejá-los e movê-los”. O espaço escolar deveria ser adaptado às necessidades e às possibilidades dos usuários, possibilitando liberdade de ação e movimento.

De acordo com Alvares (2016), as escolas Waldorf foram concebidas na Alemanha em 1919, por Rudolf Steiner – 1861-1925 –, educador e filósofo austríaco. Esses prédios escolares deviam ser projetados para abrigar recursos e ambientes que dessem suporte às atividades desenvolvidas pelas crianças e, também, para acolher os processos de desenvolvimento humano. Além das salas de aula, a escola deveria oferecer: espaços de socialização para pequenas e grandes reuniões, laboratórios, ateliês, oficinas, anfiteatros etc.

Alvares (2016) também apresenta a pedagogia das escolas da região de Reggio Emilia, na Itália, que teve como idealizador Loris Malaguzzi – 1920-1994. Malaguzzi destacava o ambiente de aprendizagem como “Terceiro Professor” e a escola deveria ser projetada para funcionar como um “workshop”, com a finalidade de estimular o aprendizado autônomo da criança. Os espaços deveriam estimular a interação pessoal, por esse motivo, vidros e outros materiais transparentes deveriam ser muito empregados.

Conforme Díaz Lopez (2008), não foram só pedagogos que influenciaram os espaços escolares no início do século XX. Influenciados pelo taylorismo²⁸, administradores começaram a conceber a escola como uma empresa, e sua aplicação indiscriminada gerou soluções nas quais só importava um menor custo. Algumas características derivadas da influência desse movimento ainda permanecem até hoje. O tipo mais difundido de construção era o de um corredor no qual as salas de aula estavam dispostas em ambos os lados. Para a autora, isto é o que tem sido chamado de “paradoxo da uniformidade”, isto é, o fato de que edifícios escolares em diferentes países foram construídos, em geral, de acordo com um projeto muito similar, apesar da diversidade de culturas. Corroborando meu posicionamento, já mencionado, sobre os projetos padrão criados pelo governo brasileiro, no MEC, na década de 1950.

²⁸ Díaz Lopez (2008, p. 44). “O início do estudo científico das organizações é geralmente atribuído a Frederick W. Taylor. Suas contribuições têm sido especialmente significativas na organização das indústrias dedicadas a obter de produtos padronizados, cujo processo de fabricação exige tarefas repetitivas por parte dos trabalhadores”, tradução minha.

Para Durá (2014), as décadas de 1950 e 1960 foram um período de grande atividade no quesito arquitetura escolar, as exposições sobre a temática funcionaram como difusores de experiências de vanguarda e como fóruns de debate e locais de divulgação de novas abordagens. Merece destaque o curso sobre construções escolares, realizado em Madrid em 1960; esse evento foi organizado pelo governo da Espanha, em parceria com a UNESCO, e dirigido aos profissionais da América Latina com o propósito de ampliar e melhorar a arquitetura escolar. Os arquitetos espanhóis tiveram oportunidade de compartilhar seus trabalhos e aprender com outros exemplos. O curso durou quatorze semanas (de 1º de setembro a 15 de dezembro de 1960) e nele foram estudados os aspectos fundamentais relacionados à realização de um plano de construção escolar, tendo como referência a experiência espanhola do Plano Nacional de Construções Escolares, iniciado em 1956. Foram concedidas dez bolsas de estudos para candidatos latino-americanos, com as quais foram contemplados os seguintes países: Haiti, Bolívia, Costa Rica, Panamá, Colômbia, Peru, Uruguai, Argentina, Cuba e Chile.

A organização dos espaços escolares, de acordo com Gonçalves (1999), deve ser encarada como expressão de uma concepção de homem e de mundo, que pode contribuir para a manutenção e reprodução do imaginário social; a evolução dos espaços escolares nos centros de referência serve de base para compreender como o edifício escolar se constituiu no Brasil e quais influências pedagógicas influenciaram a arquitetura escolar no país, tema que será abordado no próximo tópico.

2.3 A história dos espaços escolares no Brasil

Para poder analisar a implantação do ensino secundário na região do Território Federal de Ponta Porã por meio dos espaços escolares, além de verificar como a escola foi se conformando ao longo da história, neste tópico observarei como, no Brasil, os espaços escolares foram adquirindo a forma da escola atual. Para a construção deste item, além dos autores encontrados, no que tange a Mato Grosso, também foram utilizadas as mensagens dos Presidentes de Estado à Assembleia Legislativa, material também utilizado para o texto de minha dissertação, “Escarização na fronteira Brasil Paraguai: 1901-1927” (JOSGRILBERT, 2015) e encontrado no GEM²⁹.

²⁹ Grupo História e Memória, da Universidade Federal de Mato Grosso. Disponível em: gem.ufmt.br/gem/FrmAcervoGEM.aspx. Acesso em: 18 abr. 2019.

Para compreender como os espaços escolares foram se desenvolvendo ao longo da história do Brasil, não posso deixar de me reportar aos jesuítas, apesar de não poder afirmar que eles foram os primeiros educadores brasileiros, afinal os índios habitantes dessas terras já educavam suas crianças antes da chegada dos portugueses, eles foram os responsáveis “oficiais” pela educação brasileira por mais de 200 anos.

Conforme Bittar e Ferreira Junior (2007, p. 37), com a chegada dos primeiros integrantes da Companhia de Jesus, liderados por Manuel da Nóbrega, em 1549, foram criados os primeiros espaços dedicados à educação em terras brasileiras, as casas de bê-a-bá, para ensinar a ler e escrever; elas se constituíram no “lócus matricial da principal atividade educativa jesuítica no século 16: a catequese dos indígenas e mamelucos do litoral atlântico brasílico nas vilas e aldeamentos”. Os autores afirmam que, sob o comando dos jesuítas, surgiram dois “tipos” de instituições: as casas de bê-a-bá, designadas a crianças indígenas e mamelucas e os colégios que acolhiam alunos internos (como se fosse um seminário) e externos (filhos de colonizadores). Pelos relatos de Nóbrega, a criação de novas casas de bê-á-bá, para além de Salvador, ganhou força com a chegada da segunda leva de missionários em 1550.

Na verdade, segundo Bittar e Ferreira Junior (2007, p. 40), a princípio não havia muita diferença entre as casas e os colégios, pois os dois estavam dedicados à catequese e à leitura e escrita, pois os jesuítas tiveram que “adaptar” seus preceitos educacionais em função das circunstâncias que aqui encontraram; inclusive as casas de bê-a-bá se assemelhavam às condições do Brasil na época, eram bastante rústicas, “ ‘casinhas pobres’ e faziam as vezes de igreja, como era aquela em que o próprio Nóbrega morava, pois os padres ‘diziam missa’ ali mesmo”.

Para Costa (2010) as construções jesuíticas eram simples, o programa arquitetônico era dividido em três partes, de acordo com sua função: a igreja para as missas, com coro e sacristia; as aulas e oficinas para o trabalho; e para a residência os “cubículos”, a enfermaria e demais dependências de serviço. Já Bittar e Ferreira Junior (2007, p. 41) assim descrevem o espaço das casas: “Igreja, sacristia, sala de estudo (ensino de ler, escrever e gramática), dormitório, despensa, cozinha e refeitório. Eis como se estruturava uma casa de bê-á-bá no Brasil do século 16”. Observo que as descrições dos espaços são concordantes.

De acordo com Bittar e Ferreira Junior (2007, p. 47), a distinção entre as casas de bê-a-bá e os colégios começou a se consolidar em função de uma divergência entre Nóbrega e Luis da Grã (segundo Provincial do Brasil que chegou em 1553), que acabou

por “forçar” a criação dos colégios. No que tange às instâncias educacionais da época, em 1584, a Companhia de Jesus já conduzia três colégios – Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco e cinco casas de bê-á-bá – Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, São Vicente e São Paulo. Aliás, “no contexto das terras brasílicas do primeiro século, os colégios não podiam prescindir do ler, escrever e contar”.

Normalmente, as ordens religiosas utilizavam a construção em “quadra” – disposição que criava um ou mais pátios internos – em seus mosteiros e conventos para criar um ambiente de tranquilidade e recolhimento, mas, segundo Costa (2010, p. 139), a vida ativa dos padres da Companhia de Jesus fazia com que faltasse nesses pátios “nos colégios brasileiros, pelo menos – aquela atmosfera de sossego e de recolhimento, peculiar aos claustros dos conventos das demais ordens religiosas”.

Costa (2010, p. 139) afirma que além dos colégios da Bahia e de Belém do Pará, os colégios de Olinda, do Espírito Santo, do Rio de Janeiro, de Embu e de Paranaguá também são dispostos em quadra e acrescenta que o Colégio de Embu possuía um pátio bem modesto e o de Paranaguá era diferente dos demais, “pelo seu aspecto sombrio e pesado de praça-forte”.

Bittar e Ferreira Junior (2007, p. 50) descrevem os colégios jesuíticos no primeiro século da colonização portuguesa: “escolas de ler e escrever e classes superiores (humanidades) ao mesmo tempo”.

Costa (2010, P. 131) descreve a missão jesuítica brasileira como sendo diferente das missões do sul da América do Sul. Lá, cada núcleo jesuítico era como se fosse uma cidade e os colégios eram parte integrante dessa.

Assim, mais modesto e menos independente, o programa jesuítico brasileiro não comportava os traçados urbanísticos integrais tão característicos das missões da Província do Paraguai, das quais nos ficaram, por bem dizer, de quebra, os chamados Sete Povos das Missões.

Para Bittar e Ferreira Junior (2007), o Marquês de Pombal pôs fim a um ciclo de 210 anos dos jesuítas no Brasil, a Companhia de Jesus, em meados do século XVIII. A companhia deixou, no Brasil mais de 20 colégios e 17 “casas de residência” (seminários).

Monti (2018) considera que as aulas régias surgiram com a reforma do Marquês de Pombal, em todo o Império Português, entre 1759 e 1834. Boto (2010) afirma que as aulas régias compreendiam as classes de primeiras letras e de humanidades (que vão dar origem ao que se compreende depois como ensino secundário), a ação de Pombal possuía

três metas: trazer o controle da educação para o Estado, secularizar³⁰ a educação e padronizar o currículo.

Para Boto (2010, p. 284), as ações de Pombal foram embasadas pelas reflexões e teorias sobre a crise do império português e orientavam que uma das possibilidades de evolução do império estaria vinculada à tomada do controle da educação. Para a autora “ele foi o criador da escola pública brasileira” e tinha como objetivo a organização de uma escola que atendesse aos fins do Estado.

Monti (2018, p. 86), embasado em Fernando de Azevedo, descreve que parte da sociedade brasileira acreditava que não existiu uma reforma de ensino e sim uma destruição do sistema de ensino dos jesuítas, fato que criou um “vazio” educacional pela falta de medidas eficazes no setor. Segundo o autor existia uma resistência da elite colonial no que tange às aulas régias e, por isso, preferiam contratar professores particulares para ensinar “valores religiosos e menos iluministas” a seus filhos.

Conforme Faria Filho e Vidal (2000), a necessidade de um espaço para a escola pública primária foi sendo sentida e se observou a necessidade de ser adotado um método capaz de educar mais alunos ao mesmo tempo. A solução apareceu com o método mútuo, detalhado anteriormente neste capítulo, pois com espaço adequado para a circulação de monitores na classe e a possibilidade de pendurar cartazes nas paredes seria possível que um único professor ministrasse aulas para até 1000 alunos. A novidade contagiou D. Pedro I que determinou, em 1827, a obrigatoriedade da adoção desse método em todas as escolas públicas de primeiras letras, situação que não se mostrou profícua, devido às condições políticas, territoriais e econômicas do Brasil. Essas condições também foram motivo da transferência da responsabilidade da educação elementar para as províncias em 1834³¹. Os autores afirmam que todos os diagnósticos elaborados sobre educação, na década 1870 apontam para o estado de precariedade das escolas, principalmente as públicas, e para a necessidade da construção de espaços educacionais específicos para esse fim.

Sobretudo no último quartel do século XIX, foi-se, paulatinamente, reforçando a representação de que a construção de prédios específicos para a escola era imprescindível a uma ação eficaz junto às crianças, indicando, assim, o êxito daqueles que defendiam a superioridade e a

³⁰ Boto (2010) conceitua secularização como a perda da posição chave da religião institucionalizada na produção e na representação do elo social e na atribuição de sentido. A secularização é uma das marcas do Iluminismo e da modernidade.

³¹ o Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 gerou um aumento de escolas de ensino secundário, pois, a partir dele, as províncias, incluindo-se o Município Neutro, criaram os seus estabelecimentos.

especificidade da educação escolar diante das outras estruturas sociais de formação e socialização como a família, a igreja e, mesmo, os grupos de convívio. Tal representação era vinculada na confluência de diversos fatores, dentre os quais queremos destacar os de ordem político-cultural, pedagógica, científica e administrativa. (FARIA FILHO e VIDAL, 2000, p. 23-24).

Os Liceus, conforme Zotti (2004, p.44), se constituíram da junção das aulas régias em um só edifício, na organização dos primeiros currículos seriados e com a preocupação de preparação para os exames preparatórios para o ingresso no ensino superior. “Os primeiros estabelecimentos provinciais públicos de ensino secundário foram o Ateneu, do Rio Grande do Norte (1835) e os liceus da Bahia e da Paraíba (1836)”.

A tipologia dos grupos escolares brasileiros, de acordo com Arruda (2010, p. 116), se deu “com a movimentação e a difusão de um estilo de edifício escolar e de um estilo de arquitetura empregado para a execução da ideia de agrupamento de escolas isoladas que [...] já começaram a instalar-se no Rio de Janeiro, com as Escolas do Imperador, em 1870”. Aliás, as Escolas do Imperador foram consideradas pela historiografia como os primeiros edifícios públicos construídos especificamente para escolas, mas ele contesta essa afirmação comentando que por volta de 1840 começaram a existir iniciativas de construção de liceus, escolas normais e ginásios em algumas capitais do país.

Xavier (2006, p. 72-73) afirma que não houve nenhuma construção de edifício específico para a educação na Província de Mato Grosso, durante o período imperial. As propriedades do governo mato-grossense “denominados na época de ‘prédios provinciais próprios’, não possuíam estrutura física adequada, visto que eram casas domiciliares compradas pelo Governo por meio de arremate”. Para Castanha (2006), em Mato Grosso os primeiros prédios destinados à instrução pública foram comprados, com auxílio financeiro do governo imperial, que forneceu a quantia de vinte contos de réis (20:000\$000) para os anos de 1859 e 1860. Em 1859, foram compradas 3 casas em Cuiabá, as quais foram reformadas para receber os alunos: uma na Rua do Campo, uma na Rua da Conceição, e outra na do Rua do Rosário, com o dinheiro restante ainda foram equipadas, com móveis e utensílios, outras escolas provinciais.

As escolas do Imperador, de acordo com Arruda (2010), foram instaladas nas freguesias do Rio de Janeiro, por D. Pedro II, entre 1870 e 1898. Esses edifícios traziam as seguintes inovações: localização privilegiada; escala para causar impacto e marcar sua importância; implantação no meio da quadra, com escadarias imponentes, para destacar sua monumentalidade; uso de materiais nobres. De estilo neoclássico e simétricos,

também contavam com separação de alas masculina e feminina. As oito Escolas do Imperador eram: Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Gávea; Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Glória, figura 14; Escola da Freguesia de Santa Rita; Escola da Freguesia de São Francisco Xavier do Engenho Velho; Escola da Freguesia de São José; Escola da Freguesia de São Cristóvão e duas escolas da Freguesia de Sant'Anna.

Figura 14 – Uma das oito Escolas do Imperador, a Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Glória (atual Colégio Estadual Amaro Cavalcanti), inaugurada em 1875.



Fonte: Arruda (2010, p. 101). Imagem melhorada com Adobe Photoshop Express.

Arruda (2010) afirma que, com a difusão das escolas de primeiras letras e a necessidade de formar professores, foram criadas as primeiras escolas normais do país, normalmente alocadas em prédio adaptado para seu funcionamento, junto aos Liceus existentes nas Províncias. A primeira escola normal brasileira foi criada em 1835, em Niterói, Rio de Janeiro.

Segundo os dados dos Relatórios das Mensagens dos Presidentes dos Estados aos Congressos Legislativos, no ano de 1900, havia Escolas Normais em todos os estados brasileiros e, em alguns casos, em algumas importantes cidades do interior, sempre acompanhadas de liceus, como estabelecimentos que preparavam os alunos e alunas para o ensino profissional. (ARRUDA, 2010, p. 119).

As Escolas Normais, segundo Kulesza (1998, *apud* ARRUDA 2010), foram acomodadas junto aos Liceus que eram basicamente destinados aos meninos e tinham por

objetivo preparar para o ingresso no ensino superior, “os diversos Liceus provinciais constituíram referência fundamental para o desenvolvimento do ensino normal, emprestando seus professores, suas instalações e seus regulamentos para as novas escolas normais”.

Para Arruda (2010) surgiu a necessidade de um espaço físico para abrigar as escolas normais, que além de possuírem salas adequadas para mulheres adultas também deveriam ter espaços para: pequenas salas para laboratórios, biblioteca, salas de música, desenho e costura, além de salas destinadas às atividades burocráticas. Quanto às características arquitetônicas, eles possuíam estilo Art Nouveau ou Eclético.

De acordo com Faria Filho e Vidal (2000), no final do século XIX e início do XX, com as transformações geradas pela proclamação da república, começaram as construções de escolas primárias, primeiramente em São Paulo e depois em outros estados do Brasil.

Para Costa, Moreira e Santos (2014), a monumentalidade era a principal característica dessas construções, suas escadarias reforçavam a centralidade da simetria de suas plantas. Suntuosas, seguiam o estilo Neoclássico, com o ritmo marcado pelo posicionamento de suas aberturas (portas e janelas), e com elementos característicos como o frontão e as colunas. Outra marca do período foi a utilização de tons pastéis nas fachadas. Em seu programa arquitetônico contavam com espaços para: salas de aula (com separação por sexo), interligadas por corredores.

Faria Filho e Vidal (2000) escrevem que as plantas desses grupos escolares seguiam um padrão com 4, 8 ou 10 salas de aula, em 1 ou 2 pavimentos e com biblioteca, museu, sala de professores e administração. Sua edificação era simétrica, possuía um pátio interno com áreas separadas para meninos e meninas. Os banheiros se situavam fora do bloco do edifício, mas se conectavam com ele por corredores cobertos. Quanto à organização, as salas de aula possuíam estrutura bem rígidas, com carteiras fixas ao chão e o professor situado em frente aos alunos.

Conforme Arruda (2010), os projetos dos grupos escolares, destinados ao ensino primário, seguiram as orientações técnicas contidas do livro “Projectos de Grupos, Escolas Reunidas e Rurales”, escrito por Mauro Álvaro de Souza Camargo em 1920, esse livro, segundo o próprio autor foi inspirado em Emile Trélat que trabalhou na reforma pedagógica francesa de 1902. Essa obra foi utilizada não apenas em São Paulo, mas em todo o país, para orientar as seções de instrução e obras públicas dos Estados brasileiros.

O texto apresenta as seguintes propostas:

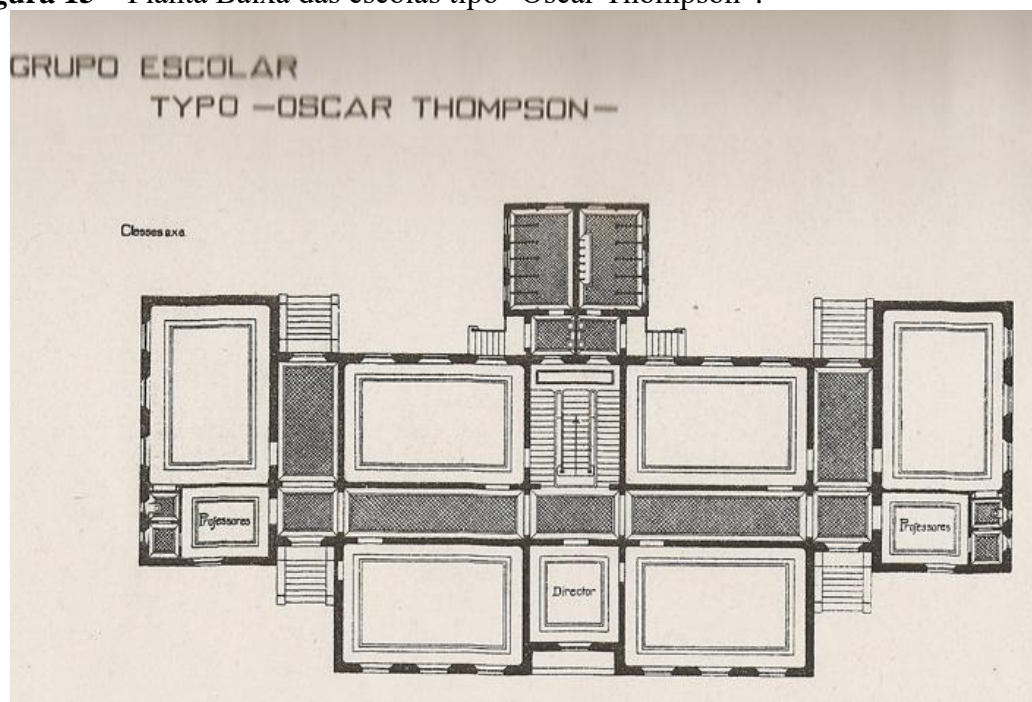
- salas de aula em dois padrões: com carteiras duplas ou simples, as de cadeira dupla seriam adequadas as cidades com população inferior a 10.000 habitantes;
- limite de 40 alunos por classe;
- para cada aluno dever-se-ia utilizar, pelo menos, 1m^2 ;
- quanto ao dimensionamento das classes também seguiriam dois padrões: com carteiras duplas a sala teria 7,8 m de comprimento, se fosse, simples deveria ser de 9,0 m. A largura seria de dois terços do comprimento, ou seja 5,2 m para as de carteiras duplas e 6,0 m para as de carteiras simples;
- a sugestão para o pé-direito seria de 4,3 m;
- para ventilação existia a sugestão de bandeiras móveis em todas as aberturas (portas e janelas), ainda sugeria aberturas de $0,8 \times 0,6$ m nas paredes contrárias as janelas, para favorecer a circulação de ar;
- a iluminação deveria ser calculada em função das dimensões das classes. Se a iluminação fosse unilateral, para as salas com carteiras duplas, as janelas seriam de $1,2 \times 2,5$ m e peitoril de 1,0 m, para as de carteiras simples seriam de $1,35 \times 2,70$ m com mesmo peitoril. Se a iluminação fosse multilateral, o índice de $1/6$ da área da sala seria recomendado;
- as portas deveriam ter cerca de $1,2 \times 2,6$ m;
- corredores deveriam ter, no mínimo 2,5 m de largura;
- se existissem escadas, elas teriam que ter a largura de 1,2 a 1,3 m e seus degraus seriam de 15 cm de altura e 30 cm de largura;
- para os banheiros, deveria ser utilizado o cálculo de 1 vaso e 1 lavatório para cada 30 meninos, e 1 para cada 20 meninas.

Arruda (2010) apresenta então as propostas de Camargo, com soluções arquitetônicas em forma de projetos-tipo:

- Grupo Escolar Tipo Rodrigues Alves com classes de $6,00 \times 9,00\text{m}$ e dois pavimentos;
- Grupo Escolar Tipo Oscar Thompson, figuras 15 e 16, também com classes de $6,00 \times 9,00\text{m}$ e dois pavimentos;
- Grupo Escolar Tipo Arthur Neiva para as classes de $5,20 \times 7,80\text{m}$ com um pavimento;
- Grupo Escolar Tipo Eloy Lessa também com classes de $5,20 \times 7,80\text{m}$ com um pavimento,

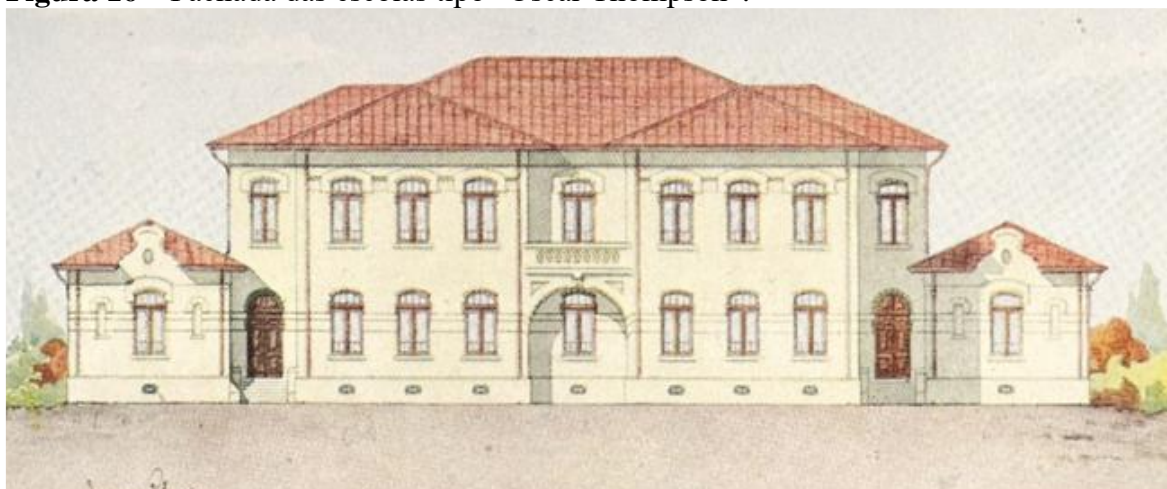
- Escolas Reunidas Tipo Pinheiro Lima (com 6 classes) de 5,20 x 7,80 m, e um pavimento;
- Escolas Reunidas Tipo Mário Ayrosa (com 4 classes) de 5,20 x 7,80 m, e um pavimento;
- Escolas Rurais com denominações de Francisco Lessa e Arthur Reis.

Figura 15 – Planta Baixa das escolas tipo “Oscar Thompson”.



Fonte: Arruda (2010, p. 130).

Figura 16 – Fachada das escolas tipo “Oscar Thompson”.



Fonte: Arruda (2010, p. 131).

Faria Filho (1998, p. 9) descreve a estrutura espacial dos grupos escolares afirmando que a existência de um muro ou de um pátio frontal não funcionava apenas como uma mera separação entre a rua e a escola, mas consolidava a escola como uma instituição específica, gerando “materialidade e visibilidade às diferentes funções dos espaços escolares” e impondo formas de apropriação para sua utilização. Outro espaço que foi incorporado ao edifício foi a direção, pois o cargo foi criado nessa época.

Bencostta (2011, p. 107) cita a preocupação dos governantes com a localização das construções dos grupos escolares. O edifício merecia destaque na cena urbana, como representante do ideal republicano, pois a escola primária graduada demonstrou ser “um investimento que contribuiria para a consolidação de uma intencionalidade que procurava [...] apresentar um novo tipo de educação que pretendia ser popular e universal”.

Faria Filho e Vidal também registram uma intencionalidade na arquitetura escolar:

O convívio com a arquitetura monumental, os amplos corredores, a altura do pé-direito, as dimensões grandiosas de janelas e portas, a racionalização e a higienização dos espaços e o destaque do prédio escolar com relação à cidade que o cercava visavam incutir nos alunos o apreço à educação racional e científica, valorizando uma simbologia estética, cultural e ideológica constituída pelas luzes da República. (FARIA FILHO e VIDAL, 2000, p. 25).

Conforme Dórea (2013), a monumentalidade representava o ideal de modernidade ou de república, pois a escola seria o local de formação do cidadão republicano. Souza, R. F. (1999) destaca que os grupos escolares foram projetados e construídos para serem “templos do saber”, pois neles estavam contidos todos os preceitos do modelo de educação que apareceu no século XIX e perdura até os dias de hoje – a escola graduada. Faria Filho (1998) aponta que a organização dos grupos escolares era uma estratégia para moldar práticas, legitimar competências e propor metodologias de ensino.

Para Faria Filho e Vidal (2000), os suntuosos prédios escolares do início da República consumiram uma grande parte das verbas destinadas à educação. Os prédios monumentais passaram a significar a elitização da educação e o desprezo com a educação da população menos favorecida.

De acordo com Arruda (2010) foi somente em 1908, em função dos esforços do Presidente do Estado de Mato Grosso Pedro Celestino Corrêa da Costa, que foram criados os grupos escolares do 1º e 2º distritos da cidade de Cuiabá e o da cidade de Corumbá. Em 1914 foi inaugurado o prédio do grupo escolar Barão de Melgaço, que abrigava a Escola Modelo, a Escola Normal e o Liceu Cuiabano (todos funcionando no mesmo

espaço, mas em horários diferentes). O prédio, chamado de Palácio da Instrução, figura 17, foi projetado pela Secretaria de Obras de Mato Grosso, com inspiração nos prédios neoclássicos projetados por Ramos de Azevedo em São Paulo.

Figura 17 – Foto do Palácio da Instrução de Cuiabá, em 1914.



Fonte: Arruda (2008)³².

Em Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso Sr. Joaquim A da Costa Marques à Assembleia Legislativa Cuiabá, 13 de maio de 1914³³, ele descreve a obra do Palácio da Instrução:

compõe-se este edifício de dois pavimentos, formando um retângulo como uma área ao centro e compreendendo muitas e espaçosas salas de aulas, salão nobre, salas para a Diretoria de Instrução, gabinetes, portarias, vestuários e dependências. [...] A área coberta é de 1.286 metros quadrados, mandei modificar a fachada do primitivo projeto, que era bastante monótona e pesada para outro de tipo mais moderno e elegante. O seu acabamento e decoração estão sendo feitos com cuidados e esmero. Dá acesso ao segundo pavimento uma escadaria de tijolos especiais com argamassa de cimento. (MATO GROSSO, 1914).

³² Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.096/140>. Acesso em: 06 mai. 2020.

³³ Disponível em: <http://gem.ufmt.br/gem/sistema/arquivos/29061203233223.pdf>. Acesso em 11 abr. 2019.

Outra descrição, constante em Sá (2007), feita pelo Jornal “O Debate”, faz uma descrição ainda mais detalhada do prédio:

O edifício tem uma superfície coberta de 1.620 metros quadrados, em dois pavimentos, tendo seu perímetro a forma retangular, apresentando a fachada principal um desenvolvimento de 54 metros, por sobre 27 de fachada lateral. Tem um pé direito de 13 metros de altura, levantando-se o frontal a 16 metros. Todo edifício assenta-se em um soco de alvenaria de pedra canga de 0,50, a partir do qual segue-se a maciça alvenaria de tijolo, de que é inteiramente construído. As fundações do edifício atingiram em alguns pontos a profundidade de 2,40, sendo a profundidade mínima de 1,30 e largura constante de 1,20. É inteiramente simétrico em relação à linha do centro, paralelamente à fachada lateral [...]. (SÁ, 2007, p. 133).

Como se pode observar, nos dois trechos citados, a área total coberta do Palácio da Instrução é diferente: a mensagem presidencial fala em 1286 m² enquanto o jornal cita 1610 m², a divergência gira em torno de 320 m², número bastante expressivo. Deve-se supor que a mensagem presidencial, por se tratar de documento oficial, tenha dados mais precisos.

De acordo com os relatos e com a foto da figura 17, o prédio do Palácio da instrução tem realmente proporções monumentais, tanto que serve para abrigar três instituições educativas. Segundo o Presidente do Estado, foi gasta a quantia de quantia de RS740:000\$000 na obra.

Dórea (2013) afirma que o problema das construções escolares, ou da falta delas, no final da década de 1930, continuava a existir pois, por serem muito suntuosos e caros, dependiam de altas verbas e da boa vontade dos governantes estaduais. Com o intuito de tentar minimizar o problema das construções escolares, a autora destaca duas ações relevantes: no Rio de Janeiro, sob a tutela de Anísio Teixeira; e São Paulo sob a direção de Almeida Júnior.

Várias cidades, nas décadas de 1920 e 1930, ansiavam pela instalação de um grupo escolar, como as da região pesquisada, inclusive, a cidade de Ponta Porã, um dos focos deste estudo. Problema que foi resolvido, conforme Josgrilbert (2015) pela iniciativa privada da Companhia Mate Laranjeira, que explorava grandes áreas de erva mate nativa na região e construiu o prédio para abrigar o primeiro grupo escolar da cidade, objetivando agradar tanto a população quanto o governo federal pois estava tentando renovar a concessão de terras para a exploração da erva.

Nesse contexto, foi realizada a primeira exposição de arquitetura escolar no Brasil, organizada pela Associação Brasileira de Educação em 1934. Gonçalves (1996) afirma que a exposição foi patrocinada pelo Ministério da Educação e Saúde Pública e apresentava os desenhos das escolas que estavam sendo construídas pelo Brasil.

Faria Filho e Vidal (2000) destacam que a proposta de Almeida Júnior, para São Paulo, continha soluções para escolas com dois ou três pavimentos, entre 4 e 25 salas de aula, com 40 alunos em cada uma delas, e deveriam possuir também locais destinados à prática de educação física, instalações médicas e dentárias, chuveiros e hortas. Os prédios deveriam ser simples e baratos, de arquitetura funcional e racional.

Conforme Dephino (2013), Anísio Teixeira conheceu o sistema educativo denominado “Platoon” na Brady School, em Detroit, nos Estados Unidos; uma escola de tempo integral. A escola trabalhava com o conceito de Escola-Parque, um ambiente tranquilo no qual os alunos poderiam ter uma educação completa, conjugando, além das matérias fundamentais, aulas de arte, cultura e esportes. Segundo Dórea (2013) Anísio Teixeira organizou um plano de construções escolares que continha cinco modelos, classificados conforme seus programas arquitetônicos:

- Tipo Mínimo – 2 salas de aula, sala ateliê e oficina;
- Tipo Nuclear – 12 salas de aula, com administração, secretaria e biblioteca de professores;
- Platoon de 12 salas – 6 salas comuns e 6 especiais (leitura e literatura, ciências sociais, desenho e artes industriais, auditório, música e recreação e jogos, e ciências);
- Platoon de 16 salas – 12 salas comuns e quatro especiais (auditório, música, recreação e jogos, ciência e ciências sociais);
- Platoon de 25 salas, figura 18 – 12 salas comuns e 12 especiais, distribuídas em pares para cada especialidade, ginásio e todas as demais dependências necessárias a grandes escolas.

As escolas do tipo “Platoon” funcionavam com os alunos se deslocando em “pelotões” pelas salas das diferentes disciplinas e permitiam “maximização do rendimento dos espaços de trabalho”, essa modalidade de escola foi inspirada em visitas aos Estados Unidos devido ao seu grau de eficiência. Dórea (2013) afirma que, seguindo esses modelos, no final de 1935, o Rio de Janeiro contava com 28 novos prédios escolares, construídos em um ano, sob a orientação de Anísio Teixeira. Segundo Delphino (2013),

Anísio Teixeira trabalhou com esse tipo de modelo em três situações: no Rio de Janeiro (na década de 1930), em Salvador (no final da década de 1940), e indiretamente em São Paulo, pois o arquiteto Hélio Duarte levou a proposta para São Paulo.

Figura 18 – Fachada da Escola Rep. da Argentina, no Rio de Janeiro, modelo de Escola Tipo “Platoon” de 25 classes.



Fonte: RIO DE JANEIRO, 2020³⁴.

Faria Filho e Vidal (2000) afirmam que essas construções escolares pretendiam ser escolas de tempo integral e que funcionassem como uma escola-laboratório. Segundo esses autores, em 1949, o Inep junto com o Ministério da Educação publicou “Novos prédios escolares para o Brasil”, que descreve a situação dos prédios escolares brasileiros como carente, insuficientes em quantidade e sem os requisitos básicos para seu funcionamento e ainda refletem uma situação descrita anteriormente, escolas funcionando em residências ou construídas para outros fins. “Das 44.000 unidades escolares em funcionamento, somente 6.000 foram construídas para a função de escola e pertenciam ao governo”. O campo era apresentado como o lócus de maior carência. Para o campo, a proposta era de uma escola simples, sem estilo definido, com salas de aula, pátio coberto, banheiros e casa do professor.

As crescentes simplicidade e economia nas construções escolares propostas, seja para a cidade, seja para o campo, disseminadas mais amplamente sobretudo nos anos de 50 e 60, indicavam que se alteravam as concepções acerca dos espaços escolares e, portanto, do lugar da

³⁴ Disponível em: http://www0.rio.rj.gov.br/sme/crep/escolas/escolas_era_vargas/_4_dec/republica-argentina.html. Acesso em 10 abr. 2019.

escola no meio social brasileiro. (FARIA FILHO e VIDAL, 2000, p. 31).

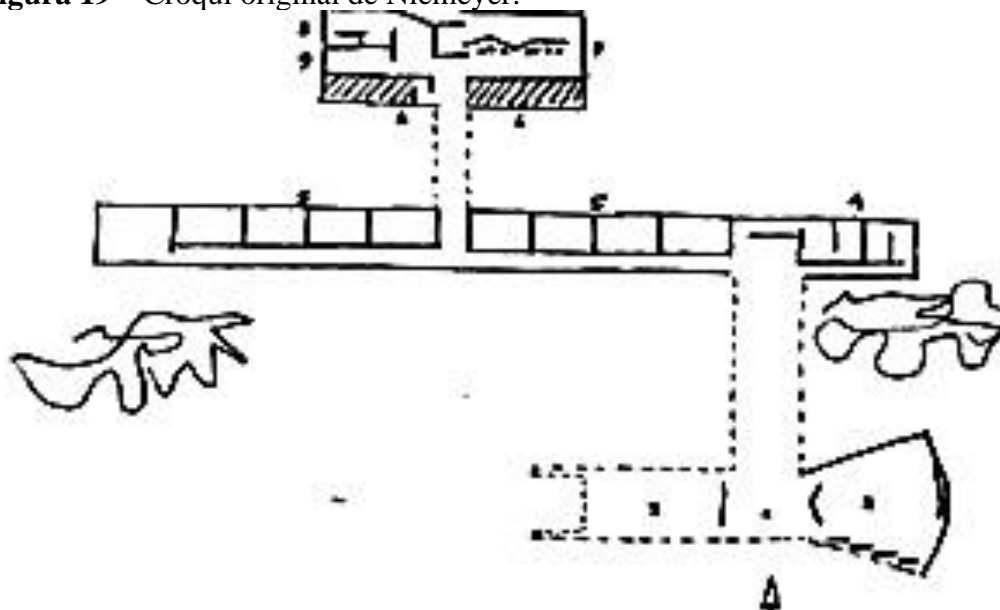
Também é de Anísio Teixeira o Plano de Construções Escolares de Brasília, publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos em 1961. Para Teixeira (1961, p. 195) esse plano foi elaborado para “oferecer à nação um conjunto de escolas que pudessem constituir exemplo e demonstração para o sistema educacional do país”.

Em Mato Grosso, segundo Arruda (2010), Oscar Niemeyer, arquiteto modernista consagrado internacionalmente, elaborou o projeto, como mostram as figuras 19 e 20, a partir do pedido de doação do governador Fernando Corrêa da Costa, de uma escola para a cidade de Corumbá, fronteira com a Bolívia, no qual foi instalado o Colégio Maria Leite. Posteriormente, o projeto foi duplicado em Campo Grande para abrigar o Colégio Maria Constança Barros Machado.

Diferente do lote de Corumbá, o terreno de Campo Grande possuía, conforme Pessanha e Arruda (2008), uma inclinação de cerca de 4 metros, sendo necessária a implantação em platôs de construção. Os autores destacam a pluralidade volumétrica do projeto, conforme se observa no croqui e da implantação, nas figuras 19 e 20.

Essa pluralidade pode ter sido resultado do programa, a forma seguindo a função. Os prismas resultam sempre de uma função que está contribuindo com a sua forma, senão vejamos: a) um prisma trapezoidal, com um dos lados paralelos de forma levemente circular e caimento inclinado da cobertura, forma o auditório; b) uma abóbada de base retangular, forma o pátio coberto do recreio; c) 3 prismas retangulares, de formato inclinado na cobertura formam a guarita, os blocos de salas - estes mais delgados -, e de apoio. (PESSANHA e ARRUDA, 2008, p. 72).

Figura 19 – Croqui original de Niemeyer.



Fonte: Arruda (2008). Imagem melhorada com Adobe Photoshop Express.

Arruda (2008) também destaca a existência, no projeto de Niemeyer, de elementos arquitetônicos característicos do movimento moderno no Brasil, como: cobogó, pilares circulares, janelas em fita dupla nas salas de aula e teto borboleta.

Figura 20 – Implantação do Maria Leite, projeto de Oscar Niemeyer, década de 1950.



Fonte: Arruda (2008), Imagem melhorada com Adobe Photoshop Express.

O projeto é um marco da arquitetura moderna em Campo Grande, tanto que foi tombado, conforme Pessanha e Arruda (2008), pela Secretaria de Cultura em 1996.

A história dos espaços escolares, nesse texto, é interrompida em 1961, pois é o limite temporal proposto para este estudo e se tornou relevante para compreender como os edifícios escolares evoluíram.

2.3.1 Os espaços escolares de ensino secundário na legislação brasileira

Este item pretende verificar na legislação sobre educação, como os espaços escolares de ensino secundário foram tratados nas leis brasileiras entre 1943 e 1961. Para tanto, foi utilizado o Repositório da Legislação do Ensino Secundário no Brasil (1837-1971), elaborado por Pessanha e Assis (2015).

A legislação sobre espaços escolares, no período definido, começou com a implantação do Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942 (BRASIL, 1942). Nesse decreto existia a menção, em seu artigo 84, que o Ministério da Educação deveria normatizar as construções das instituições de ensino secundário. Para tanto, a Portaria 228 de 1942, (BRASIL, 1942), estipulava que os edifícios escolares deveriam:

- a) obter classificação "bom" ou "excelente";
- b) ter alcançado, pelo menos 80% no item 5 da ficha de classificação organizada nos termos da portaria ministerial de 15 de abril de 1932;
- c) dispor de, pelo menos, dez salas de aula.

A portaria de 15 de abril de 1932 (BRASIL, 1932) continha critérios para classificação dos estabelecimentos de ensino secundário e apresentava uma ficha, para pontuação, com 46 elementos, distribuídos em 5 itens. O número de pontos correspondente a qualquer elemento seria obtido multiplicando-se a nota a ele atribuída pelo seu respectivo coeficiente. Se o item “c” fosse levado em conta na década de 1950, nenhum estabelecimento da região estudada teria autorização para funcionar, pois nenhum deles possuía 10 salas, nem o construído pelo governo. Esses critérios estavam divididos entre 5 itens; o primeiro deles era a situação da instituição e possuía um valor de 1000 pontos e valorizava o local e o terreno; o segundo analisava o edifício e valia 1500 pontos, que incluíam a disposição – interna e externa – e as condições gerais; o terceiro tópico pontuava as instalações – como caixa d’água, bebedouros, extintores etc. – e valia 2000 pontos; as salas de aulas, quarto quesito, valiam 3.000 pontos, que eram medidos em função da qualidade da construção e dos acabamentos e também do mobiliário; por fim eram pontuadas as salas especiais com 2500 pontos, nos quais eram

somados os valores do auditório, da biblioteca, do ginásio de esportes, da sala de professores, da sala da administração e das salas para as matérias de Geografia, Ciências Físicas e Naturais, Física, Química, História Natural e Desenho.

Pela análise da pontuação, percebi a valorização dos espaços realmente dedicados às aulas, pois as salas de aulas, somadas às salas especiais, totalizavam 5.500 pontos e existia um equilíbrio numérico entre os fatores de multiplicação (ou peso) de todos os laboratórios. Chama a atenção o baixo fator da sala de professores, necessitando um estudo mais aprofundado sobre o motivo dessa valoração.

A Circular D. E. S. Nº 6, de 25 de setembro de 1942 (BRASIL, 1942) que tratava de medidas para proteção dos alunos e da população em geral, em função da II Guerra Mundial, aconselhava a construção de abrigos antiaéreos, como era sugerido pelo Curso de Defesa Passiva Antiaérea, e a aquisição de alguns extintores de incêndio.

Sobre a década de 1940, existem poucas referências aos espaços escolares na legislação sobre ensino secundário no Brasil. Em Pessanha e Assis (2015), encontra-se ainda a Portaria Ministerial nº 314 de 15 de junho de 1945 (BRASIL, 1945), que estipulava em cinquenta o número de alunos por sala, excetuando as classes de exercício de canto orfeônico, que poderiam chegar a 120; e a Portaria nº 375, de 16 de agosto de 1949 (BRASIL, 1949), que apresentava também uma ficha de classificação com dados, um pouco diferente da apresentada anteriormente, mas com pontuação bastante diferenciada: a primeira divisão se referia à localização e valia 120 pontos; a segunda valorava o edifício com 300 pontos; a terceira tratava das instalações que somavam até 450 pontos; e a quarta, que juntava os itens salas de aula e salas especiais da portaria ministerial de 15 de abril de 1932, somava 500 pontos. Os outros itens constantes na ficha se referiam a internatos e semi-internatos.

Se comparados os itens constantes na Portaria de 15 de abril de 1932 com os da Portaria Ministerial nº 228 de 27 de agosto de 1942, verifica-se que foram incluídos os itens: gabinete odontológico, a salas de línguas vivas e a sala de trabalhos manuais; e excluídos o laboratório de história natural e o ginásio de esportes. A exclusão do ginásio foi o que mais chamou minha atenção pois nessa época a Educação Física é muito valorizada; esse item pode ter sido excluído em função dos seus custos de construção. Outro ponto que chama a atenção é o peso diferenciado de cada laboratório, enquanto línguas vivas tem peso 4, o laboratório de ciências tem peso 9. Como na ficha anterior, o baixo peso da sala de professores continua.

Comparando percentualmente, em relação ao valor total de pontos, as salas de aulas (juntamente com as salas de aulas especiais) que antes representavam 55% da nota total, nessa ficha representam 39%, enquanto as instalações, que antes representavam 20%, nessa representam 35% do valor total.

Na década de 1950, a Portaria nº 501, de 19 de maio de 1952 (BRASIL, 1952), expedia instruções relativas ao Ensino Secundário. Definia, em seu artigo 127, que seria considerado deficiente o estabelecimento que obtivesse menos de 700 pontos na ficha de classificação, ou não preenchesse algum desses requisitos:

- a) número de pontos do conjunto de cada uma das divisões da ficha igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total de pontos;
- b) quatro salas de aula, cada uma com área superior a 25 (vinte e cinco) metros quadrados, pé direito maior que três metros e piso com revestimento de madeira ou material equivalente sob ponto de vista higiênico;
- c) extintores de incêndio, ou instalação equivalente, para os laboratórios, dormitórios e auditórios;
- d) instalações sanitárias em satisfatório estado de conservação;
- e) bebedouros automáticos ou instalação equivalente, provida de água filtrada;
- f) localização do edifício escolar apresentando condições satisfatórias de segurança e higiene;
- g) área livre mínima para recreio, obedecendo um metro quadrado por aluno e não inferior a 200 metros quadrados;
- h) área coberta mínima de 60 metros quadrados, para recreio e abrigo;
- i) quando o estabelecimento mantivesse regime de internato, instalações respectivas rigorosamente de acordo com os preceitos gerais de higiene e conforto.

Já em seu artigo Art. 131, estipulava que nos municípios com mais de 150.000 habitantes seria concedido o reconhecimento ou a equiparação aos ginásios que obtivessem no mínimo 1.400 pontos na Ficha Básica; nos municípios entre 100.000 e 150.000 habitantes, aos que obtivessem no mínimo 1.200 pontos, e nos demais municípios aos que obtivessem no mínimo 1.100 pontos, calculadas as populações conforme dados recentes do Instituto de Geografia e Estatística. E no artigo 137, considerava deficiente o que não superasse 1.100 pontos ou não preenchesse os seguintes requisitos:

- a) número de pontos, do conjunto de cada uma das divisões I, II, III, IV e V, da ficha igual ou superior a 50% total de pontos que se pudesse ser atribuído aos elementos;
- b) número de salas de aula necessárias para o funcionamento dos cursos que pretendessem manter o estabelecimento, sendo esse número mínimo de quatro salas de aulas, se mantivesse os dois ciclos do curso secundário funcionando em turnos diferentes e de sete se mantivesse o ciclo ginásial e uma das modalidades de colegial simultaneamente. Essas salas teriam as características assinaladas na alínea “b” do art. 127 da presente Portaria.

Essa ficha é a mais importante para esta pesquisa, uma vez que, oficialmente, seria por meio dessa que as instituições deveriam ser avaliadas, as divisões eram pontuadas conforme tabela anexa a Portaria, conforme o quadro 6.

Quadro 6 - Pontuação para avaliação dos estabelecimentos de ensino secundário, em anexo a Portaria nº 501 de 19 de maio de 1952.

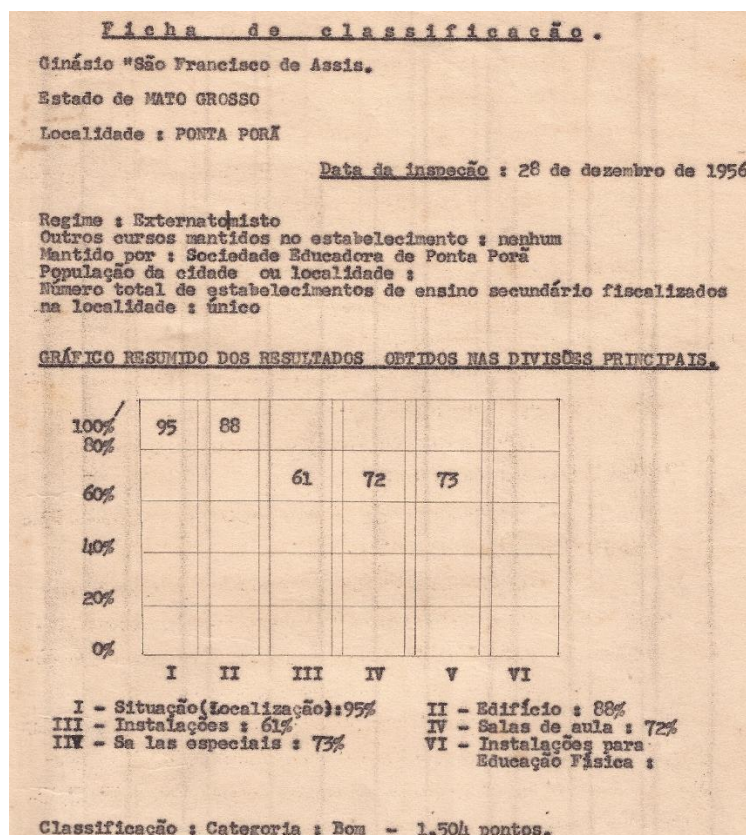
ELEMENTOS DA FICRA

	CUMPLI- MENTOS	NOTA	PONTOS	TOTAL
DIVISÃO I — LOCALIZAÇÃO (250 pontos)				
1. Salubridade.....	4			
2. Ausência de ruídos.....	2			
3. Ausência de perigos.....	4			
4. Causas perturbadoras da atenção.....	2			
5. Natureza e permeabilidade do terreno.....	1			
6. Regularidade de terreno.....	1			
7. Área coberta para recreio e abrigo.....	2			
8. Área livre.....	9			
TOTAL DA DIVISÃO I.....				
DIVISÃO II — EDIFÍCIO (300 pontos)				
9. Disposição interna.....	9			
10. Situação.....	3			
11. Número de pavimentos.....	2			
12. Material e conservação.....	7			
13. Entradas.....	3			
14. Escadas e corredores.....	6			
TOTAL DA DIVISÃO II.....				
DIVISÃO III — INSTALAÇÕES (450 pontos)				
15. Extintores de incêndio.....	5			
16. Caixa d'água.....	9			
17. Instalações para limpeza do prédio.....	4			
18. Bebedouros.....	9			
19. Lavatórios.....	9			
20. Gabinetes sanitários.....	9			
TOTAL DA DIVISÃO III.....				
DIVISÃO IV — SALAS DE AULA (500 pontos)				
21. Número.....	3			
22. Área.....	9			
23. Forma.....	3			
24. Isolamento.....	3			
25. Quadros negros.....	3			
26. Pintura.....	3			
27. Área de iluminação.....	9			
28. Disposição das janelas.....	4			
29. Acústica.....	4			
30. Carteira.....	8			
31. Móveis diversos.....	1			
TOTAL DA DIVISÃO IV.....				
DIVISÃO V — SALAS ESPECIAIS (500 pontos)				
32. Auditório.....	5			
33. Biblioteca.....	6			
34. Sala de Geografia.....	5			
35. Sala de Línguas Vivas.....	4			
36. Sala de Ciências.....	9			
37. Sala de Desenho.....	7			
38. Sala de Trabalhos Manuais.....	4			
39. Sala de Professores.....	3			
40. Sala de Administração.....	7			
TOTAL DA DIVISÃO V.....				
TOTAL DA FICHA BÁSICA.....				

Comparando esta ficha com a de 1949, só se nota diferença na pontuação das divisões, pois os itens eram iguais, a não ser o de número 20 que na ficha de 1949 constava gabinete odontológico e na de 1952 figurava como gabinete sanitário. Apesar das pontuações diferentes das divisões, os pesos dos itens se mantiveram iguais, a não ser do item 8, área livre, que na ficha de 1949 tinha peso 8 e na de 1952 tinha peso 9. A ficha de 1952 apresentava um total de 2.000 pontos. Percentualmente, as salas e salas especiais passaram a representar 50% dos pontos e a divisão sobre o edifício caiu de 23,6% na ficha de 1949 para 15% nessa ficha.

O único relatório de verificação prévia encontrado foi o do Ginásio São Francisco de Assis de Ponta Porã, para autorizar sua mudança para o prédio da Avenida Brasil. esse relatório possui 3 páginas, apresentado no anexo A. Nas duas primeiras nomeia e faz um breve histórico da instituição, inclusive que o edifício passou por adaptações para atender o artigo 147 da Portaria N° 501, de 19 de maio de 1952, a terceira página apresenta o gráfico resumido da pontuação obtida pela instituição, como demonstra a figura 21:

Figura 21 – Ficha de classificação do Ginásio São Francisco de Assis de Ponta Porã, 1956.



Fonte: Relatório de inspeção prévia para mudança de endereço de dezembro de 1956.

O primeiro ponto verificado é que a ficha do São Francisco possui 6 divisões e a ficha proposta pela portaria 501 possui 5, a diferença é que a sexta divisão só trata das instalações para Educação Física que na Portaria fazia parte da divisão V, então, com os dados do relatório e com a pontuação da portaria elaborei o quadro 7 para observar se a pontuação do estabelecimento coincidia com a do relatório:

Quadro 7 – Comparativo entre a Portaria nº 501 de 1952 e o Relatório de Inspeção Prévia do Ginásio São Francisco de Assis de Ponta Porã de 1956.

	Pontuação da Portaria 501, de 19 de maio de 1952	Percentual obtido pelo São Francisco	Pontuação obtida pelo São Francisco, se fosse utilizada a Portaria 501
Divisão I LOCALIZAÇÃO	250 PONTOS	95%	237,5
DIVISÃO II EDIFÍCIO	300 PONTOS	88%	264
DIVISÃO III INSTALAÇÕES	450 PONTOS	61%	274,5
DIVISÃO IV SALAS DE AULAS	500 PONTOS	72%	360
DIVISÃO V SALAS ESPECIAIS	500 PONTOS	73%	365
Não existe Divisão VI na Portaria 501	–	–	–
TOTAL			1501

Fonte: Elaborado pela autora, com base na Portaria 501 de 1952 e o Relatório de Inspeção Prévia do Ginásio São Francisco de Assis de Ponta Porã de 1956.

Pelo quadro 7, o São Francisco teria obtido 1501 pontos e no relatório obteve 1504, como essa diferença é bem pequena e pode ter sido um erro na soma ou na digitação, ou ainda, pode ter sido uma adaptação de valores, em função do acréscimo da divisão VI. Demonstrando a utilização da tabela da Portaria nº 501 para pontuação, nos relatórios de verificação prévia.

A Portaria D.E.C. nº 38, de 21 de janeiro de 1959 (BRASIL, 1959), dispunha sobre a capacidade escolar de que tratavam as Instruções Complementares nº 1, baixadas com a Portaria nº 170/55, que deveria ser verificada em função dos turnos mantidos. Sobre tempos escolares, fixava os turnos matutino, vespertino e noturno.

Este capítulo apresentou a trajetória dos espaços escolares no Estado de Mato Grosso, no Brasil, nas Américas e na Europa e a legislação brasileira sobre o tema, no período proposto. O Brasil não ocupava um lugar de vanguarda no que tange a novas perspectivas de espaços escolares e sempre utilizou modelos “copiados”, principalmente da Europa e dos Estados Unidos. A cópia desses modelos e das propostas metodológicas vinculadas a eles, nem sempre vieram acompanhadas da sua total compreensão, gerando

soluções locais, às vezes inadequadas, de adaptações dessas proposições, construindo uma cultura escolar de acomodações de modelos pré-existentes.

Outro ponto que chama a atenção é como foi tratada a verba para a educação, pois a construção de prédios monumentais nas capitais das províncias ou dos estados (conforme a época) consumia uma vultuosa quantia, deixando o resto da província ou do estado desprovido de escolas, como foi o caso de Mato Grosso, no qual os relatórios de presidentes de Estado apontam para a quase total inexistência de espaços adequados ao ensino, ao mesmo tempo em que foi gasta uma fortuna para a construção do “Palácio da Instrução”, para abrigar três instituições educacionais.

Na legislação brasileira, não foram encontradas muitas variações nas fichas de avaliação dos espaços escolares, entre o período de 1932 e 1961.

Pelas análises efetivadas e considerando, conforme Escolano Benito, as três culturas que exercem influência sobre a escola (a política, a acadêmica e a empírica), a força da cultura política ficou evidente no que tange à construção de espaços escolares, devido ao poder de distribuição das verbas destinadas à educação.

Essas reflexões serão válidas para analisar como os espaços escolares destinados ao ensino secundário foram constituídos na região do Território Federal de Ponta Porã, entre 1943 e 1961, assunto do capítulo III.

CAPÍTULO III – OS ESPAÇOS ESCOLARES NA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO NA REGIÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ

O objetivo deste capítulo é, primeiramente, fazer uma revisão bibliográfica sobre as instituições de ensino que ofereceram o curso ginásial entre 1943 e 1961 na região do Território Federal de Ponta Porã, pontuar a história de sua implantação e analisar os seus espaços escolares por meio de plantas arquitetônicas, croquis, croquis ou fotografias. Como em alguns casos isso não foi possível, utilizei entrevistas para tentar recuperar plantas que foram perdidas ou, pelo menos, gerar esquemas que permitam algum tipo de análise, aliás tive que criar uma metodologia para recuperar essas plantas, uma vez que não encontrei trabalhos científicos sobre o assunto.

Para realizar uma busca sobre ginásios da região, recorri ao repositório da UFGD, por esta ser a única a oferecer programas de pós graduação, a nível de mestrado e doutorado em educação, na área a ser estudada. Para a busca utilizei os seguintes descritores: “Ginásio Estadual Presidente Vargas”; “Ginásio São Francisco de Assis”, “Ginásio Oswaldo Cruz”; “Ginásio Bela Vista”, “Colégio São José” e “Colégio Santo Afonso”.

Com os descritores “Colégio São José” e “Colégio Santo Afonso” nada foi encontrado, já com o descritor “Ginásio Estadual Presidente Vargas” foi encontrado 1 trabalho, de Nyanne do Nascimento Silva. “Educação artística como disciplina escolar em Mato Grosso (do Sul): 1971 a 1982”. A dissertação de Silva, N.N. (2018) analisa a trajetória da disciplina Educação Artística nas instituições de ensino secundário de Dourados – Ginásio Oswaldo Cruz de Dourados e Ginásio Estadual Presidente Vargas – entre 1971 a 1982. Para esta pesquisa é relevante o subitem “as primeiras instituições de ensino secundário em Dourados” e o Quadro 11 no qual a autora indica a bibliografia consultada para a trajetória do Ginásio Oswaldo Cruz. Também apresenta duas fotos da fachada do Ginásio Oswaldo Cruz encontradas no Centro de Documentação Regional (CDR) da UFGD. Sobre o Ginásio Estadual Presidente Vargas realiza o estado da arte e aponta autores sobre o tema; também apresenta duas fotos da Fachada do Ginásio, mas uma delas não corresponde ao recorte desta pesquisa.

Com o descritor “Ginásio Presidente Vargas” não foi encontrado nenhum trabalho, se forem tiradas as aspas foram encontrados 80 trabalhos. Dos quais foram

selecionados: o livro de Pinto e Furtado (2017); e as dissertações de Cavalcante (2016), Silva, W.S. (2015), Marques (2014), Trevizan (2011), Vianna (2007).

No livro organizado por Adriana Aparecida Pinto e Alessandra Cristina Furtado, “A História da educação em Mato Grosso do Sul: temas e abordagens” de 2017 existem dois textos relevantes para esta tese: “Acervos públicos e arquivos escolares: fontes para o estudo da história das instituições educativas no sul de Mato Grosso (1940-1977)” de Inês Velter Marques e Clovis Irala e “Liceu Cuiabano: proposta para o ensino secundário em Mato Grosso (séculos XIX e XX)” de Stella Sanches de Oliveira Silva e Eurize Caldas Pessanha.

Em Marques e Irala (2017) existe o registro das primeiras escolas de ensino secundário em Dourados: o Colégio Osvaldo Cruz; a Escola Imaculada Conceição, das Irmãs Franciscanas; e o Colégio Estadual Presidente Vargas. Marca a instalação do Colégio Osvaldo Cruz em 1954, como sendo a primeira instituição a oferecer o ensino ginásial na cidade; no caso da Escola Imaculada Conceição, criada em 1955, o ensino ginásial começou a ser oferecido em 1958. Na página 19, comenta que “foi a conquista da Escola Estadual Presidente Vargas, criada em 1951 pelo governo de Mato Grosso e construída no ano de 1958, que trouxe prestígio para a cidade no contexto do ensino secundário no estado”. O texto também foi importante pois descreve onde encontrar documentos, como, por exemplo: Recortes dos jornais “O Progresso”, “O Douradense” e “O Grito” 1959 e 1960; 1955 e 1960; no arquivo da Escola Estadual Presidente Vargas.

O segundo texto relevante para esta pesquisa é o de Silva e Pessanha (2017). As autoras destacam, na página 34, a notável expansão dos cursos secundários no sul de Mato Grosso na segunda década do século XX “estabelecendo, no campo educacional, nítida polarização entre as porções norte e sul do estado. Nesse sentido, a capital de Mato Grosso, situada ao norte, guardava para si a exclusividade da formação juvenil das camadas mais privilegiadas”. O texto aponta as palavras de Isac Póvoas, diretor do Liceu Cuiabano em 1930, para demonstrar a dificuldade no cumprimento dos programas do Colégio Pedro II pelos seus alunos. Nessa mesma época, o sul de Mato Grosso, mais especificamente a cidade de Campo Grande, “passou a ter cursos ginásiais seriados formados por uma sociedade escolar consistente, instalados em prédios escolares, organizados com base em um calendário regular de aplicação de exames parciais e de admissão, atividades e festas”.

Na dissertação “Imprensa e educação: o ensino primário rural nas páginas de jornais do município de Dourados - MT (1948-1974)” de Aline do Nascimento

Cavalcante (2016), o objetivo foi analisar a representação do ensino primário rural nas páginas dos jornais “O Douradense” e “O Progresso”, entre 1948 e 1974. O foco da pesquisa está centrado no ensino primário mas duas notícias do Jornal “O Progresso”, chamaram atenção por descrever as instituições de ensino da cidade de Dourados: a primeira intitulada Instrução e Educação, publicada na página 6 do número 155 de 1954, descrevia “Há em Dourados, 1 Ginázio, 1 Grupo Escolar, 1 Patronato de Menores, 5 escolas reunidas, 2 escolas particulares e 28 escolas rurais, com 98 professores e 4.570 alunos”; a segunda publicada na página 6 do número 204 de 1955, intitulada Ensino e Educação descreve os estabelecimentos de ensino existentes na cidade de Dourados: Ginásio Osvaldo Cruz, Patronato de Menores, Grupo Escolar Joaquim Murтинho, Erasmo Braga, Escola Reunidas Cabeceira Alegre, Escola Reunidas «Oeste», Escola Primária Adventista e Escola Municipal Duque de Caxias B também conhecida pelo nome “Orfanato Nhanderoa³⁵”.

A dissertação “Grupo Escolar Presidente Vargas, Dourados-MT: a escola primária urbano/rural em tempos de mudanças no ensino elementar brasileiro (1963-1974)”, de Wilker Solidade da Silva (2015) trata das políticas educacionais que desenharam um modelo de escola que simbolizaram o conceito de moderno para o ensino nacional, com o foco voltado para o Grupo Escolar Presidente Vargas, é interessante ressaltar que foi escolhida a década de 1940 como pano de fundo, mas essa informação causa certa estranheza uma vez que o recorte temporal da pesquisa é de 1963 a 1974. Pensei que tivesse ocorrido um erro de digitação mas o segundo subitem do primeiro capítulo está focado nessa época. Também descreve a educação no Estado “a Tabela 6 [...] evidencia como a escolarização estadual foi intensificada nos últimos anos da década de 1950, principalmente no que se refere ao modelo graduado de ensino. O número de escolas (Grupos Escolares e Escolas Reunidas) dobrou nesse período”. Também descreve a existência do Ginásio Osvaldo Cruz, instalado em 1954. Afirma, nas páginas 94 e 95, que no final da década de 1950, o Colégio Osvaldo Cruz começa a oferecer o Curso Técnico e o governo estadual, “cumprindo sua meta, tem sua maior investida na educação secundária do sul do estado inaugurando, em 1958, o Ginásio Estadual Presidente Vargas”, esse Ginásio foi o único ginásio estadual da região de Dourados, por quase toda a década de 1960. Também cita a notícia publicada na página 6 do número 204 de 1955 do Jornal “O Progresso”. Entretanto, existe uma colocação equivocada no que tange à

³⁵ “Nossa casa” em Guarani.

formação de professores “o município não dispunha em 1955 de uma Escola Normal [...] então os professores que iam trabalhar nas escolas eram, ou advindos de Ponta Porã de formação ofertada na Escola Normal Regional lá instalada ainda sob regência do Território”; a Escola Normal de Ponta Porã só funcionou entre 1945 e 1946 e foi fechada quando o Território foi extinto, a Escola Normal Regional de Ponta Porã voltou a funcionar na década de 1960.

“O Ensino secundário no sul do antigo Mato Grosso: o Colégio Estadual Presidente Vargas de Dourados (1951-1974)”, dissertação de Inês Velter Marques (2014) tem tema fundamental para o desenvolvimento desta tese uma vez que analisa a expansão do ensino secundário em Mato Grosso, principalmente da região prevista no recorte espacial e também a criação do Colégio Estadual Presidente Vargas, no período de 1951 a 1974; principalmente nos capítulos I e II. Os quadros 4 e 5, como já apresentado anteriormente, apresentam as instituições de ensino secundário privadas e públicas em Mato Grosso nos anos de 1950, elaborados com base na mensagem de governador de 1952; ensino secundário particular: Ginásio Salesiano “São Gonçalo” – Cuiabá, Ginásio Salesiano “Coração de Jesus” – Cuiabá, Ginásio Brasil – Cuiabá, Ginásio Salesiano “D. Bosco” – Campo Grande, Ginásio Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora – Campo Grande, Ginásio Particular Osvaldo Cruz – Campo Grande, Ginásio Salesiano Santa Tereza – Corumbá, Ginásio Salesiano Imaculada Conceição – Corumbá; ensino secundário público: Liceu Cuiabano – Cuiabá, Ginásio Maria Leite – Corumbá, Ginásio Maria Constança de Barros Machado – Campo Grande, Ginásio 2 de Julho – Três Lagoas, Ginásio 11 de março – Cáceres, Ginásio Candido Rondon – Aquidauana, Ginásio Bela Vista – Bela Vista. Vale ressaltar que o Ginásio Bela Vista foi implantado pela CNEG e depois encampado pelo governo em 1953. A autora também utiliza o jornal “O Progresso” para descrever a inauguração do Ginásio Presidente Vargas. Existem fotos do Presidente Vargas e a autora descreve e apresenta um mapa da implantação do Ginásio: “A área destinada para construção do Ginásio Presidente Vargas foi doada pelo Professor Celso Muller do Amaral, sendo de 10.000 m². O Ginásio foi construído em uma área central de Dourados, numa rua larga sem pavimento, na qual havia somente uma casa construída, ao lado esquerdo. Existe uma única entrada, na parte frontal do edifício, que possibilita verificar os limites da escola e espaços vazios na frente da construção. A autora assevera que a Escola Imaculada Conceição de Dourados passou a oferecer, em 1958, o Curso Ginásial e o Curso Normal. Com essa informação, mais um estabelecimento de ensino secundário na região foi localizado.

Na dissertação elaborada por Marcio Bogaz Trevizan, “Grupo Escolar Mendes Gonçalves: vicissitudes no processo de escolarização republicana na fronteira Brasil-Paraguai (1889-1931)”, o autor apresenta como objeto o Grupo Escolar Mendes Gonçalves na cidade de Ponta Porã, apesar de estar situado no recorte espacial desta pesquisa, o trabalho está voltado para Grupos Escolares, e conseqüentemente para o ensino primário.

“O Ensino de história nas escolas públicas no período de 1971 a 2002: o caso da Escola Estadual Presidente Vargas de Dourados/MS” de Irene Quaresma Azevedo Viana, apesar de estar situada em um recorte temporal diferente do proposto por esta tese, trata da criação do Ginásio Presidente Vargas e descreve a implantação dos cursos ginásiais em Dourados, primeiramente com dois cursos particulares: o Osvaldo Cruz em 1954 e em 1958 o Ginásio Nossa Senhora da Conceição dentro da escola Imaculada Conceição. Apresenta o processo de formação do Presidente Vargas, iniciando pela sua criação por meio da Lei 427 de 2 de outubro de 1955. Destaco que Marques (2014) aponta que a criação do Presidente Vargas pela Lei nº 427, publicada em 02 de outubro de 1951. Nenhuma das duas autoras faz menção a essa lei nas referências; em visita ao Arquivo Público de Mato Grosso verifiquei que a criação do Presidente Vargas foi feita pela Lei nº 427 de 2 de outubro de 1951 e publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 05 de outubro de 1951. A autora comenta que o prédio foi instalado em uma área de 10 mil metros quadrados, doado pelo professor Celso Muller do Amaral, situado na Rua Oliveira Marques, n. 1643, área central Dourados.

Com o descritor "Ginásio Osvaldo Cruz" não foram encontrados trabalhos, sem as aspas foram encontrados 31 trabalhos; e selecionados 4: Silva, N.N. (2018), já apresentado anteriormente: Salomão (2019); Bobadilha (2016); e Cruz (2014).

A dissertação de Salomão (2019) tem por título “Ginásio Estadual de Bataiporã-MT: história e memórias de sujeitos como experiências de escolarização (1969-1974)” e tem como objetivo “estudar a instituição e o ensino ginásial oferecido no Ginásio Estadual de Bataiporã, localizado no município de Bataiporã, antigo sul de Mato Grosso”. O ensino ginásial é de interesse da pesquisa mas foge ao recorte temporal. O estudo sobre ensino secundário apresenta de forma bastante breve, uma revisão da legislação sobre o assunto. No subitem “Os ginásios em Mato Grosso: os temas e as instituições escolares”, também realiza um breve estudo sobre o tema, afirmando que em 1955 existiam sete ginásios, em diferentes municípios, sendo eles: Cuiabá, Campo Grande, Corumbá, Três Lagoas, Cáceres, Aquidauana e Bela Vista, além dos nove ginásios particulares distribuídos entre

Cuiabá, Campo Grande e Corumbá; o problema é a dificuldade de encontrar uma listagem desses estabelecimentos particulares.

Thierry Rojas Bobadilha escreveu “Educação primária no sul de Mato Grosso: o Grupo Escolar de Bataiporã - MT (1955-1974)”, a dissertação está centrada no Grupo Escolar de Bataiporã, no ensino primário e na colonização da região de Bataiporã.

A dissertação de Gislaine Azevedo da Cruz, “De criança a aluna: memórias da infância e da escolarização de professoras (1930-1970)” tem por objetivo analisar os processos de escolarização das infâncias brasileiras entre as décadas de 30 e 70, utilizando as memórias de professoras de criança e suas relações estabelecidas no espaço escolar. Para esta tese foi útil a definição da autora sobre escola, como sendo um local “para a concretização desse ideário de civilização. Os espaços escolares, como uma criação construída socialmente se diferencia da instituição familiar. Nesse espaço os indivíduos aprendem e têm acesso aos conhecimentos produzidos por outras gerações.” (p. 51).

O descritor “Ginásio Estadual Bela Vista” não apresentou resultados, “Ginásio Bela Vista” também não. Sem aspas 206 resultados, com o filtro Ciências Humanas: Educação, foram encontrados 53 trabalhos mas nenhum relativo ao recorte.

O descritor "Ginásio São Francisco de Assis" não apresentou nenhum resultado, sem aspas foram encontrados 2673 resultados e com aspas no nome (Ginásio "São Francisco de Assis") foram encontrados 6 resultados: Loreiro (2019); Salomão (2019) já apresentado; Silva,N.N. (2018) já apresentado; Bobadilha (2016) já apresentado, Silva, A.C. (2011) e Pereira (2006). Só é válido ressaltar que, após análise, só existe menção sobre São Francisco de Assis no trabalho de Pereira³⁶.

O trabalho de Marcus Wagner Antunes Loureiro “Regulamento nº 7 e o método francês de ginástica: um projeto de educação física nacional (1928-1934)”, busca indícios de treinamento do soldado para a guerra no Regulamento Geral de Educação Física – Regulamento nº 7; descreve o regulamento como sendo a tradução do Método Francês de Ginástica, realizada por membros do Centro Militar de Educação Física, supervisionados pela Missão Militar Francesa, entre 1928 e 1934. Não foram encontrados elementos que contribuam para essa tese.

³⁶ Então compreendi como se dá a busca dentro do repositório, se for digitado Ginásio "São Francisco de Assis", vão ser apresentados todos os trabalhos com o descritor “Ginásio” e todos os trabalhos com o descritor “São Francisco de Assis”; quando se digita tudo sem aspas o repositório apresenta todos os resultados que apresentam “Ginásio” mais todos os resultados para “São”, todos para “Francisco” e assim por diante.

“Grupo Escolar Esperidião Marques uma contribuição para os estudos das instituições escolares em Mato Grosso 1910-1947”, dissertação de Adriane Cristine Silva, está centrada no Grupo Escolar Esperidião Marques (GEEM) da cidade de Cáceres (MT) criado no ano de 1912; o recorte temporal proposto é de 1910 a 1947, portanto coincide, em parte com o recorte temporal desta tese. A temática também tem certa semelhança uma vez que, com base na Lei nº 27 de 22 de outubro de 1947, passou a funcionar nas dependências do prédio do GEEM, o Ginásio Estadual Onze de Março criado, por um período de 14 anos. Em seu Capítulo III, a autora apresenta temas relevantes para esta pesquisa, pois trata da construção do prédio, no qual a autora destaca que os prédios escolares deviam também imprimir sua dimensão social e “simbolizar os novos valores a serem incorporados pela sociedade e traduzir a construção de uma nação moderna pautada na cultura e na educação”. (SILVA, A.C. 2011, p. 119). Afirma que o Ginásio Estadual Onze de Março ancorado na Lei nº 27 de 22 de outubro de 1947, no contexto da Campanha de criação de Ginásios Populares no Brasil (1945), passando a funcionar nas dependências do prédio do GEEM no período de 1948 a 1962. (p. 153). Devo ressaltar que o termo “Ginásios Populares” deveria ser mais bem explicado no texto pois foi pouco utilizado, a campanha logo passou a se chamar Campanha Nacional de Educandários Gratuito (CNEG) e posteriormente Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC).

Representações franciscanas: o Padroeiro Reformador na Paróquia São Francisco de Assis em Campo Grande - Mato Grosso do Sul (1950 a 1980), é a dissertação de Aline Cerutti Pereira. Pelo seu resumo o trabalho tem por objetivo, segundo Pereira (2006), “compreender como as representações franciscanas foram ressignificadas, ao longo do período de renovação católica (1950 a 1980), permeadas pelo contexto histórico, promovendo a edificação e perpetuação da Igreja Católica”, portanto o trabalho se distancia do tema proposto por essa pesquisa; também foi feita uma busca, dentro do texto, com os descritores “Presidente Vargas”, "Oswaldo Cruz", e “Bela Vista” “Ginásio São Francisco de Assis” e nada foi encontrado.

Além das encontradas pela busca no repositório, a leitura dos trabalhos encontrados indicou ainda as dissertações de Amaro (2018) e Silva, L.P. (2017) e os artigos de Moreira e Rodrigues (2017) e Furtado e Moreira (2015).

Eliane Maria Amaro escreveu “Escola Franciscana Imaculada Conceição: História da instituição educativa na região de Dourados, sul de Mato Grosso (1955-1975)” e informa que com o Instituto Educacional de Dourados, de 1955 a 1961,

implantam-se os seguintes cursos: Normal Regional e Normal Colegial (1959) e o Ginásio Secundário (1961). A obra para abrigar a nova sede da instituição começou em 1959 e durou dez anos. O engenheiro Federico Mandelink (CREA 6ªR 11066/D) elaborou o projeto arquitetônico do Instituto Educacional de Dourados, em 10 de junho de 1960, compondo-se de duas folhas. O terreno foi adquirido com o auxílio de doações “Uma parte da terra foi doada pelo Senhor Vlademiro Müller do Amaral e a outra, comprada pelas Irmãs através de doações recebidas de famílias”. (AMARO, 2018, p. 101). Para a autora “A criação de um Instituto Educacional abriria as portas para o trabalho das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã em diversos níveis da educação: Curso Normal, Jardim de Infância, Primário e Ginásio” (AMARO, 2018, p. 114). O texto apresenta plantas, fachadas e foto do prédio escolar. Tornando-se fonte imprescindível.

Em “No arquivo do professor José Pereira Lins: uma leitura entre vida e obra”, Luciano Primo da Silva analisa o arquivo com fins de realizar um confronto das fontes encontradas para elaborar uma reflexão teórico-crítica sobre elas. Conforme o autor, o professor Lins chegou a Dourados em 1954 convidado pelo Diretor do Colégio Oswaldo Cruz de Campo Grande para fundar uma escola de mesmo nome naquele município; em 1956 comprou “por preço módico” o Oswaldo Cruz de Dourados. Entre 1956 e 57 o Ginásio funcionava em uma das salas do Grupo Escolar Joaquim Murinho, depois transferido para um espaço alugado, descrito como sendo um pardieiro, uma casa de madeira caindo aos pedaços que funcionava na rua Presidente Vargas, esquina com a Onofre Pereira de Matos de propriedade do senhor Joaquim de Oliveira, do cartório do terceiro ofício. O terreno para construção da sede foi comprado em 1964.

“O Ginásio Oswaldo Cruz de Dourados nas páginas do jornal estudantil ABC: ensino secundário no sul de Mato Grosso nos anos 1960” artigo escrito por Moreira e Rodrigues (2017) descreve que o Ginásio Oswaldo Cruz, primeira instituição de ensino secundário do município, era uma extensão do Colégio Oswaldo Cruz de Campo Grande e começou a funcionar em Dourados no ano de 1954 e utiliza as palavras de Rocha (2010) para reforçar a ideia de que não existiram investimentos do poder público para a implantação de estabelecimentos de ensino secundário da região de Dourados, favorecendo o aparecimento de ginásios particulares, situação que cessa com o funcionamento do Ginásio Estadual “Presidente Vargas” em 1958 e reforça “A ausência de políticas públicas em prol da escolarização, em especial para o ensino secundário, no sul de Mato Grosso, como já evidenciaram outros autores, contribuiu para a implantação da referida instituição” (p.134). Sobre as instalações, o texto destaca que as aulas

começaram em uma das salas do Grupo Escolar Joaquim Murtinho e depois foram transferidas para uma “casa de madeira, paredes caindo, galinhas passando” no qual ficou até 1957; o estabelecimento foi então transferido para uma chácara de 10.000 m², sem luz elétrica “onde não se chegava nem de charrete”. As autoras apresentam um trecho do Jornal ABC (impresso elaborado por alunos do Oswaldo Cruz) de 1962, com o título “Praga ao ensino de Dourados” sobre a dificuldade de manutenção do Ginásio Presidente Vargas: “É, a conclusão a que se chega, observando-se os restos do ex-quase ginásio Estadual Presidente Vargas, o qual, exatamente ao inverso dos outros educandários, não começou pelo berço, mas pelo túmulo” (O ABC, 1962a, p. 1), esse mesmo artigo se refere ao Oswaldo Cruz como um “presente” para a cidade.

O artigo de Furtado e Moreira (2015) apresenta a Criação do Colégio Oswaldo Cruz na cidade de Dourados em 1954 por José Pereira Lins. As autoras atribuem a José Pereira Lins um papel relevante na ação e difusão da CADES³⁷ em Mato Grosso, no tocante ao ensino secundário, pois atuou como orientador pedagógico do Curso de Treinamento Básico para Professores do Curso Médio da referida campanha e também trabalhou na orientação e assistência pedagógica prescrita pela CADES aos professores leigos mato-grossenses.

Este texto foi elaborado com a bibliografia encontrada, com os documentos encontrados no Arquivo Público de Mato Grosso, no site do INEP e nos livros de Atas das Câmaras de Vereadores dos Municípios de Ponta Porã, Dourados e Bela Vista, entretanto a Câmara de Vereadores de Bela Vista informou, através de sua assessoria jurídica, que os livros do período estudados foram perdidos durante a mudança para atual sede.

Para delimitar quais os municípios seriam estudados nesta tese, o quesito população pareceu o mais razoável. De acordo com o Censo do IBGE de 1950³⁸, os municípios do antigo Território Federal de Ponta Porã possuíam os seguintes números:

- Bela Vista – 16.436 habitantes;
- Dourados – 22.834 habitantes;
- Maracaju – 5.799 habitantes;
- Miranda – 7.419 habitantes;

³⁷ A CADES foi criada em 1953 pelo Decreto-lei nº 34.638 de 17 de novembro para preparar tecnicamente pessoas leigas para o exercício do magistério secundário e possuía um duplo objetivo: elevar e difundir o nível de ensino secundário no país.

³⁸ Tabela 36 do Censo do IBGE de 1950. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v29_mt.pdf. Acesso em: 12 mar. 2020.

- Nioaque– 6.742 habitantes;
- Ponta Porã– 19.997 habitantes;
- Porto Murtinho – 8.436 habitantes;

Decidi analisar os municípios com população maior que 10.000 habitantes, portanto serão trabalhados os municípios de Dourados, Ponta Porã e Bela Vista³⁹, por ordem de número de habitantes.

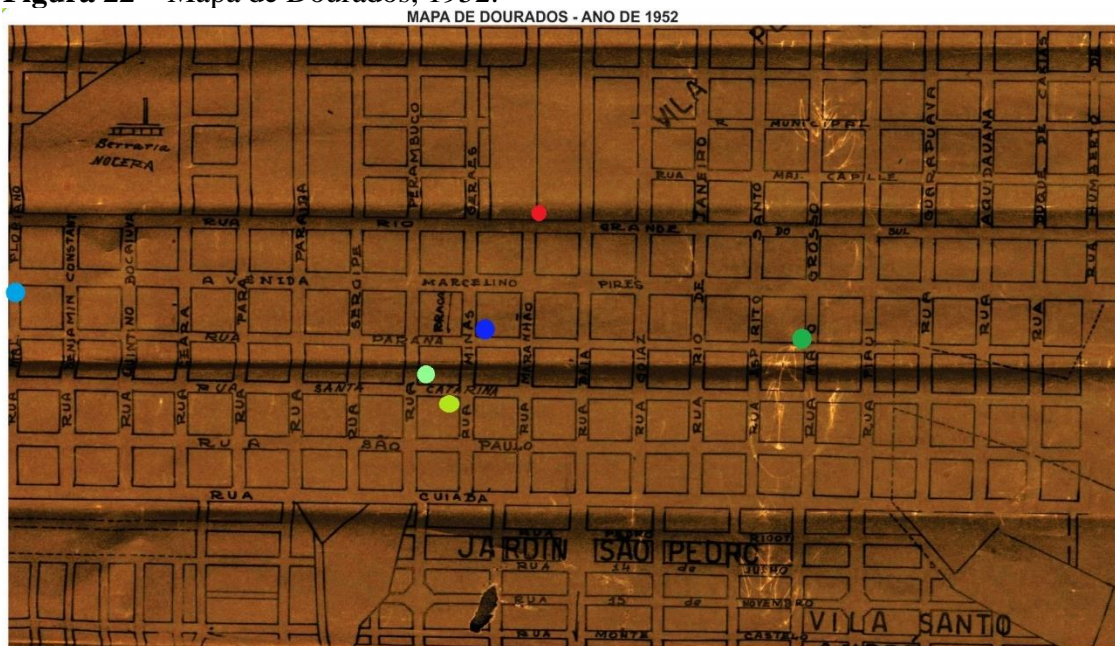
3.1 Dourados

Dourados era, e ainda é, o município com maior número de habitantes da região. Em 1940, sua população era de quase 15.000 habitantes, chegando a cerca de 23.000 em 1950; em 1960 chegou perto dos 85.000. Em Dourados foram encontrados, até 1961, três instituições que ofertavam o ensino ginasial e as três possuíam características administrativas diferentes: O Ginásio Estadual Presidente Vargas; o Ginásio Nossa Senhora da Conceição, vinculado à Escola Imaculada Conceição e ao Patronato de Menores, de origem religiosa; e o Ginásio “Oswaldo Cruz”⁴⁰, de iniciativa particular, que surgiu como uma extensão da entidade de mesmo nome, em Campo Grande.

³⁹ Na tabela do IBGE apareceram mais alguns municípios criados após a extinção do Território Federal de Ponta Porã, como é o caso de Amambai, mas nenhum desses municípios tem população maior que os três selecionados.

⁴⁰ Em alguns documentos aparecem a grafia “Oswaldo Cruz”, utilizarei sempre a grafia dos documentos, no caso do texto da tese utilizarei a grafia “Oswaldo Cruz”.

Figura 22 – Mapa de Dourados, 1952.



Fonte: Elaborado pela autora com base no mapa baseado na pesquisa de Carlos Amarilha publicado pela Comissão de Revisão Histórica de Dourados⁴¹.

O ponto vermelho do mapa da figura 22 pontua a localização do Ginásio Estadual Presidente Vargas; o azul claro marca o Patronato de Menores e o azul marinho a filial do Patronato – ou Patronato São Francisco ou Educandário Santo Antônio –, o Imaculada Conceição estava em zona afastada e não aparece neste mapa – se localizava cerca de cinco quadras ao norte do Ponto Vermelho e quatro a oeste do mesmo ponto –. O Ginásio Oswaldo Cruz iniciou suas atividades no Grupo Escolar Joaquim Murtinho, ponto verde fosforescente, depois se mudou para o ponto verde claro e finalmente para o ponto verde escuro.

3.1.1 O Ginásio Estadual “Presidente Vargas”

O Ginásio Estadual “Presidente Vargas”, de Dourados, foi criado juntamente com os ginásios das cidades de Poxoréu, Rosário do Oeste, Guiratinga, e Paranaíba pela Lei Estadual nº 427 de 2 de outubro de 1951 (MATO GROSSO, D.O. 5 out. 1951), com início de atividades previsto para janeiro de 1955. Pelos Diários Oficiais do Estado foi possível verificar que o referido Ginásio só começou a funcionar em 1958, uma vez que os

41

Disponível

em:

<https://www.facebook.com/333988816759724/photos/a.334020403423232/897461580412442/?type=3&heater>. Acesso em: 05 abr. 2020.

funcionários só foram nomeados por meio da criação de cargos da Lei nº 1.017 de 7 de dezembro de 1957. (MATO GROSSO, D.O. 12 dez. 1957).

A título de curiosidade, uma vez que o pessoal contratado demanda espaço para execução de suas tarefas, foram criados os seguintes cargos: pessoal fixo – 1 de Diretor, 1 de Secretário, 12 de Professor, 1 Professor de Educação Física, 1 de Preparador de Física e Química, 1 de Inspetor de Alunos, 1 de Escriurário, 1 de Porteiro; pessoal variável – 2 Contínuos.

Para as instalações, a instituição recebeu um crédito especial pelo Decreto nº 427 de 23 de abril de 1958 (MATO GROSSO, D.O. 26 abr. 1958), o valor total contido no decreto era de Cr\$ 2.500.00,00, a ser distribuído pelos ginásios “Ribeiro de Arruda”, de Poconé; “7 de Setembro”, de Poxoréu e “Presidente Vargas”, de Dourados. Um detalhe que chamou a atenção é que esse recurso foi obtido com a anulação de um auxílio para a construção de um Ginásio na cidade de Ponta Porã. Não foi encontrado nenhum contrato de concessão de auxílio entre o INEP e o Ginásio Estadual “Presidente Vargas”.

Apesar de ter recebido as verbas descritas, Viana (2007), em uma entrevista concedida pela Professora Irene Rasllan, demonstra que o prédio foi inaugurado sem estar totalmente pronto.

no dia 04 de setembro de 1959, [...] tivemos um vendaval em Dourados, um tufão[...] e a parte da frente da escola que estava em construção, que é uma parte alta, com primeiro e segundo piso, que não tinha janelas ainda, haviam só as aberturas, o vento entrou por aquelas aberturas e levou o teto, porque a parte de cima não é laje, é forro, de madeira, levou toda aquela parte e derrubou, realmente a escola caiu, a frente da escola caiu, então em 1959, o colégio não tinha mais capacidade de suportar as primeiras e segundas turmas. Por que já tinha a 5ª e a 6ª série, então a escola se mudou pro pátio da Igreja Presbiteriana, no centro da cidade ali, que tinha salas ociosas da antiga Escola Erasmo Braga [...]ela só foi reaproveitada para funcionar ali o Presidente Vargas e aí a escola funcionou 4 anos, 4 anos para reconstruírem o prédio. (RASLLAN *apud* VIANA, 2007, p. 56-57).

Esse depoimento abre indícios de algumas irregularidades: o contrato de obras previa a construção de um pavimento (mas o projeto continha dois pavimentos), quem custeou o segundo pavimento? Talvez a verba para a construção do primeiro pavimento tenha sido utilizada para a construção do segundo; os materiais eram realmente de primeira qualidade? Uma vez que um tufão inutilizou o uso da construção (nesse caso existem duas possibilidades, ou o vento foi realmente forte ou a construção era frágil).

A obra realmente parece não ter sido bem executada pois o Vereador João da Câmara sugeriu a apresentação de um requerimento ao Governador do Estado para a abertura de uma sindicância para apurar “as condições técnicas e de segurança na construção do Ginásio Estadual Presidente Vargas” e também uma “solução definitiva no sentido de ser coordenado uma reconstrução ao referido prédio”. (DOURADOS, 1959, f. 46). Existe comprovação de que esse problema se estendeu por anos pois em agosto de 1961, o Vereador Tércio Torres de Sá requereu envio de um ofício ao Governo Estadual “para que seja averiguado[?] no orçamento, verba para a reconstrução do Ginásio Estadual Presidente Vargas dessa cidade; em discussão e votação foi aprovado por unanimidade de votos”. (DOURADOS, 1961, f. 133). Viana (2007) afirma que o prédio só voltou a abrigar a instituição em 1964 e Marques (2014, p. 65) apresenta uma citação de Moreira que o Presidente Vargas em 1964 “voltou ao seu prédio próprio, embora este ainda estivesse em fase de construção”.

O prédio do Ginásio Presidente Vargas é o que merece maior atenção deste trabalho, primeiramente por não ter sido encontrado nenhum trabalho científico que apresentasse a planta dessa instituição; em segundo lugar porque dos desenhos originais, só foram encontradas cópias heliográficas bem apagadas no Arquivo Público de Mato Grosso; em terceiro porque foi a única construção para esse fim iniciada e terminada dentro do recorte temporal proposto; e, para finalizar, foi a única obra finalizada com recursos públicos para esse fim nos recortes temporal e espacial dessa tese.

Conforme Viana (2007), o prédio foi instalado em uma área de 10 mil metros quadrados, doado pelo professor Celso Muller do Amaral, situado na atual Rua Oliveira Marques, nº 1643, área central Dourados. Marques (2014) destaca que no período de criação do “Presidente Vargas”, Celso Müller do Amaral era o Presidente da Câmara de Vereadores de Dourados, aqui abro uma conjectura para ser esclarecida por pesquisadores no futuro, a doação do terreno para construção foi realmente de Celso Muller ou foi um terreno “doador” por terceiros?, nos documentos da Câmara de Vereadores não foi encontrado nada sobre o assunto.

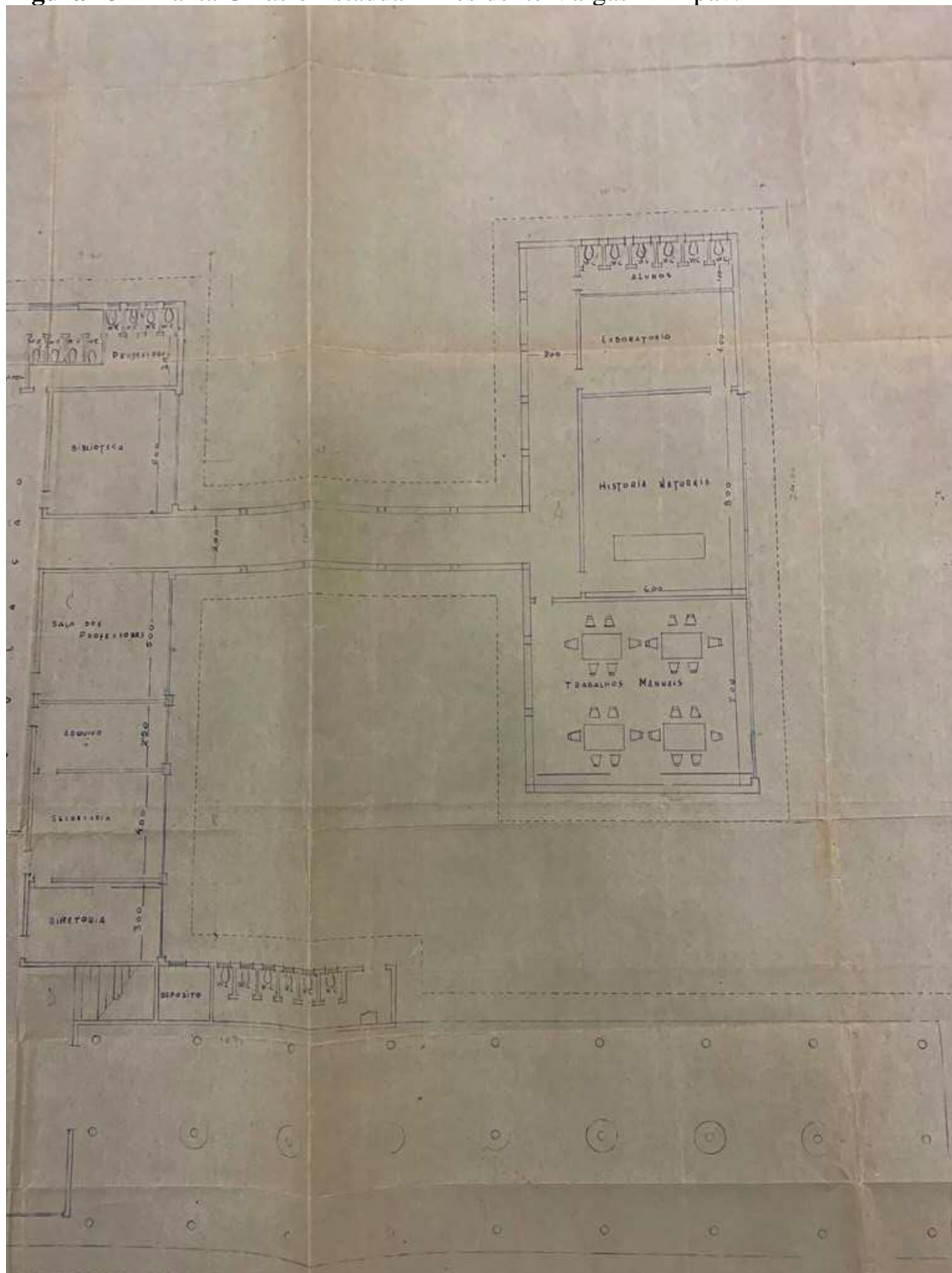
De acordo com o carimbo das plantas⁴², o projeto foi elaborado no Departamento de obras Públicas do Estado de Mato Grosso (MATO GROSSO, A.C. 1955), elaborado por João (ilegível, provavelmente Timótheo) da Costa e os desenhos foram apresentados na escala 1:100. Pelo contrato de empreitada assinado com o governo estadual, o

⁴² O carimbo está sempre situado no canto inferior direito das plantas arquitetônicas e contém informações relevantes ao projeto, como autoria e data de elaboração.

construtor foi o Sr. Vitorio Fedrizzi. O contrato datado de 9 de setembro de 1955, era bem simples e só estabelecia a construção do primeiro pavimento de acordo com especificações do Departamento de Obras Públicas (não encontradas); o valor do contrato era de Cr\$ 1.840.000,00, pagos em 6 prestações, que só seriam saldados após verificação do departamento. Como obrigações do contratado constam do Contrato: a utilização de material de primeira qualidade, obedecer a exigências da fiscalização, iniciar a obra dez dias após a aprovação do contrato pelo Tribunal de Contas do Estado; e concluir a obra em 180 dias. No contrato não consta a metragem quadrada do prédio a ser construída. Pelos cálculos realizados após o desenho das plantas, o primeiro pavimento tinha cerca de 853 m² e o segundo cerca de 418 m².

Para análise, primeiramente, tentei fotografar as plantas e fachadas no Arquivo, figura 23, mas o resultado demonstrou que alguns detalhes ficavam comprometidos pela fotografia, como, por exemplo, a medida de alguns compartimentos. Por esse motivo, desenhei no programa Autocad, utilizando as medidas retiradas das plantas em escala 1:100 encontradas, conforme as figuras 24, 25, 26 e 27; vale ressaltar que não foram encontrados os cortes no projeto; todas as cotas encontradas no desenho elaborado também estavam nos desenhos originais, algumas medidas foram aproximadas para “fechar” o desenho.

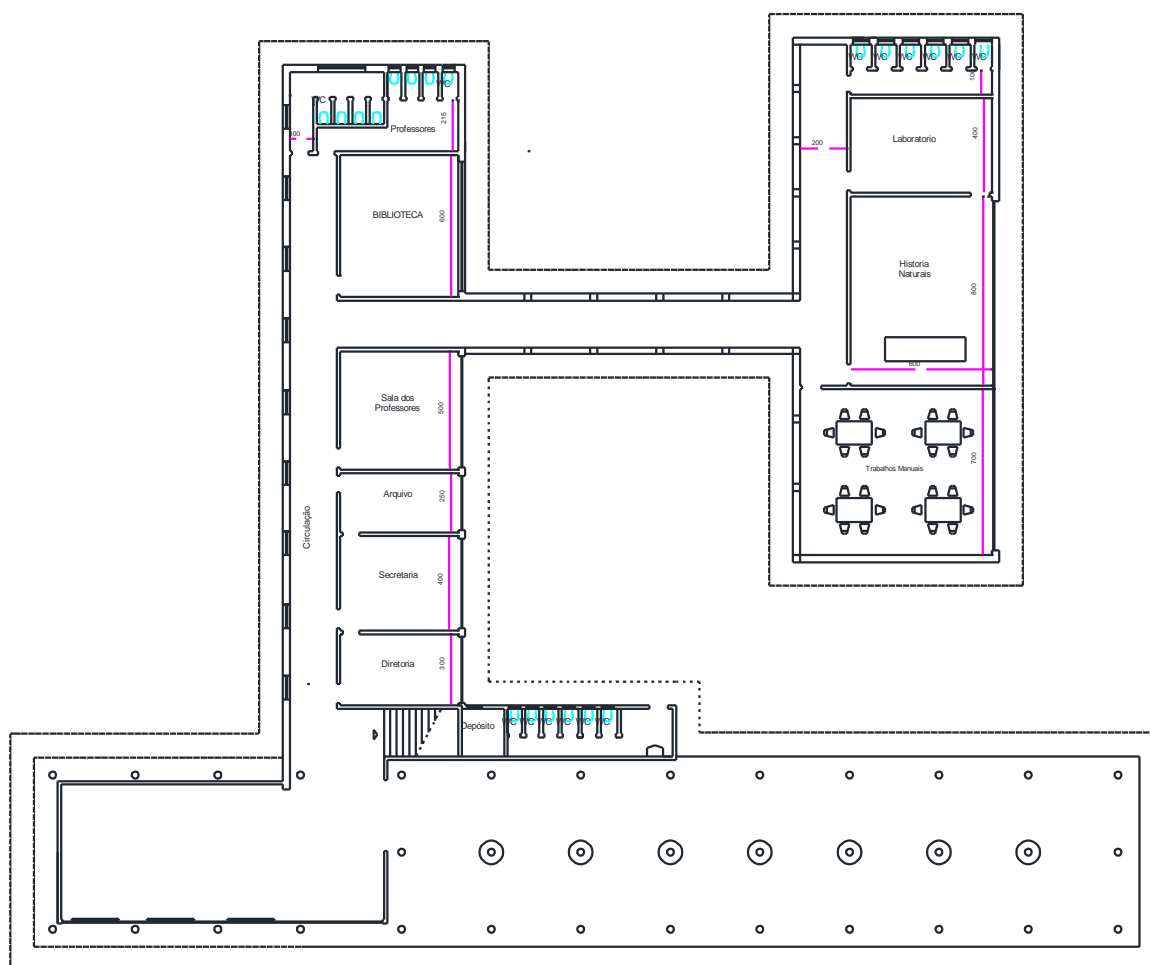
Figura 23 – Planta Ginásio Estadual "Presidente Vargas" - 1º pav.



Fonte: MATO GROSSO (1955). APMT, A. C. APMT Doc. 218. MAP.02/G. 05/ENV. 170.

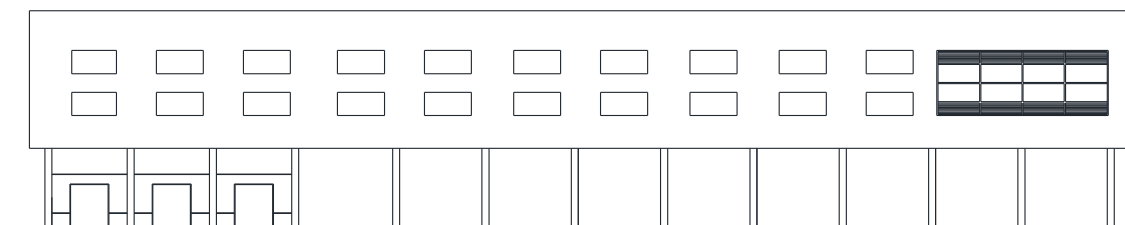
Essas plantas e fachadas permitem dois tipos de análise: a primeira feita de acordo com a legislação e com as recomendações do Ministério de Educação e Cultura apresentados no Capítulo I e a segunda considerando os espaços como integrantes cultura escolar propostos por Viñao Frago e apresentados no Capítulo II.

Figura 24 – Ginásio Estadual “Presidente Vargas” - Planta baixa 1º pav. – sem escala.



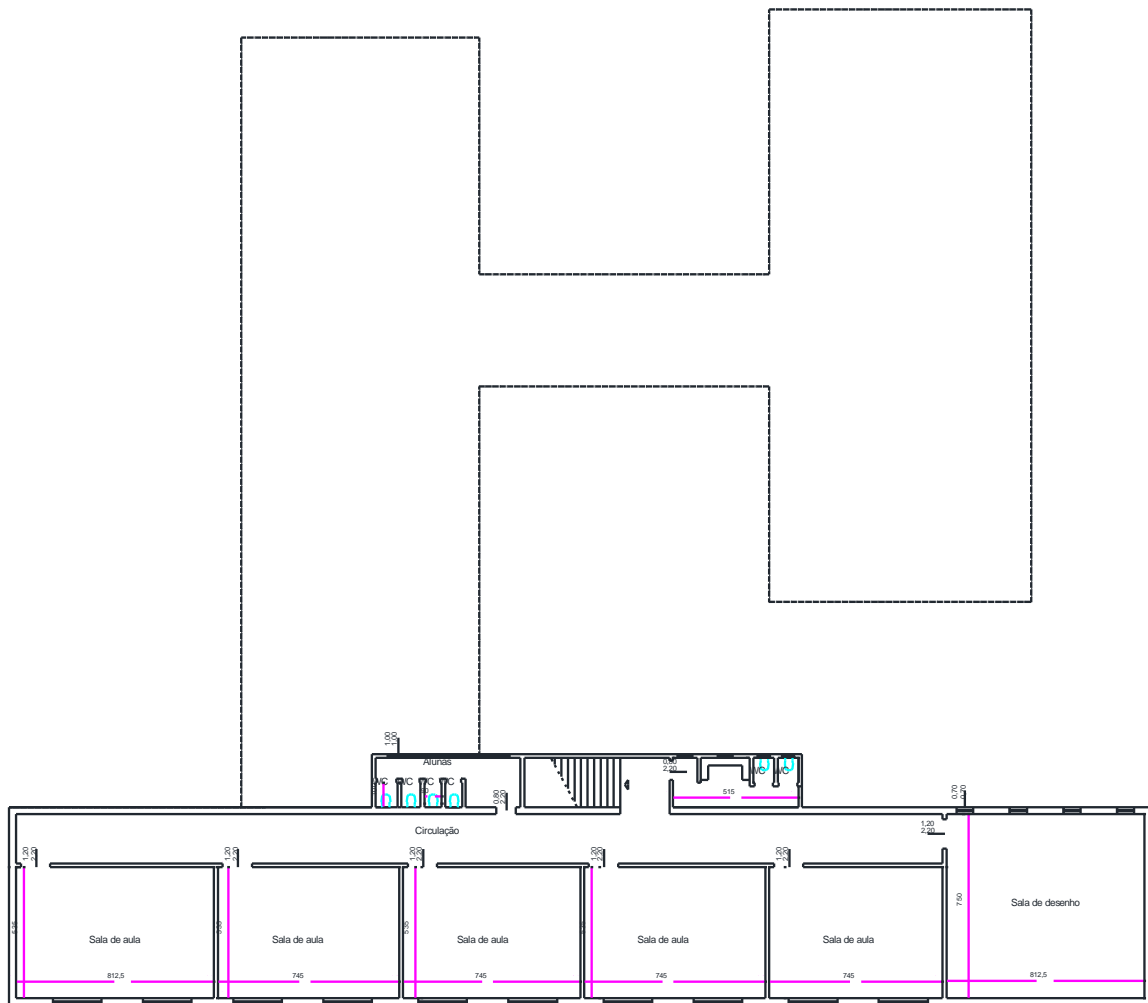
Fonte: Elaborada pela autora, redesenhado no programa Autocad com base no original do Arquivo Público de Mato Grosso.

Figura 25 – Fachada principal do Ginásio Estadual Presidente Vargas – sem escala.



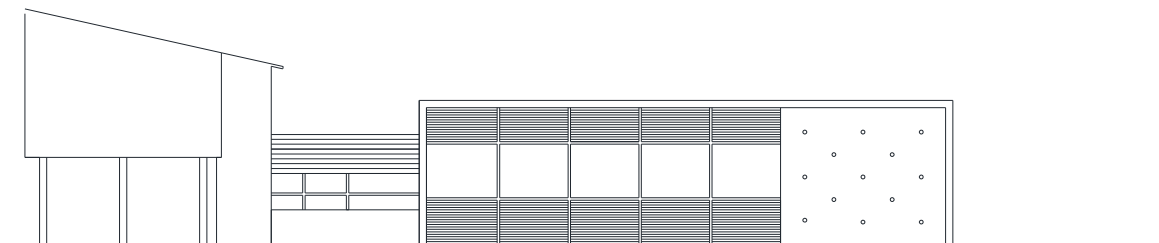
Fonte: Elaborada pela autora, redesenhado no programa Autocad com base no original do Arquivo Público de Mato Grosso.

Figura 26 – Ginásio Estadual “Presidente Vargas” - Planta baixa 2º pav. – sem escala.



Fonte: Elaborada pela autora, redeseenhada no programa Autocad com base no original do Arquivo Público de Mato Grosso.

Figura 27 – Ginásio Estadual "Presidente Vargas" - Fachada Lateral - sem escala.



Fonte: Elaborada pela autora, redeseenhada no programa Autocad com base no original do Arquivo Público de Mato Grosso.

Para a primeira análise, comparo o prédio do Presidente Vargas com os dados técnicos das recomendações do MEC de 1958, descritas no Capítulo II:

1. A capacidade do projeto do Ginásio Estadual Presidente Vargas era, provavelmente, para 200 alunos por turno, uma vez que possuía 5 salas de aula de aproximadamente 40 m², se considerar. à razão de 1 m² por aluno prevista nas recomendações. O número de salas de aula chama atenção, pois o projeto continha 5 salas de aula se, de acordo com a Lei Orgânica do Ensino Secundário, de 9 de abril de 1942 (BRASIL, 1942), em seu Artigo 2, o Curso Ginasial teria 4 anos; pode-se pressupor que talvez tivesse sido pensado uma classe de admissão ou uma futura instalação do segundo ciclo de ensino secundário.

2. O projeto podia ser “girado”, permitindo mudança de orientação.

3. De acordo com o projeto as salas de aula estavam abertas para a fachada principal, situada na Rua Oliveira Marques, nº 1643, conforme figura 28, portanto na fachada sul, a que menos recebe incidência de raios de sol, discordando das recomendações do MEC pois para um ginásio localizado na zona central do país a orientação era posicionar as salas de aula para o noroeste.

Figura 28 – Fachada do Ginásio Estadual "Presidente Vargas".



Fonte: Acervo de Célia Rute Menendez Duarte, ajustada por Paulo Takarada⁴³.

⁴³

Disponível

em:

<https://www.facebook.com/groups/douradosrecantoshistorias/permalink/1573608516137215/>. Acesso em: 05 abr. 2020.

4. O projeto permitia futuros acréscimos.
5. Quanto à circulação, o partido adotado pelo projeto era simples, as galerias internas do primeiro pavimento abriam-se para pátios e jardins, permitindo constante aeração, facilitando ao mesmo tempo, a fiscalização e a rápida movimentação. A foto da figura 29 demonstra, ao fundo, a circulação atrás do pátio interno entre a sala de professores e a sala de Trabalhos Manuais.

Figura 29 – Foto da turma inaugural do Presidente Vargas em 1958.



Fonte: Marques (2014, p. 48); melhorada com Adobe Photoshop Express

6. Foram projetadas 5 salas de aula com área de cerca 40 m², prevendo o acréscimo de matrícula, admitindo-se, no caso, o máximo previsto de 40 alunos à razão de 1 m² por aluno, a maioria das salas tinha medida aproximada de 7.45m x 5.35m chegando perto da proporção considerada ideal pelo MEC de 3/4 da largura sobre o comprimento.

7. O MEC recomendava pelo menos uma sala de aula especial para o ginásio, o Presidente Vargas possuía 4 salas de aula especiais: Laboratório, História Natural, Trabalhos Manuais e Desenho. Um ponto que chamou bastante atenção foi a metragem

quadrada das salas especiais, cerca de 190 m², em relação a metragem quadrada das salas de aula, cerca de 202 m²; essas metragens são praticamente iguais, enquanto a recomendação do MEC era para uma sala especial. Existem indícios de que o projeto já foi pensado com a intenção de implantação do segundo ciclo do ensino secundário.

8. O Ginásio também possuía uma biblioteca posicionada ao lado da sala de professores.

9. Existia uma sala denominada depósito que, provavelmente, era destinada à guarda do material didático das salas especiais.

10. Existia uma área livre, localizada no centro do projeto que, segundo as orientações do MEC permitia a sua utilização como local para a prática de Educação Física.

11. Existia uma área coberta, ou seja, um recreio coberto, embaixo das salas de aula que, segundo recomendações do MEC, podia sofrer as mais variadas adaptações, consoante as tendências do estabelecimento.

12. Não foi possível localizar os bebedouros do projeto.

13. As instalações sanitárias, quanto ao número de aparelhos, satisfaziam a capacidade do estabelecimento.

14. As dependências da administração do estabelecimento, permitiam uma fiscalização constante e eficiente por parte dos administradores uma vez que a escada de acesso às salas de aula se encontrava ao lado da direção.

Tanto a sala da diretoria, como a secretaria e sala de professores eram servidas por sanitários próprios, situados nas proximidades das demais instalações, ocasionando grande economia na construção.

15. Pelo projeto não apresentar os cortes, não foi possível verificar a previsão de instalação da caixa d'água própria, como também não foi possível observar o local para os extintores de incêndio.

16. Não foi possível verificar a arrumação das dependências, pois a única referência de arrumação é a sala de Trabalhos Manuais.

Como foi percebido, o prédio possuía características do movimento moderno, estruturado com base na sua funcionalidade e sem ornamentos decorativos, e se assemelha bastante à proposição de prédios elaborada pelo MEC. Vale ressaltar que, pelas fotos encontradas, a execução seguiu o projeto.

Para analisar o edifício escolar tendo a cultura escolar como referencial teórico, Viñao Frago (2016) recomenda que ele seja avaliado em várias interações:

- O interno e o externo – na época de sua inauguração, observa-se uma cerca de arame liso determinando as dimensões do terreno. Essa cerca não servia como uma barreira para separar, nem visual nem efetivamente, o interno do externo. O prédio também não utilizava o partido adotado pelos monastérios da idade média, de um pátio completamente fechado. Pode-se observar pelas figuras 28 e 29, que qualquer visitante conseguiria chegar à sala de professores ou a sala de laboratório sem problemas.

- O fechado e o aberto - o partido adotado⁴⁴ pelo projeto trabalhava com grandes espaços abertos e a fachada com pilotis, ou seja, com espaços abertos sustentados somente por pilares, permitia uma grande permeabilidade visual, permeabilidade encontrada também no corredor que ligava os dois blocos traseiros do primeiro pavimento, como se pode observar na figura 28, o projeto apresentava um alto grau de porosidade.

- O visível, o transparente e o oculto – para o visitante, como a porosidade do projeto era alta, a circulação interna era bastante visível, trazendo a sensação de um alto controle, mas essa mesma porosidade podia causar problemas no sentido de controle, uma vez que esse tipo de projeto permite que os alunos fujam das aulas sem a menor dificuldade.

- O pequeno e o grande – como já observada nas figuras 28 e 29, o edifício tinha proporções grandes em relação aos outros prédios da cidade na época, ele se destacava dos demais, não só por suas medidas como também pelo estilo da construção.

- O curvo, angulado e retilíneo – esteticamente o prédio apresentava linhas extremamente rígidas e retas, apesar de não possuir ornamentos, o prédio se impõe na paisagem urbana como um marco da educação “moderna”, tentando passar a ideia de que o governo estava atualizado com as tendências de ponta.

- O próprio, estrangeiro e comum – não posso afirmar que a construção tenha sido elaborada para gerar o sentimento de identidade ou pertencimento, aliás o objetivo da construção era marcar “uma nova era” na educação do interior do Estado. O prédio projetado dentro das linhas do modernismo não poderia ser considerado, na Dourados dos anos 1950, como próprio ou comum, seu desenho simplista com grande massa de concreto contrastava em muito com as linhas e os materiais da cidade, sua dimensão também servia para se impor no desenho da cidade. Para comprovar esta afirmação apresento uma foto da figura 30 que mostra a principal avenida de Dourados, a Marcelino Pires, no ano de inauguração do Presidente Vargas; essa análise é pautada no discurso de Escolano Benito

⁴⁴ Partido arquitetônico inclui o conceito ou estratégias do projeto, engloba todos os aspectos norteadores do mesmo.

(2000, p. 84) que enfatiza a observação do prédio escolar como uma construção cultural que expressa e reflete, além de sua materialidade, certos discursos; nesse caso o discurso de atualidade e modernidade do governo estão espelhados no projeto.

Figura 30 – Avenida Marcelino Pires, em 1958.



Fonte: foto de Rosendo Azambuja⁴⁵, melhorada com Adobe Photoshop Express.

- As ordens hierárquicas superiores ou inferiores – se as plantas do Presidente Vargas forem observadas, existe a impressão de não haver demarcação de uma ordem hierárquica, mas um olhar mais atento percebe que a diretoria está posicionada antes da secretaria e da sala de professores e ao lado da escada de acesso as salas de aula. O diretor conseguia perceber, devido a sua localização, quase toda a movimentação da instituição. Afinal, como já mencionado, Escolano Benito (1993-94) caracteriza o espaço escolar como um tipo de discurso que institui em sua materialidade todo um sistema de valores e Viñao Frago (2005) caracteriza a arquitetura escolar como uma linguagem não verbal que transmite hierarquia, valores, classificações e representações mentais.

⁴⁵

Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1123835257954742&set=g.195169290647818&type=1&theater&ifg=1>. Acesso em: 10 abr. 2020.

- O que está à frente e o que está por trás – visualmente, o prédio passava a sensação de solidez e modernidade que a educação mato-grossense tentava transmitir, por trás está uma construção que só funcionou por um ano e meio e depois teve que ser fechada, em função de um vendaval. Por falta de condições do espaço, permaneceu fechada por quase 5 anos.

- O próximo e o distante - de acordo com o mapa apresentado no início do item 2.1, o Ginásio Estadual Presidente Vargas foi localizado bem no centro de Dourados, a três quadras da praça principal, bem próximo dos principais prédios da cidade.

- O que fica de um lado ou de outro – Não foi possível constatar a vizinhança do Presidente Vargas.

- A análoga e a diferente – a meu ver, analisar uma construção como análoga ou diferente é o mesmo que analisar o que é próprio, estrangeiro ou comum. Como dito anteriormente a construção é bastante diferente das existentes na época em Dourados.

Enfim, o prédio foi implantado como um marco da educação secundária no interior, mas acabou por revelar uma face característica do Brasil até os nossos dias, obras mal acabadas e dinheiro público desperdiçado. Talvez, se o prédio tivesse sido inaugurado com as obras terminadas, provavelmente o vendaval não tivesse levantado a cobertura do segundo pavimento, uma vez que a colocação das janelas poderia ter evitado tal evento.

3.1.2 O Ginásio “Nossa Senhora da Conceição” – Instituto Educacional de Dourados

A origem do Ginásio Nossa Senhora da Conceição está vinculada às instituições Escola Imaculada Conceição e Patronato de Menores de Dourados ou, de acordo com Gonsalves (2018), filial do Patronato de Menores ou Patronato São Francisco ou Educandário Santo Antônio. Gonsalves (2018) aponta para a criação da escola paroquial Imaculada Conceição, em 1941 e para o seu abandono em 1944. O ginásio funcionou junto ao patronato até a inauguração do prédio no final da década de 1960, o problema é que o Patronato possuiu 3 sedes. Para tentar compreender onde realmente foram iniciadas as atividades do Ginásio, apresentarei um histórico dos prédios vinculados a esta instituição.

Conforme Lara (2017), o Patronato de Menores foi criado em 1949 e as obras da escola se iniciaram em 1952 em um lugar com nome de “Cruzeiro”, no qual a Ação Social Franciscana possui uma quadra de 100 x 100. A autora menciona que a construção contou com a contribuição de verbas federais, estaduais e municipais, além das doações de

particulares. O que pode ser comprovado pela Lei nº 620, de 26 de outubro de 1953⁴⁶ (MATO GROSSO, 1953), de autoria do Deputado Camilo Hermelindo, que concedia a subvenção de Cr\$ 24 000,00 (vinte e quatro mil cruzeiros), paga anualmente em duodécimos ao Patronato de Menores de Dourados, ou pela Lei nº 307, de 27 de outubro de 1953⁴⁷ (MATO GROSSO, 1953), de autoria do mesmo deputado, que autoriza o governo estadual a auxiliar o Patronato de Menores de Dourados com Cr\$ 25 000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros). Em uma nota de rodapé, Lara (2017, p. 173) comenta que a Câmara Municipal também aprovou um auxílio para a construção, mas o prefeito que, segundo consta era protestante, mesmo tendo sancionado a lei em novembro de 1954, não a cumpriu alegando que os cofres municipais estavam vazios.

Segundo Lara (2017), a construção do Patronato foi erguida, conforme figura 31, pelo empreiteiro Vitório Fedrizzi na esquina das ruas Marcelino Pires e Floriano Peixoto e inaugurada em 28 de fevereiro de 1954. Destaco o nome de Vitório Fedrizzi por ter sido também o empreiteiro que construiu o Ginásio Estadual Presidente Vargas.

Figura 31 – Construção do Patronato de Menores de Dourados em 1952.



Fonte: Centro de Documentação Regional da FCH/UFGD - Coleção Memória Fotográfica de Dourados, In: Lara (2017, p. 170). Imagem melhorada com Adobe Photoshop Express.

⁴⁶ Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei-620-1953.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

⁴⁷ Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei-307-1953.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

Lara (2017) descreve o interior do prédio utilizando o livro Tombo da Paróquia de Dourados; o mesmo possuía quatro salas de aula medindo 6 x 8 metros, sala de entrada, que servia como secretaria e dois corredores, além de haver, na área externa, uma área que foi plainada pela prefeitura municipal e que servia para a prática do futebol. As aulas iniciaram com 263 alunos; e em 1955 a escola já contava com 400 alunos, motivo pelo qual foi implantada, em 1º de março de 1956, uma filial da referida escola na antiga residência e salão paroquial, tendo de início, 300 alunos e oito professoras (quatro religiosas e quatro leigas). Na foto da figura 32, pode-se observar uma placa no canto superior direito com o nome da instituição, mas só se pode ler Esco[...] Santo [...], também é possível observar outras casas de madeira na vizinhança, construções típicas do local na época. Em 4 de outubro de 1957, foi iniciada a construção da nova escola Patronato de Menores, construída ao lado da Igreja Matriz; a inauguração foi realizada em 8 de dezembro de 1958, prédio apresentado na figura 33. “No final da década de 1950 esse cenário era formado pela Igreja Matriz, ladeada pela Casa Paroquial e Educandário Santo Antônio, construídos em uma grande parte da quadra na esquina das ruas João Cândido Câmara e Joaquim Teixeira Alves”. (LARA, 2017, p. 177).

Figura 32 – Filial do Patronato no antigo Salão Paroquial.



Fonte: Centro de Documentação Regional da FCH/UFGD - Coleção Memória Fotográfica de Dourados, In: Lara (2017, p. 175). Imagem melhorada com Adobe Photoshop Express.

Figura 33 – Filial do Patronato em 1958.



Fonte: Centro de Documentação Regional da FCH/UFGD - Coleção Memória Fotográfica de Dourados, In: Lara (2017, p. 176). Imagem melhorada com Adobe Photoshop Express.

De acordo com Amaro (2018), no Instituto Educacional de Dourados foram implantados: Normal Regional e Normal Colegial (1959) e o Ginásio Secundário (1961). Conforme o Estatuto do Instituto Educacional de Dourados, publicado no Diário Oficial de 15 de outubro de 1955 a finalidade do Instituto Educacional de Dourados era “educar e instruir a infância e a juventude de Dourados, mantendo para este fim escola primária, escola secundária e escola normal”. (AMARO, 2018, p. 120).

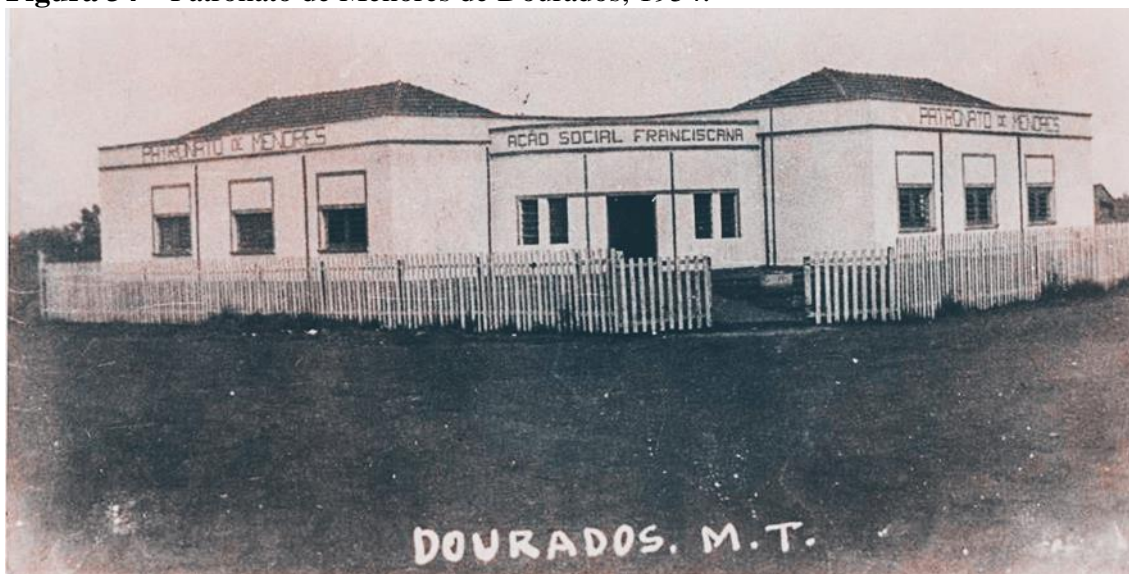
Por sua vez, o Regimento do Curso Ginásial do Instituto Educacional de Dourados, autorizado em 1961, inicialmente a título precário, apresentava as seguintes finalidades:

Além das disciplinas obrigatórias é ministrado em todos os cursos o ensino de religião, que se baseia nos princípios educacionais da Igreja Católica, apostólica, Romana. [...] Para alcançar êsses fins as Irmãs Franciscanas procuram: a) imprimir nos corações das meninas, as máximas da piedade, encaminhando-as numa vida virtuosa; b) enriquecê-las de conhecimentos tais que lhe sejam de verdadeira utilidade no lugar que ocuparem na sociedade. (AMARO, 2018, p. 122).

Pela citação, o curso ginásial atendia somente ao sexo feminino. Ainda no texto de Amaro (2018, p. 115) encontrei a localização do curso ginásial: “O começo do atendimento educacional no Patronato de Menores (jardim de infância, primário e ginásio) era uma forma de garantir a escola de aplicação para o curso normal”. Como não

se mencionou a palavra filial, se supõe que o ginásio funcionou na sede do Patronato, figura 34, situado na esquina da Rua Marcelino Pires com a Floriano Peixoto. Vale ressaltar que, de acordo com Piacentine e Furtado (2015), o Curso Normal no Instituto Educacional funcionava no prédio do Patronato de Menores Santo Antônio, quer dizer, na filial.

Figura 34 – Patronato de Menores de Dourados, 1954.



Fonte: Centro de Documentação Regional da FCH/UFGD - Coleção Memória Fotográfica de Dourados, In: Lara (2017, p. 171). Imagem melhorada com Adobe Photoshop Express.

Apesar de não ter encontrado a planta do Patronato, as fotos e as descrições das autoras, permitam algumas análises, tanto no sentido das recomendações do MEC, quanto no sentido da cultura escolar. A descrição do prédio apresentada por Lara (2017, p. 171), é de um prédio bastante simples: “quatro salas de aula medindo 6 x 8 metros, sala de entrada, que servia como secretaria e dois corredores, além de haver, na área externa, uma área [...] que servia para a prática do futebol”. Como no item anterior, apontarei primeiramente as análises quanto às sugestões do MEC:

1. A capacidade do projeto do prédio era, provavelmente, para 180 alunos, uma vez que possuía 4 salas de aula de aproximadamente 48 m², se considerar a razão de 1 m² por aluno prevista nas recomendações, com funcionamento em dois turnos poderia abrigar 360.

2. O projeto não podia ser “girado”, uma vez que a entrada está bem demarcada na esquina.

3. Provavelmente as salas de aula estavam abertas para as fachadas principais, então provavelmente algumas estavam posicionadas a leste e outras ao norte,

completamente diferente da orientação do MEC, mas posso assegurar que o posicionamento das salas a leste é bom, uma vez que recebe o sol da manhã.

4. Por suposição, é possível que o projeto permitisse futuros acréscimos.

5. Quanto à circulação, o partido adotado pelo projeto era simples, as galerias internas estavam posicionadas atrás das salas de aula, permitindo aeração e rápida movimentação.

6. Foram construídas 4 salas de aula de 6.00m x 8.00m chegando na proporção considerada ideal pelo MEC de 3/4 da largura sobre o comprimento.

7. O MEC recomendava pelo menos uma sala de aula especial para o ginásio, como só possuía 4 salas para atender vários níveis de ensino, posso confirmar que não existia nenhuma sala especial.

8. Também não consta da descrição de Lara (2017) a existência de biblioteca no edifício.

9. também não existia depósito.

10. Existia uma área livre, que provavelmente era utilizada para a prática de Educação Física.

11. Não possuía recreio coberto.

12-13-15. Também não foi possível localizar os bebedouros, nem as instalações sanitárias, nem a existência de extintores.

14. A dependência da administração do estabelecimento era mínima, só existia uma secretária.

16. Também não foi possível verificar a arrumação das dependências.

No tocante à cultura escolar, é possível analisar as seguintes interações dos espaços:

- O interno e o externo – observa-se uma cerca de madeira delimitando o terreno. Essa cerca servia como uma barreira visual para separar o interno do externo.

- O fechado e o aberto - o partido adotado pelo projeto trabalhava somente com janelas tipo basculante que permitiam pouco contato entre o interno e o externo, portanto, o prédio apresentava pequena porosidade.

- O visível, o transparente e o oculto – tanto para o visitante como para o usuário, como a porosidade era pequena e a circulação interna era invisível, a sensação de um alto controle.

- O pequeno e o grande – o edifício tinha proporções diminutas no tocante a espaços educacionais mas mantinha estreita relação com outros prédios locais do mesmo período.

- O curvo, angulado e retilíneo – esteticamente, o prédio apresentava linhas retas, com a entrada situada em uma curva, recurso estético utilizado para demarcar a entrada e para equilíbrio entre o reto e o curvo. Apesar de não possuir ornamentos, o prédio tem estilo.

- O próprio, estrangeiro e comum – a construção foi feita dentro da escala comum a cidade, podendo gerar o sentimento de identidade ou pertencimento, utilizei a palavra podendo pois talvez a maior referência dos jovens fosse a construção de madeira, comum das casas da época. Já com relação à cidade, o prédio estava bem contextualizado.

- As ordens hierárquicas superiores ou inferiores – não podem ser observadas nesse projeto devido à escassez de salas, tanto de professores quanto da direção.

- O que está à frente e o que está por trás – visualmente, o prédio passava a sensação de solidez e controle.

- O próximo e o distante - de acordo com a descrição de Lara (2017), o prédio estava distante, por isso houve a necessidade de se criar uma filial no centro, conforme pode-se verificar no mapa de Dourados de 1952 apresentado no início do item 2.1.

Apesar de estar bem inserido no contexto da cidade, o referido edifício não possuía condições de abrigar o curso Ginásial, principalmente se forem levados em conta os critérios da Portaria Ministerial 228 de 27 de agosto de 1942, que estipulava critérios para autorização de estabelecimentos de ensino secundário, mencionados no Capítulo I.

Conforme Amaro (2018), a construção do prédio na Vila Progresso, local afastado do centro da cidade, teve sua obra iniciada em 1959 e foi concluída apenas em 1969. Foi encontrada uma solicitação de ajuda para a construção do referido prédio, feita pela secretária do Instituto Educacional de Dourados, a Câmara de Vereadores de Dourados (DOURADOS, 1961, f. 123) mas não foi encontrada a resposta a essa solicitação.

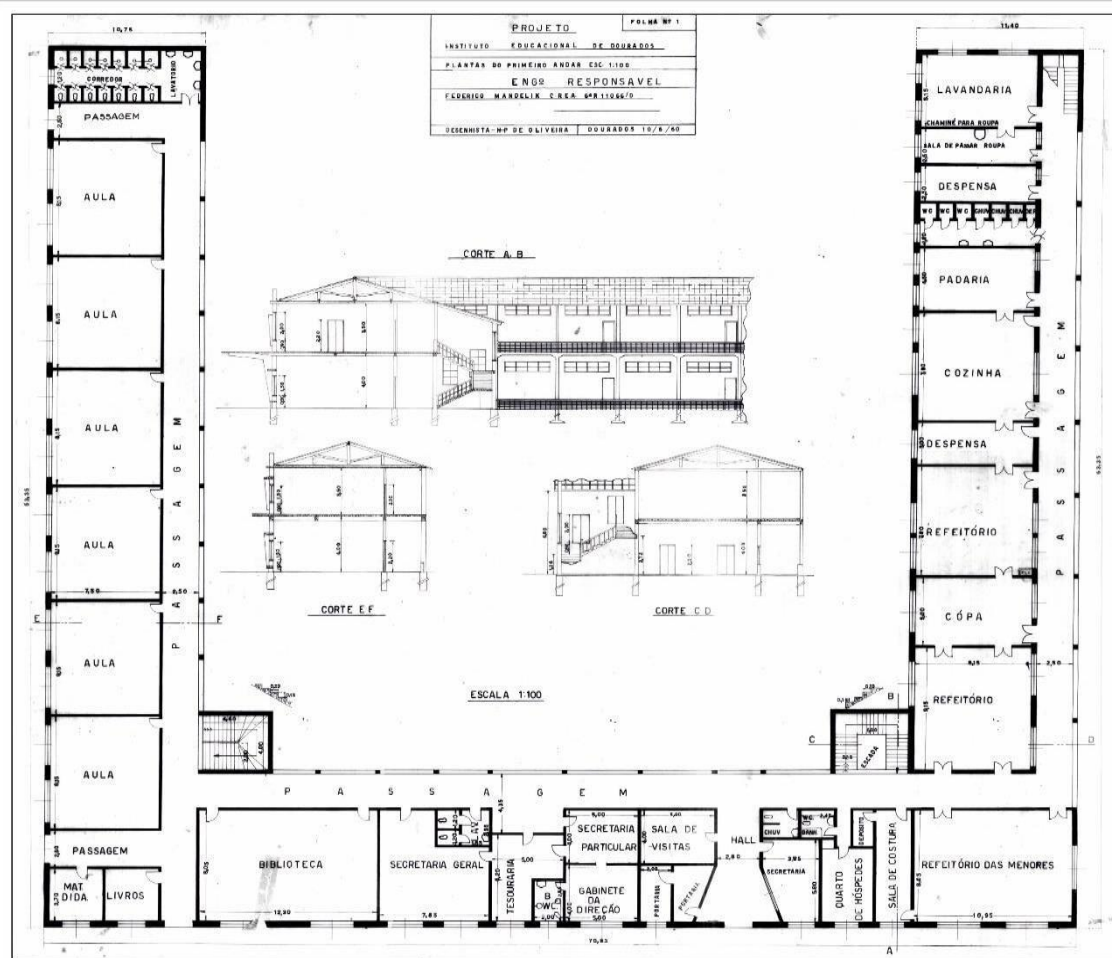
Amaro (2018, p. 101) descreve a ajuda para a aquisição do terreno: “Uma parte da terra foi doada pelo Senhor Vlademiro Müller do Amaral e a outra, comprada pelas Irmãs através de doações recebidas de famílias”. Para a autora a obra demorou a ser concluída devido à escassez de água e de recursos financeiros.

O projeto arquitetônico do Instituto Educacional de Dourados foi elaborado pelo engenheiro Federico Mandelink – CREA 6ªR 11066/D – e pelo desenhista H.P. de Oliveira, em 10 de junho de 1960, compondo-se de duas folhas. O nome de Federico

Mandelink aparece como contratado do Ginásio Estadual “Presidente Vargas” para a cadeira de Desenho. A obra recebeu ajuda governamental pela Lei nº 1.626⁴⁸ de 23 de outubro de 1961 (MATO GROSSO, 1961), de autoria do Deputado Weimar Torres, que abria crédito especial de Cr\$ 1000000,00 (um milhão de cruzeiros) para auxílio a construção.

O projeto possuía duas folhas apresentadas nas figuras 35 e 36:

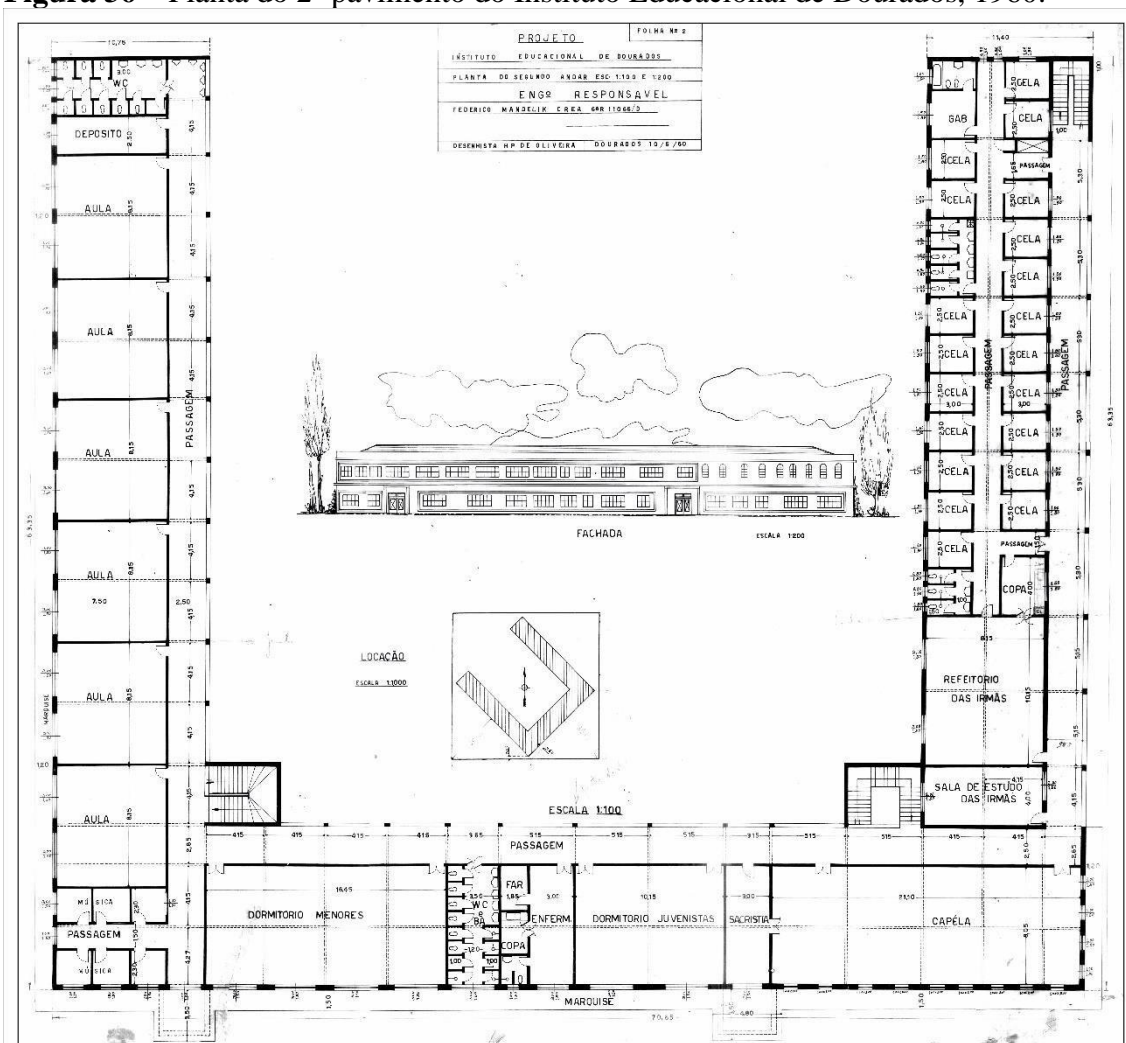
Figura 35 – Planta do 1º pavimento do Instituto Educacional de Dourados, 1960.



Fonte: Acervo da Escola Franciscana Imaculada Conceição, *In*: Amaro (2018, p. 104). Imagem melhorada com Adobe Photoshop Express.

⁴⁸ Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei-1626-1961.pdf>. Acesso em 23 abr. 2020.

Figura 36 – Planta do 2º pavimento do Instituto Educacional de Dourados, 1960.



Fonte: Acervo da Escola Franciscana Imaculada Conceição, *In*: Amaro (2018, p. 105). Imagem melhorada com Adobe Photoshop Express.

Antes da análise, devo ressaltar que o prédio abrigava dois tipos de programa, um convento e uma instituição escolar, interessante ressaltar que os dois programas se comunicavam internamente, não existindo uma barreira clara entre eles, sendo que no primeiro pavimento a escola ocupa 2/3 do prédio e no segundo pavimento 1/3.

Outro ponto que chama a atenção para um prédio escolar desse tamanho, a entrada principal não é marcada com suntuosidade, aliás existem duas entradas ligadas diretamente à escola.

A análise baseada nas recomendações do MEC de 1958, para o Instituto Educacional de Dourados, são as seguintes:

1. A capacidade do projeto pode ser presumida, uma vez que não consegui ver nas plantas as medidas das salas de aula, como são 12 salas de aula medindo

7,50mx8,15m, com 61, 12 m², com capacidade entre 50 e 60 alunos, seriam cerca de 660 alunos por turno e uma capacidade total de 1300 alunos, para todos os níveis de ensino.

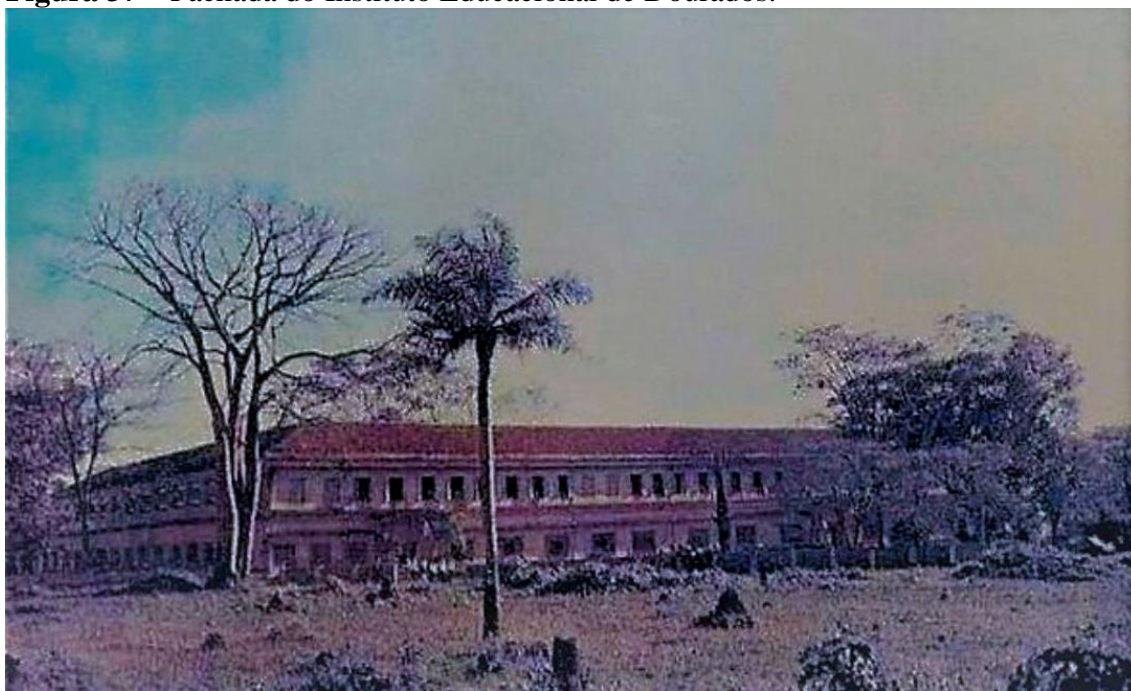
2. O projeto não podia ser “girado”.
3. De acordo com o projeto todas as 12 salas de aula estavam abertas para sudoeste, conforme figuras 35 e 36, recebendo muito pouca incidência de raios de sol, e discordando das recomendações do MEC.
4. O projeto permitia futuros acréscimos.
5. Quanto à circulação, as galerias internas dos dois pavimentos abriam-se para um pátio central, permitindo constante aeração, e facilitando ao mesmo tempo, a fiscalização e a rápida movimentação.
6. De acordo com as medidas das salas de aula, a proporção entre as dimensões é de 9/10 da largura sobre o comprimento, distante da proporção considerada ideal pelo MEC.
7. O MEC recomendava pelo menos uma sala de aula especial para o ginásio, mas não foram encontradas salas especiais no projeto; isso não significa que não existiram, algumas salas de aula podem ter sido adaptadas para esse fim.
8. O edifício também possuía uma biblioteca bem posicionada e de grandes proporções, para se ter uma ideia ela era do mesmo tamanho da capela.
9. Existiam três espaços que provavelmente funcionavam como depósito: um denominado “material didático”, outro “livros” e ainda outro “depósito”, provavelmente, um deles era destinado à guarda do material didático das possíveis salas especiais.
10. Existia uma área livre, localizada no centro do projeto que, segundo as orientações do MEC poderia permitir a sua utilização como local para a prática de Educação Física.
11. Não foi localizado no projeto um recreio coberto.
12. Não foi possível localizar os bebedouros do projeto.
13. As instalações sanitárias, quanto ao número de aparelhos, satisfaziam a capacidade do estabelecimento.
14. As dependências da administração do estabelecimento, permitiam uma relativa fiscalização por parte dos administradores, um detalhe chama muito a atenção: a diretoria estava diretamente ligada a tesouraria, e segundo Viñao Frago (2005, p. 15-16) chama a atenção para a “localização no edifício ou recinto escolar e a disposição física das dependências ou espaços destinados à direção do centro docente refletem as diferentes concepções que se tem sobre a sua natureza, papel e funções”.

15. Apesar do projeto apresentar cortes, não foi possível verificar a previsão de instalação da caixa d'água própria, com também não foi possível observar o local para os extintores de incêndio.

16. Não foi possível verificar a arrumação das dependências.

A segunda análise trata de interações propostas por Viñao Frago (2016):

Figura 37 – Fachada do Instituto Educacional de Dourados.



Fonte: Acervo da Escola Franciscana Imaculada Conceição, *In*: Amaro (2018).

- O interno e o externo – existia um muro baixo delimitando o terreno. Esse muro servia como uma barreira, mas não como uma barreira visual para separar o interno do externo.

- O fechado e o aberto - o partido adotado pelo projeto trabalhava com janelas que permitiam pouco contato entre o interno e o externo, portanto, o prédio apresentava pequena porosidade, conforme se pode observar pela foto da figura 37.

- O visível, o transparente e o oculto – tanto para o visitante como para o usuário, como a porosidade era pequena e a circulação interna era invisível, a sensação de um alto controle.

- O pequeno e o grande –o edifício tinha proporções gigantescas no tocante a espaços educacionais, mesmo se comparado com o Presidente Vargas que já era considerado grande.

- O curvo, angulado e retilíneo – esteticamente, o prédio apresentava linhas retas e austeras, típico das construções educacionais católicas do período. O edifício não possuía ornamentos e não encontrei elementos arquitetônicos característicos de algum estilo arquitetônico.

- O próprio, estrangeiro e comum – a construção foi feita muito fora da escala comum à cidade, mas a falta de estilo fazia com que o prédio parecesse uma casa em escala gigante para a época.

- As ordens hierárquicas superiores ou inferiores – não localizei sala de professores no projeto e toda a parte administrativa se encontrava bem próxima da entrada, demonstrando o poder da direção. A direção possuía uma secretaria própria, fazendo com que se criasse um “anteparo” para o(a) Diretor(a), a secretaria da direção deveria, provavelmente, “filtrar” o acesso ao(à) Diretor(a).

- O que está à frente e o que está por trás – visualmente, o prédio passava a sensação de solidez e controle e não escondia sua proposição.

- O próximo e o distante - de acordo com a descrição de Lara (2017), o prédio estava bastante distante, pois sua localização nem aparece no mapa de 1952.

Pelas suas dimensões, o prédio demonstra a força da educação católica em Dourados.

3.1.3 O Ginásio “Oswaldo Cruz”⁴⁹

Interessante pontuar que, das três instituições de ensino secundário, o Osvaldo Cruz é o único que não foi tema central de dissertações encontradas, existem dissertações que tangenciam a instituição, como é o caso de Silva, N.N. (2018) que estudou a disciplina Educação Artística no Presidente Vargas e no Osvaldo Cruz ou a de Silva, L.P. (2017) que trabalha os arquivos de José Pereira Lins, fundador do Ginásio Osvaldo Cruz; por esse motivo foi a instituição douradense que apresentou maior dificuldade na elaboração do histórico de implantação. O seu acervo está todo no Centro de Documentação Regional (CDR/UFGD) que se encontrava fechado em fevereiro de 2020 para higienização de documentos e em março e abril do mesmo ano, em função da pandemia de corona vírus, depois consegui com a pesquisadora Cintia Medeiros Robles Aguiar as plantas existentes no CDR.

⁴⁹ Vale destacar que existem alguns documentos com a grafia Oswaldo Cruz.

A instalação do ginásio Osvaldo Cruz, conforme Robles e Assis (2017), foi iniciativa do Vereador Celso Müller do Amaral em parceria com Luiz Alexandre Oliveira, diretor do Ginásio Osvaldo Cruz de Campo Grande. Luiz Alexandre entrou em contato, em 1953, com o então Governador de Mato Grosso, Fernando Corrêa da Costa, que baixou um ato autorizando o Osvaldo Cruz a funcionar nas instalações do Grupo Escolar; em 21 de março de 1954 foi inaugurado o Osvaldo Cruz de Dourados e em fevereiro de 1955 recebeu autorização de funcionamento a título precário. As autoras destacam o pioneirismo dessa instituição, que além de ser o primeiro ginásio da cidade, permitia turmas mistas, e ofertava aulas no período noturno.

Segundo Aranda [2018], o prédio do Grupo Escolar Joaquim Murтинho, constante na figura 38, era próprio e estava localizado na atual Rua Onofre Pereira de Matos nº1842, centro de Dourados. Apesar do Osvaldo Cruz não ter sede própria, as instalações do “Joaquim Murтинho” pareciam ser apropriadas para o funcionamento de um ginásio.

De acordo com Silva, L.P. (2017), Luiz Alexandre convidou o Professor José Pereira Lins para trabalhar no Osvaldo Cruz de Dourados como administrador. Em 1956, o Dr. Luís Alexandre de Oliveira passou a não ter mais condições de pagar o aluguel do campus do Osvaldo Cruz, então ofereceu a proposta de vender pelo preço “módico”, ao professor Lins que, para tentar continuar a instituição, mudou-se definitivamente com a família para Dourados.

Figura 38 – G. E. Joaquim Murтинho, local onde começou o Ginásio Osvaldo Cruz.



Fonte: Publicado no grupo “Dourados, recantos e histórias”⁵⁰.

⁵⁰

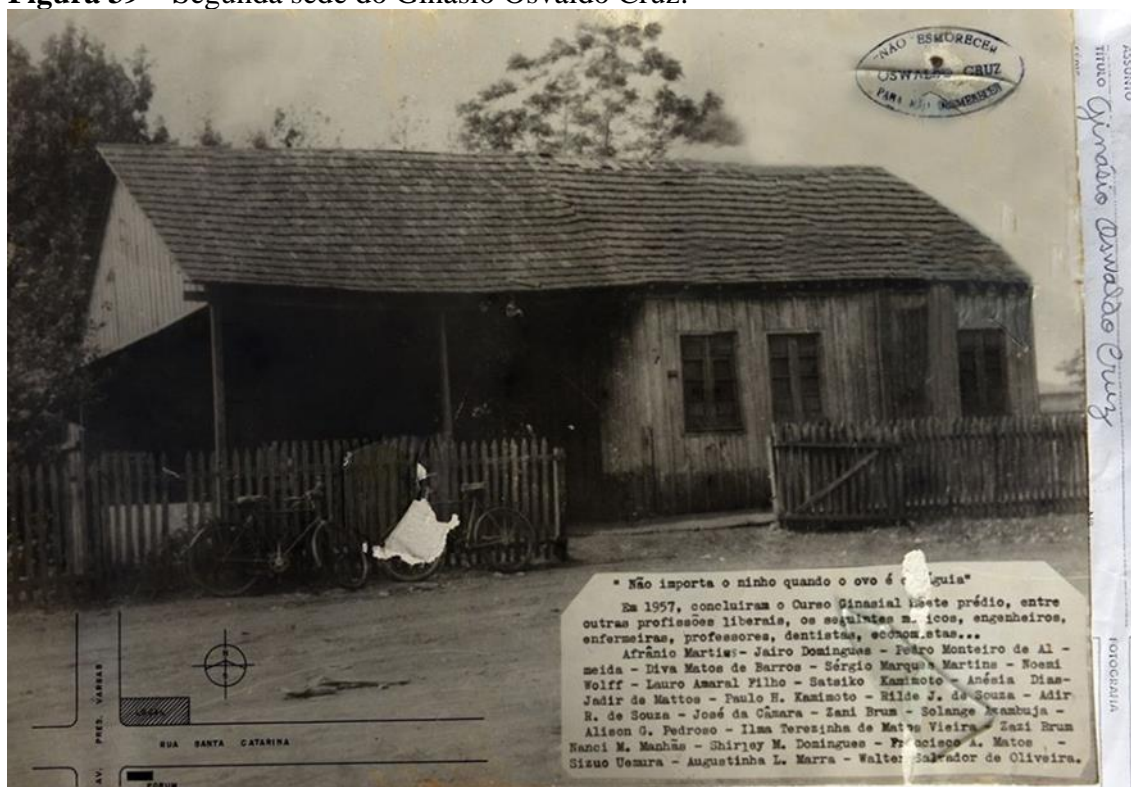
Disponível

em:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1706642682689997&set=g.195169290647818&type=1&theater&ifg=1>. Acesso em: 16 abr. 2020.

O problema foi a segunda sede dessa instituição descrita pelo próprio diretor como um “pardieiro”, um prédio alugado com paredes de madeira caindo. De acordo com Silva, L.P. (2017), Lins enfrentava o grande desafio de dar continuidade à instituição, que funcionou na casa apresentada na figura 39 entre 1956 e 1957. Nessa figura foi encontrado o endereço e a orientação desse lugar: Rua Santa Catarina – atual Onofre Pereira de Mato – esquina com a Avenida Presidente Vargas; sua fachada estava orientada ao sul. Esse edifício não será analisado uma vez que Lins já o sintetizou: pardieiro e não possuía condições mínimas para o funcionamento de um ginásio.

Figura 39 – Segunda sede do Ginásio Osvaldo Cruz.



Fonte: Publicado no grupo “Memórias Douradenses”⁵¹.

De acordo com Moreira (1990) o prédio novo do Ginásio Osvaldo Cruz foi construído na Rua Mato Grosso esquina com a Rua Onofre Pereira de Matos. Apesar de estar apresentada como a construção do Ginásio, a foto da figura 40 foi ampliada e melhorada, apontando para indícios de uma reforma, pois a platibanda e a cobertura da

entrada estão sendo construídas, mas a parte de baixo aparenta estar rebocada e pintada e não se reboca e pinta paredes “por etapas”. A fachada original é a apresentada na figura 41. Em nenhum dos documentos encontrados consta a data dessa construção e de acordo com o projeto de ampliação de 1968 encontrado, uma das reformas era a construção do pórtico da entrada. O projeto de reforma de 1968, figura 42, foi assinado pelo engenheiro Sérgio Tor Iguma e apresentava uma área de 1.017,80 m² já construídos, 244 m² a construir, instalados em um terreno de 9640,00m². O projeto possuía 3 pranchas, como demonstrado no anexo B: a primeira continha planta baixa, a segunda cortes e fachadas e a terceira a implantação.

Figura 40 – Reforma da sede do Ginásio Osvaldo Cruz, conforme projeto de 1968.



Fonte: Furtado e Moreira (2015), imagem melhorada com Adobe Photoshop Express.

O Ginásio Osvaldo Cruz recebeu auxílio financeiro das três instâncias governamentais. Nos Termos de acordo relacionados a auxílio para aprimoramento da rede escolar brasileira de 1955, da Campanhas de Construções Escolares do INEP – demonstrado no apêndice B, o Osvaldo Cruz de Dourados recebeu Cr\$ 265.000,00 (BRASIL,1955); detalhe: o Osvaldo Cruz foi a única instituição a receber auxílio no sul de Mato Grosso, de acordo com os documentos consultados. Em nível estadual, foram encontrados: nota de empenho de 06 de novembro de 1957 (MATO GROSSO, C.E. 1957a) referente ao auxílio de Cr\$ 50.000,00; Lei nº 1.463 de 12 de novembro de 1960 (MATO GROSSO, D.O. 16 nov. 1960) que abria crédito especial de Cr\$ 150.000,00

destinado a auxiliar na aquisição de um conjunto para o fornecimento regular de luz e energia elétrica, durante o funcionamento do curso noturno; Lei nº 1.650 de 9 de novembro de 1961 (MATO GROSSO, D.O. 6 dez. 1961) que concedia uma subvenção ordinária anual de Cr\$ 180.000,00, paga em duodécimos, a partir de 1962.

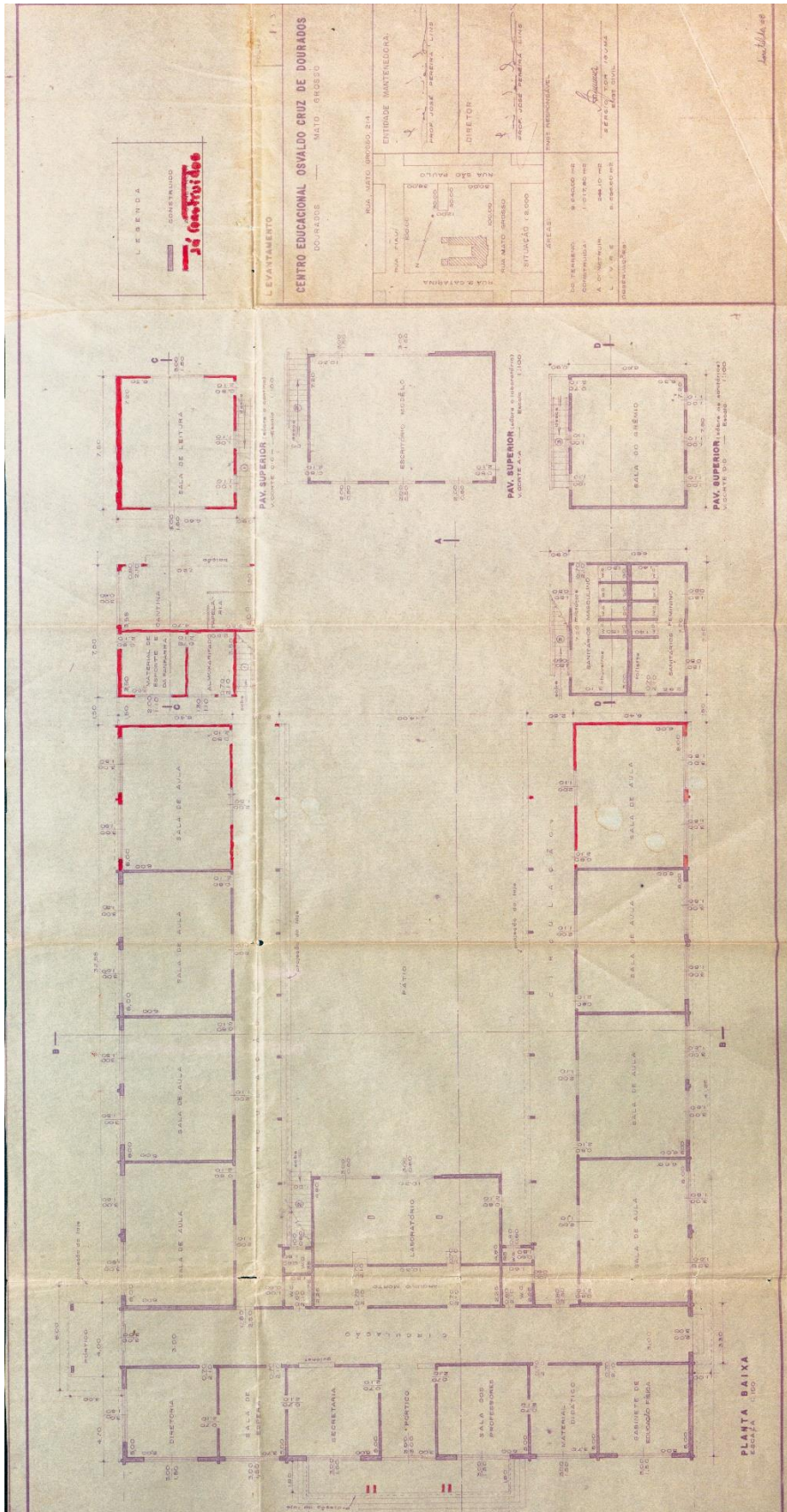
Em nível municipal, o Osvaldo Cruz também recebeu muita ajuda, na Câmara de Vereadores da Dourados, foi lido um ofício no dia 16 de abril de 1958 do Professor José Pereira Lins, Diretor do Ginásio Osvaldo Cruz, agradecendo a votação desta Câmara da lei que concede auxílio àquele educandário apesar do veto do Prefeito; mas os vetos do prefeito foram rejeitados no que tangia às leis que concediam auxílio ao Ginásio Osvaldo Cruz e à Escola Evangélica da Assembleia de Deus” (DOURADOS, 1958, f. 170). Já para o orçamento de 1962 foi aprovada uma emenda do Vereador Jonas Francisco Dourado que entre outras concedia auxílio de Cr\$ 30.000,00 ao Ginásio Osvaldo Cruz. (DOURADOS, 1961, f. 150-154).

Figura 41 – Sede definitiva do Ginásio Osvaldo Cruz, antes da reforma.



Fonte: Moreira, 1990, imagem melhorada com Adobe Photoshop Express.

Figura 42 – Planta do Ginásio Osvaldo Cruz.



Fonte: Arquivo particular de Cintia Medeiros Robles Aguiar, a partir de cópias feitas no CDR/UFGD, a planta foi girada 90° (para adaptação no tamanho do papel desta tese) e melhorada com Adobe Photoshop Express.

O prédio, antes da reforma, era uma massa compacta isenta de ornamentos, sem estilo arquitetônico específico como demonstra a figura 41.

1. A capacidade do projeto era de 360 alunos por turno, uma vez que possuía 8 salas de 6,00mx8,00, com 48,00 m², com capacidade para 45 alunos.
2. O projeto não podia ser “girado”.
3. De acordo com o projeto as salas de aula possuíam orientações diferentes, 4 estavam abertas para sudoeste, e 4 abertas para o noroeste, então metade das salas estavam em concordância com as recomendações do MEC. Merece destaque a existência de janelas abertas também para os corredores cobertos, permitindo ventilação cruzada nas salas de aula.
4. O projeto permitia futuros acréscimos, tanto que foi encontrada a planta de ampliação.
5. Quanto à circulação, devo ressaltar que é pouco usual a existência de tantos acessos para um prédio escolar, são cinco, uma de frente para a Rua Mato Grosso, duas laterais a cerca de 4 metros da entrada principal, e mais duas no fundo do prédio. Existia uma circulação que dividia a parte administrativa da parte das salas de aula, dando a sensação de que uma era para os funcionários administrativos e as outras para os alunos.
6. De acordo com a medidas das salas de aula, a proporção entre as dimensões é de 3/4 da largura sobre o comprimento exatamente de acordo com a proporção considerada ideal pelo MEC.
7. O projeto apresenta 01 laboratório de 10,30 x 4,80 m.
8. No projeto não consta a existência de uma biblioteca, mas a planta de acréscimo de 1968 apresenta uma sala de leitura.
9. Existiam espaços para depósito: um localizado junto à parte administrativa, denominado “material didático”, e outros dois na parte dos fundos denominados “material de esporte e fanfarra” e “almoxarifado”.
10. Existia uma área livre, localizada no centro do projeto que, segundo as orientações do MEC poderia permitir a sua utilização como local para a prática de Educação Física.
11. Não existia recreio coberto.
12. Não foi possível a localização dos bebedouros do projeto.
13. As instalações sanitárias, quanto ao número de aparelhos, satisfaziam a capacidade do estabelecimento.

14. As dependências da administração do estabelecimento estavam localizadas bem na frente do edifício, mas não era possível ver desse bloco o que acontecia nas salas de aula, a fiscalização por parte dos administradores dependia de deslocamento.

15. Apesar do projeto apresentar cortes e fachadas, não foi possível verificar a previsão de instalação da caixa d'água própria, com também não foi possível observar o local para os extintores de incêndio.

16. Não foi possível verificar a arrumação das dependências.

Sobre as interações propostas por Viñao Frago (2016), pode-se observar:

- O interno e o externo –observa-se demarcação do terreno com uma cerca de madeira de altura média, que não servia como uma grande barreira visual.

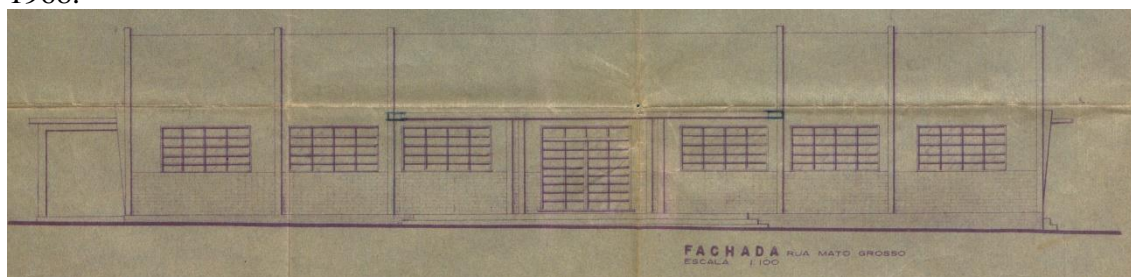
- O fechado e o aberto - o partido adotado pelo projeto se centra em um bloco fechado com janelas com muitas aberturas pequenas, ou seja, todos os espaços estavam abertos para os corredores e estes não possuíam fechamento, portanto o edifício apresentava pouca porosidade.

- O visível, o transparente e o oculto –como a porosidade do projeto era baixa, e não se podia ver nada da parte interna, a sensação de controle era alta, mas a divisão interna acabava por comprometer esse controle.

- O pequeno e o grande – o edifício tinha proporções medianas em relação aos outros prédios da cidade na época, mas não se destacava dos demais.

- O curvo, angulado e retilíneo – esteticamente, antes da reforma, o prédio não possuía grande definições de estilo mas as linhas retas dominavam o visual, uma vez que o telhado estava escondido por uma platibanda. Com a reforma de 1968. O prédio ganhou mais linhas retas verticais, como se observa na figura 43.

Figura 43 – Fachada do Osvaldo Cruz proposta pelo engenheiro Sérgio Tor Iguma em 1968.



Fonte: Arquivo particular de Cintia Medeiros Robles Aguiar, a partir de cópias feitas no CDR/UFGD.

- O próprio, estrangeiro e comum –a construção não apresentava características contrastantes com os outros prédios da cidade.

- As ordens hierárquicas superiores ou inferiores – toda a parte administrativa estava posicionada junto a fachada da Rua Mato Grosso, nessa ordem: diretoria, sala de espera, secretaria, hall de acesso, sala de professores, material didático e gabinete de educação física; devo salientar que causou estranheza o posicionamento do “arquivo morto” exatamente na frente do Hall de entrada.

- O que está à frente e o que está por trás – visualmente, o prédio estava ao lado de outro mas não se pode verificar a vizinhança.

- O próximo e o distante – pela análise do mapa de Dourados, na figura 22, o edifício estava bem localizado no centro da cidade.

Como foi apresentado, a década de 1950 realmente foi marcante para a implantação do ensino secundário no município de Dourados e também da adequação dos espaços escolares para esse nível, pois fora o Presidente Vargas, que foi diretamente instalado na sede própria, as outras duas instituições passaram por mudanças de endereço e atualização do espaço na década de 1960. Destaco o tamanho monumental do Instituto Educacional de Dourados, consolidando-se como uma das maiores, senão a maior instituição educativa da cidade.

3.2 Ponta Porã

O município de Ponta Porã ganhou notoriedade quando se tornou sede do Território Federal de mesmo nome, mas, devido a sua extinção, em 1946, o município não observou grande crescimento no período estudado, vindo a cair na década de 1970. Segundo Oliveira (2010), em 1950, o Recenseamento Geral identificou que em Ponta Porã havia 19.997 habitantes, a população da zona urbana era de 4.491 habitantes, cerca de 22% do total de habitantes; em 1970 a população caiu para 14.305 habitantes. Devo ressaltar que houve um desmembramento do município de Ponta Porã, em 1964, para a criação do município de Antonio João.

Durante o recorte temporal proposto foram criados dois Ginásios: o São Francisco de Assis, aberto por iniciativa particular e depois encampado pelo governo, o qual funcionou em duas sedes (a primeira no ponto rosa claro e a segunda em pink, no mapa da figura 44), e ainda, no final de sua existência, funcionou no prédio de um grupo escolar; e o São José, vinculado à Igreja Católica, ponto azul no mapa da figura 44.

Figura 44 – Mapa de Ponta Porã.

Fonte: Oliveira, Tito Carlos Machado de (2010). Imagem melhorada com Adobe Photoshop Express e editada pela autora.

3.2.1 O Ginásio “São Francisco de Assis”

Não foi encontrada nenhuma obra acadêmica que contenha informações mais detalhadas sobre essa instituição de ensino secundário, todos os trabalhos analisados somente pontuam sua existência, por conseguinte farei um histórico de sua criação com base em documentos encontrados na secretaria da Escola Estadual Adê Marquês⁵², no Arquivo Público de Mato Grosso e com entrevistas de dois ex-alunos: Sra. Neila Montiel de Carvalho (professora aposentada) e Sr. Homero Barboza Carpes (ex-vereador e ex-presidente da Câmara dos Vereadores de Ponta Porã).

Existe, no Arquivo Público de Mato Grosso, um processo com o protocolo nº 39/2070 de 16 de agosto de 1951 (MATO GROSSO, C.E. 1951), nele o Sr. João B. Calvoso e o Prefeito de Ponta Porã, Sr. Adê Marquês, solicitavam a Divisão do Ensino Médio, um prédio, por empréstimo, para instalar um curso ginásial em Ponta Porã. No primeiro requerimento, o Sr. João B. Calvoso requeria a cessão do edifício onde funcionou a antiga Escola Normal do extinto Território Federal de Ponta Porã. No segundo, o Prefeito de Ponta Porã reforçou o pedido e ainda acrescentou que a cessão vigoraria até que fosse possível a construção do espaço pelo seu diretor. Em resposta ao processo 39/2070, a Informação nº 7 (MATO GROSSO, C.E. 1951), do Diretor da

⁵² Nas buscas por documentos, fui informada que os do Ginásio São Francisco de Assis estavam na secretaria do Adê Marques.

Divisão do Ensino Médio do Departamento de Educação e Cultura do Estado, era datada do dia 28 de fevereiro de 1951.

Vale ressaltar que existe um conflito de dados e datas nesse processo: o processo é datado de 18 de agosto de 1951, mas a informação foi recebida em 22 de fevereiro de 1951 e informado em 28 de fevereiro de 1951; consequentemente esse processo deve ter sido aberto em 1950 e não em 1951, uma vez que no Ofício nº 7 de 5 de Junho de 1951, o Senhor João B. Calvoso, Diretor do Ginásio São Francisco de Assis, da cidade de Ponta Porã, comunica o funcionamento regular, sob inspeção federal. do referido Ginásio. (MATO GROSSO, C.E. 1951).

Retomando a resposta da Informação nº 7, o Diretor da Divisão do Ensino Médio informava que via conveniência na abertura do Ginásio, afinal se tratava de um “progresso educacional”, mas não via possibilidade de funcionamento para o ano letivo seguinte “por absoluta falta de tempo para que se possa dar cumprimento às formalidades legais, exigidas aos Ginásios, tais como Exames de Admissão (em fevereiro), abertura de matrículas e início de aulas, antes das marchas processuais de aprovação”. Quanto à cessão do imóvel, preferia não se pronunciar pois precisava de mais informações sobre sua existência e sobre a espécie de proprietário. Aqui surge uma incógnita? Se no dia 28 de fevereiro de 1951 a Divisão do Ensino Médio não via tempo hábil para início das atividades no ano seguinte, como o funcionamento regular, sob inspeção federal, foi comunicado em 5 de junho de 1951?

Figura 45 – Primeira sede do Ginásio São Francisco de Assis, 1955. Alunas com o Diretor Professor Antonio Teophilo da Cunha.



Fonte: Arquivo particular de Neila Montiel de Carvalho.

O Ginásio São Francisco acabou não se instalando no prédio da antiga Escola Normal. Quanto à localização dos prédios nos quais o São Francisco esteve instalado, as entrevistas ajudaram bastante porque a ex-aluna informou que começou o ginásio no prédio localizado na Rua Antônio João e terminou no prédio da Avenida Brasil; o ex-aluno começou o ginásio na Avenida Brasil e terminou no prédio do Grupo Escolar Mendes Gonçalves.

A entrevistada informou que o prédio da Rua Antônio João estava bem distante do centro da cidade, na saída para Bela Vista, onde hoje está instalada a Polícia Militar e anteriormente era o alojamento do Antigo Quartel da Guarda Territorial, ao lado do antigo aeroporto da cidade. Sua estrutura, como se pode observar na figura 45, apesar de grande, estava em condições ruins, com telhas deformadas e manchas na parede da platibanda, que apontam para indícios de que existia bastante umidade no prédio. Sobre as instalações informou que existia uma sala para a secretaria e outra para diretoria, a circulação foi descrita assim: “Entrada um corredor que chegávamos a uma varanda que dava a todas as salas. Assim como está na foto” – figura 45. A instituição não possuía local para Educação Física, as aulas eram “era da em um terreno próximo onde hoje é uma praça”.

De acordo com o memorialista Ramão Ney Magalhães (2013), a prefeitura cedeu em comodato, um terreno para a construção da sede própria, onde acabou por se instalar a Casa da Criança Dona Sebastiana, ou seja, Rua General Osório, 1054. Abrindo mão desse terreno, o São Francisco foi transferido para o edifício na Avenida Brasil.

Ainda sobre o edifício da Rua Antônio João, a aluna comentou que as salas de aulas eram lotadas e divididas por sexo e apesar de existir biblioteca e laboratório de ciências no prédio, ela não se recorda da utilização deles.

Pelo Relatório de Verificação Prévia (GINÁSIO SÃO FRANCISCO DE ASSIS, 1954) para mudança da Diretoria do Ensino Secundário, elaborado em 1956, a instituição começou suas atividades em 1951, sob a direção do Professor João Brembati Calvoso, dados que conferem com o protocolo já descrito. O Ginásio funcionou condicionalmente nos anos de 1951 e 1952, data em que seu diretor decidiu fechá-lo; para que isso não acontecesse, os pais e pessoas influentes na cidade formaram uma associação com acionistas que poderiam contribuir com cotas de Cr\$ 15.000,00, Cr\$ 10.000,00 ou Cr\$ 5.000,00; 65 pessoas fizeram parte dessa lista de cotistas que formaram a Sociedade Instrutiva de Ponta Porã Ltda – a lista completa se encontra no anexo C. Essa sociedade depois se transformou em Sociedade Educadora, que adquiriu o acervo material do São Francisco em 1953.

Ainda pelo Relatório de Verificação Prévia, em 1954 o Ginásio recebeu a visita do Secretário de Educação do Estado, Sr. José Frageli e do Senador João Vilasboa, essas autoridades resolveram oferecer o prédio que estava sendo finalizado para abrigar a Escola Normal Rural. Esse prédio, construído pelo Governo Federal em convênio com o Estado de Mato Grosso, estaria sem função. O prédio era muito amplo, pois foi construído em uma área de 47.970 m² e permitiu o aparelhamento de salas especiais, pista de esportes, bebedouros, lavatórios e oito vasos sanitários sistema turco⁵³. O termo contrato de execução dessa obra, assinado em 1950, como descrito no Capítulo I, tinha o valor de Cr\$ 2.940.000,00 e era destinado à construção de 6 pavilhões. (MATO GROSSO, 1950). Pela foto da figura 46, foram construídos somente dois pavilhões.

⁵³ Modelo de vaso sanitário próximo ao nível do chão, no qual não é possível que a pessoa se sente.

Figura 46 – Ginásio São Francisco de Assis em Ponta Porã.



Fonte: arquivo particular de Marcelino Nunes de Oliveira.

Não consegui as plantas do edifício então a análise só pode ser feita em função da foto da figura 46, pela ficha de classificação do relatório de verificação prévia para mudança e pela entrevista do Sr. Homero Carpes. Por essa ficha (GINÁSIO SÃO FRANCISCO DE ASSIS, 1954), o Ginásio São Francisco de Assis foi considerado bom e obteve um total de 1504 pontos, com as seguintes percentuais: situação (localização) – 95%; instalações – 61%; salas especiais – 73%, salas de aula 72%; as instalações para Educação Física não possuem valor. Talvez a inexistência de instalações para Educação Física tenha sido o motivo da avaliação das instalações ter obtido somente 61%, pois se as salas especiais obtiveram 73% e as salas de aula 72% e o prédio era novo, a pontuação estava baixa.

De acordo com um plano de ação de uma subvenção extraordinária⁵⁴ de Cr\$ 200.000, 00 recebidos do Governo Federal no exercício de 1954, existia a previsão da construção de um poço, de um poço morto, de colocação de caixa d'água, instalação de motor para iluminação elétrica, e construção de calçada entre os dois prédios. Por essa última afirmação fica confirmada a autenticidade da fotografia da figura 46, porque no termo de contrato de execução da obra constavam 6 blocos.

Retornando à subvenção, existiam verbas para novas instalações para Educação Física (campo de futebol, quadras de vôlei, basquete e tênis, barras, paralelas etc.), para laboratórios de História Natural e Ciências; piano para sala de música e mobiliário para o salão nobre; é interessante a existência de um salão nobre em dependências que, apesar de grandes, eram bem simples.

⁵⁴ Encontrado na Escola Estadual Adê Marques.

Em outro plano de ação de uma subvenção extraordinária⁵⁵ de Cr\$ 200.000, 00 recebidos do Governo Federal no exercício de 1956, chama a atenção o dinheiro para a construção do muro, demonstrando que o prédio ainda não possuía muros.

O plano de ação de 1957 utilizou verbas bem menores, Cr\$ 100.000,00, que seriam utilizadas, entre outras coisas, para a compra de: série completa de medicine ball (Ed. Física), livros para a biblioteca, medicamentos. O dinheiro também seria utilizado para atualização dos laboratórios de Física e Química e para serviços odontológicos.

De acordo com esses planos, posso supor que o São Francisco possuía todas as salas especiais, biblioteca e ainda sala de música, salão nobre e gabinete odontológico.

Além da ajuda federal, o Ginásio São Francisco também recebeu auxílio estadual, foram localizadas as seguintes verbas: Lei nº 170 de 10 de Outubro de 1951 (MATO GROSSO, (MATOGROSSO, D.O. 13 out. 1951) que concedia auxílio para construção de prédio próprio e a outra para ampliação do laboratório de Ciências Físicas e Naturais no valor de Cr\$ 100.000,00 – construção essa que nunca ocorreu; Lei nº 590 de 05 de outubro de 1953 (MATO GROSSO, D.O. 7 out. 1953) que concedia auxílio à Sociedade Instrutiva de Ponta Porã Ltda. mantenedora do Ginásio São Francisco de Assis, no valor de Cr\$ 40.000,00; duas notas de empenho de dezembro de 1957 referente ao auxílio de Cr\$ 50.000,00 e de Cr\$ 30.000,00. Não foi encontrada, no Arquivo Público de Mato Grosso, a concessão de uso do prédio construído para ser a Escola Normal Rural.

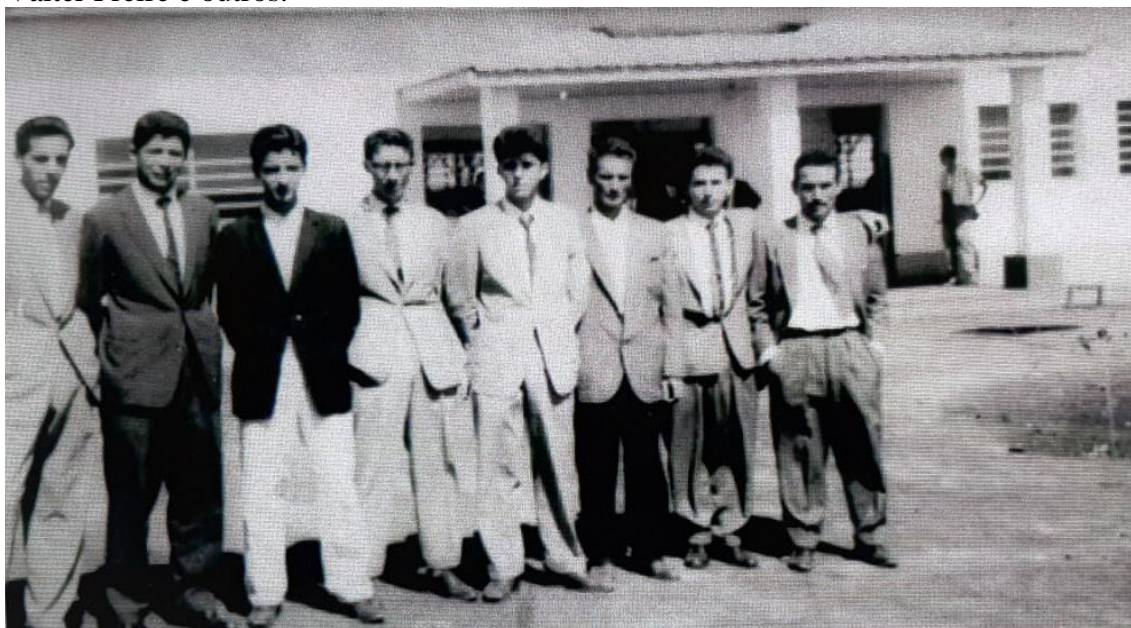
Existem indícios de que o São Francisco obteve muito mais ajuda do governo estadual do que do municipal, pois na Câmara de Vereadores de Ponta Porã foram localizados somente dois auxílios ao Ginásio São Francisco: o primeiro em dia 21 de junho de 1955, no qual o Poder executivo solicitava a “criação de três bolsas de estudos para o ginásio S. Francisco de Assis, destinadas a beneficiar alunos pobres” (PONTA PORÃ, 1955, f. 19); e nas emendas ao orçamento de 1957 “auxílio ao Ginásio São Francisco de Assis, para o cumprimento das leis nº 210 e 349, Cr\$ 36.000,00, passa a ter a seguinte redação: ... f) auxílio aos alunos bolsistas do Ginásio São Francisco de Assis para cumprimento das leis nº 210 e 349”. (PONTA PORÃ, 1956, f. 21). Devo destacar que o Diretor do São Francisco, o Sr. Antonio Teophilo da Cunha, que aparece ladeado pelas suas alunas na figura 45, também era vereador, como comprova a Ata da Câmara Municipal de Ponta Porã do dia 20 de fevereiro de 1957:

⁵⁵ Encontrado na Escola Estadual Adê Marques.

Comunicação verbal do vereador Antonio Teophilo da Cunha, comunicando que acaba de receber parecer favorável a criação da Escola de Comércio, anexa ao Ginásio S. Francisco de Assis, e, que receberá o nome de Joaquim Murtinho, em homenagem ao ilustre mato-grossense. [...] Também comunica a aprovação do curso ginásial noturno do Ginásio S. F de Assis. (PONTA PORÃ, 1957, f. 25).

A política sempre esteve presente na história do São Francisco, existiu um movimento na cidade de Ponta Porã para que o Ginásio São Francisco de Assis fosse encampado pelo governo estadual, como demonstra a figura 47, o que aconteceu no ano de 1961, conforme o Decreto nº 136 de 17 de junho de 1961 (MATO GROSSO, D.O. 20 jun. 1961). O quarto componente da foto, da esquerda para direita, é Homero Barboza Carpes, ex-aluno do São Francisco (conforme diploma, apresentado no Anexo D) que me concedeu entrevista por telefone (em função do isolamento social provocado pelo corona vírus) no dia 21 de abril de 2020.

Figura 47 – Comitativa para encampação do Ginásio São Francisco de Assis, composta pelo Professor Isaac Borges Capilé, Edevaldo Carpes, Acioli de Deus, Homero Carpes, Valter Freire e outros.



Fonte: Arquivo pessoal de Homero Barboza Carpes. Imagem melhorada com Adobe Photoshop Express.

Sobre o prédio, Homero comentou a dificuldade de chegar ao mesmo, em função de um grande buraco, causado por erosão na Avenida Brasil, motivo pelo qual os alunos tinham que utilizar a Rua Marechal Floriano para chegar ao Ginásio, comentou também que a instituição estava longe do centro, perto da granja modelo. Segundo as palavras do ex-aluno: “A secretaria ficava no primeiro bloco ou seja quem entra a direita. A entrada

principal ficava para a rua do aeroporto, e não para Av. Brasil”. Comentou também que não existia uma sala específica para a direção, o diretor utilizava a sala da secretaria.

O ex-aluno relatou que nunca utilizou um laboratório, que apesar de existirem, não eram utilizados pelos professores, pois o estado de conservação era péssimo. Pelas recomendações do MEC, é possível constatar:

1. Não foi possível prever a capacidade do prédio.
2. O projeto podia ser “girado”, uma vez que não possuía nenhum elemento que fixasse sua localização.
3. Analisando a implantação do prédio do Corpo de Bombeiros (atual utilização de um dos prédios remanescentes), posso afirmar que as salas estavam voltadas para leste, em discordância com as recomendações do MEC.
4. O projeto permitia futuros acréscimos.
5. A circulação, observada na figura 46, era parcialmente aberta, e apesar de permitir circulação rápida era um problema, pois a cidade apresenta clima bastante frio no inverno.
6. Não foi possível definir as medidas das salas de aula.
- 7.8. Segundo informações do ex-aluno e do relatório de verificação prévia, o edifício possuía laboratório e biblioteca.
9. Não foi possível verificar a existência de depósitos.
10. Existia uma grande área livre ao redor do prédio, e o ex-aluno confirma a existência de espaço para a prática de Educação Física.
11. Não existia recreio coberto.
12. Não foi possível a localização dos bebedouros do projeto.
13. As instalações sanitárias, quanto ao número de aparelhos, satisfaziam a capacidade do estabelecimento.
14. Existia somente uma sala para a administração do estabelecimento, o(s) funcionário(s) da secretaria utilizavam a sala em parceria com o Diretor.
15. Conforme o plano de ação para subvenção extraordinária⁵⁶ de Cr\$ 200.000, 00 recebidos do Governo Federal em 1954, constava verba para colocação de caixa d’água.
16. Não foi possível verificar a arrumação das dependências.

Sobre as interações, observa-se:

⁵⁶ Encontrado na Escola Estadual Adê Marques.

- O interno e o externo – observa-se inexistência de demarcação do terreno, qualquer um podia chegar a qualquer sala sem barreiras.

- O fechado e o aberto - o partido adotado pelo projeto utilizava grandes corredores, ou seja, todos os espaços estavam abertos para os corredores e esses não possuíam fechamento, portanto o projeto apresentava muita porosidade.

- O visível, o transparente e o oculto – tanto para o visitante como para o usuário, como a porosidade do projeto era alta, a circulação interna era bastante visível, trazendo, nesse caso, a sensação de descontrole, pois qualquer um podia sair ou entrar nas salas sem qualquer barreira.

- O pequeno e o grande – o edifício tinha proporções grandes em relação aos outros prédios da cidade na época, mas não se destacava dos demais pela simplicidade da construção.

- O curvo, angulado e retilíneo – esteticamente, o prédio possuía linhas retas, mas o que dominava o visual era o telhado.

- O próprio, estrangeiro e comum – a construção não possuía uma característica de espaço escolar, olhando o prédio ele poderia funcionar como qualquer coisa que necessitasse uma sequência de salas.

- As ordens hierárquicas superiores ou inferiores – não posso fazer essa análise pois não consigo saber a ordem dos espaços sem a planta.

- O que está à frente e o que está por trás – visualmente, o prédio estava completamente isolado no terreno.

- O próximo e o distante – Por informação de Homero Barbosa Carpes, ex-aluno do São Francisco, o prédio estava localizado onde hoje está o Corpo de Bombeiros de Ponta Porã, na Avenida Brasil, avenida de acesso à cidade. Antigamente o prédio estava distante do centro da cidade.

Apesar de estar fora do recorte temporal proposto, a informação mais relevante da entrevista se refere ao ano de 1965 no qual as aulas tiveram que ser transferidas para o Grupo Escolar Mendes Gonçalves, no período noturno, pelo mau estado de conservação do prédio. Depois dessa data as aulas nunca mais aconteceram no prédio da Avenida Brasil.

A situação do São Francisco demonstra o descaso com o dinheiro público, apesar de investir dinheiro em construções, o governo não fazia a manutenção adequada de seus prédios; ele foi instalado em 1956/57 – pelo certificado de conclusão do ginásio do ex-aluno, constante no anexo D, ele terminou seu ginásio em 1967 e fez dois anos no prédio

do grupo escolar – e transferido por volta de 1965, demonstrando que o mesmo foi utilizado por menos de 10 anos.

3.2.2 O Ginásio “São José”

A Escola Paroquial São José, que deu origem ao Ginásio São José, foi implantada, conforme Silva, A.N. (2008), em um espaço de madeira com 2 salas de aula. A história dessa instituição começou em 1929 com os Padres Salesianos, naquele tempo a escola se chamava “Colégio Dom Bosco” uma vez que ainda não existia legislação sobre a nomenclatura de escolas, ginásios e colégios; em 1943 é que passou a se chamar “Escola Paroquial São José”, e em 1944, foi transferida para as Irmãs Vicentinas de Gijzegem; a escola foi registrada na Divisão de Educação e Cultura em 24 de março de 1945, com ensino primário, níveis I a V. O espaço foi construído em madeira, de maneira muito simples, com apenas 2 salas de aula, conforme figura 48.

Figura 48 – Primeira sede da Escola Paroquial São José.



Fonte: Silva, A.N. (2008, p. 177).

Posteriormente, foi construída a sede em alvenaria na Avenida Brasil, mas não foi possível precisar a data de sua construção.

O São José recebia auxílio governamental, como se pode observar na Lei nº 547, de 5 de novembro de 1952⁵⁷ (MATO GROSSO, 1952) que orçava a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 1953, a Escola Paroquial São José aparece no item referente

⁵⁷ Disponível em: www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei-547-1952.pdf. Acesso em: 23 abr. 2020.

ao ensino subvencionado e recebeu nesse ano o valor de Cr\$ 300.000,00. Em 1956, foi considerado de utilidade pública pela Lei nº 850, de 18 de outubro de 1956⁵⁸(MATO GROSSO, 1956), de autoria do Deputado Wilson de Pinho; existem informações em Silva, A.N. (2008) que o governo pagava salários de funcionários da instituição.

Sobre o início das atividades do Ginásio São José, encontrei duas informações: uma em um boletim da Diocese de Dourados que apontava para 1959 e Silva, A.N. (2008) afirmava que foi em 1961.

A única planta encontrada do São José era datada de abril de 1996, momento em que o prédio estava sob a tutela do Centro de Ensino Superior de Campo Grande; a planta foi elaborada pelo Arquiteto Luiz Carlos Correia da Silva, CREA 5473-P, do Escritório Técnico de Arquitetura – Etarq.

Como tinha poucas informações sobre o prédio original resolvi fazer entrevistas e para encontrar depoentes utilizei a rede de relacionamentos “Facebook” que possui um grupo denominado “Amigos da Escola Paroquial São José de Ponta Porã”, administrado pelo Sr. Akira Sano. Entrei em contato, por mensagens, com o Sr. Akira que me informou que fez o ginásio na época de transição de um prédio – na Av. Brasil – a para o outro – na R. Tiradentes. A primeira entrevista foi muito interessante, pois destacou o imigrante japonês, que não falava português e teve que ser batizado para ter permissão de frequentar a escola, entretanto consegui poucas informações sobre os espaços do São José; ele me indicou outras pessoas para entrevistas. Devo dizer que a sorte me acompanhou, pois encontrei um ex-aluno que é engenheiro, o Sr. Geraldo Cogorno Menezes, e isso contribuiu bastante para a leitura das plantas. O Sr. Geraldo me informou que só poderia contribuir com informações sobre o prédio da Rua Tiradentes, uma vez que realizou seu curso primário do lado paraguaio, na *Escuela Nuestra Señora del Perpetuo Socorro*. Devo abrir um parêntese, me questiono: como deviam ser as aulas dessa escola com alunos brasileiros, paraguaios, japoneses?

Então, resolvi realizar uma aproximação entre a historiografia e a arquitetura ainda não encontrada em texto acadêmico, uma metodologia para operar um retrocesso nas plantas baseado na memória de ex-alunos. Para fazer essa operação e conseguir chegar perto da planta original, desenhei a planta em Autocad mas não nomeei os compartimentos, simplesmente utilizei uma numeração existente na planta para auxiliar a identificação dos compartimentos.

⁵⁸ Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei-850-1956.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2020.

Seguindo as entrevistas e apresentando os resultados, chegamos ao que deve ter sido a planta original do Ginásio São José. Todo o procedimento metodológico e a transcrição da entrevista encontram-se no apêndice D. Como o engenheiro/ex-aluno só estudou no prédio da Tiradentes, não consegui chegar a planta exata do prédio da Av. Brasil, pois não consegui identificar na planta atual o “U” que o Sr. Akira mencionou no primeiro prédio, que pode ter sido causado por um lapso de memória, confundindo os dois prédios.

Sobre o prédio da Av. Brasil, figura 49, consegui chegar ao partido adotado pelo projeto. Um grande corredor central com salas distribuídas pelos dois lados, com esparsas informações não consegui determinar o número de salas existente no prédio, cheguei apenas a um esboço, como demonstra a figura 51, sem conseguir delimitar o tamanho real do prédio.

Figura 49 – Fachada da Escola Paroquial São José, onde se instalou o Ginásio São José.



Fonte: Foto publicada por Akira Sano, no grupo Amigos de Escola Paroquial São José⁵⁹.

A fachada merece atenção pois é em estilo semelhante ao da Igreja Matriz São José e das casas da Vila Militar, em frente ao quartel de Ponta Porã. Posso definir seu estilo como neocolonial, mas não o neocolonial português e sim o espanhol. Conforme Rodrigues, Pupo, e Celani [2010], o estilo colonial mexicano ou estilo missões busca

⁵⁹

Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1244683188880892&set=gm.1144063938951499&type=1&heater>. Acesso em: 15 abr. 2020.

referências nas missões espanholas da Califórnia, vinculado a um “processo de criação de uma identidade regional, inspirada no passado da região”. Necessitaria de um estudo mais aprofundado para verificar se os edifícios mencionados da cidade de Ponta Porã foram projetados com inspirações nas missões jesuíticas paraguaias, uma vez que a *Iglesia Nuestra Señora del Perpetuo Socorro* de Pedro Juan Caballero, também foi construída no mesmo estilo. Nos fundos do prédio existia uma quadra de esportes conforme a figura 50.

Figura 50 – Quadra de esportes Ginásio São José.

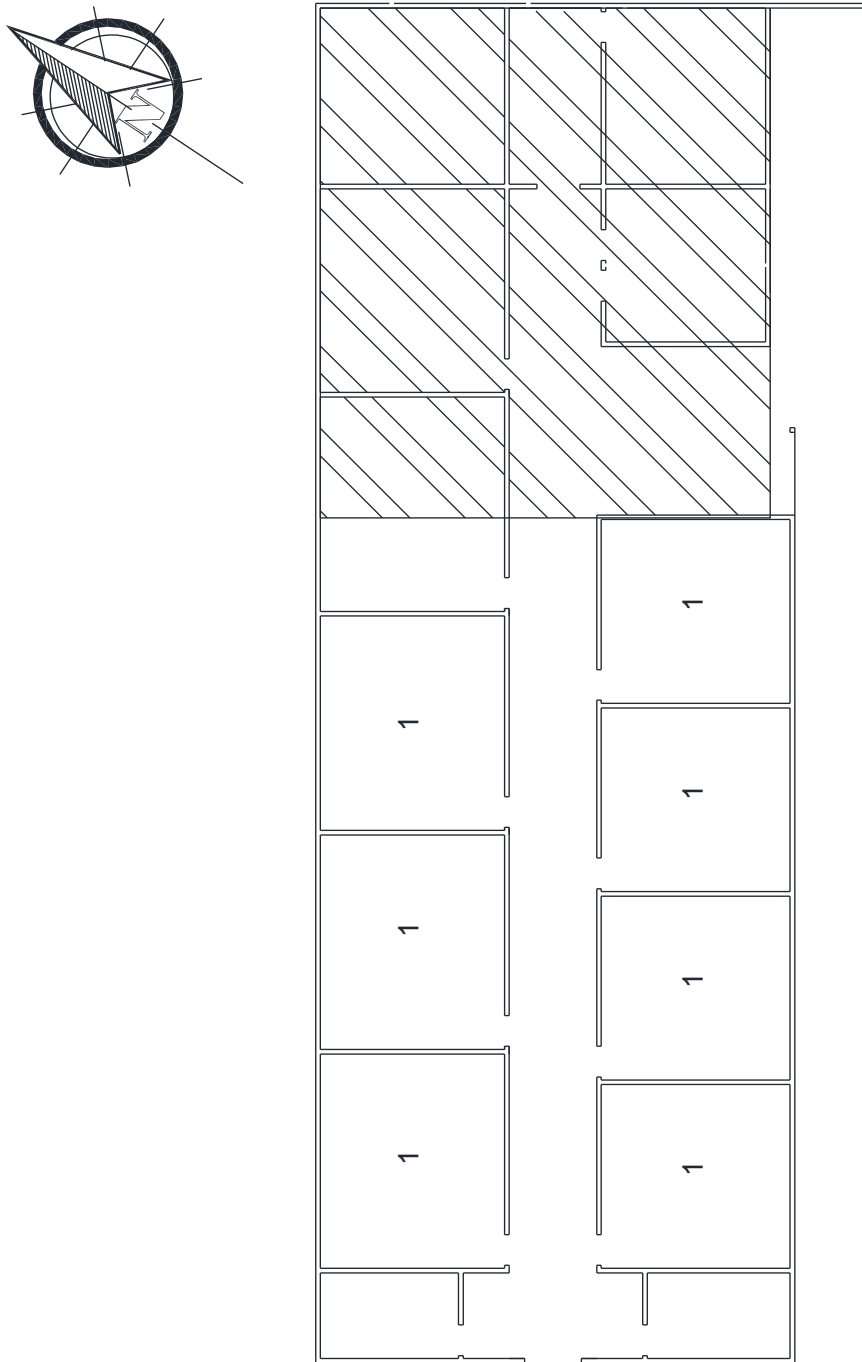


Fonte: Arquivo pessoal de Rita de Jesus⁶⁰.

⁶⁰

Disponível em:
<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10205664745759299&set=oa.1168794289811797&type=3&theater&ifg=1>. Acesso em: 26 abr. 2020.

Figura 51 – Esboço da planta da Escola Paroquial São José na Av. Brasil.



Av. Brasil

Fonte: Elaborada pela autora, redesenhada no programa Autocad, com base em uma planta de 1996 e em entrevistas.

Primeiro devo dizer que o fundo do prédio está hachurado⁶¹ pois não consegui, pelas entrevistas determinar, precisamente, o desenho da parte traseira do edifício. Esse esboço, entretanto, é válido para determinar alguns pontos para análise:

1. A capacidade do projeto não pode ser presumida.
2. O projeto não permitia mudança de orientação.
3. De acordo com o esboço, existiam duas orientações para as salas de aula algumas voltadas para o noroeste e outras para sudoeste, algumas concordando com as recomendações do MEC.

4. Permitia futuros acréscimos, tanto que os acréscimos aparecem na planta atual.

5. Existia, e ainda existe, uma grande circulação de distribuição que interliga todo o prédio, permitindo uma rápida movimentação.

6. As salas com orientação noroeste mediam 7,00 x 6,00m, ou seja 42,00 m², possuía aproximadamente 9/10 da largura sobre o comprimento; já as salas com orientação sudoeste mediam 6,00 x 6,15, ou seja 36,90 m², essas salas eram praticamente quadradas, relação 1/1=1. De acordo com essas proporções, nenhuma das salas estava em concordância com as recomendações do MEC.

- 7.8. O MEC recomendava pelo menos uma sala de aula especial para o ginásio, na entrevista o aluno Akira não se recordou de nenhuma sala especial nem de biblioteca.

9. Não foi possível localizar os depósitos.

10. Existia uma área livre, localizada ao lado do prédio e uma quadra de esporte nos fundos do terreno, como se pode observar na figura 50, que permitiam a prática de Educação Física.

11. Não existia um recreio coberto.

- 12.13.14.15. 16 Não foi possível localizar: os bebedouros, as instalações sanitárias, as dependências da administração, a existência de caixa d'água e extintores de incêndio, muito menos determinar a arrumação dos ambientes.

Só apresentarei a análise das interações possíveis, dentro da orientação proposta por Viñao Frago (2016):

⁶¹ Hachura, significado: traços paralelos ou cruzados que se empregam nos desenhos, pinturas ou gravuras para marcar as sombras e meias-tintas. Significado de Hachurar: Traçar hachuras. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/hachura/>. Acesso em: 21 abr. 2020.

- O interno e o externo – existia um muro baixo delimitando o terreno. Esse muro servia como uma barreira física, mas não como uma barreira visual, em compensação a fachada era totalmente compacta gerando uma grande barreira.

- O fechado e o aberto - o edifício permitia muito pouco contato entre o interno e o externo, portanto, o prédio apresentava pequena porosidade.

- O visível, o transparente e o oculto – tanto para o visitante como para o usuário, como a porosidade era pequena e a circulação interna era invisível, a sensação era de austeridade e de um alto controle.

- O pequeno e o grande – apesar de ter um só pavimento, o edifício tinha proporções grandes, e sua austeridade transmitia a sensação de ser maior ainda.

- O curvo, angulado e retilíneo – esteticamente, o prédio mesclava linhas retas e curvas, típico das construções neocoloniais. O edifício possuía poucos ornamentos, se destacava o nicho branco com a estátua de São José, que era ressaltado em função da diferença de cores da fachada.

- O próprio, estrangeiro e comum – a construção foi feita dentro da escala da cidade, principalmente se associada à construção da Igreja Matriz a seu lado, mas a austeridade passava a sensação de algo não pertinente a paisagem.

- o que está à frente e o que está por trás – visualmente, o prédio passava a sensação de solidez, austeridade e controle.

- O próximo e o distante – o prédio se localizava, e ainda se localiza, bem no centro da cidade.

A fachada da Avenida Brasil é muito marcante. Qual seria a sensação de um aluno ao se deparar com a fachada tão austera? Mesmo tendo elementos arquitetônicos que a liguem com outros prédios da cidade, não se tem a sensação de acolhimento que uma escola construída para abrigar o ensino primário deveria ter.

Com a necessidade de um espaço mais adequado ao ginásio, o São José iniciou uma construção na Rua Tiradentes em 1961, conforme figura 52. Devo explicar que os terrenos do São José da Avenida Brasil e da Rua Tiradentes são contíguos e formam um “L” irregular na quadra. De acordo com Geraldo Menezes Cogorno, as atividades no prédio localizado na Rua Tiradentes iniciaram no ano de 1966. A planta do prédio, figura 54, elaborada com auxílio de entrevistas, possui o formato de “U”.

Figura 52 – Início das obras do Ginásio São José, na Rua Tiradentes, 1961.



Fonte: Foto publicada por Robson Martins, no grupo Amigos de Escola Paroquial São José⁶².

Figura 53 – Fachada do Colégio São José, 1980.



Fonte: Foto publicada por Akira Sano, no grupo Amigos de Escola Paroquial São José.

A fachada apresentada na figura 53, de 1980, de acordo com Geraldo Cogorno Menezes é idêntica à da década de 1960.

⁶² Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1453103894705486&set=g.1143957928962100&type=1&theater&ifg=1>. Acesso em: 15 abr. 2020.

Figura 54 – Planta do Colégio São José, década de 1960.



Fonte: Elaborada pela autora, desenhada no Autocad, baseada em entrevista de Geraldo Cogorno Menezes.

Quadro 8 – Salas de aula do Ginásio São José em 1966.

	Dimensão(m)	Área (m ²)	Capacidade aproximada	Proporção aproximada	Orientação
1ª Ginásial	7,00x7,60	53,2	50	9/10	oeste
2ª Ginásial	7,60x8,00	60,8	55	1	oeste
Colegial	7,60x8,00	60,8	55	1	oeste
3ª Ginásial	6,35x8,00	53,98	50	4/5	sul
4ª Ginásial	6,35x8,00	53,98	50	4/5	sul
Colegial	7,60x8,15	61,94	55	9/10	leste
Sala de aula	7,60x8,15	61,94	55	9/10	leste
Colegial	7,60x9,35	71,06	65	4/5	leste

Fonte: Elaborada pela autora, com base nas entrevistas.

1. O projeto inicial do Colégio São José continha 8 salas de aula de tamanhos variados, conforme quadro 8 (nomenclatura das salas foi a utilizada pelo ex-aluno na entrevista), a capacidade do prédio era de, aproximadamente 430 alunos por turno.
2. O projeto não permitia mudança de orientação.
3. De acordo com o projeto e com o quadro 8, as salas de aula estavam abertas para a fachada oeste, sul e leste, em desconformidade com as recomendações do MEC.
4. O projeto permitia futuros acréscimos.
5. Quanto à circulação, o partido adotado pelo projeto era simples, as galerias internas estavam posicionadas paralelas as salas, formando um “U”, facilitando ao mesmo tempo, a fiscalização e a movimentação.
6. A maioria das salas tendiam ao formato quadrado e não ao formato retangular com proporção recomendada pelo MEC de 3/4 da largura sobre o comprimento.
7. O São José possuía 1 sala especial em forma de anfiteatro. Nas palavras de Geraldo Cogorno Menezes: “era a sala de ciências, era tipo anfiteatro, muito bonita, bem montada ... tínhamos de tudo lá”.
8. O Ginásio também possuía uma biblioteca posicionada ao lado da secretaria.
9. O depósito não foi localizado.
10. O Ginásio utilizava a quadra de esportes localizada no fundo do prédio da Av. Brasil, pois os terrenos se encontravam, para a prática de Educação Física.
11. Não existia uma área coberta, ou seja, um recreio coberto, mas os corredores ao longo das salas podiam funcionar como recreio coberto.
12. Não foi possível localizar os bebedouros do projeto.
13. Não foi possível saber a quantidade de instalações sanitárias, somente foi possível saber sua localização no projeto.
14. As dependências da administração do estabelecimento, permitiam uma fiscalização constante e eficiente por parte dos administradores uma vez que estava posicionada junto a entrada e com visão para toda a instituição que, de acordo com Viñao Frago permitia uma gestão bastante participativa. A secretaria estava posicionada quase nos fundos do prédio, podendo ser um problema ou uma solução: um problema pois os pais tinham que atravessar o colégio para conseguir efetuar um pagamento ou resolver uma questão burocrática; uma solução no quesito de segurança, pois dificultava acesso de meliantes.

15. A caixa d'água estava posicionada acima da cantina, no hachurado verde e não foi possível observar o local para os extintores de incêndio.

16. Não foi possível verificar a arrumação das dependências.

As interações em relação à proposta de Viñao Frago podem ser percebidas da seguinte maneira:

- O interno e o externo – existia um muro baixo com grades altas, que delimitava bem o terreno, auxiliado também pelo prédio que quase fechava o terreno serviam de barreira, tanto física como visual.

- O fechado e o aberto - o projeto, com planta em formato de “U”, fecha para o visitante e para o transeunte, mas abre para os administradores, podendo ser caracterizado, para quem olha de fora, com baixa porosidade.

- O visível, o transparente e o oculto – para o visitante ou transeunte, com a baixa porosidade do prédio, a circulação interna era invisível, trazendo a sensação de um alto controle, mas também gerando a sensação de certa liberdade para o usuário. O projeto em “U” pode causar essa sensação.

- O pequeno e o grande – o edifício possuía proporções grandes horizontais, mas só possuía um pavimento, possuindo certo destaque em relação aos prédios da cidade.

- O curvo, angulado e retilíneo – esteticamente, o prédio apresentava linhas retas, com poucos ornamentos.

- O próprio, estrangeiro e comum – a construção podia passar a sensação de pertencimento, uma vez que não possuía a austeridade do anterior mas possuía uma fachada harmoniosa.

- As ordens hierárquicas superiores ou inferiores – ao analisar a planta do Colégio São José, a direção está posta ao lado da entrada e da sala de professores, passando a sensação de uma gestão participativa e preocupada com o pedagógico; porém a mesma estava posicionada longe da secretaria, local onde eram feitos também os pagamentos, demonstrando que a direção não estava ligada ao controle financeiro.

- O que está à frente e o que está por trás – o prédio dá fundos para a Escola Paroquial e para a Igreja, então, literalmente, a Igreja está por trás da instituição.

- O próximo e o distante – O edifício se encontrava bem no centro da cidade.

- O que fica de um lado ou de outro – Não foi possível constatar a sua cercania.

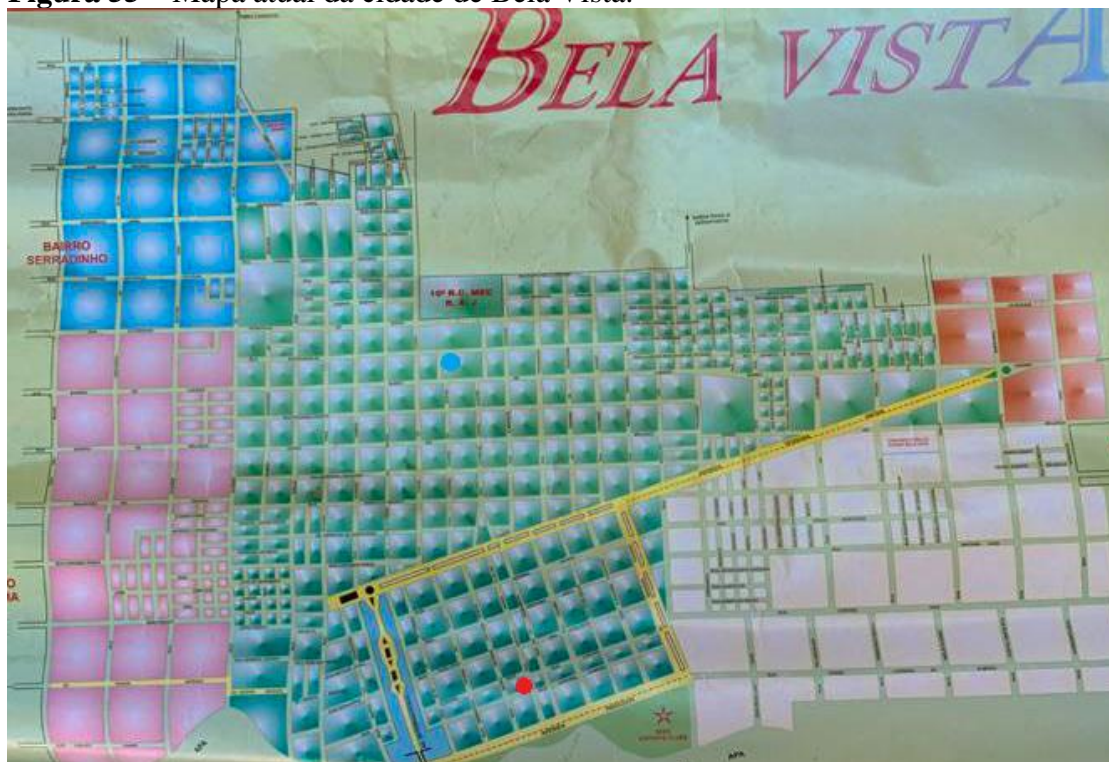
No caso de Ponta Porã, no final da década de 1950 e início de 1960, foi verificado o desmantelamento e posterior fechamento do Ginásio São Francisco de Assis, e a ascensão e consolidação do Colégio São José.

3.3 Bela Vista

A cidade de Bela Vista está situada na fronteira com o Paraguai, sua população em 1950 era de 16.436 habitantes e de acordo com o censo realizado no ano de 2010 pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o município possuía 23.181 habitantes.

Bela Vista possui um pequeno centro histórico, com prédios de inspiração Art Decô, que me remete a Ginzburg (1989, p. 5-6) que pontua que um estilo internacional “tornava tanto mais provincial quanto mais atingia a periferia. Um estilo não se desenvolve espontaneamente numa área vasta. É a criação de um centro, de uma só unidade, que gera o impulso [...] mas que tem a segurança e a coesão duma metrópole.” Considerando a região estudada, as cidades em questão são consideradas periféricas, pois estão localizadas na fronteira brasileira, muito longe da capital do Estado. Esse centro bela-vistense provavelmente gostaria de transmitir “um ar de metrópole” a Bela Vista das primeiras décadas do século XX, uma ligação com os centros de poder, por meio da arquitetura no qual o prédio do Grupo Escolar Generoso Ponce estava inserido, como mostram as figuras 56 e 57. Já o Colégio Santo Afonso estava a cerca de 1,5 Km do centro, mas junto à igreja, ao quartel e à vila militar, formando outro centro. De acordo com o mapa da figura 55, o ponto pink representa o Ginásio Bela Vista (ou Grupo Escolar Generoso Ponce) e o ponto em azul turquesa marca o Colégio Santo Afonso.

Figura 55 – Mapa atual da cidade de Bela Vista.



Fonte: Elaborado pela autora, com base no mapa atual encontrado no Museu Genealógico de Bela Vista.

Figura 56 – Centro Histórico de Bela Vista.



Fonte: Acervo pessoal da autora, fotografia de 18 abr. 2020.

Figura 57 – Centro Histórico de Bela Vista.



Fonte: Acervo pessoal da autora, fotografia de 18 abr. 2020.

Em se tratando de educação, enquanto São Paulo, modelo brasileiro na implantação de Grupos Escolares construía escolas segundo os tipos: Rodrigues Alves, Oscar Thompson, Arthur Neiva e Eloy Lessa, apresentados no capítulo sobre espaços escolares; em Bela Vista era construído o Generoso Ponce, sem nenhuma infraestrutura, apenas um corredor e duas salas, realçando o distanciamento entre centro e periferia. Segundo informações locais teria sido construído para ser batalhão de polícia, mas uma planta encontrada no Arquivo Público demonstra que ele foi construído para ser escola.

3. 3.1 O Ginásio “Bela Vista”

Segundo Leite (1995), o Ginásio Bela Vista surgiu, em 1949, devido ao esforço e a dedicação do Dr. Castro Pinto e de seus companheiros, graças à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, CNEG, sob a orientação, no Estado, de Oliva Enciso. Conforme o autor, perdeu-se toda a documentação referente a esse ato e de toda a história desse Ginásio, mas conseguiu alguns documentos no Arquivo Público de Mata Grosso.

Astofe (2019) comenta que a inauguração foi um evento para a cidade “pois era o único ginásio na longa fronteira sul e sudoeste de Mato Grosso; em uma citação do Jornal “A Noite”, de 1950, do Rio de Janeiro consta que mais de 100 alunos se inscreveram para o exame de admissão.

Leite (1995) afirma que o Ginásio de Bela Vista passou a funcionar a partir do ano de 1950, formando a primeira turma de ginásianos no ano de 1953. Funcionava no período noturno e na sede da Escola Generoso Ponce. No Acervo Cartográfico do Arquivo Público de Mato Grosso encontrei uma planta com pouca informação, sem data, simplesmente contendo a descrição de uma ampliação do Grupo Escolar Generoso Ponce em Bela Vista (MATO GROSSO, s/d), estranhei a planta pois se era uma ampliação deveriam aparecer os pontos de contato com a obra já existente.

Como a Assessora da Câmara de Vereadores, Dra. Gabriela Velasquez, me informou que os livros de atas tinham sido perdidos e Leite (1995) informou que os documentos da escola também foram perdidos, fui orientada a procurar o Sr. Krugerson Mattos, mas conhecido como Capitão Mattos, militar da reserva, que mantém o Museu Genealógico de Bela Vista. Em visita a esse estabelecimento, fui levada a conhecer o prédio histórico onde funcionou o Generoso Ponce e o Sr. Sydney Nunes Leite que foi diretor do Ginásio Bela Vista por quase toda a década de 1960 e escritor do livro citado.

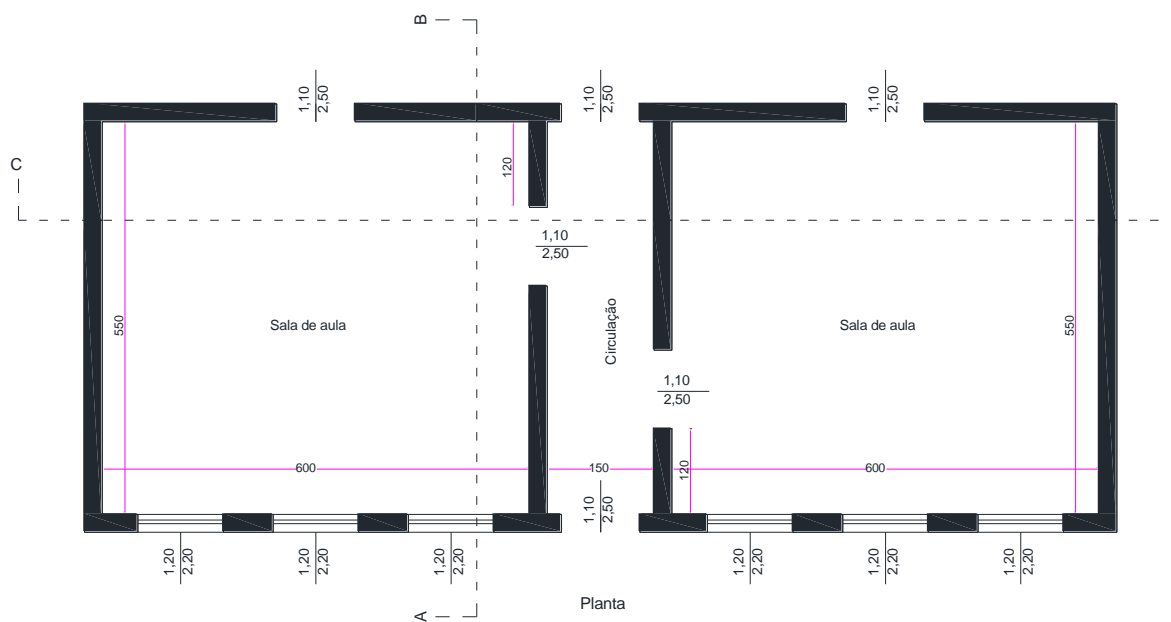
Chegando ao centro de Bela Vista, me deparei com um prédio, figura 58, que compunha um conjunto arquitetônico já comentado acima, ,para minha surpresa não existem indícios de que houve reforma no prédio e, mais curioso ainda, o prédio coincide com a planta encontrada no Arquivo Público de Mato Grosso, figura 59, e também com a foto dos primeiros alunos matriculados no Ginásio Bela Vista em 17 de setembro de 1950, figura 60. Portanto, conclui que este era o prédio onde funcionou o Ginásio Bela Vista até 1968.

Figura 58 – Fachada do Grupo Escolar Generoso Ponce/Ginásio Bela Vista.



Fonte: Acervo pessoal da autora, fotografia de 18 abr. 2020.

Figura 59 – Planta do Grupo Escolar Generoso Ponce e Ginásio Bela Vista, sem escala.



Fonte: Elaborada pela autora, redesenhada no programa Autocad baseado no original do Arquivo Público de Mato Grosso (MATO GROSSO, s/d).

Figura 60 – Primeiros alunos matriculados no Ginásio Bela Vista - 17 set. 1950.



Fonte: Leite (1995). Imagem melhorada com Adobe Photoshop Express.

A encampação foi autorizada pela Lei nº 416 de 14 de Setembro de 1951 (MATO GROSSO, D.O. 18 set. 1951). Interessante observar que na Lei nº 537 de 29 de Outubro de 1952 que tratava de subvenção de Cr\$ 100.000,00 ao Ginásio Bela Vista, o mesmo ainda era filiado à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos; já a Lei nº 1.679 de 14 de outubro de 1953 (MATO GROSSO, D.O. 31 out. 1953), encampa o Ginásio Bela Vista, demonstrando que entre a autorização de encampação e a encampação decorreram dois anos.

Na explanação de motivos para a encampação da Lei 1.679, dois pontos chamaram a atenção: “apesar da subvenção concedida pelo Estado, contudo, urge que o Poder Público assumira efetivamente a responsabilidade pelo funcionamento e pela manutenção do referido estabelecimento, dadas as dificuldades com que vem lutando” e “no caso particular do Ginásio Bela Vista, situado em cidade lindeira com país estrangeiro, o Estado, mantendo um estabelecimento de ensino secundário, irá concorrer para a nacionalização dessa faixa do território pátrio”; demonstrando a dificuldade da manutenção do ginásio pela CNEG e o interesse em pontuar a fronteira com instrumentos de nacionalização, como a educação.

Conforme Leite (1995, p. 132-133), a entrega do Ginásio Bela Vista, com todo seu patrimônio, foi feita pela professora Esther Silva, diretora em exercício, mas a

instituição continuou a funcionar no mesmo edifício. O autor afirma que o prédio foi transferido “para o conjunto que fora edificado, quando o prefeito municipal era Pery de Almeida Melo, e governador do estado Arnaldo Estevão de Figueiredo, para sediar uma escola rural e a foi ativada, e hoje é denominado Escola Vera Loureiro”, essa afirmação é contraditória pois o Ginásio foi encampado em 1953 e Arnaldo Estevão de Figueiredo foi Governador de Mato Grosso até julho de 1950. A foto, figura 60, na frente do prédio é de setembro de 1950.

Outra informação que necessita de um aprofundamento é a constante na Lei nº 127 de 30 de outubro de 1952 (MATO GROSSO, D.O. 6 nov. 1952) que dispõe sobre a construção do Grupo Escolar “Cel. Generoso Ponce”, da cidade de Bela Vista, com a importância de Cr\$ 300.000,00, não conseguiu a data de início nem de término dessa construção.

Ainda segundo Leite (1995), posteriormente outra transferência é pontuada no ano de 1958, reparei na existência de um erro de digitação, na verdade a data correta era 1968 como estava indicado na figura da página 133 do livro, o edifício foi inaugurado para ser sede definitiva da instituição, localizado à Praça Ipiranga, e hoje a instituição possui o nome de Escola Castelo Branco. Nos primeiros vinte anos, O Ginásio Bela Vista teve apenas quatro diretores: Dr. Ruben Alberto Abott de Castro Pinto, professora Esther Silva, Dra. Nely Loureiro de Almeida e o autor (este foi diretor de 1961 final de 1969).

Pelos dados obtidos, se levantou uma questão para a qual não obtive resposta: o Ginásio Bela Vista funcionou no prédio do Grupo Escolar Generoso Ponce até 1968?

O Ginásio Bela Vista começou a funcionar no prédio apresentado nas figuras 58, 59 e 60. Analisando suas instalações, é possível descrevê-lo como duas salas separadas por um corredor de acesso. Sua fachada era caracterizada por elementos retilíneos de inspiração Art Decô.

1. A capacidade do prédio era para cerca de 60 alunos por turno, uma vez que a construção possuía 2 salas de 6,00m X 5,00m. Lembrando que o prédio também abrigava um grupo escolar.
2. O prédio não permitia mudança de orientação.
3. A localização do edifício, na atual Rua Antônio Maria Coelho esquina com a Rua Cel. Dias, tem a fachada principal e a abertura das janelas das salas com orientação nordeste, discordando das recomendações do MEC para posicionar as salas de aula para o noroeste.
4. O prédio permitia futuros acréscimos.

5. Quanto à circulação, só existia uma galeria que conectava a entrada com as duas salas.

6. As salas eram quase quadradas, a proporção das duas salas de aula era de, aproximadamente 9/10, muito distante dos 3/4 da largura sobre o comprimento recomendados pelo MEC.

7. 8. 9. O MEC recomendava pelo menos uma sala de aula especial para o ginásio, o Ginásio Bela Vista não possuía salas de aula especiais, nem biblioteca, nem secretaria, nem diretoria, muito menos um depósito.

10. Existia uma área livre, atrás no prédio, mas não posso afirmar que o local permitia a prática de Educação Física.

11.12.13. 14.15 Também não existia direção, secretaria, pátio coberto, nem bebedouros, nem instalações sanitárias no interior do edifício.

16. Não foi possível verificar a arrumação das dependências.

Enfim, o prédio não atendia a nenhuma das recomendações estipuladas pelo MEC.

Utilizando Viñao Frago (2016) para analisar o edifício escolar tendo a cultura escolar como referencial teórico, pude verificar:

- O interno e o externo – O prédio estava situado no limite do terreno com a rua e sua porta principal servia de barreira ao visitante.

- O fechado e o aberto – Apesar de cada sala possuir 3 janelas, o prédio funcionava como uma massa compacta, com índice baixo de porosidade.

- O visível, o transparente e o oculto – para o visitante, como a porosidade do edifício era baixa, a sensação era de um alto controle. A “modernidade” da fachada transmitia a sensação ilusória de que a educação transmitida no estabelecimento era de primeira, mas a análise acima demonstra que o estabelecimento não possuía condições físicas de abrigar um ginásio.

- O pequeno e o grande – o edifício tinha proporções diminutas, mas suas proporções estavam de acordo com outros prédios da cidade na época, como se observa nas figuras 55 e 56.

- O curvo, angulado e retilíneo – esteticamente o prédio apresentava linhas extremamente rígidas e retas, características do movimento Art Decô, tentando passar a ideia de que ele estava em consonância com as tendências de ponta.

- O próprio, estrangeiro e comum – a construção possuía identidade com as demais que compunham o centro de Bela Vista, na época, porém distante das residências locais.

- As ordens hierárquicas superiores ou inferiores – Não se pode verificar ordens hierárquicas em um prédio que possui somente duas salas de aula e um corredor.

- O que está à frente e o que está por trás – visualmente, o prédio passava a sensação de solidez e atualidade.

- o próximo e o distante – o prédio estava na praça central da cidade.

- o que fica de um lado ou de outro – A vizinhança do Ginásio Bela Vista era composta pelos principais prédios da cidade como o correio e o cinema.

Enfim, o prédio foi implantado como parte integrante de um conjunto arquitetônico atual para sua época, mas sem qualquer estrutura para um ginásio.

3.3.2 O Colégio “Santo Afonso”

Encontrei 3 autores que tratam do Santo Afonso, figura 61: Silva, A.N. (2008), Souza, A. A. (s/d) e Leite (1995). Para Leite (1995, p. 137), os padres Redentoristas chegaram em 1930 e depois algumas freiras. Em 1932, fundaram a Escola Paroquial Santo Afonso e depois várias escolas nos bairros, “Culminado com a criação, em 1963, do Ginásio Comercial Santo Afonso”.

Souza, A. A. (s/d) também confirma que a criação da Escola Paroquial Santo Afonso data de 1932, mas afirma que o Ginásio Comercial Santo Afonso foi autorizado pela Portaria nº 83 de 17 de maio de 1964, conforme Relatório de Verificação Geral de 12 de agosto de 1966.

Silva, A.C. (2008) reafirma o ano de 1932 como a data do início das atividades da Escola de Santo Afonso e acrescenta que depois se tornou Ginásio Santo Afonso, mas não especifica a data de implantação do Ginásio. A autora aponta para um entrelaçamento nas relações entre a Igreja e o Estado, incluindo uma citação do Caderno Pastoral de 2005 que indicava o pagamento, por parte do Governo Estadual, de professores, funcionários e Irmãs.

Corroborando Silva, A.C. (2008) foram encontradas no Arquivo Público de Mato Grosso duas portarias de remoção, das professoras Olga Mendonça e Leonor Mendonça do Grupo Escolar “Generoso Ponce” para o Colégio Santo Afonso, ambas no dia 20 de maio de 1961 (MATO GROSSO, 1961). Se a Portaria Nº 3 da Diretoria Geral da Instrução Pública de 24 de junho de 1944 (MATO GROSSO, 1944, p. 64) determinava que só poderiam ter a denominação de Ginásio e Colégio os estabelecimentos que ofertassem

ensino secundário, presumi que existia um curso ginásial funcionando no Santo Afonso de Bela Vista em 1961.

Para reconhecer a existência do Ginásio Santo Afonso tive que ser estimulada pelas ideias de Julia (2001, p. 17), afinal “o historiador sabe fazer flechas com qualquer madeira” pois cheguei a essa conclusão por duas folhas de papel em meio a milhares delas nas caixas do Arquivo Público de Mato Grosso.

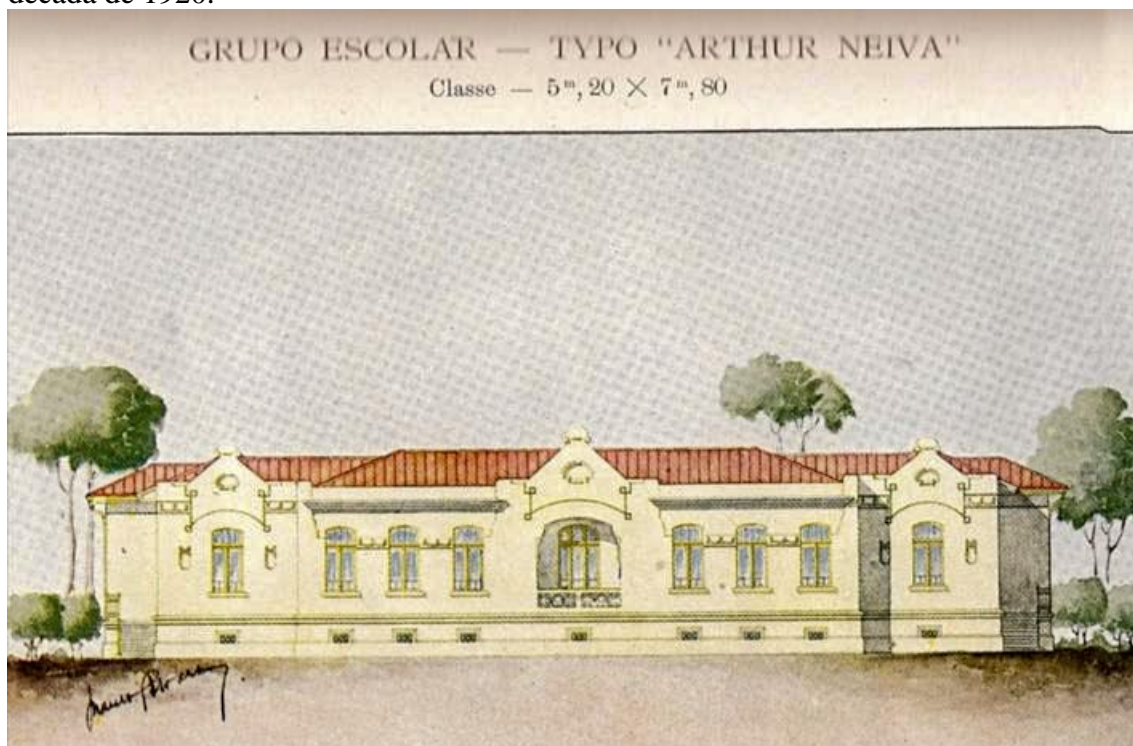
Figura 61 – Prédio onde funcionou o Santo Afonso, no detalhe a base da primeira coluna da esquerda para a direita com a data da construção.



Fonte: Acervo pessoal da autora, fotografia de 18 abr. 2020.

Não posso começar a falar desse prédio sem pontuar uma certa semelhança com o bloco principal do Grupo Escolar tipo Arthur Neiva, constante na figura 62, constante do manual elaborado pelo engenheiro Mauro Camargo, em 1920, com diretrizes para construção de escolas em São Paulo. Também devo salientar o estilo neocolonial da construção.

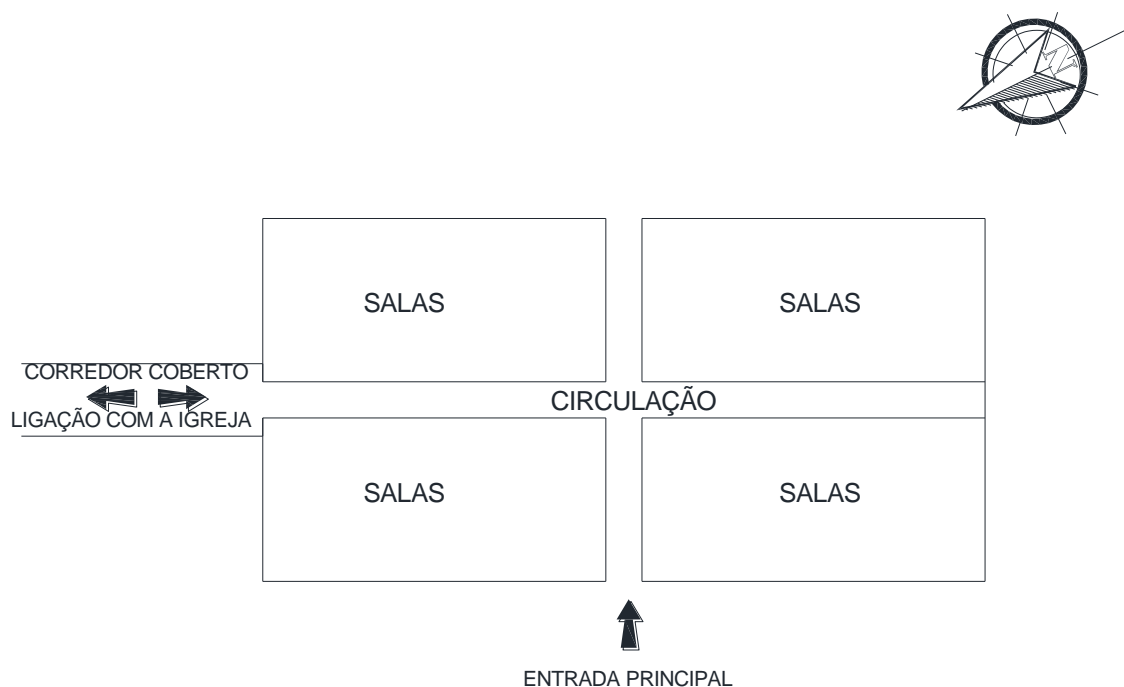
Figura 62 – Grupo Escolar tipo "Arthur Neiva" proposta por Mauro Camargo, na década de 1920.



Fonte: Arruda (2010, p. 132).

Para tentar obter a planta, entrei em contato com a Paróquia Santo Afonso pelo telefone e fui informada pela secretária Maxine Jhully da Silva que vários pesquisadores já tentaram obter essas plantas e não conseguiram. Ela me informou também que a planta já foi bastante alterada. Para tentar chegar à planta, entrei novamente em contato com o Capitão Mattos e consegui chegar a um esquema do posicionamento das salas e das circulações, uma vez que ele estudou nessa instituição na década de 1970, conforme esquema da figura 63. Devo pontuar que a planta inicial já podia ter sofrido modificações mas, pelo estilo de construção, posso presumir que a circulação não foi alterada.

Figura 63 – Esquema de salas e circulações Colégio Santo Afonso.



Fonte: Elaborado pela autora, baseado nas informações de Sr. Kruguerson Mattos.

A análise foi elaborada com base na fotografia da fachada, figura 61, e no esquema das salas da figura 63, portanto algumas análises não foram possíveis.

1. Não foi possível calcular a capacidade da instituição.
2. A construção não permitia mudança de orientação uma vez que sua entrada principal estava bem demarcada. Se houvesse mudança de orientação, a conexão direta com a igreja se perderia.
3. O prédio está localizado na atual Rua Santo Afonso e conforme o esquema, algumas salas possuíam orientação noroeste e outras sudoeste, portanto algumas concordam com as orientações do MEC.
4. O projeto permitia futuros acréscimos.
5. Quanto à circulação, o partido adotado pelo projeto era simples, as galerias internas estavam posicionadas em forma de “+”, promovendo a fiscalização e a movimentação ágil.

Não foi possível verificar os itens 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13,14, 15 e 16.

10. Em visita à parte externa do prédio verifiquei que existia uma área livre, localizada atrás do prédio e do corredor coberto que ligava a instituição a Igreja, local que poderia ser utilizado para a prática de Educação Física.

As interações em relação à proposta de Viñao Frago podem ser percebidas da seguinte maneira:

- O interno e o externo – não existe atualmente nenhum tipo de muro ou cerca, a construção faz parte de um complexo que cria um espaço interno fechado.
- O fechado e o aberto - o projeto, com planta em formato de retângulo, é fechado ao visitante ou transeunte pela porta principal, portanto o prédio possuía baixa porosidade.
- O visível, o transparente e o oculto – com a baixa porosidade do prédio, a circulação interna era invisível, trazendo a noção de alto controle.
- O pequeno e o grande – o prédio possuía grandes proporções horizontais, se comparados com prédios do centro da cidade, mas de proporções pequenas de comparados aos seus vizinhos, A Igreja e o Quartel.

- O curvo, angulado e retilíneo – esteticamente o prédio apresentava linhas retas, com poucos ornamentos curvos em cima das janelas, merecem destaque as formas do frontão, figura 64, característico do estilo neocolonial, com alguns elementos curvos.

- O próprio, estrangeiro e comum – a construção passa a sensação de pertencimento a um conjunto marcante para a cidade, que antigamente era composto pela Casa Paroquial, Igreja Matriz e Colégio. (atualmente Prefeitura, Igreja e Casa Paroquial), mas se comparado às casas da época, o prédio ganhava destaque e sensação de distanciamento (estrangeiro).

- As ordens hierárquicas superiores ou inferiores – ao analisar o conjunto dos três prédios, em comparação aos prédios da cidade, eles demonstram a força da Igreja Católica. Internamente essa análise não foi possível.

Figura 64 – Entrada do Colégio Santo Afonso.



Fonte: Paróquia Santo Afonso.

- O que está à frente e o que está por trás – o prédio dá fundos para a Escola Paroquial e para a Igreja, então, literalmente, a Igreja está por trás da instituição.

- O próximo e o distante – O edifício se encontrava distante do centro da cidade, mas o conjunto formado pela Igreja, pelo Quartel e pelo Colégio acabaram por criar um centro”, tanto que a Prefeitura se mudou para o complexo.

- O que fica de um lado ou de outro – Como dito acima, o Colégio era vizinho de grandes prédios institucionais, como a Igreja e o Quartel.

Em Bela Vista, o Colégio Santo Afonso foi se estabelecendo e permaneceu forte por mais de duas décadas e o Ginásio Bela Vista acabou sendo incorporado a outra instituição.

Ao findar este capítulo, observo que a década de 1940 só contou com a abertura do Ginásio Bela Vista, por iniciativa da CNEG, em 1949, no qual existem indícios de ter sido uma atitude muito mais vinculada a interesses políticos do que a localização de ginásios em municípios com maior demanda – com maior população –, vale ressaltar que existiram iniciativas particulares isoladas que não funcionaram por muito tempo e não conseguiram ser visualizadas por essa pesquisa, como é o caso do Ateneu Ruy Barbosa de Ponta Porã, citado por Magalhães (2013) e por isso não entram na listagem de instituições existentes apresentadas no capítulo I.

A década de 1950 foi realmente a que pode ser destacada como marco da implantação do ensino secundário da região com a criação de 15 instituições no recorte proposto, das quais 7 estão nos municípios escolhidos para uma análise mais detalhadas. As escolas confessionais de Dourados e Ponta Porã começaram a funcionar em prédios adaptados e iniciam a construção prédios adequados no início dos anos 60, demonstrando que a Igreja Católica também teve influência na implantação do ensino secundário na região analisada. Quanto ao poder público, o destaque é para a construção do Ginásio Estadual Presidente Vargas, marco da arquitetura moderna em Dourados, mas encontrei subsídios de todas as instâncias a todas as entidades particulares existentes; algumas delas acabaram por ser encampadas pelo Estado de Mato Grosso, como foi o caso do Ginásio Bela Vista e do Ginásio São Francisco de Assis.

Nas considerações finais traço um comparativo entre as instituições analisadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arquitetura é a materialidade que mais se destaca, é a primeira a ser vista, é a que dá “rosto” às instituições. Por conseguinte, esta pesquisa partiu de uma pergunta condutora: Como eram os espaços escolares para o ensino secundário na região do Território Federal de Ponta Porã entre 1943 e 1961?

Antes de tratar da questão que norteou todo este texto, tenho que tecer considerações sobre a localização das fontes, uma vez que esse trabalho foi embasado em documentos federais, estaduais e municipais. Em nível federal a pesquisa se concentrou no site do INEP, a forma de filtragem dos documentos do site é complexa, uma vez que na série “Campanha de Construções Escolares”, que possui 546 documentos, foram encontrados mais documentos sobre produção de material didático do que sobre construções escolares, aliás os documentos da CALDEME e do CBPE estão dentro dessa série.

O Arquivo Público de Mato Grosso, local de buscas por fontes em nível estadual, está muito organizado no tocante aos diários oficiais do estado mas os documentos de educação ainda precisam ser tratados, sem tratamento os documentos não estão classificados, demandando muito tempo de pesquisa, algumas vezes tive que analisar mais de mil documentos soltos para encontrar um ofício com uma informação relevante. O arquivo possui pouca quantidade de plantas arquitetônicas e de fotos de escolas. Devo dizer que o Arquivo Público de Mato Grosso pouco poderá contribuir para a reconstrução das instituições ainda não estudadas, afinal busquei quase todos os livros e documentos disponíveis, só faltou parte do fundo “Departamento de Educação e Cultura” (DEC).

Em nível municipal, o trabalho nas câmaras de vereadores de Dourados e Ponta Porã contribui para localização de subvenções e bolsas de estudos. A Câmara de Vereadores de Bela Vista, segundo sua Assessora Jurídica, perdeu seus livros de atas, mas existem indícios de que eles existam. Suponho que fontes preciosas se encontrem nos municípios, em jornais locais, nas secretarias escolares, nas coordenadorias regionais e na memória de pessoas que trabalharam ou estudaram nos estabelecimentos.

Ainda sobre as fontes, um acessório nada ortodoxo, no que tange a pesquisas científicas, mas eficiente durante o isolamento social que estamos vivendo em 2020, foram os grupos intitulados amigos da escola X ou Y, que se tornaram uma ferramenta valiosa na aquisição de fontes fotográficas ou na possibilidades de localização de ex-

alunos ou ex-professores para entrevistas. O grupo envolvido na pesquisa se sentiu motivado a ajudar a resgatar a história da instituição.

Este estudo apontou para uma solução metodológica que recuperou parte do desenho de plantas originais, a partir de plantas atuais. Com a planta atual desenhada mas sem nomeação dos compartimentos – utilizando somente uma numeração de compartimentos para facilitar a sua identificação; ela deve ser apresentada ao entrevistado. Na entrevista, a primeira etapa é uma análise geral, delimitando as estruturas originais e os acréscimos. Com o desenho das estruturas originais, o próximo passo é elencar espaço por espaço. Depois de finalizado o desenho, o mesmo deve voltar ao entrevistado para conferência. Esta solução abre muitas possibilidades de novas pesquisas. Aliás, em se tratando de novas possibilidades de pesquisa, este estudo indica outras possibilidades, principalmente no sentido da temática. Devo dizer que o trabalho realizado pelos programas de pós-graduação em Educação e História da Universidade Federal da Grande Dourados, em muito contribuíram, para a elaboração desta tese; mas devo levantar que muito se tem sobre o município de Dourados, mas os municípios vizinhos ainda foram pouco explorados no que tange a implantação do ensino secundário.

Muito trabalho ainda precisa ser realizado, pois não encontrei trabalhos que se aprofundem na implantação do ensino secundário nos municípios de Bela Vista, Ponta Porã, Maracaju, Miranda, Porto Murtinho, Nioaque; e também nos municípios criados dentro de recorte espacial proposto Guia Lopes da Laguna, Amambai, Rio Brillhante, Jardim. Ainda existem várias instituições que necessitam de pesquisas mais aprofundadas: Colégio “S. José” de Miranda (1944), Ginásio Bela Vista de Bela Vista (1950), Ginásio São Francisco de Assis de Ponta Porã (1951), Colégio de N. S. Das Graças das Irmãs Franciscanas de Porto Murtinho (data de criação não localizada), Ginásio Guia Lopes de Guia Lopes da Laguna (1959), Ginásio Estadual de Maracaju (1959), Ginásio Ruy Barbosa de Porto Murtinho (1960), Ginásio Dom Aquino Corrêa de Amambai (data de criação não localizada), Ginásio Paroquial “São José” de Ponta Porã (1959), Ginásio e Escola Paroquial N. S. Carmo, de Miranda (data de criação não localizada), Colégio Santo Afonso de Bela Vista (data de criação não localizada), Ginásio de Rio Brillhante (1961), Ginásio Jardim (1961). A meu ver existem duas instituições merecem urgência, o Ginásio Bela Vista e o Ginásio São Francisco de Assis de Ponta Porã, pois são instituições mais antigas, tanto a documentação pode se perder, quanto pessoas que podem conceder entrevistas podem vir a falecer porque já estão em idade bastante avançada.

Como as construções são reflexos da cultura escolar e com o intuito de analisar os espaços escolares no processo de implantação do ensino secundário na região em que foi instituído o Território Federal de Ponta Porã, entre 1943 e 1961 foram traçados três objetivos específicos para chegar ao objetivo geral.

O primeiro objetivo traçado visava compreender o ensino secundário brasileiro e mato-grossense no recorte proposto, verificando como era a legislação referente aos espaços escolares para esse nível. O período coincidiu, em termos educacionais, com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Secundário, mais conhecida como Reforma Capanema, promulgada em 1942, que tinha como escopo a organização do sistema educacional. No tocante aos espaços escolares, essa lei estipulou a separação em dois ciclos, gerando duas entidades escolares, o ginásio que atendia ao primeiro ciclo e o colégio que abrigava os dois ciclos.

Como a Reforma Capanema estava centrada na padronização do ensino secundário para todo território nacional e os edifícios escolares espelham o currículo, no sentido de que cada espaço tem um objetivo de uso, estes também deveriam seguir “normas pedagógicas”, como estipulado no seu Art. 84.

Várias ações governamentais, geridas pela Diretoria de Ensino Secundário, tinham por objetivo induzir a modernização do ginásio na década de 1950, mas essa modernização esbarrava nos altos custos de implantação e manutenção desse nível. Uma das saídas encontradas, principalmente para o interior do país, foi a parceria público-privada, com o auxílio financeiro do Estado para as instituições particulares.

A segunda metade da década de 1950 foi marcada por ações para o desenvolvimento do secundário, principalmente depois da criação da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário – CADES, em 1954. A CADES, focada na padronização, publicou revistas, como a “Escola Secundária”, que disponibilizava modelos de planos de ensino, exercícios e até plantas arquitetônicas.

No que tange à cultura política da escola daquele período, como em vários outros, a legislação criada para padronização de atitudes, metodologias, métodos e, inclusive, espaços escolares, não atendeu esse fim. O que se conclui é que não se muda a cultura escolar, objetivo do governo brasileiro no período estudado, com leis e espaços adequados, sem promover mudanças mais profundas nos atores e nas mediações que envolvem todo o processo educativo.

O Estado de Mato Grosso reproduziu, com certo atraso, o caminho traçado pela legislação educacional e investiu em parcerias, tanto com o governo federal quanto com

particulares, marcando a década de 1950 com a abertura ou encampação de vários ginásios no interior do estado. Uma observação pertinente foi a falta de investimento na manutenção dos edifícios, uma vez que dois dos três prédios construídos com verbas governamentais, apresentaram problemas de manutenção: o “Presidente Vargas” de Dourados ficou fechado por cinco anos e o São Francisco de Assis de Ponta Porã teve que se mudar para um Grupo Escolar pela falta de condição de utilização do prédio, que acabou por ser demolido.

As entidades privadas receberam várias subvenções estatais para continuar funcionando e algumas, para não fechar, acabaram por ser encampadas pelo governo. Dentre os estabelecimentos particulares, a Igreja Católica se destacou como a maior parceira do Estado, tanto de ensino primário como de secundário, desde a chegada dos Salesianos a capital do Estado em 1894. Existem indícios em Souza, A. N. (2008) de que o fechamento de algumas escolas confessionais na década de 1980 estaria vinculado ao corte das subvenções estatais. Na região do território extinto, foi possível perceber a força da Igreja Católica, pois das quatro instituições particulares existentes no final do recorte temporal, três pertenciam a ela, confirmando que a Igreja teve papel preponderante na implantação do ensino secundário.

O segundo objetivo elencado se propunha a compreender como os espaços escolares compuseram a cultura escolar e como se desenvolveram historicamente. A análise dos edifícios escolares para ensino secundário permitiu a observação das três culturas, apresentadas por Escolano Benito, que atuam na escola. A cultura acadêmica, principalmente centrada, na época, no INEP, mais especificamente no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), elaborava pesquisas vinculadas às ciências sociais para embasar as políticas educacionais, mas, mesmo assim, conduzia ações para homogeneização do ensino secundário e dos seus espaços em todo o território nacional, situação complexa devido às diferenças culturais, sociais e econômicas de um país com grande extensão territorial.

A cultura política consolidou as ações homogeneizantes, com um currículo único, completamente distante da realidade dos jovens do interior de Mato Grosso, que atendia muito mais ao Distrito Federal – na época no Rio de Janeiro; e a cultura empírica que tentou adaptar essa legislação à realidade de alunos. Essa cultura impôs várias medidas aos espaços escolares, restringindo e condicionando seus projetos.

A cultura empírica das instituições de ensino secundário precisaria ser mais estudada, pois existem indícios, nas poucas entrevistas realizadas, que espaços










construídos exigidos pela legislação – como os laboratórios – não eram utilizados de fato. Essa cultura não “dava conta” de operacionalizar a legislação e era testemunha de altos índices de desistência e reprovação. A cultura política condiciona os espaços escolares mas é a cultura empírica que realmente usufrui deles, e no decorrer de seu uso acabam por ser condicionantes.

Enxergar o “rostro” das instituições escolares de ensino secundário permite ver um pouco da cultura escolar nela imbricada, afinal, como afirma Escolano Benito, a cultura escolar também assume o papel de “dispositivo de tradução”.

A compreensão do espaço como um dos componentes da cultura escolar permitiu a criação da base para uma das análises realizadas nas instituições, afinal os prédios são projetados para dar suporte às intenções de uso e, às vezes, acabam por alterar os comportamentos desejados *a priori*.

O terceiro objetivo pretendia identificar as escolas de ensino secundário criadas na região estudada, analisando sua gênese e seus espaços escolares como indícios das suas culturas escolares. Quando iniciei as análises dos prédios, não percebi de imediato, as peculiaridades dos dois tipos de análises que me propunha a realizar. À medida que aprofundava no exame dos detalhes das construções, percebi que estava realizando uma análise quantitativa, com as recomendações do MEC; e uma análise qualitativa com as interações vinculadas à cultura escolar, percebendo relações das construções com a cidade, com o visitante e com o usuário, e as relações entre os ambientes dos ginásios. Essas duas análises pretendem desenhar o “rostro” das instituições que ofereciam esse tipo de ensino na região do Território Federal de Ponta Porã. Com os dados das análises das recomendações do MEC, cheguei ao quadro 9:

Quadro 9 – Estrutura física dos ginásios analisados.

	DOURADOS					PONTA PORÃ				BELA VISTA	
	Ginásio Estadual Presidente Vargas	Instituto Ed. de Dourados – Patronato de Menores	Instituto Ed. de Dourados – Ginásio N. S. da Conceição	Oswaldo Cruz (sede provisória)	Oswaldo Cruz (sede definitiva)	Ginásio São Francisco de Assis na R. Antônio João	Ginásio São Francisco de Assis na Av. Brasil	Ginásio São José na Avenida Brasil	Ginásio São José na Rua Tiradentes	Ginásio Bela Vista	Colégio Santo Afonso
Área (em metros quadrados)	1271	—	2070*	—	1.017,80**	—	—	—	1110	87	—
Número de salas de aula	5	4	12	—	6***	—	—	—	8	2	—
Tipologia da planta	Irreg					—					
Número de pavimentos	2	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1
1 Capacidade (alunos/turno)	200	180	660	—	360	—	—	—	430	60	—
2 Projeto permite rotação	●	✘	✘	✘	✘	✘	●	✘	✘	✘	✘
3 Orientações das salas	●	✘	✘	✘	✘●	—	✘	✘●	✘	✘	✘●
4 Permite acréscimos	●	●	●	✘	●	✘	●	●	●	●	●
5 Circulação fácil e rápida	●	●	●	—	✘	●	●	●	●	●	●
6 Proporção das salas	●	●	✘	—	●	—	●	✘	✘	✘	—
7 Salas de aula especiais	●	✘	✘	✘	●	●	●	✘	●	✘	—
8 Biblioteca	●	✘	●	✘	✘	●	●	✘	●	✘	—
9 Guarda de material didático	●	✘	●	✘	●	—	—	—	—	✘	—
10 Área livre para Ed. Física	●	●	●	—	●	✘	●	●	●	●	●
11 Recreio coberto	●	✘	✘	✘	✘	✘	✘	✘	✘	✘	✘
12 Bebedouros	—	—	—	—	—	—	●	—	—	—	—
13 Instalações sanitárias	●	—	●	—	●	—	●	—	●	✘	—
14 Administração	●	●	●	—	●	●	●	—	●	✘	—
15 Caixa d'água	—	—	—	—	—	—	●	—	●	✘	—
16 Mobiliário	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

Legenda ● Sim
✘ Não
— Não foi possível verificar

Obs:*A área total aproximada da construção do Imaculada Conceição de Dourados era de 4.143,60 m²; se o colégio ocupava cerca de 2/3 do primeiro pavimento e 1/3 do segundo, sem levar em conta a parte dos dormitórios e refeitórios do internato, a área de utilização do prédio para o colégio era, supostamente de 2.070,00 m².

**Antes da reforma de 1968.

*** Antes da reforma, 8 salas após a reforma de 1968.

O primeiro ponto que chama a atenção é a tipologia das plantas. Os construídos pelo governo não criaram um padrão: o “Presidente Vargas” tinha forma irregular, na verdade uma composição de vários retângulos e o São Francisco de Assis foi projetado em dois retângulos paralelos. Chamam atenção os projetos do Ginásio Oswaldo Cruz, do

Instituto Ed. de Dourados – Ginásio N. S. da Conceição e o do Ginásio São José pois esses três projetos tinham a planta em forma de “U”, como as do modelo “Eloy Lessa” contido no Manual de Mauro Álvaro de Souza Camargo de 1920 (ARRUDA,2010), elaborado para o Estado de São Paulo, mas que serviu de orientação para obras escolares em todo o Brasil. Posso afirmar a unidade de partido dos três projetos, mas não posso garantir a utilização do manual como inspiração dos mesmos. As plantas em forma de “U” facilitam: o controle do visitante, porque “barram” a entrada; e facilitam o controle interno, com corredores cobertos e abertos, onde é possível ver as portas de todas as salas de qualquer ponto do pátio central.

A maioria dos projetos não permitia mudança de orientação, mas quase todos permitiam acréscimos. A mudança de orientação só é necessária quando se utiliza um projeto que é replicado em vários lugares, mas a possibilidade de acréscimo é fundamental para se pensar o futuro de uma instituição.

Como cada instituição esteve em dois ou três locais, para se chegar ao rosto do final do recorte, foram suprimidos os antigos edifícios, chegando ao quadro 10:

Quadro 10 – Estrutura física dos ginásios analisados em 1961.

	DOURADOS			PONTA PORÃ		BELA VISTA	
	Ginásio Estadual Presidente Vargas (fechado para reformas)	Instituto Ed. de Dourados – Ginásio N. S. da Conceição (em construção até 1965)	Oswaldo Cruz	Ginásio São Francisco de Assis na Av. Brasil	Ginásio São José na Rua Tiradentes (em construção até 1965)	Ginásio Bela Vista	Colégio Santo Afonso
Área (em metros quadrados)	1271	2070*	1.017,80* *		1110	87	
Número de salas de aula	5	12	6***		8	2	
Tipologia da planta	Irreg						
Número de pavimentos	2	2	1	1	1	1	1
1 Capacidade (alunos/turno)	200	660	360		430	60	
2 Projeto permite rotação							
3 Orientações das salas							
4 Permite acréscimos							
5 Circulação fácil e rápida							
6 Proporção das salas							
7 Salas de aula especiais							
8 Biblioteca							
9 Guarda de material didático							
10 Área livre para Ed. Física							
11 Recreio coberto							
12 Bebedouros							
13 Instalações sanitárias							
14 Administração							
15 Caixa d'água							
16 Mobiliário							

Legenda Sim
 Não
 Não foi possível verificar

Obs:*A área total aproximada da construção do Imaculada Conceição de Dourados era de 4.143,60 m²; se o colégio ocupava cerca de 2/3 do primeiro pavimento e 1/3 do segundo, sem levar em conta a parte dos dormitórios e refeitórios do internato, a área de utilização do prédio para o colégio era, supostamente de 2.070,00 m².

**Antes da reforma de 1968.

*** Antes da reforma, 8 salas após a reforma de 1968.

Para uma análise quantitativa, se forem excluídos o “Presidente Vargas”, que possuía todas as recomendações do MEC e o Ginásio “Bela Vista” que não tinha quase nenhuma recomendação atendida; é possível chegar ao “rosto” padrão do ginásio da

região do Território Federal de Ponta Porã, no início da década de 1960, por meio de uma média entre todos os que restaram: um ginásio com planta em forma de “U”, com oito salas (quatro de cada lado), com circulação aberta e coberta, com a entrada, a secretaria e a diretoria posicionadas na base do “U”; com laboratórios, biblioteca, área livre para prática de Educação Física (mas sem recreio coberto) e instalações sanitárias adequadas, mas um detalhe chama atenção, esse ginásio estaria em construção ou reforma. Um ponto que não foi tratado no texto, por, inicialmente, parecer óbvio, é que todos os prédios do final do recorte utilizavam alvenaria como elemento de vedação de paredes, mais um elemento constitutivo do “rosto” do edifício.

Partindo para a análise qualitativa, vinculada à cultura escolar; o primeiro ponto verificado foi a estrutura que demarcava o terreno – o interno do externo – não foi encontrada nenhuma construção com muros altos que barrassem o “visual” da instituição, os resultados apresentados para demarcação dos terrenos eram cercas de madeira ou muros baixos.

A maioria dos projetos apresentava baixa porosidade, mas com várias janelas na fachada. A maioria dos projetos “fecha” o terreno com a construção, fecha para o visitante e para o transeunte, mas abre para os administradores, podendo ser caracterizado, para quem olha de fora, com baixa porosidade. Devido a essa baixa porosidade, para quem olhasse de fora, o interior estava oculto, mas para quem estivesse dentro do prédio o interior poderia ser visível. Os prédios escolares possuíam, em média, grandes proporções, se comparados com o entorno, o Imaculada Conceição se destacava por sua monumentalidade.

O elemento curvo quase não foi encontrado, na análise de 1961, somente pequenos detalhes no frontão do Colégio Santo Afonso. A linha reta dominava o visual dos prédios. Posso levantar aqui a hipótese de que existiam poucos elementos curvos, em função da dificuldade de execução desses elementos e pelo tipo de mão de obra existente na região.

O visual dos prédios escolares não era destoante das outras construções, portanto gerando sensação de pertencimento. Dos prédios em “uso” no início da década de 1960, somente o Presidente Vargas se destacava como “estrangeiro”, pelas linhas ousadas do modernismo.

Quanto às ordens hierárquicas, foi observado que a maioria das direções dos estabelecimentos estava perto da entrada principal, conformando uma participação efetiva da direção na vida escolar e aberta ao diálogo com pais e professores.

Quanto à localização, não foi encontrado um padrão, alguns estavam localizados na parte central da cidade e outros afastados, independentemente se eram governamentais ou de particulares.

Com os objetivos secundários solucionados e entrelaçados, o objetivo geral aflora sendo possível vislumbrar como se deu a implantação do ensino secundário na região do Território Federal de Ponta Porã por meio dos edifícios que abrigaram essas instituições, no período de 1943 a 196. No quesito implantação do ensino secundário, a década de 1940 pode ser considerada quase nula, pois só se encontrou uma referência sobre um professor particular em Miranda que pediu autorização para o funcionamento desse nível de ensino e existem indícios de haver outras instituições que possivelmente funcionaram, inclusive, sem autorização governamental, mas esse fato carece de aprofundamento em outras pesquisas.

Tenho que ressaltar a atuação da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos – CNEG, uma vez que a mesma foi a responsável pela implantação de três ginásios na região, sendo um deles, o Ginásio Bela Vista, que por algum tempo foi a única instituição de ensino secundário dentro do recorte espacial. Essa campanha foi bastante estudada por Astofe (2019); a autora aponta indícios de que a campanha possa ter funcionado como estratégia do governo federal para implantação do ensino secundário em regiões distantes dos centros de poder, sem todos os requisitos exigidos na sua própria legislação; assunto a ser aprofundado em futuras pesquisas.

A década de 1950 foi realmente a década de implantação do secundário na região, houve um salto no número de instituições, mas essas implantações aconteceram em espaços realmente improvisados, normalmente junto a escolas primárias. Aliás, até os dias de hoje, não é padrão a existência de instituições somente voltadas para o ensino médio, a não ser os que estão vinculados a cursos profissionalizantes, como são os Institutos Federais. Escolas particulares e governamentais abrigam, em um mesmo espaço, o ensino fundamental e médio. A exigência principal que diferenciava um grupo escolar de um estabelecimento de ensino secundário era a obrigatoriedade das salas especiais, principalmente do laboratório. O final da década foi marcado pela elaboração de projetos e início das construções para sedes definitivas, como três das sete escolas analisadas.

Com o trabalho concluído, uma centelha irradiou, trazendo luz às entrevistas, demonstrando que pessoas são impactadas pelos espaços de forma diferenciada, quer ele escolar ou não. Alguns ex-alunos conseguiram lembrar com riqueza de detalhes, por onde

andavam e como usufruíam do espaço, enquanto outros não se recordavam sequer da existência de laboratórios na escola. Por essa constatação, percebi que cada componente da cultura escolar, pesquisados por Escolano Benito e Viñao Frago - como cenários, tempos, atores/sujeitos, discursos, currículos, mediações (textos, modos e métodos, entre outros – impacta cada pessoas de maneira diversa e em diferentes graus; como se houvesse um equalizador de sensibilidade em cada ser. Se existissem pesquisas sobre quais elementos da cultura escolar afetam maior número de pessoas, poderiam ser pensados novos modelos de escolas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Jayme. A educação secundária no Brasil: Ensaio de identificação de suas características principais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 58, p. 26-104, abr.-jun. 1955.

ADIMARI, Maria Fernandes. **Escola e cidade**: os sentidos dos espaços no Maria Constança, Campo Grande/MS (1954-2004). 2005, 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015.

ALEGRE, Alexandra. **Liceus, Escolas Técnicas e Secundárias**. Lisboa: Parque Escola – EPE, 2010. Disponível em: issuu.com/luiz/docs/nameb7e084/81. Acesso em: 10 abr. 2019.

ALVARES, Sandra Leonora. **Programando a Arquitetura Escolar**: a relação entre Ambientes de Aprendizagem, Comportamento Humano no Ambiente Construído e Teorias Pedagógicas. 2016. 372 f. Tese (Doutoramento em Arquitetura, Tecnologia e Cidade) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

AMARO, Eliane Maria. **Escola Franciscana Imaculada Conceição**: História da instituição educativa na região de Dourados, sul de Mato Grosso (1955-1975). 2018. 236 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018.

ARANDA, Flávia Paula Nogueira. **Grupos escolares**: breve retrospectiva histórica da escola municipal Joaquim Murtinho em Dourados-MS. [2018]. Disponível em: <http://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Fl%C3%A1via-Paula-Nogueira-Aranda.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

ARAÚJO, Marta Maria de. Frente e verso do debate da educação secundária e do ensino secundário (1942-1961). In: CASTRO, Cesar Augusto (Org). **Ensino Secundário no Brasil**: perspectivas históricas. São Luís: EDUFMA, 2019.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. **Arquitetura dos edifícios da escola pública no Brasil (1870-1930)**: construindo os espaços para a educação. 2010. 452 f. Tese (Doutoramento em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2010.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. Edifícios escolares em Campo Grande no século XX. **Arquitextos**, ano 8, mai. 2008. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.096/140>. Acesso em: 27 mai. 2019.

ASTOFE, Abigail Ferreira Alves. **Campanha Nacional de Educandários Gratuitos**: em perspectiva o ensino secundário no sul de Mato Grosso (1949-1963). 2019. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2019.

BENCOSTTA, Marcus Levy. Diálogos sobre a História da Arquitetura Escolar: entrevista com Anne-Marie Châtelet. **Revista Linhas**, Florianópolis, Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, v. 12, n. 01, p. 210 – 219, jan.-jun. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2278/1733>. Acesso em: 12 nov. 2018.

BENCOSTTA, Marcus Levy; SOUZA, Rosa Fátima de. Apresentação. **Educar em Revista**, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, n. 49, p. 183-205, jul.-set. 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/33369/20992>. Acesso em: 13 nov. 2018.

- BICUDO, Joaquim de Campos. **O ensino secundário no Brasil e sua atual legislação** (de 1931 a 1941 inclusive). São Paulo: Dedalus, 1942.
- BITTAR, Marisa; FERREIRA JÚNIOR, Amarílio. Casas de bê-a-bá e colégios jesuíticos no Brasil do século 16. **Em Aberto**, Brasília, v. 21, n. 78, p. 33-57, dez. 2007. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2208/2177>. Acesso em: 09 abr. 2019.
- BOBADILHA, Thierry Rojas. **Educação primária no sul de Mato Grosso: O Grupo Escolar de Bataiporã - MT (1955-1974)**. 2016. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016.
- BOTO, Carlota. A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade. **Revista Brasileira de Educação**, Maringá, v. 15, n. 44, p. 282-299, mai.-ago. 2010. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n44/v15n44a06.pdf. Acesso em 10 abr. 2019.
- BRASTER, Sjaak; GROSVENOR, Ian; MAR DEL POZO, María (eds). **The Black box of schooling: a cultural history of the classroom**. Bruxelas: P. I. E - Peter Lang, 2011.
- BRITZ, Adriana Espindola. **A representação da educação secundária em Campo Grande nas fontes da historiografia regional e memorialística (1920-1960)**. 2014. 202 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.
- BRITO, Silvia Helena Andrade de. **Educação e Sociedade na Fronteira Oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954)**. 2001. 372 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- BURKE, Catherine. Education through Art: *The School Mural as Extended Architecture*. In: BRASTER, Sjaak; GROSVENOR, Ian; MAR DEL POZO, María (eds). **The Black box of schooling: a cultural history of the classroom**. Bruxelas: P. I. E - Peter Lang, 2011.
- BURKE, Catherine; GROSVENOR, Ian. **School**. China: Imago, 2008.
- CASTANHA, André Paulo. A organização da instrução pública na província de Mato Grosso (1834-1873). In: SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; REIS, Rosinete Maria dos. **Instantes & memória na história da educação**. Brasília: Inep; Cuiabá-MT: EdUFMT, 2006.
- CAVALCANTE, Aline do Nascimento. **Imprensa e educação: o ensino primário rural nas páginas de jornais do município de Dourados-MT (1948-1970)**. 2016. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016.
- CENTENO, Carla Villamaina. **Educação e fronteira com o Paraguai na historiografia matogrossense (1870-1950)**. 2007. 257 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- CHÂTELET, Anne-Marie. Ensaio de Historiografia I: a arquitetura das escolas no século XX. Tradução de Marcus Levy Albino Bencostta. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 20, p. 7-38, set. 2006. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>. Acesso em: 11 nov. 2018.

COSTA, Korina; MOREIRA, Maria de Fátima Salum; SANTOS, Genivaldo de Souza. A arquitetura escolar no Brasil: um abrigo para as práticas de poder. **Atas do IX Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte**. Belo Horizonte, nov. 2014. Disponível em: <http://www.forumpatrimonio.com.br/aleijadinho/artigos/pdf/22.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2019.

COSTA, Lúcio. A arquitetura dos jesuítas no Brasil. **Revista ARS**, São Paulo, USP, v. 8, n. 16, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ars/v8n16/09.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2019.

CRUZ, Gislaine Azevedo. **De criança a aluna**: Memórias da infância e da escolarização de professoras (1930-1970). 2014. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, mai.-ago. 2009.

DAMS, Kristof; DEPAEPE, Marc; SIMON, Frank. *Sneaking into school: classroom history at work*. In: GROSVENOR, Ian; LAWN, Martin; ROUSMANIERE, Kate. *Silences and images: the social history of the classroom*. New York: Peter Lang Publishing, 1999.

DELPHINO, Deborah. **Conceituação e desenvolvimento da Escola Parque em Brasília, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo**: de 1931 a 2013. 2013. 154 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Mackenzie, São Paulo, 2013.

DÍAZ LOPEZ, María Esther. *La escuela del siglo XX: estudio comparado de tipologías arquitectónicas para edificios de enseñanza primaria y secundaria*. 2008. 575 f. Tese (doctorado en Arquitectura) – Universidad de A Coruña, Coruña, 2008. Disponível em: <http://gem.ufmt.br/gem/sistema/arquivos/21061209424042.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2018.

DÓREA, Célia Rosângela Dantas. A arquitetura escolar como objeto de pesquisa em História da Educação. **Educar em Revista**, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, n. 49, p. 161-181, jul.-set. 2013. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155028215010>. Acesso em: 11 nov. 2018.

DURÁ, Isabel. *La Exposición Internacional de Construcciones Escolares*, Madrid, 1960 – Referencia para América Latina y motor de cambio de la arquitectura escolar española. In: *Actas del Congreso Internacional Las Exposiciones de Arquitectura y la Arquitectura de las Exposiciones*, 2014. Pamplona: Escuela Técnica Superior de Arquitectura de la Universidad de Navarra. p. 217-228. Disponível em: <https://www.unav.edu/documents/29070/376778/actas09.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2018.

ENCISO, Oliva. **Mato Grosso do Sul** – Minha Terra. Campo Grande: SENAI/DR-MS, 2003.

ESCOLANO BENITO, Agustín (org). *Historia Ilustrada de la Escuela en España: Dos siglos de perspectiva histórica*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2006.

ESCOLANO BENITO, Agustín. **A escola como cultura**: experiência, memória e arqueologia. Campinas: Editora Alínea, 2017.

ESCOLANO BENITO, Agustín. *Arqueología y Rituales de la escuela*. In: MOGARRO, Maria João. **Educação e Patrimônio Cultural**: Escolas, Objetos e Práticas. Lisboa: Edições Colibri, 2015.

- ESCOLANO BENITO, Agustín. *La arquitectura como programa. Espacio-escuela y curriculum*. Historia de la Educación - **Revista Interuniversitaria**. Salamanca, Ediciones Universidad Salamanca, vol. 12-13, p. 97-120, 1993-94. Disponível em: <http://revistas.usal.es/index.php/0212-0267/issue/view/691>. Acesso em: 25 set. 2018.
- ESCOLANO BENITO, Agustín. *La cultura material de la escuela y la educación patrimonial*. **Educatio Siglo XXI**, Murcia: Universidade de Murcia, v. 28, n. 2, p. 43-64, 2010. Disponível em: <https://revistas.um.es/educatio/article/view/111961>. Acesso em: 26 fev. 2019.
- ESCOLANO BENITO, Agustín. *La escuela como construcción cultural. El giro etnográfico en la historiografía de la escuela*. **Espacios en Blanco**, Revista de Educación, Buenos Aires, v. 18, pp. 131-146, jun. 2008.
- ESCOLANO BENITO, Agustín. *Tiempos y espacios para la escuela: Ensayos históricos*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2000.
- ESTEBAN, León; LÓPEZ MARTÍN, Ramón. *Escuela y espacio: testimonios y textos*. Historia de la Educación - **Revista Interuniversitaria**. Salamanca, Ediciones Universidad Salamanca, vol. 12-13, p. 75-96, 1993-94. Disponível em: <http://revistas.usal.es/index.php/0212-0267/issue/view/691>. Acesso em: 25 set. 2018.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de *et al.* A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan.-abr. 2004.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolar em Belo Horizonte (1906/1918)**. 2. ed. Uberlândia: EDUFU, 2014.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 24, n. 1, jan.-jun. 1998. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-25551998000100010>. Acesso em: 12 nov. 2018.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, n. 14, p. 19-34, mai.-ago. 2000. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27501403>. Acesso em: 12 nov. 2018.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- FELGUEIRAS, Margarida Maria Louro. A arquitetura da escola primária em Portugal nos séculos XIX e XX. (p. 37-66). In: GÓMEZ FERNÁNDEZ, Juan; ESPIGADO TOCINO, Gloria; MIRANDA BEAS, Miguel (Eds). *La escuela y sus escenarios. Actas de los IX Encuentros de Primavera*. El Puerto de Santa Maria: Santa Teresa Artes Gráficas, 2007.
- FLORENTÍN, Flavio. *Historia de la Educación en el Paraguay de postguerra (1870 a 1920)*. Asunción: El Lector, 2009.
- FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.
- FUNARI, Pedro Paulo; Zarankin, Andrés. Cultura material escolar: o papel da arquitetura. **Proposições**. Campinas, Unicamp, v. 16, n. 1(46), p. 135-144, jan.-abr. 2005.

- FURTADO, Alessandra Cristina; MOREIRA, Kênia Hilda. Professor José Pereira Lins: um intelectual no sul de mato grosso. **Educação e Fronteiras *On-line***, Dourados/MS, v.5, n.15, p.46-60, set./dez.2015.
- GINZBURG, Carlo. **A Micro-história e outros ensaios**. Tradução António Narino. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1991.
- GINZBURG, Carlo. **Micro-História**: duas ou três coisas que sei a respeito. *In*: O Fio e os Rastros. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. *In*: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GOMES, Sara Sofia Correia. **O espaço pátio no edifício escolar**: Evolução e reinvenção. 2017. 201 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade do Porto, Porto, 2017.
- GONÇALVES, Rita de Cássia Pacheco. A Arquitetura Escolar como materialidade do direito desigual à educação. **Ponto de Vista**: Revista de Educação e Processos Inclusivos. Florianópolis, UFSC, v. 1, n. 1, p. 47-56, jul.-dez. 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/viewFile/1520/1529>. Acesso em: 09 abr. 2019.
- GONÇALVES, Rita de Cássia Pacheco. **Arquitetura escolar**: a essência aparece – Fábrica e escolas confundem-se no desenho da Polivalente, 1996. 244 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.
- GONÇALVES, Rita de Cássia Pacheco. **Arquitetura flexível e pedagogia ativa**: um (des)encontro nas escolas de espaços abertos. 2011. 307 f. Tese (Doutoramento em Educação) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.
- GONSALVES, Maria Ivanete Nonato. **A Missão Franciscana e a Escola Patronato São Francisco em Dourados-MS**, décadas de 1940 e 1960. 2018. Disponível em: <http://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Maria-Ivanete-Nonato-Gonsalves.pdf>. Acesso em: 10 abr 2020.
- GROSVENOR, Ian; LAWN, Martin; ROUSMANIERE, Kate. **Silences and images: the social history of the classroom**. New York: Peter Lang Publishing, 1999.
- HENNESSY, Alistair. **The Frontier in Latin American History**. New Mexico: University of New Mexico Press, 1978.
- HERAS MONTOYA, Laurentino. **Comprender el espacio educativo: Investigación etnográfica sobre un centro escolar**. Málaga: Ediciones Aljibe, 1997.
- HOLANDA, Ivanildo Coelho de. **Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) um estudo histórico**. 1977. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1977.
- JOSGRILBERT, Alessandra Viegas. **Escolarização na fronteira Brasil Paraguai: 1901-1927**. 2015. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015.

- JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. Tradução Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**. Maringá, SBHE, n. 1, p. 9-43, jan.-jun. 2001.
- KAYAN, Cagil. *Neuro- architecture: Enriching healthcare environments for children*. 2011. 104 f. Dissertação – Chalmers University of Technology, Gothenburg, 2011. Disponível em: <https://odr.chalmers.se/bitstream/20.500.12380/142385/1/142385.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2020.
- LAHOZ ABAD, Purificación. *El modelo froebeliano de espacio-escuela: su introducción en España*. Historia de la Educación – **Revista Interuniversitaria**. Salamanca, Ediciones Universidad Salamanca, v. 10, p. 107-133, 1991. Disponível em: <http://revistas.usal.es/index.php/0212-0267/article/view/6915/6896>. Acesso em: 29 mar. 2019.
- LARA, Camila de Brito Quadros. **O Patrimônio cultural religioso: história e memória da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição de Dourados/MS**. 2017. 225f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- LEITE, Sydney Nunes. **Bela Vista: uma viagem ao passado**. Campo Grande: Gráfica Brasília Ltda, 1995.
- LOPES, Ivone Goulart. Asilo Santa Rita de Cuiabá: releitura da práxis educativa feminina católica (1890-1930). In: SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; REIS, Rosinete Maria dos. **Instantes & memória na história da educação**. Brasília: Inep; Cuiabá-MT: EdUFMT, 2006.
- LOPES, Marcos Henrique Silva; SOUZA, Luzia Aparecida de. A CADES e suas contribuições para a formação de professores de matemática no sul de Mato Grosso nas décadas de 1950 a 1970. In: VIII SESEMAT - Seminário Sul-Mato-Grossense de Pesquisa em Educação Matemática. v. 8, n. 1, 2014, Campo Grande. **Anais ...** Campo Grande: UFMS, 2014. Disponível em: <http://seer.ufms.br/index.php/sesemat/article/view/3073/2499>. Acesso em: 05 mai. 2019.
- LOREIRO, Marcus Wagner Antunes. **O Regulamento Nº 7 e o Método Francês de Ginástica: um projeto de educação física nacional (1928-1934)**. 2019. 259 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019.
- MAGALHÃES, Justino Pereira. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.
- MAGALHÃES, Ramão Ney. **Um século de Histórias: Sul do MT – Território Federal de Ponta Porã – Sul do MS**. Ponta Porã: Proarte, 2013.
- MARQUES, Inês Velter. **O ensino secundário no sul do antigo Mato Grosso: Colégio Estadual Presidente Vargas de Dourados (1951 - 1974)**. 2014, 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014.
- MARQUES, Inês Velter; IRALA, Clóvis. Acervos públicos e arquivos escolares: fontes para o estudo da história das instituições educativas no sul de Mato Grosso (1940-1977). In: PINTO, Adriana Aparecida; FURTADO, Alessandra Cristina. **A história da educação em Mato Grosso do Sul: temas e abordagens**. Dourados: Ed. UFGD, 2017.
- MELO E SILVA, José de Melo e. **Canaã do Oeste: Sul de Mato Grosso (1947)**. 2.ed. Campo Grande, MS: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989.

MOGARRO, Maria João; NAMORA, Alda. Educação e património cultural: escolas, objetos e práticas, perspectivas multidisciplinares sobre a cultura material. *In*: MOGARRO, Maria João. **Educação e Património Cultural: Escolas, Objetos e Práticas**. Lisboa: Edições Colibri, 2015.

MONTI, Ednardo Monteiro Gonzaga do. Aulas régias: luz que emana do trono. **Quaestio**, Sorocaba, v. 20, n. 1, p.73-89, abr. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22483/2177-5796.2018v20n1p73-89>. Acesso em: 10 abr. 2019.

MOREIRA, Kênia Hilda; RODRIGUES, Eglem Oliveira Passone. O Ginásio Osvaldo Cruz de Dourados nas páginas do jornal estudantil ABC: ensino secundário no sul de Mato Grosso nos anos 1960. **Série-Estudos**, Campo Grande, MS, v. 22, n. 46, p. 113-136, set./dez. 2017.

MOREIRA, Regina Heloiza Targa. **Memória fotográfica de Dourados**. Campo Grande: UFMS, 1990.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

NUNES, Zilda Clarice Rosa Martins. **A modernização do ginásio e a manutenção da ordem**. 1979. 230 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1979.

OLIVEIRA, Stella Sanches de. **Implantação e organização do curso ginásial no Sul de Mato Grosso: expressões de um projeto de modernização (1917-1942)**. 2014. 282f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (coord.). **Perspectivas para o meio ambiente urbano: GEO Ponta Porã**. Campo Grande: [s.n.], 2010. Disponível em: <http://terrabrasilis.org.br/ecotecadigital/pdf/geo-ponta-pora.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.

OLIVEROS, Angel. **La educación Secundaria en Iberoamerica**. v. 2, t. 1, Madrid: Oficina de Educación Iberoamericana, 1981.

OSSENBACH SAUTER, Gabriela. **La educación**. *In*: **Historia General de América Latina**. Paris: UNESCO, 2008. Impreso en España por Gráficas Varona.

PEREIRA, Aline Cerutti. **Representações Franciscanas: O Padroeiro Reformador na Paróquia São Francisco de Assis em Campo Grande - Mato Grosso do Sul (1950 a 1980)**. 2006. 166 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2006.

PESSANHA, Eurize Caldas. **Ensino secundário no Brasil em perspectiva histórica e comparada (1942-1961)**. Projeto de pesquisa financiado pelo CNPq. Processo nº 424377/2016-0. 2016. circulação restrita.

PESSANHA, Eurize Caldas. História das disciplinas e do currículo como base para a escrita da história do ensino secundário no Brasil. **Pedagogía y Saberes**, Colômbia, Universidad Pedagógica Nacional, Facultad de Educación, n. 42, p. 99-107, 2015.

PESSANHA, Eurize Caldas; ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. Arquitetura escolar de “escolas exemplares” em quatro cidades brasileiras: expressão de projetos de modernização e escolarização de 1880 a 1954. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, EDUFU, n. 7, p. 59-75, jan.-dez. 2008.

- PESSANHA, Eurize Caldas; ASSIS, Wanderlice da Silva. **Repositório da Legislação do Ensino Secundário no Brasil: 1837-1971**. Campo Grande: Editora Oeste, 2015. CD-ROM.
- PESSANHA, Eurize Caldas; ASSIS, Wanderlice da Silva; SILVA, Stella Sanches de Oliveira. História do ensino secundário no Brasil: O caminho para as Fontes. **Revista Roteiro**, Joaçaba, UNOESCC, v.42, n. 2, p. 311-330, mai.- ago. 2017.
- PESSANHA, Eurize Caldas; BRITO, Silvia Helena Andrade de. Ensino secundária ou educação secundária? Controvérsias e singularidades na escrita de sua história. **Série-Estudos**, Campo Grande, n. 38, p. 237-250, jul.-dez. 2014.
- PESSANHA, Eurize Caldas; SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. História de uma Instituição Escolar: democratização ou elitização do ensino secundário (1939-1971)?. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, n. 3. P. 1021-1041, set.-dez. 2013.
- PESSANHA, Eurize Caldas; SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Tempo de cidade, lugar de escola. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, EDUFU, v. 5, p. 109-121, jan.-dez. 2006.
- PESSANHA, Eurize Caldas; SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Tempos, espaços e organização do trabalho escolar em três expressões de governos autoritários brasileiros: 1931, 1961 e 1971 - estudo histórico-jurídico comparado do ensino secundário. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 51, p. 67-83, jan.-mar. 2014.
- PINTO, Adriana Aparecida; FURTADO, Alessandra Cristina. **A história da educação em Mato Grosso do Sul: temas e abordagens**. Dourados: Ed. UFGD, 2017.
- QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. A Companhia Mate Laranjeira, 1891-1902: contribuições à história da empresa concessionária dos ervais do antigo sul de Mato Grosso. **Revista Territórios & Fronteiras**. Cuiabá, v. 8, n.1, p. 204-228, jan.-jun. 2015.
- REIS, Elpídio. **Ponta Porã Antes, durante e depois**. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2005.
- REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, v. 26, n. 63, Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1956.
- ROBLES, Cintia Medeiros; ASSIS, Jacira Helena do Valle P. O ensino secundário nas memórias do professor e intelectual José Pereira Lins: em estudo o ginásio Osvaldo Cruz de Dourados (1954-1970). **Anais do IV Encontro de História da Educação do Centro-Oeste**. Campo Grande: UEMS, nov. 2017. UEMS 2017.
- ROCHA, Marcelo Pereira. **O ensino secundário no sul do Estado de Mato Grosso no contexto das reformas educacionais: o Ginásio Osvaldo Cruz (1927-1949)**. 2010. 97 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2010.
- ROCKWEL, Elsie. *De huellas, bardas y veredas: una historia cotidiana en la escuela*. In: ROCKWEL, Elsie (org). **La escuela cotidiana**. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.
- RODRIGUES, Luciana Iodice; PUPO; Regiane Trevisan; CELANI, Gabriela. **A digitalização 3d e a prototipagem rápida no processo de produção de maquetes de edifícios históricos: o uso de técnicas de curto alcance para a produção de ornamentos arquitetônicos para maquetes**. [2010]. Disponível em: <http://www.fec.unicamp.br/~lapac/papers/rodrigues-pupo-celani2010.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2020.

RODRIGUES, Rafael Pinto. **A educação literária no Colégio de Pedro Segundo** (1834-1854). 2010. 116 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2010.

ROSA, Pedro Angelo da. **Annaes Ponta-Porenses**. São Paulo: secção de obras d "Estado de São Paulo", 1922.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de. **De criança a aluno**. As representações da escolarização da infância em Mato Grosso. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. Cenário educacional de Mato Grosso (século XIX). *In*: SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; REIS, Rosinete Maria dos. **Instantes & memória na história da educação**. Brasília: Inep; Cuiabá-MT: EdUFMT, 2006.

SALOMÃO, Laura da Anunciação. **Ginásio Estadual de Bataiporã-MT: história e memórias de sujeitos como experiências de escolarização (1969-1974)**. 2019. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019.

SANTOS, Edmar Joaquim dos; SÁ, Nicanor Palhares. Da eugenia à ginástica: do século XIX à reforma educacional de 1910 em Mato Grosso. *In*: SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; REIS, Rosinete Maria dos. **Instantes & memória na história da educação**. Brasília: Inep; Cuiabá-MT: EdUFMT, 2006.

SILVA, Adriane Cristine. **Grupo Esperidião Marques: Uma contribuição para os estudos das Instituições Escolares em Mato Grosso 1910-1947**. 2011. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.

SILVA, Andréa Natalia. **Instituição Vicentina de Gijzegem: um entrelaçamento de relações entre política, religião e educação na instituição da sociedade fronteiriça Brasil/Paraguai entre 1940 a 1980**. 2008. 293 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: Campo Grande, 2008.

SILVA, Luciano Primo da. **“No arquivo do professor José Pereira Lins: uma leitura entre vida e obra”**. 2017. 196 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017.

SILVA, Nyanne do Nascimento. **Educação Artística como disciplina escolar em Mato Grosso (do Sul): 1971 a 1982**. 2018. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018.

SILVA, Stella Sanches de Oliveira; Pessanha, Eurize Caldas. Liceu Cuiabano: propostas para o ensino secundário em Mato Grosso (séculos XIX e XX). *In*: PINTO, Adriana Aparecida; FURTADO, Alessandra Cristina. **A história da educação em Mato Grosso do Sul: temas e abordagens**. Dourados: Ed. UFGD, 2017.

SILVA, Walter Guedes. A estratégia de integração do sul do estado de Mato Grosso ao Território Nacional durante o governo Vargas: uma análise a partir da criação da colônia agrícola nacional de dourados em 1943. **RDG - Revista do Departamento de Geografia USP**, São Paulo, Universidade de São Paulo, v. 31, p. 26-43. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305804846_A_ESTRATEGIA_DE_INTEGRACAO_DO_SUL_DO_ESTADO_DE_MATO_GROSSO_AO_TERRITORIO_NACIONAL_DURANTE_O_GOVERNO_VARGASUMA_ANALISE_A_PARTIR_DA_CRIACAO_DA_COLONI

A_AGRICOLA_NACIONAL_DE_DOURADOS_EM_1943/link/57a20dc708aeef35741d0fa6/download. Acesso em: 15 mai. 2020.

SILVA, Wilker Solidade da. **Grupo Escolar Presidente Vargas, Dourados-MT: a escola primária urbano-rural em tempos de mudanças no ensino elementar brasileiro (1963-1974)**. 2015. 225 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Luzes e Sombras: Modernidade e Educação Pública em Mato Grosso (1870-1889)**. Cuiabá: INEP/COMPED/EdUFMT, 2000.

SOUZA, Ana Aparecida Arguelho de. **Apontamentos sobre a educação confessional na fronteira de Bela Vista MS com o Paraguai: o Ginásio Comercial Santo Afonso**. Disponível em: <https://docplayer.com.br/15462563-Apontamentos-sobre-a-educacao-confessional-na-fronteira-de-bela-vista-ms-com-o-paraguai-o-ginasio-comercial-santo-afonso.html>. Acesso em: 15 abr. 2020.

SOUZA, Rosa Fátima. A investigação histórica sobre o ensino secundário no Brasil. *In*: CASTRO, Cesar Augusto (Org). **Ensino Secundário no Brasil: perspectivas históricas**. São Luís: EDUFMA, 2019.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX: (ensino primário e secundário no Brasil)**. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de. Tempos de infância, tempos de escola: a ordenação do tempo e o colar no ensino público paulista (1892-1933). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, Universidade de São Paulo, v. 25, n. 2, p. 127-143, jul.-dez. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97021999000200010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 13 nov. 2018.

SOUZA, Rosilenny dos Santos. **O ensino secundário em Corumbá, sul do Estado de Mato Grosso: o Ginásio Maria Leite (1918-1937)**. 2010. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2010.

TEIXEIRA, Anísio. Educação e desenvolvimento. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Guanabara, INEP, v. 35, n. 81, p. 71-92, jan.-mar. 1961.

TREVIZAN, Marcio Bogaz. **Grupo Escolar Mendes Gonçalves: vicissitudes no processo de escolarização republicana na fronteira Brasil-Paraguai (1889-1931)**. 2011. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.

TIANA FERRER, Alejandro. La escuela y el aula. ANELE Ministério de Educación y Ciencia Ministério de Cultura. *In*: **El libro Y la escuela**. España: Gráficas Hergos, 1992.

TRILLA, Jaume. **Ensayos sobre la escuela**. Barcelona: Laertes, 2000.

VIANA, Irene Quaresma Azevedo. **O ensino de história nas escolas públicas de Dourados, no período de 1971 a 2002: “O caso da Escola Estadual Presidente Vargas”**. 2007. 125 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2007.

VIDAL, Diana Gonçalves. No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e prática escolares. **Currículo sem Fronteiras**, v.9, n.1, p.25-41, jan.-jun. 2009. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss1articles/2-vidal.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2019.

VIÑAO FRAGO, Antonio. *Culturas escolares y reformas: sobre la naturaleza histórica de los sistemas e instituciones educativas*. **Revistas Teias**, Rio de Janeiro, UERJ, v. 1, n. 2, p. 1-25. 2000. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/viewFile/23855/16828>. Acesso em: 19 mar. 2019.

VIÑAO FRAGO, Antonio. *Del espacio escolar y la escuela como lugar: propuestas y cuestiones*. Historia de la Educación - **Revista Interuniversitaria**. Salamanca, Ediciones Universidad Salamanca, v. 12-13, p. 17-74, 1993-94. Disponível em: <http://revistas.usal.es/index.php/0212-0267/issue/view/691>. Acesso em: 25 set. 2018.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. Tradução Deise Cristina de Lima Picanço. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (org). **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

VIÑAO FRAGO, Antonio. *Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones*. **Revista Brasileira de Educação**, Maringá, SBHE, n.º 0, p. 63-82, set.-dez. 1995. Disponível em: http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE0/RBDE0_06_ANTONIO%20VINA_O_FRAGO.pdf. Acesso em: 20 mar. 2019.

VIÑAO FRAGO, Antonio. *La escuela y sus escenarios en España del S. XX: El espacio en la arquitectura escolar*. (p. 9-36). In: GÓMEZ FERNÁNDEZ, Juan; ESPIGADO TOCINO, Gloria; MIRANDA BEAS, Miguel (Eds). *La escuela y sus escenarios*. **Actas de los IX Encuentros de Primavera**. El Puerto de Santa Maria: Santa Teresa Artes Gráficas, 2007.

VIÑAO FRAGO, Antonio. *La historia material e inmaterial de la escuela: memoria, patrimonio y educación*. **Educación**, Porto Alegre, PUCRS, v. 35, n. 1, p. 7-17, jan.-abr. 2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/10351/7538>. Acesso em: 20 mar. 2019.

VIÑAO FRAGO, Antonio. *Los espacios escolares ¿Cómo abordar un objeto polifacético y multiforme?* In: DAVILA, Paulí; NAYA, Luis Maria (orgs). *Espacios y patrimonio histórico-educativo*. Donostia: Erein, 2016.

VIÑAO FRAGO, Antonio. *Sistemas educativos, culturas escolares y reformas: continuidades y Cambios*. 2002. Disponível em: <https://www.fceia.unr.edu.ar/geii/maestria/DoraBibliografia/Ampliatoria/VI%C3%91AO%2002%20SS%20EE%20para%20imprimir.doc>. Acesso em: 18 mar. 2019.

VIÑAO FRAGO, Antonio. *Templos de la patria, templos de saber. Los espacios de la escuela y la arquitectura escolar*. In: ESCOLANO BENITO, Agustín (org). **Historia Ilustrada de la Escuela en España: Dos siglos de perspectiva histórica**. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2006.

XAVIER, Ana Paula da Silva. Cultura escolar e maneiras de fazer nos métodos de ensino. In: SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; REIS, Rosinete Maria dos. **Instantes & memória na história da educação**. Brasília: Inep; Cuiabá-MT: EdUFMT, 2006.

ZOTTI, Solange Aparecida. O ensino secundário no império brasileiro: considerações sobre a função social e o currículo do Colégio D. Pedro II. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.18, p. 29-44, jun. 2005.

FONTES

BRASIL. Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, Disponível em: direitoshumanos.usp.br/index.php/Educação-no-Império/ato-adicional-de-12-de-agosto-de-1834.html. Acesso em: 05 mai. 2020.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 27 mai. 2019.

BRASIL. Decreto nº 981 de 8 de novembro de 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-981-8-novembro-1890-515376-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 mai. 2019.

BRASIL. Decreto nº 3.890 de 1º de janeiro de 1901. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-3890-1-janeiro-1901-521287-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 abr. 2020.

BRASIL. Decreto nº 8.659 de 5 de abril de 1911. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 abr. 2020.

BRASIL. Decreto nº 11.530 de 18 de março de 1915. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 19 mar. 1915. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-norma-pe.html>. Acesso em: 27 abr. 2020.

BRASIL. Decreto nº 16.782-A de 13 de janeiro de 1925. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 07 abr. de 1925. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d16782a.htm. Acesso em: 27 abr. 2020.

BRASIL. Decreto nº 24.439 de 21 de junho de 1934. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 25 jun. de 1934. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24439-21-junho-1934-508449-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 abr. 2020.

BRASIL. Decreto nº 34.638 de 17 de novembro de 1953. **Diário Oficial da União**, 20 nov. 1953, Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-34638-17-novembro-1953-329109-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 04 mai. 2020.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.073 de 30 de janeiro de 1942. *In*: PESSANHA, Eurize Caldas; ASSIS, Wanderlice da Silva. **Repositório da Legislação do Ensino Secundário no Brasil: 1837-1971**. Campo Grande: Editora Oeste, 2015. CD-ROM.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942. *In*: PESSANHA, Eurize Caldas; ASSIS, Wanderlice da Silva. **Repositório da Legislação do Ensino Secundário no Brasil: 1837-1971**. Campo Grande: Editora Oeste, 2015. CD-ROM.

BRASIL. Decreto-lei nº 5.812 de 13 de setembro de 1943. Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. **Arquivo Nacional**, código BR RJANRIO 35.0.DLE.5812.

BRASIL. Decreto-lei nº 6.141 de 28 de dezembro de 1943. *In*: PESSANHA, Eurize Caldas; ASSIS, Wanderlice da Silva. **Repositório da Legislação do Ensino Secundário no Brasil: 1837-1971**. Campo Grande: Editora Oeste, 2015. CD-ROM.

BRASIL. Decreto-lei nº 8.530 de 02 de janeiro de 1946. *In*: PESSANHA, Eurize Caldas; ASSIS, Wanderlice da Silva. **Repositório da Legislação do Ensino Secundário no Brasil: 1837-1971**. Campo Grande: Editora Oeste, 2015. CD-ROM.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.613 de 20 de agosto de 1946. *In*: PESSANHA, Eurize Caldas; ASSIS, Wanderlice da Silva. **Repositório da Legislação do Ensino Secundário no Brasil: 1837-1971**. Campo Grande: Editora Oeste, 2015. CD-ROM.

BRASIL. Decreto-lei nº 19.890 de 18 de abril de 1931. *In*: PESSANHA, Eurize Caldas; ASSIS, Wanderlice da Silva. **Repositório da Legislação do Ensino Secundário no Brasil: 1837-1971**. Campo Grande: Editora Oeste, 2015. CD-ROM.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Novos Prédios Escolares para o Brasil**, 1949. Disponível em: http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/2/e/a/2ea59a0e3dd6b2ad94f58280c885d95f796661d5bb1d6096c1ab02f0d5065636/CAMPANHAS-DE-CONSTRUCOES-ESCOLARES_m040p01_NovosPrediosEscolaresParaOBrazil.PDF. Acesso em: 04 mai. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Diretoria de Ensino Secundário, Seção de Prédios e Aparelhamento Escolar. **Ginásio Tipo I**, 1958. Disponível em: http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/9/1/9/9190b724c7dc793481fabbc7b68e10396f0be5e0abc863e1311f4767d067662d/CAMPANHAS-DE-CONSTRUCOES-ESCOLARES_m039p01_SecaoDePrediosEAparelhamentoEscolar_1958.PDF. Acesso em: 04 mai. 2019.

BRASIL. Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, p. 11429, 27 dez. 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 28 mai. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação, Delegacia de Ensino Secundário, Circular nº 6, de 25 de setembro de 1942. *In*: PESSANHA, Eurize Caldas; ASSIS, Wanderlice da Silva. **Repositório da Legislação do Ensino Secundário no Brasil: 1837-1971**. Campo Grande: Editora Oeste, 2015. CD-ROM.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura, Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário: Notas taquígráficas da oração do Ministro da Educação e Cultura, Dr. Antônio Balbino, ao empossar o Prof. Armando Hildebrand no cargo de Diretor do Ensino Secundário; Discurso proferido pelo Dr. Paulo Acioli de Sá ao transmitir ao Prof. Armando Hildebrand a direção do Ensino Secundário; Orientação e plano de trabalho da Diretoria do Ensino Secundário; Orientação e plano de trabalho da Diretoria do Ensino Secundário; Exposição de motivos que acompanhou o projeto de decreto relativo à instituição da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário; Decreto nº 34.638, de 17 de novembro de 1953; Primeiras iniciativas da CADES. Rio de Janeiro: 1954. **CPDOC-FGV**, código GC-573f.

BRASIL. Ministério da Educação, Diretoria de Ensino Secundário, Portaria nº 38, de 21 de janeiro de 1959. *In*: PESSANHA, Eurize Caldas; ASSIS, Wanderlice da Silva. **Repositório da**

Legislação do Ensino Secundário no Brasil: 1837-1971. Campo Grande: Editora Oeste, 2015. CD-ROM.

BRASIL. Portaria Ministerial de 15 de abril de 1932. *In*: BICUDO, Joaquim de Campos. **O ensino secundário no Brasil e sua atual legislação** (de 1931 a 1941 inclusive). São Paulo: Dedalus, 1942.

BRASIL. Portaria Ministerial nº 228 de 27 de agosto de 1942. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 29 set. de 1942. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2497587/pg-6-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-29-09-1942>. Acesso em: 27 abr. 2020.

BRASIL. Portaria Ministerial nº 314 de 15 de junho de 1945. *In*: PESSANHA, Eurize Caldas; ASSIS, Wanderlice da Silva. **Repositório da Legislação do Ensino Secundário no Brasil: 1837-1971.** Campo Grande: Editora Oeste, 2015. CD-ROM.

BRASIL. Portaria Ministerial nº 375 de 16 de agosto de 1949. *In*: PESSANHA, Eurize Caldas; ASSIS, Wanderlice da Silva. **Repositório da Legislação do Ensino Secundário no Brasil: 1837-1971.** Campo Grande: Editora Oeste, 2015. CD-ROM.

BRASIL. Portaria Ministerial nº 501 de 19 de maio de 1952. *In*: PESSANHA, Eurize Caldas; ASSIS, Wanderlice da Silva. **Repositório da Legislação do Ensino Secundário no Brasil: 1837-1971.** Campo Grande: Editora Oeste, 2015. CD-ROM.

BRASIL. Termo de acordo especial celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e o Ginásio Osvaldo Cruz em 12 de setembro de 1955. Disponível em: http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/a/d/8/ad82041a82e5ed28fcf24d1d4f4ea8e3633527dbad4f46a3c2f3e2280592b6ee/CAMPANHAS-DE-CONSTRUCOES-ESCOLARES_m006p01_TermosDeAcordo_1955.PDF. Acesso em: 29 fev. 2020.

DOURADOS. **Câmara Municipal de Dourados**, Livro de Atas de 1954 a 1959, v. 5, Ata da 87ª Sessão Ordinária, 16 abr. 1958.

DOURADOS. **Câmara Municipal de Dourados**, Livro de Atas de 1959 a 1962, v. 6, Ata da 135ª Sessão Ordinária, 18 nov. 1959.

DOURADOS. **Câmara Municipal de Dourados**, Livro de Atas de 1959 a 1962, v. 6, Ata da 183ª Sessão Ordinária, 24 mai. 1961.

DOURADOS. **Câmara Municipal de Dourados**, Livro de Atas de 1959 a 1962, v. 6, Ata da 192ª Sessão Ordinária, 30 ago. 1961.

DOURADOS. **Câmara Municipal de Dourados**, Livro de Atas de 1959 a 1962, v. 6, Ata da 48ª Sessão Extraordinária, 24 nov. 1961.

GINÁSIO SÃO FRANCISCO DE ASSIS. Relatório de verificação prévia para a mudança. dez. 1956.

JORNAL O PROGRESSO, Ponta Porã, n. 44, 26 dez. 1920.

MARACAJU. **Câmara Municipal de Maracaju**, Livro de Atas de 1949 a 1956, Ata da 7ª Sessão Extraordinária, 10 dez. 1950.

MATO GROSSO. Comunicação do Departamento de Educação e Cultura, julho de 1961. **Arquivo Público de Mato Grosso**. Caixas, Instituição: Educação, Ano: 1961.

MATO GROSSO. Constituição do Estado de Mato-Grosso de 11 de julho de 1947. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/midia/arquivo/constituicao-1947-completa-pdf/visualizar>. Acesso em: 06 mai. 2020.

MATO GROSSO. Decreto nº 2 de 7 de fevereiro de 1961. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 09 fev. 1961. **Arquivo Público de Mato Grosso**, 74 SECS-003-606 Registro de Atos Governamentais, 1961.

MATO GROSSO. Decreto nº 133 de 21 de janeiro de 1938. **Arquivo Público de Mato Grosso**, Caixas, Instituição: Educação, Ano: 1946.

MATO GROSSO. Decreto nº 136 de 17 de junho de 1961. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 20 jun. 1961. **Arquivo Público de Mato Grosso**. 85 SECS-003-617 Arquivos diversos 1961.

MATO GROSSO. Decreto nº 273 de 29 de novembro de 1946. Regulamento do Departamento de Educação e Cultura do Estado. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 04 dez. 1946. **Arquivo Público de Mato Grosso**. Caixas, Instituição: Educação, Ano: 1947.

MATO GROSSO. Decreto Legislativo nº 379 de 28 de outubro de 1960. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 08 nov. 1948. **Arquivo Público de Mato Grosso**. 457 379-28.10 (D.O. 8.11), 1960.

MATO GROSSO. Decreto nº 427 de 23 de abril de 1958. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 11 ago. 1948. **Arquivo Público de Mato Grosso**. Caixas, Instituição: Educação, Ano: 1958.

MATO GROSSO. Decreto nº 519 de 06 de agosto de 1948. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 11 ago. 1948. **Arquivo Público de Mato Grosso**. D.O. 11.8.

MATO GROSSO. Ginásio Estadual de Dourados. **Arquivo Público de Mato Grosso**. Acervo Cartográfico, MAP. 02/G. 05/ENV. 170, 1955.

MATO GROSSO. Grupo Escolar Generoso Ponce, Bela Vista. **Arquivo Público de Mato Grosso**. Acervo Cartográfico, MAP. 02/G. 05/ENV. 194, s/d.

MATO GROSSO. Informação nº 7 de 05 de junho de 1951, Processo 39/2070. **Arquivo Público de Mato Grosso**. Caixas, Instituição: Educação, Ano: 1951.

MATO GROSSO. Informação nº 262, Processo nº 220/1135. **Arquivo Público de Mato Grosso**. Caixas, Instituição: Educação, Ano: 1961.

MATO GROSSO. Lei nº 127 de 30 de outubro de 1952. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 06 nov. 1952. **Arquivo Público de Mato Grosso**. 127 253-30.10 (D.O. 6.11).

MATO GROSSO. Lei nº 170 de 10 de outubro de 1951. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 13 out. 1951. **Arquivo Público de Mato Grosso**. 128 170 10.10 (D. O. 13.10).

MATO GROSSO. Lei nº 201 de 27 de outubro de 1951. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 31 out. 1951. **Arquivo Público de Mato Grosso**. 173 201-27.10 (D.O. 31.10).

MATO GROSSO. Lei nº 307 de 27 de outubro de 1953. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei-307-1953.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

MATO GROSSO. Lei nº 416 de 14 de setembro de 1951. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 18 nov. 1951. **Arquivo Público de Mato Grosso**. 083 416-14.9 (D.O. 18.9).

MATO GROSSO. Lei nº 427 de 2 de outubro de 1951. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 05 out. 1951. **Arquivo Público de Mato Grosso**. 106 427- 2.10 (D.O. 5.10).

MATO GROSSO. Lei nº 537 de 29 de outubro de 1952. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 05 nov. 1952. **Arquivo Público de Mato Grosso**. 125 537-29.10 (D.O. 5.11).

MATO GROSSO. Lei nº 547 de 5 de novembro de 1952. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**, 05 nov. 1952. Disponível em: www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei-547-1952.pdf. Acesso em: 23 abr. 2020.

MATO GROSSO. Lei nº 590 de 05 de outubro de 1953. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 05 out. 1953. **Arquivo Público de Mato Grosso**. 075 590-5.10(D.O. 7.10).

MATO GROSSO. Lei nº 620 de 05 de outubro de 1953. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei-620-1953.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

MATO GROSSO. Lei nº 850 de 18 de outubro de 1956. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei-850-1956.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2020.

MATO GROSSO. Lei nº 1.017 de 07 de dezembro de 1957. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 12 dez. 1957. **Arquivo Público de Mato Grosso**. Caixas, Instituição: Educação, Ano: 1957.

MATO GROSSO. Lei nº 1.246 de 24 de agosto de 1959. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 27 ago. 1959. **Arquivo Público de Mato Grosso**. 52 1 246 – 24.8 (D.O. 27.8).

MATO GROSSO. Lei nº 1.384 de 2 de julho de 1960. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 13 jul. 1960. **Arquivo Público de Mato Grosso**. 38 1 384 – 2.7 (D.O. 13.7).

MATO GROSSO. Lei nº 1.463 de 12 de novembro de 1960. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 16 nov. 1960. **Arquivo Público de Mato Grosso**. 113 1 463 – 12.11 (D.O. 16.11).

MATO GROSSO. Lei nº 1.510 de 14 de julho de 1961. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 26 jul. 1961. **Arquivo Público de Mato Grosso**. 74 SECS-003-606, Registro de Atos Governamentais 1961.

MATO GROSSO. Lei nº 1.607 de 20 de outubro de 1961. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 27 out. 1961. **Arquivo Público de Mato Grosso**. Caixas, Instituição: Educação, Ano: 1961.

MATO GROSSO. Lei nº 1.626 de 23 de outubro de 1961. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei-1626-1961.pdf>. Acesso em 23 abr. 2020.

MATO GROSSO. Lei nº 1.650 de 9 de novembro de 1961. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 06 dez. 1961. **Arquivo Público de Mato Grosso**. Caixas, Instituição: Educação, Ano: 1961.

MATO GROSSO. Lei nº 1.679 de 14 de outubro de 1953. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 31 out. 1953. **Arquivo Público de Mato Grosso**. Caixas, Instituição: Educação, Ano: 1953.

MATO GROSSO. Memorando nº 041/61, Reunião dos Governadores em Cuiabá. **Arquivo Público de Mato Grosso**. Caixas, Instituição: Educação, Ano: 1961.

MATO GROSSO, Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo Presidente do Estado de Mato Grosso Sr. Joaquim A da Costa Marques. Cuiabá, 13 mai. 1914. Disponível em: <http://gem.ufmt.br/gem/sistema/arquivos/29061203233223.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2019.

MATO GROSSO. Mensagem apresentada pelo Governador do Estado de Mato Grosso, Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo, à Assembléia Legislativa e lida na abertura da 2ª seção ordinária de sua 1ª Legislatura. Cuiabá, 13 jun. 1948. Disponível em:

<http://gem.ufmt.br/gem/sistema/arquivos/10071204102910.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2019.

MATO GROSSO. Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso Sr. Joaquim A da Costa Marques à Assembléia Legislativa. Cuiabá, 13 mai. 1914. Disponível em:

<http://gem.ufmt.br/gem/sistema/arquivos/29061203233223.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2019.

MATO GROSSO. Nota de empenho do Departamento Administrativo da Secretaria de Educação e Cultura de 06 de novembro de 1957. **Arquivo Público de Mato Grosso**. Caixas, Instituição: Educação, Ano: 1957a.

MATO GROSSO. Nota de empenho do Departamento Administrativo da Secretaria de Educação e Cultura de 22 de novembro de 1957. **Arquivo Público de Mato Grosso**. Caixas, Instituição: Educação, Ano: 1957b.

MATO GROSSO. Nota de empenho do Departamento Administrativo da Secretaria de Educação e Cultura de 22 de novembro de 1957. **Arquivo Público de Mato Grosso**. Caixas, Instituição: Educação, Ano: 1957c.

MATO GROSSO. Nota de empenho do Departamento Administrativo da Secretaria de Educação e Cultura de 02 de dezembro de 1957. **Arquivo Público de Mato Grosso**. Caixas, Instituição: Educação, Ano: 1957d.

MATO GROSSO. Nota de empenho do Departamento Administrativo da Secretaria de Educação e Cultura de 04 de dezembro de 1957. **Arquivo Público de Mato Grosso**. Caixas, Instituição: Educação, Ano: 1957e.

MATO GROSSO. Portaria nº 3, de 24 de junho de 1944. **Arquivo Público de Mato Grosso**. APMT120 IP-003-124, Registro de portarias da Diretoria geral da Instrução Pública, 1933/1947, 1944.

MATO GROSSO. Portaria nº 1.305, de 20 de maio de 1961. **Arquivo Público de Mato Grosso**. 63 SECS-003-595 Registro de atos e portarias, 1961.

MATO GROSSO. Portaria nº 1.306, de 20 de maio de 1961. **Arquivo Público de Mato Grosso**. 63 SECS-003-595 Registro de atos e portarias, 1961.

MATO GROSSO. Processo nº 485 recebido em 14 de abril de 1944. **Arquivo Público de Mato Grosso**. 63 IP-003-067.

MATO GROSSO. Processo nº 39/2070 de 16 de agosto de 1951. **Arquivo Público de Mato Grosso**. Caixas, Instituição: Educação, Ano: 1951.

MATO GROSSO. Ofício do Departamento de Educação e Cultura, de 27 de janeiro de 1951. **Arquivo Público de Mato Grosso.** Caixas, Instituição: Educação, Ano: 1951.

MATO GROSSO. Ofício nº 7, Processo nº 39/2070 de 16 de agosto de 1951. **Arquivo Público de Mato Grosso.** Caixas, Instituição: Educação, Ano: 1951.

MATO GROSSO. Ofício nº 87, de 18 de janeiro de 1960. **Arquivo Público de Mato Grosso.** Caixas, Instituição: Educação, Ano: 1960.

MATO GROSSO. Relatório da Diretoria do Departamento de Educação e Cultura. **Arquivo Público de Mato Grosso.** Caixas, Instituição: Educação, Ano: 1960.

MATO GROSSO. Relatório enviado ao Secretário do Interior, Justiça e Finanças, em 12 de junho de 1950. **Arquivo Público de Mato Grosso.** Caixas, Instituição: Educação, Ano: 1950.

MATO GROSSO. Relatório Geral do Departamento de Educação e Cultura ao Governador do Estado de 3 de maio de 1952. **Arquivo Público de Mato Grosso.** Caixas, Instituição: Educação, Ano: 1952.

MATO GROSSO. Relatório referente às subvenções a serem destinadas para setor do Magistério nos vários graus, verbas federais para MT de 24 de maio de 1961. **Arquivo Público de Mato Grosso.** 85 SECS-003-617, Arquivos diversos 1961.

MATO GROSSO. Ordem nº 22926 de 05 de outubro de 1948. **Arquivo Público de Mato Grosso.** 190 IP-003-701, Registro de protocolo geral da Instrução Pública 1948/1949.

MATO GROSSO. Termos de contrato de construção da Escola Normal Rural de Ponta Porã e do Ginásio de Maracaju de maio de 1950. **Arquivo Público de Mato Grosso.** 102 DEC-003-262, Termos de contrato de obras 1950/1953.

MATO GROSSO. Termos de convênio geral entre o Ministério da Educação e Cultura e o Governo do Estado de Mato Grosso para aplicação de recursos do fundo Nacional do Ensino Médio referente ao exercício de 1955. **Arquivo Público de Mato Grosso.** Caixas, Instituição: Educação, Ano: 1957a.

MATO GROSSO. Termos de convênio geral entre o Ministério da Educação e Cultura e o Governo do Estado de Mato Grosso para aplicação de recursos do fundo Nacional do Ensino Médio referente ao exercício de 1956. **Arquivo Público de Mato Grosso.** Caixas, Instituição: Educação, Ano: 1957b.

PONTA PORÃ. **Câmara Municipal de Ponta Porã,** Livro de Atas de 1955 a 1956, l. 9, Ata de sessão extraordinária, 21 jun. 1955.

PONTA PORÃ. **Câmara Municipal de Ponta Porã,** Livro de Atas de 1956 a 1959, l. 10, Ata de sessão ordinária, 26 out. 1956.

PONTA PORÃ. **Câmara Municipal de Ponta Porã,** Livro de Atas de 1956 a 1959, l. 10, Ata de sessão ordinária, 20 fev. 1957.

APÊNDICES

APÊNDICE A – A produção acadêmica sobre ensino secundário no Brasil (1967/2015)

Este texto tem como proposta a organização e análise dos trabalhos *strictu sensu* e artigos científicos referentes ao Ensino Secundário de 1967 a 2015, e está inserido dentro de um projeto intitulado "ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL EM PERSPECTIVA HISTÓRICA E COMPARADA (1942-1961)". O referido projeto, sobre a história do Ensino Secundário no Brasil, conta com um grupo de 25 pesquisadores, de 18 instituições de ensino e pesquisa em 11 estados brasileiros, com histórico de investigações sobre o Ensino Secundário no Brasil, coordenado pelo Grupo de Pesquisa Observatório de Cultura Escolar (OCE), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Este grupo já realizou uma pesquisa sobre o que foi produzido ou está relacionado ao Ensino Secundário no Brasil. Foram analisados 272 textos, 180 dissertações ou teses, e 92 artigos em revistas especializadas em história da educação. Para este artigo, o olhar se volta para a produção acadêmica.

Ainda de acordo com o projeto, a produção envolve todos os estados brasileiros, mas existem, ainda, lacunas a serem preenchidas. Para este texto, resolvemos fazer uma análise separada dos trabalhos acadêmicos e dos artigos científicos, optando pela leitura de seus resumos.

Teses e dissertações

Para analisar as teses e dissertações, realizamos um quadro, no qual, além da listagem das teses e dissertações, foram pontuadas as instituições de ensino onde foram produzidas, e se observaram os assuntos e os estados onde as pesquisas foram realizadas. Como nem sempre dispomos de textos completos, toda vez que surgiu o nome do Colégio Pedro II, supomos que a pesquisa se desenvolveu no estado do Rio de Janeiro. Outro detalhe, como alguns estados brasileiros foram divididos, optamos por localizar a pesquisa utilizando a divisão política atual.

Das 180 teses e dissertações analisadas, observamos que 41 foram produzidas no século XX e 139 no século XXI. Todas serão listadas a seguir:

1. LODI (1967) O ensino médio em Rio Preto (SP): contribuição a história das instituições do ensino no Brasil.
2. FROMER (1969) Custos da educação no ensino secundário na cidade de São Paulo.
3. HAIDAR (1971) O ensino secundário no Império.

4. PERES (1973) Educação republicana: tentativas de reconstrução do ensino secundário brasileiro, 1890-1920.
5. NADAI (1975) O ginásio do estado em São Paulo: uma preocupação republicana (1889-1896).
6. NUNES (1979) A modernização do ginásio e a manutenção da ordem.
7. SCHNETZLER (1980) O tratamento do conhecimento químico em livros didáticos brasileiros para o ensino secundário de química de 1875 a 1978.
8. MORAES (1981). O ideário republicano e a educação: o Colégio Culto à Ciência de Campinas (1869-1892).
9. MARTINS (1984) Estudo da evolução do ensino secundário no Brasil e no estado do Paraná com ênfase na disciplina de matemática.
10. CASTRO(1988) A reforma do ensino secundário de Francisco Campos: uma interpretação.
11. CUNHA (1988) O ginásio do Estado de Riberão Preto: educação e política (1907-1920).
12. MANOEL (1988). A. Igreja e educação feminina: os Colégios das Irmãs de São José de Chamberry (1859-1919).
13. PINTO (1988) A privatização do ensino secundário e superior no Brasil (1834-1982): uma perspectiva histórica.
14. BURIGO (1989) Movimento da matemática moderna no Brasil: estudo da ação e do pensamento de educadores matemáticos nos anos 60.
15. MASSUNAGA (1989) O Colégio Pedro II e o ensino secundário brasileiro: 1930-1961. 1989.
16. BROSS (1990) Recuperação da memória do ensino experimental de física na escola secundária brasileira: produção utilização, evolução e preservação dos equipamentos.
17. ANDRADE (1992) A 'Porta do Céu': a educação exilada - Colégio do Caraça.
18. DICK (1992). A origem da política pública do ensino secundário na Bahia: o Liceu Provincial – 1836-1862.
19. REZNIK (1992) Tecendo o amanhã: a história do Brasil no ensino secundário, programas e livros didáticos, 1931 a 1945.
20. OLIVEIRA (1993) O ensino de História no Colégio Pedro II: uma leitura dos programas de ensino e de exames até o final do século XIX.
21. RIBEIRO (1993) A educação feminina durante o século XIX: o Colégio Florence de Campinas (1863-1889).

22. COELHO (1995) Lembranças e reconstrução da educação física no colégio Pedro II: 1930-1937.
23. MIORIM (1993) O Ensino de Matemática: Evolução e Modernização.
24. ARCHANJO (1996) Relações de gênero e educação escolar: Colégio Estadual do Paraná (1950/1960).
25. ROCHA (1996) A trajetória da disciplina Geografia no currículo escolar brasileiro (1837-1942) – Pedro II.
26. FRANÇA (1997) Raízes históricas do Ensino Secundário Público na Província do Grão-Pará: o Liceu Paraense 1840-1889.
27. OLIVEIRA (1997) Lembranças escolares dos mestres do ensino secundário de Piracicaba nos anos 50 e 60.
28. PIRES (1997) O Ensino Secundário em Jataí nas décadas de 40 e 50.
29. SCHARDONG (1997) A instrução pública secundária em Desterro: o Atheneu Provincial (1874-1883).
30. BARROSO FILHO (1998) Formando individualidades condutoras: o Ginásio Pernambucano dos anos 50.
31. FELIZ (1998) Consonâncias e dissonâncias de um canto coletivo: a história da disciplina Canto Orfeônico no Brasil.
32. GRAÇA (1998) Pés-de-anjo e letreiros de neon: ginasianos na Aracajú dos anos dourados.
33. SOUZA (1998) O resgate histórico do primeiro curso secundário público-científico e suas implicações com o Colégio Estadual Campo-Grandense.
34. ANDRADE (1999) Colégio Pedro II: um lugar de memória (1837-1937).
35. BARROS (2000) Atheneu Norte-Riograndense: práticas culturais e a formação de uma identidade (1892- 1924).
36. BARROS (2000) A história da disciplina geografia nas décadas de 1930 e 1940: expressão da fisionomia do Estado.
37. BELTRAME (2000) Os programas de ensino de Matemática do Colégio Pedro II: 1837 – 1932.
38. MARTINS (2000) O Seminário Episcopal da Conceição (MT): da materialidade física à proposta pedagógica 1858-1880.
39. RAZZINI (2000) O espelho da nação: a antologia nacional e o ensino de português e de literatura (1838-1971).
40. RENK (2000) A educação dos imigrantes alemães católicos de Curitiba (1896-1938): o estudo de caso do Colégio Bom Jesus.

41. TEIXEIRA (2000) O ensino de Filosofia no Imperial Collegio de Pedro II (1838-1889).
42. ASCHE (2001) O espaço da Literatura no ensino secundário: uma investigação sobre um campo do saber escolar (1873-1979).
43. DALLABRIDA (2001) Virtus et scientia: o Ginásio Catarinense e a (re)produção das elites na primeira república.
44. DASSIE(2001). A Matemática do curso secundário na Reforma Gustavo Capanema.
45. DICK (2001) As políticas públicas para o Ensino Secundário na Bahia: o Liceu Provincial (1860-1890).
46. GENTILI (2001) Colégio Municipal de Belo Horizonte: a utopia possível (Memória e História - 1948-1972).
47. GUELFY (2001) A sociologia como disciplina escolar no Ensino Secundário brasileiro: 1925-1942.
48. MORAES (2001) Gustavo Capanema: o Ensino Secundário e a sistematização da educação brasileira (1934-1942).
49. ROCHA (2001) A Matemática do curso secundário na Reforma Francisco Campos.
50. ZANELLI (2001) A criação do Liceu Cuiabano na província de Mato Grosso no final do século XIX: o curso de línguas e ciências preparatórias e a formação dos intelectuais.
51. CABRAL (2002) A invenção do aluno: A implantação do Primeiro Gymnasio da Capital, em São Paulo (1894-1917).
52. DUARTE (2002) Henri Poincaré e Euclides Roxo: subsídios para a história das relações entre Filosofia da Matemática e Educação Matemática.
53. MACHADO (2002) Uma análise dos Exames de Admissão ao Secundário (1930-1970): subsídios para a História da Educação Matemática no Brasil.
54. MELO(2002) Por trás dos muros escolares: luzes e sombras na educação feminina (Colégio N. Sra. das Dores - Uberaba 1940/1966).
55. SANTOS (2002) A matemática escolar nos anos 1920: uma análise de suas disciplinas através das provas dos alunos do ginásio da Capital do Estado de São Paulo.
56. SEPÚLVEDA(2002) O ensino secundário, o Liceu de Curitiba e o ensino de Física no Paraná (1858-1906).
57. TAVARES (2002) A Congregação do Colégio Pedro II e os debates sobre o ensino de matemática.
58. CASIMIRO (2003) Da proposta das “elites” ao método direto: uma história da disciplina Língua Inglesa no Colégio Pedro II (1930-1958).

59. LIMA (2003) O Banquete Espiritual da Instrução: o Ginásio da Bahia, Salvador: 1895-1942.
60. MIRANDA (2003) A experiência norte-americana de fusão da Aritmética, Álgebra e Geometria e sua apropriação pela educação matemática brasileira.
62. PRADO (2003) Do Engenheiro ao licenciado: os concursos à catedra do Colégio Pedro II e as modificações do saber do professor de matemática do Ensino Secundário.
62. ALVAREZ (2004) A Matemática da Reforma Francisco Campos em ação no cotidiano escolar.
63. BARRETO (2004) Saberes escolares e ensino de Português no cotidiano do curso secundário (Recife, 1940-1960).
64. CHAVES JUNIOR (2004) A educação física do Ginásio Paranaense ao Colégio Estadual do Paraná: contribuições para a construção de uma história de uma disciplina escolar (1931-1951).
65. FONSECA (2004) Os professores e a qualidade do ensino: a escola secundária paulista (1946-1961).
66. SILVA (2004) Os livros didáticos de Desenho nos ginásios oficiais de São Paulo entre 1951 e 1961.
67. TEIXEIRA (2004) A Gymnastica no Ginásio Mineiro – Internato e Externato (1890-1916).
68. VIANA (2004) Juventude, cidade e educação: a experiência do Ginásio Mineiro em Belo Horizonte (1898-1914).
69. ADIMARI (2005) Escola e Cidade: os sentidos dos espaços no Maria Constança, Campo Grande/MS (1954-2004).
70. BRAGA (2005) O ensino do latim na Escola Maria Cosntança Barros Machado como reflexo da história da disciplina no Brasil (1939-1971).
71. BRAGHINI (2005) O ensino secundário brasileiro nos anos 1950 e a questão da qualidade de ensino.
72. LEITE (2005) A formação da cultura filosófica escolar mineira no século XIX- uma filosofia de compêndio: um estudo sobre a disciplina de filosofia no Liceu Mineiro (1854-1890).
73. LEMOS JÚNIOR (2005) Canto Orfeônico: uma investigação acerca do ensino de música na escola secundária pública de Curitiba (1931-1956).
74. MARQUES (2005) Tempos pré-modernos: a matemática escolar dos anos 1950.

75. SANTOS (2005) Rui Barbosa e o ensino no Pedro II: um discurso pedagógico no Brasil oitocentista - 1880-1885.
76. SOUSA (2005) O papel social do Ginásio Manuel Borba - PE: alternativa local de Ensino Secundário para rapazes (1947/1961).
77. AIRES (2006) História da Disciplina Escolar Química: o caso de uma instituição de ensino secundário de Santa Catarina 1909-1942.
78. ALVES (2006) José Verissimo Dias de Mattos: um crítico na direção do Gymnasio Nacional (1892-1898).
79. BARROS (2006) Lyceu de Goyaz: elitização endossada pelas oligarquias goianas 1906-1937.
80. BRAGA (2006) A disciplina Educação física no Maria Constança: expressões da cultura escolar no período de 1954-1964.
81. CRUZ (2006) O pensamento filosófico e o ensinamento de filosofia na escola secundária brasileira: uma interpretação dos programas de ensino do Colégio Pedro II (1837-1951).
82. DIEGOLI (2006) Sólida Instrução e Educação Esmerada: as estratégias disciplinares no Colégio Snto Antônio Blumenau - SC (1932-1942).
83. GHANTOUS (2006) Gymnasio Mineiro de Uberlândia: o processo de disciplinarização do espaço escolar (1937-1945).
84. GONÇALVES (2006) Poder local e educação na Primeira República: o primeiro ginásio público de Sorocaba.
85. NEVES (2006) Organização do ensino secundário em Minas Gerais no século XIX.
86. OTONE (2006) A Matemática do curso complementar da Reforma Francisco Campos.
87. PEREZ (2006) História de uma instituição pública de ensino secundário: implicações da democratização do ensino na cultura escolar.
88. RAHE (2006) A disciplina língua inglesa e o "sotaque norte-americano": uma investigação das práticas docentes no Maria Constança (1955-2005).
89. RIBEIRO (2006) A implantação do Ensino Secundário público maranhense: Liceu Maranhense.
90. SANTOS (2006) A influência do Concílio Vaticano II na vida do Colégio Cristo redentor de Juiz de Fora: 1962-1968.
91. BERNARDELLI (2007) História e memória do Liceu de Uberlândia, MG: 1928 a 1942.

92. DUARTE (2007) O Ginásio Estadual Pedro II e o ensino secundário para as classes médias (1947-1956).
93. GONÇALVES (2007) Os programas de língua portuguesa do Colégio Pedro II: uma orientação para o Ensino Secundário.
94. MENESES (2007) Uma história da Geometria escolar no Brasil: de disciplina a conteúdo de ensino.
95. MOISES (2007) O Colégio Pedro II: controvérsias acerca de sua fundação.
96. MORAIS (2007) A história da disciplina língua espanhola expressa nas leis e na cultura escolar do Colégio "Maria Constança" em Campo Grande-MT (1953-1961).
97. NUNES (2007) Colégio Pedro II: a gênese de uma representação de escola excelente.
98. OLIVEIRA (2007) Entre a guerra e as reformas: o Ensino Secundário cearense (1918-1930).
99. ROCHA (2007) Por uma história do currículo no/do Colégio Maria Constança na década de 1960: cultura docente, práticas e materiais curriculares.
100. SILVA (2007) Gênese do Ensino Secundário estadual em Pilar do Sul (1957-1971).
101. SILVA (2007) O ensino secundário no Maranhão: o Liceu como construtor de representações sociais e intelectuais.
102. VASCONCELOS (2007) Liceu Piauiense (1845-1970): desvendando aspectos de sua história e memória.
103. ALAMINO (2008), Márcia de Carvalho Jimenez. Na casa de Marta e Maria: um estudo sobre o Colégio Notre Dame de Sion em Petrópolis.
104. BORGES (2008) "Dai-me almas e ficai com o resto" as práticas escolares da Gymnasio São Joaquim de Lorena, para a formação do bom cristão e do honesto cidadão (1902-1928).
105. MACHADO (2008) Qualidade da educação: história e memória do Ginásio Estadual de Jaú (Jaú-SP, 1946-1961).
106. MAGALHÃES (2008) O papel da educação e do lyceu dirigido pelo prof. Salathiel de Almeida na configuração do contexto geopolítico, social e econômico de Muzambinho (MG).
107. METZ (2008) O ensino da matemática do secundário de uma escola confessional do Estado do Paraná entre 1940 e 1947.
108. MOREIRA (2008) A Influência da Reforma Benjamin Constant no currículo de matemática do Colégio Pedro II.

109. PENNA (2008) Sob o nome e a capa do imperador: a criação do Colégio de Pedro Segundo e a construção do seu currículo.
110. PEREIRA (2008) O Professor Secundário na Revista Pesquisa e Planejamento do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (CRPE/SP): 1958-1975.
111. RIBEIRO JÚNIOR (2008) O sistema de ensino ginásial e livros didáticos: Interpretações da Independência Brasileira de Joaquim Silva entre 1946 e 1961.
112. RODRIGUES (2008) Por uma educação católica: um estudo sobre a disciplina religião no Ginásio Santa Teresinha (1947-1968).
113. SILVA (2008) Projetando Varões: O Ginásio Diocesano e a educação secundária masculina da serra catarinense (1931-1942).
114. SILVA (2008) A reorganização da matemática escolar do colégio em tempos do movimento da matemática moderna.
115. ALMEIDA (2009) Estudos sobre escola: tempos e espaços na Escola Maria Constança Barros Machado.
116. BENTO (2009) Alguns aspectos sobre a prática docente na década de 1970: o ensino colegial e a disciplina de matemática.
117. CORBÉRIO (2009) Estado desenvolvimentista e o Ensino Secundário da Rede Estadual em Santa Catarina (1961-1965).
118. FARIA (2009) A educação física na Revista do Ensino: produção de uma disciplina escolar em Minas Gerais (1925-1940).
119. LIMA JÚNIOR (2009) História da disciplina de música e canto orfeônico em duas escolas secundárias públicas de Londrina (1946-1971).
120. MARTINS (2009) Co-educação, cultura escolar e seus limites: Ginásio Barão de Antonina (1942-1952).
121. OLIVEIRA (2009) A história da disciplina escolar francês no Colégio Estadual Campo-Grandense (1942-1962).
122. SANTOS (2009) A expectativa de mais um luzeiro do saber em Curitiba: o internato do Ginásio Paranaense (1919-1942).
123. SILVA (2009) A concepção de mocidade no Ensino Secundário alagoano do século XIX: reflexões entre o conhecimento psicológico e a educação.
124. SOARES (2009) O ensino de sociologia no Colégio Pedro II (1925-1941).
125. ASSIS (2010) O lugar da biblioteca escolar no discurso da legislação sobre o Ensino Secundário brasileiro(1838-1968).
126. BERNARDES (2010) O ensino de história nas escolas secundárias brasileiras.

127. BONATO (2010) O Colégio Notre Dame e as adaptações à política educacional (1937-1942).
128. CHAVES JÚNIOR (2010) Provocar, auxiliar e fiscalizar: lugar do Estado na produção do ensino secundário em Belo Horizonte (1898-1931).
129. FERRER (2010) A Campanha Nacional das Escolas da Comunidade - CNEC e o "entusiasmo" pela Educação Ginásial no Ceará no período de 1958 a 1963.
130. JUCÁ (2010) A língua inglesa no Ensino Secundário brasileiro: 1838-1930).
131. NICOLAU (2010) Para o bem da juventude e para o progresso da nossa cidade: Uma análise sobre a emergência e constituição do Ginásio Salesiano Itajaí (Itajaí-SC, 1945-1956).
132. RABELO (2010) Quando fui professor de Matemática no Lyceu de Goiânia: um estudo sobre a prática docente imersa nas permanências e mutações da cultura escolar na década de 1960.
133. ROCHA (2010) O Ensino Secundário no sul do estado de Mato Grosso no contexto das reformas educacionais: o Ginásio Osvaldo Cruz (1927-1949).
134. RODRIGUES (2010) A educação literária no Colégio Pedro Segundo (1838-1854).
135. SANTOS (2010) Sob a lente do discurso: aspectos do Ensino de Retórica e poética no Atheneu Sergipense (1874-1891).
136. SOUZA (2010) Ensinando a ser brasileiro: O Colégio Pedro II e a formação de cidadãos na Corte Imperial (1837-1861).
137. SOUZA (2010) O Ensino Secundário em Corumbá, sul do Estado de Mato Grosso: o Ginásio Maria Leite (1918-1937).
138. VERCESI (2010) O Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo.
139. BERCHO (2011) Higienismo e educação nas páginas de "O Ateneu".
140. CARDOSO (2011) A formação da historiografia da literatura brasileira: uma história dos cânones escolares no Brasil (1759-1890).
141. DOBROWOLSKI (2011) Implantação da matemática moderna na década de 1960 e 1970 no município de Pato Branco - PR.
142. ESPERANÇA (2011) O ensino da Matemática no Instituto Júlio de Castilhos: um estudo sobre as provas do curso complementar.
143. LIMA (2011) Ginásio Maringá (1952-1963): história da implantação de uma instituição escolar.

144. MARQUES (2011) A educação do corpo e o protagonismo discente no Colégio Pedro II: mediações entre o ideário republicano e a memória histórica da instituição (1889-1937).
145. MARTINI (2011) Mulheres destinadas ao êxito: Trajetórias Escolares e Profissionais de Ex-alunas do Curso Científico do Colégio Coração de Jesus de Florianópolis (1949-1960).
146. OLIVEIRA (2011) A institucionalização da geografia escolar e sua especialidade nos oitocentos (1843-1889) na Província Capixaba.
147. SANTANA (2011) A trajetória e a contribuição dos professores de matemática para a modernização da matemática nas escolas de Vitória da Conquista e Tanquinho (1960-1970).
148. SOUZA (2011) Uma História da disciplina matemática no Atheneu Sergipense durante a ação da Reforma Francisco Campos (1938-1943).
149. VALLA (2011) Currículo de Ciências (1950/70): influências do professor Ayrton Gonçalves da Silva na comunidade disciplinar e na experimentação didática.
150. ARAÚJO (2012) A constituição do corpo docente do Ensino Secundário no Piauí (1942-1982).
151. CARVALHO (2012) Geographia do Brazil: a construção da nação nos livros didáticos de geografia da primeira república.
152. DINIZ (2012) A educação secundária no interior paulista: estudo histórico sobre o Ginásio Estadual de Matão (1940-1965).
153. FARIA (2012) O ensino de História no primeiro Gymnasio da Capital (1894-1931).
154. FERREIRA (2012) Os exercícios nos livros didáticos de geografia no Brasil: mudanças e permanências (1880-1930).
155. GUIMARÃES (2012) Do ponto à forma: a disciplina desenho no Atheneu Sergipense.
156. MACIEL (2012) Da corte à província, do Império à República, do Colégio Pedro II ao Liceu de Goiás: dinâmicas de circulação e apropriação da matemática escolar no Brasil, 1856-1918.
157. MELLO (2012) Trajetórias sociais dos egressos do Colégio Catarinense (1951-1960).
158. MENEZES (2012) Índícios das práticas curriculares na disciplina história em uma escola exemplar de Campo Grande entre 1941 e 1970.
159. RAMOS (2012) Modernização da matemática na Bahia: a experiência com classes-piloto no Colégio Estadual da Bahia - Central (1966-1969).

160. SALINO (2012) O século XIX abre as portas para a educação: o ensino de língua portuguesa no Colégio Pedro II.
161. SANTANA (2012) Por entre as memórias de uma instituição: o arquivo e as práticas administrativas do Atheneu Sergipense.
162. SANTOS (2012) O saber histórico escolar no Liceu Alagoano: o ensino de história do Brasil configurado nas teses do Cônego Valente.
163. SANTOS (2012) "Amai a pátria": o ensino da disciplina escolar Educação Moral e Cívica no Atheneu Sergipense (década de 70 do século XX).
164. AGUIAR (2013) O exame de admissão e a seletividade na Escola Estadual Maria Constança Barros Machado (1942-1971).
165. AKSENEN (2013) Os exames de admissão ao ginásio, seu significado e função na educação paranaense: análise dos conteúdos matemáticos (1930-1971).
166. ARANTES (2013) A Educação Física em cena: olhares sobre o Colégio Estadual de Minas Gerais (1956-1973).
167. BOCCHI (2013) A configuração de novos locais e práticas pedagógicas na escola: o museu escolar, os laboratórios e gabinetes de ensino do Colégio Marista Arquidiocesano de São Paulo (1908-1940).
168. GARCIA (2013) Uma abordagem da política educacional entre 1930 e 1934: o Ensino Secundário do Estado de São Paulo.
169. MACHADO (2013) Professores em revista: o ensino secundário em Minas Gerais nas páginas do periódico *Kriterion* (1947-1961)
170. SILVA (2013) A tradição humanista no Ensino Secundário de Alagoas (1839-1889): herança de antigas matrizes.
171. VALENTIM JÚNIOR (2013) A Geometria como conteúdo do Ensino Secundário: análise de livros didáticos utilizados entre a Reforma Capanema e o MMM.
172. ZACHARIAS (2013) Espaços e processos educativos do Ginásio Paranaense: os ambientes especializados e seus artefatos (1904-1949).
173. BARRETO (2014) Instrumentos de ensino de valor histórico e seu papel no Ensino Secundário no Brasil (1931-1961).
174. BRITTEZ (2014) A representação da educação secundária em Campo Grande nas fontes da historiografia regional e memorialística (1920-1960).
175. PEDRO (2014) História da equiparação do Colégio Marista Arquidiocesano de São Paulo ao Colégio Pedro II (1900-1940).

176. PIÑAS (2014) Prêmio e Castigo no Colégio Arquidiocesano de São Paulo (1908-1963).

177. ROSA (2014) Circulação de ideias sobre renovação pedagógica do Ensino Secundário brasileiro em periódicos educacionais científicos (1956-1961).

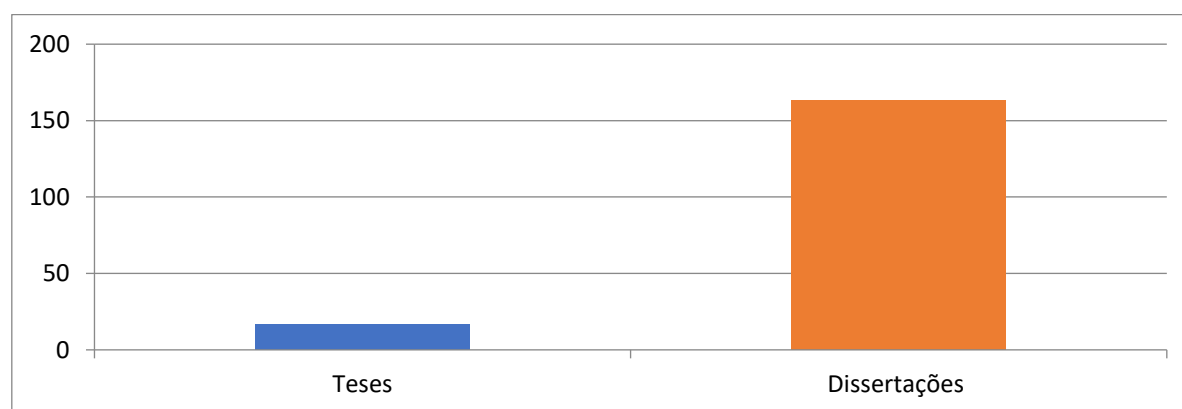
178. CAMESKI (2015), Andrezza Silva. O ensino da Literatura no Colégio Pedro II (1837-1890).

179. VIEIRA (2015) **Um núcleo pioneiro na renovação da educação secundária brasileira: as primeiras classes experimentais do estado de São Paulo (1951-1964).**

180. WENDT (2015) A república nos livros didáticos de história da era Vargas (1938-1945).

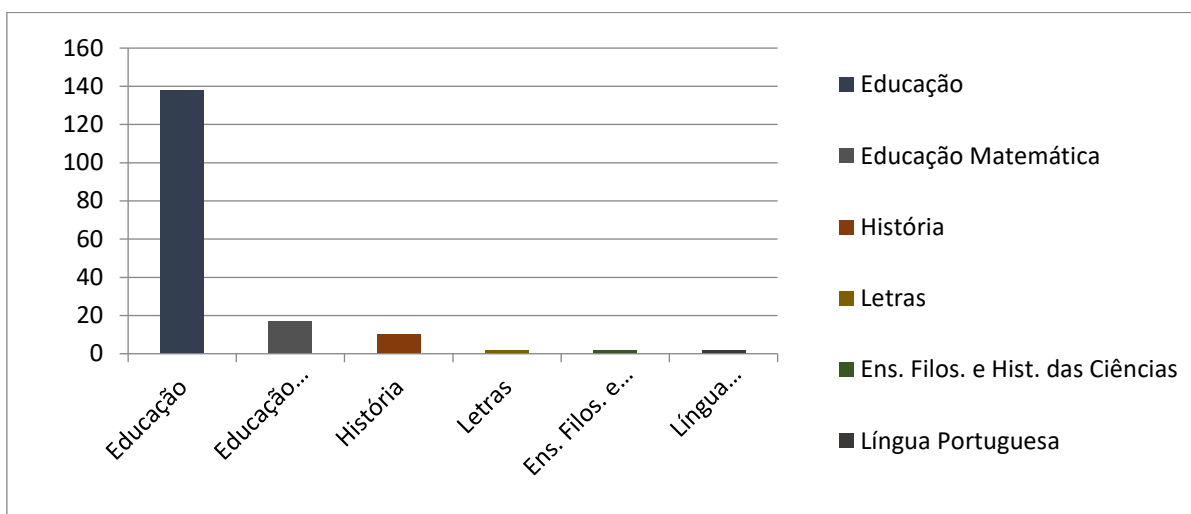
Dentre os 181 trabalhos elencados no projeto, não foi listado o trabalho de TAVARES (1980), pois o mesmo não é realmente uma dissertação, e sim um trabalho para a disciplina de história da Educação Brasileira do Mestrado em Psicologia da Educação da PUC-SP. No trabalho de CUNHA (1988) não existe referência sobre a tipologia do trabalho. Foram encontradas 17 teses de doutoramento e 163 dissertações de mestrado. Desses trabalhos, 30 apresentam somente com as referências bibliográficas, 23 possuem somente resumo, 1 possui informações pré-textuais e 126 são trabalhos completos.

Gráfico 1 - Tipo de produção



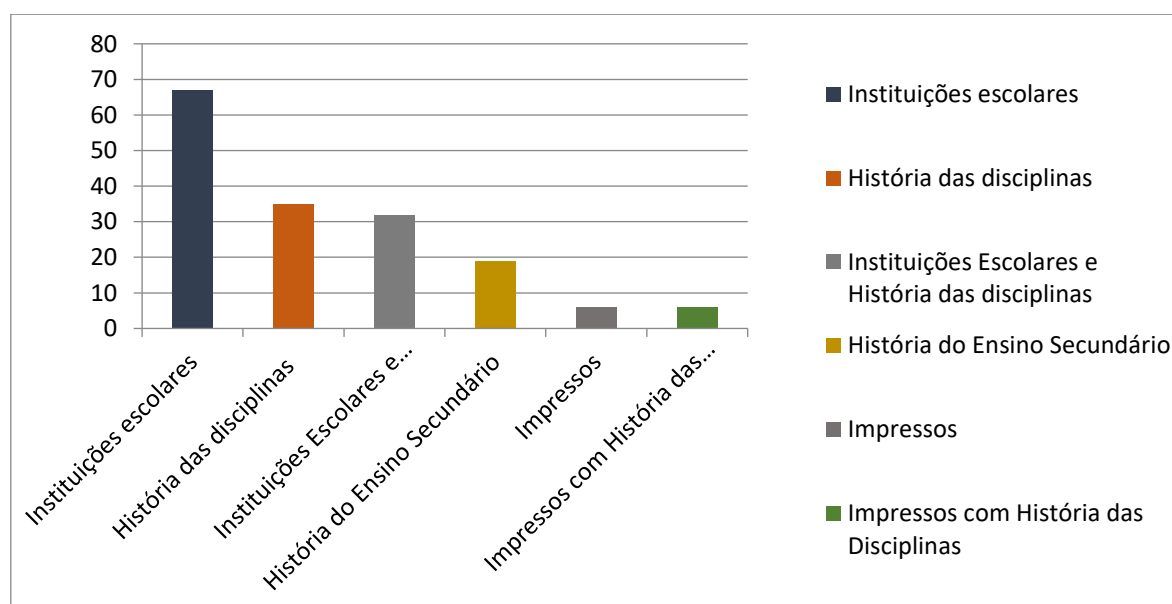
Outro ponto de análise foi a instituição na qual o texto foi produzido. Foram localizadas 47 instituições, nas quais foram feitas pesquisas sobre Ensino Médio. Foi observado que na maioria das instituições a produção sobre o assunto ainda é muito pequena; das 47 instituições pesquisadas, 29 possuem somente 1 ou 2 trabalhos sobre o assunto. Merece destaque: a produção da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Gráfico 3 - Área de concentração dos trabalhos



Quanto aos assuntos, foram selecionados os mais recorrentes: 19 são sobre história do Ensino Secundário, 67 tratam de Instituições escolares, 35 sobre História das disciplinas escolares, sobre Impressos são 6; 32 combinam Instituições Escolares e História das disciplinas, 6 combinam Impressos com História das Disciplinas; 1 não possui referência. 14 tratam de outros assuntos ou combinam outros temas. Vale ressaltar que, para essa análise, impressos englobam livros didáticos, jornais e revistas.

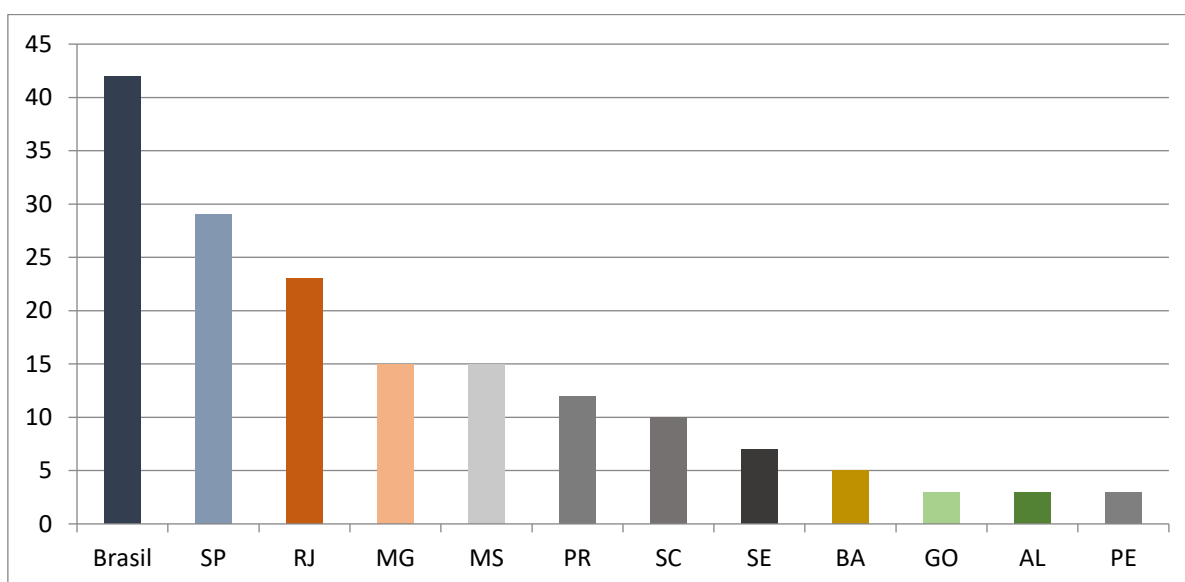
Gráfico 4 - Temas dos trabalhos



Quanto à localização das pesquisas, das 180 analisadas, 42 se referem ao Brasil- englobando todo o território nacional; 29 estão situadas em São Paulo; 23 no Rio de

Janeiro; 15 em Minas Gerais e em Mato Grosso do Sul; 12 no Paraná; 10 em Santa Catarina; 7 em Sergipe; 5 na Bahia; 3 em Goiás, em Alagoas e em Pernambuco; 2 em Mato Grosso, no Maranhão, no Ceará, no Piauí, e no Rio Grande do Sul; e 1 no Pará, no Rio Grande do Norte e no Espírito Santo.

Gráfico 5 - Locais onde as pesquisas foram realizadas



O que pode se observar pelas análises, é que existem inúmeras lacunas. Foi observado que a Região Norte do Brasil ainda encontra-se descoberta por pesquisas sobre Ensino Secundário, que no Mato Grosso do Sul, apesar de se ter uma produção consistente, somente Campo Grande e Corumbá são citadas. Que na Região Nordeste, a maioria dos trabalhos se concentram nas capitais dos estados. Que a Região Sudeste é que apresenta números mais consistentes.

Podemos concluir que estes números desvelam o quanto ainda temos que percorrer para escrevermos a História do Ensino Secundário no Brasil.

Artigos Científicos

Os artigos científicos foram analisados a partir da realização de um quadro comparativo, no qual, além da listagem dos mesmos, foram pontuados: as revistas nas quais foram publicados, os assuntos e os estados onde as pesquisas foram realizadas. Vale destacar que, como nas teses e dissertações analisadas, optamos por localizar a pesquisa

utilizando a divisão política atual. Também optamos por situar todas as pesquisas sobre o Colégio Pedro II, no estado do Rio de Janeiro.

Dos 92 artigos encontrados no projeto, observamos que 12 foram produzidos no século XX e 80 no século XXI. Todos serão listados a seguir, em ordem cronológica:

1. ABREU (1995) A educação secundária no Brasil (ensaio de identificação de suas características principais).
2. ABREU (1955) Considerações sobre o seminário inter-americano de educação secundária.
3. EBERT (1955) Através de revistas e jornais: uma experiência vitoriosa no campo do aperfeiçoamento do magistério secundário.
4. AZANHA (1979), José Mario Pires. Democratização do Ensino: vicissitudes da idéia no Ensino Paulista.
5. MORAES (1985) O ideário republicano e a educação: o ensino em Campinas no final do século XIX.
6. PILETTI (1987), Nelson. Evolução do currículo do curso secundário no Brasil.
7. MORTIMER (1988) A evolução dos livros didáticos de química destinados ao Ensino Secundário.
8. BITTENCOURT (1989) Produção didática e programas de ensino das escolas paulistas nas primeiras décadas do século XX.
9. NADAI (1991) A educação de elite e a profissionalização da mulher na Primeira República: discriminação ou emancipação?
10. NADAI (1994) Fenando de Azevedo e a formação pedagógica do professor Secundário: o Instituto de educação.
11. KULESZA (1998) A institucionalização da Escola Normal no Brasil (1870-1910).
12. LOURENCO FILHO e HILDEBRAND (2000) São necessários os exames escolares?
13. BORGES (2002) Modernização e democratização no Brasil: o caso da Escola Estadual de Uberlândia (1920-1960).
14. DICK (2002) Origem das políticas públicas para o ensino secundário - O Liceu Provincial Baiano - 1836 a 1890.
15. GATTI e INÁCIO FILHO (2002) A Escola Estadual de Uberlândia na perspectiva das representações sociais (1929-1950).
16. MACHADO e GATTI JÚNIOR (2002) A Escola Estadual de Uberlândia: anotações de pesquisa.
17. MOURA e INÁCIO FILHO (2002) Colégio Nossa Senhora das Dores: lembrando os espaços destinados à educação feminina por meio da história oral (1940-1960).

18. RAMOS e INÁCIO FILHO (2002), Geraldo. A atuação da Igreja Católica na educação uberlandense: o Colégio Nossa Senhora das Lágrimas.
19. MELO e INÁCIO FILHO (2003) História do Colégio Nossa Senhora das Dores Uberaba, Minas Gerais (1940-1966).
20. MENDONÇA (2003) Formar professores para a escola secundária: que escolas?
21. MONTEIRO(2003) Educação Musical e Nacionalismo: a história do Canto Orfeônico no ensino secundário brasileiro (1930-1960).
22. SILVA e GATTI JÚNIOR (2003) A formação de "bons cristãos e virtuosos cidadãos" na princesa do sertão: o Colégio Marista Diocesano de Uberaba (1903-1916).
23. BERGER (2004) Igreja X Educação: o papel do Colégio Nossa Senhora de Lourdes na formação da elite feminina.
24. FERREIRA e VECHIA (2004) Um olhar sobre instituições de Ensino Secundário no século XIX: o Liceu de Coimbra e o Imperial Collegio de Pedro II.
25. LORENZ e VECHIA (2004) Os livros didático de matemática na escola secundária brasileira no século XIX.
26. RANZI e SILVA (2004) Múltiplos Itinerários de um Lente e Diretor do Ginásio Paranaense.
27. TOFOLI (2004) Educação feminina no Colégio Madre Clélia de Adamantina-SP.
28. ABREU (2005) A educação secundária no Brasil (ensaio de identificação de suas características principais).
29. CARDOSO (2005) A reforma do ensino profissional, de Fernando de Azevedo, na Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz.
30. WERLE (2005) Escola Normal Rural no Rio Grande do Sul: história institucional.
31. ZOTTI (2005) O Ensino Secundário no Império brasileiro: considerações sobre a função social e o currículo do Colégio D. Pedro II.
32. ALVES e COSTA (2006) Aspectos Históricos da cadeira de sociologia nos estudos secundários (1892-1925).
33. ARRUDA e BRITO (2006) A educação salesiana na Escola Dom Bosco de Corumbá/MT (1956-1970).
34. BARROS (2006) Lyceu de Goiaz: equiparação ao Colégio de Pedro II e inclusão no universo do Ensino Secundário brasileiro.
35. BONTEMPI JÚNIOR (2006) Em defesa de "legítimos interesses": O ensino secundário no discurso educacional de O Estado de São Paulo (1946-1957).

36. GATTI, INÁCIO FILHO e GATTI JÚNIOR (2006) A escola na cidade: a criação das instituições escolares em Uberlândia, Minas Gerais na primeira metade do século XX.
37. LINS (2006) Um olhar sobre o Colégio Santíssimo Sacramento (1940-1960): alguns aspectos da educação feminina em Alagoinhas-BA.
38. MARTINEZ, GANTOS e BOYNARD (2006) Arquitetura, escola e memória: Edifício do Liceu de Humanidades de Campos
39. PESSANHA e SILVA (2006) Tempo de cidade, lugar de escola.
40. BRITO e ARRUDA (2007) A proposta da Escola Oratório Salesiana: o caso da Cidade Dom Bosco (Corumbá, Mato Grosso, 1957-1973).
41. FERREIRA (2007) Investigando os rumos da disciplina escolar Ciências no Colégio Pedro II (1960-1970).
42. GONÇALVES e GONZÁLEZ (2007) Escola, política e poder local: antecedentes do primeiro Ginásio Público de Sorocaba.
43. HEGETO (2007) A Escola Normal Secundária em Maringá: um importante espaço para a formação de professores nas décadas de 1950 a 1970.
44. LORENZ (2007) A zoologia filosófica no Brasil: explorando as modernas correntes do pensamento científico no Collégio de Pedro II em meados do século XIX.
45. SCHUELER (2007) Educar em família: o Colégio Amorim Carvalho na Corte Imperial (1882-1889).
46. ABREU (2008) Lysimaco Ferreira da Costa e o Ensino Secundário brasileiro.
47. ALVES (2008) O Ensino Secundário militar na contramão das tendências do Império.
48. AMARAL (2008) O Ensino Secundário laico e católico no Rio Grande do Sul, nas primeiras décadas do século XX: apontamentos sobre os ginásios Pelotense e Gonzaga.
49. ARRIADA e FARIAS (2008) “O thou, that with surpassing glory crown’d”: ensinando inglês aos estudantes brasileiros.
50. BASTOS (2008) Manuais escolares franceses no Imperial Colégio de Pedro II (1856-1892).
51. BRAGHINI (2008) A escola como “simuladora da vida” e o fim do prestígio do Ensino Secundário nos anos 1950.
52. BRITO (2008) A formação do *Espirit de Sion*.
53. DALLABRIDA (2008) A força da tradição: ex-alunos do Colégio Catarinense em destaque e em rede.
54. GARCIA (2008) A educação secundária feminina: uma história Catarina (1935-1947).

55. LIMEIRA e SCHUELER (2008) Ensino particular e controle estatal: a Reforma Couto Ferraz (1854) e a regulação das escolas privadas na Corte Imperial.
56. MINHOTO (2008) Articulação entre primário e secundário na era Vargas: crítica do papel do estado.
57. DALLABRIDA (2009) A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário.
58. OLIVEIRA e CHAVES JÚNIOR (2009) Os espaços para a educação física no ensino secundário paranaense: um estudo comparativo entre os anos finais da ditadura varguista e os anos da ditadura militar brasileira pós 1964.
59. RANZI e SILVA (2009) Práticas disciplinares inauguradas com a República no ensino secundário paranaense.
60. AIRES(2010) A Construção das Disciplinas Escolares e a Influência dos Professores: o caso da química em uma Instituição de Ensino Secundário Catarinense.
61. DALLABRIDA e MARTINI Colégios de elite distintos em gênero.
62. FRATTARI NETO (2010) Educação espírita em Minas Gerais: a presença do Educandário Ituiutabano.
63. GATTI e INÁCIO FILHO (2010) As práticas escolares e a formação cívico-patriótico no Ginásio Mineiro de Uberlândia, em Minas Gerais, Brasil, (1920-1970).
64. CUNHA JÚNIOR (2010) O Imperial Collegio De Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira.
65. MARTÍNEZ e BOYNARD (2010) O Ensino Secundário no Império e na Primeira República no Brasil: entre as ciências e as humanidades. O caso do Liceu de Humanidades de Campos/RJ (1880-1930).
66. OLIVEIRA e ARAUJO (2010) O Ginásio Cristo Rei de Uberlândia, MG (1944-1956). Uma escola profissional.
67. PESSANHA e SILVA (2010) Uma sólida instrução fundamental para formar cidadãos: histórias das orientações sobre práticas curriculares de uma “escola exemplar” em Campo Grande-MT, ao final da década de 1930.
68. PINHEIRO, CURY e ANANIAS (2010) As primeiras letras e a instrução secundária na província da Parahyba do Norte: ordenamentos e a construção da nação. 1836-1884.
69. RAZZINI (2010) História da Disciplina Português na Escola Secundária Brasileira.
70. FAGUNDES (2011) Da colônia à Reforma Francisco Campos (1931): análise histórica do Ensino Secundário no Brasil.

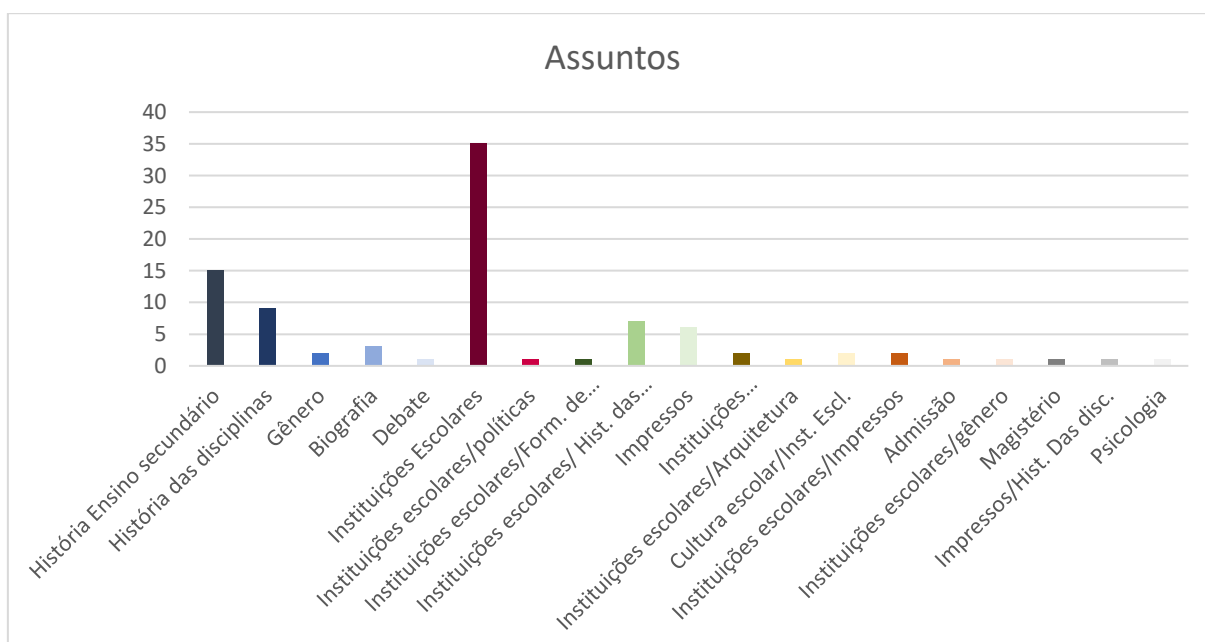
71. GATTI e INÁCIO FILHO (2011) Cidade urbanizada e o espaço escolar do Gymnásio Mineiro de Uberlândia de fins do século XIX a primeira metade do século XX.
72. KULESZA (2011) O processo de equiparação ao Ginásio Nacional na Primeira República: o caso do Colégio Diocesano da Paraíba.
73. LIMA e GATTI JÚNIOR (2011) O lugar e a forma tomada pela disciplina História da Educação nos currículos de formação de professores (1927-1971).
74. MELONI (2011) A experiência de constituição de uma fonte documental a partir dos instrumentos de ensino de química e física do Colégio Culto à Ciência de Campinas/SP.
75. SOUZA (2011) O Atheneu Sergipense nos Tempos da Reforma Francisco Campos.
76. VALENTE (2011) A Matemática do ensino secundário: duas disciplinas escolares?
77. BRAGHINI e BONTEMPI JUNIOR (2012) As reformas necessárias ao Ensino Secundário brasileiro nos anos 1950, segundo a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.
78. BRITO(2012) O ensino de sociologia e a organização do trabalho didático no Colégio Pedro II (1925-1945).
79. CUNHA JUNIOR (2012) Saberes escolares do Ensino Secundário brasileiro no século XX: o caso do Imperial Collegio de Pedro Segundo.
80. DALLABRIDA (2012) Usos sociais da cultura escolar prescrita no ensino secundário.
81. DIAS (2012) O Magistério de Ensino Secundário e a regulamentação da profissão (1931-1946).
82. SASS e MINHOTO (2012) Ensino secundário e psicologia na década de 1930: a perspectiva de Antônio Carneiro Leão.
83. ALMEIDA (2013) O Crisol: periódico das alunas do Colégio Americano (Porto Alegre/RS, 1945-1964).
84. AMARAL (2013) Os jornais estudantis Ecos Gonzagueanos e Estudante: apontamentos sobre o Ensino Secundário católico e laico (Pelotas/RS, 1930-1960).
85. JACQUES e GRIMALDI (2013) O Jornal Das Band da Deutche Hilfsvereinsschule e as escritas escolares sobre imigração alemã (Colégio Farroupilha/RS, 1929-1938).
86. SOUZA (2013) Ensino de Língua e Literatura no Brasil do século XIX: o curso elementar de Literatura Nacional e as Postillas de Retórica e Poética utilizados no Imperial Colégio de Pedro II.
87. CHIOZZINI (2014) As mudanças curriculares dos ginásios vocacionais de São Paulo: da 'integração social' ao 'engajamento pela transformação'.

88. GATTI (2014) O Ensino Secundário em Minas Gerais em perspectiva comparada: O Ginásio Triângulo Mineiro de Uberaba e o Ginásio Mineiro de Uberlândia (1930-1960).
89. PESSANHA e BRITO (2014) Ensino secundária ou educação secundária?: Controvérsias e singularidades na escritas de sua história.
90. PESSANHA e SILVA (2014) Tempos, espaços e organização do trabalho escolar em três expressões de governos autoritários brasileiros: 1931, 1961 e 1971 – estudo histórico-jurídico comparado do Ensino Secundário.
91. SENA (2014) “Ao diretor do Lyceu”: cartas no jornal sobre o Ensino Secundário paraibano.
92. ESPERANÇA (2015) A Matemática dos cursos complementares no Instituto Júlio de Castilhos (Porto Alegre, Brasil).

O primeiro ponto de análise foi o periódico no qual o texto foi publicado. Foram localizadas 22 revistas, das quais se destacam: Cadernos de História da Educação (19 artigos), História da Educação da ASPHE/FaE/UFPel (17 artigos), Revista HistedBR online (9 artigos), Revista Brasileira de História da Educação (9 artigos), Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (6 artigos), Revista da Faculdade de Educação (6 artigos), História da Educação (Online) (4 artigos), Revista Diálogo Educacional (4 artigos), Educação em Revista (3 artigos), Revista Tempos e Espaços em Educação (3 artigos). Um artigo foi encontrado nos seguintes periódicos especializados: Em Aberto, Gestão em Ação, Eccos Revista Científica, Publicatio UEPG, Educação e Pesquisa, Educação, educar, Pro-posições, Educação Unisinos, História & Ensino, Série-Estudos, Educar em Revista

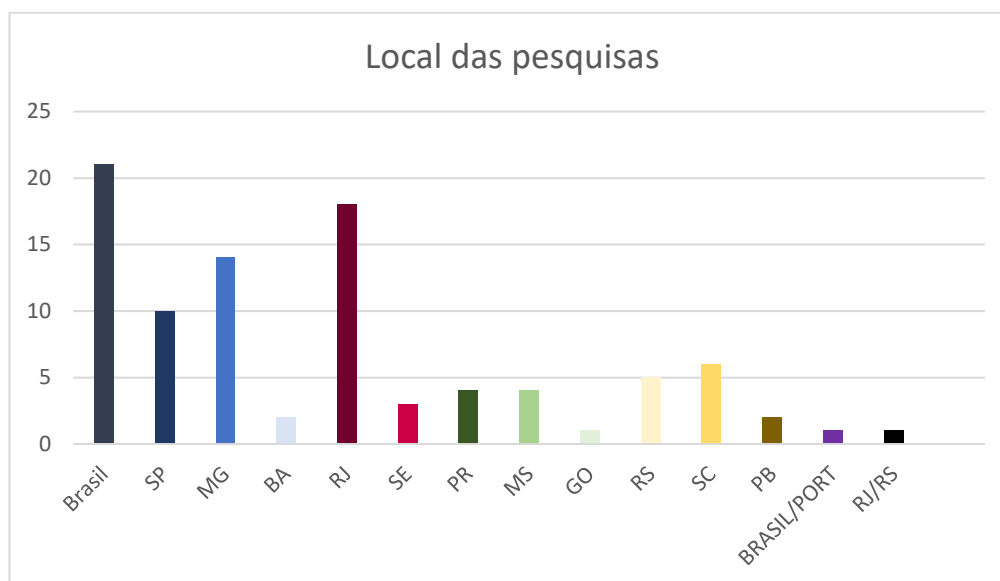


Também foram analisados os assuntos dos artigos publicados e como nas teses e dissertações, os assuntos mais recorrentes foram: Instituições Escolares (35 artigos), História do Ensino Secundário (15 artigos), História das disciplinas (9 artigos), artigos que combinam Instituições Escolares e História das disciplinas (7), Impressos (6 artigos). Alguns poucos combinam Instituições escolares com urbanização, arquitetura, impressos e gênero. Temos ainda 3 sobre biografias e 2 sobre Gênero.



Quanto ao local das pesquisas, muitas delas consideram o país como todo (21 artigos), no Rio de Janeiro (18 artigos), em Minas Gerais (14 artigos), São Paulo (10),

Santa Catarina (6), Rio Grande do Sul (5), Paraná (4), Mato Grosso do Sul (4), Sergipe (3), Bahia (2), Paraíba (2), Goiás (1). Um artigo traça um paralelo entre Brasil e Portugal e um entre o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul.



REFERÊNCIAS DO APÊNDICE A

Teses e dissertações

ADIMARI, Maria Fernandes. *Escola e Cidade: os sentidos dos espaços no Maria Constança, Campo Grande/MS (1954-2004)*. 2005. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2005.

AGUIAR, Patrícia Menegheti de. *O exame de admissão e a seletividade na Escola Estadual Maria Constança Barros Machado (1942-1971)*. 2013. 95 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013.

AIRES, Joanez Aparecida. *História da Disciplina Escolar Química: o caso de uma instituição de ensino secundário de Santa Catarina 1909-1942*. 2006. 265f. Tese (Doutorado Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

AKSENEN, Elisângela Zarpelon. *Os exames de admissão ao ginásio, seu significado e função na educação paranaense: análise dos conteúdos matemáticos (1930-1971)*. 2013. 145 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2013.

ALAMINO, Márcia de Carvalho Jimenez. *Na casa de Marta e Maria: um estudo sobre o Colégio Notre Dame de Sion em Petrópolis*. 2008. 206 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 2008.

ALMEIDA, Crisley Aparecida Alves de. *Estudos sobre escola: tempos e espaços na Escola Maria Constança Barros Machado*. 2009. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2009.

ALVAREZ, Tana Giannasi. *A Matemática da Reforma Francisco Campos em ação no cotidiano escolar*. 2004. 257 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004.

ALVES, Rosana Llopis, *José Verissimo Dias de Mattos: um crítico na direção do Gymnasio Nacional (1892-1898)*. 2006. 266 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

ANDRADE, Mariza Guerra de. *A 'Porta do Céu': a educação exilada - Colégio do Caraça*. 1992. 286 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1992.

ANDRADE, Vera Lucia Cabana de Queiroz. *Colégio Pedro II: um lugar de memória (1837-1937)*. 1999. 157 f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

ARANTES, Gabriela Villela. *A Educação Física em cena: olhares sobre o Colégio Estadual de Minas Gerais (1956-1973)*. 2013. 170 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

ARAÚJO, Romildo de Castro. *A constituição do corpo docente do Ensino Secundário no Piauí (1942-1982)*. 2012. 193 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

ARCHANJO, Léa Resende. *Relações de gênero e educação escolar: Colégio Estadual do Paraná (1950/1960)*. 1996. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

ASCHE, Eliana. *O espaço da Literatura no ensino secundário: uma investigação sobre um campo do saber escolar (1873-1979)*. 2001. 161f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

ASSIS, Wanderlice da Silva. *O lugar da biblioteca escolar no discurso da legislação sobre o Ensino Secundário brasileiro (1838-1968)*. 2010. 159 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2010.

BARRETO, Elton de Oliveira. *Instrumentos de ensino de valor histórico e seu papel no Ensino Secundário no Brasil (1931-1961)*. 2014. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2014.

BARRETO, Sônia Maria Damasceno da Silva. *Saberes escolares e ensino de Português no cotidiano do curso secundário (Recife, 1940-1960)*. 2004. 220 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco. João Pessoa, 2004.

BARROS, Eva Cristini Arruda Câmara Barros. *Atheneu Norte-Riograndense: práticas culturais e a formação de uma identidade (1892- 1924)*. 2000. 182 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

BARROS, Fernanda. *Lyceu de Goyaz: elitização endossada pelas oligarquias goianas 1906-1937*. 2006. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

BARROS, Maria Cristina Lanza de. *A história da disciplina geografia nas décadas de 1930 e 1940: expressão da fisionomia do Estado*. 2000. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande 2000.

- BARROSO FILHO, Geraldo. *Formando individualidades condutoras: o Ginásio Pernambucano dos anos 50*. 1998. 250 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- BELTRAME, Josilene. *Os programas de ensino de Matemática do Colégio Pedro II: 1837 – 1932*. 2000. 259 f. Dissertação (Mestrado em Matemática) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- BENTO, Regina Thaíse Ferreira. *Alguns aspectos sobre a prática docente na década de 1970: o ensino colegial e a disciplina de matemática*. 2009. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.
- BERCHO, Carolina Fuzaro. *Higienismo e educação nas páginas de "O Ateneu"*. 2011. 154 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.
- BERNARDELLI, Kellen Cristina Costa Alves. *História e memória do Liceu de Uberlândia, MG: 1928 a 1942*. 2007. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.
- BERNARDES, Rodolfo Calil. *O ensino de história nas escolas secundárias brasileiras*. 2010. 107 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.
- BOCCHI, Luna Abrano. *A configuração de novos locais e práticas pedagógicas na escola: o museu escolar, os laboratórios e gabinetes de ensino do Colégio Marista Arquidiocesano de São Paulo (1908-1940)*. 2013. 137 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.
- BONATO, Belady. *O Colégio Notre Dame e as adaptações à política educacional (1937-1942)*. 2010. 81 f. Dissertação. (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010.
- BORGES, Davi Coura. *"Dai-me almas e ficai com o resto" as práticas escolares da Gymnasio São Joaquim de Lorena, para a formação do bom cristão e do honesto cidadão (1902-1928)*. 2008. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- BRAGA, Horácio dos Santos. *O ensino do latim na Escola Maria Cosntança Barros Machado como reflexo da história da disciplina no Brasil (1939-1971)*. 2005. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2005.
- BRAGA, Paulo Henrique Azuaga. *A disciplina Educação física no Maria Constança: expressões da cultura escolar no período de 1954-1964*. 2006. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2006.
- BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. *O ensino secundário brasileiro nos anos 1950 e a questão da qualidade de ensino*. 2005. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005.
- BRITEZ, Adriana Espindola. *A representação da educação secundária em Campo Grande nas fontes da historiografia regional e memorialística (1920-1960)*. 2014. 202 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.

BROSS, Ana Maria Marques. *Recuperação da memória do ensino experimental de física na escola secundária brasileira: produção utilização, evolução e preservação dos equipamentos*. 1990. Dissertação (Mestrado em Física) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

BURIGO, Elizabete Zardo. *Movimento da matemática moderna no Brasil: estudo da ação e do pensamento de educadores matemáticos nos anos 60*. 1989. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1989.

CABRAL, Maria Aparecida da Silva. *A invenção do aluno: A implantação do Primeiro Gymnasio da Capital, em São Paulo (1894-1917)*. 2002. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

CAMESKI, Andrezza Silva. *O ensino da Literatura no Colégio Pedro II (1837-1890)*. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

CARDOSO, João Escobar. *A formação da historiografia da literatura brasileira: uma história dos cânones escolares no Brasil (1759-1890)*. 2011. 202 f. Dissertação. (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

CARVALHO, Naiemer Ribeiro de. *Geographia do Brazil: a construção da nação nos livros didáticos de geografia da primeira república*. 2012. 209 f. Dissertação. (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

CASIMIRO, Glauce Soares. *Da proposta das “elites” ao método direto: uma história da disciplina Língua Inglesa no Colégio Pedro II (1930-1958)*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS, 2003.

CASTRO, José Sebastião Ribeiro de. *A reforma do ensino secundário de Francisco Campos: uma interpretação*. 1988. 201 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

CHAVES JÚNIOR, Ilton de Oliveira. *Provocar, auxiliar e fiscalizar: lugar do Estado na produção do ensino secundário em Belo Horizonte (1898-1931)*. 2010. 197 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

CHAVES JUNIOR, Sergio Roberto. *A educação física do Ginásio Paranaense ao Colégio Estadual do Paraná: contribuições para a construção de uma história de uma disciplina escolar (1931-1951)*. 2004. 228 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004

COELHO, Agnaldo Quintela. *Lembranças e reconstrução da educação física no colégio Pedro II: 1930-1937*. 1995. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade

Gama Filho, Rio de Janeiro, 1995.

CORBÉRIO, Caio Graco Valle. *Estado desenvolvimentista e o Ensino Secundário da Rede Estadual em Santa Catarina (1961-1965)*. 2009. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

CRUZ, André Silvério da. *O pensamento filosófico e o ensinamento de filosofia na escola secundária brasileira: uma interpretação dos programas de ensino do Colégio*

- Pedro II (1837-1951). 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.
- CUNHA, Marcus Vinicius da. *O ginásio do Estado de Riberão Preto: educação e política (1907-1920)*. 1988. 258 p.
- DALLABRIDA, Norberto. *Virtus et scientia: o Ginásio Catarinense e a (re)produção das elites na primeira república*. 2001 283 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- DASSIE, Bruno Alves. *A Matemática do curso secundário na Reforma Gustavo Capanema*. 2001. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.
- DICK, Sara Martha. *A origem da política pública do ensino secundário na Bahia: o Liceu Provincial – 1836-1862*. 1992. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992.
- DICK, Sara Martha. *As políticas públicas para o Ensino Secundário na Bahia: o Liceu Provincial (1860-1890)*. 2001. 280 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.
- DIEGOLI, Rogéria Rebello. *Sólida Instrução e Educação Esmerada: as estratégias disciplinares no Colégio Snto Antônio Blumenau - SC (1932-1942)*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- DINIZ, Carlos Alberto. *A educação secundária no interior paulista: estudo histórico sobre o Ginásio Estadual de Matão (1940-1965)*. 2012. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2012.
- DOBROWOLSKI, Eunice Nunes. *Implantação da matemática moderna na década de 1960 e 1970 no município de Pato Branco - PR*. 2011. 124 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2011.
- DUARTE, Aparecida Rodrigues da Silva. *Henri Poincaré e Euclides Roxo: subsídios para a história das relações entre Filosofia da Matemática e Educação Matemática*. 2002. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.
- DUARTE, Degelane Córdova. *O Ginásio Estadual Pedro II e o ensino secundário para as classes médias (1947-1956)*. 2007. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- ESPERANÇA, Antonio Cesar dos Santos. *O ensino da Matemática no Instituto Júlio de Castilhos: um estudo sobre as provas do curso complementar*. 2011. 155 f. Dissertação. (Mestrado em Ensino de Matemática) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- FARIA, Joana Borges. *O ensino de História no primeiro Gymnasio da Capital (1894-1931)*. 2012. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.
- FARIA, Miguel Fabiano de. *A educação física na Revista do Ensino: produção de uma disciplina escolar em Minas Gerais (1925-1940)*. 2009. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

FELIZ, Júlio da Costa. *Consonâncias e dissonâncias de um canto coletivo: a história da disciplina Canto Orfeônico no Brasil*. 1998. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 1998.

FERREIRA, Joseane Abílio de Sousa. *Os exercícios nos livros didáticos de geografia no Brasil: mudanças e permanências (1880-1930)*. 2012. 147 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

FERRER, Silvaniza Maria Vieira. *A Campanha Nacional das Escolas da Comunidade - CNEC e o "entusiasmo" pela Educação Ginásial no Ceará no período de 1958 a 1963*. 2010. 242 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

FONSECA, Silvia Asam da. *Os professores e a qualidade do ensino: a escola secundária paulista (1946-1961)*. 2004. 247 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza A. de. *Raízes históricas do Ensino Secundário Público na Província do Grão-Pará: o Liceu Paraense 1840-1889*. 1997. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

FROMER, Marjan. *Custos da educação no ensino secundário na cidade de São Paulo*. 1969. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1969.

GARCIA, Renata Luígia Cresto. *Uma abordagem da política educacional entre 1930 e 1934: o Ensino Secundário do Estado de São Paulo*. 2013. 102 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2013.

GENTILI, Sônia Maria. *Colégio Municipal de Belo Horizonte: a utopia possível (Memória e História - 1948-1972)*. 2001. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

GHANTOUS, Daniella Soraya Resende Araújo. *Gymnasio Mineiro de Uberlândia: o processo de disciplinarização do espaço escolar (1937-1945)*. 2006. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da. *Pés-de-anjo e letreiros de neon: ginásianos na Aracajú dos anos dourados*. 1998. 218 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Sergipe, 1998.

GONÇALVES, Julio Cesar. *Poder local e educação na Primeira República: o primeiro ginásio público de Sorocaba*. 2006. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Sorocaba, Sorocaba, 2006.

GONÇALVES, Márcia Filomena. *Os programas de língua portuguesa do Colégio Pedro II: uma orientação para o Ensino Secundário*. 2007. 112 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

GUELFY, Wanirley Pedroso. *A sociologia como disciplina escolar no Ensino Secundário brasileiro: 1925-1942*. 2001. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

GUIMARÃES, Danielle Virginie Santos. *Do ponto à forma: a disciplina desenho no Atheneu Sergipense*. 2012. 144 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

- Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Império*. 1971. 289 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1971.
- Jucá, Ricardo Westphalen de Queiroz. *A língua inglesa no Ensino Secundário brasileiro: 1838-1930*. 2010. 140 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2010.
- Leite, Ângelo Filomeno Palhares. *A formação da cultura filosófica escolar mineira no século XIX- uma filosofia de compêndio: um estudo sobre a disciplina de filosofia no Liceu Mineiro (1854-1890)*. 2005. 280f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.
- Lemos Júnior, Wilson. *Canto Orfeônico: uma investigação acerca do ensino de música na escola secundária pública de Curitiba (1931-1956)*. 2005. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.
- Lima, Aldivina Américo de. *Ginásio Maringá (1952-1963): história da implantação de uma instituição escolar*. 2011. 337 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.
- Lima, Déborah Kelman de. *O Banquete Espiritual da Instrução: o Ginásio da Bahia, Salvador: 1895-1942*. 2003. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.
- Lima Júnior, José Alberto de Andrade de. *História da disciplina de música e canto orfeônico em duas escolas secundárias públicas de Londrina (1946-1971)*. 2009. 66 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.
- Lodi, Nilce Aparecida. *O ensino médio em Rio Preto (SP): contribuição a história das instituições do ensino no Brasil*. 1967. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, São José do Rio Preto, SP, 1967.
- Machado, Lucimar Lacerda. *Professores em revista: o ensino secundário em Minas Gerais nas páginas do periódico Kritérion (1947-1961)*. 2013. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- Machado, Rita de Cassia Gomes. *Uma análise dos Exames de Admissão ao Secundário (1930-1970): subsídios para a História da Educação Matemática no Brasil*. 2002. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.
- Machado, Rosinei Dias Gevezier Turbiani. *Qualidade da educação: história e memória do Ginásio Estadual de Jaú (Jaú-SP, 1946-1961)*. 2008. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- Maciel, Viviane Barros. *Da corte à província, do Império à República, do Colégio Pedro II ao Liceu de Goiás: dinâmicas de circulação e apropriação da matemática escolar no Brasil, 1856-1918*. 2012. 186 f. Dissertação. (Mestrado em Educação Matemática) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2012.
- Magalhães, Otávio Luciano Camargo Sales de. *O papel da educação e do lyceu dirigido pelo prof. Salathiel de Almeida na configuração do contexto geopolítico, social e econômico de Muzambinho (MG)*. 2008. 553 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2008.

- MANOEL, Ivan Aparecido. A. *Igreja e educação feminina: os Colégios das Irmãs de São José de Chamberry (1859-1919)*. 1988. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.
- MARQUES, Alex Sandro. *Tempos pré-modernos: a matemática escolar dos anos 1950*. 2005. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005.
- MARQUES, Gabriel Rodrigues Daumas. *A educação do corpo e o protagonismo discente no Colégio Pedro II: mediações entre o ideário republicano e a memória histórica da instituição (1889-1937)*. 2011. 176 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- MARTINI, Estela Maris Sartori. *Mulheres destinadas ao êxito: Trajetórias Escolares e Profissionais de Ex-alunas do Curso Científico do Colégio Coração de Jesus de Florianópolis (1949-1960)*. 2011. 161 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- MARTINS, Arilson Aparecido. *O Seminário Episcopal da Conceição (MT): da materialidade física à proposta pedagógica 1858-1880*. 2000. 221 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2000.
- MARTINS, Marcos Roberto. *Co-educação, cultura escolar e seus limites: Ginásio Barão de Antonina (1942-1952)*. 2009. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- MARTINS, Maria Antonieta Meneghini. *Estudo da evolução do ensino secundário no Brasil e no estado do Paraná com ênfase na disciplina de matemática*. 1984, Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1984.
- MASSUNAGA, Magda Rigaud Pantoja. *O Colégio Pedro II e o ensino secundário brasileiro: 1930-1961*. 1989. 189 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989.
- MELLO, Juliana Topanotti dos Santos de. *Trajetórias sociais dos egressos do Colégio Catarinense (1951-1960)*. 2012. 154 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- MELO, Geovana Ferreira. *Por trás dos muros escolares: luzes e sombras na educação feminina (Colégio N. Sra. das Dores - Uberaba 1940/1966)*. 2002. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.
- MENESES, Ricardo Soares de. *Uma história da Geometria escolar no Brasil: de disciplina a conteúdo de ensino*. 2007. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.
- MENEZES, Fernando Vendrame. *Indícios das práticas curriculares na disciplina história em uma escola exemplar de Campo Grande entre 1941 e 1970*. 2012. 102 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2012.
- METZ, Lauro Igor. *O ensino da matemática do secundário de uma escola confessional do Estado do Paraná entre 1940 e 1947*. 2008. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2008.
- MIORIM, Maria Ângela. *O Ensino de Matemática: Evolução e Modernização*. 1995. 231 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

- MIRANDA, Marilene Moussa. *A experiência norte-americana de fusão da Aritmética, Álgebra e Geometria e sua apropriação pela educação matemática brasileira*. 2003. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.
- MOISES, Alzenira Francisca de Azevedo. *O Colégio Pedro II: controvérsias acerca de sua fundação*. 2007. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.
- MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. *O ideário republicano e a educação: o Colégio Culto à Ciência de Campinas (1869-1892)*. 1981. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.
- MORAES, Luísa Emília Lima de. *Gustavo Capanema: o Ensino Secundário e a sistematização da educação brasileira (1934-1942)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2001.
- MORAIS, Rosana Sant'Ana de. *A história da disciplina língua espanhola expressa nas leis e na cultura escolar do Colégio "Maria Constança" em Campo Grande-MT (1953-1961)*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2007.
- MOREIRA, Luís Eduardo Ferreira Barbosa. *A Influência da Reforma Benjamin Constant no currículo de matemática do Colégio Pedro II*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- NADAI, Elza. *O ginásio do estado em São Paulo: uma preocupação republicana (1889-1896)*. 1975. 255 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.
- NEVES, Leonardo dos Santos. *Organização do ensino secundário em Minas Gerais no século XIX*. 2006. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- NICOLAU, Fabiana. *Para o bem da juventude e para o progresso da nossa cidade: Uma análise sobre a emergência e constituição do Ginásio Salesiano Itajaí (Itajaí-SC, 1945-1956)*. 2010. 158 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- NUNES, Sátiro Ferreira. *Colégio Pedro II: a gênese de uma representação de escola excelente*. 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2007.
- NUNES, Z. Clarice R. M. *A modernização do ginásio e a manutenção da ordem*. 1979. 230 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1979.
- OLIVEIRA, José Deusdete de. *O ensino de História no Colégio Pedro II: uma leitura dos programas de ensino e de exames até o final do século XIX*. Niterói, 1993. 166f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.
- OLIVEIRA, Joyce Carneiro de. *Entre a guerra e as reformas: o Ensino Secundário cearense (1918-1930)*. 2007. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

- OLIVEIRA, Lindamir Cardoso Vieira. *Lembranças escolares dos mestres do ensino secundário de Piracicaba nos anos 50 e 60*. 1997. 263 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP, 1997.
- OLIVEIRA, Mizaél Fernandes de. *A institucionalização da geografia escolar e sua especialidade nos oitocentos (1843-1889) na Província Capixaba*. 2011. 120 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.
- OLIVEIRA, Stella Sanches de. *A história da disciplina escolar francês no Colégio Estadual Campo-Grandense (1942-1962)*. 2009. 251 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2009.
- OTONE, Maryneusa Cordeiro. *A Matemática do curso complementar da Reforma Francisco Campos*. 2006. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- PEDRO, Ricardo Tomasiello. *História da equiparação do Colégio Marista Arquidiocesano de São Paulo ao Colégio Pedro II (1900-1940)*. 2014. 176 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.
- PENNA, Fernando de Araújo. *Sob o nome e a capa do imperador: a criação do Colégio de Pedro Segundo e a construção do seu currículo*. 2008. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- PEREIRA, Carlos Eduardo. *O Professor Secundário na Revista Pesquisa e Planejamento do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (CRPE/SP): 1958-1975*. 2008. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- PERES, Tírsa Regazzini. *Educação republicana: tentativas de reconstrução do ensino secundário brasileiro, 1890-1920*. 1973. 180 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Araraquara, 1973.
- PEREZ, Maria Isabel. *História de uma instituição pública de ensino secundário: implicações da democratização do ensino na cultura escolar*. 2006. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2006.
- PIÑAS, Raquel Quirino. *Prêmio e Castigo no Colégio Arquidiocesano de São Paulo (1908-1963)*. 2014. 151 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.
- PINTO, Diana Couto. *A privatização do ensino secundário e superior no Brasil (1834-1982): uma perspectiva histórica*. 1988. 347 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.
- PIRES, Luciene Lima de Assis. *O Ensino Secundário em Jataí nas décadas de 40 e 50*. 1997. 233 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar Brasileira) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.
- PRADO, Rosemeiry de Castro. *Do Engenheiro ao licenciado: os concursos à catedra do Colégio Pedro II e as modificações do saber do professor de matemática do Ensino Secundário*. 2003. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

- RABELO, Rafaela Silva. *Quando fui professor de Matemática no Lyceu de Goiânia: um estudo sobre a prática docente imersa nas permanências e mutações da cultura escolar na década de 1960*. 2010. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.
- RAHE, Maria Banducci. *A disciplina língua inglesa e o "sotaque norte-americano": uma investigação das práticas docentes no Maria Constança (1955-2005)*. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2006.
- RAMOS, Mariana Moraes Lôbo Pinheiro. *Modernização da matemática na Bahia: a experiência com classes-piloto no Colégio Estadual da Bahia - Central (1966-1969)*. 2012. 157 f. Dissertação. (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- RAZZINI, Marcia de Paula Gregoio. *O espelho da nação: a antologia nacional e o ensino de português e de literatura (1838-1971)*. 2000. 428 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- RENK, Vlaquiria Elita. *A educação dos imigrantes alemães católicos de Curitiba (1896-1938): o estudo de caso do Colégio Bom Jesus*. 2000. 230 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2000.
- REZNIK, Luis. *Tecendo o amanhã: a história do Brasil no ensino secundário, programas e livros didáticos, 1931 a 1945*. 1992. 288 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992.
- RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. *A educação feminina durante o século XIX: o Colégio Florence de Campinas (1863-1889)*. 1993. 340 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.
- RIBEIRO, Vânia Mondego. *A implantação do Ensino Secundário público maranhense: Liceu Maranhense*. 2006. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Maranhão, São Luís, 2006.
- RIBEIRO JÚNIOR, Halfred Carlos. *O sistema de ensino ginásial e livros didáticos: Interpretações da Independência Brasileira de Joaquim Silva entre 1946 e 1961*. 2008. 137 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2008.
- ROCHA, Adriana Alves de Lima. *Por uma história do currículo no/do Colégio Maria Constança na década de 1960: cultura docente, práticas e materiais curriculares*. 2007. 92 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2007.
- ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. *A trajetória da disciplina Geografia no currículo escolar brasileiro (1837-1942) – Pedro II*. 1996. 297 f. Dissertação (Mestrado em Educação: supervisão e currículo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.
- ROCHA, José Lourenço da. *A Matemática do curso secundário na Reforma Francisco Campos*. 2001. 228 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2001.
- ROCHA, Marcelo Pereira. *O Ensino Secundário no sul do estado de Mato Grosso no contexto das reformas educacionais: o Ginásio Osvaldo Cruz (1927-1949)*. 2010. 97 f.

Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2010.

RODRIGUES, Rafael Pinto. *A educação literária no Colégio Pedro Segundo (1838-1854)*. 2010. 116 f. Dissertação. (Mestrado em História) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2010.

RODRIGUES, Simone Paixão. *Por uma educação católica: um estudo sobre a disciplina religião no Ginásio Santa Teresinha (1947-1968)*. 2008. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

ROSA, Fabiana Teixeira. *Circulação de ideias sobre renovação pedagógica do Ensino Secundário brasileiro em periódicos educacionais científicos (1956-1961)*. 2014. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SALINO, Emerson. *O século XIX abre as portas para a educação: o ensino de língua portuguesa no Colégio Pedro II*. 2012. 110 f. (Mestrado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

SANTANA, Irani Parolin. *A trajetória e a contribuição dos professores de matemática para a modernização da matemática nas escolas de Vitória da Conquista e Tanquinho (1960-1970)*. 2011. 115 f. Dissertação. (Mestrado em Ensino, filosofia e história das Ciências) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SANTANA, Sayonara Rodrigues do Nascimento. *Por entre as memórias de uma instituição: o arquivo e as práticas administrativas do Atheneu Sergipense*. 2012. 159 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

SANTOS, Alfredo da Conceição. *A influência do Concílio Vaticano II na vida do Colégio Cristo redentor de Juiz de Fora: 1962-1968*. 2006. 90 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 2006.

SANTOS, Ana Márcia Barbosa dos. *Sob a lente do discurso: aspectos do Ensino de Retórica e poética no Atheneu Sergipense (1874-1891)*. 2010. 118 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.

SANTOS, Fábio Alves dos. *Rui Barbosa e o ensino no Pedro II: um discurso pedagógico no Brasil oitocentista - 1880-1885*. 2005. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005.

SANTOS, Ivanildo Gomes dos. *O saber histórico escolar no Liceu Alagoano: o ensino de história do Brasil configurado nas teses do Cônego Valente*. 2012. 156 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012.

SANTOS, Juraci. *A expectativa de mais um luzeiro do saber em Curitiba: o internato do Ginásio Paranaense (1919-1942)*. 2009. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Paraná, Curitiba, 2009.

SANTOS, Patrícia Batista. *"Amai a pátria": o ensino da disciplina escolar Educação Moral e Cívica no Atheneu Sergipense (década de 70 do século XX)*. 2012. 110 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

SANTOS, Vera Cristina Machado. *A matemática escolar nos anos 1920: uma análise de suas disciplinas através das provas dos alunos do ginásio da Capital do Estado de São*

- Paulo. 2002. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.
- SCHARDONG, Rosmeri. *A instrução pública secundária em Desterro: o Atheneu Provincial (1874-1883)*. 1997. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.
- SCHNETZLER, Roseli Pacheco. *O tratamento do conhecimento químico em livros didáticos brasileiros para o ensino secundário de química de 1875 a 1978*. 1980. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1980.
- SEPÚLVEDA, Luís Dário. *O ensino secundário, o Liceu de Curitiba e o ensino de Física no Paraná (1858-1906)*. 2002. 94 f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.
- SILVA, Adriana Aparecida Alves da. *Gênese do Ensino Secundário estadual em Pilar do Sul (1957-1971)*. 2007. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2007.
- SILVA, Dagmar Maria Gomes da. *Os livros didáticos de Desenho nos ginásios oficiais de São Paulo entre 1951 e 1961*. 2004. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.
- SILVA, Fabrícia Carla de Albuquerque. *A tradição humanista no Ensino Secundário de Alagoas (1839-1889): herança de antigas matrizes*. 2013. 152 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.
- SILVA, Fernando Leocino da. *Projetando Varões: O Ginásio Diocesano e a educação secundária masculina da serra catarinense (1931-1942)*. 2008. 203 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- SILVA, Givanildo Farias da. *A reorganização da matemática escolar do colégio em tempos do movimento da matemática moderna*. 2008. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- SILVA, Janila dos Santos. *A concepção de mocidade no Ensino Secundário alagoano do século XIX: reflexões entre o conhecimento psicológico e a educação*. 2009. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009.
- SILVA, José Ribamar Lima. *O ensino secundário no Maranhão: o Liceu como construtor de representações sociais e intelectuais*. 2007. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- SOARES, Jefferson da Costa. *O ensino de sociologia no Colégio Pedro II (1925-1941)*. 2009. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- SOUSA, Solange Guimarães Valadares de. *O papel social do Ginásio Manuel Borba - PE: alternativa local de Ensino Secundário para rapazes (1947/1961)*. 2005. 307 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.
- SOUZA, Carlos Eduardo Dias. *Ensinando a ser brasileiro: O Colégio Pedro II e a formação de cidadãos na Corte Imperial (1837-1861)*. 2010. 185 f. Dissertação.

(Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SOUZA, Izabel Cristina da Silva. *O resgate histórico do primeiro curso secundário público-científico e suas implicações com o Colégio Estadual Campo-Grandense*. 1998. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, 1998.

SOUZA, Roosilenny dos Santos. *O Ensino Secundário em Corumbá, sul do Estado de Mato Grosso: o Ginásio Maria Leite (1918-1937)*. 2010. 95 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2010.

SOUZA, Suely Cristina Silva. *Uma História da disciplina matemática no Atheneu Sergipense durante a ação da Reform a Francisco Campos (1938-1943)*. 2011. 252 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

TAVARES, Jane Cardote. *A Congregação do Colégio Pedro II e os debates sobre o ensino de matemática*. 2002. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

TEIXEIRA, Aleluia Heringer Lisboa. *A Gymnastica no Ginásio Mineiro – Internato e Externato (1890-1916)*. 2004. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

TEIXEIRA, Gilson Ruy Monteiro. *O ensino de Filosofia no Imperial Collegio de Pedro II (1838-1889)*. 2000. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

VALENTIM JÚNIOR, Josélio Lopes, *A Geometria como conteúdo do Ensino Secundário: análise de livros didáticos utilizados entre a Reforma Capanema e o MMM*. 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

VALLA, Daniela Fabrini. *Currículo de Ciências (1950/70): influências do professor Ayrton Gonçalves da Silva na comunidade disciplinar e na experimentação didática*. 2011. 118 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

VASCONCELOS, Maria Inêz Bandeira de. *Liceu Piauiense (1845-1970): desvendando aspectos de sua história e memória*. 2007. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.

VERCESI, Maria Elena de Abreu. *O Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo*. 2010. 121 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

VIANA, Natércia Micheletti. *Juventude, cidade e educação: a experiência do Ginásio Mineiro em Belo Horizonte (1898-1914)*. 2004. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

VIEIRA, Letícia. *Um núcleo pioneiro na renovação da educação secundária brasileira: as primeiras classes experimentais do estado de São Paulo (1951-1964)*. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

WENDT, Wanessa. *A república nos livros didáticos de história da era Vargas (1938-1945)*. 2015. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, PR, 2015.

ZACHARIAS, Mariana Rocha. *Espaços e processos educativos do Ginásio Paranaense: os ambientes especializados e seus artefatos (1904-1949)*. 2013. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

ZANELLI, Maria Inês. *A criação do Liceu Cuiabano na província de Mato Grosso no final do século XIX: o curso de línguas e ciências preparatórias e a formação dos intelectuais*. 2001. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2001.

Artigos científicos

ABREU, Geysa Spitz Alcoforado de. Lysimaco Ferreira da Costa e o Ensino Secundário brasileiro. *História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel*, Pelotas, v.12, n.26, p. 165-189, set./dez., 2008. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>.

ABREU, Jayme. A educação secundária no Brasil (ensaio de identificação de suas características principais). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v.23, n.58, p. 26-104, abr./jun. 1955.

ABREU, Jayme. Considerações sobre o seminário inter-americano de educação secundária. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v.23, n.58, p. 105-178, abr./jun. 1955.

ABREU, Jayme. A educação secundária no Brasil (ensaio de identificação de suas características principais). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v.86, n.212, p. 39-84, jan./abr. 2005.

AIRES, Joanez Aparecida. A Construção das Disciplinas Escolares e a Influência dos Professores: o caso da química em uma Instituição de Ensino Secundário Catarinense. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, v.4, p. 103-120 jan./jun. 2010.

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. O Crisol: periódico das alunas do Colégio Americano (Porto Alegre/RS, 1945-1964). *História da Educação* (Online), Porto Alegre, v.17, n.40, p. 267-290, mai./ago., 2013.

ALVES, Cláudia. O Ensino Secundário militar na contramão das tendências do Império. *História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel*, Pelotas, v.12, n.26, p. 13-37, set./dez., 2008. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>.

ALVES, Eva Maria S.; COSTA Patrícia Rosalba Salvador Moura. Aspectos Históricos da cadeira de sociologia nos estudos secundários (1892-1925). *Revista Brasileira de História da Educação*, Sergipe, n.12, p. 31-52, jul./dez. 2006.

AMARAL, Giana Lange do. O Ensino Secundário laico e católico no Rio Grande do Sul, nas primeiras décadas do século XX: apontamentos sobre os ginásios Pelotense e Gonzaga. *História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel*, Pelotas, v.12, n.26, p. 119-139, set./dez., 2008. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>.

AMARAL, Giana Lange do. Os jornais estudantis Ecos Gonzagueanos e Estudante: apontamentos sobre o Ensino Secundário católico e laico (Pelotas/RS, 1930-1960). *História da Educação*. (Online), Porto Alegre, v.17, n.40, p. 121-142, mai./ago., 2013.

- ARRIADA, Eduardo; FARIAS, Letícia Stander. “O thou, that with surpassing glory crown’d”: ensinando inglês aos estudantes brasileiros. *História da Educação, ASPHE/FaE/UFPEL*, Pelotas, v.12, n.26, p. 59-90, set./dez., 2008. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>.
- ARRUDA, Odinea de Oliveira; BRITO, Silvia Helena Andrade de. A educação salesiana na Escola Dom Bosco de Corumbá/MT (1956-1970). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.22, p. 164-179, jun. 2006.
- BARROS, Fernanda. Lyceu de Goiás: equiparação ao Colégio de Pedro II e inclusão no universo do Ensino Secundário brasileiro. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.24, p. 40-59, dez. 2006.
- BASTOS, Maria Helena Camara. Manuais escolares franceses no Imperial Colégio de Pedro II (1856-1892). *História da Educação, ASPHE/FaE/UFPEL*, Pelotas, v.12, n.26, p. 39-58, set./dez., 2008. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>.
- BERGER, Miguel André. Igreja X Educação: o papel do Colégio Nossa Senhora de Lourdes na formação da elite feminina. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, n.3, p. 147-154, jan./dez. 2004.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Produção didática e programas de ensino das escolas paulistas nas primeiras décadas do século XX. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, 15 (2), p. 167-187, jul./dez. 1989.
- BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. Em defesa de “legítimos interesses”: O ensino secundário no discurso educacional de O Estado de São Paulo (1946-1957). *Revista Brasileira de História da Educação*, São Paulo, n.12, p. 121-158 jul./dez. 2006.
- BORGES, Vera Lúcia Abrão. Modernização e democratização no Brasil: o caso da Escola Estadual de Uberlândia (1920-1960). *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v.1, n.1, p. 121-126, jan./dez. 2002.
- BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. A escola como “simuladora da vida” e o fim do prestígio do Ensino Secundário nos anos 1950. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, n.7, p. 93-104, jan./dez., 2008.
- BRAGHINI, Katya Zuquim; BONTEMPI JUNIOR, Bruno. As reformas necessárias ao Ensino Secundário brasileiro nos anos 1950, segundo a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, V.28, n.03, p. 241-261, set. 2012.
- BRITO, Angela Xavier. A formação do *Espirit de Sion*. *História da Educação, ASPHE/FaE/UFPEL*, Pelotas, v.12, n.26, p. 91-118, set./dez., 2008. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>.
- BRITO, Silvia Helena Andrede de; ARRUDA, Odinea de Oliveira. A proposta da Escola Oratório Salesiana: o caso da Cidade Dom Bosco (Corumbá, Mato Grosso, 1957-1973). *EccoS Revista Científica*, São Paulo, v.9, n.001, p. 115-134, jan./jun., 2007.
- BRITO, Silvia Helena Andrade de. O ensino de sociologia e a organização do trabalho didático no Colégio Pedro II (1925-1945). *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v.12, n.3, p. 95-124, set./dez., 2012.
- CARDOSO, Tereza Fachada Levy. A reforma do ensino profissional, de Fernando de Azevedo, na Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz. *Revista Diálogo Educacional*. Curitiba, v.5, n.14, p. 79-92, jan./abr. 2005.

CHIOZZINI, Daniel Ferraz. As mudanças curriculares dos ginásios vocacionais de São Paulo: da 'integração social' ao 'engajamento pela transformação'. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v.14, n.3(36), p. 23-53, set./dez., 2014.

CUNHA JÚNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. O Imperial Collegio De Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 24, p. 193-219, set./dez. 2010.

CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. Saberes escolares do Ensino Secundário brasileiro no século XX: o caso do Imperial Collegio de Pedro Segundo. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v.11, n.1, p. 51-70 – jan./jun., 2012.

DALLABRIDA, Norberto. A força da tradição: ex-alunos do Colégio Catarinense em destaque e em rede. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, v.12, n.26, p. 141-163, set./dez., 2008. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. *Educação*, Porto Alegre, v.32, n.2, p. 185-191, mai./ago., 2009.

DALLABRIDA, Norberto; MARTINI, Estela Maris Sartori. Colégios de elite distintos em gênero. *Educação Unisinos*, São Leopoldo, v.14, n.1, p. 66-75, jan./abr., 2010.

DALLABRIDA, Norberto. Usos sociais da cultura escolar prescrita no ensino secundário. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v.12, n.1(28), p. 167-192, jan./abr., 2012.

DIAS, Amália. O Magistério de Ensino Secundário e a regulamentação da profissão (1931-1946). *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v.28, n.01, p. 17-34, mar. 2012.

DICK, Sara Martha. Origem das políticas públicas para o ensino secundário - O Liceu Provincial Baiano - 1836 a 1890. *Gestão em Ação*. Salvador, v.5, n.2, p. 91-109. jul./dez.2002.

EBERT, Albert. Através de revistas e jornais: uma experiência vitoriosa no campo do aperfeiçoamento do magistério secundário. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, p. 206-208, 1955.

ESPERANÇA, Antonio Cesar dos Santos. A Matemática dos cursos complementares no Instituto Júlio de Castilhos (Porto Alegre, Brasil). *História da Educação* (Online), Porto Alegre, v.19, n.45, p. 29-41, jan./abr., 2015.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Da colônia à Reforma Francisco Campos (1931): análise histórica do Ensino Secundário no Brasil. *História & Ensino*, Londrina, v.2, n.17, p. 327-338, jul./dez., 2011.

FERREIRA, Antônio Gomes Alves; VECHIA, Ariclê. Um olhar sobre instituições de Ensino Secundário no século XIX: o Liceu de Coimbra e o Imperial Collegio de Pedro II. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, n.3. p. 5-16. jan./dez. 2004.

FERREIRA, Marcia Serra. Investigando os rumos da disciplina escolar Ciências no Colégio Pedro II (1960-1970). *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v.45. p. 127-144. jun. 2007.

FRATTARI NETO, Nicola José. Educação espírita em Minas Gerais: a presença do Educandário Ituiutabano. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, v.14, n.32, p. 173-198, set./dez., 2010. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>.

- GARCIA, Leticia Cortellazzi. A educação secundária feminina: uma história Catarina (1935-1947). *História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel*, Pelotas, v.12, n.26, p. 191-217, set./dez., 2008. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>.
- GATTI, Giseli Cristina do Vale. O Ensino Secundário em Minas Gerais em perspectiva comparada: O Ginásio Triângulo Mineiro de Uberaba e o Ginásio Mineiro de Uberlândia (1930-1960). *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v.13, n.1, p. 299-312, jan./jun., 2014.
- GATTI, Giseli Cristina do Vale; INÁCIO FILHO, Geraldo. A Escola Estadual de Uberlândia na perspectiva das representações sociais (1929-1950). *Cadernos de História de Educação*, Uberlândia, v.1, n.1, p. 55-58. jan./dez. 2002.
- GATTI, Giseli Cristina do Vale; INÁCIO FILHO, Geraldo. As práticas escolares e a formação cívico-patriótico no Ginásio Mineiro de Uberlândia, em Minas Gerais, Brasil, (1920-1970). *História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel*, Pelotas, v.14, n.31, p. 37-69, mai./ago., 2010. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>.
- GATTI, Giseli Cristina do Vale; INÁCIO FILHO, Geraldo. Cidade urbanizada e o espaço escolar do Gymnásio Mineiro de Uberlândia de fins do século XIX a primeira metade do século XX. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v.10, n.1, p. 93-121 – jan./jun. 2011.
- GATTI, Giseli Cristina do Vale; INÁCIO FILHO, Geraldo; GATTI JÚNIOR, Décio. A escola na cidade: a criação das instituições escolares em Uberlândia, Minas Gerais na primeira metade do século XX. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, n.5, p. 123-135, jan./dez., 2006.
- GONÇALVES, Júlio; GONZÁLEZ, Jorge Luis Cammarano. Escola, política e poder local: antecedentes do primeiro Ginásio Público de Sorocaba. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.27, p. 179-199, set. 2007.
- HEGETO, Léia de Cássia Fernandes. A Escola Normal Secundária em Maringá: um importante espaço para a formação de professores nas décadas de 1950 a 1970. *Publicatio UEPG*, Ponta Grossa, 15 (2), p. 87-93, dez., 2007.
- JACQUES, Alice Rigoni; GRIMALDI, Lucas Costa. O Jornal Das Band da Deutche Hilfsvereinsschule e as escritas escolares sobre imigração alemã (Colégio Farroupilha/RS, 1929-1938). *História da Educação*. (Online), Porto Alegre, v.17, n.40, p. 99-119, mai./ago., 2013.
- KULESZA, Wojciech Andrzej. A institucionalização da Escola Normal no Brasil (1870-1910). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v.79, n.193, p. 63-71, set./dez. 1998.
- KULESZA, Wojciech Andrzej. O processo de equiparação ao Ginásio Nacional na Primeira República: o caso do Colégio Diocesano da Paraíba. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v.11, n.2 (26), p. 81-102, mai./ago., 2011.
- LIMA, Geraldo Gonçalves de; GATTI JÚNIOR, Décio. O lugar e a forma tomada pela disciplina História da Educação nos currículos de formação de professores (1927-1971). *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v.11, n.34, p. 769-788, set./dez. 2011.
- LIMEIRA, Aline de Moraes; SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Ensino particular e controle estatal: a Reforma Couto Ferraz (1854) e a regulação das escolas privadas na Corte Imperial. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.32, p. 48-64, dez. 2008.

- LINS, Leonice de Lima Mançur. Um olhar sobre o Colégio Santíssimo Sacramento (1940-1960): alguns aspectos da educação feminina em Alagoinhas-BA. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.21, p. 26-38, mar., 2006.
- LORENZ, Karl Michael; VECHIA, Ariclê. Os livros didático de matemática na escola secundária brasileira no século XIX. *História da Educação ASPHE/FaE/UFPel*, Pelotas, n.15, p. 53-72, abr. 2004.
- LORENZ, Karl M. A zoologia filosófica no Brasil: explorando as modernas correntes do pensamento científico no Collégio de Pedro II em meados do século XIX. *História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel*, Pelotas, n.21, p. 133-158, jan./abr., 2007 Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>.
- LOURENCO FILHO, Manuel Bergström; HILDEBRAND, Armando. São necessários os exames escolares? *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v.81, n.198, p. 342-346, mai./ago. 2000.
- MACHADO, Flávia; GATTI JÚNIOR, Décio. A Escola Estadual de Uberlândia: anotações de pesquisa. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v.1. n.1, p. 33-37. jan./dez. 2002.
- MARTINEZ, Silvia Alicia; GANTOS, Marcelo Carlos; BOYNARD, Maria Amelia de Almeida Pinto. Arquitetura, escola e memória: Edifício do Liceu de Humanidades de Campos. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, n.5, p. 161-174, jan./dez., 2006.
- MARTÍNEZ, Silvia Alicia; BOYNARD, Maria Amelia de Almeida Pinto. O Ensino Secundário no Império e na Primeira República no Brasil: entre as ciências e as humanidades. O caso do Liceu de Humanidades de Campos/RJ (1880-1930). *História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel*, Pelotas, v.14, n.31, p. 121-153, mai./ago., 2010. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>.
- MELO, Geovana Ferreira; INÁCIO FILHO, Geraldo. História do Colégio Nossa Senhora das Dores Uberaba, Minas Gerais (1940-1966). *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, n.2. p. 107- 120. jan./dez. 2003.
- MELONI, Reginaldo Alberto. A experiência de constituição de uma fonte documental a partir dos instrumentos de ensino de química e física do Colégio Culto à Ciência de Campinas/SP. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v.11, n.1 (25), p. 43-67, jan./abr. 2011.
- MENDONÇA, Ana Waleska P. C. Formar professores para a escola secundária: que escolas?. *História da Educação ASPHE/FaE/UFPel*, Pelotas, n.14, p. 14, p. 157-171, set. 2003.
- MINHOTO, Maria Angélica Pedra. Articulação entre primário e secundário na era Vargas: crítica do papel do estado. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.34, n.3, p. 449-463, set./dez., 2008.
- MONTEIRO, Ana Nicolaça. Educação Musical e Nacionalismo: a história do Canto Orfeônico no ensino secundário brasileiro (1930-1960). *História da Educação ASPHE/FaE/UFPel*, Pelotas, n.13, p. 115-137, abr. 2003.
- MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. O ideário republicano e a educação: o ensino em Campinas no final do século XIX. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, 11 (1/2), p. 101-134, jan./dez. 1985.

MORTIMER, Eduardo Fleury. A evolução dos livros didáticos de química destinados ao Ensino Secundário. *Em Aberto*, Brasília, n.40, p. 25-41, out./dez. 1988.

MOURA, Geovana Ferreira Melo; INÁCIO FILHO, Geraldo. Colégio Nossa Senhora das Dores: rememorando os espaços destinados à educação feminina por meio da história oral (1940-1960). *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v.1. n.1. p. 47- 53. jan./dez. 2002.

NADAI, Elza. A educação de elite e a profissionalização da mulher na Primeira República: discriminação ou emancipação? *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v.17, p. 5-34, jan./dez. 1991.

NADAI, Elza. Fenando de Azevedo e a formação pedagógica do professor Secundário: o Instituto de educação. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo. p. 151-172. 1994.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de; CHAVES JÚNIOR, Sergio Roberto. Os espaços para a educação física no ensino secundário paranaense: um estudo comparativo entre os anos finais da ditadura varguista e os anos da ditadura militar brasileira pós 1964. *Educar*, Curitiba, n. 33, p. 39-56, 2009.

OLIVEIRA, Sandra Ferreira de; ARAUJO, José Carlos Souza. O Ginásio Cristo Rei de Uberlândia, MG (1944-1956). Uma escola profissional. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.especial, p. 266-287, mai. 2010.

PESSANHA, Eurize Caldas; BRITO, Silvia Helena Andrade de. Ensino secundária ou educação secundária?: Controvérsias e singularidades na escritas de sua história. *Série-Estudos*, Campo Grande, n.38, p. 237-250, jul./dez. 2014.

PESSANHA, Eurize Caldas; SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Tempo de cidade, lugar de escola. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, n.5, p. 109-121, jan./dez., 2006.

PESSANHA, Eurize Caldas; SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Uma sólida instrução fundamental para formar cidadãos: histórias das orientações sobre práticas curriculares de uma “escola exemplar” em Campo Grande-MT, ao final da década de 1930. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v.14, n.31, p. 11-35, mai./ago., 2010. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>.

PESSANHA, Eurize Caldas; SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Tempos, espaços e organização do trabalho escolar em três expressões de governos autoritários brasileiros: 1931, 1961 e 1971 – estudo histórico-jurídico comparado do Ensino Secundário. *Educar em Revista*, Curitiba, n.51, p. 67-83, jan./mar. 2014.

PILETTI, Nelson. Evolução do currículo do curso secundário no Brasil. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, 13 (2), p. 27-72, jul./dez. 1987.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; CURY, Cláudia Engler; ANANIAS, Mauricéia. As primeiras letras e a instrução secundária na província da Parahyba do Norte: ordenamentos e a construção da nação. 1836-1884. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.37, p. 238-252, mar. 2010.

RAMOS, Lucélia Carlos; INÁCIO FILHO, Geraldo. A atuação da Igreja Católica na educação uberlandense: o Colégio Nossa Senhora das Lágrimas. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v.1. n.1. p. 67- 72. jan./dez. 2002.

- RANZI, Serlei Maria Fischer; SILVA, Maclovia Corrêa da. Múltiplos Itinerários de um Lente e Diretor do Ginásio Paranaense. *História da Educação ASPHE/FaE/UFPel*, Pelotas, n.16, p. 153-167, set. 2004.
- RANZI, Serlei Maria Fischer; SILVA, Maclovia Corrêa da. Práticas disciplinares inauguradas com a República no ensino secundário paranaense. *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n.1 (58), p. 149-171, jan./abr., 2009.
- RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. História da Disciplina Português na Escola Secundária Brasileira. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, Sergipe, v.4, p. 43-58, jan./jun. 2010.
- SASS, Odair; MINHOTO, Maria Angélica Pedra. Ensino secundário e psicologia na década de 1930: a perspectiva de Antônio Carneiro Leão. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v.12, n.1(28), p. 1937-219, jan./abr., 2012.
- SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Educar em família: o Colégio Amorim Carvalho na Corte Imperial (1882-1889). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.27, p. 65-77, set. 2007.
- SENA, Fabiana. "Ao diretor do Lyceu": cartas no jornal sobre o Ensino Secundário paraibano. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v.13, n.1, p. 267-283, jan./jun., 2014.
- SILVA, Washington Abadio da; GATTI JÚNIOR, Décio. A formação de "bons cristãos e virtuosos cidadãos" na princesa do sertão: o Colégio Marista Diocesano de Uberaba (1903-1916). *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, n.2. p. 159- 164. jan./dez. 2003.
- SOUZA, Ana A. Arguelho de; Ensino de Língua e Literatura no Brasil do século XIX: o curso elementar de Literatura Nacional e as Postillas de Retórica e Poética utilizados no Imperial Colégio de Pedro II. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v.12, n.1, p. 15-28, jan./jun., 2013.
- SOUZA, Suely Cristina Silva. O Atheneu Sergipense nos Tempos da Reforma Francisco Campos. *Revista tempos e espaços em educação*, v.4, n.7, jul./dez., p 113-129, 2011.
- TOFOLI, Therezinha Elizabeth. Educação feminina no Colégio Madre Clélia de Adamantina-SP. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, n.3. p. 155-166. jan./dez. 2004.
- VALENTE, Wagner Rodrigues. A Matemática do ensino secundário: duas disciplinas escolares? *Diálogo Educacional*, Curitiba, v.11, n.34, p. 645-662, set./dez., 2011.
- WERLE, Flávia Obino Corrêa. Escola Normal Rural no Rio Grande do Sul: história institucional. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v.5, n.14, p.35-50, jan./abr. 2005.
- ZOTTI, Solange Aparecida. O Ensino Secundário no Império brasileiro: considerações sobre a função social e o currículo do Colégio D. Pedro II. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.18, p. 29 - 44, jun. 2005.

APÊNDICE B – Documentos Consultados no INEP

1) Título: Campanhas de Construções Escolares_m001p01 - Termos de acordo relacionados a auxílio para aprimoramento da rede escolar brasileira, 1953.

Data(s): 1953 - 1954 (Produção).

Tamanho: 189 páginas.

Disponível em: [http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-](http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/0/a/4/0a4e5796ec04a63d89c054f11bff248508c2a0ffc42fc2be18024187ca7ecea3/CA)

2/0/a/4/0a4e5796ec04a63d89c054f11bff248508c2a0ffc42fc2be18024187ca7ecea3/CA
MPANHAS-DE-CONSTRUÇOES-

ESCOLARES_m001p01_TermosDeAcordo_1953_.pdf. Acesso em 29 fev. 2020.

Comentários: os documentos não são claros sobre os usos do dinheiro (construção ou reforma). Todos os contratos começam assim “Têrmo de acôrdo especial” celebrado entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e [...]. Em vista o disposto nas Instruções baixadas com o decreto nº 25.667, de 15 de outubro de 19483 que regulamentou a Lei nº 59, de 11 de agosto de 1947.

Quadro elaborado por todos os contratos encontrado nesse arquivo.

Instituição	Cidade	Estado	Valor do contrato em Cr\$	Data
GINÁSIO PADRE MARCOS	Jaicós	Piauí	80.000,00	Out. 1954
GINÁSIO SOLON DE LUCENA	João Pessoa	Paraíba	60.000,00	Jul. 1954
GINÁSIO SANTO ANTÔNIO	Valença	Piauí	60.000,00	Ago. 1954
COLÉGIO SANTIAGUENSE	São Tiago	Minas Gerais	50.000,00	Jul. 1954
GINÁSIO VIGÁRIO RAIMUNDO	Santos Dumont	Minas Gerais	100.000,00	Jul. 1954
GINÁSIO DIOCESANO DE POMBAL	Pombal	Paraíba	200.000,00	Jul. 1954
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCRUZILHADA DO SUL	Encruzilhada do Sul	Rio Grande do Sul	100.000,00	Jul. 1954
GINÁSIO SIMÃO DIAS		Sergipe	500.000,00	Jun. 1954
GINÁSIO DE IGUATÚ	Iguatú	Ceará	50.000,00	Mai. 1954

GINÁSIO SETE DE SETEMBRO	Caruarú	Pernambuco	100.000,00	Abr. 1954
GINÁSIO SÃO JOSÉ	Limeira	São Paulo	200.000,00	Fev. 1954
GINÁSIO DE JEQUIÉ	Jequié	Bahia	150.000,00	Mar. 1954
GINÁSIO LEÃO XIII	Teresina	Piauí	60.000,00	Fev. 1954
COLEGIO ESTADUAL E ESCOLA NORMAL "ORWALDO CRUZ"	Cruzeiro	São Paulo	150.00,00	Fev. 1954
GINÁSIO SANTO AGOSTINHO	Mineiros	Goiás	150.000,00	Fev. 1954
GINÁSIO RUY BARBOSA	Timbó	Santa Catarina	80.000,00	Fev. 1954
CURSO GINASIAL NOTURNO GRATUITO DE MURIAÉ (GINÁSIO SÃO PAULO)	Muriaé	Minas Gerais	50.000,00	Jan. 1954
GINÁSIO "SERTÃO MARANHENSE"	Carolina	Maranhão	300.000,00	Jan. 1954
GINÁSIO LAGUNENSE	-	Santa Catarina	70.000,00	Jan. 1954
GINÁSIO LEOPOLDINENSE	Leopoldina	Minas Gerais	100.000,00	Jan. 1954
GINÁSIO SANTO ANTONIO	Guarabira	Paraíba	60.000,00	Jan. 1954
COLÉGIO (INSTITUTO) IMACULADA CONCEIÇÃO	Barbacena	Minas Gerais	330.000,00	Jan. 1954
GINÁSIO DA CIDADE DO CONDE	Conde	Bahia	200.000,00	Jan. 1954
GINÁSIO SÃO JOSÉ	Paraibuna	São Paulo	150.000,00	Jan. 1954
GINÁSIO SAGRADO CORAÇÃO DE JEUS	Cruzeiro	São Paulo	50.000,00	Dez. 1953
COLÉGIO NOSSA SENHORA DO BOM CONSELHO	Taubaté	São Paulo	100.000,00	Dez. 1953
GINÁSIO DE SERRA TALHADA	Serra Talhada	Pernambuco	200.000,00	Dez. 1953
ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	São José dos Campos	São Campos	200.000,00	Dez. 1953

COLÉGIO SANTO INÁCIO	Distrito Federal	Rio de Janeiro	300.000,00	Dez. 1953
GINÁSIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	Tubarão	Santa Catarina	90.000,00	Dez. 1953
GINÁSIO SANTA TERESINHA	Bragança	Pará	150.000,00	Dez. 1953
GINÁSIO AFONSO CLÁUDIO	Afonso Cláudio	Espírito Santo	500.000,00	Dez. 1953
GINÁSIO CÔNEGO LEOPOLDO DE CARMO	Rio Claro	Minas Gerais	200.000,00	Dez. 1953
GINÁSIO DE ALAGOINHAS	Alagoinhas	Bahia	200.000,00	Dez. 1953
GINÁSIO PAN AMERICANO	Aimorés	Minas Gerais	200.000,00	Dez. 1953
GINÁSIO SÃO JOÃO DA DIOCESE	-	Minas Gerais	80.000,00	Dez. 1953
GINÁSIO RIBEIRO DE ARRUDA	Poconé	Mato Grosso	500.000,00	Dez. 1953
GINÁSIO D. BOSCO	Petrolina	Pernambuco	250.000,00	Dez. 1953
GINÁSIO N. S. AUXILIADORA	Tupã	São Paulo	100.000,00	Dez. 1953
SOCIEDADE EDUCACIONAL FARIAS DE BRITO DE SÃO BENEDITO	São Benedito	Ceará	50.000,00	Dez. 1953
GINÁSIO SÃO JOSÉ	Pôrto União	Santa Catarina	80.000,00	Dez. 1953
GINÁSIO CODOENSE	Codó	Maranhão	300.000,00	Dez. 1953
GINÁSIO MUNICIPAL DE GUARANÉSIA	Guaranésia	Minas Gerais	100.000,00	Dez. 1953
GINÁSIO MONSENHOR TABOSA DE NOVA-RUSSAS	Nova Russas	Ceará	130.000,00	Dez. 1953
GINÁSIO SALESIANO PADRE ROLIM	-	Paraíba	120.000,00	Dez. 1953
GINÁSIO CRISTO REDENTOR	Senador Pompeu	Ceará	50.000,00	Dez. 1953
GINÁSIO SANTO ALBERTO	Conceição do Araguaia	Pará	400.000,00	Dez. 1953

COOPERATIVA GINÁSIO MUNICIPAL DE INHUMAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	Inhumas	Goiás	300.000,00	Dez. 1953
GINÁSIO SANTA CRUZ SECÇÃO MASCULINA DO GINÁSIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	Canoinhas	Santa Catarina	80.000,00	Dez. 1953
COLÉGIO PARNAIBANO	Parnaíba	Piauí	60.000,00	Dez. 1953
GINÁSIO NOSSA SENHORA DA LUZ	Guarabira	Paraíba	60.000,00	Dez. 1953
GINÁSIO SÃO JOÃO BATISTA	Cumarí	Goiás	150.000,00	Dez. 1953
GINÁSIO IMACULDADA CONSCEIÇÃO	Videira	Santa Catarina	70.000,00	Dez. 1953
GINÁSIO FEMININO SANTA ROSA DE LIMA	Lajes	Santa Catarina	100.000,00	Dez. 1953
GINÁSIO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA	Mossoró	Rio Grande do Norte	150.000,00	Nov. 1953
GINÁSIO DE LIMOEIRO	Limoeiro	Pernambuco	100.000,00	Nov. 1953
GINÁSIO SARANDI	–	Rio Grande do Sul	100.000,00	Nov. 1953
GINÁSIO E ESCOLA NORMAL DOS SANTOS ANJOS	Juiz de Fora	Minas Gerais	40.000,00	Nov. 1953
SOCIEDADE CULTURAL JERONIMENSE PRÓ-ENSINO SECUNDÁRIO SÃO JERÔNIMO	–	Rio Grande do Sul	75.000,00	Nov. 1953
ESCOLA NORMAL E GINÁSIO NOSSA SENHORA DAS DORES	São João Del-Rei	Minas Gerais	300.000,00	Nov. 1953
EXTERNATO NOSSA SENHORA AUXILIADORA	São Paulo	São Paulo	150.000,00	Nov. 1953
GINÁSIO SÃO JOSÉ	Alagoa Grande	Paraíba	250.000,00	Nov 1953
GINÁSIO SÃO LUIZ GONZAGA	Parnaíba	Piauí	60.000,00	Nov. 1953
GINÁSIO D'ABREU	Dianópolis	Goiás	100.000,00	Nov.1953

ESCOLA ANGÉLICA DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS CARMELITAS DA DIVINA PROVIDÊNCIA	Coronel Fabriciano	Minas Gerais	100.000,00	Nov. 1953
GINÁSIO SALESIANO DOM BOSCO	Piracicaba	São Paulo	100.000,00	Nov. 1953
SOCIEDADE EDUCACIONAL DE AURORA	Aurora	Ceará	200.000,00	Nov. 1953
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO	-	Rio Grande do Norte	500.000,00	Nov. 1953
GINÁSIO DIOCESANO DE CAICÓ	Caicó	Rio Grande do Norte	150.000,00	Nov. 1953
GINÁSIO DR. FERNANDO DE MAGALHÃES	Marília	São Paulo	200.000,00	Nov. 1953
GINÁSIO SÃO JOSÉ	Soledade	Rio Grande do Sul	100.000,00	Nov. 1953
GINÁSIO DA COOPERATIVA DE ENSINO AMIGOS DE ROSÁRIO DO SUL	Rosário do Sul	Rio Grande do Sul	150.000,00	Nov. 1953
GINÁSIO MUNICIPAL SALGADO FILHO	São Francisco do Sul	Rio Grande do Sul	300.000,00	Nov. 1953
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBÉ	Cambé	Paraná	700.000,00	Nov. 1953
COLÉGIO SANTO INÁCIO DA ESTAÇÃO DE SÃO SALVADOR	-	Rio Grande do Sul	100.000,00	Nov. 1953
GINÁSIO JOSÉ BRANDÃO S/A	Caeté	Minas Gerais	200.000,00	Nov. 1953
COLÉGIO DE CARUARU	Caruaru	Pernambuco	200.000,00	Nov. 1953
COLÉGIO SANTOS ANJOS	Além Paraíba	Minas Gerais	50.000,00	Nov. 1953
SOCIEDADE GINÁSIO DON ANTÔNIO BRANDÃO	Pão de Açúcar	Alagoas	200.000,00	Nov. 1953
COLÉGIO ESTADUAL E ESCOLA NORMAL CARDEAL LEME	Pinhal	São Paulo	200.000,00	Nov. 1953

GINÁSIO SANTA TERESINHA	Florianópolis	Piauí	60.000,00	Nov. 1953
ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO MADRE MARGARIDA DE ENCANTADO	-	Rio Grande do Sul	100.000,00	Nov. 1953
GINÁSIO DUQUE DE CAXIAS	Lagoa Vermelha	Rio Grande do Sul	75.000,00	Nov. 1953
GINÁSIO CÁSTILHENSE	Castilhos	Rio Grande do Sul	75.000,00	Nov. 1953
ASSOCIAÇÃO GINÁSIO SÃO PATRÍCIO	Itaqui	Rio Grande do Sul	75.000,00	Nov. 1953
EDUCANDÁRIO AFRANIO PEIXOTO	Lençóis	Bahia	150.000,00	Nov. 1953
GINÁSIO DESEMBARGADOR ANTÔNIO COSTA	Teresina	Piauí	60.000,00	Nov. 1953
COLÉGIO ESTADUAL DO AMAZONAS	-	Amazonas	500.000,00	Nov. 1953
COLÉGIO ESTADUAL DE ALAGÔAS	-	Alagoas	300.000,00	Nov. 1953
SOCIEDADE EDUCADORA SÃO FRANCISCO	Canindé	Ceará	290.000,00	Nov. 1953
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO	Rio Largo	Alagoas	300.000,00	Nov. 1953
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCADORES LASSALLISTAS	-	Rio de Janeiro	750.000,00	Nov. 1953
SOCIEDADE COLÉGIO SALESIANO SANTA ROSA	-	Rio de Janeiro	500.000,00	Nov. 1953
GINÁSIO MUNICIPAL DE BELMONTE	Belmonte	Bahia	450.000,00	Jun. 1953

2) Título: Campanhas de Construções Escolares_m003p01 - Termos de Acordo relacionados a auxílio para aprimoramento da Rede Escolar Brasileira, 1961.

Data(s): 1961 - 1964 (Produção).

Tamanho: 169 páginas.

Comentários: deste documento só interessam os investimentos de 1961 em colégio ou ginásios, por causa do recorte temporal. Todos os documentos deste arquivo estão relacionados ao “Plano de Ampliação da Rede Escolar Primária” do país.

Disponível em: [http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-](http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/3/8/2/382d0858d784beead809264db3f9e68532767665e0ce89d0ecba47a2bd40ac47/C)

[2/3/8/2/382d0858d784beead809264db3f9e68532767665e0ce89d0ecba47a2bd40ac47/C](http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/3/8/2/382d0858d784beead809264db3f9e68532767665e0ce89d0ecba47a2bd40ac47/C)
AMPANHAS-DE-CONSTRUCOES-

ESCOLARES_m003p01_TermosDeAcordo_1961_.pdf.

Acesso em: 28 fev. 2020.

3) Título: Campanhas de Construções Escolares_m004p01 - Parte 1 - Termos de Acordo relacionados a auxílio para aprimoramento da Rede Escolar Brasileira, 1959.

Data(s): 1959 - 1961 (Produção).

Tamanho: 299 páginas.

Disponível em: [http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-](http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/f/3/6/f3665e3b6b93116c7b5a1818dbb9b95a276a16135753637dd3e49884db41f146/C)

[2/f/3/6/f3665e3b6b93116c7b5a1818dbb9b95a276a16135753637dd3e49884db41f146/C](http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/f/3/6/f3665e3b6b93116c7b5a1818dbb9b95a276a16135753637dd3e49884db41f146/C)
AMPANHAS-DE-CONSTRUCOES-

ESCOLARES_m004p01_TermosDeAcordo_1959_1960_Parte_1-compactado.pdf.

Acesso em: 29 fev 2020.

Comentários: Os documentos são destinados quase que exclusivamente a escola primária e construção de oficinas de artes industriais. Sobre ensino secundário somente foram encontradas duas ocorrências:

Instituição	Cidade	Estado	Valor em Cr\$	Data	Assunto
GINÁSIO DIOCESANO	Propriá	Sergipe	1.000.000,00 reduzido para 590.000,00	Ago. 1959	Construção de oficina de artes industriais
EDUCANDÁRIO SANTA FILOMENA	Copó	Maranhão	1.000.000,00 reduzido para 590.000,00	Ago. 1959	Construção de um pavilhão de artes industriais

4) Título: Campanhas de Construções Escolares_m004p01 - Parte 2 - Termos de acordo relacionados a auxílio para aprimoramento da rede escolar brasileira, 1952 – 1961.

Data(s): 1952 - 1961 (Produção).

Tamanho: 332 páginas.

Disponível em: [http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-](http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/4/d/1/4d187337960d8b9a7f6dd27dd454aef138c4662bbb8907082a1f23cf603a1f85/C)

2/4/d/1/4d187337960d8b9a7f6dd27dd454aef138c4662bbb8907082a1f23cf603a1f85/C
AMPANHAS-DE-CONSTRUÇOES-

ESCOLARES_m004p01_TermosDeAcordo_1959_1960_Parte_2-compactado.pdf.

Acesso em: 29 fev 2020.

Comentários: Os documentos deste arquivo estão relacionados principalmente ao Plano de ampliação da rede escolar primária ou da escola normal do país. Para este trabalho só interessam.

Instituição	Cidade	Estado	Valor em Cr\$	Data	Objeto
Centro educacional de Maceió	Maceió	Alagoas	3.500.000,00	Nov. 1952	Construção
Centro educacional	Rosário do Sul	Rio Grande do Sul	800.000,00	Nov. 1952	Construção
Centro Educacional	São Francisco de Assis	Rio Grande do Sul	800.000,00	Nov. 1952	Construção

5) Título: Campanhas de Construções Escolares_m006p01 - Termos de acordo relacionados a auxílio para aprimoramento da rede escolar brasileira, 1955.

Data(s): 1955 (Produção).

Tamanho: 100 páginas.

Disponível em: [http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-](http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/a/d/8/ad82041a82e5ed28fcf24d1d4f4ea8e3633527dbad4f46a3c2f3e2280592b6ee/CA)

2/a/d/8/ad82041a82e5ed28fcf24d1d4f4ea8e3633527dbad4f46a3c2f3e2280592b6ee/CA
MPANHAS-DE-CONSTRUÇOES-

ESCOLARES_m006p01_TermosDeAcordo_1955.PDF. Acesso em: 29 fev. 2020.

Comentários: os contratos apresentam a cláusula a seguir:

A entidade beneficiada com o auxílio se compromete a:

a) - dar pleno e cabal desempenho às obrigações assumidas no presente Acôrdio;

- b) - remeter ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos circunstanciado relatório dos trabalhos executados, instruindo-o com documentação fotográfica e balancete das despesas realizadas com o auxílio federal;
- c) - dar satisfação integral dos compromissos aqui assumidos como condição para o recebimento de qualquer novo auxílio que lhe venha a ser consignado pelos poderes públicos federais;
- d) - assegurar ao Ministério da Educação e Cultura matrículas gratuitas na proporção de uma para cada Cr\$ 50 000,00 do auxílio recebido;
- e) - submeter à aprovação do Ministério da Educação e Cultura as taxas escolares a serem cobradas dos alunos contribuintes.

Instituição	Cidade	Estado	Valor em Cr\$	Data	Objeto
GINÁSIO SÃO JOSÉ	Alagôa Grande	Paraíba	150.000,00	Out. 1955	Concessão de auxílio
GINÁSIO SANTO ANTÔNIO		Piauí	65.000,00	Out. 1955	Concessão de auxílio
GINÁSIO DE JEQUIÉ	Jequié	Bahia	170.000,00	Out. 1955	Concessão de auxílio
COL. EST. PROF. FERNANDO MAGALHÃES	Caconde	São Paulo	100.000,00	Set. 1955	Concessão de auxílio
COOPERATIVA GINÁSIO MUNICIPAL DE INHUMAS	Inhumas	Goiás	250.000,00	Set. 1955	Concessão de auxílio
GINÁSIO STO. AGOSTINHO	Mineiros	Goiás	198.500,00	Set. 1955	Concessão de auxílio
GINÁSIO DIVINO REI	Colatina	Espírito Santo	100.000,00	Set. 1955	Concessão de auxílio
EDUCANDÁRIO DO SALVADOR	Aracajú	Sergipe	100.000,00	Set. 1955	Concessão de auxílio
GINÁSIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS	Estância	Sergipe	200.000,00	Set. 1955	Concessão de auxílio
GINÁSIO MADRE MARGARIDA	Encantado	Rio Grande do Sul	100.000,00	Set. 1955	Concessão de auxílio
GINÁSIO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	Propriá	Sergipe	95.500,00	Set. 1955	Concessão de auxílio

GINÁSIO OSVALDO CRUZ	Dourados	Mato Grosso	265.000,00	Set. 1955	Concessão de auxílio
GINÁSIO GOMES DE SOUZA	Grajau	Maranhão	150.000,00	Set. 1955	Concessão de auxílio
GINÁSIO RUY BARBOSA	Timbó	Santa Catarina	100.000,00	Set. 1955	Concessão de auxílio
ASSOCIAÇÃO PRO GINÁSIO DE CANOIMHAS	Canoinhas	Santa Catarina	100.000,00	Set. 1955	Concessão de auxílio
GINÁSIO CASTILHENSE	Júlio de Castilhos	Rio Grande do Sul	100.000,00	Set. 1955	Concessão de auxílio
GINÁSIO SÃO JERÔNIMO	São Jerônimo	Rio Grande do Sul	100.000,00	Set. 1955	Concessão de auxílio
GINÁSIO PINHEIRENSE	Pinheiro	Maranhão	150.000,00	Set. 1955	Concessão de auxílio
INST. JOSÉ MANOEL CONCEIÇÃO	Jandira	São Paulo	50.000,00	Set. 1955	Concessão de auxílio
SOC. CIV. CULT. GINÁSIO SÃO SEBASTIÃO	Caí	Rio Grande do Sul	50.000,00	Set. 1955	Concessão de auxílio
COLÉGIO STO ANTÔNIO CLARET	Rio Claro	São Paulo	100.000,00	Set. 1955	Concessão de auxílio
GINÁSIO SÃO TIAGO	Farroupilha	Rio Grande do Sul	100.000,00	Set. 1955	Concessão de auxílio
ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO DE CRUZ ALTA	Cruz Alta	Rio Grande do Sul	100.000,00	Set. 1955	Concessão de auxílio
GINÁSIO FEM, SANTA ROSA	Lajes	Santa Catarina	135.000,00	Set. 1955	Concessão de auxílio
GINÁSIO RAINHA DA PAZ	Lagoa Vermelha	Rio Grande do Sul	50.000,00	Set. 1955	Concessão de auxílio
GINÁSIO JOÃO D'ABREU	Dianópolis	Goiás	133.000,00	Set. 1955	Concessão de auxílio
GINÁSIO IMACULADA CONCEIÇÃO	Videira	Santa Catarina	100.000,00	Set. 1955	Concessão de auxílio

6) Título: Campanhas de Construções Escolares_m009p01 - Termos de acordo relacionados a auxílio para aprimoramento da rede escolar brasileira, 1953.

Data(s): 1953 - 1964 (Produção).

Tamanho: 125 páginas.

Disponível em: [http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-](http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/3/8/2/3827b2faee0639da01d3fc1559f8f179e41e3113f0388a456fd9b9d4779cdc09/CA)

[2/3/8/2/3827b2faee0639da01d3fc1559f8f179e41e3113f0388a456fd9b9d4779cdc09/CA](http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/3/8/2/3827b2faee0639da01d3fc1559f8f179e41e3113f0388a456fd9b9d4779cdc09/CA)
MPANHAS-DE-CONSTRUcoes-

ESCOLARES_m009p01_TermosDeAcordo_1953_1961_1964_.pdf. Acesso em: 29 fev. 2020.

Comentários: maioria dos termos dedicados à escola primária.

Parte do contrato: a entidade beneficiada com o auxílio se compromete a:

- a) - dar pleno e cabal desempenho as obrigações assumidas no presente Acôrdio;
- b) - remeter ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos circunstanciado relatório dos trabalhos executados, instruindo-o com documentação fotográfica e balancete das despesas realizadas com o auxílio federal;
- c) - dar satisfação integral aos compromissos aqui assumidos como condição para o recebimento de qualquer novo auxílio que lhe venha a ser consignado pelos poderes públicos federais.

O interessante para este estudo:

Instituição	Cidade	Estado	Valor em Cr\$	Data	Objeto
GINÁSIO DA COOPERATIVA DE ENSINO “AMIGOS DE ROSÁRIO DO SUL”	Rosário do Sul	Rio Grande do Sul	150.000,00	Set. 1953	Concessão de auxílio
ESCOLA PROFISSIONAL DOM BOSCO	Poços de Caldas	Minas Gerais	1.000.000,00	Jan. 1961	Conclusão das obras do Pavilhão de Artes Industriais

7) Título: Campanhas de Construções Escolares_m005p01 - Termos de acordo relacionados a auxílio para aprimoramento da rede escolar brasileira, 1961.

Data(s): 1961 - 1963 (Produção).

Tamanho: 43 páginas.

Disponível em: [http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-](http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/b/e/1/be19900561caa0dfb78560cce5597343b6ce2a799baa58c2ffdef422586c52e3/CA)

2/b/e/1/be19900561caa0dfb78560cce5597343b6ce2a799baa58c2ffdef422586c52e3/CA
MPANHAS-DE-CONSTRUÇOES-

ESCOLARES_m005p01_TermosDeAcordo_1961_1963_.pdf. Acesso em: 29 fev. 2020.

Comentários: dedicado a construções de salões de oficinas de artes industriais ou ampliação da rede de escolas primárias. Para este estudo só interessa:

Instituição	Cidade	Estado	Valor em Cr\$	Data	Objeto
Centro Educacional	Campina Grande	Paraíba	37.000.000,00	Ago. 1961	Construção de um Centro Educacional

8) Título: Campanhas de Construções Escolares_m008p01 - Termos de acordo relacionados a auxílio para aprimoramento da rede escolar brasileira, 1955.

Data(s): 1955 (Produção).

Tamanho: 47 páginas.

Disponível em: [http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-](http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/6/d/b/6db5341cc71988098f753253a3fd44fc0417e35d08443ed372ea2552ac76c9b4/C)

2/6/d/b/6db5341cc71988098f753253a3fd44fc0417e35d08443ed372ea2552ac76c9b4/C
AMPANHAS-DE-CONSTRUÇOES-

ESCOLARES_m008p01_TermosDeAcordo_1955.PDF. Acesso em 29 fev. 2020.

Interesse para este estudo:

Instituição	Cidade	Estado	Valor em Cr\$	Data	Objeto
Centro educacional	Maceió	Alagoas	1.000.000,00	Nov. 1952	Construção de um Centro Educacional
GINASIO PICOENSE	Picos	Piauí	60.000,00	Jul. 1955	Concessão de auxílio

9) Título: Campanhas de Construções Escolares_m010p01 - Comprovantes de recebimento, 1955-1956.

Data(s): 1955 - 1956 (Produção).

Tamanho: 225 páginas.

Disponível em: http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/a/6/9/a69163499ebb9a31ecad080708cef7cfd4caef644703d53fed0a8cf237c1c75b/CA-MPANHAS-DE-CONSTRUCOES-ESCOLARES_m010p01_ComprovantesDeRecebimento_1955_1956_.pdf. Acesso em: 29 fev. 2020.

Comentários: recibos. Interessante para este estudo:

Instituição	Cidade	Estado	Valor em Cr\$	Data	Objeto
CENTRO EDUCACIONAL DE ITAPAGIPE	Salvador	Bahia	86.240,00	Fev. 1955	Conclusão do prédio
CENTRO EDUCACIONAL DE ITAPAGIPE	Salvador	Bahia	129.994,00	Fev. 1955	Conclusão do prédio
CENTRO EDUCACIONAL DE ITAPAGIPE	Salvador	Bahia	5.000,00	Ago. 1955	Pintura do auditorium
CENTRO EDUCACIONAL DE ITAPAGIPE	Salvador	Bahia	2.775,00		Pintura interna do auditorium
CENTRO EDUCACIONAL DE ITAPAGIPE	Salvador	Bahia	75.766,00	1955	Conclusão do Ginásio-auditorium
GINÁSIO SIMÃO DIAS	-	Sergipe	155.981,00	Jul. 1956	auxílio
CENTRO EDUCACIONAL DE ITAPAGIPE	Salvador	Bahia	16.465,30	Mar 1956	Complementação do auditorium do Ginásio-

10) Título: Campanhas de Construções Escolares_m011p01 - Termo de acordo entre o MEC e o Ginásio Pio XII para concessão de auxílio, 1955.

Data(s): 1955 (Produção).

Tamanho: 10 páginas.

Disponível em: <http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/4/0/a/40abd573792003bda0ae117ca9e5e16992569bdaa6b23738f2bd1e38774c7110/CAMPANHAS-DE-CONSTRUCOES->

ESCOLARES_m011p01_TermoDeAcordoEntreMECeGinasioPioXII_1955_FALTA-PLANTA-BAIXA.PDF. Acesso em: 29 fev. 2020.

Comentários: interessante para esta pesquisa:

Instituição	Cidade	Estado	Valor em Cr\$	Data	Objeto
GINÁSIO PIO XIII	Três de Maio	Rio Grande do Sul	84.000,00	Set 1955 902/54	Concessão de auxílio

11) Título: Campanhas de Construções Escolares_m012p01 - Informações sobre inspeções em escolas, 1955.

Data(s): 1955 (Produção) escolas rurais e grupos escolares de Sergipe.

Tamanho: 136 páginas.

Disponível em: [http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-](http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/3/4/1/341866e3e55eed87b3f5cc11c5ae9e69d8dc3a5f93f293a5b7f8f3143858fa03/CAMPANHAS-DE-CONSTRUCOES-ESCOLARES_m012p01_InformacoesSobreInspecoesEmEscolas_1955.PDF)

[2/3/4/1/341866e3e55eed87b3f5cc11c5ae9e69d8dc3a5f93f293a5b7f8f3143858fa03/CAMPANHAS-DE-CONSTRUCOES-](http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/3/4/1/341866e3e55eed87b3f5cc11c5ae9e69d8dc3a5f93f293a5b7f8f3143858fa03/CAMPANHAS-DE-CONSTRUCOES-ESCOLARES_m012p01_InformacoesSobreInspecoesEmEscolas_1955.PDF)

[ESCOLARES_m012p01_InformacoesSobreInspecoesEmEscolas_1955.PDF](http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/3/4/1/341866e3e55eed87b3f5cc11c5ae9e69d8dc3a5f93f293a5b7f8f3143858fa03/CAMPANHAS-DE-CONSTRUCOES-ESCOLARES_m012p01_InformacoesSobreInspecoesEmEscolas_1955.PDF). Acesso em: 29 fev. 2020.

12) Título: Campanhas de Construções Escolares_m011p01 - Fotografias do Ginásio Pio XII, Rio Grande do Sul, 1955.

Data(s): 1955 (Produção)

Tipo: Iconográfico.

Tamanho: 7 páginas.

13) Título: Campanhas de Construções Escolares_m013p01 - Termos de acordo relacionados a auxílio para aprimoramento da rede escolar brasileira, 1954.

Data(s): 1954 (Produção).

Tamanho: 224 páginas.

Disponível em: [http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-](http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/0/1/8/0182d172ab2381da373f23d60c93292ec2c25d3ef6b26717ef72ee44892c10a6/CAMPANHAS-DE-CONSTRUCOES-ESCOLARES_m013p01_TermosDeAcordo_1954_.pdf)

[2/0/1/8/0182d172ab2381da373f23d60c93292ec2c25d3ef6b26717ef72ee44892c10a6/CAMPANHAS-DE-CONSTRUCOES-](http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/0/1/8/0182d172ab2381da373f23d60c93292ec2c25d3ef6b26717ef72ee44892c10a6/CAMPANHAS-DE-CONSTRUCOES-ESCOLARES_m013p01_TermosDeAcordo_1954_.pdf)

[ESCOLARES_m013p01_TermosDeAcordo_1954_.pdf](http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/0/1/8/0182d172ab2381da373f23d60c93292ec2c25d3ef6b26717ef72ee44892c10a6/CAMPANHAS-DE-CONSTRUCOES-ESCOLARES_m013p01_TermosDeAcordo_1954_.pdf). Acesso em: 29 fev. 2020.

Comentários: para este estudo interessam:

Nota de empenho de 31 de dezembro de 1954 – Verba: 12.817.000,00 – Saldo Anterior: 11.572.093,00 – Saldo novo: 2.572.093,00 – N° 39.Auxílio para o desenvolvimento do programa de obras novas e complementação de despesas com as obras em conclusão.					
Instituição	Cidade	Estado	Calor em Cr\$	Data	
G.E. DE ITAPAGIPE	–	Bahia	1.500.000,00	Mai. 1954	
GINÁSIO DA BAHIA	–	Bahia	400.000,00	Mai. 1954	
COLÉGIO DA BAHIA	–	Bahia	3.000.000,00	Mai. 1954	
Índice de acordos assinados em 1954 – 30 set. 1954					
Instituição	Cidade	Estado	Calor em Cr\$	Data	Objeto
CENTRO EDUCACIONAL DA VILA MILITAR	–	Rio de Janeiro	500.000,00	Mar. 1954	–
INTERNATO DO COLÉGIO IMACULADA CONCEIÇÃO	Rio Branco	Acre	100.000,00	Mar. 1954	–
CENTRO EDUCACIONAL DE CONCORDIA	Concordia	Santa Catarina	500.000,00	Jun. 1954	–
CENTRO EDUCACIONAL DE MACEIÓ	Maceió	Alagoas	1.500.000,00	Jun. 1954	–
CENTRO EDUCACIONAL DA VILA MILITAR	–	Rio de Janeiro	500.000,00	Jun. 1954	
CENTRO EDUCACIONAL DE LEME	Leme	São Paulo	2.000.000,00	Ago. 1954	
CENTRO EDUCACIONAL DE BARBALHA	Barbaina	Ceará	500.000,00	Out. 1954	Aquisição de equipamentos
CENTRO EDUCACIONAL DE MACEIÓ	Maceió	Alagôas	200.000,00	Dez. 1954	Obras Complementares
CENTRO EDUCACIONAL DE FORTALEZA	Fortaleza	Ceará	5.000.000,00	Sem data 1954	

14) Título: Campanhas de Construções Escolares_m015p01 - Termos de acordo relacionados a auxílio para aprimoramento da rede escolar brasileira, 1953.

Data(s): 1953 (Produção).

Tamanho: 147 páginas.

Disponível em: [http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-](http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/7/0/0/70034c2ad575ba6e884566a3817210933706082bb2a854a7cc9acb005450c97d/C)

2/7/0/0/70034c2ad575ba6e884566a3817210933706082bb2a854a7cc9acb005450c97d/C

AMPANHAS-DE-CONSTRUCOES-

ESCOLARES_m015p01_TermosDeAcordoEscolasPrimariasENormais_1953_.pdf.

Acesso em: 29 fev. 2020.

Comentários: Para este estudo:

Instituição	Cidade	Estado	Valor em Cr\$	Data	Descrição
CENTRO EDUCACIONAL DE MACEIÓ	Maceió	Alagoas	2.100.00,00	Nov. 1952	Termo aditivo
CENTRO EDUCACIONAL DA VILA MILITAR	-	Rio de Janeiro	500.000,00	Set. 1952	Termo aditivo para Prosseguimento da construção
CENTRO EDUCACIONAL DE ALAGOINHAS (aquisição ou encampação da)COOPERATIVA GINÁSIO ALAGOINHAS	Alagoinhas	Bahia	1.300,000,00	Nov. 1953	
CENTRO EDUCACIONAL DE VALENÇA	Valença	Bahia	350.000,00	Dez. 1953	Prosseguimento da construção

15) Título: Campanhas de Construções Escolares_m016p01 - Relação da construção de escolas primárias, 1938-1940.

Data(s): ? (Produção).

Tamanho: 9 páginas.

Comentários: nada referente ao tema.

16) Título: Campanhas de Construções Escolares_m018p01 - Planejamento da construção de Escola Primária da Cidade Universitária de São Paulo, 1960

Data(s): 1960 (Produção)

14 páginas

Comentários: nada referente ao tema.

17) Título: Campanhas de Construções Escolares_m014p01 - Legislação aprova normas regimentais do GNDCE, 1967.

Data(s): 1967 - 1971 (Produção).

Tamanho: 80 páginas.

Comentário: fora do recorte.

18) Título: Campanhas de Construções Escolares_m017p01 - Documentação relativa a construção do Centro de Treinamento do Magistério Primário no Paraná, 1969-1971.

Data(s): 1969 - 1971 (Produção).

Tamanho: 40 páginas.

Comentário: fora do recorte.

19) Título: Campanhas de Construções Escolares_m021p01 - Termos de Acordo relacionados a auxílio para aprimoramento da Rede Escolar Brasileira, 1956.

Data(s): 1956 - 1961 (Produção).

Tamanho: 223 páginas.

Disponível em: [http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-](http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/0/7/8/07838f153c258d9b5cc360d16c12e4bbc4f9529d46708aa40461a6ab57961b92/CAMPANHAS-DE-CONSTRUCOES-ESCOLARES_m021p01_.pdf)

[2/0/7/8/07838f153c258d9b5cc360d16c12e4bbc4f9529d46708aa40461a6ab57961b92/CAMPANHAS-DE-CONSTRUCOES-ESCOLARES_m021p01_.pdf](http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/0/7/8/07838f153c258d9b5cc360d16c12e4bbc4f9529d46708aa40461a6ab57961b92/CAMPANHAS-DE-CONSTRUCOES-ESCOLARES_m021p01_.pdf). Acesso em: 29 fev. 2020.

Comentários: Muito sobre artes industriais e centro de demonstração de educação primária integral, e adequação para a extensão da escolaridade primária para 6 anos. Vários contratos de melhoria da estrutura da escola primária “visando a convergência de esforços e de recursos a experimentação de métodos para reter na escola primária os

menores até a idade de 14 anos que não objetivam o prosseguimento de estudos em cursos de nível médio. Para este trabalho:

Instituição	Cidade	Estado	Valor em Cr\$	Data	Objeto
CENTRO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL	Montes Claros	Minas Gerais	1.500.000,00	Jun. 1955	Construção parcial

20) Título: Campanhas de Construções Escolares_m020p01 - Termos de Acordo relacionados a auxílio para aprimoramento da Rede Escolar Brasileira, 1953.

Data(s): 1952 - 1953 (Produção).

Tamanho: 136 páginas.

Disponível em: [http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-](http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/6/b/9/6b9774c775b807799a80d69bfcf8de7fe1527d2594ca104ef8ef57f54dbe9d61/CAMPANHAS-DE-CONSTRUÇÕES-ESCOLARES_m020p01_TermosDeAcordoEscolasPrimariaseNormais_1953_.pdf)

[2/6/b/9/6b9774c775b807799a80d69bfcf8de7fe1527d2594ca104ef8ef57f54dbe9d61/CAMPANHAS-DE-CONSTRUÇÕES-](http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/6/b/9/6b9774c775b807799a80d69bfcf8de7fe1527d2594ca104ef8ef57f54dbe9d61/CAMPANHAS-DE-CONSTRUÇÕES-ESCOLARES_m020p01_TermosDeAcordoEscolasPrimariaseNormais_1953_.pdf)

[ESCOLARES_m020p01_TermosDeAcordoEscolasPrimariaseNormais_1953_.pdf](http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/6/b/9/6b9774c775b807799a80d69bfcf8de7fe1527d2594ca104ef8ef57f54dbe9d61/CAMPANHAS-DE-CONSTRUÇÕES-ESCOLARES_m020p01_TermosDeAcordoEscolasPrimariaseNormais_1953_.pdf).

Acesso em: 29 fev. 2020.

Comentários: Nessa documentação o que se observa é a dificuldade em reconhecer investimentos em prédios para o ensino secundário, uma vez que os níveis de ensino se mesclam como pode ser observado no termo de acordo com a prefeitura de Santiago, no Rio Grande do Sul; a verba era para a construção de um grupo escolar mas que permitisse o funcionamento de um ginásio. Outro caso é o acordo com a prefeitura de Areia, na Paraíba, a verba era para ampliação da Escola Normal do Colégio Santa Rita. Em outros termos de acordo aparece verba para construção de edifício escolar. Interessante para o trabalho:

Instituição	Cidade	Estado	Valor em Cr\$	Data	Objeto
CENTRO EDUCACIONAL	Itapagipe	Bahia	700.000,00	Ago. 1952	Construção de um auditório
COLÉGIO ESTADUAL DA BAHIA	Salvador	Bahia	3.000.000,00	Mai. 1953	Construção de um Centro Educativo para o funcionamento

					do Colégio Estadual da Bahia
CENTROS EDUCACIONAIS DE BARRA, ITABERABA, JOAZEIRO, NAZARÉ, JACOBINA. SANTO AMARO E JEQUIÉ		Bahia	3.440.000,00	Mai. 1953	Aquisição de mobiliário para os centros, grupos distritais e escolas primárias rurais
CENTRO EDUCACIONAL DE AMARGOSA	Amargosa	Bahia	500.000,00	Jun. 1953	obras
CENTRO EDUCACIONAL DE ITAPAGIPE	Salvador	Bahia	1.500.000,00	Nov. 1952	Conclusão e equipamento
GRUPO ESCOLAR QUE PERMITA IGUALMENTE O FUNCIONAMENTO DE UM GINÁSIO	Santiago	Rio Grande do Sul	1.000.000,00	Fev. 1953	Construção
RECONSTRUÇÃO DO CENTRO EDUCACIONAL (GINÁSIO DA BAHIA)	Salvador	Bahia	Total da verba 910.000,00 Para o ginásio 400.000,00	Fev. 1953	Reconstrução
ESCOLA NORMAL DO GINÁSIO SANTA RITA	Areia	Paraíba	500.000,00	Fev. 1953	Ampliação

21) Título: Campanhas de Construções Escolares_m019p01 - Correspondências e Termo de Acordo relacionados à construção do Instituto de Educação de Florianópolis 1954-1958.

Data(s): 1954 - 1958 (Produção).

Tamanho: 28 páginas.

Disponível em: [arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-](http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/f/4/5/f45d4b6cbc5bcda18ed98c83a872c554abb041c0105235cf268cb00e1aed361d/C)

[2/f/4/5/f45d4b6cbc5bcda18ed98c83a872c554abb041c0105235cf268cb00e1aed361d/C](http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/f/4/5/f45d4b6cbc5bcda18ed98c83a872c554abb041c0105235cf268cb00e1aed361d/C)

AMPANHAS-DE-CONSTRUCOES-

ESCOLARES_m019p01_TermoDeAcordoOrcamento1954a1958_FALTAM-

PLANTAS-BAIXAS.PDF. Acesso em: 29 fev. 2020.

Comentários: A maioria desses documentos só trata do Instituto de educação, mas em outros trata do prédio do instituto de educação e do ginásio Dias Velhos.

Instituição	Cidade	Estado	Valor em Cr\$	Data	Objeto
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO	Florianópolis	Santa Catarina	1.500.000,00	Set. 1955	-

22) Título: Campanhas de Construções Escolares_m022p01 - Parte 1 - Termos de Acordo relacionados a auxílio para aprimoramento da Rede Escolar Brasileira, 1961.

Data(s): 1961 - 1963 (Produção).

Tamanho: 206 páginas.

Disponível em: [http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-](http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/d/6/6/d662e82fa2af2e1bf07631c589e0ff4b90ba0c3f508015561855aee327569c59/CAMPANHAS-DE-CONSTRUCOES-ESCOLARES_m022p01_Parte1_TermosDeAcordo_1963_compressed.pdf)

[2/d/6/6/d662e82fa2af2e1bf07631c589e0ff4b90ba0c3f508015561855aee327569c59/CAMPANHAS-DE-CONSTRUCOES-](http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/d/6/6/d662e82fa2af2e1bf07631c589e0ff4b90ba0c3f508015561855aee327569c59/CAMPANHAS-DE-CONSTRUCOES-ESCOLARES_m022p01_Parte1_TermosDeAcordo_1963_compressed.pdf)

[ESCOLARES_m022p01_Parte1_TermosDeAcordo_1963_compressed.pdf](http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/d/6/6/d662e82fa2af2e1bf07631c589e0ff4b90ba0c3f508015561855aee327569c59/CAMPANHAS-DE-CONSTRUCOES-ESCOLARES_m022p01_Parte1_TermosDeAcordo_1963_compressed.pdf). Acesso em: 29 fev. 2020.

Comentários: Muitos acordos fora do recorte.

23) Título: Campanhas de Construções Escolares_m024p01 - Termos de Acordo relacionados a auxílio para aprimoramento da Rede Escolar Brasileira, 1962-1963.

Data(s): 1962 - 1963 (Produção).

Tamanho: 181 páginas.

Comentários: não analisado, fora do recorte.

24) Título: Campanhas de Construções Escolares_m022p01 - Parte 2 - Termos de Acordo relacionados a auxílio para aprimoramento da Rede Escolar Brasileira, 1963.

Data(s): 1959 - 1961 (Produção).

Tamanho: 207 páginas.

Disponível em: [http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-](http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/e/5/d/e5dcfa13bd5a5caeda37bbb058ddc698847055f53c39ec695bd2b35f806fcbe4/CAMPANHAS-DE-CONSTRUCOES-)

[2/e/5/d/e5dcfa13bd5a5caeda37bbb058ddc698847055f53c39ec695bd2b35f806fcbe4/CAMPANHAS-DE-CONSTRUCOES-](http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/e/5/d/e5dcfa13bd5a5caeda37bbb058ddc698847055f53c39ec695bd2b35f806fcbe4/CAMPANHAS-DE-CONSTRUCOES-)

ESCOLARES_m022p01_Parte2_TermosDeAcordo_1963_compressed.pdf. Acesso em: 29 fev. 2020.

Comentários: para este estudo:

Instituição	Cidade	Estado	Valor Cr\$	Data	Objeto
CENTRO EDUCACIONAL DE CAMPINA GRANDE	Campina Grande	Paraíba	9.000.000,00	Set. 1961	Construção Parcial
CENTRO EDUCACIONAL DE CAMPINA GRANDE	Campina Grande	Paraíba	37.000.000,00	Set. 1961	Centro de formação de professores com Escola Experimental, Escola de Demonstração, e uma Escola de Prática de Ensino, Jardim de Infância e alojamento para 80 bolsistas; Uma Escola Média de Ensino Integrado; um pavilhão de Artes Industriais; de biblioteca, auditório, gymnasium, além das dependências destinadas à administração e às atividades esportivas.
CENTROS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL	Itaúna, Piúí, Piranga e Manga	Minas Gerais	3.000.000,00 cada	1961	
CENTRO EDUCACIONAL DO CRATO	Crato	Ceará	8.000.000,00	Ago. 1959	Construção de um centro de educação primária complementar

25) Título: Campanhas de Construções Escolares_m023p01 - Termos de Acordo relacionados a auxílio para aprimoramento da Rede Escolar Brasileira, 1962.

Data(s): 1960 - 1962 (Produção).

Tamanho: 173 páginas.

Comentários: muitas rescisões de escolas primárias não concluídas, fora do recorte.

26) Título: Campanhas de Construções Escolares_m026p01 - Investigação sobre a situação dos edifícios das Escolas Normais, 1951.

Data(s): 1951 (Produção).

Tamanho: 46 páginas.

Comentários: Somente sobre escolas normais.

27) Título: Campanhas de Construções Escolares_m027p01 - Projeto de Implantação dos Centros de Ensino no Setor Rural, 1979.

Data(s): 1979 (Produção).

Tamanho: 06 páginas.

Comentários: fora do recorte.

28) Título: Campanhas de Construções Escolares_m028p01 - Correspondências: participação do Brasil no Conselho Diretivo do CONESCAL e extinção do GNDCE, 1969 – 1973.

Data(s): 1969 - 1973 (Produção).

Tamanho: 40 páginas.

Comentários: fora recorte.

29) Título: Campanhas de Construções Escolares_m029p02 - Andamento Mensal das Construções, 1955.

Data(s): 1955 (Produção).

Tamanho: 28 páginas.

Disponível em: http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/7/9/d/79da9797ec654d02ca4283bbe06e475c6f7e15d55f56c90af137b87ca76334a9/CAMPANHAS-DE-CONSTRUCOES-ESCOLARES_m029p02_AndamentoMensalDasConstrucoes_1955.PDF. Acesso em: 29 fev. 2020.

AMPANHAS-DE-CONSTRUCOES-

ESCOLARES_m029p02_AndamentoMensalDasConstrucoes_1955.PDF. Acesso em: 29 fev. 2020.

Comentários: existem várias tabelas sobre o andamento das construções escolares do “programa de cooperação financeira do govêrno federal destinado a ampliação e melhoria da rede escolar do país em execução” de junho de 1955, não é listada nenhuma construção desse programa em Mato Grosso. Sobre construções de escolas normais, em maio de

1955, existe somente menção a 1 escola: Campo Grande - Escola Normal Rural - Remetida a 1ª. parcela (Cr\$ 500 000,00) do auxílio do que trata o Acordo de 29/10/54 com a Soc. Miguel Couto dos Amigos do Estudante.

Em tabela sobre construções de Grupos escolares relativas ao “Programa de cooperação financeira do govêrno federal destinado a ampliação e melhoria da rede escolar do país em execução por intermédio do M.E.C. — I.N.E.P.” em maio de 1955 em Mato Grosso só existem 2 estaduais concluídos e nenhuma construção em andamento.

Tabela sobre construções de Grupos escolares relativas ao “Programa de cooperação financeira do govêrno federal destinado a ampliação e melhoria da rede escolar do país em execução por intermédio do M.E.C. — I.N.E.P.” em abril de 1955 em Mato Grosso existem 2 estaduais e 1 municipal concluído.

Tabela sobre construções de Grupos escolares relativas ao “Programa de cooperação financeira do govêrno federal destinado a ampliação e melhoria da rede escolar do país em execução por intermédio do M.E.C. — I.N.E.P.” em março de 1955, em Mato Grosso não existem construções

Tabela sobre construções de Grupos escolares relativas ao “Programa de cooperação financeira do govêrno federal destinado a ampliação e melhoria da rede escolar do país em execução por intermédio do M.E.C. — I.N.E.P.” em fevereiro de 1955, em Mato Grosso não existem construções

Tabela sobre construções de Grupos escolares relativas ao “Programa de cooperação financeira do govêrno federal destinado a ampliação e melhoria da rede escolar do país em execução por intermédio do M.E.C. — I.N.E.P.” em janeiro de 1955, em Mato Grosso existem 3 construções estaduais em andamento.

30) Título: Campanhas de Construções Escolares_m029p03 - Serviço de construções, reconstruções e concertos de prédios escolares em Mato Grosso, 1930-1940.

Data(s): 1940 (Produção).

Tamanho:04 páginas.

Disponível em: [http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-](http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/5/9/4/5941f7888520df0fd4b6bdc6b6abec165d1170b9cf74e274056e6dce2c20a2c9/C)

[2/5/9/4/5941f7888520df0fd4b6bdc6b6abec165d1170b9cf74e274056e6dce2c20a2c9/C](http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/5/9/4/5941f7888520df0fd4b6bdc6b6abec165d1170b9cf74e274056e6dce2c20a2c9/C)

AMPANHAS-DE-CONSTRUÇOES-

ESCOLARES_m029p03_ServicoDeConstrucoesReconstrucoesEConcertosDePrediosEscolaresMatoGrossoEMinasGerais_1930_1940.PDF. Acesso em: 29 fev. 2020.

Comentários: em relação de construções, reconstruções e concertos de prédios escolares entre 1930 e 1939 em Mato Grosso não existe nenhuma obra no recorte espacial proposto.

31) Título: Campanhas de Construções Escolares_m032p01 - Contribuição do INEP para o encontro sobre a ocupação do território, 1967.

Data(s): 1967 (Produção).

Tamanho: 13 páginas.

Comentários: fora do recorte temporal.

32) Título: Campanhas de Construções Escolares_m033p01 - Relatório do Decênio da Campanha de Construções e Equipamentos Escolares, 1956.

Data(s): 1956 (Produção).

Tamanho: 14 páginas.

Disponível em: [http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-](http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/9/d/8/9d81b4a33596cf675b5f16a99f1eaf356fbc2976c1865bb5cfdbfc51352f3d65/CAMPANHAS-DE-CONSTRUcoes-ESCOLARES_m033p01_CampanhaDeConstrucoesEEquipamentosEscolares_1956.PDF)

[2/9/d/8/9d81b4a33596cf675b5f16a99f1eaf356fbc2976c1865bb5cfdbfc51352f3d65/CAMPANHAS-DE-CONSTRUcoes-](http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/9/d/8/9d81b4a33596cf675b5f16a99f1eaf356fbc2976c1865bb5cfdbfc51352f3d65/CAMPANHAS-DE-CONSTRUcoes-ESCOLARES_m033p01_CampanhaDeConstrucoesEEquipamentosEscolares_1956.PDF)

[ESCOLARES_m033p01_CampanhaDeConstrucoesEEquipamentosEscolares_1956.PD](http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/9/d/8/9d81b4a33596cf675b5f16a99f1eaf356fbc2976c1865bb5cfdbfc51352f3d65/CAMPANHAS-DE-CONSTRUcoes-ESCOLARES_m033p01_CampanhaDeConstrucoesEEquipamentosEscolares_1956.PDF)

F. Acesso em 29 fev. 2020.

Comentários: fundo Nacional do Ensino Primário. Documento do MEC intitulado “Campanha de construções e equipamentos escolares”; trechos interessantes – O Ministério da Educação e Cultura, por intermédio do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, iniciou em 1946 seu programa de cooperação financeira às Unidades Federativas para das cumprimento à campanha de ampliação e melhoria da rede escolar primária do País. [...].

Entretanto, só em 1946 (Decreto-lei nº 9,256, de 13/5/46) foram baixadas as disposições “sobre a aplicação das dotações destinadas à ampliação e melhoria do sistema escolar primário em todo o país”. [...]

Assim, pela Lei nº 59, de 11/8/47, foi o Poder Executivo autorizado a estender ao ensino normal seu programa de cooperação financeira, visando a ampliação, também, da rede de prédios desse ensino, bem como de outros estabelecimentos de ensino médio, mediante dotação própria consignada anualmente no Orçamento da União. Ainda por força dessa Lei, com os recursos por ela previstos, seriam concedidos auxílios diretamente aos

Municípios e Entidades Particulares para a construção de escolas normais, secundárias e primárias.

Em 1948 (Decreto nº 25.667, de 15/10/948), foram expedidas as instruções para a execução da referida Lei nº 59, iniciando então o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos seu programa de cooperação financeira para a ampliação e melhoria da rede de escolas normais, bem como de sua ajuda direta aos Municípios e Particulares, dentro das limitações que a dotação respectiva impunha.

Primeiro decênio da campanha

Decorridos 10 anos desde o início dessa campanha, podemos verificar que são expressivos os resultados colhidos, se levarmos em conta as dificuldades financeiras do país, os limitados recursos que são destinados a obra de tal vulto e as dificuldades locais para a execução das construções nos confins desse imenso país, desprovido de meios de comunicação e transporte.

Conforme o que dispõe o Decreto-lei nº 24.191, de 10/12/47, cabe às administrações estaduais a execução das obras, assim como também lhes cabe a responsabilidade de cobrir, com recursos próprios, o que exceder o auxílio concedido no orçamento das obras. Esse fato, com a alta vertiginosa dos preços de materiais e mão de obra, ocorrida nos últimos anos, ocasionou a muitos Estados de pouca renda grandes dificuldades para o cumprimento dos compromissos por eles assumidos juntos a este Ministério, por força dos acordos firmados, criando verdadeiros hiatos no prosseguimento do programa proposto. [...].

Também a ascensão vertiginosa dos preços das obras veio influir no ritmo do número de construções programadas por ano. Uma escola rural que em 1946 era construída por quarenta ou cinquenta mil cruzeiros passou a custar cento e cinquenta a duzentos e cinquenta mil cruzeiros, os grupos escolares construídos, nos primeiros anos da campanha, por duzentos e cinquenta mil cruzeiros passaram a ter orçamentos de oitocentos a um milhão de cruzeiros, isto é, quatrocentos ou quinhentos por cento mais onerosos, enquanto que as dotações destinadas a essas obras subiram apenas cerca de cinquenta por cento. É claro que o número de prédios a construir com esses recursos e com aqueles orçamentos, forçosamente, foi diminuindo de ano a ano. [...].

Dos montantes dos auxílios federais concedidos, nos últimos 10 anos não aparece nada oficialmente destinado ao ensino secundário.

33) Título: Campanhas de Construções Escolares_m030p01 - *La Organización de los Grupos de Desarrollo de las Construcciones Escolares en Brasil*, 1966.

Data(s): 1966 (Produção).

Tamanho: 17 páginas.

Comentários: fora do recorte temporal.

34) Título: Campanhas de Construções Escolares_m035p01 - Documentação relacionada à instalação do Grupo Nacional de Desenvolvimento e Construções Escolares - GNDCE, 1967.

Data(s): 1967 (Produção).

Tamanho: 25 páginas.

Comentários: fora do recorte temporal.

35) Título: Campanhas de Construções Escolares_m036p01 - Convênio da GNDCE em Caraguatatuba - SP, 1972.

Data(s): 1972 (Produção).

Tamanho: 05 páginas.

Comentários: fora do recorte temporal.

36) Título: Campanhas de Construções Escolares_m037p01 - Legislação referente à Secretaria de Obras Públicas do Rio Grande do Sul e o Departamento de Obras e Divisão de Prédios Escolares, 1966.

Data(s): 1966 (Acumulação).

Tamanho: 50 páginas.

Comentários: fora do recorte temporal.

37) Título: Campanhas de Construções Escolares_m034p01 - Termo de Convênio para construção escolar em Chapecó - SC; Correspondências para extinção da GNDCE e construção escolar em Vila Militar, 1967 – 1972.

Data(s): 1967 - 1972 (Produção).

Tamanho: 08 páginas.

Comentários: fora do recorte espacial e temporal.

38) Título: Campanhas de Construções Escolares_m040p01 - Publicação "Novos Prédios Escolares para o Brasil".

Data: s/d.

Tamanho: 36 páginas.

Disponível em: http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/2/e/a/2ea59a0e3dd6b2ad94f58280c885d95f796661d5bb1d6096c1ab02f0d5065636/CAMPANHAS-DE-CONSTRUcoes-ESCOLARES_m040p01_NovosPrediosEscolaresParaOBrasil.PDF. Acesso em 29 fev. 2020.

AMPANHAS-DE-CONSTRUcoes-ESCOLARES_m040p01_NovosPrediosEscolaresParaOBrasil.PDF. Acesso em 29 fev. 2020.

Comentários: publicação do INEP Intitulada “Novos Prédios Escolares para o Brasil” – trechos interessantes:

Inicia com uma mensagem apresentada ao Poder Legislativo, em 15 de março de 1948, pelo General Eurico Gaspar Dutra, Presidente da República [...].

Em 1945, as deficiências do ensino primário no Brasil alcançaram índices que exigiam ação imediata e urgente. Tínhamos 6.700.000 em idade escolar (7 a 12 anos); Das quais somente 3.200.000 estavam matriculadas. [...].

Isto Porque Entre outras Razões, a rêde escolar primária, no Brasil, apresenta grandes deficiências; não tem, por exemplo, capacidade para abrigar metade de nossa população infantil.

E o mais grave: existem muitas escolas que funcionam em prédios inadequados. [...]

Os prédios que se contam na rêde, em número muito, inferior ao necessário, carecem de acomodações apropriadas e não apresentam, em sua maioria, os requisitos essenciais para o funcionamento de uma escola pública.

Basta assinalar que contávamos no ano de 1945 apenas com 44.000 unidades escolares, ou assim genêricamente chamadas, quase que totalmente concentradas nas cidades e zonas distritais, sendo portanto incapazes de atender a todos que morassem distante, resultando daí um semi-abandono da imensa zona rural. Menos de seis mil dêsses prédios pertenciam aos poderes públicos. Grande parte havia sido cedida aos Governos dos Estados, alguns gratuitamente, muitos por aluguel. Milhares funcionavam em próprios estaduais ou federais, mas em salas inadequadas. O resto pertencia a particulares. [...]

Faltava construir 40.000 novas salas de aula para o ensino primário. [...]

O número de prédios construídos não acompanhava o crescimento da população, resultando disso, quando não um retrocesso, pelo menos um perigoso estacionamento.

[...] a grande maioria podemos dizer, dessas escolas são instaladas em porões ou salas, em casas muitas vezes destinadas a precárias residências familiares, ou então construídas para fins outros, muito diversos e sempre inadaptáveis.

Em idade escolar ... [...] 174 completam o curso primário e, destes, somente 33 chegam ao fim do curso médio!

Fundo Nacional do Ensino Primário (Decreto-lei nº 4.958 de 14 de janeiro de 1942).

O INEP fez distribuir meios para a construção de prédios escolares nas zonas rurais mais carentes, dos Estados e Territórios. Até o corrente ano de 1949, 6.160 novas escolas já foram localizadas no interior, beneficiando cerca de 1.500 municípios. Aproximadamente 1.216 prédios estão concluídos, encontrando-se outro tanto em fase final de construção. E como desenvolvimento dêsse programa, o INEP prevê para 1950 a distribuição de mais 1,500 escolas rurais, que serão somadas à rede, além das 45 escolas normais rurais e dos 220 grupos escolares já distribuídos no período 1948/1949, em prosseguimento ao plano geral de renovação educacional.

Escolas para a fronteira

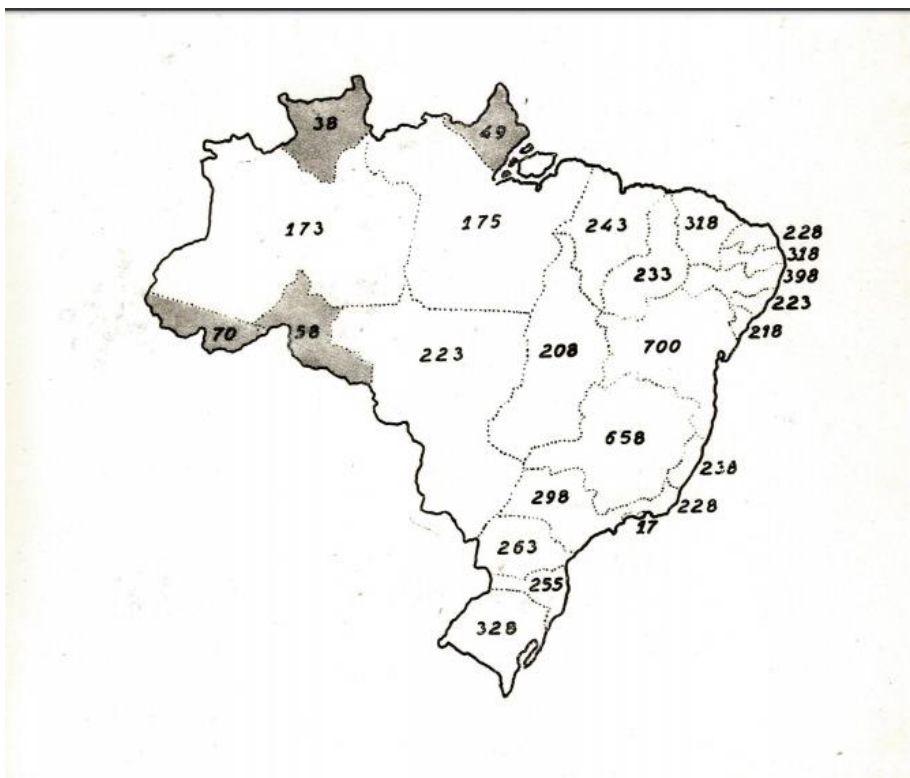
A ausência de uma eficiente rede escolar nos limites brasileiros e a existência de escolas de outras nacionalidades, determinam uma atração natural das populações alí fixadas para outras escolas, provocando, ao cabo de algum tempo, a desnacionalização das novas gerações nesses núcleos marginais.

O problema ainda mais se agrava ao verificar-se que justamente nas regiões de fronteira se manifesta uma acentuada carência de recursos educacionais. [...]

Não poderia, portanto, o plano de renovação educacional, elaborado pela administração federal, esquecer a situação particular apresentada pela extensa faixa de fronteira em nosso país.

O INEP, independentemente das distribuições regulares de prédios escolares, por toda a zona rural brasileira, considerou a região de fronteira como problema especial.

O Ministério da Educação, dêsse modo, obteve do Governo Federal autorização para localizar 355 novos prédios escolares nos municípios limítrofes de todos os Estados e Territórios, sem contar com os oitenta prédios regularmente distribuídos e em construção nessa s zonas. [...]



40) Título: Campanhas de Construções Escolares_m038p01 - Consórcios de Construções Escolares Industrializadas, 1970.

Data(s): 1970 (Produção).

Tamanho: 261 páginas.

Comentários: fora do recorte temporal.

41) Título: Campanhas de Construções Escolares_m041p01 - Atas de Reuniões do Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares - GNDCE - e outros documentos relacionados.

Data(s): 1969 - 1970 (Produção).

Tamanho: 171 páginas.

Comentários: fora do recorte.

42) Título: Campanhas de Construções Escolares_m039p01 - Projeto para escolas ginásiais da Seção de Prédios e Aparelhamentos Escolar - SPAE, 1958.

Data(s): 1958 (Produção).

Tamanho: 14 páginas.

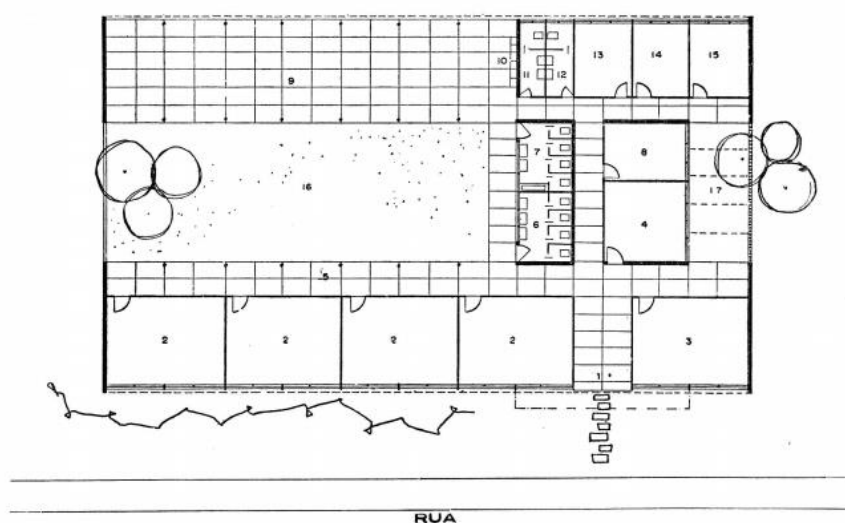
Disponível em: http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/9/1/9/9190b724c7dc793481fabbc7b68e10396f0be5e0abc863e1311f4767d067662d/CAMPANHAS-DE-CONSTRUCOES-ESCOLARES_m039p01_SecaoDePrediosEAparelhamentoEscolar_1958.PDF. Acesso em 29 fev. 2020.

AMPANHAS-DE-CONSTRUCOES-

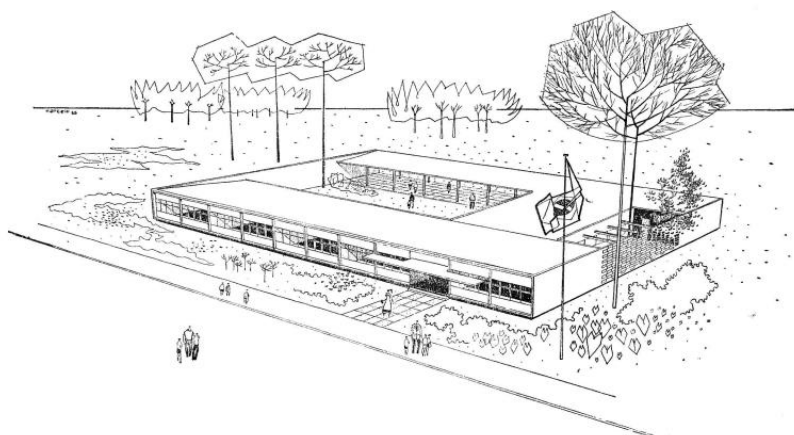
ESCOLARES_m039p01_SecaoDePrediosEAparelhamentoEscolar_1958.PDF. Acesso em 29 fev. 2020.

Comentários: trata-se de um projeto de estabelecimento de ensino secundário (1.º ciclo), onde foram levadas em conta, principalmente, as condições materiais capazes de permitir ensino que não poderá ser considerado perfeito, mas jamais será apontado como inferior. Ao lado deste aspecto procurou-se dar flexibilidade ao projeto, deixando aos interessados (educadores, arquitetos e engenheiros) a tarefa de orientar a construção segundo as características regionais, e a de instalar ou modificar as salas especiais de acordo com as exigências do meio ou as tendências da entidade mantenedora do ginásio.

O presente trabalho marca o início de uma série de projetos de vários tipos de ginásio que se pretende lançar ainda no corrente ano.



LEGENDA					
1 ENTRADA	6,50 x 4,00	26,00 M2	8 DEP. MAT. DIDÁTICO	6,00 x 4,35	26,00 M2
2 SALA DE AULA	8,20 x 6,10	50,00 M2	9 RECREIO COBERTO	29,00 x 7,25	210,00 M2
3 SALA ESPECIAL	8,20 x 6,10	50,00 M2	10 BEBEDOUROS	8 UNIDADES	
4 BIBLIOTECA	6,00 x 8,00	48,00 M2	11 SANITÁRIOS H.	5,00 x 1,90	9,50 M2
5 GALERIA	46,00 x 2,40	210,00 M2	12 SANITÁRIOS M.	5,00 x 1,90	9,50 M2
6 SANIT. FEMININO	6,40 x 3,80	24,30 M2	13 DIRETORIA	5,00 x 4,00	20,00 M2
7 SANIT. MASCULINO	6,40 x 3,80	24,30 M2	14 SECRETARIA	5,00 x 4,00	20,00 M2
			15 SALA PROFESSORES	5,00 x 4,00	20,00 M2
			16 ÁREA LIVRE	27,00 x 13,00	351,00 M2
			17 JARDIM	10,00 x 4,00	40,00 M2
			TESTADA		45,50 ML.
			PROFUNDIDADE		29,60 ML.
			ÁREA DE CONSTRUÇÃO		968,00 M2



Perspectiva

Dados técnicos:

1. O PROJETO DO GINÁSIO TIPO I, REFERE-SE A UM EXTERNATO MISTO COM CAPACIDADE PARA 200 ALUNOS, TENDO SIDO OBSERVADO UM PROGRAMA DE ACOMODAÇÕES, MEDIDAS E ÁREAS DE ACÔRDO COM AS DISPOSIÇÕES DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR.
2. O PARTIDO ADOTADO, PERMITE A UTILIZAÇÃO DE QUALQUER DAS FACES DO PRÉDIO COMO FACHADA PRINCIPAL, DE ACÔRDO COM A ORIENTAÇÃO E MEDIDAS DO TERRENO.
3. A ORIENTAÇÃO IDEAL PARA UM GINÁSIO, LOCALIZADO NA ZONA CENTRAL DO PAÍS É JOGAR AS SALAS DE AULA PARA O NOROESTE. PARA A ZONA SUL, A MELHOR ORIENTAÇÃO SERÁ O NORDESTE. PARA A ZONA NORTE, NÃO TEMOS OUTRA SOLUÇÃO, SENÃO ABRILAS PARA O SUDESTE, CONVÉM, NOS CASOS PARTICULARES, OBSERVAR A INCIDÊNCIA DOS VENTOS DOMINANTES.
4. O PROJETO QUE ORA APRESENTAMOS, FOI ESTUDADO COM A PREOCUPAÇÃO PRIMORDIAL DE PERMITIR FUTUROS ACRÉSCIMOS, DESDE QUE O TERRENO O ADMITA.
5. QUANTO À CIRCULAÇÃO, O PARTIDO ADOTADO É O MAIS SIMPLES POSSÍVEL. TÓDAS AS GALERIAS INTERNAS ABREM-SE PARA PÁTIOS E JARDINS, PERMITINDO CONSTANTE AERAÇÃO. AS MEDIDAS FORAM ESTUDADAS DE ACÔRDO COM A INCIDÊNCIA DE ALUNOS, FACILITANDO AO MESMO TEMPO, A FISCALIZAÇÃO E A RÁPIDA MOVIMENTAÇÃO.
6. FORAM PROJETADAS 4 SALAS DE AULA A FIM DE SUPRIR A ELIMINATÓRIA PREVISTA NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR.

PREFERIMOS A ÁREA DE 50 M², PREVENDO O ACRÉSCIMO DE MATRÍCULA, ADMITINDO-SE, NO CASO, O MÁXIMO PREVISTO DE 50 ALUNOS À RAZÃO DE 1 M² POR ALUNO. A MEDIDA 8,20 x 6,10 FOI ESTABELECIDADA TENDO-SE EM VISTA A PROPORÇÃO IDEAL DE 2/3 A 3/4 DA LARGURA SOBRE O COMPRIMENTO.
7. A SALA DE AULA ESPECIAL PODERÁ SER DE, DESENHO, LÍNGUAS VIVAS, GEOGRAFIA OU CIÊNCIAS. A INSTALAÇÃO DAS 3 PRIMEIRAS É SIMPLES; BASTA QUE NELA SE INSTALE O MATERIAL DIDÁTICO. JÁ A SALA DE CIÊNCIAS REQUER INSTALAÇÕES ESPECIAIS. SERÁ CONSTRUÍDA, DE PREFERÊNCIA, EM FORMA DE ANFITEATRO E DEVERÁ POSSUIR MESA DE LABORATÓRIO, DISPOSITIVO PARA ESCURECER A SALA, INSTALAÇÃO DE GÁS OU EQUIVALENTE, EPIDIASCÓPIO, MESA PARA MICROSCÓPIO, CAPELA, ETC.

8. A EXISTÊNCIA DA BIBLIOTECA É CONSIDERADA DE GRANDE IMPORTÂNCIA NO GINÁSIO. A SALA QUE LHE DESTINAMOS TEM UMA ÁREA PEQUENA. DÊSTE MODO, TORNA-SE CONVENIENTE AOS RESPONSÁVEIS (DIRIGENTES OU GRÊMIO DOS ALUNOS) ESTABELEÇER UM SISTEMA DE "LEITURA EM CASA". A BIBLIOTECA DOS PROFESSORES PODE SER INSTALADA NA PRÓPRIA SALA DÊSTES.
9. INCLUÍMOS NO PROJETO, SE BEM QUE NÃO CONSTE DAS INSTRUÇÕES, UMA SALA DESTINADA À GUARDA DO MATERIAL DIDÁTICO DAS SALAS ESPECIAIS NÃO INSTALADAS. NO CASO DE ÊSTE MATERIAL SER GUARDADO NAS PRÓPRIAS SALAS DE AULA OU NOUTRO LOCAL, PODER-SE-Á DESTINAR AQUELA SALA AO GABINETE MÉDICO-BIOMÉTRICO. NÃO SERIA, OUTROSSIM, DESACONSELHÁVEL, AMPLIAR A SALA DA BIBLIOTECA A EXPENSAS DA SALA EM QUESTÃO.
10. A ÁREA LIVRE, LOCALIZADA ENTRE O RECREIO COBERTO E A GALERIA DE CIRCULAÇÃO DAS SALAS DE AULA, FOI PROJETADA DE MODO A PERMITIR A SUA UTILIZAÇÃO COMO LOCAL PARA A PRÁTICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA.
11. A ÁREA COBERTA, OU SEJA O RECREIO COBERTO, DISPÕE DE MEDIDAS QUE PODERIAM SER MENORES, PARA ATENDER AO NOSSO ESQUEMA DE GINÁSIO ACESSÍVEL. JUSTIFICAMOS ESSA DECISÃO EXPLICANDO O NOSSO INTUITO DE TORNAR TAL ÁREA CAPAZ DE SOFRER AS MAIS VARIADAS ADAPTAÇÕES, CONSOANTE AS TENDÊNCIAS DO ESTABELECIMENTO.
- ENTRE OUTRAS ADAPTAÇÕES QUE SÓ OS RESPONSÁVEIS ESTARÃO APTOS A EFETIVAR, VISLUMBRAMOS:
- PLANO A)- SALA DE TRABALHOS MANUAIS (55 M2),
CANTINA (15 M2), GABINETE MÉDICO-BIOMÉTRICO (20 M2), SALA ESPECIAL (50 M2).
- PLANO B)- GINÁSIO (210 M2).
- PLANO C)- AUDITÓRIO E PALCO (150 M2).
- PLANO D)- OFICINA (150 M2)
- UMA OBSERVAÇÃO A FAZER: O RECREIO COBERTO SÓ NÃO É EXIGIDO QUANDO A SUA ÁREA SE TRANSFORMAR EM GINÁSIO. NOS DEMAIS CASOS DEVE SER RESPEITADO, NÃO PODENDO MEDIR MENOS DE 60 M2.
12. LOCALIZAMOS NUMA DAS EXTREMIDADES DA ÁREA COBERTA UMA BATERIA DE 6 BEBEDOUROS, PREOCUPANDO-NOS TAMBÉM EM INSTALÁ-LA EM LOCAL DE FÁCIL ACESSO AOS ALUNOS.
13. AS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS, QUANTO AO NÚMERO DE APARELHOS, SATISFAZEM A CAPACIDADE DO ESTABELECIMENTO.
14. AS DEPENDÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTABELECIMENTO, SITUADAS EM LOCAL DE FÁCIL ACESSO PARA O PÚBLICO, PERMITEM, OUTROSSIM, UMA FISCALIZAÇÃO CONSTANTE E EFICIENTE POR PARTE DOS ADMINISTRADORES E PROFESSORES.
- TANTO A SALA DA DIRETORIA, COMO A SECRETARIA E SALA DE PROFESSORES SÃO SERVIDAS POR SANITÁRIOS PRÓPRIOS, SITUADOS NAS PROXIMIDADES DAS DEMAIS INSTALAÇÕES, OCASIONANDO GRANDE ECONOMIA NA CONSTRUÇÃO.
15. É NECESSÁRIO PREVER A INSTALAÇÃO DE UMA CAIXA D'ÁGUA PRÓPRIA, COM CAPACIDADE DE 3000 LITROS, BEM COMO RESERVAR LOCAL DE FÁCIL ACESSO PARA OS EXTINTORES DE INCÊNDIO.
16. CADA UMA DAS SALAS DE AULA COMPORTARÁ NO MÁXIMO 50 CARTEIRAS INDIVIDUAIS OU 25 CARTEIRAS DUPLAS, DE PREFERÊNCIA AJUSTÁVEIS E DISPOSTAS DE MANEIRA QUE A ENTRADA DE LUZ NATURAL SE FAÇA PELA ESQUERDA DO ALUNO.
- EM CADA SALA HAVERÁ AINDA UMA MESA PARA O PROFESSOR, POLTRONA, ARMÁRIO EMBUTIDO E QUADRO-NEGRO COM ÁREA MÍNIMA DE 2 M2.
- A SALA DE ADMINISTRAÇÃO DEVE DISPOR DE ARMÁRIOS, CADEIRAS, MESAS, MÁQUINAS DE ESCREVER, ARQUIVOS DE AÇO, MIMEÓGRAFO, ETC.
- A SALA DOS PROFESSORES DEVE APRESENTAR MESAS, CADEIRAS, ARMÁRIOS.
- PARA A DIRETORIA, RECOMENDAMOS INSTALAÇÃO SEMELHANTE À SALA DOS PROFESSORES.

Especificações:

Condições gerais

AS PRESENTES ESPECIFICAÇÕES DETERMINAM AS NORMAS DOS SERVIÇOS A EXECUTAR NESTA CONSTRUÇÃO.

SÓ SERÃO EMPREGADOS MATERIAIS DE COMPROVADA QUALIDADE E PROCEDÊNCIA. A MÃO DE OBRA A SER USADA, DEVERÁ SER COMPOSTA DE PROFISSIONAIS APTOS E COMPETENTES.

1. Serviços preliminares

O TERRENO DESTINADO À CONSTRUÇÃO SERÁ LIMPO E PREPARADO PARA AS OBRAS.

SERÃO CONSTRUÍDOS EM LOCAL APROPRIADO, DENTRO DO TERRENO, TODOS OS SERVIÇOS PROVISÓRIOS DE INSTALAÇÃO DA OBRA, TAIS COMO BARRACÕES, PARA A GUARDA DE MATERIAL, INSTALAÇÕES DE LUZ, FÔRÇA, ÁGUA, ETC.

2. Movimento de terra

SERÃO EXECUTADOS TODOS OS SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA O NIVELAMENTO DO TERRENO, OBEDECENDO RIGOROSAMENTE ÀS COTAS DO PROJETO.

EXECUTAR-SE-ÃO AS CAVAS PARA AS FUNDAÇÕES, APÓS O PREPARO DO TERRENO.

3. Concreto

Simplex - SERÃO EM CONCRETO SIMPLES, AO TRAÇO 1:3:6, CIMENTO, AREIA E BRITA, COM 10 CM. DE ESPESSURA, OS PASSEIOS E CIRCULAÇÕES, BEM COMO A CAMADA IMPERMEABILIZADORA.

Armado - TÔDAS AS LAJES, VIGAS, VERGAS, CINTAS E COLUNAS, QUE CONSTITUEM A ESTRUTURA, SERÃO EXECUTADAS EM CONCRETO ARMADO, OBEDECENDO ÀS NORMAS DA NB-1.

Ciclópico - OS BLOCOS DE FUNDAÇÃO SERÃO EXECUTADAS EM CONCRETO CICLÓPICO, USANDO-SE PEDRA DE MÃO.

4. Alvenaria

TÓDAS AS PAREDES INTERNAS OU EXTERNAS, SERÃO EM ALVENARIA DE TIJOLOS, OBEDECENDO ÀS ESPESSURAS INDICADAS NO PROJETO E ASSENTES COM ARGAMASSA DE CIMENTO E SAIBRO, AO TRAÇO 1;8. ONDE HOUVER ESQUADRIAS E RODAPÉS DE MADEIRA, SERÃO DEIXADOS TACOS DE MADEIRA DE LEI.

5. Revestimentos

AS ALVENARIAS INTERNAS OU EXTERNAS, LEVARÃO DUAS CAMADAS DE REVESTIMENTO; EMBÓÇO E REBÓÇO. TÓDAS AS PARTES EM CONCRETO ARMADO, INCLUSIVE TETOS, LEVARÃO CHAPISCO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA GROSSA, TRAÇO 1;2.

6. Pavimentação

Tacos - SERÃO PAVIMENTADOS COM TACOS DE MADEIRA DE LEI, OS SEGUINTE COMPARTIMENTOS; SALA DE AULA, BIBLIOTECA, ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA E SALA DOS PROFESSORES.

Ladrilhos hidráulicos - SERÃO PAVIMENTADOS COM ESTE MATERIAL OS SANITÁRIOS E O DEPÓSITO DE MATERIAL DIDÁTICO. OS LADRILHOS SERÃO ASSENTES COM ARGAMASSA DE CIMENTO E SAIBRO NO TRAÇO DE 1;3.

Cimentado - SERÃO PAVIMENTADOS COM CIMENTADO ESQUADREJADO, A ÁREA COBERTA E AS GALERIAS DE CIRCULAÇÃO. O CIMENTADO SERÁ EXECUTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA NO TRAÇO DE 1;4.

7. Soleiras

TODOS OS VÃOS QUE SEPARAREM PISOS DIFERENTES, LEVARÃO SOLEIRAS DE MARMORITE PRÉ-MOLDADAS, COM 3,5 CM. DE ESPESSURA E LARGURA IGUAL AO VÃO. USAR-SE-ÃO SOLEIRAS DO MESMO MATERIAL, PAVIMENTAÇÕES IGUAIS E CONTÍGUAS.

8. Rodapés

Madeira - TODOS OS COMPARTIMENTOS COM PISO DE TACOS, LEVARÃO RODAPÉS DE MADEIRA DE LEI, APARAFUSADOS EM TACOS PRÉVIAMENTE EMBUTIDOS NAS ALVENARIAS.

Cimentado - EMPREGADOS ONDE HOUVER PISOS DO MESMO MATERIAL, EXECUTADOS COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, NO TRAÇO DE 1;3.

Ladrilhos hidráulicos - EMPREGADOS ONDE HOUVER PISOS DO MESMO MATERIAL E ASSENTES CUIDADOSAMENTE.

9. Peltores

TÔDAS AS JANELAS, LEVARÃO PEITORIS PRÉ-MOLDADOS DE MARMORITE, COM 2,5 CM. DE ESPESSURA, BOCÉIS DE 3 CM. COM REBAIXOS E PINGADEIRAS.

10. Cobertura

A COBERTURA SERÁ EXECUTADA EM PEÇAS DE MADEIRA DE LEI, ONDE REPOUSARÃO AS TELHAS DE FIBRO-CIMENTO, ASSENTADAS COM GRAMPOS OU PARAFUSOS.

11. Revestimentos especiais

AS PAREDES DOS SANITÁRIOS SERÃO REVESTIDAS COM AZULEJOS DE 1ª QUALIDADE, ATÉ A ALTURA DE 10 FIADAS E ASSENTES COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, TRAÇO 1:4. OS ÂNGULOS, ARES-TAS E CANTOS, SERÃO ARREMATADOS COM PEÇAS APROPRIADAS PARA ÊSTE FIM.

12. Esquadrias

Ferro - SERÃO DO TIPO BASCULANTE, EMPREGADAS NOS VÃOS DE JANELAS DOS SANITÁRIOS. SERÃO FABRICADAS COM O MÁXIMO DE CUIDADO E PERFEIÇÃO, OBEDECENDO ÀS DIMENSÕES INDICADAS NO PROJETO.

Madeira - COMPREENDEM TÔDAS AS PORTAS E JANELAS DOS DE-MAIS COMPARTIMENTOS INDICADOS NO PROJETO.

13. Ferragens

USAR-SE-ÃO SÔMENTE FERRAGENS DE 1ª QUALIDADE.

14. Vidros

SERÃO EMPREGADOS VIDROS DE 1ª QUALIDADE, PLANOS, LISOS, TRANS-PARENTES E SEM QUAISQUER DEFEITOS. OS VIDROS DOS BASCULAN-TES SERÃO DO TIPO "MARTELADO" OU SIMILAR.

15. Instalações

TANTO AS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS COMO HIDRÁULICAS, SERÃO EXE-CUTADAS DE ACÓRDO COM AS EXIGÊNCIAS DA BOA TÉCNICA E OBE-DECERÃO ÀS PLANTAS E DETALHES QUE SERÃO FORNECIDOS AOS INTERESSADOS.

16. Pinturas

TÔDAS AS PAREDES E TETOS, SERÃO PINTADOS CUIDADOSAMENTE E LEVARÃO QUANTAS DEMÃOS FOREM NECESSÁRIAS.

Calafção - TODOS OS TETOS E PAREDES EXTERNAS, SERÃO CAI- DOS EM DUAS DEMÃOS.

Óleo - AS ESQUADRIAS E PEÇAS DE MADEIRA APARENTE, LEVARÃO 3 DEMÃOS DE TINTA-ÓLEO, SENDO UMA DE APARELHO.

Tipo "Kentone" - AS DEMAIS PAREDES, LEVARÃO DUAS DEMÃOS DE TINTA TIPO "KENTONE" OU SIMILAR.

17. Limpeza

A OBRA SÓ SERÁ ENTREGUE APÓS A LIMPEZA GERAL, TACOS RAS-PADOS E ENCERADOS, FERRAGENS LUBRIFICADAS, PISOS POLIDOS, VIDROS LAVADOS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E HIDRÁULICAS LIGADAS E APROVADAS PELAS REPARTIÇÕES COMPETENTES, SENDO PRÊVIA-MENTE EXPERIMENTADAS A FIM DE COMPROVAR O SEU PERFEITO FUNCIONAMENTO.

Rio 1958

S
P
A
E

TARCISIO TUPINAMBÁ GOMES

CHEFE

L. A. d'ESCRAGNOLLE FILHO

ARQUITETO

C O L A B O R A D O R E S

L Y D I A V E R A M I C H U L O V I C H

M A R I A D O P A T R O C I N I O L . A . C A S T R O

W A L D E M A R M A R T I N I A N O D E S O U S A

W A L D I R C A R D O S O L A C E R D A

M A R I A J O S É D E S O U Z A C O R R É A

O D I N E T E D A S I L V E I R A S A N T ' A N A

43) Título: Campanhas de Construções Escolares_m042p01 - Folheto do Serviço Pumex e Correspondências do Programa de Construção Escolar, 1964 – 1969.

Data(s): 1964 - 1969 (Produção).

Tamanho: 97 páginas.

Comentários: fora do recorte temporal.

44) Título: EDUCADORES_m053p01 - Conferência - Universidade e a Liberdade Humana - Apresentação de Anísio Teixeira na Universidade Federal da Bahia, 1953.

Data(s): 1953 (Produção).

Tamanho: 22 p.

Disponível em: [http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-](http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/5/7/4/574102384d57c00937bd6214d8e69ad2c2e529b49a60aef3f06ba6f24e8e337b/E)

[2/5/7/4/574102384d57c00937bd6214d8e69ad2c2e529b49a60aef3f06ba6f24e8e337b/E](http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/5/7/4/574102384d57c00937bd6214d8e69ad2c2e529b49a60aef3f06ba6f24e8e337b/E)

DUCADORES_m53p1_ConferenciaeUniversidadeBahia_AUniversidadeeaLiberdadeHumana_AnisioTeixeira1953.PDF. Acesso em: 29 fev. 2020.

APÊNDICE C – Documentos encontrados no arquivo de Mato Grosso em ordem cronológica

O trabalho realizado no Arquivo Público de Mato Grosso, realizado em março de 2020 foi finalizado compulsoriamente devido a pandemia de corona vírus que obrigou vários países do mundo a incentivar e depois decretar isolamento social. No arquivo foram consultados os seguinte fundos: Acervo Cartográfico, Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Instrução Pública (IP), Secretaria de Educação e Cultura e Saúde (SECS), Departamento de Educação e Cultura (DEC), e ainda caixas de documentos não tratados (separados somente por ano e com o título Educação).

Quanto ao Acervo Cartográfico, a pesquisa foi realizada a priori, no site da instituição; nos diários oficiais foi utilizada a busca por assunto utilizando os descritores (Ensino Secundário, Ginásio, Colégio, construção, obra) entre os anos de 1943 e 1961. Nos fundos IP e SECS foi feita uma leitura dos conteúdos descritos e selecionados os livros do período de interesse. A título de informação no fundo IP selecionei os seguintes livros: 12 IP-003-013 Informações 1946; 18 IP-003-019 Registro de informações recebidas e expedidas pela instrução pública 1945/46; 63 IP-003-067 Registro de informações da secretaria da instrução pública 1943/1944; 76 IP-003-080 Registro das portarias de licença concedidas pela Interventoria Federal 1939/1946; 117 IP-003-121 Cópias dos ofícios expedidos pela Instrução Pública 1944/1946; 120 IP-003-124 registro de portarias da Diretoria Geral da Instrução Pública, 1933/1947 (a partir da pg 66 ano 1947, Diretoria Geral do Departamento de Educação e Cultura), 129 IP-003-135 Registro de informações de processos da Secretaria da Instrução Pública 1945, 150 IP-003-632 Registro de decretos numerados- aposentadoria, criação de escolas-adicional 1939/1946, 190 IP-003-701 Registro de protocolo geral da instrução Pública 1948/1949.

Verifiquei o conteúdo de todas as 51 caixas de Educação, ainda sem tratamento, do recorte temporal proposto: 1943 (1 caixa), 1944 (1 caixa), 1945 (2 caixas), 1946 (3 caixas), 1947 (2 caixas), 1948 (1 caixa), 1949 (1 caixa), 1950 (2 caixas), 1951 (2 caixas), 1952 (1 caixa), 1953 (2 caixas), 1954 (3 caixas), 1955 (1 caixa), 1956 (2 caixas), 1957 (2 caixas), 1958 (3 caixas), 1959 (1 caixas), 1960 (11 caixas), 1961 (10 caixas).

O fundo Departamento de Educação e Cultura (DEC) foi analisado parcialmente, em função do fechamento do arquivo, já mencionado anteriormente.

Nas caixas de educação do ano de 1943, os dados do município de Porto Murtinho estão vinculados a Mato Grosso e não ao Território Federal de Ponta Porã.

63 IP-003-067 Registro de informações da secretaria da instrução pública 1943/1944.

Em abril de 1944, o Sr. José Maria Castanho, Processo nº 485, professor particular em Miranda, pede autorização para o funcionamento de um Colégio denominado “S. José”, encaminhando toda a documentação com exceção das fotografias e plantas do Prédio, enfim tudo que demonstrasse a situação do local onde se realizariam as aulas. O Diretor Geral da Instrução Pública Antonio Corrêa da Silva Pereira responde que, como se trata de pessoa bastante conhecida e de responsabilidade, “o deferimento do seu pedido, independente do documento que falta, está em condições de merito. Registrada, encaminhe-se à Secretaria Geral do Estado”.

150 IP-003-632 Registro de decretos numerados- aposentadoria, criação de escolas-adicional 1939/1946. Pg 120 verso.

O Decreto-lei nº 548, de 04 de fevereiro de 1944 criou seis lugares de Médico Escolar para atender no Colégio Estadual de Mato Grosso, nos Ginásios, nas Escolas Modelo e nos Grupos Escolares, o serviço de Educação Física. A criação desses cargos demanda, em tese, na criação de um local específico para a realização de exames médicos.

Caixas Instituição: Educação - Ano: 1946

Documento do Departamento de Educação e Cultura.

Cuiabá, 16 de outubro de 1946.

Propõe a nomeação de uma comissão para modificação do Regulamento do Colégio Estadual de Mato Grosso (antigo Liceu Cuiabano) a fim de enquadrar o ensino secundário do Estado nos moldes do Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, uma vez que o mesmo ainda era regulamentado ainda pelo Regulamento do Liceu Cuiabano, Decreto nº 133, de 21 de janeiro de 1938, pois o mesmo não satisfaz “as exigências da administração do ensino e não condiz com as altas finalidades visadas pela Lei Orgânica do Ensino Secundário no país”. Este documento pode dar uma noção de como a implantação das leis demorava a chegar de fato ‘a prática. Afinal, depois de 4 anos da promulgação do Decreto-lei nº 4.244, o Estado de Mato Grosso ainda continuava sob a égide da antiga lei.

Caixas Instituição: Educação - Ano: 1946

Principais resultados da estatística do ensino primário geral nos municípios das capitais em 1946 (dados provisórios), documento elaborado pelo Serviço de Estatística da

Educação e Saúde. Este documento é válido para uma análise dos números de Cuiabá-MT e Maracaju do TFPP.

- Ensino Pré-Primário - Maternal Cuiabá 0 unidades escolares; Maracaju 0 unidades escolares.
- Ensino Pré-Primário - Infantil Cuiabá 0 unidades escolares; Maracaju 0 unidades escolares.
- Ensino fundamental - Comum Cuiabá 78 unidades escolares; Maracaju 5 unidades escolares.
- Ensino fundamental - Supletivo Cuiabá 4 unidades escolares; Maracaju 0 unidades escolares.

Ensino Complementar Cuiabá 7 unidades escolares; Maracaju 0 unidades escolares.

Vale destacar que a capital do TFPP era oficialmente em Maracaju mas, na realidade era em Ponta Porã.

120 IP-003-124 registro de portarias da Diretoria geral da Instrução Pública, 1933/1947(a partir da pg 66, ano 1947, Diretoria Geral do Departamento de Educação e Cultura) Pg 64, verso. Portaria nº 3, de 24 de junho de 1944. O Diretor Geral da Instrução Pública determina que a denominação de Ginásio e Colégio são privativas de estabelecimentos destinados ao ensino Secundário para ensino secundário.

Caixas Instituição: Educação - Ano: 1947

Diário Oficial de Mato Grosso de 4 de dezembro de 1946, Baixa o Regulamento do Departamento de Educação e Cultura do Estado.

Quanto ao ensino secundário: atribui ao Departamento de Educação e Cultura do Estado a orientação e fiscalização do ensino pré-primário, primário, secundário, normal, técnico comercial e profissional do Estado, dos municípios e particulares; uma das atribuições do Diretor Geral desse departamento é determinar o registro de estabelecimentos de ensino particular; vincula Secretaria do Departamento de Educação e Cultura do Estado a incumbência dos serviços administrativos do ensino Secundário; e institui o Conselho Estadual de Educação composto por 8 membros incluindo o Diretor do Colégio Estadual de Mato Grosso e um professor catedrático do ensino secundário; que tinha como alguns de seus objetivos contribuir com sugestões para a melhor eficiência do ensino em todos os seus aspectos e sugerir medidas para que o ensino tenha a desejada eficiência

Caixas Instituição: Educação - Ano: 1948

(D.O. 11.8) -

Decreto nº 519 de 6 de agosto de 1948, Dá regulamento aos Estabelecimentos de Ensino Secundário do Estado.

[...] “manda que nos Estabelecimentos Oficiais de Ensino Secundário do Estado, se observe o Regulamento que com este baixa”;

O ensino secundário tem por finalidade “ministrar sólida instrução fundamental que os habilite a desempenhar cabalmente os deveres de cidadãos”. O ensino e os programas deverão ser os adotados no Colégio Pedro II. Sobre os edifícios, em seu Artigo 64, alínea O proíbe expressamente os alunos de “danificar de qualquer modo as paredes e utensílios do estabelecimento, ou os de outrem”.

190 IP-003-701 Registro de protocolo geral da Instrução Pública 1948/1949

Nº de ordem 22926 de 05 de outubro de 1948 O INEP remete a Instrução Pública ofício contendo um acordo assinado entre o Estado de Mato Grosso e o Ministério da Educação e Saúde para a construção de mais de 36 unidades escolares e informando a transferência de Cr\$ 720.000,00 referentes a primeira parcela.

131-28.9 (D.O. 5.10)

Cria o município de Amambai, cuja área seria desmembrada do município de Ponta Porã.

190 IP-003-701 Registro de protocolo geral da instrução Pública 1948/1949.

Pg 127 13 dez 1948 Diretor de Ensino Secundário em Circular Nº 5 a esta diretoria recomendando que os Inspectores realizem à fiscalização dos estabelecimentos sob sua inspeção, inclusive os vencimentos dos prof es dos cursos primários e recomendando que verifiqueis a situação destes professores primários de acôrdo com a portaria nº 20 de 5-4-1945.

190 IP-003-701 Registro de protocolo geral da instrução Pública 1948/1949.

Nº de Ordem 3953 de 29 de dezembro de 1948 pg 156. Inspeção Escolar de Ponta Porã, solicitando remessa da segunda quota para a construção de prédios escolares.

102 DEC-003-262 Termos de contrato de obras 1950/1953.

Contrato de construção da Escola Normal Rural de Ponta Porã, maio de 1950 com o Engenheiro Joaquim Teodoro de Faria, o contratante se obriga a apresentar a escritura de doação do terreno por parte da municipalidade. O valor do contrato é de Cr\$ 2.940.000,00 destinada a construção de 6 pavilhões.

Contrato de construção do Ginásio de Maracajú, maio de 1950. Assinam esse contrato o Prefeito de Maracajú, Francisco Bernades Ferreira e o Professor Ulisses Cuiabano, Diretor do Departamento de Educação e Cultura do Estado; em uma área mínima de 250.000 m2 transferida da municipalidade ao Estado. O prédio não poderá ultrapassar Cr\$ 600.000,00.

120 IP-003-124 Registro de portarias da Diretoria geral da Instrução Pública.

Em 09 de maio de 1950, por meio da Portaria nº 4, o Diretor do Departamento de Educação e Cultura, designa um professor adido do departamento para atender ao serviço de Construção de Prédios Escolares.

Caixas Instituição: Educação - Ano: 1950

Relatório enviado ao Secretário do Interior, Justiça e Finanças, em 12 de junho de 1950 referente ao ano findo sobre ocorrências e realizações no Departamento de Educação e Cultura do Estado. Sobre ensino secundário informa que em 1949 os estabelecimentos de ensino secundário oficiais registraram 1330 matrículas de alunos de ambos os sexos

Tabelas de estabelecimentos oficiais de ensino secundário.

Estabelecimento	Número de matrículas
Colégio Estadual de Mato Grosso	575
Ginásio Campograndense	370
Ginásio Maria Leite	195
Ginásio 2 de julho	131
Ginásio 11 de março	59

O relatório ainda cita os seguintes estabelecimentos particulares: Ginásio S, Gonçalves (Cuiabá), Ginásio Coração de Jesus (Cuiabá), Ginásio Cândido Mariano (Aquidauana), Ginásio Imaculada Conceição (Corumbá), Colégio D. Bosco (Campo Grande), e Ginásio Oswaldo Cruz (Campo Grande). A título de curiosidade o ensino técnico comercial era ministrado para um total de 190 alunos, em Cuiabá e Corumbá; o ensino normal nas

Escolas Normais “Pedro Celestino” (Cuiabá) e “Joaquim Murtinho” (Campo Grande) e a matrícula atingiu 115 alunos no curso regional e no ensino normal. O relatório cita ainda a existência de duas escolas normais da Congregação Salesiana funcionando em Campo Grande e Corumbá e outorga para funcionamento a Escola Normal “Jango de Castro” e a conversão do Ginásio Maria Leite em Colégio e anuncia o convênio entre o Estado e a União para a construção de três Escolas Normais (Bela Vista, Ponta Porã e Cuiabá). Chama a atenção que o ensino secundário possui cerca de 81% do total de matriculados. Outro item é a inexistência de ginásios na área desta pesquisa.

Caixas Instituição: Educação - Ano: 1951

Em documento do Departamento de Educação e Cultura, em 27 de janeiro de 1951, informa o envio de seis fotografias dos prédios das Escolas Normais Rurais de Ponta Porã e Bela Vista para “aquilatar da sua construção e, caso esteja dentro das cláusulas contratuais, solicitamo-vos a remessa do numerário para pagamento da 2ª. Prestação”. Foi feita uma busca no Arquivo mas as fotografias não foram encontradas.

Em 27 de janeiro de 1951, existiu uma comunicação do Diretor do Departamento de Educação e Cultura informando a existência de duas contas que estão juntas no Banco do Brasil, a de Construção de Grupos Escolares e a de Escolas Rurais.

Caixas Instituição: Educação - Ano: 1951

Protocolo nº 39/2070 de 16 de agosto de 1951.

No processo o Sr. João B. Calvoso e o Prefeito de Ponta Porã, Sr. Adê Marquês, solicitam a Divisão do Ensino Médio, um prédio, por empréstimo, para instalar um curso ginásial em Ponta Porã. No primeiro requerimento O Sr. João B. Calvoso requer a cessão do edifício onde funcionou a antiga Escola Normal do extinto Território Federal de Ponta Porã. No segundo, o Prefeito de Ponta Porã reforça o pedido e ainda acrescenta que a cessão vigorará até que seja possível a construção do espaço pelo seu diretor.

Em resposta ao processo 39/2070. A Informação nº 7, do Diretor da Divisão do Ensino Médio do Departamento de Educação e Cultura do Estado, do dia 28 de fevereiro de 1951.

083 416-14.9 (D.O. 18.9)

Lei nº 416 de 14 de Setembro de 1951.

Fica o Poder Executivo autorizado a promover a encampação, sem qualquer ônus para o Estado, o Ginásio Bela Vista, com sede na cidade de Bela Vista, filiado a Campanha

Nacional de Educandários Gratuitos, secção Mato Grosso, e autorizado a funcionar condicionalmente por Portaria n. 566 de 31 de Julho de 1950 do Ministério de Educação e Saúde Pública.

106 427- 2.10 (D.O. 5.10)

Lei nº 427 de 2 de Outubro de 1951.

Artigo 1. – Ficam criados, Ginásios nas cidades de Poxoreu, Rosário do Oéste, Guiratinga, Dourados e Paranaíba, a partir de 1. de janeiro de 1955 e que adotaram o programa dos cursos secundários do país.

Parágrafo único – Dos Ginásios criados no presente artigo, os de Poxoreu, Rosário do Oéste, Dourados e Paranaíba terão, respectivamente, as seguintes denominações:

- a) . – Poxoreu – SETE DE SETEMBRO
- b) . – Rosario Oéste – CEL. ARTUR BORGES
- c) . – Dourados – PRESIDENTE VARGAS
- d) . – Paranaíba – WLADISLAU GRACIA GOMES [...]

128 170 10.10 (D. O. 13.10)

Lei nº 170 de 10 de Outubro de 1951128 170 10.10 (D. O. 13.10).

Autoriza o executivo a auxiliar o Ginásio São Francisco de Assis em Cr\$ 100.000,00, da cidade de Ponta Porã que será usada uma parte na construção de prédio próprio e a outra para ampliação do laboratório de Ciências Físicas e Naturais.

173 201-27.10 (D.O. 31.10)

Lei nº 201, de 27 de Outubro de 1951173 201-27.10 (D.O. 31.10).

Autoriza o Executivo a auxiliar os estabelecimentos de ensino.

Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílios anuais de: Cr\$ 36.000.000,00 ao “Colégio Dom Bosco”, ao Ginásio “Oswaldo Cruz”, de Campo Grande e ao “Liceu de Artes e Ofícios São Gonçalo”, de Cuiabá e de Cr\$ 6.000,00 anuais ao “ Colégio Sant`Ana”, de Paranaíba; escola primária Professora Matilde dos Anjos, de Cuiabá, pagos em duodécimos.

Caixas Instituição: Educação - Ano: 1952

Relatório Geral do Departamento de Educação e Cultura apresentado em 3 de maio de 1952 ao Governador do Estado.

O relatório inicia com uma definição de educação “Educação é a preparação para a vida”, depois apresenta uma descrição da população de Mato Grosso informando que a população rural é de 70,22%, o relatório utiliza palavras atribuídas ao Diretor do INEP, Murilo Braga, afirmando que o :

[...] processo de industrialização veio agravar consideravelmente os desajustes existentes nos padrões de vida, entre a zona rural e urbana. [...] A distância que separa essas duas partes, poderá criar, com o decorrer do tempo, um verdadeiro abismo entre o nível, tipo e estilo de existência da primeira e da segunda camada da população brasileira. [...] se não forem tomadas a tempo, providências enérgicas, essa evolução poderá um dia ameaçar seriamente a própria unidade nacional e cultural do país”. (BRASIL, 1952).

E o documento chama para a educação a responsabilidade de instruir, educar e preparar para a vida. Quanto ao ensino secundário, destaca que é primeira vez que exigem relatórios periódicos de todos os estabelecimentos de ensino médio existentes no Estado. Mas o documento se concentra, basicamente, no ensino primário e na formação de professores. Quanto aos prédios escolares, aponta para o acordo com o INEP para a construção de prédios para escolas rurais e grupos escolares; entre 1946 e 1946 foram acordados Cr\$ 12.560.000,00 para a construção de escolas rurais; Cr\$ 2.500.000,00 para grupos escolares; Cr\$ 4.000,00 para escolas normais rurais; Cr\$ 320.000,00 para equipar escolas rurais; mais Cr\$ 20.380.000,00 em 1950 para mais dois grupos escolares. Destaca que a verba possibilita a construção de 214 escolas rurais e que o departamento ainda está elaborando um levantamento para a atualização dos processos de construção. Em um documento de 33 páginas, somente 11 linhas estão voltadas para o ensino médio como um todo e comunica que em 1951 nenhum novo estabelecimento de ensino médio foi criado.

095 507-27.10 (D.O. 31.10)

Lei nº 506 de 27-10 de 1952.

Reajusta os vencimentos dos cargos isolados de provimento efetivo de Professor Primário.

Lei nº 507 de 27-10 de 1952

Reajusta os vencimentos dos cargos isolados de provimento efetivo de Professor Secundário.

(D.O. 5.11) 1952

Lei nº 537 de 29 de outubro de 1952 (D.O. 5.11) 1952.

Subvenção de Cr\$ 100.000,00 ao Ginásio Bela Vista, filiado a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos [...] e um auxílio de Cr\$ 60.000,00 ao Ginásio Brasil desta Capital para a sua instalação e aquisição de materiais e moveis escolares.

(D.O. 6.11) 1952

Lei nº 243 de 30 de outubro de 1952.

Dispõe sobre a construção do Grupo Escolar “Cel. Generoso Ponce”, da cidade de Bela Vista, com a importância de Cr\$ 300.000,00.

189 272 9.12 (D.O. 16.12)

Lei nº 272 de 09 de dezembro de 1952.

Oferta em estabelecimentos Oficiais do Estado, o segundo Ciclo do Ensino Secundário. Os Ginásios Oficiais do Estado que obtenham o funcionamento do segundo ciclo do curso secundário ou somente o científico denominar-se-ão Colégio.

066 583-30.09 (D.O. 3.10)

Lei nº 583 de 30 de setembro de 1953.

Declara de utilidade Pública a sociedade Instrutiva de Ponta Porã, mantenedora do Ginásio São Francisco de Assis.

075 590-5.10(D.O. 7.10)

Lei nº 590 de 05 de outubro de 1953 075 590-5.10(D.O. 7.10)

Concede auxílio a Sociedade Instrutiva de Ponta Porã Ltda. Mantenedora do Ginásio São Francisco de Assis, Cr\$ 40.000,00.

526 1679 14.10 (D.O. 31.10)

Lei nº 1679 de 14 de outubro de 1953.

Encampa o Ginásio Bela Vista, cidade homônima.

Considerando que o Ginásio Bela Vista, fundado pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, vem funcionando regularmente;

Considerando que já este ano será diplomada a primeira turma de ginasianos;

Considerando que, apesar da subvenção concedida pelo Estado, contudo, urge que o Poder Público assumira efetivamente a responsabilidade pelo funcionamento e pela manutenção do referido estabelecimento, dadas as dificuldades com que vem lutando;

Considerando que, no caso particular do Ginásio Bela Vista, situado em cidade limdeira com país estrangeiro, o Estado, mantendo um estabelecimento de ensino secundário, irá concorrer para a nacionalização dessa faixa do território pátrio, decreta:

Encampar o Ginásio [...]

O pessoal docente e administrativo do Ginásio será o constante do quadro que a este acompanha

Os alunos ficam sujeitos as mesmas taxas cobradas pelo Colégio Estadual de Mato Grosso.

Caixas Instituição: Educação - Ano: 1953

Em documento encontrado nas caixas de Educação, existe um decreto sem número de outubro de 1953, da Diretoria do Expediente do Estado de Mato Grosso, existem todas as informações constantes na Lei N. 1679 de 14 de Outubro de 1953 e ainda descreve o quadro docente e administrativo do referido Ginásio: 1 Diretor; 1 oficial administrativo, 1 escriturário, 1 Inspetor de Alunos, 13 Professores, 1, Porteiro e 1 Contínuo (Extranumerário -Mensalista).

005 717 17.12 1953* (D.O. 25 e 26.1)

Lei nº 717 de 17 de dezembro de 1953, dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Saúde do Estado. Vinculava a educação pré-primária, primária, secundária, normal, profissional, física e superior à Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Saúde. Quanto ao ensino secundário, estabelecia que é de competência do Secretário de Estado de Educação, Cultura e Saúde propor a outorga de mandato a escolas normais, a ginásios estaduais, municipais ou particulares, bem como a cassação de direitos de mandato das mesmas escolas.

060 378 25.11 (D.O. 1.12)

Lei nº 378 de 25 de Novembro de 1954.

: [...] a Bela Vista (encampação do Ginásio). Abre crédito especial para pagamento de funcionários, no valor de Cr\$ 388.500,00.

ACERVO CARTOGRÁFICO 218 – Localização: MAP. 02/G. 05/ENV. 170.

TÍTULO: Ginásio Estadual de Dourados

ESCALA: 1:100 DATA: 1955 (X) CÓPIA () ORIGINAL

SINOPSE: Conjunto de documentos incluindo cópia do contrato entre o Departamento de Obras e o Senhor Vitório Fedrizzi para construção do Ginásio Estadual da cidade de Dourados. Planta baixa dos vários setores num total de 10 (dez) plantas com duplicidade de cópias. Dimensões: 70 cm x 80 cm.

Arquivo de Mato Grosso 218 - Título: Ginásio Estadual de Dourados O contrato de empreitada da obra do Ginásio Estadual de Dourados, entre o Estado de Mato Grosso e o empreiteiro Vittorio Fedrizzi, no ano de 1955, no valor de Cr\$ 1.840.000,00 é referente somente ao primeiro pavimento de um prédio de dois, interessante observar que as salas de aula do referido projeto encontravam-se no segundo pavimento.

379 7 15.9 (D.O. 27.9) 1956

Decreto Legislativo nº 7 de 15 de setembro de 1956.

Autoriza construção de Ginásio na cidade de Ponta Porã, com a importância de Cr\$ 2.000.000,00. (Foi revogado em dezembro de 1957).

193 185-5.3 (D.O. 20.3) 1957

Decreto nº 185, de 5 de março de 1957.

Desdobra a cadeira de Matemática do Ginásio Bela Vista.

Caixas Instituição: Educação - Ano: 1957

Termo de Convênio Geral celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e o Governo do Estado de Mato Grosso para aplicação de recursos do fundo Nacional do Ensino Médio referente ao exercício de 1955.

Na Cláusula primeira estipula que o montante geral dos recursos do convênio é de Cr\$ 970.667,00 sendo que $\frac{3}{4}$ são recursos do governo federal e $\frac{1}{4}$ é a quota de contribuição de Mato Grosso. Esse montante foi distribuído para os seguintes estabelecimentos: Colégio Estadual Campograndense – Campo Grande – equipamentos – Cr\$ 320.000,00; Colégio Estadual Maria Leite – Corumbá – equipamentos – Cr\$ 330.667,00; Colégio Estadual de Mato Grosso Cr\$ 320.000,00. A cláusula segunda especifica que a aplicação de recursos deverá ser objeto de um Convênio Especial que contenha especificações dos

projetos de obras e descrição da aquisição de equipamentos. Interessante ressaltar que esse termo é datado de abril de 1957.

O Termo de Convênio Geral celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e o Governo do Estado de Mato Grosso para aplicação de recursos do fundo Nacional do Ensino Médio referente ao exercício de 1956 também é datado de abril de 1957 e conta com um montante de Cr\$ 837.334,00 distribuído da mesma maneira que no termo de 1955: $\frac{3}{4}$ são recursos do governo federal e $\frac{1}{4}$ é a quota de contribuição de Mato Grosso. Para o ano de 1956, os recursos foram distribuídos da seguinte maneira: Ginásio Estadual Dois de Julho – Três Lagoas – Equipamento – Cr\$ 280.000,00; Ginásio Estadual de Bela Vista – Equipamento – Cr\$ 277.334,00; Ginásio Estadual 11 de Março – Cáceres – Cr\$ 280.000,00.

Caixas Instituição: Educação - Ano: 1957

Existem duas Relações dos Estabelecimentos do Ensino Primário aos quais foram enviados Diário Oficial, uma em 16/10/1957 e outra em 25/10/57:

Relação dos Estabelecimentos do Ensino Primário de Diário Oficial enviados em 16/10/57:

- Diário oficial – Escola D. Aquino Correa – Três Lagoas;
- Diário oficial – Colégio Campograndense – Campo Grande;
- Diário oficial – Ginásio Wladislau Garcia Gomes – Paranaíba;
- Diário oficial – Escola Normal Joaquim Murinho – Campo Grande;
- Diário oficial – Escola Normal Jango de Castro – Aquidauana;
- Diário oficial – Ginásio Estevão de Mendonça – Guiratinga;
- Diário oficial – Colégio Maria Leite – Corumbá;
- Diário oficial – Ginásio Bela Vista – Bela Vista;
- Diário oficial – Ginásio Onze de Março – em Cáceres;
- Diário oficial – Escola Técnica de Comércio – Corumbá;
- Diário oficial – Ginásio Onze de Julho – Três Lagoas;
- Diário oficial – José de Figueiredo Loreiro – Rosário-Oeste;
- Diário oficial – Silvio da Silva Freire – Poconé;
- Diário oficial – Erasmo Medeiros – Bela Vista;
- Diário oficial – Romulo Humberto Carrato – Três Lagoas;
- Diário oficial – Heretiano Rios – Campo Grande;

- Diário oficial – Vicente de Medeiros – Aquidauana;
- Diário oficial – Thomé Mariano Sobrinho – Paranaíba;
- Diário oficial – Eduardo Malhado – Corumbá;
- Diário oficial – Modesto Machado – Alto-Araguaia;
- Diário oficial – Theotônio Alves de Almeida – Dourados.

Relação dos Estabelecimentos do Ensino Primário do Diário Oficial, enviados em 25/10/57:

- Diário oficial – Colégio Campograndense – Campo Grande;
- Diário oficial – Escola Normal Jango de Castro – Aquidauana;
- Diário oficial – Escola Técnica de Comércio – Corumbá;
- Diário oficial – Escola Normal Joaquim Murtinho – Campo Grande;
- Diário oficial – Ginásio Wladislau Garcia Gomes – Paranaíba;
- Diário oficial – Ginásio Onze de Março – em Cáceres;
- Diário oficial – Escola d. Aquino Correa – Três Lagoas;
- Diário oficial – Colégio Maria Leite – Corumbá;
- Diário oficial – Ginásio Onze de Julho – Três Lagoas;
- Diário oficial – Ginásio Bela Vista – Bela Vista;
- Diário oficial – Ginásio Estevão de Mendonça – Guiratinga.

Essa Lista é atribuída ao Departamento de Educação e Cultura do Estado para envio de Diários Oficiais e parece bastante confusa, se apresenta como de estabelecimento de ensino primário mas cita os de ensino secundário e uma escola.

Caixas Instituição: Educação - Ano: 1957

Nota de empenho de 06 de nov de 1957 - Ginásio Oswaldo Cruz, da cidade de Dourados referente ao auxílio de Cr\$ 50.000,00.

Nota de empenho de 22 de nov de 1957 para o Colégio de N. S. Das Graças das Irmãs Franciscanas de Porto Murtinho, referente ao auxílio de Cr\$20.000,00.

Nota de empenho de 02 de dez de 1957 para a Sociedade Educadora de Ponta Porã, mantenedora do Ginásio São Francisco de Assis referente ao auxílio de Cr\$ 50.000,00.

Nota de empenho de 04 de dez de 1957 para a Sociedade Educadora de Ponta Porã, mantenedora do Ginásio São Francisco de Assis referente ao auxílio de Cr\$ 30.000,00.

Lei nº 1017 de 7 de dezembro de 1957.

Cria cargos nos Ginásios Estaduais de Dourados e Poxoréu:

Ficam criados, integrando a lotação, a Lotação do Ginásio Estadual “Presidente Vargas” de Dourados.

Pessoal fixo: 1 de Diretor, 1 de Secretário, 12 de Professor, 1 Professor de Educação Física, 1 de Preparador de Física e Química, 1 de Inspetor de Alunos, 1 de Escriturário, 1 de Porteiro.

Pessoal variável: 2 Contínuos.

Ficam criados, integrando a lotação, a Lotação do Ginásio Estadual “7 de Setembro” de Poxoreu.

Pessoal fixo: 1 de Diretor, 1 de Secretário, 13 de Professor, 1 Professor de Educação Física, 1 de Preparador de Física e Química, 1 de Inspetor de Alunos, 1 de Escriturário, 1 de Porteiro.

Pessoal variável: 1 Contínuos.

201 427-23.4 (D.O. 26.4)

Decreto nº 427 de 23 de abril de 1958.

Abre crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00.

Ficam anulados: Auxílio para a construção de um Ginásio na cidade de Ponta Porã e auxílio a Liga Esportiva Campograndense.

Com os recursos constantes das anulações de que trata o artigo anterior, fica aberto o crédito de Cr\$ 2.500.000,00[...] destinados a instalação e manutenção dos Ginásios Estaduais de “Ribeiro de Arruda”, de Poconé; “7 de Setembro”, de Poxoréu e “Presidente Vargas”, de Dourados.

308 516-9.8 (D.O. 27.9)

Decreto nº 516 de 9 de agosto de 1958.

Dá novo regulamento aos Estabelecimentos de Ensino Secundário do Estado.

Esse regulamento estabeleceu como finalidade do ensino secundário “ministrar sólida instrução fundamental que os habilite a desempenharem cabalmente os deveres de cidadãos”. Também estabeleceu que o ensino e os programas de deveriam ser os mesmos do Colégio Pedro II. Alguns artigos tratavam das responsabilidades em relação aos edifícios escolares: Aos alunos era proibido em seu Art. 59º, letra O “danificar de qualquer modo as paredes e utensílios do estabelecimento, ou os de outrem; [...]”. Os

Porteiros eram incumbidos, em seu Art. 147º, velar pela conservação dos móveis e utensílios do estabelecimento e em seu Art. 148º determina que os Contínuos teriam que desempenhar os serviços de limpeza e asseio e quaisquer outros, quer no interior quer no exterior do edifício.

Caixas Instituição: Educação - Ano: 1959

Processo nº 2581/4421.

Em comunicação de 22 de maio de 1959, o Padre Tomás Sheehan, Diretor do Ginásio e Escola Paroquial N. S. Carmo, de Miranda, pede auxílio para a construção de prédio próprio para funcionamento do Ginásio.

Em Informação de 11 de julho de 1959 consta que o referido Ginásio foi contemplado com a descrição de auxílio a Escola Paroquial Nossa Senhora do Carmo, com o valor de Cr\$ 50.000,00. Informa que o valor ainda não está empenhado pois necessita ser autorizado.

85 SEC-003-507 Divisão do ensino secundário normal e profissional (nomeações, gratificações e diversos) 1958/1959. 1232-23.7 (D.O 6.8).

Lei nº 1232 de 23 de julho de 1959.

Dispõe sobre o número de cadeiras nos Ginásio e Colégios Estaduais.

Em seu Art. 1º determina que os Ginásio Estaduais terão quinze (15) cadeiras: Português, Latim, Francês, Inglês, Matemática, Ciências Naturais, História Geral, História do Brasil, Geografia Geral, Geografia do Brasil, Trabalhos Manuais, Desenho, Canto Orfeônico, Economia Doméstica, e Educação Física.

Em seu Art. 2º determina que os Colégios Estaduais, além das cadeiras correspondentes aos Ginásios terão mais as cadeiras do curso Científico: Português, Francês, Inglês, Espanhol, Matemática, Física, Química, História Natural, História Geral, História do Brasil, Geografia Geral, Geografia do Brasil, Filosofia, Desenho, e Educação Física.

Em seu Art. 4º estabelece a integralização da lotação dos Ginásios Estaduais com quinze (15) Professores padrão “R” e dos Ginásios Estaduais com trinta (30) Professores padrão “R” que foi vetado, provavelmente pelo erro de digitação pois na verdade o correto são 30 professore para os Colégios Estaduais.

52 1 246 – 24.8 (D.O. 27.8)

Lei nº 1246 de 24 de agosto de 1959 (APMT 52 1 246 – 24.8 (D.O. 27.8)).

Cria um Ginásio na cidade de Maracajú.

Cargos: 1 de Diretor, 1 de Secretário e 15 de professor, aumentados nas respectivas carreiras, 1 de Escriurário, 1 Inspetor de Alunos, 1 Preparador de Gabinete e 1 de Porteiro.

56 1 251- 24.8 (D.O. 3.9)

Lei nº 1251 de 27 de agosto de 1959.

Cria Escolas Normais em Ponta Porã e Bela Vista.

Caixas Instituição: Educação - Ano: 1960

Ofício nº 87 de 18 de janeiro de 1960.

Distribuição de créditos do ensino secundário do orçamento vigente:

- I - Colégio Estadual Campograndense de Campo Grande (total de Cr\$ 322.700,00);
- II - Colégio Estadual “Maria Leite” de Corumbá (total de Cr\$ 62.700,00);
- III - Ginásio Estadual “2 de Julho” de Três Lagoas (total de Cr\$ 36.700,00);
- IV - Ginásio Estadual de Bela Vista (total de Cr\$ 42.700,00);
- V - Ginásio Estadual “11 de Março” de Cáceres (total de Cr\$ 138.700,00);
- VI - Ginásio Estadual “Estevão de Mendonça” de Guiratinga (total de Cr\$ 67.200,00);
- VII - Ginásio Estadual “Candido Mariano” de Aquidauana (total de Cr\$ 401.700,00);
- VIII - Ginásio Estadual “Wladislau Garcia Gomes” de Paranaíba (total de Cr\$ 26.200,00)
- IX - Ginásio Estadual “Presidente Vargas” de Dourados (total de Cr\$ 37.700,00);
- X - Ginásio Estadual “Bel. Ribeiro de Arruda” de Poconé (total de Cr\$ 29.200,00);
- XI - Ginásio Estadual “7 de Setembro” de Poxoreu (total de Cr\$ 29.200,00);

Dessa distribuição de verbas, destaco que alguns estabelecimentos receberam mais dinheiro em função de seu aparelhamento (equipamentos, móveis, máquinas, utensílios, laboratórios, ou bibliotecas) como o caso Ginásio Estadual “11 de Março” de Cáceres e o Ginásio Estadual “Candido Mariano” de Aquidauana (total de Cr\$ 401.700,00).

Caixas Instituição: Educação - Ano: 1960

Informação nº 106 do Processo nº 559/711 recebido em 03 de março de 1960 Em resposta a Comissão Pró-Fundação “Ginásio de Jardim” que solicitou a criação desse estabelecimento de ensino; a Divisão de Ensino Secundário, Normal e Profissional não se opunha ao assunto.

Caixas Instituição: Educação - Ano: 1960

Ofício nº 1359 de 27 de junho de 1960.

Distribuição de créditos “Ensino Secundário” do vigente orçamento: Colégio Estadual Maria Leite de Corumbá Cr\$ 248.640,00; Ginásio Estadual “Cândido Mariano” de Aquidauana Cr\$ 80.000,00.

38 1 384 – 2.7 (D.O. 13.7)

Lei nº 1.384 de 2 de julho de 1960 (APMT 38 1 384 – 2.7 (D.O. 13.7)).

Autoriza a encampar o Ginásio Dom Aquino Corrêa, de Amambai.

1 de Diretor, 1 de Secretário e 15 de professor, aumentados nas respectivas carreiras, 1 de Escriurário, 1 de Porteiro, 1 de Contínuo.

Caixas Instituição: Educação - Ano: 1960

Ofício nº 13591772 de 8 de agosto de 1960.

Distribuição de créditos “Ensino Secundário” do vigente orçamento: Colégio Estadual Campograndense Cr\$ 154.000,00; Ginásio Estadual “Cândido Mariano” de Aquidauana Cr\$ 39.000,00, (falta final do documento).

310 940 – 8.8 (D.O. 13.8) 1960

Decreto nº 940 de 8 de agosto de 1960.

Encampa o Ginásio Dom Aquino Corrêa, de Amambai.

O ofício nº 2134 de 24 de setembro de 1960 da Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, submete a apreciação o Projeto de Lei que eleva os Ginásios Estaduais “Cândido Mariano” de Aquidauana e “2 de Julho” de Três Lagoas à categoria de Colégio.

457 379-28.10 (D.O. 8.11)

Decreto Legislativo nº 379 de 28 de outubro de 1960 (APMT 457 379-28.10 (D.O. 8.11)).

Autoriza a encampar o Ginásio Rui Barbosa, de Porto Murtinho.

113 1 463 – 12.11 (D.O. 16.11)

Lei nº 1463 de 12 de Novembro de 1960.

Abre crédito especial ao Ginásio Oswaldo Cruz, de Dourados.

De Cr\$ 150.000,00 destinado a auxiliar na aquisição de um conjunto para o fornecimento regular de luz e energia elétrica, durante o funcionamento do curso noturno.

Caixas Instituição: Educação - Ano: 1960

Em uma das caixas de Educação de 1960, existe um documento com papel timbrado da Secretaria de Educação, Cultura e Saúde no qual faltam páginas, inclusive a primeira e a última, motivo pelo qual não se permite saber, de imediato, sua natureza, autoria ou data; pela leitura se constata que seria um relatório de 1960 de autoria do Diretor do DECE. Nesse, como em outros documentos, se observa que algumas instituições compartilhavam o mesmo edifício; situação já verificada também em Josgrilbert (2015). O Documento afirma que as Escolas Normais precisam ser desmembradas dos Colégios Estaduais. Quanto ao ensino secundário, esse relatório criticava o corpo docente que atuava no ensino médio, afirmando que a maioria dos professores não possuíam as exigências mínimas para o cargo; e afirma que o governo tinha que conceder muitas bolsas de estudo para suprir a inexistência de ginásios. Sobre prédios escolares para esse nível de ensino, só destaca a péssima situação do Colégio Estadual da capital: “apresentando uma tapéira”. Também apresenta um quadro com o número de estabelecimentos oficiais para esse nível: 5 Colégios Estaduais; 8 Ginásios Estaduais, 5 Escolas Normais e 3 Escolas Técnicas de Comércio. Contabilizando um total de 21 estabelecimentos; enquanto, no ensino primário existiam 1913 estabelecimentos.

Não existe numeração de páginas nesse relatório, algumas das páginas finais do documento parecem desordenadas; nas últimas páginas presumi que se tratava da reunião de governadores, pois a descrição do plenário assim o permite, foi apresentada a aprovação de várias matérias; para o ensino secundário o documento propunha: a reestruturação das inspetorias seccionais e que o MEC deveria se comprometer com cursos de aperfeiçoamento e especializações de professores e administradores e bolsas de estudos; Construção, equipamento e preparação de professores do Ginásio Industrial em Corumbá; auxílio à Escola Industrial Salesiana de Cuiabá. Não existe um fechamento desse documento.

(D.O. 9.2) 1961

Decreto nº 2 de 7 de fevereiro de 1961.

Encampa o Ginásio “Ruy Barbosa”, da cidade de Porto Murinho.

74 SECS-003-606 Registro de Atos Governamentais 1961.

Nº 448 Em 23 de Fevereiro de 1961.

[...] Decreto nº 7 de fevereiro de 1961 – Encampando p Ginásio “Ruy Barbosa”, da cidade de Porto Murinho.

Caixas Instituição: Educação - Ano: 1961

Informação nº 262 do Processo nº 220/1135, recebido em 28 de março de 1961.

Constantino do Monte (Pe.) Diretor do Ginásio Estadual de Maracajú, requereu uma verba orçamentária de Cr\$ 150.000,00 para a instalação do referido Ginásio para compra de máquina de escrever, moveis, carteiras, papeis etc. Em resposta, a informação declarou que foi remetida ao Ginásio, em 16 de março, o valor de Cr\$ 41.740,00 para suprir suas necessidades; quanto aos Cr\$ 150.000,00 se tornaria necessário a criação de uma verba especial, deixando a decisão da criação da verba para uma autoridade superior.

85 SECS-003-617 Arquivos diversos 1961.

Em 24 de maio de 1961, Relatório referente às subvenções a serem destinadas para setor do Magistério nos vários graus. Verbas federais para MT.

Sem data sobre a encampação do Ginásio Rui Barbosa.

(D.O. 20.6)

Decreto nº 136 de 17 de junho de 1961 (APMT (D.O. 20.6)).

Encampa o Ginásio “São Francisco de Assis”, da cidade de Ponta Porã, pertencente à Sociedade educadora daquela cidade.

Caixas Instituição: Educação - Ano: 1961

Em 24 de junho de 1961, Relatório referente as subvenções destinadas para o setor do Magistério nos vários graus, pelo governo federal descreve brevemente as necessidades de cada setor. Descreve o ensino secundário como “a base fundamental do ensino”, e classifica como “imprescindível e inadiável uma assistência real ao mesmo”. Interessante verificar que apesar de inadiável e imprescindível, a subvenção destinada ao ensino secundário é referente a 5,2% do montante total, como demonstra a tabela abaixo:

Alfabetização de adultos	C\$ 75.000.000,00	7,80 %
Formação de professores primários	C\$ 348.500.000,00	36,25 %
Ensino Técnico	Cr\$ 320.000.000,00	33,28 %

Ensino Secundário*	Cr\$ 50.000.000,00	5,20 %
Ensino Superior	Cr\$ 150.000.000,00	15,60 %
Serviço de assistência Educacional	Cr\$ 18.000.000,00	1,87 %
TOTAL GERAL	Cr\$ 961.500.000.000,00	

A soma total parece estar com mais três zeros, na verdade a soma é de Cr\$ 961.500.000,00.

A subvenção para o ensino secundário foi dividida da seguinte maneira: concessão de auxílios para suplementação de remuneração aos professores secundários – Cr\$ 15.000.000,00; equipamentos diversos – Cr\$ 20.000.000,00; material didático – Cr\$ 10.000.000,00; bolsas de estudo – Cr\$ 5.000.000,00.

74 SECS-003-606 Registro de Atos Governamentais 1961.

Nº 2113 Em 3 de Julho de 1961.

[...]Nº 136/61 Encampa o Ginásio “São Francisco de Assis”, da cidade de Ponta Porã, pertencente a Sociedade Educadora daquela cidade.

(D.O. 11.7) 1961

Lei nº 1497 de 28 de junho de 1961.

Cria cargos para compôr a lotação do Ginásio “São Francisco de Assis” da cidade de Ponta Porã.

1 de Diretor, 1 de Secretário e 15 de professor, aumentados nas respectivas carreiras, 1 de Escriurário, 1 de Inspetor de Alunos, 1 de Porteiro, 1 de Contínuo.

Lei nº 1498 de 28 de junho de 1961.

Cria cargos destinados ao suprimento de pessoal administrativo e professores do Ginásio “Ruy Barbosa” da cidade de Porto Murinho.

1 de Diretor, 1 de Secretário e 15 de professor, aumentados nas respectivas carreiras, 1 de Escriurário, 1 de Porteiro, 1 de Contínuo.

Caixas Instituição: Educação - Ano: 1961

Em comunicação do Departamento de Educação e Cultua, datada de julho de 1961, é apresentado o quadro do magistério primário e secundário em exercício. O documento ressalta que os dados foram obtidos no “fichário imperfeito e precário deste Departamento, ora em adiantada fase de organização”. Com esse quadro podemos listar todos os Ginásios e Colégios oficiais em funcionamento no ano de 1961: Colégio Estadual

de Mato Grosso, em Cuiabá; Colégio Estadual “Maria Leite”, em Corumbá; Colégio Estadual Campograndense, em Campo Grande, Ginásio Estadual “2 de Julho”, em Três Lagôas; Ginásio Estadual “Cândido Mariano”, em Aquidauana; Ginásio Estadual “Onze de Março”, em Cáceres; Ginásio Estadual “Wladislau Garcia Gomes”, em Paranaíba; Ginásio Estadual “Estevão de Mendonça”, em Guiratinga; Ginásio Estadual “Presidente Vargas”, em Dourados; Ginásio Estadual “7 de Setembro”, em Poxoreu; Ginásio Estadual “Bel. Ribeiro de Arruda”, em Poconé; Ginásio Estadual “D. Aquino”, em Amambai; Ginásio Estadual de Maracajú. Podemos observar que dos 13 estabelecimentos de ensino secundário, somente 3 estão localizados na região do recorte espacial desta pesquisa.

(D.O. 26.7) 1961

Lei nº 1.510 de 14 de julho de 1961.

Cria três Ginásios Estaduais: Alto Paraguai, Rondonópolis e Jardim e criados os seguintes cargos: 3 de Diretor, 3 de Secretário e 45 de professor, aumentados nas respectivas carreiras, 3 de Escriurário, 3 de Inspetor de Alunos, 3 de Porteiro, 3 de Contínuo.

(D.O. 29.8)

Lei nº 1530-A de 28 de agosto de 1961.

Abre crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para pagamento dos funcionários do Ginásio Estadual de Maracaju.

(D.O. 13.9)

Lei nº 1.543 de 8 de setembro de 1961.

Abre no Tesouro do estado, o crédito especial de Cr\$ 540.000,00 destinados à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos – seção de Mato Grosso referente:

a) – a referente ao exercício de 1960

1 – Ginásio Rio Branco, de Campo Grande, 4 séries - 5 turmas	150.000,00
2 – Ginásio D. Aquino Corrêa, de Cuiabá – 1 série – 1 turma	30.000,00
3 – Ginásio Guia Lopes, de Guia Lopes da Laguna – 1 série – 1 turma	30.000,00

b) – a referente ao exercício de 1961

1 – Ginásio Barão do Rio Branco – 4 séries – 6 turmas	180.000,00
2 – Ginásio D. Aquino Corrêa – 2 séries – 2 turmas	60.000,00
3 – Ginásio Guia Lopes – 2 séries – 2 turmas	60.000,00
4 – Ginásio 13 de junho de Rondonópolis – 1 série – 1 turma	30.000,00

(D.O. 27.10)

Lei nº 1607 de 20 de outubro de 1961.

Autoriza o poder executivo a criar um Ginásio em Rio Brillhante.

Art. 2 Até ulterior deliberação o seu funcionamento será no prédio do grupo escolar local, respeitados os horários do curso primário.

(D.O. 6.12)

Lei nº 1650 de 9 de novembro de 1961.

Concede uma subvenção ordinária anual de Cr\$ 180.000,00 ao Ginásio Oswaldo Cruz da cidade de Dourados, paga em duodécimos, a partir de 1962.

Caixas Instituição: Educação - Ano: 1961

Memorando nº 041/61 – MEC sobre a Reunião dos Governadores em Cuiabá.

Solução encontrada pelos governadores é impraticável, então indicam como melhor opção. [...] para o desenvolvimento e aprimoramento do Ensino Médio em nosso Estado, criar mais uma Inspeção Seccional de Ensino Secundário, para melhor atender as regiões Centro e Leste do Estado, estão abandonadas sem nenhum Inspetor de Ensino, pois os três (3) Inspectores lotados no Estado, residem em Campo Grande onde está a Inspeção Seccional de Cuiabá.

A proposta do memorando é para a realização dos cursos oferecidos pela CADES, sejam ministrados ora em Cuiabá, ora em Campo Grande ou talvez em Corumbá (dada a sua posição geográfica, equidistantes das sedes), para evitar impasses em face dos problemas econômicos, sociais e políticos. “Corumbá, seria o centro catalizador e homogeneizante dos problemas referentes à política educacional e social do Estado”. Esse memorando apresenta os Inspectores Federais do Ensino Secundário lotados no Estado: Amélio Carvalho Baís, Henrique Carregal e Rui Alvino Allegretti.

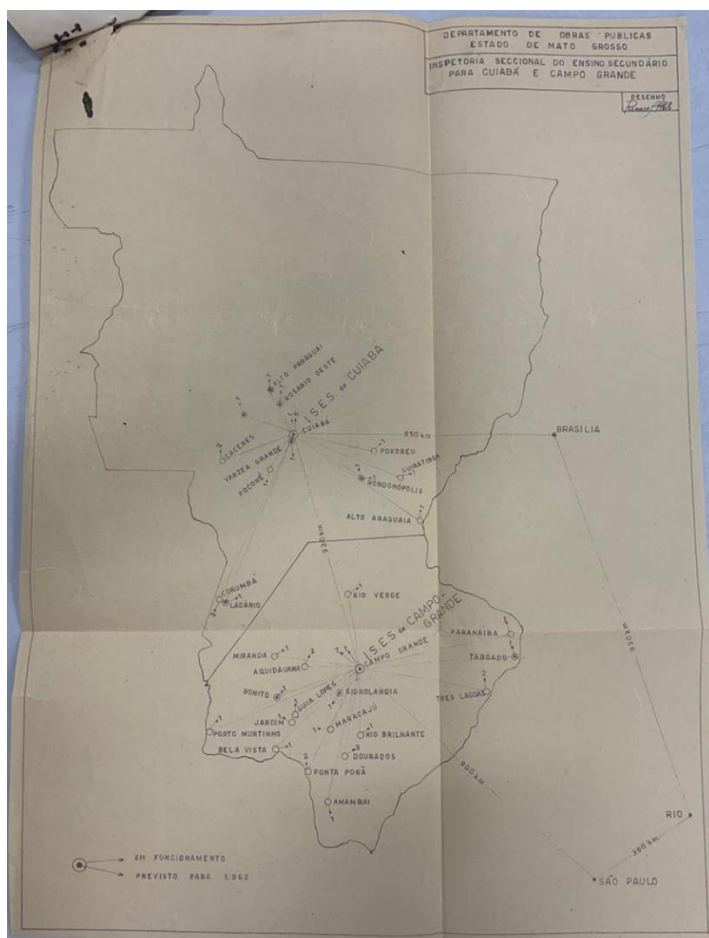
Também demonstra a organização das inspeções seccionais do ensino Secundário em Campo Grande e Cuiabá, conforme tabela abaixo

Inspeção Seccional do Ensino Secundário – Campo Grande		
	Em funcionamento	Previsto para 1962
Campo Grande	7	1

Três Lagoas	2	
Paranaíba	1	
Aparecida do Taboado		1
Rio Brilhante	1	
Dourados	3	
Ponta Porã	2	
Amambai	1	
Bela Vista	1	
Jardim	1	
Guia Lopes	1	
Bonito		1
Maracaju	1	
Sidrolândia		1
Aquidauana	2	
Rio Verde	1	
Miranda	1	
Porto Murtinho	1	
Total	26	4
Inspeção Seccional do Ensino Secundário – Cuiabá – Norte-Leste		
	Em funcionamento	Previsto para 1962
Cuiabá	5	1
Varzea Grande		1
Poconé	1	
Cáceres	2	
Corumbá	3	
Ladário		1
Poxoreu	1	
Rondonópolis	1	1
Alto Araguaia	1	
Guiratinga	1	
Barra do Bugres		1
Alto Paraguai		1
Rosário Oeste		1

Total	15	7
-------	----	---

Anexo ao memorando 041/61 – MEC o seguinte mapa das inspetorias:



93 SEC-003-515 Índice de nomeações e exonerações. Divisão de ensino secundário, normal e profissional 1958.

Apesar de estar em um livro de 1958 a Listagem do pessoal de cada Ginásio vai sendo acrescida, parei em 1962 por causa do recorte temporal.

Caixas Instituição: Educação - Ano: 1961

Plano de Educação Estado de Mato Grosso – Administração do Governador Dr. Fernando Corrêa da Costa – 1961-1966.

O documento inicia com a frase “A educação exige esforço todo especial para a sua integração nos objetivos globais do desenvolvimento Estadual”, mas declara que a situação existente é desajustada entre os tipos de formação educacional oferecida, pela insuficiência de matrículas em todos os níveis de ensino. Como ações imediatas, propõe:

reforma dos serviços burocráticos, reforma do regulamento do Ensino Primário, treinamento e aperfeiçoamento de professores e outras reformas (reforma ou reestruturação do Departamento de Educação e Cultura, com a assistência de técnicos da UNESCO, treinamento de pessoal burocrático, publicação e distribuição aos setores de ensino de Leis, Regulamentos, Monografias.

No que tange aos Jardins de Infância o plano propõe a construção de 72 estabelecimentos para esse fim e também a instalação de 72 parques infantis com modernos aparelhos ginástico-recreativos.

No quesito Ensino Primários, o plano descreve que os professores trabalham em situações improvisadas e desconfortáveis. Os prédios escolares, além da deficiência no número de edifícios, os existentes encontram-se em situação calamitosa. O plano aponta para a existência de 1516 unidades escolares primárias, das quais 1.075 são estaduais, 265 municipais e 156 particulares. Das estaduais, 330 funcionam em prédio próprio, dos quais dezenas não possuem condições mínimas de funcionamento; os demais necessitam de reformas completas. Para tentar resolver o problema, propõe a construção de: 9 Grupos Escolares Modelo com 8 salas, 95 Grupos Escolares com 4 salas, 121 Escolas Reunidas com 2 salas, 88 E.I.V, com 2 salas, e 741 Escolas Rurais Mistas, com 1 sala. O plano ainda trata do equipamento escolar, da assistência escolar, da inspeção escolar, da merenda, construção de cantinas.

Sobre o Ensino Normal, propõe a construção de 4 Escolas Normais Rurais e construção de prédios próprios nos municípios onde as Escolas Normais funcionam junto aos Grupos Escolares (Cuiabá, Aquidauana, Três Lagoas, Ponta Porã, Corumbá, Campo Grande, Aparecida do Taboado e Rondonópolis).

Para o Ensino Ginásial e Colegial aponta para a necessidade de ajuste dos cursos e a distribuição de matrículas de acordo com “as necessidades do desenvolvimento, mediante uma reorientação do ensino secundário para o de educação para a vida econômica, social e cívica”. Propõe o estabelecimento de uma rede de “Ginásios modernos” nos principais municípios do Estado; estimular ações dos estabelecimentos, tanto públicos como privados a ajustar-se ao novo modelo proposto pela LDB; reorganizar as bolsas de estudo. O documento descreve que possuem prédios próprios os ginásios e colégios de: Cuiabá, Campo Grande, Corumbá, Três Lagoas, Cáceres, Aquidauana e Poconé. Não possuem sede própria os Ginásios de: Bela Vista, Guiratinga, Paranaíba, Dourados e Poxoreu.

A informação constante nesse plano é equivocada, uma vez que o Ginásio “Presidente Vargas” de Dourados foi inaugurado em sua sede própria, segundo Marques (2014), em

1958; embora, em 1961, o prédio necessitasse de reformas conforme processo Processo Nº 951/1.215 Recebido em 20.4.1961 (caixas 1961) pois segundo ofício do seu Diretor, Antonio Alves Duarte, o prédio se encontrava em condições lamentáveis.

O plano prevê a construção de 20 prédios com 12 salas para cursos ginasiais e colegiais, inclusive para a cidade de Dourados; prevê também o equipamento e assistência escolar para os mesmos, com biblioteca, gabinetes de Química, Física e Biologia, fanfarras e peças de museu.

Em todo o Plano de Educação do Estado durante a administração de Fernando Corrêa da Costa (1960-1966) o foco está na construção e, em algumas vezes, na reforma dos prédios escolares demonstrando a preocupação com a situação física dos estabelecimentos de ensino.

APÊNDICE D – Entrevista concedida por Geraldo Cogorno Menezes, incluindo Metodologia utilizada para conseguir chegar ao que teria sido a planta original do São José de Ponta Porã.

A única planta que encontrei do São José era datada de abril de 1996, momento em que o prédio estava sob a tutela do Centro de Ensino Superior de Campo Grande; a planta foi elaborada pelo Arquiteto Luiz Carlos Correia da Silva, CREA 5473-P, do Escritório Técnico de Arquitetura – Etarq.

Então resolvi realizar uma operação que nunca vi descrita em texto acadêmico, um retrocesso baseado na memória de ex-alunos. Para fazer essa operação e conseguir chegar perto da planta original, desenhei a planta em Autocad mas não nomeei os compartimentos, simplesmente utilizei uma numeração existente na planta para auxiliar a identificação dos compartimentos.

Devo dizer que a sorte me acompanhou, pois encontrei um ex-aluno que é engenheiro, pois isso facilita a leitura da planta.

Devo dizer que, a meu ver, essa entrevista deveria ter sido feita presencialmente, mas a pandemia de coronavírus (Covid-19) inviabilizou a entrevista presencial.

Transcrevi toda a entrevista, mas meus posicionamentos metodológicos serão apontados em fonte azul.

Transcrição da entrevista concedida por Geraldo Cogorno Menezes, 65 anos, Engenheiro Civil. Estudante do Colégio São José entre 1966 e 1969. Entrevista feita pelo Whats App no dia 22 de abril de 2020.

Pesquisadora: Bom dia! Tudo bem?

Pesquisadora: Estou precisando de uma ajuda sua para a minha tese, uma entrevista, que pode ser feita por aqui mesmo.

Imagem de Geraldo Cogorno: 

Pesquisadora: Estou escrevendo sobre espaços escolares para ensino secundário aqui em Ponta Porã e região.

Pesquisadora: Até a década de 1960.

Pesquisadora: Quando vc estudou o ginásio?

Pesquisadora: Foi no São José?

Geraldo Cogorno: 1ª série ginásial em 66, até 4ª série em 69, 1º série colegial em 70. Depois já fui pra SP.

Geraldo Cogorno: (Foi no São José) Sim

Pesquisadora: O ginásio funcionava na Av. Brasil ou na Tiradentes?

Geraldo Cogorno: A entrada principal era na Tiradentes, mas também podíamos entrar pela Av Brasil, num portão que existia na lateral da Escola São José.

Pesquisadora: O Akira Sano falou que só entrava pela Av Brasil.

Geraldo Cogorno: Negativo

Pesquisadora: Vc sabe quando inaugurou o prédio da Tiradentes?

Pesquisadora: Em 1964 vc já estudou no prédio novo

Geraldo Cogorno: 66, já no prédio novo

Pesquisadora: Ótimo

Pesquisadora: Tenho uma planta em Autocad da década de 80. Se eu te passar vc consegue me dizer o que existia em 1964?

Pesquisadora: Desculpe 1966.

Pesquisadora: E o que funcionava onde?

Transcrição do áudio de Geraldo Cogorno: Alessandra, eu estou isolado, tô ilhado vamos dizer, a gente mora no Paraguai para passar para lá é um drama e eu não tenho AutoCAD aqui, se você passar em PDF eu posso mais ou menos entender, mas eu lembro bem da distribuição, das salas de aula, tudo.

Transcrição do áudio da pesquisadora: Geraldo, eu colo no Word, tá? E aí, em cima do Word, você faz caixa de texto e me coloca, o que que era o que, o que pode ser?

Imagem de Geraldo Cogorno: 

Pesquisadora: Preciso escrito aqui no whats o seu nome completo, sua idade, e sua formação.

Pesquisadora: Também preciso saber se você autoriza a publicação de partes ou da íntegra dessa entrevista na minha tese.

Pesquisadora: A entrevista escrita, pelo whats, serve como documento.

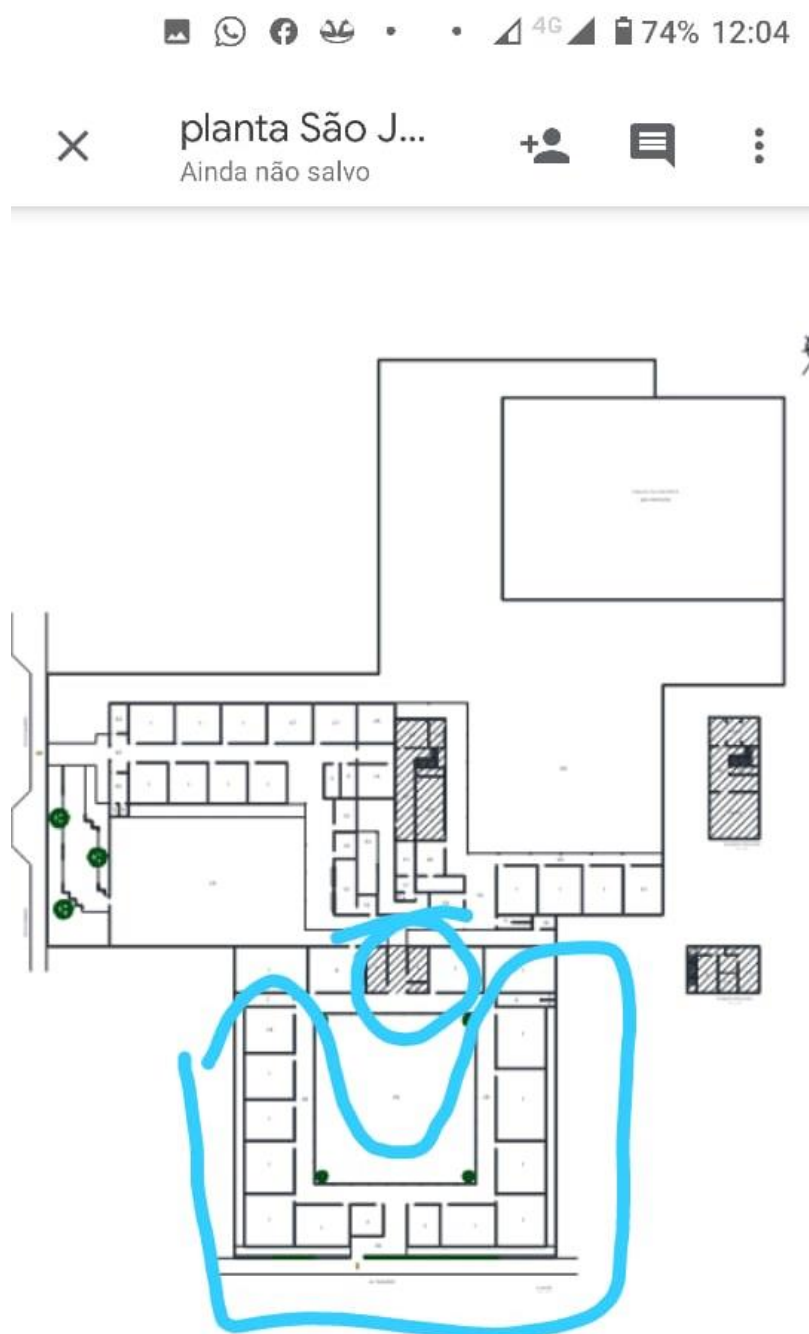
Envio da planta em Word pela pesquisadora.

Pesquisadora: Também posso te passar por e-mail.

Geraldo Cogorno: GERALDO COGORNO MENEZES, 65 anos, Eng. Civil.

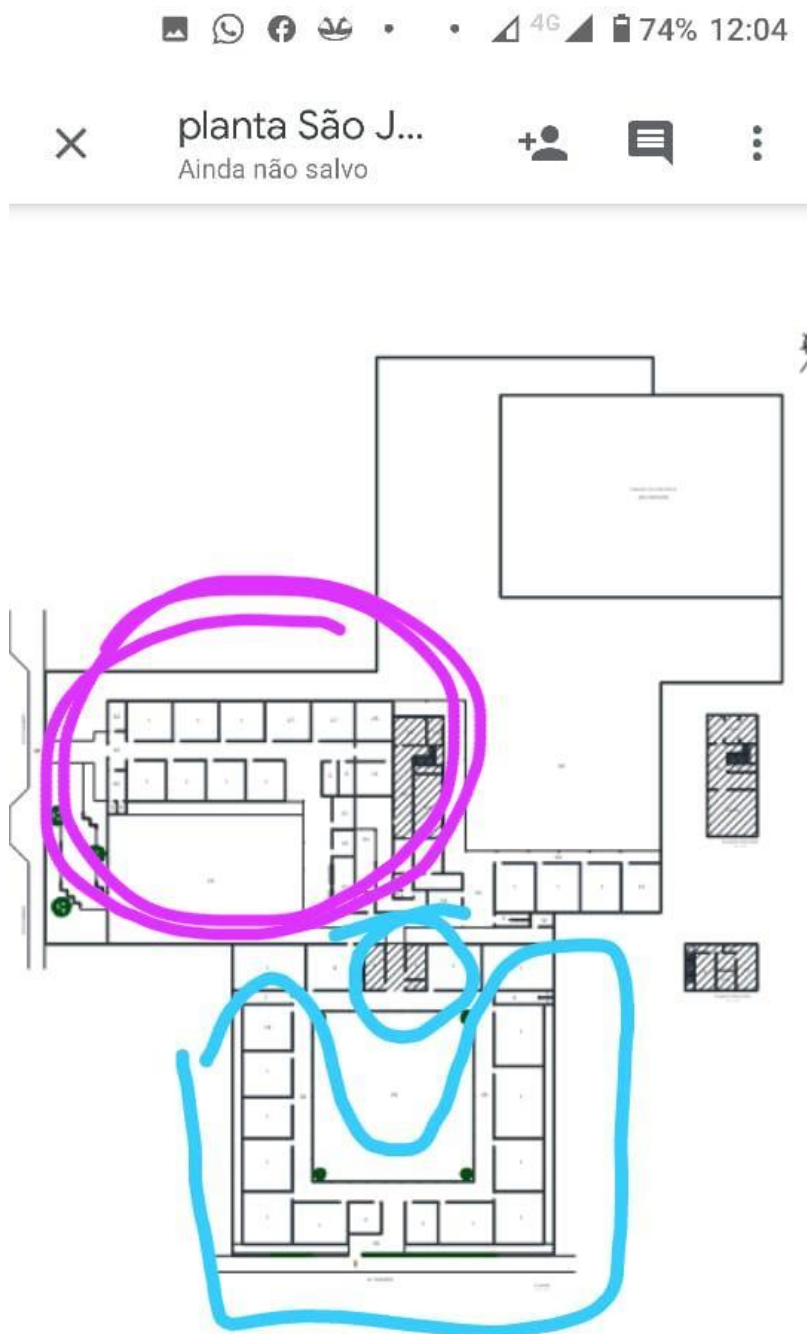
Geraldo Cogorno: Autorização concedida, para todo o conteúdo da entrevista.

Imagem enviada por Geraldo Cogorno.



Geraldo Cogorno: Era o que existia na minha época

Imagem enviada pela pesquisadora.



Pesquisadora: O rosa era anterior, se vc conseguir lembrar também ajuda.

Pesquisadora: Tinha ligação entre os dois prédios?

Transcrição do áudio de Geraldo Cogorno: A parte rosa era a Escola Paroquial e eu não sei como eram as divisões internamente porque eu não frequentava isso aí, na parte de trás era a casa das irmãs, das Freiras, que era essa parte que está “hachuriada” aí e o que tá “hachuriado” no azulzinho era caixa d’água e embaixo ficava cantina. Só existia essa

parte, o resto não existia, o resto que eu digo é que tá atrás. Esse cor-de-rosa sim perfeitas, o cor-de-rosa a escola e a casa das Freiras, não tinha a ligação entre dois prédios, não existia, por que essas salas que estão do lado do “hachureado” da caixa d'água não existiam, essas duas que tem no lado direito e duas do lado esquerdo, esse era o pátio; então a gente saía aqui pelo pátio e saía pela Avenida Brasil, a gente podia tanto podia entrar pela Avenida Brasil como podia entrar pela Tiradentes.

Transcrição do áudio da pesquisadora: entendi, mas deixa eu te perguntar uma coisa, agora no prédio azul você consegue me dizer o que que é o que é; e outra coisa, não pera aí, volta atrás, até 66 você não estudou na parte rosa? (aqui a pesquisadora de confundiu com as datas).

Transcrição do áudio de Geraldo Cogorno: áudio sem som.

Pesquisadora: O prédio da Tiradentes tinha o formato inicial em U e não em quadrado?

Geraldo Cogorno: Exatamente.

Geraldo Cogorno: Não gravou nada.

Geraldo Cogorno: Desculpa.

Pesquisadora: Sem problema.

Pesquisadora: Em qual prédio você estudou em 64, antes de ir para o prédio da Tiradentes?

Transcrição do áudio de Geraldo Cogorno: (será, bem baixinho) eu estudei a escola primária, eu fiz aqui no Paraguai na “*Escuela Parroquial Nuestra Señora del Perpétuo Socorro*” aqui na esquina do Yasmin Center, aqui, a escola primária eu fiz aqui, como não tinha ginásio de dia, aí eu passei para o Brasil, fiz o ginásio no Brasil então a escola secundária estudei lá.

Transcrição do áudio da pesquisadora: ginásio, você começou no prédio da Avenida Brasil, é isso que eu quero saber, onde você começou o ginásio entre 64 e 66 quando inaugurou o prédio novo? (confusão da pesquisadora, uma vez que o entrevistado iniciou no São José em 1966).

Transcrição do áudio de Geraldo Cogorno: Alessandra, a planta que você me enviou, olhando ela do jeito que você me enviou, é eu vou descrever mais ou menos no sentido anti-horário, tá? Começando pela primeira sala da ponta, era a primeira série, depois a biblioteca, secretaria, segunda série. A sala do Canto funcionava o colegial, o científico que funcionava à noite, depois da terceira série, sala dos professores, o outro retângulo pequenininho também servia para os professores e para guardar as bandeiras, essas coisas de instrumento da fanfarra ficava no outro depósito que existia, aí depois era quarta série,

a outra sala do canto também era do colegial, a outra sala, às vezes funcionava do ginásio, quando tinha mais de uma série, mas quando eu entrei tinha só quatro séries, primeira segunda, terceira e quarta séries, não existiam duas séries, primeira série A, segunda série B, primeira série B, essas coisas não existiam; depois aquele mais comprido, aquela sala comprida no lado direito, no sentido anti-horário, era a sala de ciências, era tipo anfiteatro, muito bonita, bem montada com ... tínhamos de tudo lá, destruíram tudo aquilo lá, porque era como se fosse um anfiteatro mesmo e depois a do canto era a sala da do colegial também, que só funcionava a noite, então o colegial só funcionava a à noite e no meio “hachureado” era a caixa d'água e embaixo funcionava a cantina e a gente saía pela Avenida Brasil ou entrava também, e saía e entrava pela Tiradentes; houve uma época que eles fecharam, só podia entrar pela Tiradentes para poder entregar a caderneta para eles carimbarem a presença, mas depois liberaram de novo, a gente entrava ou pela Tiradentes ou pela Avenida Brasil.

Transcrição do áudio de Geraldo Cogorno: Alessandra, no ginásio é no prédio novo, eu comecei no prédio novo, que da frente principal dele é a que existe hoje dá para Tiradentes, o que dá para Avenida Brasil é escola paroquial, eu não estudei aí, eu estudei no ginásio.

Pesquisadora: Perfeito você me ajudou muito, se eu ficar com alguma dúvida entro em contato.

Pesquisadora: Você me ajudou muito.

Pesquisadora: Muito obrigada mesmo.

Imagem de Geraldo Cogorno:



Após a transcrição da entrevista, fui lançar na planta, senti dificuldade em saber qual era a primeira sala descrita e percebi que faltavam alguns compartimentos, como Diretoria e Tesouraria. Se a entrevista fosse presencial e estivéssemos com a planta na nossa frente, isso não aconteceria, pois seria só apontar e nomear o espaço. Entrei em contato novamente no mesmo dia, conforme a transcrição abaixo:

Pesquisadora: Boa tarde

Pesquisadora: Desculpe incomodar novamente mas esquecemos da tesouraria e da direção.

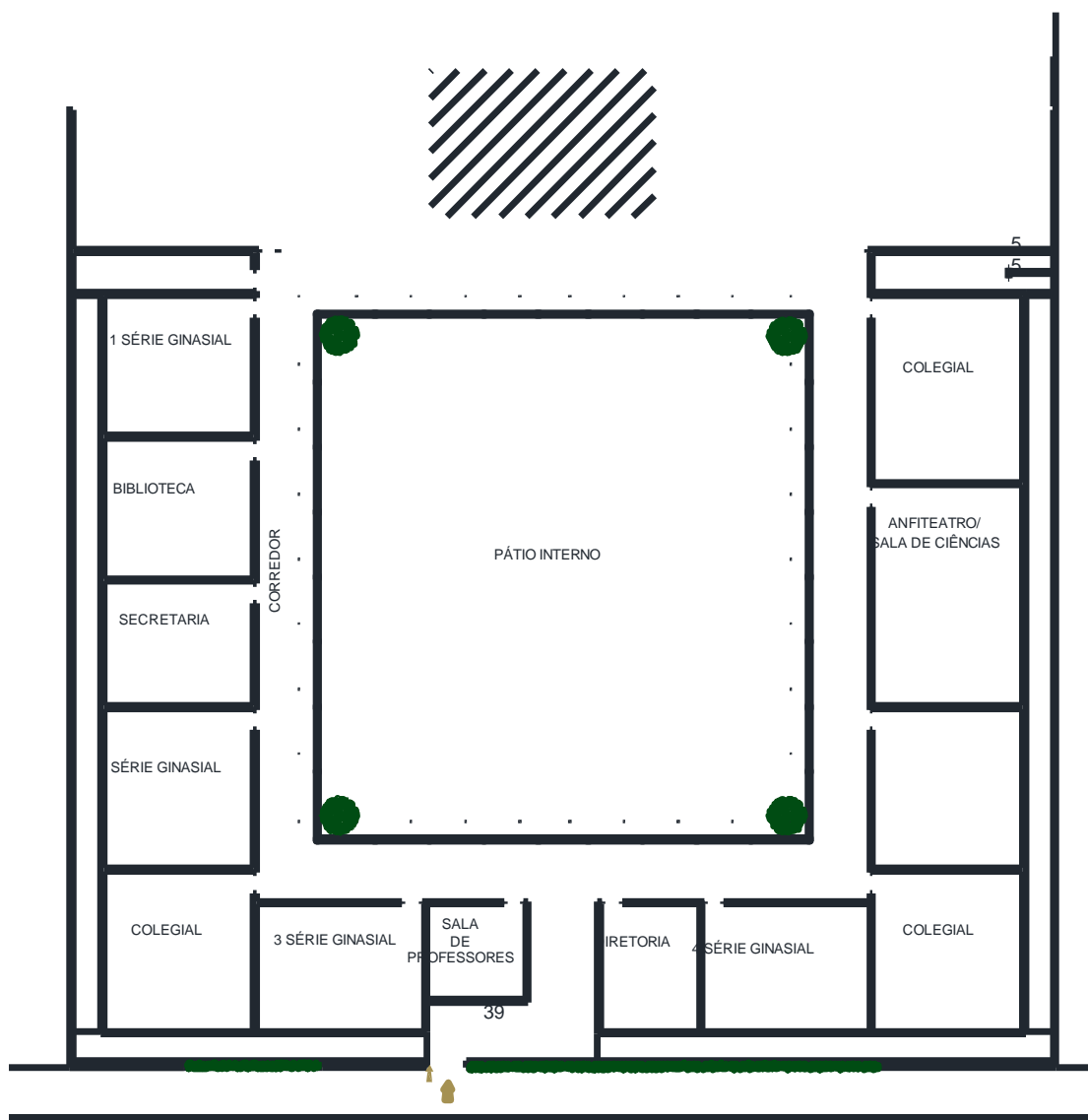
Pesquisadora: E como estou muito cansada, horas em cima da tese, estou com dificuldades de orientação.

Pesquisadora: Acho melhor fazer uma chamada de vídeo. É só vc marcar um horário que eu te ligo.

Transcrição do áudio de Geraldo Cogorno: É verdade, Alessandra! A tesouraria não existia porque era tudo na secretaria, na secretaria você pagava, tinha um balcão na entrada, a gente pagava tudo; e agora naquela, naquela salinha menor, naquela retangular que eu falei que guardavam as bandeiras e coisa e tal, a Dona Labibe ficava aí, agora que você falou direção, é verdade, ela ficava aí, a outra sala quadradinha era dos professores, então a retangular pequenininha era da diretora e aí lembro das bandeiras e dos troféus essas coisas ficavam nessa nessa salinha, e tesouraria não tinha.

Pesquisadora: Posso te ligar?

Então realizei uma chamada de vídeo, Via Whats App, virei o vídeo para a tela do computador e pedi que ele me mostrasse onde era a primeira sala descrita como 1ª série ginásial, ele me apontou a primeira do canto superior esquerdo, então coloquei a nomenclatura dos espaços e enviei para conferência e para fecharmos alguns detalhes, conforme figura abaixo:

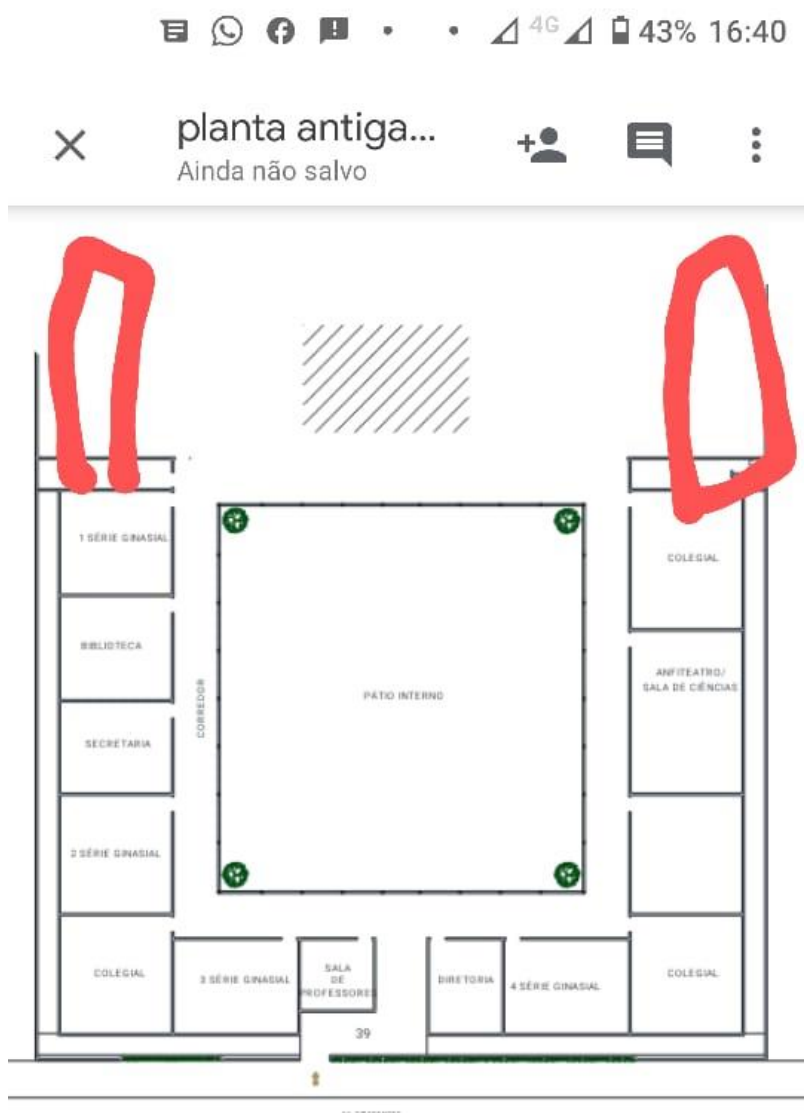


Retornei ao Whats App.

Pesquisadora: Já está quase pronta, estou te mandando para verificação. Faltou uma sala antes do anfiteatro.

Pesquisadora: rabisca de azul, a posição dos banheiros.

Figura enviada por Geraldo Cogorno:



Transcrição do áudio de Geraldo Cogorno: sem registro de som.

Transcrição do áudio de Geraldo Cogorno: Essa sala que ficou sem nome, você pode colocar, era sala de aula, tinha vezes que a gente assistia aula nela, tava na quarta série, assistia aí ou assistia na quarta série onde diz quarta série, então dependia muito do professor, não sei qual era o motivo que as vezes a gente a gente mudava de sala mas era sala do ginásial essa que tá em branco, tá? E o “hachureado” que tá aí era caixa d'água e cantina, na parte debaixo ficava cantina.

Transcrição do áudio da Pesquisadora: sabe o que eu esqueci, eu acho que o depósito é antes dos banheiros, né? Aquelas duas salinhas eram depósito?

Transcrição do áudio de Geraldo Cogorno: não, aquilo não era depósito. A partir daí começava a parede dos banheiros, o banheiro não ficava encostado no prédio do coisa, tanto é que na chuva a gente não podia ir no banheiro, né? Apesar dele ter uma varandinha

na frente, que nem essas salas de aula, mas a gente não ia porque você tinha que passar do colégio, do ginásio, pro banheiro, você tinha que passar na chuva, então aí era a separação, que pode ser que depois “encompridaram”, fecharam e transformaram em sala; não sei; mas onde está essa parede, é a partir dessa segunda parede, não da parede da sala, a partir dessa segunda parede que começava os banheiros.

Pesquisadora: Ah! Entendi.

Pesquisadora: Finalizei, estou te enviando para você ver se está tudo correto.

Pesquisadora:



Geraldo Cogorno: Perfeito

Pesquisadora: Muito obrigada novamente

Pesquisadora: 😊

Geraldo Cogorno: Às ordens. Quando, e o quê precisar. Abço.

No dia 23 de abril de 2020 voltei a entrar em contato para saber sobre a fachada do prédio.

Pesquisadora: Bom dia. Essa foto é de 1980, existe alguma modificação em relação à década de 1960.

Imagem enviada pela pesquisadora.



Geraldo Cogorno: Nenhuma.
Pesquisadora: Obrigada.

ANEXOS

ANEXO A – Relatório de verificação prévia para mudança do Ginásio São Francisco de Assis de Ponta Porã (3 páginas).

MINISTERIO DA EDUCACAO E CULTURA
DIRETORIA DO ENSINO SECUNDARIO
GINASIO S.FRANCISCO DE ASSIS : PONTA PORã-Mt.
VERIFICACAO PREVIA PARA MUDANCA

RELATORIO

I - Nome oficial do Estabelecimento- Ginásio São Francisco de Assis, Ponta Porã, Estado de Mato Grosso.

II- Histórico do Estabelecimento e informações sobre sua organização administrativa -

a) - Histórico - Em 1951, o professor João Brenbati Calveso, ex-diretor do atual Colégio Estadual de Andradina-sp, fundou nesta cidade o Ginásio S.Francisco de Assis.

Autorizado a funcionar condicionalmente, o professor Calveso pôde atravessar os anos letivos de 1951 e 1952. Ao fim de 1952, minado pelas dificuldades próprias de uma instituição que nasce em terras virgens da Interlândia Brasileira, o professor velho batalhador pelo ensino estava decidido a fechar o Ginásio. Nessa circunstância os pais responsáveis da cidade resolveram socorrer o Ginásio estava a pique de desaparecer. Cotisaram-se, formando a Sociedade Instrutiva que posteriormente transformou em Sociedade Educadora, que adquiriu o acervo material do Ginásio, em 1953. Entregue a direção do Ginásio ao experimentado Professor Antonio Teófilo da Cunha, entrou ele em nova fase. Cobrando anuidades modestas e usando de todo escrúpulo na organização do corpo docente, o Ginásio ganhou a confiança pública e prosperou. Foi assim que em 1954, o Senador João Vilasboa e o atual deputado federal José Frageli, então secretário de Educação do Estado, fazendo uma visita ao Ginásio perceberam que o Ginásio merecia instalações melhores do que a que oferecia o prédio onde se acha instalado então (antigo quartel da Guarda Territorial-extinta).

O ex-secretário de Estado nos ofereceu o prédio que estava em fase de acabamento, destinado à Escola Normal Rural construído pelo governo federal em convênio com o governo estadual, pois o prédio ficaria desocupado por isso que o Estado não estava em condições de

Assita e oferta as autoridades de ensino no Estado providenciaram o expediente de entrega do prédio ao Ginásio S. Francisco de Assis tão logo ficasse concluída sua construção e que se verificou em 1955. Recebido o prédio o Ginásio providenciou as adaptações convenientes e procedeu de acordo com o artigo 147 da Portaria 501, de 19 de maio de 1952.

O prédio muito amplo construído numa vasta área de 47.370 metros quadrados permitiu folgadoamente o aparelhamento de salas especiais, pista de esportes, bebedouros e lavatórios, 8 vasos sanitários sistema turco.

b) - Administração - O Corpo Administrativo do Ginásio S. Francisco de Assis está assim constituído:

Director: Professor Antonio Theophilo da Cunha

Secretário - Prof. Aurea Brandão

Auxiliar de Secretaria - Senhorita Antonilda Avila da Cunha

Chefe de Disciplina - Algeayr Torres Pissini.

Ponta Porã, dezembro de 1956.

Alcides de Carvalho Baitz
Inspetor Federal

Antonio Theophilo da Cunha
Director

Ficha de classificação.

Ginásio "São Francisco de Assis.

Estado de MATO GROSSO

Localidade : PONTA PORÃ

Data da inspeção : 28 de dezembro de 1956

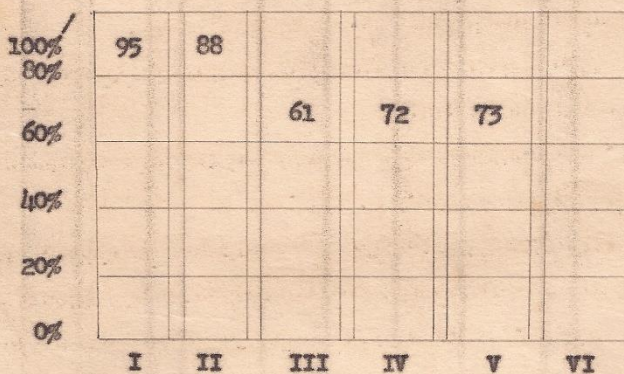
Regime : Externato misto

Outros cursos mantidos no estabelecimento : nenhum

Mantido por : Sociedade Educadora de Ponta Porã

População da cidade ou localidade :

Número total de estabelecimentos de ensino secundário fiscalizados na localidade : único

GRÁFICO RESUMIDO DOS RESULTADOS OBTIDOS NAS DIVISÕES PRINCIPAIS.

I - Situação (Localização): 95%

III - Instalações : 61%

IV - Salas especiais : 73%

II - Edifício : 88%

IV - Salas de aula : 72%

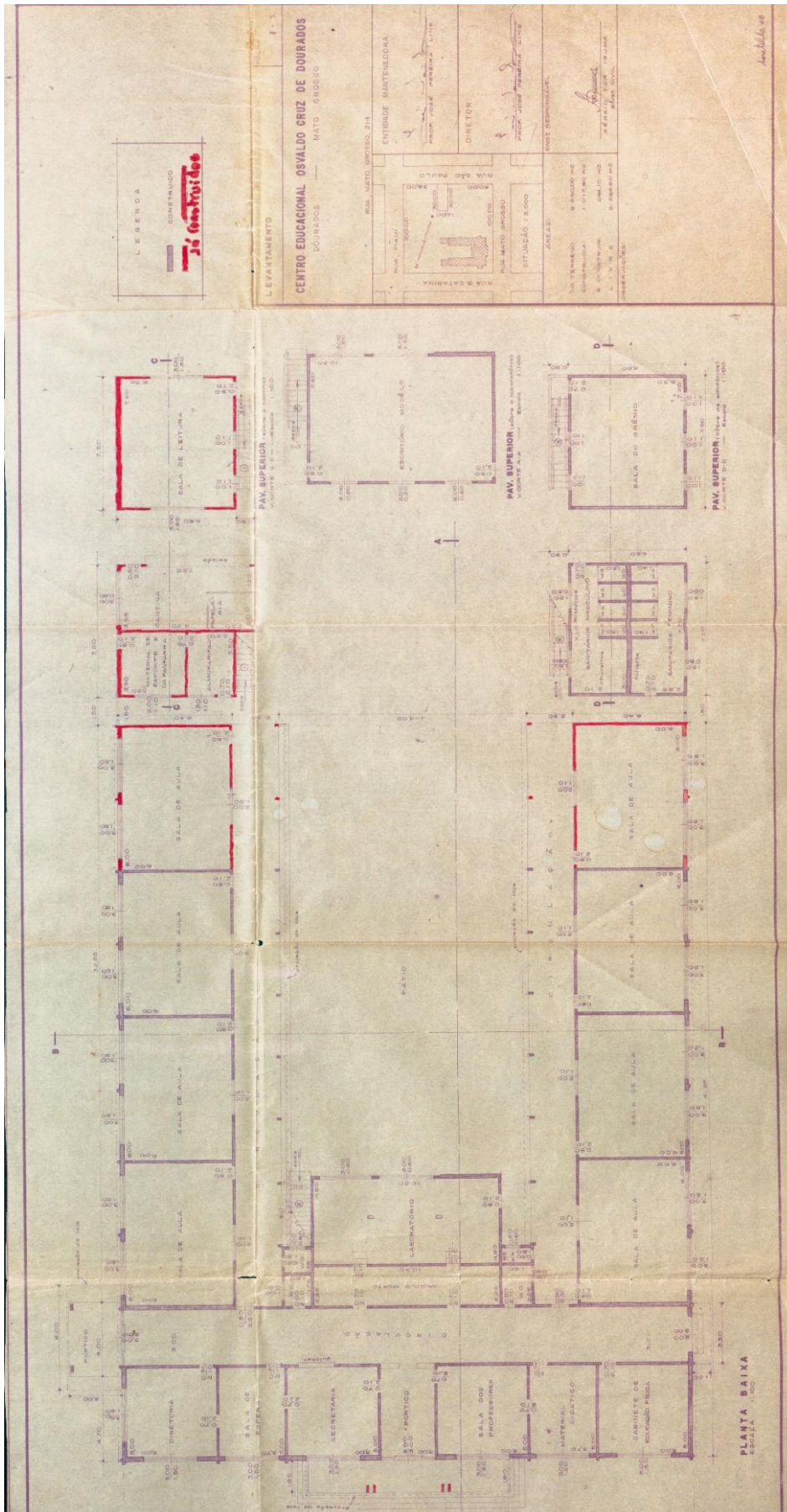
VI - Instalações para Educação Física :

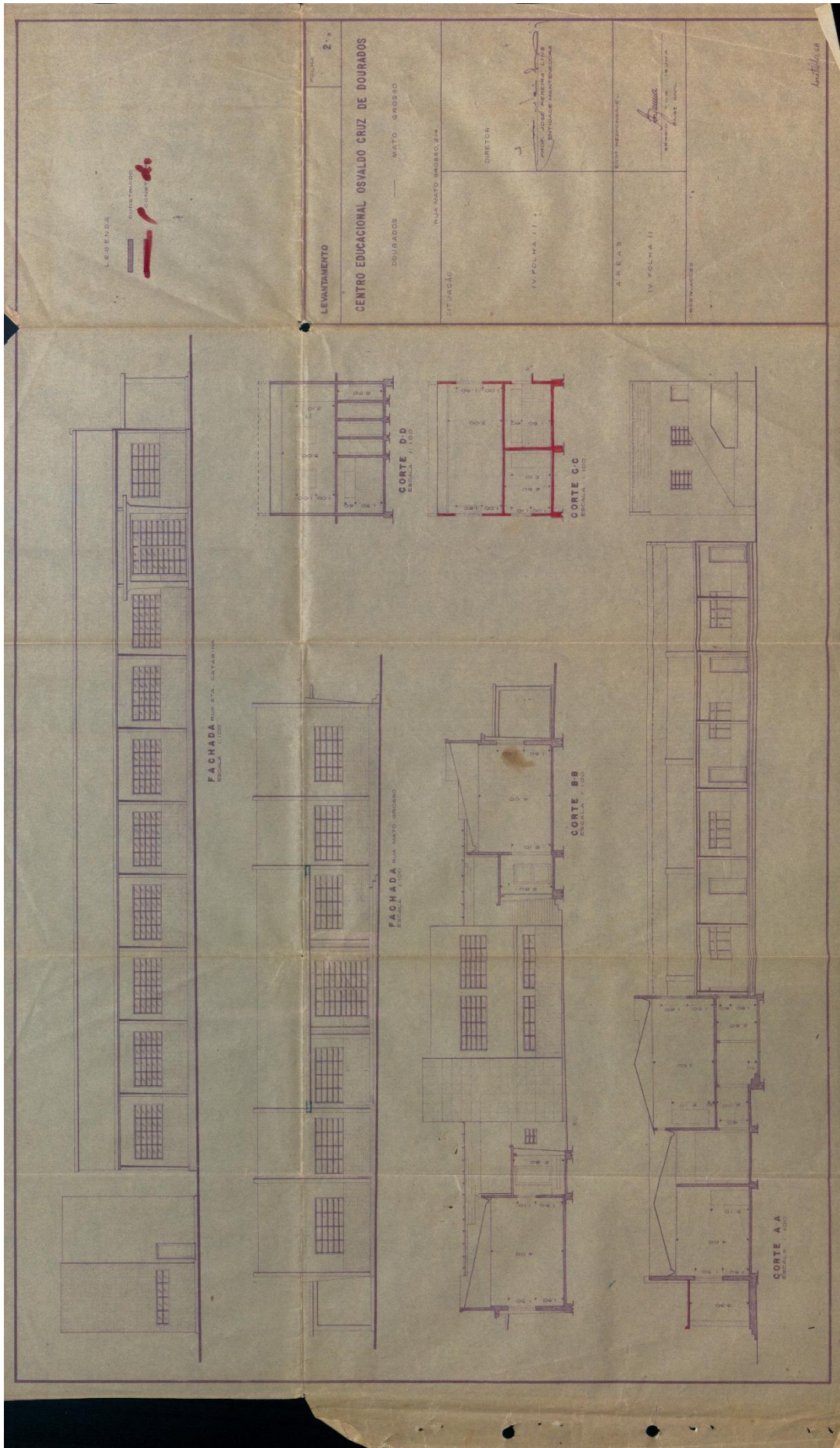
Classificação : Categoria : Bom - 1.504 pontos.

Inspetor Federal

 O Diretor da Diretoria
do Ensino Secundário.

ANEXO B – Projeto de reforma do Ginásio Osvaldo Cruz de 1968 (3 pranchas).





ANEXO C – Composição da Sociedade Instrutiva de Ponta Porã Ltda (3 páginas).

SOCIEDADE INSTRUTIVA DE PONTA PORÃ LTDA.Ponta Porã – Mato Grosso

RELAÇÃO NOMINAL DOS COTISTAS COM AS RESPECTIVAS COTAS

ACIONISTASCr\$ 15.000,00

- 1- Lídio Lima
- 2- Ale Esgaib
- 3- João Brembate Calvoso (integralizada)
- 4- Eraldo Moreira
- 5- Francisco Rodrigues
- 6- Lício Borrvalho
- 7- João Trindade
- 8- Atilio Trindade
- 9- Domingos Santana
- 10- Antonio Thophilo da Cunha

Cr \$ 10.000,00

- 11- Primitivo Escobar
- 12- Miguel Marcondes Armando
- 13- José Solon V. Batista
- 14- Oswaldo Brandão (a integralisar)
- 15 José Issa
- 16- João S. Brandão
- 17- São Esgaib
- 18- Nery Azambuja
- 19- Francisco Marmora
- 20- Rachid Derzi
- 21- Sadi Pinto Magalhães
- 22- Arlindo Dieguez

SOCIEDADE INSTRUTIVA DE PONTA PORÃ LTDA.Ponta Porã — Mato Grosso

(Cont. Da Relação Nominal dos quotista com as respectivas quotas)

23- Romualdo Portela

24- Alexandrino Farques

25- Ercilio N. Vargas

Cr \$ 5.000,00

26- Feris Elias Neir

27- João Lorentz de Carvalho

28- Ariel Fernandes

29- Rivádevia de Souza Sanches

30- Elida Brandão

31- Elídio Beluffo

32- Angel Ale

33- Antonio Florentino Campos

34- Eduardo Tavares de Matos

35- Dionisia Torres

36- Francisco Leo Mulker

37- Lauro Lorentz de Carvalho

38- David Chadid

39- Arthur S. Caminada

40- Januarie Rodrigues Paz

41- Vixente Bertola

42- Pedro Gregol

43- Carlos Roncatti

44- Manoel Candia

45- Silvio Dias Pereira

46- João Portela Freire

47- Coraldino Sanches

SOCIEDADE INSTRUTIVA DE PONTA PORÃ LTDA.

Ponta Porã - Mato Grosso


(Cont. da Relação Nominal dos quotistas com as respectivas quotas)

- 51- Adê Marques
- 52- Athamari Saldanha
- 53- Henrique Saude
- 54- Napolião A. Oliveira
- 55- Edewaldo Caros
- 56- Leonor H. Jovê
- 57- José E. de Souza
- 58- Vitor D. Guimaraes
- 59- Anaurelino Carvalho
- 60- Nicandro de Campos
- 61- Manoel Freitas
- 62- Antonio C. Brandão
- 63- Anita Cogorno
- 54- Jefferson R. Braune
- 65- Manuel Capilé Neto

Jefferson Rocha Braune

Presidente

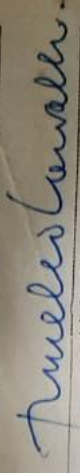
ANEXO D – Diploma de conclusão do curso Ginásial de Homero Barboza Carpes (1 página).



 REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
GINÁSIO ESTADUAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS
 PONTA PORÁ — MATO GROSSO

CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO CURSO GINÁSIAL

Certificamos que H E R O B A R B O Z A C A R P E S
 filho de AMER VIRGINY CARPES e de HERODIVA BARBOZA CARPES
 natural de PONTA PORÁ MATO GROSSO nascido em 28 de JUNHO de 1942
 tendo em vista os resultados das provas prestadas no ano letivo de 1962 na quarta série do Curso Ginásial, é
 considerado *habilitado* no Primeiro Ciclo Secundário, nos termos da LEI ORGÂNICA DO ENSINO SECUNDÁRIO (Decreto-lei n.º 4244, de 9 de Abril de 1942 e 8347 de 10 de Dezembro de 1945).

Ponta Porá, 13 de DEZEMBRO de 19 67

MANOEL LUIS CAVALHEIRO
 DIRETOR

GINÁSIO "SÃO FRANCISCO DE ASSIS"

ESTADO DE SÃO PAULO - Decreto-lei n.º 8029
 de 2-10-1965-Mat. D. T. Sec. 201-3 A